FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

TERRA NATIVA

A RELAÇÃO ECO-HUMANA NA VIDA E NA OBRA DE FERREIRA DE CASTRO

Ana Cristina L. Martins de Carvalho

Tese de Doutoramento em ECOLOGIA HUMANA

Dezembro de 2015

DECLARAÇÕES

Declaro que esta Tese é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

A candidata,

_____

Lisboa, 18 de Dezembro de 2015

Declaro que esta Tese se encontra em condições de ser apreciado pelo júri a designar.

A orientadora,

_____

O co-orientador,

_____

Lisboa, 18 de Dezembro de 2015

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários
à obtenção do grau de Doutor em ECOLOGIA HUMANA,
realizada sob a orientação científica da Prof.ª Doutora Iva Miranda Pires e
a co-orientação do Prof. Doutor Gustavo Rubim.

A presente investigação teve o apoio financeiro da FCT,
através de uma Bolsa de Doutoramento.

~

Aos meus Avós beirões,

Isaura e Manuel

Aos meus Avós alentejanos,

Ana Luísa e Alfredo

~

Pelo sonho é que vamos
Comovidos e mudos

Chegamos? Não chegamos?
Haja ou não haja frutos,
Pelo sonho é que vamos.

Basta a fé no que temos
Basta a esperança naquilo
Que talvez não teremos.
Basta que a alma demos,
Com a mesma alegria,
Ao que desconhecemos
E ao que é do dia a dia.

Chegamos? Não chegamos?
– Partimos. Vamos. Somos.

SEBASTIÃO DA GAMA, *Pelo sonho é que Vamos*, 1953

A Literatura trabalha nos interstícios da ciência:
está sempre para além ou aquém dela (...).

Roland BARTHES, *Lição*, 1977

AGRADECIMENTOS

Um caminho de investigação não se faz em total isolamento, apesar dos longos troços que o investigador há-se percorrer solitariamente. Nem o desfecho e a valia desse caminho seriam iguais sem a preciosa teia de apoios pessoais e profissionais que mantêm o autor entre as margens que o guiarão até bom porto.

A presente investigação de doutoramento não fugiu a essa regra. Por isso, em maior ou menor grau, devo muito a todos os que me atenuaram os momentos difíceis e me ajudaram a chegar ao fim. No plano pessoal,

Agradeço hoje e sempre às minhas filhas, pela companhia, pela compreensão, por tudo, libertando-me para empreender e finalizar este trabalho. E ainda pela voluntariedade na solução das dificuldades informáticas, aspetos práticos da versão final, etc.

Agradeço muito aos meus pais, sempre prontos a substituírem-me junto delas e a aliviarem-nos desta e de outras cargas. À minha mãe, ainda a ajuda na organização de quadros, esquemas e figuras deste documento.

Agradeço muito ao João Matser, grande e paciente companheiro das visitas de campo pelas Beiras e pelo Barroso.

Agradeço ao Zé Fernandes, pela revisão das Referências Bibliográficas e da organização do documento final. E à Dulce Teixeira, pela ajuda na versão do resumo em inglês.

Pelas leituras de partes da tese e sugestões, agradeço ao Manuel Nunes, ao Pedro Duarte, ao Daniel Protásio, ao Alberto Deus, ao João Barbosa, ao Ricardo Marques, ao Paulo Moreiras e à Tina Raposo.

Ao Rubim Almeida, agradeço as conversas sobre o que deve ser uma tese científica e os conselhos para converter os livros de Ferreira de Castro em formatos "trabalháveis". E à Amélia Cabrita, as pistas e bases teóricas sobre o conceito arquitetónico de "pórtico".

No plano profissional,

A maior palavra de agradecimento para o Dr. Ricardo António Alves, diretor do Museu Ferreira de Castro, meu orientador não oficial, inestimavelmente disponível e altamente conhecedor do universo castriano. Também um obrigado enorme a Carlos Alberto Castro, presidente do Centro de Estudos Ferreira de Castro, pelas inúmeras vezes em que atendeu os meus pedidos de informação, de trocas de ideias e de muitas outras coisas que me passaram pela cabeça. Espero estar à altura das expectativas que acabei por gerar em

ambos e dignificar com este trabalho o autor que eles e eu tão fervorosamente admiramos.

Agradeço aos quatro entrevistados – os escritores Urbano Tavares Rodrigues e João de Melo e os osselences D. Eva Almeida e Sr. João Barbosa (o primeiro e o último entretanto falecidos) – a boa vontade de partilharem as suas memórias e pensamentos sobre o escritor Ferreira de Castro.

Ao Renato Monteiro, da Biblioteca Municipal de Montalegre, que não me emprestou o cavalo (como um tal Dr. Borges Landeiro a Ferreira de Castro, durante a sua estada no Barroso no início dos anos 30…), mas disponibilizou-me por muitos quilómetros e muitas horas o serviço de guia, à boleia do Opel Corsa da Câmara Municipal.

Ao Professor Doutor Silas Granjo, da Universidade de Aveiro, pela ajuda na conversão dos romances castrianos de pdf a *word*. E ao Professor Doutor Pedro Calheiros, da mesma Universidade, pelas trocas de impressões sobre a escrita castriana durante os Encontros Ferreira de Castro dos últimos anos.

Ao Prof. Doutor João Craveiro, da Faculdade de Ciências Socias e Humanas, ao Prof. Doutor João Bernardo, da Universidade de Évora, e à Prof.ª Doutora Lia Vasconcelos, da Faculdade de Ciências e Tecnologia, pela leitura e sugestões de partes desta tese.

Ao Professor Valmir Pinto, da Universidade de Federal do Amazonas e ao Prof. Doutor Fernando Ávila-Pires, da Universidade Federal de Santa Catarina, pelas correcções na geografia do rio Amazonas.

Ao ANIM – Arquivo da Cinemateca Portuguesa, na pessoa do Dr. Luís Gameiro, agradeço a disponibilidade para o visionamento de documentários e filmes.

Aos colegas do Laboratório do Conhecimento Interdisciplinar (LCI), pelas reuniões mensais de partilha de conhecimento, de experiência, de muitas dúvidas e algumas ansiedades, que me permitiram sentir-me menos isolada neste percurso.

Uma última e primeira palavra à minha orientadora principal e ao meu co-orientador, da FCSH - UNL, que acreditaram desde o início nas potencialidades deste projeto, honraram-me com a sua confiança e deram-me liberdade para o desenvolver: Professora Doutora Iva Miranda Pires, do Departamento de Sociologia - Núcleo de Ecologia Humana, e Professor Doutor Gustavo Rubim, do Departamento de Estudos Portugueses.

E, finalmente, agradeço a mim – pelas muitas vezes em que duvidei e voltei a acreditar, em que quis desistir e afinal continuei.

ACC, Dezembro de 2015

NOTA

O termo “eco-humano” não existe, ainda, nos dicionários de Língua Portuguesa. Mas faz falta. Por isso se tomou a liberdade de o usar no decorrer desta tese e no seu título.

RESUMO

Palavras-chave: Ecologia Humana, Eco-humano, Ecocrítica, Ecobiografia, Ferreira de Castro, Parque Natural, Território literário, Turismo ecoliterário

A presente investigação visou contribuir para o estudo da permeabilidade entre Ciência e Arte, explorando, nomeadamente, o diálogo frutífero entre a área científica interdisciplinar da Ecologia Humana e a Literatura Portuguesa. Neste sentido, configura o que pode entender-se como um ensaio de dupla interdisciplinaridade.

Recorreu-se a uma metodologia híbrida que integra métodos e fontes das ciências do ambiente e sociais e da análise literária, cujos graus de objetividade variam entre si, e que pode filiar-se na recente área dos "mixed methods", cuja exploração se acentuou nas últimas duas décadas na Europa e nos Estados Unidos.

Em concreto, pretendeu-se analisar a representação literária da Natureza e do vínculo de interdependência que o ser humano estabelece com ela na obra de Ferreira de Castro (1898-1974) – um dos mais aclamados e traduzidos escritores portugueses do século XX, fundador do "romance social" português – e perceber em que medida essa representação irradia da experiência de vida em variados ambientes geográficos, da personalidade e da ideologia do escritor.

A tese consta de duas partes principais, traçando a primeira uma "Ecobiografia" do escritor, que averigua a sua relação e a sua conceção pessoal sobre a Natureza; e dedicando-se a segunda à ecocrítica de quatro textos de ficção com cenários em áreas rurais de Portugal continental, escritos entre 1928 e 1947: *Emigrantes* (1928), "O Natal em Ossela" (1933), *Terra Fria* (1934) e *A Lã e a Neve* (1947).

Defende-se que, num tempo anterior ao movimento ecológico português, esses textos continham já um significativo teor eco-humano. Apresentam, por isso, um grande potencial de difusão do ambiente biofísico e das modalidades relacionais que o ser humano instituiu com a terra numa época, revelando-se um valioso contributo para a História Ambiental do território português. Esta função extra-artística projeta-se nas gerações leitoras do presente e do futuro e pode atuar em benefício da consciência ambiental e de cidadania neste século XXI. Razão por que é devido à obra castriana este novo lugar na Cultura portuguesa, mais além e mais amplo que a sua aplaudida dimensão literária.

ABSTRACT

Keywords: Human Ecology, Ecohuman, Ecocriticism, Ecobiography, Ferreira de Castro, Natural Park, Literary territory, Ecoliterary tourism

This research aimed to be a contribution to the studying of the permeability between Science and Art. The fruitful dialogue between the interdisciplinary science of Human Ecology and the Portuguese Literature is here explored. In this sense, this may be a double interdisciplinary essay.

A hybrid methodology was used, integratig methods and references from environmental as well as social sciences and the literary analysis. Their degrees of objectivity are variable and are included in the 'mixed methods' well used in Europe and the United States of America in the last two decades.

The purpose is to analyze the literary representation of Nature and the interdependency link between the human being and Nature in Ferreira de Castro' s work (1898-1974). Ferreira de Castro is one of the most praised and translated Portuguese writers of the XX century, creator of the Portuguese 'social novel'. That representation spreads out from the author's experience of life in several geographical environments and from his personality and ideology.

The thesis has two main parts: the writer´s Ecobiography that conveys his own relationship and personal conception about Nature; and the second part is an ecocriticism of four fictional writings of rural areas in continental Portugal, written between 1928 and 1947: *Emigrantes* (1928), "O Natal em Ossela" (1933), *Terra Fria* (1934) e *A Lã e a Neve* (1947).

It is argued that, in a time before the ecological Portuguese movement, those Castro's fictional works have already had an important eco-human meaning. Ferreira de Castro's work disseminates the biophysics environment and the different relationship of human being facing the land and the landscape – which is a valuable resource and contribution to Portuguese Environmental History. This extra-artistic role outlines in the reading generations of the present and of the future and it may be a benefit to the XXI century environmental consciousness and citizenship. This is why Ferreira de Castro's writing deserves a new place in the Portuguese Culture, far beyond his well applauded literary dimension.

ÍNDICE

ÍNDICE DE FIGURAS v

ÍNDICE DE ESQUEMAS vii

ÍNDICE DE QUADROS ix

PARTE I. INTRODUTÓRIA 1

INTRODUÇÃO 3

1. Contextualização 3

2. Tese e Objetivos 9

3. Objeto de Estudo e Plano da Tese 10

Capítulo 1. METODOLOGIA 15

1.1. METODOLOGIA GERAL 15

1.1.1. Questões de partida e Hipóteses de trabalho 15

1.1.2. Autores e Conceitos 17

1.2. MÉTODOS E FONTES DA PARTE II 19

1.3. MATERIAIS E MÉTODOS DA PARTE III 20

1.3.1. *Corpus*, Ecocrítica e Análise de conteúdo 20

1.3.2. Autores e Conceitos 23

Capítulo 2. DA ECOLOGIA À LITERATURA. ESTADO DA ARTE 25

2.1. DE QUE FALAMOS QUANDO FALAMOS DE ECOLOGIA HUMANA 25

2.1.1. Sobre a Demografia, a Ecologia e a génese da Ecologia Humana 25

2.1.2. Conceitos básicos da Ecologia Clássica na Ecologia Humana 30

2.1.3. Produção científica recente e divulgação escrita 33

2.2. AMBIENTE E LITERATURA. ESTADO DA ARTE DA ECOCRÍTICA 36

2.2.1. Origem, evolução e âmbito 36

2.2.2. Relevância, ética e cidadania 45

2.2.3. A Ecocrítica francófona, em língua castelhana e em língua portuguesa 48

2.2.4. O futuro 53

PARTE II. O ESCRITOR, A OBRA, A NATUREZA E UMA ÉPOCA 55

Capítulo 3. DO VALE À SERRA: ECOBIOGRAFIA DE FERREIRA DE CASTRO 57

3.1. O CICLO DE VIDA 57
3.1.1. A Aldeia Nativa e o Caima 57
3.1.2. A Amazónia, Princípio do Mundo: Entre o Paraíso e Belém 62
3.1.3. Lisboa, o jornalismo militante e a ficção errante 69
3.1.4. Escritor e Vagamundo. As Amizades, as Tertúlias e as Viagens 73
3.1.5. Do Vale de Ossela à Serra de Sintra: O retorno à terra 79
3.2. PERSONALIDADE, IDEOLOGIA E NATUREZA 83
3.2.1. Musgos Interiores e Desejo de Mundo 83
3.2.2. A Curva do Caminho 86
3.2.3. Do Humanismo às causas ético-ambientais 90
3.2.3.1. O Cerne humanista 90
3.2.3.2. Lusotropicalismo. Colonizadores e Indígenas 94
3.2.3.3. Os Direitos dos Animais (não-humanos) 97
3.3. PORTUGAL, MAIS ATLÂNTICO DO QUE MEDITERRÂNEO 100
3.3.1. A norte do Tejo 100
3.3.2. A "beleza insigne" de Sintra 108
3.3.3. A Cidade 111
3.4. ECOCRONOLOGIA 113
Capítulo 4. CONCEÇÕES DA NATUREZA: ENTRE A CIÊNCIA E A ARTE 121
4.1. A NATUREZA COMO CONCEITO 121
4.2. A NATUREZA – COSMOS 126
4.3. A NATUREZA-TERRA OU NATUREZA-ECOSFERA 131
4.3.1. A Natureza sinónimo de acolhimento 131
4.3.2. A Natureza sinónimo de Liberdade 145
4.3.2.1. O mar Atlântico e o Ulissismo 145
4.3.2.2. Os rios 147
4.3.3. A Natureza sinónimo de prisão e ameaça 151
4.4. LIGAÇÃO NATUREZA-COSMOS E NATUREZA-ECOSFERA 155
Capítulo 5. A OBRA CASTRIANA, CÍRCULO (IM)PERFEITO 163
5.1. A OBRA DA PRIMEIRA FASE 163
5.2. A OBRA CANÓNICA 166
5.3. A OBRA COMO ENTIDADE VIVA 171
5.3.1. Do primeiro romance à última peça de teatro 171
5.3.2. Os pilares da obra canónica 174

5.4. NEORREALISMO E NOVO REALISMO 179
5.5. O "AUTO-SUPLÍCIO": CENSURA E AUTOCENSURA 182
Capítulo 6. NATUREZA E ECOLOGIA HUMANA NA OBRA NÃO FICCIONAL 185
6.1. A NATUREZA COMO INSPIRAÇÃO 185
6.1.1. Entre o *Vulcão* e a *Brisa* 185
6.1.2. O olhar sobre outros escritores 189
6.2. O *GUIA DE PORTUGAL* III 192
6.3. AS NARRATIVAS DE VIAGEM: POVOS MINÚSCULOS, MONTANHAS E ILHAS 199
6.3.1. Viagens de repórter, relatos de romancista 199
6.3.2. *Pequenos Mundos e Velhas Civilizações*: dos Açores à Palestina 205
6.3.3. *A Volta ao Mundo*: da Mesopotâmia a Nova Iorque 211

PARTE III. ECO-ANÁLISE DA OBRA DE FICÇÃO COM CENÁRIO RURAL EM PORTUGAL CONTINENTAL 221
Capítulo 7. *EMIGRANTES* E "O NATAL DE OSSELA": A PAISAGEM ORIGINAL 223
7.1. O ROMANCE: DA PRÉ-HISTÓRIA À HISTÓRIA 223
7.2. O ROMANCE: ECO-ANÁLISE 228
7.2.1. Contexto geográfico 229
7.2.2. O Ambiente Biofísico: O Clima, os Habitats, a Flora e a Fauna 233
7.2.3.1. Entre a terra idílica e a terra ingrata 243
7.2.3.2. Partida e Regresso 256
7.2.3.3. O Rural e o Urbano 264
7.3. O CONTO: BREVE ECO-ANÁLISE DE "O NATAL EM OSSELA" 270
Capítulo 8. *TERRA FRIA* E AS TERRAS DE BARROSO 275
8.1. DA PRÉ-HISTÓRIA À HISTÓRIA 275
8.2. ECO-ANÁLISE 281
8.2.1. Contexto geográfico 281
8.2.2.1. O Relevo, a Rocha e o Clima 288
8.2.2.2. O Rio e a Fauna 296
8.2.2.3. Flora e Habitats 301
8.2.3. A relação orgânica Ser humano – Natureza 304
8.2.3.1. Lameiros e Vezeiras 306
8.2.3.2. A terra magra do centeio 316
8.2.3.3. Caminhos e notas etnográficas 319

Capítulo 9. *A LÃ E A NEVE* E A SERRA DA ESTRELA 329
9.1. DA PRÉ-HISTÓRIA À HISTÓRIA 329
9.2. ECO-ANÁLISE 336
9.2.1. Contexto geográfico 337
9.2.2. O Ambiente Biofísico 340
9.2.2.1. A Rocha e o Clima 340
9.2.2.2. O Rio e a Fauna 351
9.2.3. A relação orgânica Ser humano – Natureza 359
9.2.3.1. Rebanhos e Transumâncias 359
9.2.3.2. Os cumes centeeiros 369
9.2.3.3. Baldios e matas – o conflito 373
9.2.3.4. As casas e a fábrica 380

SÍNTESE E CONSIDERAÇÕES FINAIS 395
Síntese da Parte II 395
Síntese da Parte III 397
Considerações Finais 401
Uma Proposta de Aplicação 404

GLOSSÁRIO GERAL 407
GLOSSÁRIO DE TERMOS CASTRIANOS 411

BIBLIOGRAFIA E OUTRAS FONTES 415
APÊNDICES 445
ANEXOS….. 479

ÍNDICE DE FIGURAS

Fig. 1 – Enquadramento geográfico dos cenários do *corpus* literário objeto de estudo na Parte III 13

Fig. 2 – Salgueiros: em primeiro plano, casa onde nasceu Ferreira de Castro. Óleo de Elena Muriel. Fonte: Museu Ferreira de Castro 57

Figs. 3 (a) e (b) – Bacia hidrográfica do Amazonas (a rosa) e costa nordeste do Brasil com o delta do Amazonas e a localização da cidade de Belém, Rio Madeira e Seringal Paraíso. 62

Figs. 4 (a) e (b) – "Caminho do céu" (ponteado azul), na região de Macieira de Cambra, e vista para sul, para o vale e a Serra de Castelões. Maio 2013. 88

Fig. 5 – Locais de recolhimento e de inspiração para escrita de Ferreira de Castro 103

Fig. 6 – Classificação Climática de Koppen Fonte: Instituto do Mar e da Atmosfera 103

Figs. 7 (a) e (b) – Distribuição natural do carvalho-roble *Quercus robur,* e Carvalho-roble plantado por Ferreira de Castro no quintal de Salgueiros. Fonte: Adapt. de CAPELO e CATRY, 2007:252 107

Figs. 8 (a) e (b)– Banco de granito sobre o túmulo de Ferreira de Castro num caminho em curva da serra de Sintra, com loureiro e vista do local para o mar e o Palácio Nacional. Julho 2015.. 160

Figs. 9 (a) e (b) – *Ex-libris* de Ferreira de Castro: primeira e segunda (última) versões. 185

Fig. 10 – Traçado do percurso descrito por Ferreira de Castro no *Guia de Portugal* III (ponteado azul), com imagens dos pontos de partida (Oliveira de Azeméis) e de chegada (Vale de Cambra) 199

Fig. 11 – Localização geográfica das crónicas de *Pequenos Mundos e Velhas Civilizações* e locais de cenários de ficção na Europa exteriores a Portugal 208

Fig. 12 – Geografia das viagens castrianas sobre um mapa simplificado dos Biomas Terrestres 214

Fig. 13 – Localização do cenário português de *Emigrantes* e de "O Natal em Ossela" na Região Centro, subregião "Cambra" do Mapa das Regiões de Portugal continental de AMORIM GIRÃO (1933) e Ossela como uma das doze freguesias atuais de Oliveira de Azeméis. 230

Fig. 14 – Vale e encostas de Ossela e rio Caima, vistos da Serra da Felgueira. 232

Fig. 15 – Representação esquemática dos ambientes natural e eco-humano do cenário de *Emigrantes* 243

Figs. 16 (a) e (b) – Recursos Água e Solo: Paisagem do rio e do vale cultivado do Caima no troço que atravessa a freguesia de Ossela. Maio de 2013. 246

Fig. 17 – Comparação entre as representações esquemáticas dos ambientes natural e humano em *Emigrantes* (cenário português) e em "O Natal em Ossela" 271

Figs. 18 (a) e (b) – Localização do cenário de *Terra Fria* na Região Norte, subregião "Terras de Barroso", do Mapa das Regiões de Portugal continental de AMORIM GIRÃO (1933) (sem escala no original) e imagem de satélite atual 282

Fig. 19 – Padornelos e a crista do Larouco, vistas do castelo de Montalegre, com o rio Cávado em primeiro plano. Março 2013 284

Figs. 20 (a) e (b) – Lameiros do Barroso. À esquerda, localização a baixa cota e técnica de "rega de lima"; à direita, situação a meia encosta com gado bovino barrosão. Março 2013. 307

Figs. 21 (a), (b) e (c) – Forno do Povo e "Casa do Capitão", em Padornelos; e Ponte da Misarela vista da margem esquerda do Rabagão, território de Montalegre. Março 2013 322

Fig. 22 – Representação esquemática dos ambientes natural e eco-humano do cenário de *Terra Fria* 327

Figs. 23 (a), (b) e (c) – Localização dos cenários de *A Lã e a Neve* na Região Centro I, subregião "Alto Mondego" e sua trasição para "Cova da Beira", do Mapa das Regiões de Portugal continental de AMORIM GIRÃO (1933) e no contexto do Parque Natural da Serra da Estrela; e imagem de satélite atual da parcela de serra entre Manteigas e Covilhã, palco da travessia noturna do capítulo V da Segunda Parte. 339

Fig. 24 – Vale do Zêzere, em Manteigas e relevo dos cumes arredondado pelo antigo glaciar. Novembro 2014 352

Fig. 25 – Cervunal e zimbral no Planalto Central da Serra da Estrela. Novembro 2014 358

Figs. 26 (a) e (b) – Vale do Zêzere, em Manteigas, com pastos verdes perto da vila; e Nave de Santo António, coberta por pastagens secas de altitude - cervunais. Novembro 2014 361

Fig. 27 – Calendário anual das atividades económicas de montanha de agricultura e pastoreio, a partir de menções e descrições em *A Lã e a Neve* 369

Fig. 28 – Representação esquemática dos ambientes natural e eco-humano do cenário de *A Lã e a Neve* 391

Fig. 29 – Síntese: Localização geográfica dos territórios literários em Portugal continental, sua correspondência com o *corpus* estudado e principais resultados da eco-análise 398

ÍNDICE DE ESQUEMAS

Esquema 1 – Plano da Tese 10

Esquema 2 – Metodologia geral, métodos e fontes 17

Esquema 3 – Temas constantes das programações das Conferências da Society for Human Ecology (SHE) entre 2000 e 2013 34

Esquema 4 – O domínio "Literatura e Ambiente": subgéneros da Literatura (com base em LYON (1996) e como objeto de análise dos "Green Literary Studies" (segundo COUPE, 2000)) 44

Esquema 5 – Binómio Natureza-Cosmos / Natureza-Terra ou Ecosfera: interpretação da construção pessoal de Natureza de Ferreira de Castro 131

Esquema 6 – Sistematização da "Natureza-Ecosfera": elementos de paisagem e componentes naturais do ambiente (abióticas e bióticas) de maior peso para Ferreira de Castro, segundo declarações, textos autobiográficos e outros não ficcionais, e *A Selva*. 150

Esquema 7 – A obra castriana como entidade viva 174

Esquema 8 – Economia comunitária agropastoril e respetivos serviços e bens providenciados pelo ecossistema local de montanha, representados em *Terra Fria* 318

Esquema 9 – Proposta de aplicação do potencial de divulgação ecológico e eco-humano da obra de ficção castriana 404

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Conceitos de Ecologia e uma possível transposição para a Ecologia Humana 31

Quadro 2 – Principais textos memorialísticos de Ferreira de Castro 81

Quadro 3 – Ecocronologia de Ferreira de Castro, cruzada com a cronologia de matérias ambientais durante os primeiros três quartéis do século XX (1.ª pág.) 118

Quadro 4 – Obras da Primeira Fase (1916-1927) e ciclos segundo CABRAL (1940) 164

Quadro 5 – Obra canónica de Ferreira de Castro (1928-1974) 166

Quadro 6 – Ambiente Biofísico: Componente biótica "Flora" (Reino *Plantae*): Espécies da flora silvestre mencionada em *Emigrantes* 237

Quadro 7 – Ambiente Biofísico: Habitats naturais e seminaturais em *Emigrantes* 239

Quadro 8 – Ambiente Biofísico: Componente biótica "Fauna" (Reino *Animalia*): Espécies e classes da fauna selvagem mencionada em *Emigrantes* 242

Quadro 9 – Espécies de plantas de cultivo mencionadas em *Emigrantes* 251

Quadro 10 – Espécies e classes de animais de criação e domesticados mencionados em *Emigrantes* 255

Quadro 11 – Ambiente Biofísico: Componente biótica "Fauna" (Reino *Animalia*): Espécies e classes da fauna selvagem mencionadas em *Terra Fria* 301

Quadro 12 – Ambiente Biofísico: Componente biótica "Flora" (Reino *Plantae*): Espécies da flora silvestre mencionadas em *Terra Fria* 303

Quadro 13 – Ambiente Biofísico: Habitats naturais e seminaturais em *Terra Fria* 304

Quadro 14 – Espécies e classes de animais de criação e domesticados mencionados em *Terra Fria* 315

Quadro 15 – Ambiente Biofísico: Componente biótica "Fauna" (Reino *Animalia)*: Espécies e classes da fauna selvagem mencionadas em *A Lã e a Neve* 354

Quadro 16 – Ambiente Biofísico: Componente biótica "Flora" (Reino *Plantae*): Espécies de flora silvestre mencionadas em *A Lã e a Neve* 357

Quadro 17 – Ambiente Biofísico: Habitats naturais e seminaturais em *A Lã e a Neve* 359

PARTE I.

INTRODUTÓRIA

INTRODUÇÃO

Although we cast nature and culture as
opposites, in fact they constantly mingle,
like water and soil in a flowing stream.

William HOWARTH,
"Some Principles of Ecocriticism", 1996

A presente investigação baseia-se numa premissa simples: no domínio da busca do conhecimento, as questões "ecológicas" ou "ambientais" não são alçada exclusiva da Ciência. Assim, explora um veio na afinidade entre o saber literário e o saber científico, entrelaçando dados e métodos objetivos e subjetivos. Para tal, foi necessário transgredir alguns contornos epistemológicos e, pelas guias da Ecologia Humana e da Ecocrítica nos moldes adiante descritos, procurar uma linha frutífera de cooperação interdisciplinar.

O objetivo foi trazer a primeiro plano a forma como a Natureza e o vínculo que o ser humano estabelece com ela surgem literariamente na obra de Ferreira de Castro (1898-1974) – inaugurador do "romance social" português – e em que medida essa representação literária irradia da experiência e da própria natureza do escritor.

1. Contextualização

Num artigo de 2000, os cientistas americanos Paul Crutzen e Eugene Stoermer propunham o termo "Antropoceno" para designar a época geológica que atravessamos e que inclui a atual fase da Terra, marcada por atividades humanas com impactes significativos no seu ecossistema global (DUARTE SANTOS, 2007). Sem valor científico, o vocábulo obteve mérito comunicacional, ao tornar mais percetível uma era, com início sobreponível ao da Revolução Industrial, onde uma combinação de fatores económicos e sociais sem precedentes induziu uma mudança ambiental global, refletida a todas as escalas. Esses fatores, ao ditarem pressões crescentes na quantidade e na qualidade dos recursos naturais, afetam diretamente a integridade e a resiliência dos sistemas ecológicos e, em consequência, dos grupos humanos que deles dependem.

O último meio século tem assistido à aceleração deste *modus operandi*, com o consequente alastramento das causas ambientais dentro do leque de preocupações da Humanidade, que nelas reconhece também uma importante origem de complexidade e de imprevisibilidade.

Esta temática invadiu os *media*, consciencializou os cidadãos, obrigou a questionar a economia e a repensar a sociedade, obteve lugar cativo nas agendas políticas e nas relações internacionais. O estímulo à ciência tem sido permanente, mas uma outra abordagem se impôs para minorar uma realidade com tanto de multíplice como de articular: o reforço de laços entre as Ciências Naturais ou outras ditas "exatas" e as Ciências Sociais e Humanas. Essas parcerias configuram um mecanismo de adaptação humana aos seus mais prementes desafios e são uma esperança de compromisso entre os interesses da Humanidade e os da Terra, sistema vivo que é o seu habitat.

A ideia está bem interiorizada na filosofia de estruturas globais como a ONU, nomeadamente nos Programas das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP) e para o Desenvolvimento (UNDP). Em Portugal, a Lei de Bases do Ambiente, Lei n.º 19/2014 de 14 de Abril, inclui determinações sobre a transversalidade das matérias ambientais a todos os setores da economia e da sociedade, com obrigatoriedade de medidas harmonizadas, nomeadamente no plano cultural. Cheryl GLOTFELTY e H. FROMM (1996:xxii) crêem mesmo que "the environmental crisis has been exacerbated by our fragmented, compartmentalized and overly specialized way of knowing the world".

Mas a esfera do pensamento humano não se limita à ciência. O zelo de compreensão do nosso lugar na Terra e de restrição às ameaças que sobre esta impendem não são de acesso exclusivo a técnicos, cientistas e amadores do ambientalismo. Pelo contrário, podem ampliar-se a outro domínio da realização humana, a Arte – e, dentro desta, a Literatura.

E porquê a Arte? Arrisca-se uma analogia sugerida pela Ecologia, o "efeito de orla" ou "efeito de borda": entre dois ecossistemas adjacentes, tais como uma floresta e uma pastagem ou na afluência de um rio ao oceano, permanecem áreas de transição – uma orla de campo, um estuário – que exibem características de cada ecossistema isolado e onde, frequentemente, ocorrem também espécies próprias, ausentes daqueles (BUELL, 2005). São, portanto, meios "híbridos" de superior riqueza biológica e valor ecológico.

Espera-se alcançar um fenómeno semelhante na cumplicidade entre duas áreas de realização humana. Se, tradicionalmente, a Arte foi usada para compreender, mediar e expressar a relação com o mundo não humano, ou seja, com a Natureza (M. BRANCH em ARMBRUSTER e WALLACE, 2001), é expectável que do seu cruzamento com a Ciência resulte

um conhecimento original, difícil de obter com os meios que cada uma propõe isoladamente. É também esta a opinião de vários autores de *Nature and Culture* (PILGRIM e PRETTY, 2010:xiii), para quem as múltiplas conexões entre Natureza e Cultura se têm dissipado nas sociedades industrializadas, fazendo da sua recuperação "an essential prerequesite to adressing the many global economic, ecological, social and cultural challenges facing humankind today".

E porquê, dentro das Artes, a Literatura? Não é possível evitar totalmente as motivações subjetivas e de ordem pessoal envolvidas numa investigação. Uma primeira justificação residirá em Roland BARTHES e na sua *Lição* de 1977 (ed. 2007:19): através das palavras "lançadas como projeções luminosas, explosões, vibrações, maquinarias, sabores", "a escrita faz do saber uma festa". Outro motivo será o de que a Literatura – uma arte onde tudo cabe, desde a Economia à Ecologia, à Etnografia, etc. –, soma à especial força mimética da realidade uma irresistível grandeza estética.

Escreveu Gabriel MANILA (2006:6 e 15), a propósito dos textos tradicionais orais, que a Literatura encerra uma "bagagem imaterial de memória" cultural de um país, sendo fonte de "significação e sentido para cada nova geração" que permite ligar o passado ao futuro. C. REIS (2008:92 e 44), invocando Aristóteles, atribui à Literatura "(…) uma função junto do leitor que transcende uma mera dimensão lúdica, para visar questões de ordem moral, ética, social, ideológica, etc.", acrescentando que "(…) é sobretudo a literatura em prosa narrativa que se revela capaz, de forma mais evidente do que as práticas poéticas, de estabelecer comunicação com um público muito mais amplo", em especial o género do romance, popularizado a partir dos finais do século XVIII.

C. FLYS-JUNQUERA (2011:75, 60 e 61) reforça este princípio – "(…) works of fiction can provide a wide-ranging set of insights about development processes that are all too often ignored or de-personalized within academic or political accounts (…). That, together with the fact that fiction often reaches a wider and more diverse audience, exerting greater influence (…) made Lewis *et al* conclude that fiction can be an authorative source of knowledge and one which scientists should take into account" – e direciona esta lógica interdisciplinar para os objetivos ecológicos: "By helping to restore the ability of humans to "hear" our earth others (…) literary scholars become environmental activists, contributing not only to increasing awareness of environmental issues, but by suggesting alternative values and ways of living on this earth".

A história da Ecologia e do Ecologismo dá razão a estes autores. Basta recuar até meados do século XX para verificar, por exemplo no contexto pioneiro que foi o movimento ecologista norte-americano, as suas raízes literárias, qua aliás mergulham bem mais atrás, como veremos no capítulo seguinte. Em Portugal, o poema "Serra Mãe" (1947) de Sebastião da Gama, um alerta sobre a Serra da Arrábida, esteve na génese da Liga para a Proteção da Natureza e, por essa via, do movimento ambientalista português.

Mas ambientalismo na Literatura não significa exatamente Ambiente ou Natureza[1] na Literatura. Esta tem manifestado uma diversidade de representação de locais geográficos, territórios e habitats – naturais, e seminaturais com grau de humanização variável –, agregando memórias e dados históricos, descrevendo os recursos e processos ecológicos, inventariando a toponímia e outro património cultural que mantêm a Paisagem viva e concorrem para a sua construção e modelação. Ou seja, enquanto manifestação do pensamento independente da Ciência, a Literatura encerra – em particular nos géneros de ficção, mas também na crónica de viagens ou na epístola – um considerável potencial de difusão do ambiente biofísico enquanto património e das modalidades relacionais e de influência que o ser humano institui com ele.

Este pressuposto reforça o sentido da presente investigação. Num país paisagística e culturalmente heterogéneo, caracterizado pelas dualidades que Orlando RIBEIRO (1986) enalteceu no clássico da Geografia portuguesa *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico* (1945), que papel assume o nosso legado literário, no quadro dos desafios ecológicos que impendem sobre Portugal, a Europa e todo o planeta?

A Literatura portuguesa tem explorado com maestria e afeto temas da nossa ruralidade, espelhando um território quase sempre sustentavelmente [2] humanizado, retratando populações na sua maioria de caráter rural, fazendo menos ou mais implicitamente a defesa desse património. Mostra-se, assim, permeável aos fenómenos ecológicos e eco-humanos do país. Aspetos fundamentais desta estreita interdependência foram captados pela sensibilidade artística de muitos escritores. Se nos cingirmos ao século XX, são exemplo alguns contemporâneos de Ferreira de Castro: Aquilino Ribeiro e as suas *Terras do Demo* (1919) beirãs; Miguel Torga com os seus *Contos da Montanha* ou a sua *Vindima* (1945); Alves Redol e a trilogia romanesca *Port*

[1] Ver definição e discussão destes conceitos nos Capítulos 1 e 4 e ainda no Glossário geral .
[2] Idem

Wine (1949-1953) centrada na paisagem vinhateira duriense; Manuel da Fonseca e as histórias com ecos e panoramas do Alentejo; Carlos de Oliveira, com a *Casa na Duna* (1943), um dos títulos de uma obra inteira dedicada à zona pobre das areias da Gândara.

Nesta medida, a nossa literatura torna-se fonte de conhecimento histórico da relação multiforme entre o ser humano e os recursos naturais que foi explorando para sobreviver – uma função extra-artística com potenciais efeitos na cidadania geral e ambiental e que se projeta, com atualidade e pertinência, nas gerações leitoras do presente e do futuro.

Em *Beyond Nature Writing* (2001:12 e 7), ARMBRUSTER e WALLACE salientam a importância e utilidade da análise de textos literários de autores "not nature writers in the tradicional sense", por exemplo ficção "concentrating instead on human interiority and culture", como James Joyce, Virginia Woolf e Toni Morrison, nos quais encontram relevantes tópicos ambientais. Também Ferreira de Castro está a salvo da classificação de "nature writer", com uma obra que, não focando predominante ou exclusivamente a representação da Natureza, é ainda assim muitíssimo rica nessa temática.

Estas reflexões – da função cívica da Literatura e da aplicação do labor ecocrítico para lá da "escrita de Natureza" tradicional – apoiaram a intuição inicial da autora deste trabalho, segundo a qual a vida e a obra de Ferreira de Castro encerram potencial para uma crítica sob os prismas ecológico e eco-humano.

A primeira motivação para a escolha deste escritor ultrapassa a sua notoriedade literária, alojando-se no plano subjetivo: a admiração pelo seu percurso biográfico invulgar, com raízes num Portugal acentuadamente rural e pobre, vertido numa obra norteada por sólidos ideais humanistas e universalistas que guardou espaço a uma fina sensibilidade à dependência vital que une o ser humano à Terra – qualidades artísticas e humanas que elevaram Ferreira de Castro a referência cívica e moral no nosso país, em prol dos direitos humanos e da justiça social.

Ferreira de Castro – que A. VIEIRA NEVES (1976:10) afirma ter sabido "amar com igualdade de sentimentos a Natureza e a Humanidade" – ocupa um lugar de feliz representatividade na herança cultural portuguesa, sendo aquilo que C. REIS (2008:38) designa como um escritor "do cânone" nacional. J. PALMA-FERREIRA (1966-1976), citando Óscar LOPES, descreve-o como "o primeiro escritor moderno que, em Portugal, apresenta

uma conceção de vida verdadeiramente interventora e ideologicamente responsável (…)". E de facto, a produção literária castriana afirmou-se comprometida com o mundo e a humanidade, testemunhante dos males que os afligiam e levada a cabo com o sentido missionário de os expor e combater.

Numa dissertação académica de 2000, C. PINHO assinalou como a escrita castriana constitui prova da capacidade da Literatura em "proporcionar um conhecimento socio-antropológico" (p.12). No mesmo ano, F. CRAVIDÃO e M. MARQUES (2000:23) partiam de *Emigrantes,* romance de 1928, para assumir algo idêntico, já não no campo da Sociologia mas no da Geografia, admitindo que na literatura o geógrafo encontra "quase sempre em espaços ficcionados, percursos sociais, cenários económicos e culturais que o podem ajudar a compreender as relações (…) entre a população e o território". Mas já em 1982, em *Portugal, a Expressão da Paisagem*, G. SANTA-RITTA incluíra seis trechos de Ferreira de Castro, entre os de outros escritores, alegando que "ao efetuarem a síntese descritiva daquilo que nas paisagens os impressiona, dão-nos a impressão visual que a descrição científica, só por si", não permite (p.13). Dez anos depois, o académico francês B. EMERY (1992:78) afirmava que um diagrama temático dos três grandes romances castrianos "tropicalistas" – *Emigrantes* (1928), *A Selva* (1930) e *O Instinto Supremo* (1968) – indicava "une constance dans l'interpretations des paysages et des hommes".

É verdade que em Portugal, no Brasil, na bacia do Mediterrâneo e um pouco por todo o mundo, Ferreira de Castro sucumbiu à atração pelas manifestações da Natureza e do engenho humano. O resultado foi uma obra canónica de grande densidade estética e ética, de profundo alcance comunicativo, que se exprimiu em quase todos os géneros – romance, novela, teatro, crónica e narrativas de viagens – e elegeu o escritor como um dos mais importantes no panorama literário português e lusófono.

Comparando-o com outros de grande êxito popular em vida, E. LISBOA (2009:129) afirma que o meio académico português tem "desprezado" este autor e outros, como Namora ou Redol (…)". No que respeita à figuração da Natureza, pelo menos, poucos críticos da obra castriana se debruçaram sobre ela. Exceções de relevo são António FRANCO, da Universidade de Évora, e Daniel ARANJO, da Universidade du Sud – Toulon-Var, que escreveram sobre a paisagem, centrando-se sobretudo em *A Selva*.

Se tivermos presente que Ferreira de Castro devotou grande parte do seu labor

literário à condição humana, sobre um pano de fundo do ambiente transformado em graus variáveis pela sua presença, fica justificada a opção de o estudar no âmbito da Ecologia Humana, área interdisciplinar que se ocupa cientificamente da relação entre a Ecosfera e a Sociosfera e onde convergem as metodologias das Ciências Naturais e as das Ciências Sociais e Humanas.

Trata-se, assim, de uma pesquisa focada no passado – na imagem desse passado veiculada pela escrita realista – a fim de melhor compreender as relações eco-humanas do presente e de contribuir para a preservação desse património relacional no futuro.

2. Tese e Objetivos

Esta investigação argumenta e procurará demonstrar a seguinte Tese:

A obra de ficção castriana contem um inequívoco teor eco-humano, reflexo da experiência do autor em variados ambientes geográficos. Por isso, deve ocupar na Cultura portuguesa um lugar muito além da sua aclamada dimensão literária: o do enorme préstimo documental sobre comunidades portuguesas rurais e elos vitais que estabeleceram com os seus habitats – numa geografia que compôs a cenografia castriana, dentro dos moldes de um tempo que também Ferreira de Castro atravessou.

Em sintonia com o que ficou escrito, os objetivos latos desta investigação são explorar a permeabilidade e contribuir para o diálogo entre Ciência e Arte; em particular, sugerir possibilidades de proveito mútuo à Ecologia Humana e à Literatura. À primeira, propondo novas fontes de memória das teias de influências eco-humanas que se entrelaçam nos territórios e mostrar que os mundos mais subtis ou mais evidentes dentro da obra literária podem ser bons aliados na defesa dos interesses ecológicos e eco-humanos. À Literatura, recomendar percursos de leitura alternativos, que repensem o texto segundo novos sentidos, convocando-a assim para os desafios de cidadania do atual mundo globalizado, não culturais no sentido tradicional do termo.

Em Ferreira de Castro, pretende-se mostrar que, embora sem intencionalidade declarada, é um valioso autor - exemplo da função extraliterária da Literatura, lançando um novo olhar sobre a sua biografia e uma nova leitura da sua obra canónica. Dentro deste enunciado geral, delinearam-se os seguintes objetivos específicos:

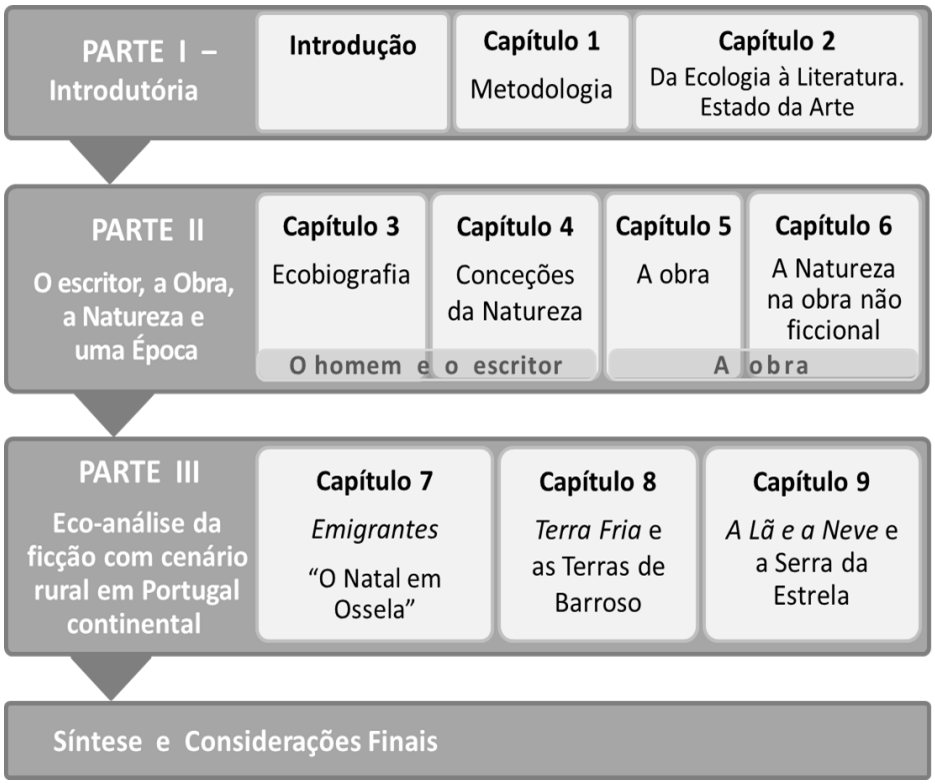
1. Apurar a ligação do escritor à Natureza e a influência dessa ligação na obra.

2. Demostrar como, em época anterior ao despertar do movimento ecológico nacional, a sua obra canónica de ficção centrada no território continental português de cariz rural continha já uma forte representação da interdependência Ser humano – Natureza, potenciando-se como veículo de divulgação ambiental para os leitores do século XXI.

3. Objeto de Estudo e Plano da Tese

O título "*Terra Nativa*" remete para o universo lexical castriano e espelha os dois objetivos, apontados um ao escritor, outro à obra. A expressão é de sua autoria, usada recorrentemente em linhas memorialísticas e ficcionais – quer para designar o vale e a aldeia onde nasceu e viveu a infância, quer para aludir a Portugal, na perspetiva dos emigrantes que, à distância, invocam e evocam o país através das lentes da saudade.

Em face dos objetivos, construiu-se uma dissertação bicéfala, onde as duas partes principais – Partes II e III – são antecedidas de um conjunto introdutório e rematadas por um capítulo final, como representa o Esquema 1.



Esquema 1 – Plano da Tese

A Parte Introdutória inclui a presente Introdução, também o Capítulo 1, onde se descreve a Metodologia geral da investigação e os métodos e fontes usados para as Partes II e III, e o Capítulo 2, que esboça o Estado da Arte das duas principais disciplinas onde se enquadra o trabalho – a Ecologia Humana, pelo lado da Ciência (subcapítulo 2.1.), e a Ecocrítica, pelo lado da Arte literária (subcapítulo 2.2.) – e explora conceptualmente as afinidades entre ambas.

A Parte II fornece dados e reflete sobre o escritor e oferece uma panorâmica geral de toda a obra, com base em fontes biográficas e autobiográficas, no seu discurso jornalístico e na sua escrita não ficcional, incluindo as narrativas de viagens. O objetivo foi conhecer o autor antes de lhe analisar os livros, saber sobre o homem e o escritor para lá do habitualmente divulgado, com um enfoque na relação com a Natureza, na convicção de que esse entendimento fortaleceria a aptidão interpretativa da parte subsequente. Nessa tentativa de sistematizar o vasto universo castriano e interpretar a sua construção pessoal e cultural da Natureza, a análise separa artificialmente duas entidades verdadeiramente intrincadas: o escritor e a obra. Os Capítulos 3 e 4 ocupam-se do primeiro; os Capítulos 5 e 6 da segunda.

O Capítulo 3. "Ecobiografia" de Ferreira de Castro é parte integrante e de direito da crítica ecológica, e assume o escritor como produto de uma época e de uma cultura, de uma mentalidade prevalecente e de um modelo social. Pesquisou-se a sua arqueologia pessoal, seguindo um propósito análogo ao enunciado por Oliver ROLIN no livro *Paisagens Originais* (2000:8): é importante "subir ao longo desses rios que são as obras até à região das suas fontes". A Ecobiografia ensaia um registo propositadamente "jornalístico", remetendo para uma fase profissional de Ferreira de Castro. Segue um fio cronológico entrelaçado superficialmente com acontecimentos do país e do enquadramento mundial ao nível socioeconómico, ao encontro de questões que nortearam a vida pessoal, cívica e literária do escritor e com cabimento na Ecologia Humana. Por exemplo, a instrução formal e a salubridade das habitações, liberdade de imprensa e outras liberdades ou falta delas, a emigração europeia intercontinental, movimentações cívicas e políticas.

O subcapítulo 3.1. "O Ciclo de Vida" faz uma resenha biográfica, desde o nascimento num vale à inumação numa serra, reunindo aspetos factuais, emocionais e outros de relevo, sublinhando a ligação à "terra nativa" e o sentimento de Natureza; é

genérico, com alguns dos seus aspetos desenvolvidos nos pontos seguintes. Abordam-se as características de personalidade e as linhas ideológicas que o definiram e ditaram posições relativas à Natureza e a matérias ambientais da época (embora não designadas como tal). O subcapítulo 3.3. interpreta as predileções do escritor na base geográfica de Portugal continental e o 3.4. "Ecocronologia" estabelece um paralelo da biografia descrita com marcos da história da Ecologia, da Ecologia Humana e do ecologismo.

O Capítulo 4. "Conceções da Natureza: entre a Ciência e a Arte" faz uma interpretação conceptual da aceção ambivalente que Ferreira de Castro desenvolveu face à Natureza. Os Capítulos 5 e 6 dedicam-se à obra literária na sua totalidade. No Capítulo 5 a abordagem é genérica, mostrando o seu lugar na literatura portuguesa e mundial e focando-se em aspetos típicos, como a precursão do neorrealismo, a relação do autor com a censura e a sua entrega à autocensura. Uma breve reflexão sobre o presumível "esquecimento" do escritor nos dias de hoje, importante mas marginal ao âmbito deste trabalho, remeteu-se para o Apêndice VI. O Capítulo 6 procura identificar em que medida a relação de Ferreira de Castro com a Natureza, apurada nos capítulos 3 e 4, se reconhece na obra não ficcional e influenciou a escrita também em termos estilísticos. É dado destaque à sua Literatura de Viagens, com uma análise superficial das duas primeiras obras – *Pequenos Mundos e Velhas civilizações* e *A Volta ao Mundo* – no intuito de revelar o interesse eco-humano do escritor na sua atividade de viajante.

Podemos olhar esta Parte II à luz do método enunciado por Orlando RIBEIRO num dos seus *Opúsculos Geográficos* (1985:17): "Quando os assuntos são vastos, complexos e difíceis, a maneira de os ladear pode ser uma série de aproximações sucessivas, de espirais cada vez mais apertadas, com que procuramos delimitar a vastidão e simplificar a complexidade (…)". A Parte II é essa série de espirais, que evolui do geral (o homem), e se estreita progressivamente (o escritor, a obra de primeira fase, a obra não ficcional) até se afilar nos quatro textos ficcionais analisados de seguida.

A Parte III é essencialmente interpretativa e procede à eco-análise de quatro textos de ficção – três romances e um conto – com ação decorrida em três cenários rurais de Portugal continental, segundo critérios expostos no capítulo seguinte. Analisa como a terra e os múltiplos saberes inerentes à ligação humana com ela – a "matéria", a que R. BARTHES (2007:16 e 20) chama "Matesis", uma das três forças da obra literária – são transpostos para os textos enquanto facetas do "real", de modo não absoluto mas

submetido ao filtro sensitivo e criativo do autor – exprimindo a força de representação da Literatura designada por "Mimesis". Uma ecocrítica cujo ponto de observação se aloja não na Literatura, como é da tradição da Ecocrítica, mas sim no campo científico da Ecologia Humana, por isso penetrando muito mais a especificidades desta área. Esta Parte é formada por quatro capítulos e culmina na Síntese e Conseiderações finais, onde se discutem os resultados dos anteriores capítulosne se apresenta um Quadro-síntese. Inclui uma breve proposta de como abrir caminho para que os resultados encontrem significado também nos planos cívico e político, participando das metas da Conservação da Natureza e dos equilíbrios eco-humanos.

A Figura 1. mostra o enquadramento geográfico do *corpus* literário analisado sobre dois mapas de zonamento ecológico: o Mapa das Unidades de Paisagem, delineado por Orlando RIBEIRO em 1945, portanto de proximidade temporal à época dessas obras, e outro atual, com a representação da Rede Nacional de Áreas Protegidas.

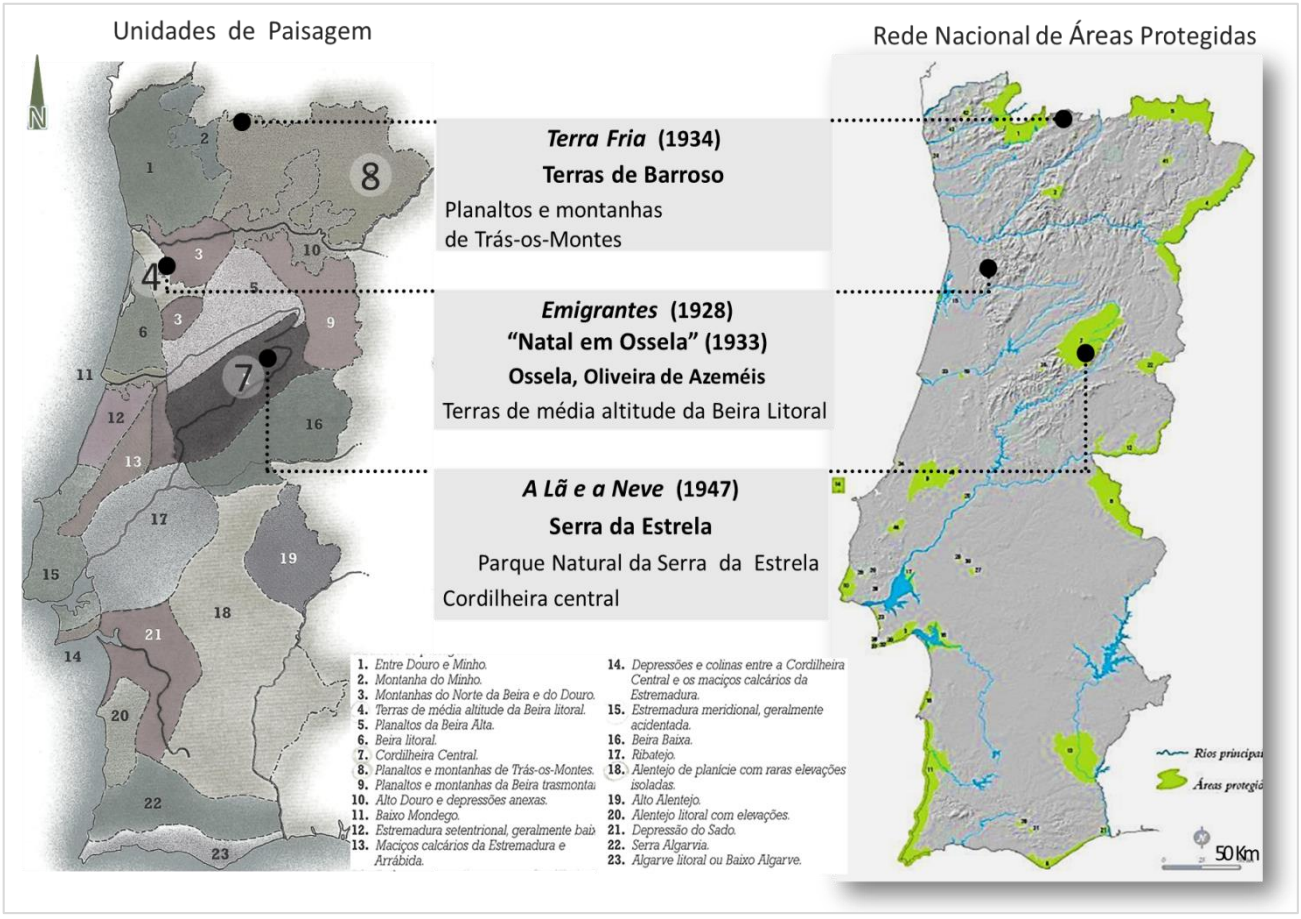


Fig. 1 – Enquadramento geográfico dos cenários do *corpus* literário objeto de estudo na Parte III
Fontes dos mapas: RIBEIRO (1945, ed. 1986:189) e ICNF, www.icnf.pt (2015)

Estão subjacentes a esta investigação dois cuidados: o de não exacerbar a perspetiva eco-humana a ponto de "trair" o autor, respeitando a intenção que depositou na sua escrita; e o de não plasmar a grande profundidade que caracteriza ambos na análise quantitativa de resultados estanques, complementando-a e enriquecendo os seus resultados estanques com o estudo qualitativo, evitando assim o que poderia ser um registo frio e irreal dos textos castrianos.

Carlos de OLIVEIRA, no pequeno ensaio "Micropaisagem" (in *O Aprendiz de Feiticeiro*, 1971:267), diz que "O Livro, qualquer livro, é uma proposta feita à sensibilidade, à inteligência do leitor: são elas que em última análise o escrevem". A obra castriana, como qualquer outra, encerra vários planos de sentido e presta-se às mais matizadas leituras e interpretações. Este trabalho apenas explora um, que é inédito, na esperança de a revelar como obra sempre em movimento, capaz de criar pontes com sucessivas gerações e de participar nos desafios ambientais deste tempo.

Capítulo 1. METODOLOGIA

1.1. METODOLOGIA GERAL

1.1.1. Questões de partida e Hipóteses de trabalho

No processo geral da pesquisa e após a eleição do tema, cumpriram-se as seguintes fases, nem sempre rigorosamente sequenciais: 1) Conversas exploratórias com especialistas portugueses na vida e obra de Ferreira de Castro, para avaliar a pertinência e a utilidade prática do projeto; 2) consulta do material biográfico e autobiográfico do escritor; 3) Aquilo que L. BARDIN (1995:95) chama uma "leitura flutuante", a fim de estabelecer contacto com a totalidade da obra castriana; 4) revisão e leitura crítica da bibliografia de referência nacional e internacional da Ecologia Humana e da Ecocrítica; 5) Delimitação dos objetivos e do *corpus* literário a analisar na Parte III; 6) por fim fixaram-se o argumento ou Tese, as questões de partida e as hipóteses de trabalho.

As questões de partida são as seguintes:

Questão 1. Que tipo de ligação manteve Ferreira de Castro com a Natureza e a terra e como se encontra refletida na sua biografia, memórias e escritos não ficcionais, por exemplo nas narrativas de viagens?

Questão 2. Que fatores e fenómenos do ambiente biofísico são, e como são, representados na sua obra de ficção e que conceitos da Ecologia Geral são implícita ou explicitamente invocados?

Questão 3. Que formas da interdependência humana com a Natureza são retratadas e que papel assumem na definição dos enredos?

As questões 2 e 3 foram formuladas por adaptação de parte dos inquéritos propostos por C. GLOTFELTY (1996, Introduction) e Michael MACDOWELL (*op. cit.*).

O campo das hipóteses é formado por:

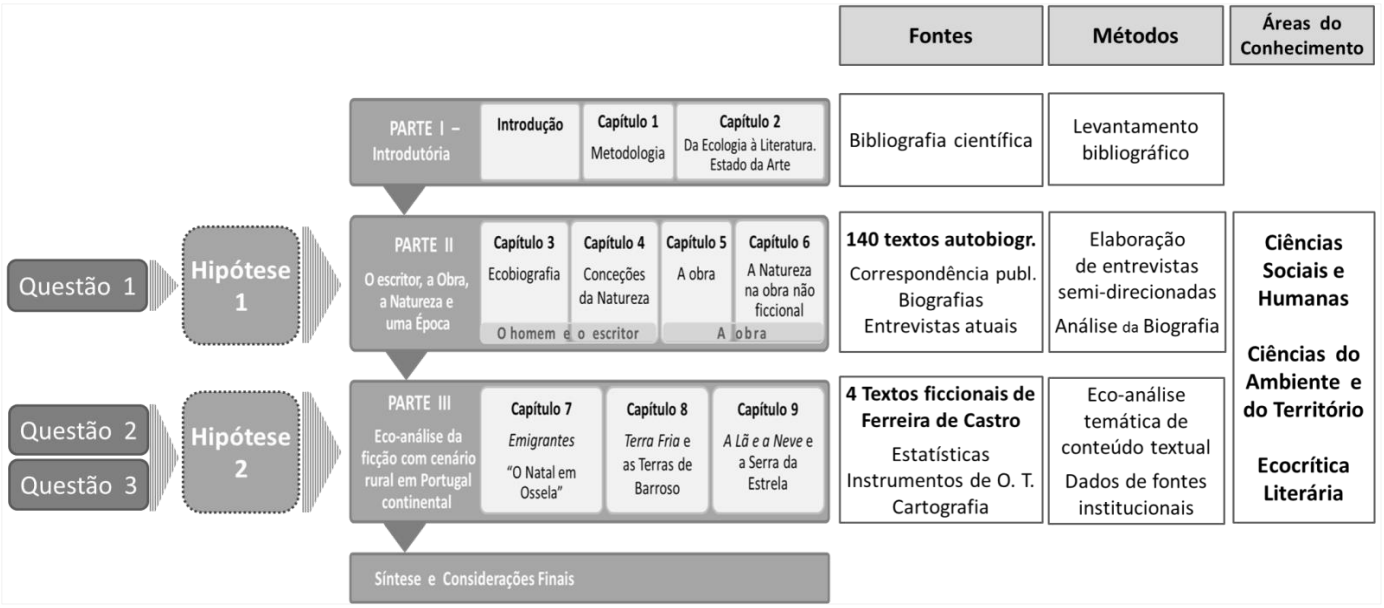
Hipótese 1: Ferreira de Castro mantinha uma aproximação à Natureza e às questões ambientais pouco apoiada na atualidade e no saber científico do seu tempo, antes alimentada por uma sensibilidade que radicava na sua personalidade e experiência de vida;

Hipótese 2: A sua ficção, movida embora por um claro propósito de intervenção social, está longe de ser neutra ou silenciosa no tocante a matérias ecológicas e ao vínculo entre o ser humano, o território e seus recursos naturais, reservando a estes temas um espaço narrativo importante.

A Questão 1 deu origem à Hipótese 1 e é informada pela Parte II; as Questões 2 e 3 originaram a Hipótese 2 e estudam-se na Parte III, como mostra o Esquema 2. Este, centrado no Plano da tese apresentado na Introdução, mostra também como foi necessária uma abordagem metodológica integrada com recurso a métodos e fontes próprios das Ciências Sociais e Humanas, das Ciências Ambientais e da Análise Literária (parte direita do esquema). Só assim foi possível responder às questões de partida e confirmar ou rejeitar as hipóteses, submetendo-as "à prova dos dados seguros" (BARDIN, 1995:98). Os métodos incluíram, por exemplo, obtenção de informação originária através da elaboração e condução de entrevistas; consulta de registos documentais cartográficos e de instrumentos de ordenamento territorial (Planos de ordenamento de áreas protegidas), estatísticas, etc..

O que pode configurar aquilo que nas últimas duas décadas tem sido designado como "Mixed methods": uma terceira abordagem metodológica que complementa as pesquisas tradicionais de base quantitativa ou qualitativa. O objetivo essencial dos "mixed methods" – que vêm sendo estudados do ponto de vista teórico e testados ao nível empírico nos campos das ciências sociais e comportamentais, da saúde, etc. e têm pelo menos uma publicação destinada, o *The Journal of Mixed Methods Research* [3] – é tratar uma questão de investigação sob mais do que um ângulo relevante, integrando a abordagem aprofundada pela compreensão qualitativa, em articulação com o poder dos dados quantitativos; esta opção pode ser mais eficiente na obtenção de respostas e potencia a transposição das fronteiras disciplinares e responde à complexidade dos problemas que se colocam no século XXI (CRESWELL, 2003).

[3] Fonte: http://mmr.sagepub.com/



Esquema 2 – Metodologia geral. Métodos e fontes

1.1.2. Autores e Conceitos

Nas Partes II e III, vários prosadores nacionais e estrangeiros figuram em comparações com a vida e a obra de Ferreira de Castro. A sua escolha obedeceu aos seguintes critérios:

1) Serem personalidades com quem o escritor manteve contacto pessoal de relevo ou mesmo relações de amizade, caso de Carlos de Oliveira e Jorge Amado.

2) Terem sido para ele referências literárias importantes e assumidas: os nacionais, principalmente Raul Brandão e Aquilino Ribeiro; estrangeiros, sobretudo o naturalista francês Émile Zola;

3) Serem autores cujos estilos literários têm maior afinidade com a escrita castriana: os naturalistas, os do romance social e os neorrealismo, ou aqueles com uma forte temática de ligação à terra: Aquilino Ribeiro, Raul Brandão, Carlos de Oliveira, Manuel da Fonseca; e o americano John Steinbeck.

4) Autores que elegeram os mesmos cenários geográficos em Portugal continental.

5) Como critério temporal, autores que chegaram a viver ainda no século XX e cujas obras também se impuseram durante esse século, evitando-se, portanto, a literatura do seculo XIX.

Limitações pessoais para lidar com esse universo peculiar que é Poesia impediram cotejos com poetas, excepto em situações muito concretas. Foi o caso de João de Barros, amigo de Ferreira de Castro. Os autores da Ecocrítica foram escolhidos começando pelos fundadores ou coordenadores dos principais *readers* da área; acrescidos de outros selecionados a partir da leitura dos *abstracts* de periódicos de ecocrítica.

Sem prejuízo de se recapitularem durante a análise, definem-se os mais nucleares conceitos adotados, remetendo-se todos os outros para o Glossário geral. Os últimos três conceitos mereceriam um debate aturado, dada a variedade de aceções que se encontram na literatura, na legislação e na linguagem comum, muitas vezes incongruentes entre si – empresa que transcende esta tese:

"Ser Humano" e "Homem": evitando discussões de Natureza filosófica, jurídica ou outra fora do alcance deste trabalho, optou-se pela primeira expressão para designar a entidade bio-socio-cultural (espécie Homo sapiens sapiens), referida na linguagem comum em Língua Portuguesa pelo termo "homem";

"Natureza": Partiu-se do leque de significados do *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2004) para depois o restringir àqueles que uma primeira abordagem exploratória ao autor mostrou se justificaria estudar: 1. O mundo material, especialmente aquele em que vive o ser humano e existe independentemente das atividades humanas; 2. Conjunto de elementos (mares, montanhas, árvores, animais, etc.) do mundo natural; (…); 4. O universo com todos os seus fenómenos; (…) A adoção desse conjunto faz-se sem sair do perímetro da investigação – a "Natureza" enquanto realidade exterior, mas não independente do ser humano e da artificialidade dos meios urbanos, industriais e mecanizados – ratificando a inserção na Ecologia Humana [Ver discussão no início do Capítulo 4].

"Ambiente": o termo presta-se a muitas oscilações e equívocos. Optou-se pela definição do artigo 5.º da primeira Lei de Bases do Ambiente portuguesa (11/87 de 11 de Abril), que integra as componentes naturais e humanas: "o conjunto dos sistemas físicos, químicos, biológicos e suas relações e dos fatores económicos, sociais e culturais com efeito direto ou indireto, mediato ou imediato, sobre os seres vivos e a qualidade de vida do homem". Embora esta primeira versão da lei tenha sido revogada em 2014, esta definição afigura-se mais coerente e mais adequada para os objetivos estipulados.

"Paisagem": igualmente se prefere o sentido dado pela versão de 1987 da Lei de Bases do Ambiente, que engloba a Natureza-Ecosfera menos ou mais profundamente intervencionada – "unidade geográfica, ecológica e estética resultante da ação do homem e da reação da Natureza, sendo primitiva quando a ação daquele é mínima e natural quando a ação humana é determinante (…) – um conceito polissémico em sintonia com o expresso na *Convenção Europeia da Paisagem* (2000).

Sobre aspetos formais genéricos da presente tese: 1. Todas as fotografias, esquemas, quadros e gráficos, salvo indicação em contrário, são da autora; 2. As fontes de autores e obras assinalam-se ao longo ao texto; as fontes estatísticas e cartográficas, páginas da internet e entrevistas surgem em rodapé, para não sobrecarregar a leitura.

1.2. MÉTODOS E FONTES DA PARTE II

Para a Parte II, nomeadamente para os capítulos 3 e 4, que versam a Ecobiografia e a ligação do escritor à Natureza, recorreu-se a três conjuntos de informação: 1) Ferreira de Castro visto por si próprio; 2) a sua obra canónica não ficcional e as falas do narrador e do protagonista de *A Selva*, dado o inequívoco valor autobiográfico deste romance; e 3) Ferreira de Castro visto pelos outros. A leitura destas fontes privilegiou o seu potencial de informar sobre aquela ligação.

Do primeiro e do segundo conjuntos fizeram parte 140 textos: a) Textos de opinião, de intervenção cívica e política e memorialísticos, publicados e não publicados; b) textos não ficcionais da chamada "Primeira fase"; c) aquilo a que Alfred OPITZ (2012) chamou o extenso "Paratexto" castriano: os Pórticos dos seus títulos canónicos, assim como os prefácios e posfácios a edições especiais; d) as entrevistas (consultadas nos originais sempre que foi possível encontrá-los no espólio do Museu), dadas pelo escritor no país e no estrangeiro e citadas pelos seus principais estudiosos; e) a correspondência ativa e passiva publicada, que "permite iluminar, esclarecer e muitas vezes repensar as noções adquiridas sobre uma personalidade ou época histórica" (ALVES, 2006:5).

O terceiro conjunto de informação, atinente a Ferreira de Castro visto pelos outros, incluiu: a) As biografias e outros estudos sobre ele, todos publicados em vida por

amigos seus; b) os livros de homenagem e consagração, alguns editados após a sua morte; c) escritos e opiniões de personalidades suas contemporâneas, da política ao meio literário e outras artes; c) os testemunhos de pessoas que tiveram um contacto relevante com ele. Estes últimos foram recolhidos mediante entrevistas semi-direcionadas, cujas transcrições constam dos Apêndices II a VI:

Entrevista [1] a Eva Almeida, amiga (2012); Entrevista [2] a Zeca Barbosa, sobrinho (2012); Entrevista [3] a João de Melo, amigo, escritor (2013); Diálogo [4] com Urbano Tavares Rodrigues, amigo, escritor (2013). Houve total flexibilidade na aplicação do guião, que no limite originou o diálogo com Urbano Tavares Rodrigues, convertido em texto corrido. Note-se que estas entrevistas visaram apenas obter informação inédita sobre conteúdos da biografia do escritor relacionáveis com a Natureza, a fim de validar ou contrariar a Hipótese de trabalho 1; não constituíam em si objetos de investigação, pelo que não foram sujeitas a técnicas de análise.

No subcapítulo 3.3. "Portugal, mais Mediterrâneo do que Atlântico", a rede resultante do levantamento dos locais geográficos de recolhimento e inspiração foi inscrita sobre uma base cartográfica com a divisão político-administrativa por distritos, por ser esta, em alternância com a partição histórico-etnográfica por províncias, a usada até perto da década de 70 do século XX (FERRÃO, 2002). Para a sistematização da "Natureza-Ecosfera" do subcapítulo 4.3 "A Natureza-Terra ou Natureza-Ecosfera", fez-se uma adaptação das "Normas técnicas para a estrutura do Estudo de Impacte Ambiental", em particular do Ponto IV, que obriga à caracterização do ambiente natural afetado pelo projeto segundo: "(…) i) nomeadamente diversidade biológica, nas suas componentes fauna e flora; solo; água; atmosfera; paisagem; clima; recursos minerais (CCDRLVT, 2005).

1.3. MATERIAIS E MÉTODOS DA PARTE III

1.3.1. *Corpus*, Ecocrítica e Análise de conteúdo

Com se disse, o *corpus* literário analisado na Parte III [Figura 1, Introdução] é formado por quatro textos de ficção – três romances e um conto – com cenário em Portugal continental. Obteve-se aplicando uma sucessão de "filtros" à totalidade da obra canónica ficcional de Ferreira de Castro. O primeiro excluiu os títulos de ação decorrente

maioritariamente no Brasil, cuja riqueza em conteúdos alusivos à Natureza justificaria uma dissertação própria; o segundo "filtro" retirou as ficções com cenário em Espanha e França; o terceiro afastou as ficções que, embora passadas em Portugal, são-no em cenário cuja localização geográfica rigorosa não é possível; e, finalmente, o quarto "filtro" confinou o objeto de estudo aos títulos ficcionais localizáveis no território de Portugal continental, excluindo assim o romance com ação na Madeira.

As obras estudadas do *corpus* situam-se numa moldura temporal de escrita entre 1928 e 1947, sem grandes discrepâncias relativamente aos tempos das respetivas ações.

Dado o caráter realista dos textos, partiu-se do pressuposto de verosimilhança e fidedignidade, que lhes confere credibilidade na sua função de representação do real, em concreto da paisagem e relações orgânicas nela contidas, assegurando um grau aceitável de qualidade documental. A adoção desse pressuposto encontra sustentação nas advertências de SALTER e LOYD (1977, cit. p. QUEIROZ, 2007:41): i) o escritor teve experiência pessoal das vivências e paisagens que recriou na sua obra; ii) os leitores e os críticos da época confirmaram a sua relação com a[s] paisagem[ns]; e iii) outros autores do mesmo período descreveram a[s] paisagem[ns] de forma similar.

Correspondendo a Ecologia Humana a uma zona de interface científica e definindo a Ecocrítica uma área de trabalho também ela híbrida (como veremos no Capítulo 1), ambas têm em comum a flexibilidade e o esbatimento das suas fronteiras.

A Ecocrítica nasce dos estudos literários e a sua definição mais simples, completa e em sintonia com esta investigação é a de Laurence COUPE em *The Green Studies Reader* (2000:302): "The most important branch of green studies, which considers the relationship between human and non-human life as represented in literary texts and theorizes about the place of literature in the struggle against environmental destruction".

Tal como a Ecologia humana não se socorre de um método único ou hegemónico, operando como canivete suíço de vários métodos das várias disciplinas, também o ambiente nos estudos literários está longe de ser um todo monolítico. Livre de uma unidade metodológica, resulta antes num conjunto heterogéneo de práticas essencialmente orientadas pelo tema, e que vêm dando forma à teoria.

Em ordem a alcançar aquilo que COUPE (2000: 253 e sgs.) designa por "the nature of the text", e tendo sempre presente que os pontos de partida e de chegada desta

investigação são a área da Ecologia Humana, híbrida entre as Ciências do Ambiente e as Ciências Sociais, mas não a Literatura, leram-se trabalhos práticos de ecocríticos contemporâneos, a fim de "absorver" o "tom" próprio dos estudos literários.

No estudo das formas como a escrita reflete, por um lado, e por outro influencia as nossas interações como o meio (SLOVIC em COUPE, 2000), ou na sua atenção "às interpretações reais ou literais e às interpretações figuradas ou construídas da "Natureza e do "ambiente"" (GARRARD, 2006:29), o que mais se assemelha a um método da Ecocrítica parece-nos ser a preocupação em estipular os elencos de perguntas que o ecocrítico se auto-impõe, referidas no início deste capítulo e variáveis de autor para autor.

A forma de lhes responder, contudo, obedece a critérios de natureza variada. E enquanto na análise da "Nature writing" a matéria de estudo é explícita, e portanto de apreensão imediata, num género de literatura como a de Ferreira de Castro é necessário abrir caminho no texto através da mata de outros assuntos presentes ou dominantes, em busca de sentidos que interessam à ecocrítica. Um método útil para alcançar este objetivo é a Análise de Conteúdo Textual, própria das Ciências Sociais e distinta da hermenêutica literária.

A esta investigação importa também aquilo de que fala L. BARDIN (1995:39): trabalhar "com vestígios", inferir a partir deles e tentar ir além das palavras do discurso literário. Entre a descrição do texto (enumeração das suas características, da sua superfície) e a sua interpretação (significação concedida a essas características), a etapa intermédia é a inferência (dedução lógica "e justificada", interpretação controlada, intenção de toda a análise), que deteta significados latentes não decifrados por uma leitura superficial. Foi útil essa "técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação" (BERELSON, *op. cit.*: 19), produzindo assim resultados de confiança. Esta análise não impede a exploração interpretativa do texto, hermenêutica, mas refreia-a por "processos técnicos de validação" (BARDIN, 1995:14).

Dentro dela, a Análise Temática dedica-se aos significados. Descobre os "núcleos de sentido" de um texto, cuja "presença ou frequência de aparição" podem ter um significado para o objetivo analítico (*op. cit.:*105). Aplicou-se esta análise às quatro ficções, estabelecendo dois grandes conjuntos de elementos – Ambiente Biofísico e

Relações Eco-humanas – apurando a sua presença (ou a ausência, que também pode ser uma variável importante que manifesta bloqueamentos, aversões, etc.); a frequência, com o pressuposto implícito de que "a aparição de um item de sentido ou de expressão será tanto mais significativa – em relação ao que se procura atingir na descrição ou interpretação da realidade – quanto mais esta frequência se repetir, partindo do princípio que todos os items têm o mesmo valor, o que nem sempre acontece; e a direção favorável, desfavorável, neutra ou ambivalente (BARDIN, 1995:111).

Esse apuramento de frequências – Análise Quantitativa – fez-se por contagem direta do número de ocorrências de vocábulos, seus sinónimos, famílias vocabulares (verbos, adjetivos, advérbios) e famílias semânticas ao longo da totalidade do texto e não por amostragem de excertos. Usaram-se os quatro textos ficcionais em formato pdf convertido para formato word, para se obter reconhecimento de carateres.

1.3.2. Autores e Conceitos

Na análise do Ambiente Biofísico apuraram-se três componentes – Flora e Vegetação, Fauna e Habitats – aquelas que melhor caracterizam a importância ecológica de uma área e os determinantes na biodiversidade de um território, segundo a Cimeira da Terra, Rio de Janeiro (1992). Esta codificou uma deslocação do modelo conservacionista baseado em espécies para a biodiversidade e seus três níveis: entre e dentro de ecossistemas e habitats, de espécies e variação genética dentro de cada espécie.

Averiguou-se as referências a seres vivos ao nível da espécie – unidade taxonómica fundamental dos seres vivos. Cada ser vivo está identificado com o nome vulgar usado no texto por Ferreira de Castro e o nome científico binominal: género e espécie. Mas nem sempre foi possível deduzir com exatidão a espécie a partir da sua menção literária, como se explica caso a caso. Resultou daqui uma parte de texto enumerativa, que no entanto é seguida de uma análise aprofundada.

Os conceitos e princípios da Ecologia Clássica basearam-se na bibliografia de E. ODUM (1971, 2004) e J. BERNARDO (1995); a sua transposição para a Ecologia Humana segue a do Quadro do subcapítulo 2.1. (CARVALHO, 2009).

As paisagens dos quatro territórios fixadas nas obras de Ferreira de Castro, mais reais do que imaginadas, mas inevitavelmente filtradas pela liberdade artística, houve

que validá-las (ou não) com dados e registos objetivos das épocas – clima, ocupação do solo, etc. – com recurso a fontes estatísticas, monográficas e cartográficas. Essa validação da matéria ficcional procurou-se ainda em estudos de geógrafos de reconhecida maestria na Geografia Portuguesa e, para cada cenário, em obras aí mais focalizadas, nomeadamente teses académicas e artigos científicos. Do primeiro conjunto fazem parte:

– Orlando RIBEIRO, pelo inegável papel no conhecimento do território português e porque muitos dos seus estudos são contemporâneos da escrita dos romances e das épocas das narrativas; – Susanne DAVEAU, pelo mesmo motivo;

– Amorim GIRÃO, também contemporâneo do autor;

– Jorge GASPAR, pelo seu *Portugal em números e mapas* (1993);

– João FERRÃO, geógrafo nosso contemporâneo, que faz análises de perspetiva da geografia dos lugares em função do tempo, por exemplo comparando as várias divisões do território ao longo do século XX e início do XXI.

A contextualização geográfica dos cenários do *corpus* analisado obedeceu: No passado, às divisões administrativas (distritos e províncias), Regiões de A. Girão e Unidades de Paisagem de O. Ribeiro; no presente, assentou na mesma divisão administrativa, na Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins estatísticos (NUT) e na Rede Nacional de Áreas Protegidas.

Embora a eco-análise não obedeça a um fito diacrónico, procurou-se introduzir informações mínimas sobre as realidades paisagística e demográfica atuais, complementadas por fotografias locais. É uma informação mínima de evolução do património retratado literariamente e um passo na direção de um trabalho futuro de aproveitamento da obra castriana para a sensibilização ambiental e para projetos de turismo ecoliterário.

Finalmente, sobre a estrutura interna dos Capítulos 7 a 9: Tem-se consciência de que a divisão entre os subcapítulos "Ambiente Biofísico" e "Relação Ser Humano – Natureza" separa artificialmente matérias que na realidade são intrinsecamente ligadas, dada a acentuada e milenar humanização dos territórios–cenário. Contudo, por uma questão de organização e equilíbrio, procurou-se reservar para os últimos os aspetos mais orgânicos dessa relação, isto é, de mais evidente relação com a terra.

Capítulo 2. DA ECOLOGIA À LITERATURA. ESTADO DA ARTE

2.1. DE QUE FALAMOS QUANDO FALAMOS DE ECOLOGIA HUMANA

2.1.1. Sobre a Demografia, a Ecologia e a génese da Ecologia Humana

Os séculos XVIII e XIX foram palco da individualização e especialização de diversas ciências, produzindo um conhecimento cada vez mais rigoroso e sistemático sobre o ser humano, a Terra e as leis do Universo. Durante o século XX, novos contextos da humanidade exigiram o aprofundamento e revisão das perspetivas científicas tradicionais, cuja resposta foi, para algumas ciências, a diluição das suas fronteiras e subsequente abertura à cooperação com outros territórios científicos. Essa simbiose, particularmente entre as Ciências Naturais e exatas e as Ciências Sociais e Humanas, desenvolveu-se sobre um suporte metodológico inteiramente científico, abrindo novos e criativos caminhos.

A Ecologia Humana, cujo desígnio inicial era responder à complexificação de problemas dos habitantes das grandes metrópoles americanas nos anos 20 do século XX, inscreve-se nessa lógica de formas originais de conhecimento. O enquadramento mundial da época, bem como uma população com um volume e exigências de manutenção sem precedentes, sedenta de recursos que ameaçavam escassear em qualidade e quantidade, colocava inéditos desafios às ciências que até então dela se haviam ocupado: a Demografia e a Sociologia Urbana. Esse quadro impulsionou a nova área científica que, numa perspetiva interdisciplinar e sistémica, procurou abordar a espécie viva ecologicamente dominante sobre a Terra – o *Homo sapiens* – integrando a sua faceta biológica com a dimensão sociocultural que a distingue das restantes espécies animais. Embora logo de início corporizando um modelo inovador da epistemologia da Ciência, só a partir de meados do século passado a Ecologia Humana viria a expandir o seu campo de ação e a progredir no sentido de um novo paradigma do conhecimento humano e científico.

J. NAZARETH (2007) sintetiza que uma reflexão metódica sobre a população humana, com objetivos de equilíbrio social, político e económico, iniciou-se na Grécia antiga com Platão – que preconizava um ideal de população estacionária de crescimento zero – e com Aristóteles, este defendendo a estabilidade de um efetivo populacional de

"justa dimensão" que garantisse o equilíbrio com a Natureza. Entre a Antiguidade e a Idade Média cristã, ainda segundo NAZARETH, os olhares sobre o volume da população humana evoluíram dessa perspetiva política e social para uma outra "dominantemente teológica e moral" (p.17). Pensadores como Santo Agostinho, (séculos IV-V) e S. Tomás de Aquino (século XIII) marcaram a segunda época. Foi necessária, porém, a reflexão dos filósofos ingleses Thomas Moer, Francis Bacon e Thomas Hobbes, dos séculos XVI e XVII, para que se perspetivasse o efetivo humano sobre a Terra em função do equilíbrio entre a dinâmica do seu crescimento e os recursos naturais disponíveis para o sustentar. F. CLEMENTS (em GARRARD, 2006:91) defende que para os adeptos da Ecologia Profunda e do Ecofeminismo, a visão do universo mecanicista enunciada, entre outros, por Francis Bacon (1561-1626), Descartes (1596-1650) e Isaac Newton (1642-1727) foi o "golpe decisivo contra o universo orgânico habitado pelos nossos antepassados".

Lembra ainda M. Ruse, na Introdução da versão portuguesa de *A Origem das Espécies* (DARWIN, 2009), que também Malthus, no *Ensaio sobre os Princípios da População* (1798), alertara para o risco de esses recursos não bastarem para uma população mundial em ritmo de crescimento acelerado.

A Ciência demográfica de cariz analítico tomou forma definitivamente em meados do século XIX [4]. Uma década depois, em 1869, o zoólogo alemão Ernest Haeckel cunhava o termo *Oecologia* – a partir dos étimos gregos *oikos* e *logos*, significantes, respetivamente, de "casa" e "estudo" – para designar a abordagem funcional e integradora dos organismos vivendo numa estreita dependência do meio que habitam (ODUM, 2007, 1973:4). Mas uma visão ecológica das espécies era já inerente à teoria da Seleção Natural que Charles DARWIN, mestre de Haeckel, propusera dez anos antes em *A Origem das Espécies* (2009,1859): a sobrevivência resultava da limitada capacidade de suporte do ambiente, a qual, por sua vez, induzia uma competição que selecionava os indivíduos mais aptos [5].

Só em meados do século XX a palavra "ecologia" viria a conquistar espaço na linguagem corrente e a inspirar ideais e ativismos conducentes ao movimento ecologista.

[4] A designação "Demografia" é atribuída ao autor Achille Guillard, que em 1855 a usou nos seus *Elementos de Estatística Humana ou Demografia Comparada* (NAZARETH, 2007)

[5] PIRES e CRAVEIRO recordam em *Ética e Prática da Ecologia Humana* (2011) que a expressão "sobrevivência do mais apto" é oriunda dos domínios da Sociologia, tendo sido adotada por Darwin depois de usada pela primeira vez pelo sociólogo Herbert Spencer.

Enquanto Ciência, detentora de uma estrutura conceptual e métodos de análise bem definidos, a Ecologia tem no seu percurso uma evidente contemporaneidade com a Demografia, em especial se compararmos os respetivos saltos qualitativos e as designações por que ambas passam a ser reconhecidas enquanto ciências individualizadas na segunda metade do século XIX.

Durante a sua evolução, a Humanidade usufruiu sem preocupações de limitação do manancial de espaço e outros recursos proporcionados pelo ecossistema terrestre global. Da subsistência através da caça e recoleção, passando pela descoberta do fogo, pelo pastoreio, pela agricultura itinerante e mais tarde sedentária, depois pela expansão europeia, até à sociedade urbanizada – seguimos uma escalada de expansão e conquista, onde os impactes sobre os ecossistemas passaram de mínimos a profundos, a uma escala que ao tempo da caça e do pastoreio era localizada, sendo nas últimas décadas claramente global.

Historicamente, os problemas ambientais cresceram, generalizaram-se e agravaram-se à medida que a população humana foi, também ela, "ganhando terreno". Quer do ponto de vista do seu volume mundial, quer, nomeadamente a partir da Revolução Industrial, com o intensificar dos padrões de consumo, potenciados por um avanço tecnológico que serviu também como arma de ataque à própria Natureza. Desde então, a atividade humana caracteriza-se por um duplo *modus operandi*: ora subtrai avidamente recursos naturais, por vezes até à depauperação mais completa dos *stocks* (veja-se os exemplos recentes e extremos do asiático Mar de Aral ou de vastas manchas abatidas da Floresta Amazónica), ora injeta substâncias residuais que aniquilam a qualidade dos meios naturais recetores.

Extração e poluição – consumo de recursos e produção de resíduos – associaram-se ao êxodo rural em direção às cidades e centros industriais, ditando consequências também no campo social. A estas somou-se o forte incremento da população mundial: os pouco mais de 1600 milhões de humanos que habitavam a Terra em 1900 careceram de apenas um século para se multiplicarem até aos mais de seis mil milhões que a povoavam em 2000 (DUPÂQUIER, 2002) e até aos mais de sete mil milhões atuais. Uma das características desse crescimento foi o diferencial entre vários pontos do Globo; outra foi a convergência demográfica nos grandes centros urbanos, levando a um incremento da população urbana mundial de 15% para quase 50% durante o século passado, segundo o World Watch Institut (2007) e o Programa Habitat Nações Unidas (2011). Em cem anos,

os laços entre a população humana e os meios naturais ou artificiais que ocupa sobre a Terra evoluíram rapidamente em número, intensidade e complexidade.

Procurando tornar-se uma ponte sistémica entre a Sociologia Urbana e a Ecologia, a Ecologia Humana nasce no âmbito da Ecologia Urbana, do conjunto de autores, suas teorias e obras conhecidos como "A Escola de Chicago". Este grupo de urbanistas e sociólogos – onde se destacam R. Ezra PARK, Ernest BURGESS e Robert D. MCKENZIE – reagia, nos anos 20 do século passado, às crescentes pressões demográficas daquela cidade americana, caracterizadas por inéditos fluxos migratórios e inédita rotação de habitantes (HAWLEY, 1986). O seu objetivo inicial – estudar as mal conhecidas relações sociais no seio de uma população condicionada pela nova realidade – era conservador e visava manter a estrutura e o equilíbrio urbanos originais, neutralizando ou evitando a mudança não planeada e não desejada. No seu contexto, BURGESS (1925) comparava o crescimento urbano aos processos de organização e desorganização análogos aos processos anabólico e catabólico do metabolismo corporal, enquanto MACKENZIE imputou à Ecologia Humana a responsabilidade de estudar as ligações inter-espaciais e temporais dos humanos "urbanos", afetados por mecânicas de seleção, distribuição e de adaptação ao Ambiente – os mesmos fatores que entram no jogo de sobrevivência das restantes espécies vivas do Planeta.

Em *As Camadas Ecológicas do Homem*, LAMY (1996) recorda como a espécie humana é praticamente a única espécie ubiquista da Biosfera, colonizando a Terra do Equador aos polos; e considera que, ao manter uma relação com o ambiente intensificada e complexificada desde o início do processo de hominização, o ser humano soube "inventar", no momento mais crítico desse processo, a ferramenta para lidar com esse tipo de interação: a "Ecologia Humana". Por outras palavras, os recursos de evolução do saber humano proporcionados por esta área híbrida da Ciência estão ao dispor da humanidade também como resultado de um seu mecanismo da adaptação a um ambiente externo em franca mudança.

Ao preservar os contornos holísticos da ciência ecológica tradicional, a Ecologia Humana, que SAUTTER (2010:992) considera "uma espécie de revolução cultural", privilegia o reconhecimento do Humano como parte não opositora mas integrante da Natureza. Eugene ODUM (1973, 2004:815) sublinha que a interação entre as esferas natural e cultural deve ser acolhida pela Ecologia Humana muito para além dos princípios da Ecologia geral aplicados à nossa espécie, já que lhe estão associadas a "tendência para

desenvolver cultura independentemente do ambiente" e capacidades em matéria de conduta, de flexibilidade e de dominação do meio muito superiores às das outras espécies. Nesta sequência, acrescenta ODUM (p.815):

> Chegou o momento de o homem administrar tanto a sua própria população com os recursos de que depende, dado que pela primeira vez na sua breve história se encontra perante limitações definitivas, e não puramente locais. O ordenamento dos ecossistemas e a ecologia humana aplicada tornaram-se assim empreendimentos novos que requerem a fusão de um conjunto de disciplinas e de missões.

Também Michel CUISIN (1981:163 e 164) afirma que, contrariamente à Ecologia animal ou vegetal, "a Ecologia Humana não pode ser uma Ciência pura: ética e a moral ocupam, aqui, um lugar preponderante" e estabelece um paralelo: a Autoecologia humana ocupa-se da influência dos fatores bióticos e abióticos sobre o ser humano, por exemplo no estudo da resistência do organismo às condições extremas da vida no espaço, nas altitudes elevadas, na obscuridade das grutas, na atividade submarina, etc; e a Demecologia (estudo do crescimento, variações de densidade e declínio das populações) Humana identifica-se com a Demografia, exemplificando com pesquisa sobre a evolução da população humana em função da influência "degradante" da "civilização" ocidental sobre os meios naturais, a que talvez só escapam os abismos oceânicos; por outro lado, a Sinecologia (estudo de determinada comunidade) Humana estuda "o papel do homem no mundo".

Numa sociedade global crescentemente mais urbana, mais populosa e mais heterogénea, a Ecologia Humana vai além da posição assumida pelo grupo de Chicago, ao admitir a necessidade e a inevitabilidade da mudança. Reconhece nas variáveis ambientais, nomeadamente nas oscilações de disponibilidade dos recursos, inegáveis fatores de mudança social a que os grupos humanos têm de se adaptar. E, ao fazê-lo, reequaciona a concentração e crescimento das populações urbanas e rurais; reequaciona a forma como o ser humano se organiza no território, por vezes geradora de desequilíbrios nos ecossistemas, em que medida é afetado pelo ambiente global, regional e local, mas também como o concebe e o influencia (CRAVEIRO, 2007).

Considerando a Ecologia Humana como "a mais social das Ciências sociais", PIRES e CRAVEIRO (2011:9) salientam a contribuição dos trabalhos de Émile Durkheim sobre

divisão do trabalho na segunda metade do século XIX e a sua convicção de que "a adaptação cultural da espécie humana é um produto das pressões demográficas e da disponibilidade de recursos" (p. 5). Em linha com este pensamento, os autores definem-na como o "estudo das formas de adaptação ao ambiente por parte das comunidades humanas", centrando-a nesse processo tão caro à Ecologia clássica que é a "adaptação" (p.6). Esta perspetiva encarna a evolução conceptual sofrida pela Ecologia Humana desde Chicago, que à época se centrava, argumenta MILEY (1980), no conceito "competição" – essencialmente a competição pelo espaço.

A sua evolução epistemológica leva a atual Ecologia Humana a enfrentar os desafios ambientais às várias escalas e a assumir que é tão fundamental o impacte dos indivíduos e sociedades sobre o ambiente quanto os efeitos da maior ou menor qualidade deste sobre aqueles.

Ressalvando a divergência de atitude face à mudança, os investigadores de hoje, um pouco por todo o mundo, corroboram o que foi evidente para os autores americanos há quase um século: que os desafios locais e globais em matéria de ambiente e sociedade terão de ser ultrapassados com a atuação conjunta das Ciências Naturais e das Ciências Sociais. BRUCKMEIER (2010:51) assinala o novo fôlego da análise da sociedade e suas relações com a Natureza dado pelas escolas alemã e austríaca nas últimas duas décadas, que incluem "uma discussão crítica de diagnósticos naturalísticos, idealistas ou tecnocráticos de uma 'crise ambiental'".

Em 2010, a rede de investigação do Certificado Internacional de Ecologia Humana (CIEH) discutiu e publicou a *Charter of Human Ecology*, reproduzida em PIRES, GIBERT e HENS (2010:257, 258). É um conjunto de princípios da disciplina para o século XXI, que aclara o seu âmbito, reiterando o foco nas interações recíprocas entre os humanos e o seu ambiente; marca o seu lugar na interface entre ciências naturais, ciências humanas e ciências aplicadas; e estabelece as dimensões espacial (considerando efeitos de escala) e temporal (passado, presente e futuro) como fundamentais nos estudos da área.

2.1.2. Conceitos básicos da Ecologia Clássica na Ecologia Humana

Assumindo que o rumo de Desenvolvimento Sustentável na pós-modernidade pressupõe um conhecimento aprofundado dos sistemas humanos e ecológicos, é claro o

papel contributivo da Ecologia Humana para esse fim. Em alternativa à ênfase da sua sobreposição com as Ciências sociais, reproduz-se no Quadro 1, com um paralelismo entre os conceitos básicos da Ecologia de Haeckel e a prática da atual Ecologia Humana.

Quadro 1 – Conceitos de Ecologia e uma possível transposição para a Ecologia Humana

ECOLOGIA CLÁSSICA	ECOLOGIA HUMANA
Recursos Naturais	Recursos naturais e e Recursos humanos: criatividade, inventividade, compromisso político, etc.
Espécie viva	Espécie Humana
População	População humana mundial, regional, local
Comunidade	Comunidades Humanas
Ecossistema	Sistemas humanizados e semi-humanizados
Habitat de uma espécie	Habitat urbano
Homeostasia	Homeostasia do ser humanos e sistemas humanos
Resistência e Resiliência	Resistência dos sistemas humano e sociais
Biodiversidade	Diversidade de indivíduos (genética, morfológica, comportamental, de aptidões, etc.); de sistemas humanos (sociedades rurais, urbanas…), de opções políticas, económicas e sociais
Adaptação	Adaptação cultural, científica, de governança, etc. (governos, agentes económicos e sectores da economia, organizações internacionais e cidadãos)
Leis do Mínimo e da Tolerância	Leis do Mínimo e da Tolerância
Dominância Ecológica	Dominância Ecológica da espécie humana sobre a Terra
Sobrevivência da espécie e equilíbrio da População	Desenvolvimento Sustentável assente na Trilogia Ambiente Economia e Sociedade e dimensão Institucional subjacente
Pressões naturais do meio	Pressões ambientais decorrentes da atividade humana, pressões sociais.
Competição inter- e intra-específica	Competição entre comunidades humanas, entre estratos dentro da mesma comunidade, etc.
Cooperação	Cooperação científica; entre governos; entre regiões e classes sociais; humanitária Solidariedade entre países mais ricos e mais pobres; entre sectores mais e menos robustos; Solidariedade intergeracional.

Fonte: CARVALHO, 2009

Tomemos o exemplo da capacidade de homeostasia. Qualquer ecossistema natural, bem como as populações, comunidades e os sistemas não bióticos nele incluídos, tem capacidade de se automanter e autorregular por mecanismos

homeostáticos, resistindo às alterações exteriores e preservando o seu equilíbrio (ODUM, 1973, 2004:51). A ação humana tem vindo, de forma crescente, a pressionar os limites a partir dos quais a tensão pode conduzir à disfunção ou ao desaparecimento – criando ruturas em tantos ecossistemas a nível mundial. Um exemplo é o conjunto de pressões de origem antrópica que após a Revolução industrial, e particularmente desde meados do século passado, vem interferindo na capacidade homeostática do clima global, fazendo da mudança nos padrões climáticos uma questão universal e grave, de génese antrópica e de repercussões sociais (SANTOS, 2007 e CARVALHO, 2009). As alterações climáticas, por exemplo, são um bom objeto de estudo da Ecologia Humana, que equaciona o clima como fator potenciador ou condicionante do desenvolvimento social, abordando a nossa relação com um ambiente global gradualmente mais quente.

Por outro lado, uma comunidade natural forma-se, em regra, por um número relativamente pequeno de espécies abundantes ou comuns e um número mais elevado de espécies pouco abundantes, que compõem a sua biodiversidade ou diversidade biológica. Num sistema, a ausência de heterogeneidade / diversidade pode comprometer a sua plasticidade, i.e., a sua capacidade de adaptação às pressões exteriores. Os ataques de origem antrópica à biodiversidade local ou global continuam a aumentar, reflexo de uma relação disfuncional do ser humano com a Ecosfera que lhe suporta a vida.

A conduta de um ser vivo – definida como o comportamento ou atividade, inata ou adquirida, que ele desenvolve a fim de se ajustar às condições ambientais e garantir a sobrevivência ou para se integrar em comunidades organizadas (ODUM, 2004) – pode transpor-se para os sistemas humanos em pelo menos três das suas componentes: os instintos, a aprendizagem e o raciocínio. Estando em causa recursos, algo indispensável à sobrevivência e prosperidade da espécie em disponibilidade limitante (BERNARDO, 1995), existe uma conduta de relação que se instala, entre espécies ou dentro da mesma espécie: a competição inter- e intraespecífica. Tratando-se da espécie humana, está em jogo o segundo tipo, com as comunidades e sistemas humanos a concorrer entre si por recursos como a água, terra arável ou o próprio espaço. Já as interações positivas, caso da cooperação, que desempenham um assinalável papel ecológico, são particularmente importantes no contexto, por exemplo, das políticas internacionais, na busca de soluções para problemas ambientais globais.

Para crescer, prosperar e reproduzir-se num dado meio, uma espécie ou um organismo necessita de recursos numa quantidade mínima: "Lei" do Mínimo de Liebig (ODUM, 2001, 1973). Porém, não é apenas a deficiência de um fator, como o calor, a água ou a luz, mas também o seu excesso qualitativo ou quantitativo que ditam o sucesso do ser vivo. Estes limites mínimo e máximo ecológicos, dentro de cujo intervalo uma espécie sobrevive e progride, representam os limites de tolerância com que V. E. SHELFORD (1913), citado por ODUM (2004:170), construiu a "Lei" da Tolerância. Uma mesma espécie pode manifestar larga amplitude de tolerância a um fator e estreita a outros. A espécie humana deve a sua larga distribuição pelo Globo a uma grande amplitude de tolerância a muitos fatores ambientais, como o gradiente de temperatura e a luminosidade natural. Para tal, desenvolveu ecótipos – populações locais adaptadas cujos limites de tolerância estão também ajustados às condições de cada local. Paralelamente a essa adaptação biológica da nossa espécie, ocorre a resposta adaptativa marcadamente cultural, objeto de estudo privilegiado da Ecologia Humana.

Também o conceito de dominância ecológica reflete a presença humana, no sentido em que o ser humano afeta fortemente o ambiente de todas as outras espécies com quem divide o ecossistema planetário. Esta posição de dominante ecológico distingue-nos das restantes espécies e coloca-nos como vorazes beneficiários do leque de "serviços" prestados pelos ecossistemas (UNEP, 2006).

2.1.3. Produção científica recente e divulgação escrita

A Ecologia Humana percorreu um longo caminho no seio dos meios académicos internacionais, quer americanos quer europeus e australianos, até à edição da *Charte de l'Ècologie Humaine*. Área interdisciplinar por excelência, como delinear os seus limites conceptuais, sabendo que constitui um campo sobreposto a outros temas onde a relação ser humano – Ambiente / Natureza é nuclear? Um método possível de aproximação a esse objetivo parte da consulta ao *website* da Society for Human Ecology (SHE) e seleciona os temas na base dos painéis de comunicação das suas conferências internacionais, entre 2000 e 2013. Criada em 1983, por iniciativa de um grupo de pessoas ligadas a várias universidades dos EUA e à Smithsonian Institution (BORDEN, 2008), a SHE é um fórum internacional de debate e divulgação de pesquisas interdisciplinares sobre a visão ecológica do ser humano, muitas das quais divulga na publicação de referência que

se tornou a *Human Ecology Review* (HER). Após a *First Pan-american Conference on Human Ecology*, em 1981, a SHE já organizou vinte e seis conferências internacionais em vários países, com investigadores não só dos EUA, Canadá e Europa, mas também da Austrália e da Índia. É uma associação que reúne um universo de mais de uma centena de organizações, docentes e investigadores de Ecologia Humana pelo mundo (*op. cit.*).

Esquema 3 – Temas constantes das programações das Conferências da Society for Human Ecology (SHE) entre 2000 e 2013

Fonte dos dados: http://societyforhumanecology.org/

Numa primeira análise foram encontrados trinta e oito temas, integráveis no universo e no espírito da Ecologia Humana [Esquema 3], o que atesta a "pluralidade epistemológica" que PIRES e CRAVEIRO (2011:10) lhe atribuem, quando salientam o contributo especial da Geografia, Antropologia, Psicologia e Sociologia. Do conjunto de temas, seis remetem diretamente para a reflexão sobre a própria Ciência (no centro), seus conteúdos e epistemologia ou para áreas específicas dentro da Ecologia Humana – caso da Ecologia da Saúde. Os restantes podem agregar-se em quatro grupos não estanques: no quadrante

superior esquerdo do esquema, os temas tradicionalmente ligados às Ciências do Ambiente, do lado direito os das Ciências Sociais e Humanas e da Filosofia, e na parte inferior esquerda grandes temas de investigação e reflexão com lugar cativo no meio científico e político nas últimas décadas, em matéria da relação da humanidade com a Terra.

O tema "Vulnerabilidade Humana" é um bom exemplo da vitalidade desta área científica. Desde os anos 90 do século passado, a *Vulnerability Science* assume um crescente alcance no âmbito da Ecologia Humana. Enquanto conceito multifatorial, a vulnerabilidade humana estabelece uma ponte inequívoca entre questões ambientais e preocupações de ordem social. Explora o facto, nem sempre evidente, de, na presença de uma pressão ambiental comum, por exemplo um desastre ecológico agudo ou as graduais alterações de clima, diferentes comunidades ou estratos sociais poderem manifestar diferentes níveis de resposta, que são fator também de diferentes capacidades de adaptação, podendo resultar em magnitudes de danos também muito díspares.

A catástrofe do furacão Katrina, que em 2005 inundou a cidade de New Orleans causando mais de 1800 mortos, ou, mais recentemente a onda de calor de 2015 da Índia, são imagens tristemente convincentes do golpe profundo que pode sofrer uma comunidade menos favorecida no seu contexto nacional por causas ambientais. À Ecologia Humana importa, assim, avaliar se os sistemas humanos dispõem de suficientes recursos (económicos, infra-estruturais, tecnológicos e políticos, de informação) para garantir uma resposta de adaptação adequada às pressões ambientais a que estão sujeitos. Num mundo a diferentes velocidades de desenvolvimento, as sociedades mais pobres e mais dependentes dos ecossistemas naturais apresentam tendencialmente menor capacidade de adaptação e sofrem, em consequência, de maior vulnerabilidade a disfunções do meio biofísico em que se inserem.

As publicações em Ecologia Humana destinadas ao meio científico ou ao público geral, quer em língua portuguesa, em Portugal e no Brasil, quer a nível internacional mais alargado, foram objeto de revisão em CARVALHO (2012), que pesquisou a produção de títulos em quatro idiomas (português, espanhol-castelhano, francês e inglês) até 2010, a partir de diversas bases bibliográficas nacionais e internacionais. O estudo revela uma dinâmica científica importante desta área, acentuada nas últimas duas décadas do século XX e primeira deste século. No total, foram recolhidos mais de duzentos títulos de livros editados em Portugal e no estrangeiro, da responsabilidade de centena e meia de

autores e ou editores/organizadores. O panorama bibliográfico em documentos "Livro" (de texto único ou coletâneas de artigos de autoria variada) revela uma prevalência evidente de autores e escolas anglo-saxónicos, nomeadamente dos Estados Unidos e Reino Unido, embora surjam autores de nacionalidade francesa e alguns portugueses e brasileiros. Do conjunto total uma minoria, apenas quarenta, incluem no seu título ou subtítulo a designação "Ecologia Humana". Destes, apenas duas dezenas são títulos portugueses, sendo que o mesmo número de referências têm edição original em Portugal. Uma conclusão muito preliminar é a de que um total pouco elevado de autores portugueses reflete diretamente sobre este domínio científico, parecendo escassa a aposta de académicos e investigadores em divulgar a temática de forma apelativa para um público exterior aos circuitos académicos – editando o livro de texto único ou a coletânea de vários contributos.

2.2. AMBIENTE E LITERATURA. ESTADO DA ARTE DA ECOCRÍTICA

> Nobody particularly enjoys the role of troublemaker. But when most writers are unwilling to take chances, afraid to stick their necks out of any issue, then a few have to take on the burden of all and do more than their share.
>
> Edward ABBEY,
> *Desert Solitaire* (1968), Prefácio da ed. 1987

2.2.1. Origem, evolução e âmbito

Um sinal recente da flexibilidade dos limites epistemológicos da Ecologia Humana é a "adoção" do diálogo entre Literatura e Ambiente, iniciativa e matéria dos estudos literários. Se a Literatura é "o objeto privilegiado da crítica", como escreveu Michel FOUCAULT em *As Palavras e as Coisas* (1966, 1981:96), a qual, "perante a linguagem existente e já escrita, dá-se por tarefa definir a relação que ela tem com o que representa", a pesquisa da articulação entre duas áreas do conhecimento aparentemente tão distantes refletem uma expansão das raias do primeiro, a Literatura, que adota a Ecosfera como objeto do seu foco. É o que diz Cheryll GLOTEFELTY, professora de Literatura ambiental da Universidade de Nevada, em *The Ecocriticism Reader*. *Landmarks' in Literary Ecology* (1996:xix):

> Literary theory, in general, examines the relations between writers, texts and the world. The world is synonymous with society – the social sphere. Ecocriticism expands the notion of 'the world' to include the entire ecosphere.

Surpreendemos, assim, por parte da Ciência e por parte da Cultura, uma intenção recíproca de comunicação simbiótica: a Ecologia Humana reconhece aos estudos literários – e, por inerência, à Literatura – utilidade no escrutínio das temáticas ambientais no mundo globalizado e ambientalmente imolado dos finais do século XX e do século XXI; e o campo literário assume que "(…) Literature does not float above the material world in some aesthetic ether, but rather plays a part in an immensely complex global system, in which energy, matter and ideas interact" (GLOTEFELTY, 1996).

Em *Beyond Nature Writing* (2001:2), Karla ARMBRUSTER e Kathleen WALLACE começam por definir a Ecocrítica como uma escola crítica "that takes the natural enviroment and human relations to the environment as its special focus", após o que discutem a expansão dos seus limites, nomeadamente em textos que não se inscrevem na tradicional "nature writing". Escreve F. CLEMENTS (em GARRARD, 2006:211), que esta teve como figuras centrais Thoreau e Muir, no século XIX e Mary Austin, Aldo Leopold e Edward Abbey, no século XX. Por vezes equiparada a "Environmental writing", a "Nature writing" pode definir-se, segundo COUPE (2000), como prosa literária de não-ficção que faz um escrutínio científico do mundo, podendo explorar a experiência pessoal do escritor enquanto observador desse mundo e seu ambiente ou refletir sobre as relações ser humano – ambiente e suas implicações filosóficas, políticas, etc.. "It may be said that some form of nature writing has long been a significant Artefact of human culture", diz o professor de Literatura e Ambiente da Universidade de Nevada Michael BRANCH (em ARMBRUSTER e WALLACE, 2001:91), classificando-a como "frequentely pastoral or romantic in its philosophical assumptions, tends to be modern or even ecological in its sensibility, and is often in service to an explicit or implicit preservacionist agenda".

O termo "Ecocriticism", habitualmente traduzido para língua portuguesa como "Ecocrítica", foi cunhado por William RUECKERT, no artigo de 1978 "*Literature and Ecology: An Experiment in Ecocriticism*" (mais tarde incluído em GLOTFELTY e FROMM, 1996), onde fazia uma aproximação ecológica ao fenómeno literário [6]. Anos antes, o despertar do

[6] Em rigor a Ecocrítica, num sentido lato, debruça-se sobre qualquer produção cultural (cinema, Literatura, pintura e escultura) e sua relação com o mundo exterior (BUELL, 2005 e MARQUES, 2012).

interesse da crítica literária no ambiente natural e na inscrição do ser humano nesse ambiente gerara trabalhos seminais de Ecocrítica de outros americanos, como Joseph MEEKER, com *A Comedy of Survival*: *Studies in Literary Ecology* (1972). Este título funcionou como um prenúncio da rapidez com que o debate ambiental transgrediu os limites da Ciência, alojando-se também na Literatura.

Joseph MEEKER, um ecólogo humano doutorado em Literatura Comparada e pós-doutorado em comportamento animal e humano, investigador do Californian Institut of Integral Studies [7], criara já a expressão "literary ecology" para designar "the study of biological themes and relationships which appear in literary works", "to attempt to discover what roles have been played by literature in the ecology of the human species" (cit. p. GLOTFELTY e FROMM, 1996:xix) – uma inspiração evidente no tópico da Ecologia Humana, e não apenas da Ecologia clássica, por parte da teoria literária.

Parece compreensível que este novo campo tenha despontado no universo cultural dos Estados Unidos. Por um lado, na sua Literatura a Natureza teve amiúde um papel proeminente, dada a função da paisagem na identidade do Oeste, retratada nessa forma canónica de Literatura ambiental que é o "wilderness romance" (BUELL, 1995 em COUPE, 2000:178); o reverso desta influência foram as políticas de conservação da Natureza e criação de parques nacionais, no século XIX, impulsionadas pelo romantismo de Ralph Aldo Emerson ou de John Muir e pelo Transcendentalismo de Henry David Thoreau. John ELDER, no Prefácio de ARMSBRUSTER e WALLACE (2001:vii), reforça esta ideia: "(…) By combining attentiveness to natural phenomena and processes with an eloquent voice and a narrative line, nature writing (…) has also inspired environmental activism and confirmed the distinctiveness and value of local landscapes".

Mais tarde, o movimento ambientalista deve o seu impulso decisivo a uma produção literária norte-americana: *Silent Spring* (1962), da bióloga Rachel Carson. Pioneiro na denúncia da degradação ambiental pelo pesticida agrotóxico DDT, o livro trouxe para o teatro da cidadania e da política uma questão que, sendo da Ecologia, portanto da esfera científica, expunha o lado negro desta, aí pela primeira vez apontada como operando contra o bem comum.

[7] Fonte: The Wisdom Page http://www.wisdompage.com/

Greg GARRARD, um destacado ecocrítico europeu, começa o seu *Ecocrítica* (2006) evocando Rachel Carson. Neste livro fundamental, onde aborda os discursos literários e científicos contemporâneos sobre a Natureza, relaciona o naturalismo romântico com a chamada "deep ecology" e as correntes do ecofeminismo e do bem-estar animal, e faz uma incursão pelos domínios da Ecologia Urbana. GARRARD nota que *Silent Spring* aliou ao seu espírito acusador dois outros ingredientes: a tradição da Literatura pastoral, com a autora pintando um quadro natural de quintas prósperas e campos verdejantes, flora e fauna silvestres, correntes de água cristalinas, enfatizando a harmonia primordial entre o ser humano e a Natureza; e a tradição apocalíptica, de anúncio de uma catástrofe iminente com pesadas repercussões. Duas formas de imaginar o lugar do ser humano na Natureza que remontam ao *Genesis* e ao *Apocalipse*, primeiro e último livros da Bíblia. Essa conciliação das retóricas pastoral e apocalítica com dados científicos, lembra GARRARD, constitui material fértil para uma análise complementar à ecológica, mais cultural ou literária – ou seja, ecocrítica.

Opinião idêntica tem Laurence COUPE, professor de "Ecological literary theory" na Manchester Metropolitan University e editor de *Green Letters*, que em *The Green Studies Reader* (2000) identifica nesse "discurso emergente" ambiental raízes tão antigas quanto os primeiros capítulos do *Génesis* judaico-cristão – onde o homem é mandatado por Deus para assumir o domínio sobre todas as outras criaturas do mar e da terra – e também a mitologia pré-colombiana Maia, a qual, pelo contrário, enaltecia a sobrevivência coletiva entre seres humanos, plantas e animais.

Os antecedentes do cruzamento entre Literatura / Ecologia e Ambiente remontam pelo menos a 1923, quando Norman Foerster's escreveu *Nature in American Literature* – uma contemporaneidade com os primórdios da Ecologia Humana, também nos EUA, como vimos em 2.1.. É possível, no entanto, recuar mais ainda, concretamente até 1836. Nesse ano, lembra C. GLOTFELTY (1996), Ralph Waldo Emerson publicou anonimamente o primeiro trabalho canónico sobre a Literatura americana que explorava uma teoria da Natureza, com especial menção à poesia: *Nature*. Mas Michel BRANCH, no artigo "Before Nature Writing: Discourses of Colonial American Natural History" (em ARMBRUSTER e WALLACE, 2001) questiona o limite histórico da descoberta literária do ambiente natural –

habitualmente situado em uns anos depois, em 1854, com *Walden*, de Henry Thoreau [8] – descobrindo escritores e escritos documentais dos valores estéticos, ecológicos e espirituais das paisagens do Novo Mundo, em concreto dos séculos XVII e XVIII.

Já o ecocrítico Scott SLOVIC, numa entrevista à *Ecozon@* (VILLANUEVA-ROMERO, 2010), atribui a origem da disciplina a Perry Miller, professor em Harvard nas décadas 1930 a 1960. A sua especialidade era então a "American literature and environment" e o seu fascínio pelo efeito da Natureza na imaginação e cultura americanas deu origem aos livros *Errand into the Wilderness* (1956) e *Nature's Nation* (1967). Se nos focarmos no contorno temporal do século XX, parece consensual entre os autores anglo-saxónicos apontar duas obras pré-contemporâneas do domínio dos estudos culturais como marcos de suma influência na ecocrítica posterior, ainda que à época o termo estivesse por cunhar: *The Machine and the Garden: Technology and the Pastoral Ideal in American Culture* (1964), de Leo Marx, para os americanos; e a obra-prima da Ecocrítica "avant la lettre" *The Country and the City* (1973), de Raymond Williams, para a academia literária britânica (BUELL, 2005:14). Ambos se centraram na história e na representação literária das atitudes humanas face à Natureza *versus* o urbanismo (Williams) e *versus* a industrialização (Marx) – outra notória sintonia com os temas nucleares da Ecologia Humana.

Os "estudos literários ambientais", que reconhecem a assiduidade crescente da preocupação ambiental nas disciplinas literárias (GLOTFELTY e FROMM, 1996), foram relançados em 1985, com *Teaching Environmental Literature: Material, Methods, Resources*, uma antologia de referência com ensaios de dezenas de académicos editada por Frederick O. Waage; e *Imagining the World: Poetry and the vision of Nature*, de John Elder, que BUELL (2005:9) considera "a pioneer ecocritic", pela abordagem fortemente analítica da poesia de Natureza e das relações Natureza – cultura sob a ótica filosófica.

Perto do final dessa década, foram nascendo cursos de Ecocrítica na academia americana, até que em 1990 a Universidade de Nevada criou a primeira posição em "Literatura e Ambiente", uma especialização da Teoria da Literatura (GLOTFELTY, 1996 e BUELL, 2005). Em 1989, foi fundada a *The American Nature Writing Newsletter*. A Ecocrítica

[8] Henry David THOREAU (Concord, Massachusetts, 1817 – idem, 1862) foi jornalista numa revista americana de pequena circulação e viveu solitário nas margens do Lago, durante dois anos e dois meses, ganhando a vida "somente com a força das minhas mãos", como conta em *Onde vivi e para que vivi* (THOREAU, 2008:7 e sgs.).

intensifica o seu percurso durante esta década. Evolui de um movimento regional dos estudiosos da "western American literature" e do interesse cultural da "nature writing" e da "environmental literature" para uma comunidade interdisciplinar e internacional que entende a chamada "crise ambiental" enquanto expressão da cultura moderna, com suas assunções filosóficas, convicções epistemológicas, princípios estéticos e imperativos éticos. Assim o resume *Nature in Literary and Cultural Studies: Transatlantic conversations on Ecocriticism*, uma coletânea de ensaios teóricos de ecocríticos americanos, canadianos, europeus com especial enfoque na Alemanha e asiáticos (GERSDORF e MAYER, 2006:9). As organizadoras do volume pretendem contribuir para responder a um conjunto de perguntas (pp. 10 e 11), tais como: Como é a Natureza conceptualizada nos vários contextos culturais, críticos e disciplinares? Como e com que efeito são os conceitos de natural e de humano relacionados entre si? Qual é a relação entre Natureza, linguagem, arte e cultura? Quais as condições e pressupostos segundo os quais a Natureza pode ser restabelecida como um objeto de crítica literária e cultural?

Na Europa, *Romantic Ecology* (1991), do britânico Jonathan Bate, inaugura a nova época, reforçando o compromisso dos autores ecocríticos com a defesa da Terra e a sua convicção na obrigatoriedade de uma ética ecológica ou ambiental dentro do conjunto de valores da sociedade contemporânea (BUELL, 2005:17). É HOCHMAN (1997, em COUPE, 2000) quem, refletindo sobre a tradição literária inglesa desde a Revolução Industrial, afirma que na Pós-modernidade aquela trata a Natureza, talvez devido à sua rápida dizimação, como um objeto político-cultural, não exclusivo da Literatura, do cinema e outras Artes, mas também da publicidade; isto após tê-la mostrado como um objeto imaginativo-espiritual no Romantismo, um objeto religioso ou científico nos tempos vitorianos e um objeto simbólico / real na Modernidade.

De um encontro da Western Literature Association americana, em 1992, nasce a Association for the Study of Literature and the Environment (ASLE), presidida por Scott SLOVIC, também editor da *American Nature Writting Newsletter*, congregando antigos teóricos, investigadores e estudantes. A ASLE tem por missão "to promote the exchange of ideas and information pertaining to literature that considers the relationship between human beings and the natural world" e "to encourage new nature writing, traditional and innovative scholarly approaches to environmental literature and interdisciplinary environmental research" (GLOTFELTY, 1996:xviii) – uma assinalável consonância com os

interesses da Ecologia Humana. Com setecentos e cinquenta associados em 1995, organizou nesse ano a primeira conferência, no Colorado. Atualmente tem associações filiadas no Japão, Austrália – Nova Zelândia, Canadá, Índia, Inglaterra, etc., contribuindo para a definição da Ecocrítica como movimento de largo espetro, do ponto de vista conceptual mas também geográfico.

Na sequência da ASLE, Patrick Murphy, professor de crítica literária da Universidade de Indiana, funda em 1993 a ISLE, *Interdisciplinary Studies in Literature and Environment*, criando um fórum para estudos críticos de Literatura e outras formas de Arte, incluindo "ecological theory, environmentalism, conceptions of nature and their depictions, the human/nature dichotomy and related concerns" (*op.cit*.). A revista vem difundindo uma variedade de tendências e abordagens dos modernos autores da Ecocrítica: fiel às origens, publica conteúdos sobre "nature writing", teoria literária pastoral [9], teoria ecológica e ambientalismo, conceções da Natureza, o vínculo ser humano / Natureza, etc..

The Ecocriticism Reader (1996) foi a primeira seleção de ensaios, inéditos e reeditados, sobre a teoria da Ecocrítica, de caráter essencialmente reflexivo e filosófico. Os editores, C. GLOTFELTY e H. FROMM – este professor da Universidade do Arizona, autor de *The Nature of Being Human: From Environmentalism to Consciousness* (2009) – identificam a Ecocrítica como reação dos estudos literários e culturais à crise ambiental, grande tema pós-moderno; resumem a sua progressão e analisam as tendências para o futuro, que entretanto já chegou; expõem as perspetivas teóricas da disciplina por historiadores, professores de Literatura e romancistas; e entrelaçam essas ponderações com a história dos Estados Unidos e a aurora do seu pensamento ecologista.

Com a Ecocrítica reconhecida, em 1999 Patricia NETZLEY publicava *Environmental Literature: An Encyclopedia of works, authors and themes*, e de David FOSTER saía, também nos EUA, a primeira ecocrítica dos diários de H. D. Thoreau, centrados na paisagem da Nova Inglaterra. No mesmo ano era lançada a revista britânica *Green Letters – Studies in Ecocriticism*. Só em 2009 o Canadá fundaria o *Journal of Ecocriticism*.

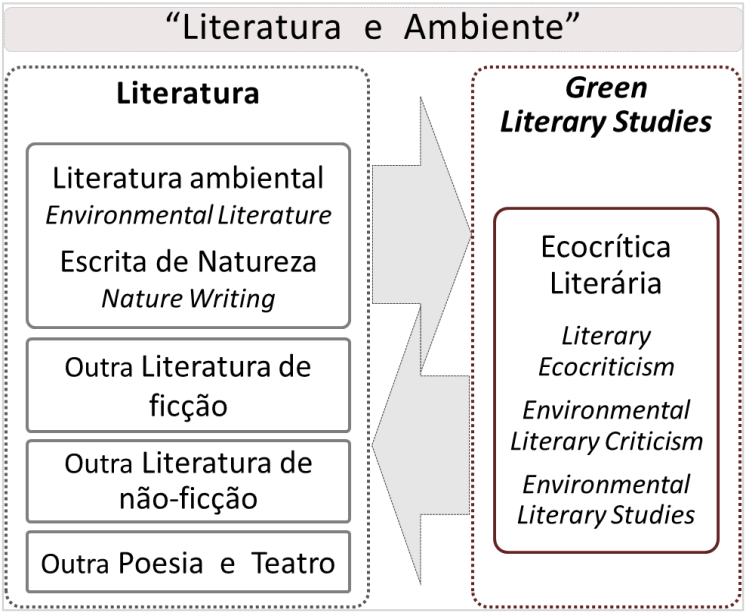
[9] Inicialmente focado na vida dos pastores do "countryside" inglês do século VII, o género pastoral é tradicionalmente a representação literária, habitualmente poética, do meio rústico, muitas vezes em oposição ou como sátira ao meio urbano e estilo de vida associado. Uma convenção literária que associa ao campo a inocência e à cidade a corrupção (COUPE, 2000:303).

"Ecocrítica" pode surgir na bibliografia como sinónimo de "Green (cultural) studies", "Enviromental literary criticism", "Literary ecology" e até "Ecopoetics", consoante os autores. Para o britânico COUPE, em *The Green Studies Reader* (2000:6) – uma seleção de excertos de obras literárias de Thoreau, Virginia Wolf, etc. e de ensaios de ecocríticos anglo-saxónicos – a Ecocrítica é um termo mais específico que se insere na vastidão dos "Green Studies", os quais "reminds us that place matters as much as time, geography as much as history, being as much as becoming, permanence as much as change". O mesmo espírito fundamental salientado por Ricardo MARQUES na entrada do *E-Dicionário de Termos Literários* português (2012): aos ecocríticos importa, "mais do que a pessoa que escreve e a sua intenção", "o lugar e o contexto da escrita", o meio exterior que serviu ao autor para "informar o texto" – resultando num desvio do foco antropocêntrico para o ecocêntrico.

Como a expressão "Literatura e Ambiente" não forma um todo monolítico, mas sim, diz Lawrence BUELL (2005), autor de *Writting for an Endangered World* (2001), um conjunto de práticas discrepantes entre si orientadas pelo tema, é preferível "Environmental criticism" ou "Literary-Environmental studies". "Ecocrítica" será um termo "umbrella" que exprime a análise do texto literário sob a perspetiva ambiental, e as teorias subjacentes (p.138):

> First and still most commonly used in the US, the term has spread worldwide. Insofar as ecocriticism gestures toward biological science and to the 'natural' as against the 'built' environment (…), ecocriticism remains the preferred term for environmental literary studies worldwide, although 'green studies' is sometimes favoured in the UK. It also has the intrinsic advantage of implying the tendency for thinking ecologically in the metaphorical as well as a scientistic sense of focusing on how artistic representation envisages human and non-human webs of interrelation.

Entre a variedade de termos e definições, nem sempre é claro de que se fala quando se fala de "Literatura e Ambiente". O Esquema 4 parte das conceções de T. LYON (1996) e L. COUPE (2000) para sistematizar esse universo, enquanto articulação refletiva e operativa entre o domínio da escrita / Literatura e seus vários géneros [à esquerda] e o da crítica / estudos literários [à direita].



Esquema 4 – O domínio "Literatura e Ambiente": subgéneros da Literatura (com base em LYON (1996) e como objeto de análise dos "Green Literary Studies" (segundo COUPE, 2000)

No seu artigo em GLOTFELTY e FROMM (1996), Thomas LYON propõe uma taxonomia abrangente da "American nature literature" com base em três dimensões – história natural, respostas pessoais à Natureza e interpretação filosófica desta – definindo vários subgéneros. E se os guias de campo ou "handbooks" (de geologia, de pistas animais, aves, etc.), bem como os ensaios de história natural, outros sobre "a vida e os trabalhos rurais" e os estudos analíticos e integrados sobre o papel humano na Natureza pouco terão de literário no sentido artístico do termo [10], já as categorias de testemunhos "de vagueio" ("Rambles"), "histórias profundas de isolamento e vivência de campo" ("Solitude and backcountry living") – onde inclui *Walden* (1854), de H. D. Thoreau e *Desert Solitaire* (1968) de Edward ABBEY –, "Travel and adventure" e "Man's role in nature" são solos férteis para a Ecocrítica (pp. 277 e 278).

Walden ou a vida nos bosques – a obra-prima da Literatura norte-americana que celebra o ser humano como integrante (e não superior) da Natureza, com suas descrições naturalistas da vida nas margens do lago do Massachusetts – e também *A Sand County Almanaq* (1949) de Aldo LEOPOLD, que cem anos após o primeiro oferece a proposta filosófica da "ética da terra", são exemplos de "nature writing". *Silent Spring*, ao expor os efeitos nefastos do progresso nos ecossistemas, ilustra a "Environmental literature".

Para BUELL (2005:144), a escrita de Natureza "offers scientific scrutiny of the world (…), explores the private experience of the individual human observer of the world or

[10] Uma discussão sobre a linguagem literária e a literariedade dos textos encontra-se, por exemplo, nos capítulos 1 e 2 de C. REIS (2008), *O Conhecimento da Literatura*.

reflects upon the political and philosophical implications of the relationships among human beings and the larger planet". De novo, afinidades com a Ecologia Humana, emanentes também das palavras de COUPE (2000:119), que convoca para a sua reflexão nomes maiores da Ecologia e da ética ambiental, como a ecofeminista australiana Val Palmwood: "The most fundamental issue of all green studies [is] that of relationship between the non-human and the human".

2.2.2. Relevância, ética e cidadania

A americana C. GLOTFELTY (1996) e os britânicos L. COUPE (2000) e G. GARRARD (2004) comungam de um princípio: o ambiente e a Ecologia podem, pela sua relevância para o mundo e a sociedade, ocupar um lugar tão substancial na Literatura como o foram tradicionalmente os grandes temas do género, da classe e da raça (etnia). A Ecocrítica é assim apresentada como "an emergent academic movement which seeks to ensure that nature is given as much attention within humanities as is currently given to gender, class and race", nas palavras de COUPE (p.302). G. GARRARD (p.31) atribui-lhe a tarefa fundamental da "reconsideração da ideia de humano" – algo que não a Literatura pastoral ou a escrita de Natureza, antes uma aproximação às questões pós-modernas, como a globalização ou a relação dos humanos com a tecnologia, tradicionalmente ausentes do solo literário.

Estas duas posições, não exclusivas dos seus autores, conduzem-nos a um atributo nuclear desta área: o salto consciente da academia, tradicionalmente vocacionada para a teoria e a abstração, em direção ao exercício da cidadania. W. RUECKERT defende que trabalhar para o "pluralismo da crítica" deve fazer-se já não tanto buscando a elegância teórica ou a inovação, mas sim um tema relevante para a sociedade, como o é a ecologia. Pretende assim contribuir para a "ecologia humana", abordando no seu trabalho o problema de "keeping the human community from destroying the natural community and, with it, the human community" (em GLOTFELTY, 1996:107). Em *Green Studies Reader* (2000: xvii, Forward), Jonathan BATE exprime uma filosofia cívica semelhante: "The relationship between nature and culture is the key intelectual problem of the twenty-first century. A clear and critical thinking of the problem will be crucial to humankind's future in the age of biotechnology".

Para COUPE (2000:7), os primeiros ecocríticos viram uma forma de "resgatar" a Literatura da distanciação leitor – textos e textos – mundo, adotando a finalidade de "to reconnect the study of literature within the living Earth", numa complementaridade entre ambas. Neste sentido, "it is the most radical of critical activities" (p.5). Portanto, sintetiza ele, em face do leque de apreensões globais que se foram impondo à sociedade nas últimas décadas do século XX, dominado pelas ameaças ambientais, a academia das "Letras" retorquiu com a Ecocrítica, tal como a academia das Ciências respondera com a economia verde, a ecopsicologia e outros espaços interdisciplinares.

Esta resposta parece, no entanto, ter sido lenta no romance realista em Inglaterra, afirma R. KERRIDGE no artigo "Ecothrillers: Environmental Cliffhangers" (em COUPE, 2000). Lenta comparativamente à adesão cultural à causa feminista, por exemplo. Reconhecendo exceções de textos literários onde, a partir da década de 80, a paisagem impera como *setting* (cenário) e como metáfora da escrita inglesa, KERRIDGE propõe uma explicação muito interessante e bastante satisfatória para essa resistência: o ambiente caracteriza-se por "longterm issues", com efeitos num futuro relativamente longínquo, cuja ponderação exige uma perspetiva temporal alargada que integre a escala onde mapeamos os nossos planos e esperanças e que nos permita "ver o invisível" (pp. 243 e 244):

> Events too large and slow for the scale of ordinary human perception (such as climate change), or too smalll and quick (the activities of microorganisms (…), could begin to register. (…). These stretches of time are outside the span normally used by realist novels, whose seriousness is achieved through committed absorption of the details and cadences of the individual perception. This is the genre's limitation in dealing with environmental issues".

Carmen FLYS-JUNQUERA (em QUEIROZ E CASTRO, 2011) argumenta a favor da missão ideológica da Ecocrítica no ativismo em prol do ambiente. Para esta professora de Literatura americana da Universidade de Alcalá, as narrativas literárias bem construídas, dando voz a quem, ou ao que, habitualmente não a tem ou foi silenciado, têm o potencial de ampliar a consciência ambiental, gerando alterações de comportamento dos leitores. E também elabora sobre a relevância da temática ambiental para a Literatura (p.63):

> Before the development of ecocriticism, there have been many socially relevant critical developments, such as feminisms, racial theories and post-colonialism. The environment has had to wait. But by the end of 20th century it could wait no more.

Por outro lado, se de berço a Ecocrítica se sintonizava, pragmaticamente, com o "cuidado da Terra", ajudando na "luta da preservação das comunidades bióticas" (COUPE, 2000:4) – num ideal em que prevalecia o "ambiente natural", disjunto do "ambiente humano" – cabendo-lhe também examinar como escritores e outros pensadores do Romantismo aderiram a causas ecológicas –, a Ecocrítica americana de segunda vaga, dando voz ao ativismo ambientalista, expande o seu foco aos ambientes construídos e sujeitos a degradação. A paisagem americana de valor ecológico extravasa, então, o "wilderness" das Montanhas Rochosas, ao estilo de Edward ABBEY, nomeadamente pela extensa humanização das planícies do oeste americano. Esta abertura de escopo significa, segundo Lawrence BUELL (2005:20 e 138), que os "literature-and-environment studies" passaram a assumir uma Ecocrítica "social".

E é nesse alinhamento de razão que este autor cria outra marca na ponte para a Sociologia e a Ecologia Humana, ao salientar a maior consciência mundial neste tempo de "reflexive modernization" (p.5) – trazida para a discussão por Ulrich Beck e o seu conceito de "Sociedade do risco" [11]. No atual quadro mundial, o ambiente torna-se "an increasing provocation both for artists and for academics, giving rise within colleges and universities to cross-disciplinary environmental studies programs (…)*"* (*op. cit.*). Encontra-se um ensaio sobre a lógica beckiana em *Nature in Literary and Cultural Studies: Transatlantic conversations on ecocriticism* (GERSDORF e MAYER, 2006), onde Ursula HEISE analisa a figuração de cenários ambientais de risco em dois romances alemães posteriores ao acidente nuclear de Chernobyl e reflete sobre a ténue ligação entre uma perturbação ambiental aguda e a quebra das rotinas diárias das pessoas.

Na última década, intensificou-se este caminhar da Ecocrítica rumo aos tópicos de maior relevância dentro da problemática ecológica global. Uma breve análise aos últimos números da *Green Letters* mostra que a revista, não descurando temas tradicionais como a "nature wrinting", tem criado espaço para matérias caras ao

[11] "Sociedade do Risco": Dominada pela incerteza quanto ao futuro, desafiada por múltiplos riscos, naturais e "fabricados" pelo ser humano, tem nas questões ambientais não mais do que novos e específicos problemas sociais próprios de uma "segunda modernidade, reflexiva e iluminista" (BECK, 2007).

ambientalismo contemporâneo e à Ecologia Humana, com edições especiais sobre "Litterature and sustainability" (2015) e até "Digital environments" (2014) e "Junk and Composting" (2013)[12].

Em 2000 (COUPE, 2000:161), Scott SLOVIC escrevia que "ecocriticism has no central, dominant doctrine or theoretical apparatus – rather, ecocritical theory, such as it is, is being redefined daily by the actual practice of thousands of literary scholars around the world", resumindo que "Most of us live somewhere in between the two extremes". Na entrevista de 2006 volta a essa falta de unicidade da prática ecocrítica, que obedece a um largo espetro de posturas, desde os mais interessados naquele ativismo ambiental aos intelectuais da teoria da Literatura que entendem a Ecocrítica como "an academical entreprise".

2.2.3. A Ecocrítica francófona, em língua castelhana e em língua portuguesa

Com esta sensibilidade a questões de origem e projeção social, a Ecocrítica honra a tradição da análise literária. Leonor COELHO (em MENDES *et al*, 2006:139) recorda a década de 60, marcada por descolonizações da África subsaariana, e como os estudos pós-coloniais tentaram deslindar o reflexo da nova identidade dos povos autonomizados no texto literário: "A Literatura teve um papel preponderante na tomada de consciências das elites político-sociais e culturais face às exações e outras vicissitudes do colonialismo". A autora refere-se em especial à Literatura francófona e à ficção de Gérard Aké Loba, escritor da Costa do Marfim, analisando o seu romance *Les Fils de Kouretcha*, sobre o dilema de uma comunidade perante a construção de uma barragem hidroelétrica no rio Kouretcha, dividida entre os adeptos da modernidade técnica e os tradicionalistas opositores à profanação do rio – uma temática nitidamente eco-humana.

Em 2003, o professor da Universidade de Lyon, Alain SUBERCHICOT, publicara *Littérature américaine et écologie*, focado nos autores americanos da "nature writing". E outros autores francófonos se interrogaram sobre a permuta entre consciência ambiental e estética literária, sobre se o enunciado literário poderia atuar como incentivo à evolução do pensamento ecológico, no conjunto de artigos *Littérature & Écologie: vers une écopoétique* (BLANC *et al,* 2008:4):

[12] Fonte: TAYLOR & FRANCIS: http://www.tandfonline.com/loi/rgrl20?open=14&repitition=0#vol_14

> Si l'écologie pose un défi à la critique littéraire, on peut légitimement se demander si la littérature peut à son tour proposer un nouveau regard sur l'écologie. Au moins depuis le 19e siècle, les textes littéraires, réagissant au mouvement inéluctable de l'industrialisation et de l'urbanisation, décrivent la nécessité d'opposer à la vision purement utilitaire et technique de l'environnement une relation plus globale dont l'imaginaire littéraire se fait l'espace d'exploration. C'est en s'appuyant sur cette tradition d'inspiration essentiellement romantique que l'écocritique érige l'esthétique littéraire en une sorte de contre-discours écologique. Ainsi la littérature comme modèle de comportement écologique est évoquée (…).

Mais recentemente, em 2012, a ecocrítica francesa conheceu uma edição de fundo de SUBERCHICOT – *Littérature et environnement. Pour une écocritique comparée* [13]. Numa comparação entre as Literaturas americana e francesa, Louise ISSELÉ (2012:36) justifica a pouca implantação da "nature writing" em França. Embora ressalvando exceções como Jean Giono[14] e outros que lhe sucederam e que, motivados pelas ameaças ecológicas atuais ao planeta, abordaram a Natureza nas suas obras, diz ela que:

> (…) la campagne et la ville se sont développées tôt en France. A cause de ce fait, les artistes, écrivains inclus, se sont plutôt tournés vers la vie urbaine. La ville joue aussi un rôle important dans l'oeuvre des mouvements d'avant-garde qui ont une grande influence sur la culture française (…) L'écriture de la nature n'a donc pas de racines culturelles profondes en France.

No que respeita à prática ecocrítica em língua castelhana na Europa, Espanha lançou em 2010 o *Ecozon@*, *European Journal of Literature, Culture and Environment* [15]. Num artigo de 2013 da revista, L. PRÁDANOS revela uma ligação atualíssima: a Ecocrítica tem-se alimentado em parte de dois movimentos ecológicos surgidos nas últimas décadas em Espanha e noutros países mediterrânicos – o "de-growth" e o "slow". Ambos desafiam o crescimento económico num planeta de recursos naturais limitados, acusam a degradação social e ecológica gerada pelo capitalismo global e propõem

[13]Fonte:http://www.fabula.org/actualites/a-suberchicot-litterature-et-environnement-pour-une-ecocritique-comparee_49110.php

[14] Jean Giono (1895-1970), pacifista e romancista contemporâneo de Ferreira de Castro, conheceu o êxito literário praticamente na mesma altura que este, com o romance *Collette* (1929); autor do conto *O Homem que plantava árvores*, publicado pela Gallimard em 1980 (Fonte: Badana do livro, 2010).

[15] A *Ecozon@* é editada desde 2013 pelo grupo GIECO de investigação em Ecocrítica e Humanidades, alocado na Universidade de Alcalá de Henares, que trabalha em associação com a EASLE (a ASLE europeia).

"alternativas sistémicas e sustentáveis" que reduzam o "metabolismo socioeconómico", baseadas na convivencialidade, na simplicidade como meio de vida e no "slowness". Segundo o autor, desde a crise económica internacional armada em 2008 adquiriram visibilidade e popularidade fora do seu "contexto euromediterrânico", tornando-se atores relevantes no movimento global da "environmental justice" – desde cedo adotado também pela ecocrítica americana. PRÁDANOS explora a alistamento destas ideologias nas recentes ficções espanholas que "mejor articulan una crítica coherente a la degradación ecológica y social generada por el capitalismo global al deconstruir los mitos sobre crecimiento económico y progreso tecnológico", em oposição às de discurso favorável ao crescimento cego.

Foi principalmente com o início deste século que a investigação portuguesa, à semelhança de universidades europeias, norte-americanas e um pouco por todo o mundo, intensificou o seu foco no enlace Literatura – Ambiente. A nível institucional, o Instituto de Estudos e Literatura Tradicional desenvolvia em 2001 o projeto "Falas da Terra – Ecologia e Tradição", no âmbito da disciplina académica de Literatura Tradicional Oral da Universidade Nova de Lisboa – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas. Tendo como objetivo "a forma como a tradição oral portuguesa canta ou conta o seu ambiente" (GUIMARÃES em PATIM, 2005:153), resultou no livro *Falas da Terra – Natureza e Ambiente na Tradição Popular Portuguesa* (GUIMARÃES *et al*, 2004), reflexo da sensibilidade dos autores a este diálogo funcional e prolífico entre Cultura e Ecologia.

Na verdade, o projeto foi antecedido do espírito visionário de João Evangelista, geógrafo e educador, membro da extinta Comissão Nacional do Ambiente e postumamente vencedor do Prémio Nacional de Ambiente atribuído pela Confederação de Associações de Defesa do Ambiente em 2011. Em 1999 constatara a importância da produção literária na educação ambiental, ao publicar *Educação ambiental: Uma visão de leitura e compreensão*.

Um outro esforço valoriza a relação dos escritores com as paisagens que os viram nascer e crescer ou que, simplesmente, lhes serviram de palco para as narrativas: o "Viajar com… Os Caminhos da Literatura", iniciativa da Direção Regional de Cultura do Norte que tem promovido roteiros literários publicados em livro – um por escritor, incluindo Ferreira de Castro – numa lógica de reencontro entre Literatura e o património das regiões, este entendido como paisagens, tradições e monumentos, usos e costumes (ALVES, 2004).

Outros autores portugueses, na maioria oriundos do campo literário, têm analisado sob o prisma ecocrítico obras de escritores portugueses e estrangeiros. Nas atas do II Encontro de Estudos sobre Ciências e Culturas (PATIM *et al*, 2005), na Universidade Fernando Pessoa, Porto, C. FERRAZ e L. MELO traçam um relance das alusões à poluição atmosférica desde finais do século XIX. Vendo na deterioração da qualidade do ar e nas mudanças socioeconómicas geradas pela Revolução Industrial na Europa e na América as raízes do movimento ambientalista, analisam os seus reflexos literários em Portugal: sobre o ambiente urbano lisboeta na poesia de Cesário Verde ("O sentimento de um ocidental"), e em poemas e ficção dos EUA. Na mesma coletânea, F. JORGE e I. BRANCO examinam poemas de Gomes Leal sobre a árvore e a oposição cidade-campo, e de vários poetas brasileiros e europeus com discursos de consciência ecológica.

Também a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro desenvolve desde 2006 o projeto de investigação "Tendências da Literatura. Paisagem: Representação e Sentido(s)". E em 2008 a Faculdade de Letras da Universidade do Porto organizava a Jornada de Reflexão sobre Ecocrítica, com várias contribuições académicas de Portugal, França, Brasil e Reino Unido. Duas teses académicas podem destacar-se do universo da ecocrítica portuguesa: no ano 2000, uma abordagem de cariz filosófico de vários prosadores e poetas foi desenvolvida por António QUEIRÓS (2000:11), visando os "contributos dos escritores portugueses para a génese da moderna consciência ambientalista". Posteriormente, a tese *A Paisagem de Terras do Demo* (QUEIROZ, 2007) centrava-se na obra de Aquilino Ribeiro na perspetiva da memória ecológica e da evolução da paisagem humanizada naquela região da Beira.

Na linha de ação do "Falas da Terra" decorre desde 2010 o projeto inédito "Atlas das Paisagens Literárias de Portugal Continental". Agrega investigadores das Ciências e das Humanidades, com o fim de identificar a representação das paisagens e do território em obras de escritores portugueses dos séculos XIX e XX. O projeto vai além da abordagem meramente ecocrítica, assumindo caráter técnico, georreferenciando a informação na base das NUT e concebendo-a de molde a apoiar decisões de ordenamento territorial e conservação da paisagem [16].

Consciente da pertinência desta interlocução, o Programa Gulbenkian Ambiente lançou em 2011 o desafio "Porquê Ler os Clássicos?", homenageando seis textos

[16] Fonte: http://www.cafeportugal.pt/pages/iniciativa_artigo.aspx?id=5955

fundamentais e fundadores do movimento ambiental internacional, referências literárias emblemáticas no seu nascimento e consolidação que se mantêm atuais. Foi ainda esse programa que, numa "confluência de esforços" com o IELT e a Fundação para a Ciência e Tecnologia (ALVES, 2011:281), permitiu no mesmo ano a edição de *Falas da Terra. What do we see green?* – seleção de textos ecocríticos sobre grandes temas ambientais da atualidade, como as alterações climáticas, a perda de biodiversidade e a gradual transformação do ser humano em ser "urbano" no mundo globalizado. No livro, A. P. GUIMARÃES retoma o originário "Falas da Terra" para transmitir que o ecocrítico encontra na Literatura tradicional " (…) um ser humano que não é a figura central da Natureza; não vive *na* terra mas convive com a Terra, assumindo frequentemente uma posição geocêntrica mais do que antropocêntrica" (p.44), na linha da "deep ecology" ecocêntrica. Contrariamente ao que enuncia a contracapa da coletânea (que opta pelo termo "ecocriticismo"), esta área disciplinar, mais do que "estabelece[r] pontes entre a Literatura e o Ambiente", traz para a claridade, analisando-as, as pontes que, ao longo da história e da cultura universais, desde as tradições populares orais às letras eruditas, já se haviam fundado, com ou sem intentos ecológicos conscientes. E, ao analisá-las, revigora-as e fortalece o seu significado.

No mesmo ano de 2011, o Centro de Estudos Portugueses da Universidade de Coimbra publica um conjunto de trabalhos de investigadores de três universidades – Coimbra, Minho e Santiago de Compostela – que abordam a interdisciplinaridade entre a Literatura e "as disciplinas do espaço", isto é, as formas de representação espacial, cartográfica ou outra (LOURENÇO e SILVESTRE, 2011:13).

Nesse ano, o 10.º Congresso da International Society of Ethnology and Folklore (SIEF) reuniu em Lisboa cerca de nove centenas de investigadores, dedicando um painel à ficção contística com temática ambiental (Vários, 2011). Nele foram divulgados estudos desde a Literatura judia até aos contos tradicionais do Qatar, a obras da Finlândia e Áustria, Letónia e Polónia, sempre focando a representação de valores da Natureza na Literatura e noutras expressões culturais populares e tradicionais – aí designadas por "folcklore".

Em 2012, a revista *Colóquio-Letras* dedicava o número 179 à "Paisagem". De entre os seus ensaios, destaca-se o de Susana NEVES, uma viagem pela atenção dispensada à árvore e à floresta na Literatura portuguesa desde o século XIX até ao XXI,

nos escritos de Lídia Jorge, Herberto Hélder, Alexandre O'Neil, António Ramos Rosa e outros. Segundo a autora, alguns escritores românticos e realistas do século XIX e princípio do século XX travaram um "duelo" de letras com os "desarvorados" da pátria (expressão que retira de um texto de O'Neil), cuja visão utilitarista do património florístico levou "à progressiva destruição da floresta e ao desprezo pela árvore".

Mas a evolução da Ecocrítica em língua portuguesa cruza as fronteiras de Portugal. Desde há anos que vibra em alguns meios académicos do Brasil, impulsionando encontros internacionais, como foi o I Congresso Brasileiro de Literatura e Ecocrítica, que em 2012 levou à Universidade Federal de Paraíba investigadores do Japão, Índia e China, EUA e América Latina [17]. Sediada na Universidade da Baía, a revista *Rios*, no seu número de 2011, acolhera já vários artigos ecocríticos. Um deles, de Wellington VIEIRA, professor de língua inglesa, faz uma análise do romance *Beloved* (1987), de Toni Morrison, centrando-se na relação da protagonista com o ambiente geográfico norte-americano, usado pela autora como "estratégia para realçar a condição da mulher negra". Uma das editoras da revista é Socorro ALMEIDA, professora de Literatura portuguesa que em 2008 produziu uma tese comparando o romance *Vidas Secas* (1938), de Graciliano Ramos – sobre uma família sertaneja obrigada a deslocar-se devido à seca – com *Bichos* (1940), a coletânea de catorze contos de Miguel Torga, cada um protagonizado por um animal.

2.2.4. O futuro

Parece equiparável à Ecologia Humana a dinâmica que tem agitado a Ecocrítica internacional nos últimos anos, no interior e no exterior aos meios académicos, com a regularidade de encontros entre investigadores e uma enérgica produção científica – prova, diz C. FLYS-JUNQUERA (2011), da sua expansão e multiplicidade de abordagens.

Ilustrando a convergência entre as preocupações e temáticas da Ecologia Humana e da Ecocrítica, o programa da conferência da EASLE, na Universidade de Bath, Inglaterra, em 2010, dedicara vários grupos de trabalho a um dos temas mais quentes da Ecologia Humana e do ambientalismo de hoje – as alterações climáticas. Além disso expuseram-se visões sobre as narrativas apocalíticas, sobre questões éticas e retóricas do antropomorfismo nas fábulas, a relação do "eu" com a Natureza, a Literatura indígena e

[17] Fonte: http://luizraimundo.blogspot.pt/2012/03/i-congresso-brasileiro-de-literatura-e.html

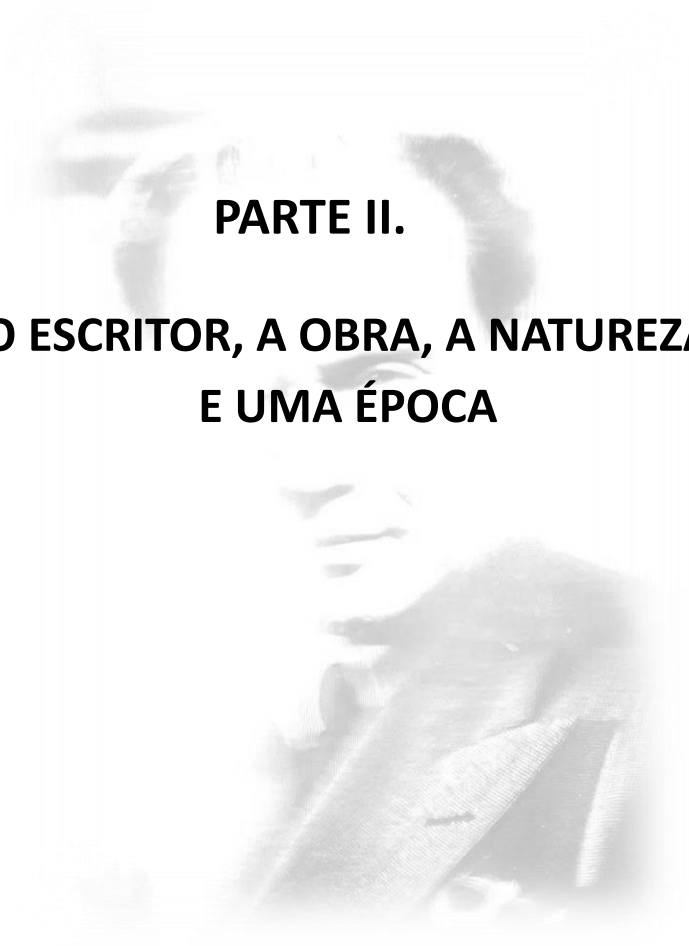
pós-colonial, ecopedagogia e ecopoesia, justiça ambiental, etc.. Aliás, e a propósito deste último tema, no seu artigo de 2011 C. FLYS-JUNQUERA chamara a atenção para a mais recente "agenda" da Ecocrítica: a justiça ambiental, área que combina questões de justiça social e ambientais, por exemplo as minorias indígenas e seu direito às terras – ela própria adotada pela Ecologia Humana como sua parte integrante.

Em Outubro seguinte, também a ASLE da Austrália – Nova Zelândia lançou a sua conferência bienal sob o mote "Sounding the earth". Em 2014, o Second Ireland Interdisciplinary and Ecocriticism Congress obteve adesão de estudiosos de todos os continentes nos debates sobre as representações do ambiente nos discursos público político, literário e artístico.

Para Lawrence BUELL (2005:129, 130), à Ecocrítica deparava-se um futuro com quatro desafios: o da melhor organização dos seus profissionais, o da legitimação profissional, o da definição de modelos críticos e o da demarcação dos seus limites e significado dentro das fronteiras académicas. No primeiro aspeto, a ASLE e suas várias descendências nacionais e regionais executam um trabalho fundamental. Já a nível do segundo, o tempo entretanto decorrido parece tirar razão a BUELL, que vaticinava naquele texto o insucesso das "questões ambientais" na conquista de um lugar temático próprio dentro dos estudos literários, como o são o género e a "raça", a sexualidade ou a globalização, sobretudo no desenho de currículos académicos.

Quanto ao método, é ainda BUELL quem opina que a Ecocrítica, apesar de se ter desafetado da teoria literária tradicional na sua fase inicial, continuava a falhar na produção de uma metodologia original, revelando a ausência de um formalismo crítico novo, de consciência e inovação metodológicas. Enquanto alguns ecocríticos tentam demonstrar uma nova base teórica, outros procuram modos de aplicar a teoria retórica, o discurso geográfico do "lugar" ou conceitos da ecologia e da conservação no estudo da literatura.

Enfim, a Ecocrítica move-se segundo coordenadas flutuantes, dentro de recortes talvez menos difusos que os da Ecologia Humana [Ver figura 1, no subcapítulo anterior]. O que lhe falta em autonomia académica e unidade metodológica sobra-lhe em determinação de se afirmar como contributo de fundo ético para a edificação de um mundo social e ambientalmente mais estável.



PARTE II.

O ESCRITOR, A OBRA, A NATUREZA E UMA ÉPOCA

Capítulo 3. DO VALE À SERRA: ECOBIOGRAFIA DE FERREIRA DE CASTRO

3.1. O CICLO DE VIDA

3.1.1. A Aldeia Nativa e o Caima

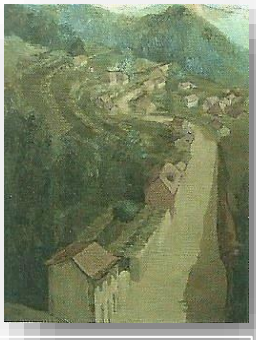


Fig. 2 – Salgueiros: em primeiro plano, casa onde nasceu Ferreira de Castro. Óleo de Elena Muriel. Fonte: Museu Ferreira de Castro

Na viragem do século XIX para o século XX, Portugal "era um pacífico país com um Rei, um Império, uma cidade grande e uma grande província" (TORRES e MARINHO, 2001a:11). A população de cinco milhões e quatrocentos e vinte e três mil habitantes (ROSA e VIEIRA, 2003) era maioritariamente rural, com o direito de voto restringido à parcela masculina alfabetizada (TORRES e MARINHO, 2001a). O país via a luz do novo século através de uma das mais altas taxas de analfabetismo da Europa: em 1900, ainda 78% dos portugueses não sabiam ler nem escrever (*op. cit.* e RAMOS, 1988). Iniciava-se, a reboque da Europa mas com grande atraso, a transição demográfica que na terceira década do século permitiria o decréscimo da mortalidade infantil e menores taxas de natalidade. A metrópole gravitava em torno de Lisboa, cidade com 350 mil habitantes e intensa pulsação política, social e artística. Resignado com a impossibilidade do mapa cor-de-rosa em África, Portugal ia vencendo as resistências indígenas das colónias e mantinha o império.

Neste cenário anterrepublicano nascia, em 1898, José Maria Ferreira de Castro. No lugar de Salgueiros, sobranceiro a um vale do rio Caima, freguesia de Ossela, concelho de Oliveira de Azeméis [Figura 2]. O primogénito de uma família rural de quatro filhos, pai de profissão desconhecida e mãe empregada doméstica, nascia numa típica habitação das Beiras, construção de meados do século XIX, com adega e cortes no piso térreo e um quinteiro adjacente. Meio século mais tarde, no seu contributo para o *Guia de Portugal* (PROENÇA e DIONÍSIO, 1945,1993:606), o escritor assegurava que o povoado "já acendia o seu lume antes da fundação de Portugal".

Naquele ano, Teixeira de Pascoaes cantava a aventura dos emigrantes no poema *A Minha Aldeia.* Ferreira de Castro não pouparia tributos à sua, que lhe habitaria para sempre as memórias, como se lê em "Aldeia Nativa" (1969, in *Os Fragmentos*, 1974:46):

> Para mim, a aldeia em que nasci não é apenas a infância que nela me decorreu, incompreendida e triste, é também a poesia que já então lhe captava, a poesia que ela tinha, mais tarde inflamada por aquela de que eu a impregnei. Poesia que tantas vezes me retira a lembrança dos dias infantis, para recordar apenas o encanto da Natureza, que eu não conseguia evocar, lá longe, nas ardentes paragens do exílio, sem fervor e sem desespero.

Ao longo da vida, o escritor daria livre rédea à devoção pela terra de nascimento, onde "uma pessoa ama a sua casa e o seu agro", quer fosse "maior do que uma vila ou minúscula como um vilar, que exponha crianças sujas misturadas com porcos e cães na lama das congostas, no Inverno, ou flores sobre os muros populares, na luz de cada nova Primavera" (p.45).

A população portuguesa era na época quase exclusivamente católica (mais de 98%, segundo TORRES E MARINHO, 2001b) e a família Castro não fugia à regra. José Maria faz a primeira comunhão em 1909, na igreja velha de Ossela, nas margens do rio Caima (ALVES, s/d). Nesse "vale álacre e inesquecível" aprenderia "o que é a vida do povo português que ama a liberdade, o que é a pobreza que se herda e lega como uma tara" – evoca na "Mensagem aos Democratas de Aveiro" (1956). A placidez rural da freguesia parecia então imune ao ambiente de sobressalto vivido no país, já sob reinado de D. Manuel II, após o atentado republicano do ano anterior.

Nos campos e nas cidades, a instrução até à terceira classe era obrigatória mas incumprida, por fraca adesão das famílias e deficiência de instalações (CARVALHO, 2001). O jovem incluía-se na privilegiada parcela infantil de 15% que aderia à lei. No Inverno de 1904, "de chancas, friorento, enroupadito", ruma pela primeira vez à escola primária, no lugar de Santo António ("Memórias", in J. BRASIL, 1931:9). Emoldurada por "pinheirais e vinhedos" (p.14), a escola na encosta e seu mestre Portela seriam as únicas instâncias de ensino oficial que o futuro escritor alguma vez conheceria.

De temperamento tímido mas apaixonado, sofre a primeira paixão impossível, móbil de ardentes cartas enviadas a Margarida, que diariamente passava os seus dezoito

anos junto à escola (*op. cit.:*13). Com o domínio das primeiras letras, outras atrações agitam o jovem rural: as narrativas de cordel, "dramas absurdos" vendidos nas feiras juntamente com o *Borda d'Água*, (*op. cit.*); e o jornal *A Opinião*, que o fazia deslocar-se à vila sede do concelho, para "ver a tipografia trabalhar" [18]. Nutria já, confidenciaria em 1957 ao *Folha do Norte* brasileiro (cit. p. J. BRASIL, 1961), o sonho de aí publicar escritos seus. *A Opinião* era uma das mais de quatrocentas publicações periódicas que, dizem TORRES e MARINHO (2001a), compunham o universo fervilhante da imprensa portuguesa da época, de cunho diversificado e com edições em todos os distritos.

O fascínio pelas letras só encontraria paralelo naquele que lhe inspiravam os ambientes naturais [Ver 3.3. e 3.4.], com destaque para o rio Caima, "minha paixão, de água azul, fleumática, refletindo a longa teoria dos amieiros ribeirinhos (…)" ("Aldeia Nativa", 1969:46). "Uma água aldeã, uma água regional, bela mas estreita" (p.53) que frequentava com os companheiros de escola, à revelia da tutela materna:

> (…) Após o açude, de onde manava a levada para o moinho, o rio entortava-se numa curva e logo se endireitava por entre frescos carvalhos numa banda, verdes pâmpanos da outra, desvelando mais abaixo uma praia pequenina e doirada e, mais além ainda, uma ilha (p.50).

Foi entre esta Natureza tranquila e pródiga, tendo por testemunho "o vulto fantasmal de velhas carvalheiras" ("Memórias", 1931:11) que, num fim de dia de 1910, José Maria comunica à mãe o sucesso no exame do segundo grau, término dos estudos oficiais. A percentagem de analfabetos em Portugal era então de 75%, contra pouco mais de 50% nos outros países do sul da Europa (TORRES e MARINHO, 2001a). O jovem personificava a distinção geográfica do noroeste do país, já que à época, e depois de Lisboa e Porto, "a região de maior alfabetização masculina corresponde à área que vai da Galiza a Oliveira de Azeméis, incluindo a Terra Fria de Trás-os-Montes", lê-se em "Culturas de Alfabetização e Culturas de Analfabetismo em Portugal" (RAMOS, 1988:1088).

Este quadro espelhava a apologia de algumas qualidades próprias dos meios rurais difundidos como exemplares pelos governantes do início do século XX. Criava-se assim o mito de uma sociedade feliz e apolítica, em oposição aos burgueses citadinos e à

[18] Fonte: COSTA, Ricardo P.. 2013. "Caminhos de Ferreira de Castro", filme promocional, o*n line* em https://www.youtube.com/watch?v=-RsnTi821I8&feature=youtu.be.

"perdição" das famílias operárias urbanas, lembram TORRES e MARINHO (2001b) em *O Século do Povo Português*. O retrato de um país limpo de conflitos não escondia uma realidade socioeconómica ferida pela emigração, terreno essencialmente masculino, e pela deslocação feminina para servir nas cidades – saídas quase inevitáveis para a pobreza e a falta de perspetivas. Eva LETÍZIA (2004a:15) assinala que o povo português reconhecia o prestígio e a capacidade económica dos emigrantes "nos palacetes, nas estradas, nas pontes que os chamados brasileiros mandavam construir ou (…) restaurar nas povoações de origem, e também nos altares renovados das igrejas humildes de aldeias remotas, que eram recuperadas e embelezadas graças aos generosos donativos dos seus paroquianos mais decididos".

O jovem Ferreira de Castro não é imune a este contexto e aspira a um "gesto másculo", arrojado e adulto, que impressione Margarida – emigrar para o Brasil. Sobre o desejo de saltar o Atlântico, comum a milhares de camponeses pelo país fora, escreveria em *Emigrantes* (s/d, 1928:32), seu primeiro grande romance:

> (…) Era um sonho denso, uma ambição profunda que cavava nas almas, desde a infância à velhice. O oiro do Brasil fazia parte da tradição e tinha o prestígio duma lenda entre os espíritos rudes e simples (…).

Bernard EMERY (1992) distingue as condições socioeconómicas, principalmente o baixo rendimento associado ao meio agrícola de pequena propriedade de Ossela, como justificação da partida. É importante separar aqui o "social" do "económico": a atração pelo Brasil, sendo a solução mais difundida, terá influenciado necessariamente a decisão de José Maria; porém, questiona-se o peso da motivação financeira, não obstante os parcos recursos da família, já que em declarações e memórias o escritor não a privilegia como motor da sua emigração, antes valorizando outro conceito de "fortuna": as vivências que contribuíram para a sua consciência humanista [Ver 3.2.3.].

Garantido o acolhimento além-mar por um patrício comerciante no Pará, a família organiza a viagem. Na sede de distrito, Aveiro, primeira cidade que pisa e onde chega "de olhos baixos e gestos curtos" ("Mensagem aos Democratas de Aveiro", 1956), obtém o passaporte em papel timbrado: "Reino de Portugal" foi corrigido à mão para "República de Portugal" (CALHEIROS, 1998).

No dia de Reis de 1911, o jovem Ferreira de Castro realiza o seu primeiro grande movimento voluntário de partida. Acompanha-o um tio materno, que na vila o confiará a um amigo da família, o qual, por sua vez, o levará ao litoral. A figura, descrita em "Memórias" (1931), de um rapazinho rural, choroso, agitando um lenço branco no adeus à família, apenas preparado com os rudimentos da instrução oficial, não era incomum desde o final do século XIX. A curva do caminho ou "curva da estrada" que percorre então ficar-lhe-ia gravada para sempre como fronteira última do meio aldeão e materno, a ponto de intitular o seu romance de 1950. No percurso ter-se-á cruzado com a gente de pé descalço que ao tempo circulava pelos veios da freguesia, e com os carros de bois para cuja retaguarda saltava à socapa, conforme recorda no *Guia de Portugal* III [Ver 6.2].

"E atrás de mim ficava, por todos aqueles cerros e vales, contrastando com o encanto da Natureza, uma vida de miséria hereditária, laboriosa e negra, a imaginar a redenção no Brasil, escreveu em "Pequena História de *Emigrantes*" (1966). Na "madrugada ainda escura" do dia seguinte (*"*Memórias", 1931:22), estreia-se numa viagem de comboio, no Vale do Vouga, onde folheia pela primeira vez um exemplar do periódico *Illustração Portugueza*. Temporariamente, a tristeza cede lugar ao deslumbre, de início com a paisagem do Vouga, depois ante a panorâmica da cidade do Porto a partir da ponte metálica, mais tarde com a Praça da Liberdade e sua estátua equestre.

A 8 de Janeiro de 1911, o jovem de Ossela sobe a bordo do velho vapor inglês *Jerome*, que zarpa do porto de Leixões com destino à costa nordeste brasileira, fazendo escala em Lisboa e Cabo Verde. Tem "12 anos, 7 meses e 14 dias" (*"*Memórias", 1931:23). É um dos cerca de cinquenta e nove mil portugueses que nesse ano abandonam legalmente o país, 80% dos quais em direção ao Brasil, lê-se em *A Emigração Portuguesa, Sondagem Histórica* (SERRÃO, 1974), 15 a 25 % com menos de catorze anos, a maioria oriundos do meio rural (TORRES e MARINHO, 2001c). A instabilidade dos anos seguintes causaria um dos maiores fluxos migratórios para a antiga colónia portuguesa, sendo Aveiro o segundo distrito, com Viseu e depois do Porto, a exportar trabalhadores (*op.cit.*).

Durante duas semanas viaja sozinho nos húmidos porões da terceira classe. Uma penosa travessia atlântica onde vive a primeira experiência multinacional e multicultural, entre galegos, romenos, russos e migrantes de outras nacionalidades – a emigração europeia para as Américas. Remoe já saudades da aldeia, saudades que verteria para a ficção na voz de Manuel da Bouça, protagonista de *Emigrantes* (1928, ed.s/d:227): "A

aldeia era uma tortura. Tudo nela constituía motivo de fascinação: as pessoas conhecidas (…), os grandes rebanhos subindo, lentamente, no crepúsculo, por entre os castanheiros da Felgueira; o Caima, nos dias de pesca clandestina (…)"

A 22 de Janeiro de 1911, o navio vence finalmente os mais de seis mil quilómetros que separam Portugal do norte brasileiro. No mesmo fato domingueiro com que abandonara a aldeia, "sem saber onde pôr os braços e onde pousar os olhos" ("Pequena História de *Emigrantes*", 1966), José Maria desembarca em Belém, capital do Pará, entrada atlântica do Brasil amazónico.

3.1.2. A Amazónia, Princípio do Mundo: Entre o Paraíso e Belém

Embora seja comummente afirmado que a "foz do Amazonas" foi o primeiro cenário do contacto do futuro escritor com a terra brasileira, em rigor geográfico Belém-do-Pará situa-se na confluência dos rios Guamá e Acará, na margem direita da Baía de Guarajó, ficando separada da desembocadura do rio Amazonas por esta baía e pela Ilha de Marajó [Fig. 3]. A ilha é um imenso arquipélago de "bancos, baixios, praias, e restingas", "formado pelas terras carreadas pelos rios a partir dos Andes" (MORAES, 1987 cit. p. BASTOS, 1998:122), com uma superfície equivalente à de Portugal. A cidade de Belém pertence a esse vasto golfo que recebe o grande rio, e o conjunto faz parte da "imensurável aranha hidrográfica da Amazónia", metáfora usada pelo escritor no texto comemorativo dos vinte e cinco anos de *A Selva*, "Pequena História de *A Selva*" (1955).

Figs. 3 (a) e (b) – Bacia hidrográfica do Amazonas (a rosa) e costa nordeste do Brasil com o delta do Amazonas e a localização da cidade de Belém, Rio Madeira e Seringal Paraíso.
Fonte: adapt. de Googlemaps e http://geografando209.blogspot.pt/

O Brasil vivia então a febre da borracha iniciada no final do século XIX, que impulsionara o florescimento económico das cidades da bacia amazónica, sobretudo Belém e Manaus. Dessa prosperidade beneficiava a comunidade portuguesa da primeira, onde se integrava o comerciante Eduardo Lima, que emprega o rapaz como caixeiro no seu estabelecimento de "secos e molhados" (importação-exportação). Conta Judith NAVARRO em *Ferreira de Castro e o Amazonas* (1958) que desde os primeiros dias o pequeno emigrante se encanta com o *Folha do Norte* e outros jornais, destaca contos e reportagens de revistas usadas em embrulhos e suporta o desagrado do patrão por "escrevinhar pedaços de papel" com as impressões da aventura desde Ossela. Esta vocação para as letras e a fraca condição física, com prejuízo para os serviços corporais exigidos, parecem ter despoletado a fase seguinte.

Na época, capatazes dos seringais corriam os sertões do Ceará e do Maranhão, angariando mão-de-obra (MELO em Vários, 1966). Um mês após o desembarque em Belém, José Maria é sentenciado pelo "protetor" a embarcar no "gaiola" *Justo Chermont*, cujos três conveses sobrepostos reproduziam a estratificação socioeconómica dos passageiros (LETÍZIA, 2004a). Parte em nova viagem, desta vez ao longo do Amazonas e seu afluente Madeira [Fig. 3], de novo num convés húmido e desconfortável, entre os rostos sofredores dos "brabos", os candidatos a seringueiros. Ouve os primeiros temores sobre as febres nos seringais e os receios da desvalorização da borracha, o que não o impede de se deleitar com a luminosidade da Baía do Marajó e o emaranhado de "paranás", "inúmeros canais que se cruzam sobre a terra pouco consistente e que os navios aproveitam para encurtar caminho" (NAVARRO, 1958:63,64).

É possível que o jovem tenha sentido, tal como o protagonista de *A Selva* (1930), seu futuro romance mais traduzido, a angústia de que aquele percurso fluvial dobrava a distância que o separava do seu país. Ilusão dada pela equivalência temporal, pois os cerca de dois mil quilómetros[19] que o separavam do novo destino navegavam-se em duas semanas, tantas quantas durara a travessia do Atlântico. Ao labirinto de canais e ilhotas que se desenrola sob o seu olhar maravilhado chamaria, em "Pequena História de *A Selva*" (1955) e no romance (ed. 2009:47) "o princípio do mundo". Esta imagem é recuperada na voz do narrador do seu último livro, *O Instinto Supremo* (1968, 1988:54): "O rio continuava num abandono medonho, como se atravessasse o Mundo no seu começo".

[19] Cálculo aproximado a partir de https://maps.google.pt/.

Ao navegar para sudoeste, terá encontrado um reflexo incompleto e baralhado da geografia de Portugal, dado pela sucessão de topónimos portugueses que se alinham nas margens do Amazonas: Santarém, Alenquer, Óbidos, Borba, Faro. "Evocado dali, Portugal parecia uma quimera, não existia talvez", diz o narrador de *A Selva* (ed. 2009:65), desvendando a mente de Alberto, espantado com os contrastes que observa enquanto o "gaiola" vai subindo o rio, virando depois ao afluente Madeira, "amplo e mansarrão".

Nas descrições paisagísticas deste romance de assumida marca autobiográfica, revelam-se os cenários naturais que o pequeno emigrante experienciou no percurso: a vegetação luxuriante das margens, as planuras de água a perder de vista substituídas por "despenhadeiros líquidos" onde o rio perde a compostura, as cabeceiras – sem esquecer as curvas desse caminho fluvial. As imensas massas de água contrastavam, em escala e vigor, com os cursos hídricos da terra natal e a Amazónia selvagem com a Natureza temperada, a paisagem de courelas, os declives suaves de Ossela.

Humaitá, na época uma das povoações-chave do sul do Amazonas (LETÍZIA, 2004a), é a última paragem do *Justo Chermont* antes de deter a sua lenta marcha, aportando finalmente ao rudimentar cais do seringal "Paraíso", na margem direita do Madeira [20] [Figura 3]. Assim lançado nas "sinuosidades das circunstâncias" ("Pequena História de *Emigrantes*", 1966), José Maria desaguaria os seus doze anos numa realidade que, ao virar a curva da estrada em Ossela, não poderia prever: a floresta amazónica e os "dias medonhos" que lá viveria (*op. cit.*), matéria do romance escrito dezanove anos depois.

O "Paraíso", no atual estado do Amazonas, situava-se na então Província do Grão-Pará, que abrangia quase toda a planície amazónica até ao litoral norte e à Guiana, no território natural do Alto Amazonas. Era um povoamento natural de árvores seringueiras, um latifúndio "devorador[es] da mão-de-obra que constituía a força motriz da economia extrativa", escreve LETÍZIA (2002:173), gozando os últimos anos de abundância da borracha vegetal, que a produção asiática faria decair acentuadamente a partir de 1914. O jovem Ferreira de Castro testemunha o início desse declínio, citado no pequeno texto amazónico "Crise" (EMERY, 1992:33), e mais tarde em *A Selva* (1930).

[20] O rio Madeira, um dos principais afluentes do rio Amazonas, forma-se a partir de dois rios que se encontram no estado da Rondónia, a sul do estado do Amazonas: o Mamoré e o Beni. Na época das chuvas inunda áreas florestais e transporta grandes volumes de toros e restos de madeira. É, ainda na atualidade, uma hidrovia importante com elevado trânsito (Fonte: http://www.brasil.gov.br/).

Como "brabo" criança, situação inédita no Paraíso, é confiado ao "manso" (LETÍZIA, 2004a) ou veterano João António e ambos são enviados para o mais distante centro de exploração, o "Todos-os-Santos". Numa marcha de muitas horas sobre um piso de troncos e raízes, intimida-se com a primeira fauna e mergulha no "silêncio sinfónico", que a proximidade da noite substitui por uma profusão de ruídos.

Iniciado pelo seringueiro nos caprichos da floresta e nas exigências do ofício, ouve-lhe a primeira alusão experiente aos índios Parintintins. Em plena estação das chuvas, assiste às cheias invadindo os campos de seringueiras, aos vestígios sangrentos da passagem dos índios, à doença e morte de companheiros, conta J. NAVARRO na biografia romanceada do escritor (1958). "No vale do Madeira, a enchente do rio é o sinal infalível da mudança: as cachoeiras animam-se e uma vida nova anima o caudal barrento do rio", explica Eva LETÍZIA (2004a:38).

Após dois meses de permanência, José Maria é vitimado por uma "febre palustre" que obriga ao seu regresso à sede do Paraíso (AMORIM, 1998). Origem da enfermidade hepática que o perseguiria toda a vida, por vezes comprometendo-lhe a atividade literária, na selva a maleita vale-lhe a atenção do patrão para as suas aptidões. Saber ler, escrever e contar resgata-o ao destino dos outros seringueiros: é encarregue dos livros de "deve e haver" e da manutenção do lampião de petróleo que, no cais, servia de farol à navegação do Madeira ("Pequena História de *A Selva*", 1955). Nas águas barrentas desse rio aprenderia a nadar, recorda em "Aldeia Nativa", 1969.

A rotina do seringal era periodicamente quebrada pela acostagem dos vapores, que traziam a correspondência e os jornais regionais brasileiros, entre eles o *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileir*o (J. BRASIL, 1976). A maioria dos seringueiros, labutando para pagar dívidas avultadas, aguardavam notícias do mercado gomífero, das últimas cotações da bolsa da borracha e dos preços fixados (LETÍZIA, 2004a). Mas o interesse do futuro escritor era outro. Durante a sua investigação de doutoramento, Bernard EMERY (1992) encontrou no espólio do Museu Ferreira de Castro, em Sintra, provas de que ele aproveitou a sua instrução e o vaivém dos "gaiolas" para firmar contacto escrito com vários pontos do Brasil e do mundo. E assim, conjugando os talentos inatos para a observação e as letras, consegue publicar um primeiro conto no *Jornal de Pelotas*, de Rio Grande do Sul, em 1912 (J. BRASIL, 1961). Tem treze anos.

A amizade com o seringueiro João António e dois funcionários do seringal, Sabino Durães e Raymundo Gouveia – trio a que EMERY (1992:101) chama "la minuscule intelligentsia" do Paraíso – terá sido proveitosa. Sobretudo pelo papel de "mentor literário" do segundo, que encorajou o jovem na escrita experimental e com quem ele "falava de Schopenhauer e de Max Nordau" (J. BRASIL, 1931:121).

Explica EMERY que a imitação de hábitos de cultura europeus pelos endinheirados coronéis obrigava à existência de coleções de livros em muitas propriedades – e o Paraíso não era exceção. Localizando-se a biblioteca mais próxima em Manaus, a sete dias de viagem por rio [21], José Maria frequenta quanto pode a centena de volumes do seringal. E assim, no sertão amazónico, a pulsão ficcionista condu-lo, aos catorze anos, à novela que relata a própria aventura entre o exército de pobres seringueiros – *O Amor de Simão*, mais tarde intitulado *Criminoso por Ambição* (ALVES, s/d). Este texto com "imaginação a mais e literatura a menos" (apreciação do autor numa entrevista de 1953 ao jornal *Ler*), bem como outros manuscritos "amazónicos", é incluído por EMERY nas "obras da primeira fase".

O Brasil vivia ainda, desde 1889, a transição do regime monárquico, esclavagista, para o sistema republicano. Lenta mudança que não abrangia a dura realidade humana e laboral da floresta amazónica. A Grande Guerra rompera na Europa, desvalorizando ainda mais a matéria-prima da borracha natural e agravando a vida da população rural do Amazonas (LETÍZIA, 2004b). Apesar da sua posição algo privilegiada, o "Zé Português", como é alcunhado, toma consciência do drama dos labutadores presos a uma dívida quase insolúvel ao patrão, sujeitos a febres, tempestades, cheias e vazantes, a uma fauna ameaçadora, às investidas dos nativos rebelados. Distante das lutas e conquistas do clarear da I República portuguesa, e da Constituição que em Agosto de 1911 proclamava o direito à greve, o jovem tece na ambiência extrema da Amazónia, como se verá, o espírito de solidariedade humana e justiça social que o notabilizariam como homem e como escritor.

Também para quem servia no armazém o quotidiano da selva era implacável. O jovem nunca se aclimataria àquele cárcere ao ar livre: "Eu tinha, então, dezasseis anos. E dos quatro que passara ali, não houve um só dia em que eu não desejasse evadir-me para

[21] Diálogo do escritor com Álvaro SALEMA, 1973

a cidade, libertar-me da selva, tomar um barco e fugir (…)", reviverá em "Pequena História de *A Selva*" (1955). Assim, aproveitando a acostagem do vapor *Sapucaia* para carregar a borracha produzida no Paraíso, abandona-o "à uma hora da noite, a noite densa, quente e húmida de 28 de Outubro de 1914", tendo por testemunhas as três palmeiras do cais.

Nova viagem no convés "quase ao rés da água", levando a saudade da aldeia natal já mesclada com a da selva e de uma segunda paixão impossível, que encontrara na margem do Lago Assu, nas profundidades da mata. Parte "mais carregado de sonho literário do que o navio trazia de borracha" (*op. cit.*), em direção à cidade dos jornais e ao oceano que conhece. É o seu segundo grande movimento voluntário de partida.

De novo em Belém, vive e convive como vagabundo, dorme na Praça da Pólvora, alimenta-se dos frutos caídos das mangueiras, aceita pequenos e episódicos trabalhos, da limpeza de faróis à colagem de cartazes. O centro civilizado, "cromática, luminosa cidade", como a define em "Pequena História de *Emigrantes*" (1966), significa para ele, afinal, a fome, contrastando com a fartura nutricional de uma selva opressiva mas pródiga na oferta de caça, peixe e frutas. Provações minoradas, lembra EMERY (1992), pelo clima clemente e a exuberância da vegetação tropical da cidade.

A vida indigente é provisoriamente suspensa quando embarca como tripulante no *Cassiporé*, navio de cabotagem entre a foz do Amazonas e a vila de Oiapoque e ao longo do rio Oiapoque, na fronteira com a Guiana Francesa (entrevista a *O Diabo*, 1940). No barracão de ferramentas onde dorme, corrige o manuscrito *Criminoso por Ambição*, que trouxera da selva (J. BRASIL, 1931), e regista "Impressões de Viagem quando eu trabalhava num navio": "É bastante pitoresco o rio Oiapoque. Tem diversas bóias de diversas cores indicando os baixos existentes. Ilhas, como artificiais, se assentam em seu leito (…)".

Conhece dois portugueses, fundadores do semanário *A Cruzada*, onde começa a expor as suas ideias de liberdade e em prol dos desfavorecidos e oprimidos. É o arranque daquilo que apelidaria de "profissão-socorro" ("Origem de *O Intervalo*", 1972, in *Os Fragmentos*, 1974:63), mas que em Belém abraça entusiasticamente como uma profissão-sonho, pois chegara aí aspirando colaborar no *Folha do Norte*. Descobre a biblioteca da cidade, "Pártenon secreto" (cit. p. EMERY, 1992:104) onde lia sobretudo filósofos, sociólogos e autores franceses, e que vem somar-se à escola elementar portuguesa na sua formação intelectual.

Recopia exemplares de *Criminoso por Ambição*, que distribui porta a porta e aos assinantes de *A Cruzada* (J. BRASIL, 1931) e do *Jornal dos Novos*, onde mais tarde colabora. O romancinho vê enfim a luz do dia em 1916, em fascículos tipografados. Garante EMERY que em Janeiro do ano seguinte já circulava pelo Paraíso. Em Portugal, também *A Opinião* oliveirense ia publicando o "sensacional romance expurgado de phantasia" (ALVES, s/d:14), aliás bastante fantasista. Ferreira de Castro tem dezoito anos.

Em 1916, Portugal entra na I Guerra com os aliados. A guerra alimentava o comércio especulativo, baixava as exportações, paralisava as fábricas, encarecia o custo de vida nas cidades e campos do país, empobrecendo ainda mais a população. No Brasil, ultrapassado o esclavagismo, emergia o debate em torno da libertação dos novos escravos: o operariado fabril e rural.

O jovem Ferreira de Castro evidencia-se no jornalismo e funda em 1917, com um compatriota, o *Portugal*, "destinado à comunidade lusa de Belém-do-Pará" (ALVES s/d:15). Convive com operários portugueses e locais "votados à ideia dum mundo justo" ("Pequena História de *Emigrantes*", 1966), entre eles, afirma LETÍZIA (2004b:148), José Oiticica, "uma das figuras de proa do anarcossindicalismo brasileiro".

O sucesso do *Portugal* e o renome de jornalista valem-lhe homenagens de uniões portuguesas na capital do Amazonas, Manaus. A peça *O Rapto* é representada no Teatro-Bar paraense (ALVES, s/d) e o *Portugal* edita parte de *Rugas Sociais*, "romance realista com personagens populares" (MOREIRA, 1959:51) sobre o "mundo da ostentação" de Belém assente nas valias da borracha (EMERY, 1992:42). Viaja como repórter pelo sul do Brasil, Rio de Janeiro e S. Paulo, observando a paisagem e as condições de trabalho no interior paulista, palco da ação central de *Emigrantes* (1928).

Longe da pátria, Ferreira de Castro escapa a dois flagelos: o conflito mundial, que nos campos da Flandres e nos matos de Angola e Moçambique matara cinco mil portugueses, e a pneumónica, que dizimou 56 mil entre 1918 e 1919, a maioria adultos jovens (TORRES e MARINHO, 2001b e 2001c). Porém, essa reserva e o sucesso profissional não bastaram para o manter além-mar. Fosse por nostalgia do país natal, pela renovada esperança no futuro trazida pelo fim da guerra ou ainda pela insatisfação em ganhar a vida articulando "lugares-comuns" de redator (sentimento do protagonista de "As Aras da Nostalgia", cit. p. EMERY, 1992:43), decide regressar a Portugal em Setembro de 1919.

No Rio de Janeiro embarca no paquete inglês *Desna*, tornando viagem em condições substancialmente melhores do que as que penara no trajeto inverso. Num terceiro grande movimento de partida abandona o Brasil, numa fase em que a vida lhe dava uma trégua e a sorte lhe era finalmente propícia. Declararia numa entrevista de 10 de Fevereiro de 1940 a *O Diabo* que as saudades da aldeia e da Natureza circundante haviam pesado na decisão do regresso:

> Em 1919 (…) consegui juntar quatrocentos mil reis e uma passagem e regressei a Portugal. Tinha muitas saudades das árvores, das fontes e dos caminhos em que eu andava quando era menino, na minha aldeia. Não digo isto por literatura. Evocadas à distância, as fontes, as árvores e os caminhos revestiam-se de inenarrável fascinação.

3.1.3. Lisboa, o jornalismo militante e a ficção errante

Aos vinte e um anos, o jovem emigrante torna-viagem desembarca em Lisboa. Da vivência nos trópicos amazónicos traz riqueza intelectual e espiritual, o sotaque brasileiro e o fígado debilitado. Longe de ser um dos quase dez mil emigrantes que, diz SERRÃO (1974), voltaram do Brasil em completa indigência entre 1919 e 1930, vem integrar a larga fatia juvenil que sustentava a pirâmide etária acentuadamente triangular do Portugal de então: em 1920, os cidadãos até aos vinte e quatro anos eram mais de metade dos seis milhões e trinta e dois mil portugueses (ROSA e VIEIRA, 2003).

Em Salgueiros, Ossela, aplaca as saudades da família, dos caminhos e da Natureza. A. CABRAL cita-o em *Ferreira de Castro, o seu Drama e a sua Obra* (1940:25):

> Já matei a minha nostalgia, já vi as árvores da minha aldeia, ora nuas, ora pensativas, estarrecidas, como se tentassem colocar um enigma nos meus olhos maravilhados; ora luxuriantes, orgulhosas, projetando na terra lençóis de sombra – sombra propícia ao amor. Já ouvi as fontes chorarem, entre os saramagos, de saudade pela primeira moura que a elas chegou a boca. Já compreendi de novo a alma dos moinhos, rodando monotonamente, tristemente, junto do rio azul e tendo por sentinela os salgueirais rumorejantes.

Mas na pequenez e ruralidade da terra natal não cabem a sua ambição jornalística e o sonho literário. Num quarto movimento de mudança, ruma então a Lisboa.

A primeira imersão na capital "inferior e obscura" (cit. p. MOREIRA, 1959:66) ocorre nesse Outono de 1919. Apesar do ambiente tumultuado da I República, encontra uma sociedade em busca ativa de melhor nível de instrução, com milhares de operários aprendendo a ler nas escolas noturnas dos sindicatos e coletividades. Perde por pouco os cartazes que, em Junho anterior, anunciavam a plantação de uma oliveira no Jardim Zoológico de Lisboa para celebrar a Paz Mundial (FOYOS, 2010:80) e a polémica em torno da iniciativa, aplaudida pelos jornais republicanos mas vista pela imprensa conservadora monárquica como de culto pagão e panteísta (*op. cit.*).

Tal como no resto da Europa, o fim da guerra não estrearia uma etapa pacífica e próspera, mas uma inflação exponencial e, a nível nacional, a primeira grande recessão económica do século (TORRES e MARINHO, 2001b). Defensor da universalidade dos valores humanos, crítico das fronteiras territoriais, religiosas, linguísticas, o jovem propõe a *O Século* [22] um plano de incentivo às relações luso-brasileiras. Sem sucesso. "O velho Portugal que a distância em mim doirara" ("Pequena História de *Emigrantes*", 1966) volta a enegrecer. Novo período errante, de miséria e solidão, que se alongaria até 1921 e durante o qual foi um dos muitos biscateiros e vagabundos de Lisboa.

A imprensa escrita da época reforçava o seu papel sociopolítico e o cunho diversificado: partidariamente alinhada, era também generalista, humorística, satírica, feminina, desportiva, de arte e literatura, num total superior a seiscentos títulos em 1923 (TORRES e MARINHO, 2001c). Ferreira de Castro acaba por beneficiar deste contexto, vence a resistência do meio e inaugura uma longa fase de jornalista *freelancer* (ALVES, 2011:43). Funda alguns periódicos de existência efémera: *O Luso*, bissemanário noticioso e literário centrado no intercâmbio entre Portugal e Brasil (ALVES, s/d), expunha desonestidades institucionais, provocou a antipatia do regime e valeu-lhe uma fugaz detenção policial, em 1920. Em 1922 lança *A Hora*, revista de "Arte, atualidades e questões sociais", que o habitual tom irreverente vota a uma breve duração, no mesmo ano em que passaria a escrever para *O Tempo*. Colaboraria depois em *A Tarde* e no *Imprensa Livre*. Seduzem-no "as difíceis reportagens e os inquéritos às vidas sombrias" (J. BRASIL, 1931:28).

[22] *O Século, O Século Agrícola* e a *Illustração Portugueza* haviam-se destacado entre 1913 e 1917 de entre a imprensa republicana que difundia tudo quanto se relacionasse com a Festa da Árvore. Frase no cabeçalho da primeira página do *A República*, onde Raul Brandão e Ferreira de Castro, escreveram: "República!! Governo da Natureza!", revelando a ligação das raízes espirituais da Maçonaria com "O espírito da floresta, a floresta eterna, morada dos deuses e dos primeiros homens" (FOYOS, 2010:76).

É a época dos seus primeiros contactos com as organizações anarcossindicalistas, bem vivas na sociedade portuguesa. Em 1921, o jovem de Ossela já participava, tal como Vitorino Nemésio, que o relata no In Memoriam *de Ferreira de Castro* (1976), na greve dos trabalhadores dos jornais. Os seus escritos aproximavam-no da "juventude literária inconformista da época" (SALEMA, 1974:22,23), onde firmou as amizades vitalícias, assentes na comunhão de posições éticas e na intransigência face à "situação" política: Jaime Brasil, Assis Esperança, Roberto Nobre, Julião Quintinha e o artista gráfico Bernardo Marques.

Vai sobrevivendo redigindo mensalmente mais de uma centena de artigos e reportagens: em *O Século,* no *Diário dos Açores,* na revista *ABC*, onde faz ainda crítica literária, entrevista artistas e políticos e publica novelas: "Era eu e o Reinaldo Ferreira [23]. Poderíamos fazer concorrência um ao outro. Andávamos com os bolsos cheios de artigos. (…)", recorda numa conversa de 1950 com Rui Pedro (in NEVES, 1976:125).

Mas a faina de jornalista não preencherá a sua aspiração literária. Neste início da década de 20 entra no ciclo português das "novelas aurorais" [Ver 4.1.], expressão sua numa entrevista de 1966. Garantem Assis ESPERANÇA (em In Memoriam, 1976) e Jaime BRASIL (1931) que o jovem novelista passava fome para mandar compor dezasseis páginas por semana do volume *Mas…*, publicado entre 1921 e 1922. Anotações a alguns capítulos desse livro revelam uma nostalgia do Brasil, avivada pelas adversidades de Lisboa (p.98): "Hoje o Amazonas é a minha Pátria – o museu das minhas imagens – a silenciosa biblioteca onde se acumulam todas as variantes da Beleza".

A peça *O Mais Forte* é premiada pelo Teatro Nacional em 1922 (ALVES, s/d). Mas Ferreira de Castro mantém-se fiel à temática amazónica e lança nesse ano uma coleção de novelas encabeçada por *Carne Faminta*, sobre a exploração humana nos seringais. Seguem-se, até 1927, várias coletâneas de contos, novelas e volumes de ensaio [Ver 4.1.].

[23] Reinaldo Ferreira (1897-1935), o "Repórter X": repórter português e autor de romances policiais (ALVES, 2007). Em *O Livro do Repórter X*, publicado em 1936, Ferreira de Castro chama-lhe o jornalista com "olhos de poeta", "que praticava a amizade e a lealdade em alto grau", e tivera uma vida "das mais trágicas e das mais belas, e, sem dúvida, a mais rocambolesca e agitada [do] jornalismo português" (cit. p. *op. cit.*).

Sendo um comunista libertário [24] convicto, mantém entre 1924 e 1926, no suplemento literário do órgão anarcossindicalista *A Batalha* [25], a coluna *Ecos da Semana*, onde discorre, livremente e "a quente", sobre temas da atualidade da época que lhe eram caros [Ver 3.2.5.]. Essas crónicas, na sua maioria incisivas e rebeldes, de observação arguta, leve sarcasmo e fina ironia, encontram-se reunidas em 2004 pelo Centro de Estudos Libertários.

Desdobrando-se sempre por várias frentes jornalísticas, visita Espanha para a série de crónicas "A Espanha do Século XX" do *Diário dos Açores* e assegura parte da redação da *Renovação* (ALVES, s/d) e dos jornais *A Pátria*, *A Capital*, *O Imparcial* (CABRAL, 1940). O Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa elege-o como presidente em 1926, onde assume como prioridade a luta contra a recente instauração da Censura no país (*op. cit.*). Tem vinte e oito anos.

Após o fecho de *A Batalha* e de *A Tarde*, em 1927, a vida remediada – agora partilhada com o seu grande amor, a escritora e jornalista Diana de Liz – obriga-o a integrar o corpo redatorial de *O Século*, onde até 1934 coordenará a área internacional (*op. cit.*). Sempre temera que este tipo de compromisso lhe sonegasse tempo, disposição e energia para a escrita literária. No ano seguinte funda no Porto, com Campos Monteiro[26], a *Civilização* (J. BRASIL, 1961), revista literária mensal que abordava a temática da emigração e era honrada por um notável elenco de colaboradores [27].

[24] O comunismo libertário é uma das muitas doutrinas do anarquismo. Estas "têm como denominador comum a rejeição da autoridade, a máxima dignidade do individuo" e "combatem todas as fontes de desigualdade e subjugação, como a propriedade e o Estado" (ALVES, 2006 – Posfácio).

[25] *A Batalha,* diário da Confederação Geral do Trabalho, era o mais lido na I República, depois de *O Século* e do *Diário de Notícias* (ALVES, 2006). Fundado em 1919, visava "alargar os horizontes culturais da classe trabalhadora" sob os princípios, subscritos por Ferreira de Castro, do sindicalismo revolucionário e do anarcossindicalismo. Tinha um público diversificado, rendido ao "escol intelectual" e aos seus notáveis ilustradores (ALVES, 2007b e Garcia e SILVA, 2004). O regime atacou sistematicamente o anarcossindicalismo, encerrando-lhe o jornal, controlando-lhe os sindicatos, forçando-o a operar na clandestinidade (TORRES e MARINHO, 2001a).

[26] Campos Monteiro (1876-1934): romancista "de pendor popular e regionalista, influenciado por Camilo" (http://www.portaldaliteratura.com/autores.php?autor=227).

[27] Nomeadamente, Fernanda de Castro, Florbela Espanca, António Ferro, António Botto, Maria Lamas, Gago Coutinho, Reinaldo Ferreira, e até Luigi Pirandello, Prémio Nobel da Literatura poucos anos depois; no grafismo, Bernardo Marques, Jorge Barradas, Roberto Nobre, San-Payo, Stuart Carvalhais (ALVES, 2006).

3.1.4. Escritor e Vagamundo. As Amizades, as Tertúlias e as Viagens

> Não parar nunca, trilhar todas as veredas da vida, ver o dorso de todas as montanhas, atravessar as pontes de todos os rios, vislumbrar os telhados de todas as cidades – eis o meu sonho de sempre.
> *Ecos da Semana*, Out. 1925,
> "Os Cómicos Anónimos"

No Verão de 1928, nas horas deixadas livres pelo jornalismo e "à luz difusa dum candeeiro de petróleo" da modesta casa de Lisboa ("Pequena História de *A Selva*", 1955), Ferreira de Castro ultima o primeiro grande romance. *Emigrantes*, editado em Outubro com capa de Stuart Carvalhais, inaugura uma nova e definitiva fase literária castriana [Ver Cap. 5]. A denúncia do regime de exploração humana imposto pelos proprietários dos cafezais aos trabalhadores da terra desagradou à classe dirigente brasileira (EMERY, 1992), valendo ao livro o epíteto de "antibrasileiro" e a campanha negativa por parte de alguma imprensa. Mas *Emigrantes* permanecerá como "um marco de maturidade e um romance de importância reconhecidamente universal", como consagra o *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses* (LISBOA, 1994:521).

Passava, entretanto, uma década sobre o regresso a Portugal. O jornalista-escritor debate-se intimamente entre duas forças: a repulsa pelas memórias dolorosas da permanência na selva e o impulso de escrita de uma obra de maturidade literária que as assimilasse (CABRAL, 1940). EMERY (1992:9) diagnostica-lhe um "síndroma da floresta", criado pela influência profunda no psiquismo de alguém tão observador como o era o emigrante-criança e pelos pesadelos que, desde Belém, o atormentaram pela vida fora. Síndroma que se atenuou quando finalmente verte essa experiência para a escrita: "Enfim, quinze anos vividos tormentosamente sobre a noite em que abandonei o Seringal Paraíso", recorda Ferreira de Castro em "Pequena História de *A Selva*", em Abril de 1929 escreve as primeiras frases desse livro fundamental e catártico.

A Selva sai quando o seu autor beira os trinta e dois anos. O romance suscita ecos elogiosos da imprensa e público, esgota rapidamente o primeiro milhar de exemplares, salta o Atlântico para ter a mesma fortuna junto dos leitores e da crítica brasileiros. Num mundo com apenas 45 milhões de falantes de língua portuguesa (contra os 150 milhões

que se exprimiam em inglês) [28], sucessivas traduções divulgam na América do Sul e Central, depois noutros continentes e nos principais idiomas europeus, este "drama dos homens perante as injustiças dos outros homens e as violências da Natureza" (*op. cit.*) – marco internacional que o biógrafo Alberto MOREIRA[29] (1959) designa como "a glória".

Este êxito é ensombrado pela morte de Diana de Liz, que mergulha o escritor num período depressivo, onde a obsessão da selva é substituída pela da impotência humana face à morte (CABRAL, 1940). Sucumbe de novo ao seu "nomadismo temperamental" ("Aldeia Nativa", 1969), visitando Espanha, de onde reporta a Revolta da Andaluzia e a proclamação da república, e também Inglaterra e Irlanda (ALVES, s/d), cujas impressões constam de *Pequenos Mundos e Velhas Civilizações* (1937) [Ver 6.3]. É na Madeira que convalesce do desgosto, onde prefacia e edita, em 1931, a primeira novela póstuma de Diana, *Pedras Falsas*, seguida, em 1932, de *Memórias de uma Mulher de Época*.

Na ilha compõe *Eternidade* (1933), "protesto contra os absurdos da existência" (J. BRASIL, 1961:49), romance que encerra o ciclo de mais direta projeção autobiográfica. Saía a tradução alemã de *A Selva*, pelo austríaco Richard Bermann [30], determinante para a difusão mundial desta obra (ALVES, s/d e J. BRASIL, 1961).

O Estado Novo vai apertando a repressão ao livre pensamento, atingindo a imprensa, proibindo e apreendendo obras literárias (TORRES e MARINHO, 2001d). Ferreira de Castro mantem a frenética atividade jornalística, que em 1934 estende a Itália e Córsega, de onde resultam novas crónicas de viagens. Fiel à luta contra as injustiças e às convicções anarquistas, inconformado com a censura, decide abandonar o "jornalismo militante" que exerce em Portugal, principalmente em *O Século* (J. BRASIL, 1961:52). Até ao fim da vida dedicar-se-ia exclusivamente à literatura, com exceção da breve direção de *O Diabo* [31], em

[28] Fonte: Observatório da Língua Portuguesa: http://observatorio-lp.sapo.pt/pt/dados-estatisticos/a-lingua-portuguesa-em-numeros

[29] Alberto Moreira: Notabilizado como biógrafo de Camilo Castelo Branco e Guerra Junqueiro.

[30] A propósito da notícia que atribuía a difusão internacional de *A Selva* à tradução de Blaise Cendrars, quando na realidade esta se sucedia a catorze outras em outras tantas línguas, Ferreira de Castro esclarece ao *Diário Popular* (s/d) que devia o seu sucesso além-fronteiras à tradução de Richard Bermann, feita depois de este conhecer a obra numa viagem à Amazónia. Foi a boa receção na Alemanha que despertou o interesse dos países vizinhos e de outros, como os EUA. Prestou assim tributo ao tradutor, médico, escritor e poliglota judeu preso pelos nazis na Áustria, que morreu na América, em 1939.

[31] *O Diabo – Semanário de Crítica Literária* era "um órgão de convergência cultural na oposição ao fascismo", com nomes ligados ao republicanismo histórico, ao anarquismo e ao comunismo. Continha

1935. Confessaria em "Origem de *O Intervalo*" (1972) que nos últimos anos de homem dos jornais preferira um posto de arquivista ou bibliotecário, por temer que o "lugar-comum" da escrita de imprensa o desviasse da "forma literária". Receio infundado: o romance *Terra Fria* sai ainda em 1934, fruto de uma temporada no Barroso transmontano. Vale-lhe o Prémio Ricardo Malheiros da Academia das Ciências e valerá à recôndita aldeia de Padornelos o nome divulgado por vários países (CINTRA em Vários, 1996).

Os direitos da tradução inglesa de *A Selva* permitem-lhe, em 1935, um périplo pelo troço oriental do Mediterrâneo. Algumas das crónicas resultantes são enviadas para o *A Noite*, do Rio de Janeiro (J. BRASIL, 1961) e em 1937 reunidas às anteriores em *Pequenos Mundos e Velhas Civilizações*.

A guerra civil de Espanha, que até 1939 chocou a Europa e o próprio Ferreira de Castro, ao ver mortos ou foragidos intelectuais espanhóis seus amigos, teria um reverso positivo: a pintora madrilena Elena Muriel, cuja família se refugiara no Estoril, onde conhece Ferreira de Castro e com quem se casa, em Paris, em Agosto de 1938. Durante a viagem de núpcias pela Europa, o escritor-repórter continua a redigir crónicas para o Brasil, sobre a Escandinávia e a Checoslováquia já "sob a bota nazi" (J. BRASIL, 1961:55).

Esse é um ano de consolidação do êxito literário castriano: *A Selva* soma dez traduções nas principais línguas e vários artistas unem-se na ilustração da edição especial, dirigida por R. Nobre (ALVES, s/d). O escritor austríaco Stefan Zweig sugere à editora parisiense Grasset o romance de "grandioso realismo" (cit. p. ALVES, 1994b:63-n). E assim França conhece *Forêt Vièrge*, controversa tradução do poeta Blaise Cendrars [32].

No início de 1939, financiado pelo editor português e por um jornal brasileiro, parte numa volta ao mundo. Singapura, Bornéu, Estados Unidos, etc. – o périplo ficou parcialmente registado na correspondência com Nobre (ALVES, 1994b) e originou *A Volta ao Mundo* [Ver 6.3], publicado entre 1940 e 1944. No primeiro ano, sai também o romance *A Tempestade* (1940). Na década seguinte, o regime político empenhava-se na difusão da imagem de uma sociedade cantante, unida e gloriosa, imune ao conflito mundial (TORRES e MARINHO, 2001d). Ferreira de Castro, tal como Branquinho da Fonseca, Miguel Torga,

artigos de cunho social e de divulgação científica" e inaugurou um "Inquérito à Mulher Portuguesa" por iniciativa de Ferreira de Castro (ALVES, 2011:52).

[32] Blaise Cendrars (1887-1961): Grande poeta do modernismo, grande prosador, não foi tradutor mas *tradittore* de *A Selva* (ALVES, 2006:88-n).

Fernando Pessoa, José Régio e outros, pertencia ao grupo heterogéneo de poetas e escritores que não se enquadravam na arte "saudável" do Secretariado de Propaganda Nacional, criando linhas estéticas que recusam o ideário do Estado Novo.

Era a primeira década da "tertúlia da Veneza". Fundada pelo autor de *A Selva* e por Assis Esperança [33] no final da década anterior, na Avenida da Liberdade, em Lisboa, reunia-se vigiada de perto pela polícia política, recorda João de Melo [34]. Este escritor foi o mais jovem do grupo, que tinha no autor de Ossela "uma espécie de *Pater familias*". A tertúlia era frequentada por amigos próximos: Roberto Nobre [35], Jaime Brasil, Alexandre Cabral [36], João de Barros [37], Julião Quintinha, Álvaro Salema [38] e outros (ALVES, 2006:39-n). Esse espírito gregário comum na época iniciara-o Ferreira de Castro pelo menos nos anos 20, no Café Chiado. "Éramos os benjamins da tertúlia de Brito Camacho (…)", testemunha Vitorino NEMÉSIO, no In memoriam (NEVES, 1976:63).

Prosseguem as traduções dos romances castrianos pelo mundo, incluindo nos países em guerra, como a Roménia e a Checoslováquia (J. BRASIL, 1961 e ALVES, s/d), ao mesmo tempo que em Portugal se estabelecia uma nova corrente literária de romances sociais de cenário rural, com títulos como *Fanga* (1942), de ALVES Redol, *Cerromaior* (1943), de Manuel da Fonseca e *Casa na Duna* (1943), de Carlos de Oliveira, etc [Ver 5.5.].

Em 1945 *A Selva* atinge, com a décima edição, o meio milhão de exemplares (ALVES, s/d). Uma parte do mundo reorganiza-se sob a égide das Nações Unidas, a que Portugal só aderiria em 1955. Salazar promove eleições "tão livres como na livre Inglaterra", com a ida a votos apenas da União Nacional do governo (TORRES e MARINHO, 2001a). Ferreira de Castro apoia a oposição, com Aquilino Ribeiro, José Régio, António Sérgio, Hernâni Cidade, através da sua participação no Movimento de Unidade Democrática, que nascia nesta euforia do pós-guerra e seria ilegalizado em 1948.

[33] Assis Esperança (1892-1975): Romancista algarvio, autor de *Servidão* (1946).

[34] Cf. Apêndice IV: Entrevista [3], a João de Melo, em Lisboa, Maio de 2013.

[35] Roberto Nobre (1903-1969): Destacado artista gráfico e "O mais importante crítico e ensaísta de cinema do seu tempo" (ALVES, 2006:28-n). Acompanhou graficamente o trabalho do escritor n'*A Batalha*, na *Renovação,* na *Civilização* (ALVES,2007:11).

[36] Alexandre Cabral (1917-1996): Escritor e jornalista, notabilizou-se como profundo estudioso da obra de Camilo Castelo Branco. Fez parte da direção da SPE com Aquilino Ribeiro.

[37] João de Barros (1881-1960): Poeta, ideólogo republicano, autor de adaptação para crianças e jovens de clássicos como *Os Lusíadas* e *A Odisseia*, defensor de uma real aproximação entre Portugal e o Brasil.

[38] Álvaro Salema (1914-1991): Ensaísta e crítico literário, responsável pelas páginas literárias do *Diário de Lisboa*, grande amigo de Ferreira de Castro.

Refugiando-se desde final dos anos 20, para repousar e escrever, em locais de vegetação exuberante [ver 3.3.1.], o escritor intensifica a partir da década de 40 as épocas no Luso, Serra da Estrela e Sintra. Visita regularmente Paris, hábito que estende às décadas seguintes. Ossela homenageia-o em Maio de 1946, e a casa beirã passa a ostentar uma lápide alusiva ao seu nascimento. Em 1947 publica-se *A Lã e a Neve*, que expõe as condições de vida dos pastores e operários de lanifícios da Serra da Estrela. "É um livro belíssimo, aquele que mais se aproxima no neorrealismo", defende Urbano TAVARES RODRIGUES [39].

Ferreira de Castro e Jorge Amado mantinham uma longa e cordial correspondência quando finalmente se abraçam, em 1948, por ocasião da homenagem da *Societé des Gens de Lettres* de Paris ao autor português. Na ocasião, o *Les Lettres Françaises* publica a tradução do conto, ainda inédito em Portugal, "O Senhor dos Navegantes" (ALVES, s/d). No ano seguinte a editora Guimarães, sua casa literária até 2013, lança as *Obras Completas de Ferreira de Castro* – ilustradas, entre outros, por Sarah Affonso, Bernardo Marques, Artur Bual, Júlio Pomar e João Abel Manta (ALVES, 2006:112-n) – das quais são excluídos os títulos literários anteriores a *Emigrantes*.

A Curva da Estrada (1950), com cenário em Madrid, sai num ano em que Portugal conta ainda três milhões de analfabetos, dos oito milhões e quatrocentos mil que o habitam (ROSA e VIEIRA, 2003 e TORRES e MARINHO, 2001e). O autor elege para retiro de escrita um novo local, isolado da agitação urbana: Entre-os-Rios [Ver 3.3.1.]. Aí vem a produzir boa parte de *As Maravilhas Artísticas do Mundo ou a Prodigiosa Aventura do Homem através da Arte* (1959-1963), "monumental história da Arte" (EMERY em Vários, 1996:56) fruto do seu fascínio pela evolução artística da Humanidade.

Nas décadas seguintes, a obra castriana vai penetrando nos mercados literários mundiais e novas edições estrangeiras geram variados estudos críticos (J. BRASIL, 1961 e CALHEIROS, 1998). O escritor distingue-se ainda por três candidaturas ao Prémio Nobel da Literatura: em 1951, 1959 e 1968 [Ver 5.1.]. Em Oliveira de Azeméis, inaugura-se a 6 de Dezembro de 1952 a Biblioteca pública "Ferreira de Castro", com um acervo de dois mil e quinhentos volumes por ele doados (ALVES, 2006).

[39] Cf. Apêndice V: Entrevista [4], a Urbano Tavares Rodrigues, em Lisboa, Maio de 2013.

A afeção hepática que lhe valera a salvação do centro "Todos-os-Santos" leva-o à beira da morte em 1953. A imprevista recuperação soma-se à efeméride dos vinte e cinco anos de *Emigrantes* para originar a "Mensagem Nacional a Ferreira de Castro", iniciativa de "uma centena de intelectuais" (J. BRASIL, 1961), subscrita por milhares de nomes.

Em 1954 sai o volume *A Missão*, que reúne a novela homónima, "A Experiência" e o conto "O Senhor dos Navegantes". Nesse ano o romancista funda, com Aquilino Ribeiro, a Sociedade Portuguesa de Escritores. Para a edição de luxo do 25º aniversário de *A Selva,* ilustrada pelo pintor brasileiro Cândido Portinari (J. BRASIL, 1961), redige o texto memorialístico "Pequena História de *A Selva*" (1955), onde ressuscita a Amazónia, os sentimentos e sensações que lhe causou e as singularidades que ficou a dever-lhe.

Regressa ao Brasil quarenta anos após ter partido, a convite da União Brasileira de Escritores. Revê a partir do navio a Baía de Guanabara, "à luz do sol matinal" de um dia de 1959 ("A Visita ao Rio", 1970, in *Vária Escrita* n.º 3, 1996:252). Emociona-se ao pisar o "país livre onde se formou o meu espírito, onde alvoreceu a minha pena" (*op. cit.*:254), mas evita a Amazónia, receando a emoção do reencontro (AMORIM, 1998). Na visita de 1971 recusaria também visitar o lanço da estrada Transamazónica batizado com o seu nome (ALVES, s/d). Mas nunca perderia o fervor do elo ao Brasil, seguro "pelo coração e pelo espírito", como reafirma durante a manifestação do 1º de Maio de 1974, captada para o Documentário *As Armas e o Povo* (1975).

Em 1960, o Porto presta-lhe homenagem, com centenas de leitores acumulando-se nas livrarias por onde passa. Próximo do público mas avesso à rigidez das academias, declina nesse ano o convite para membro da Real Academia da Bélgica, como em 1957 recusara a Academia Brasileira (carta a Nobre, in ALVES, 1994b) e como viria a recusar outras (CALHEIROS, 1998). A nova década é marcada no país por reivindicações académicas e pela maior vaga de emigração de sempre, destinada a países europeus. A censura filtrava todas as influências do exterior, nos livros, nos filmes, na imprensa. Mas não obstou à expansão da obra castriana, que seguiu conquistando numerosas latitudes e idiomas. O último volume das *Obras Completas* sai no Brasil em 1961, ano em que o Estado Novo era sacudido pelo assalto ao paquete Santa Maria, o eclodir da guerra em Angola e a invasão pela Índia dos territórios sob jugo português.

Ferreira de Castro é eleito presidente da Sociedade Portuguesa de Escritores em 1962, cargo que ocupa até 1964 [40]. Paris e os seus intelectuais continuam a atraí-lo para prolongadas estadias (ALVES, 2006:37-n). A Academia das Belas Artes parisiense distingue *As Maravilhas Artísticas do Mundo* com o Prémio Catenacci, em 1965, ano em que a edição "de poche" de *A Selva* soma 100 mil exemplares. Em Salgueiros é-lhe oferecida a casa onde nasceu, hoje "Casa-museu Ferreira de Castro", que doa ao município natal. Na escritura de doação (Dezembro de 1967) fica consignado que as árvores que necessitassem de substituição "quando caídas ou secas" o seriam "por outras da mesma espécie", "não se devendo praticar culturas que não fossem (…) vinha, centeio, feijão, batata, pomar e horta e demais culturas arvenses, isto é, as culturas praticadas na infância dele, doador".

3.1.5. Do Vale de Ossela à Serra de Sintra: O retorno à terra

> E às vezes, absurdamente, penso que hei-de amar ainda a Natureza quando uma nesga de luar, descendo por entre o arvoredo, pouse, leve, afagante e misericordiosa, sobre a terra onde eu durma para sempre.
>
> "A Visita ao Rio", 1970, in *Vária Escrita* n.º 3

Quando, em 1966, passa meio século sobre a publicação em Belém-do-Pará de *Criminoso por Ambição*, primeira ficção amazónica do emigrante português, a ocasião assinala-se dos dois lados do Atlântico: exposições na Sociedade Nacional de Belas Artes, edições ilustradas de *Emigrantes* e *Terra Fria*, homenagens em instituições portuguesas, brasileiras e francesas. O *Livro do Cinquentenário da Vida Literária* reúne textos de dezenas de personalidades dos meios intelectuais dos três países. Numa praça de Oliveira de Azeméis erige-se a estátua do "Emigrante", monumento à obra castriana, à personagem Manuel da Bouça e a todos os portugueses emigrantes – que só no período entre 1958 e 1974 totalizaram um milhão e meio (TORRES e MARINHO, 2001f).

No Verão de 1967, no sossego termal das Taipas (in ALVES, 1994b:199), o escritor dedica-se a *O Instinto Supremo* (1968). O seu último romance revisita o ambiente

[40] O ano seguinte foi desastroso para a SPE: preparava-se para comemorar o cinquentenário literário de Aquilino, quando este morre subitamente. Ao atribuir o prémio de novelística de 1965 ao romance *Luuanda*, do angolano Luandino Vieira, então prisioneiro no Tarrafal, enfureceu o regime, foi assaltada e vandalizada pela PIDE e ditou a própria extinção compulsiva (ALVES, s/d). Durou nove anos. Só no governo de Marcelo Caetano se criou e homologou (1972) a Associação Portuguesa de Escritores (ALVES, 2006).

geográfico e humano da Amazónia e sai simultaneamente em Portugal e no Brasil. A União Brasileira de Escritores apresenta então a candidatura conjunta de Jorge Amado e Ferreira de Castro ao Nobel da Literatura. Pouco depois escreve *Historial da Velha Mina*, evocação de uma reportagem censurada, e "Aldeia Nativa" (1969), textos que formam, com *O Intervalo*, o corpo principal de *Os Fragmentos* (1974).

Ferreira de Castro fora recentemente agraciado com o Prémio do Festival do Livro de Nice, em 1970, quando dirige um pedido solene às autoridades portuguesas: ser inumado na Serra de Sintra (in ALVES, s/d:82). Invoca antecedentes com personalidades do país e do estrangeiro: "Sibbellius num bosque de Helsínquia; (…) Rousseau, no parque de Ermenonville (…); Chateaubriand, no Grand Bo, na Bretanha; Castro Guimarães, no seu jardim de Cascais (…)", mas a justificação é essencialmente sentimental:

> Tendo escrito a maior parte da minha obra em Sintra, onde tanto sonhei e trabalhei, eu desejaria ficar ali para sempre, entregue à proteção da sua poesia inesquecível e da sua beleza inefável. Desejaria ficar sepultado à beira duma dessas poéticas veredas que dão acesso ao Castelo dos Mouros, sob as velhas árvores românticas que ali residem e tantas vezes contemplei com esta ideia no meu espírito (…).

Sintra, cantada por Bernardim Ribeiro, Camões, Byron e tantos outros (LATINO COELHO, 1923) não foi, contudo, a sua primeira escolha: no Pórtico de *A Volta o Mundo* aspirava a "repousar para sempre, face ao sol e às estrelas" no alto do monte onde em criança se rendia a largos horizontes. Num caso e noutro, talvez evocasse os humildes hábitos fúnebres da Amazónia, que LETÍZIA (2004b:33) descreve assim: "Os mortos do interior amazonense deixavam aqui apenas um sinal discreto da sua passagem pela terra, sinal que a floresta virgem iria apagar em breve".

Na última viagem ao Brasil, em 1971, o escritor recebe, com Jorge Amado e o poeta italiano Eugenio Montale, o Prémio de Latinidade da Academia do Mundo Latino (CALHEIROS, 1998). Usa o valor pecuniário deste galardão e do anterior para construir uma biblioteca na aldeia natal, inaugurada em 30 de Setembro de 1973 com o legado de seis mil volumes da sua coleção pessoal e o manuscrito de *As Maravilhas Artísticas do Mundo*. Júlio Pomar ilustra nesse ano a edição de luxo de *A Selva* – romance que a UNESCO acabara de anunciar como um dos dez mais lidos no mundo (ALVES, s/d).

Homenagens em Portugal e no Brasil assinalam a 24 de Maio os setenta e cinco anos de vida do escritor. Em Abril doara ao povo de Sintra, vila que amava "pela imensa poesia da Natureza sintrense, onde tanto meditei e sonhei" (Texto de doação, 1973), grande parte do seu espólio literário. Manuscritos dos livros, as edições nacionais e estrangeiras, críticas, correspondência e outros elementos da sua vida literária integrariam o museu com o seu nome, inaugurado em 1982 no Casal de Santo António – "uma casa de boa expressão poética" (*op. cit.*).

Marcos factuais e sentimentais da sua biografia deixou-os Ferreira de Castro registados em textos de natureza memorialística e ou autobiográfica, vindos a público entre 1931 e 1974 em publicações variadas, mais concentrados na última década de vida. Os principais figuram do Quadro 2. Principais por se reportarem a fases especiais – como a infância e a errância por Lisboa –, a episódios essenciais na sua cronologia pessoal e literária – como o momento de emigração ou a hora e data a que se lançou na escrita de *A Selva* – e a sentimentos, dúvidas, devoções, opiniões – como o excesso de timidez, as angústias da auto-imposição de censura e a perspetiva quanto ao papel social da mulher.

Quadro 2 – Principais textos memorialísticos de Ferreira de Castro

Título (Ano de escrita)	Ano da 1.ª publicação	Primeira publicação
"Memórias" (1931)	1931	*Ferreira de Castro e a sua Obra*, Jaime BRASIL
"Pórtico" (1944)	1944	*A Volta ao Mundo*, 1.ª edição, ilustr.
"Pequena História de *A Selva*" (1955)	1955	Edição comemorativa dos 25 anos de *A Selva*
"O Último quarto de hora da minha vida" (1964)	1964	*O Século Ilustrado* n.º 1369, 28 Maio 1964
"Posfácio: "Pequena História de *Emigrantes*" (1966)	1966	*Emigrantes*, edição comemorativa do Cinquentenário de vida literária
"Posfácio" (1966)	1966	*Terra Fria, edição* comemorativa do Cinquentenário
Discurso da inauguração da estátua ao Emigrante (1966)	1970	*Arquivo do Distrito de Aveiro* n.º 141
"A Visita ao Rio" (s/d)	1970	*Encontro*, Sérgio TELLES
"Historial da Velha Mina" (1968?)	1974	*Os Fragmentos*
"Aldeia Nativa" (1969)		
"Origem de *O Intervalo*" (1972)		

Fonte de dados da terceira coluna: ALVES, 1996, in *Vária Escrita* n.º 3

Ferreira de Castro vê na revolução portuguesa de 1974 a confirmação dos seus ideais de futuro justo e solidário. O documentário *As Armas e o Povo* (1975) mostra-o, com José Gomes Ferreira, entre a multidão que festeja em Lisboa o 1º de Maio livre. De cravo vermelho na lapela, segurando a haste de um cartaz, revela-se exultante com o fim da opressão, numa voz fina dirigida ao repórter e cineasta brasileiro Glauber Rocha.

Para Assis Esperança, uma "congestão da revolução" provocou o acidente vascular cerebral que vitimou o amigo na madrugada de 5 de Junho seguinte, quando ambos gozavam a amenidade rural de Macieira de Cambra. Na data festejava-se, a nível internacional, o Dia Mundial do Ambiente, declarado pela Conferência das Nações Unidas em 1972. Os amigos Assis e Eva Almeida ouvem-lhe as últimas frases: "Como é triste a pobre condição humana… Mas eu creio na ciência e na sabedoria do Homem" [41]. Segundo AMORIM (1998:73), *O Século* noticia "assomos de lucidez" nos instantes finais, "percebendo-se que evocava o Amazonas, as árvores e os pássaros".

Ferreira de Castro morre no Porto, a 29 de Junho – Dia de S. Pedro, padroeiro da freguesia natal, Ossela, e padroeiro da terra onde pedira para ser inumado, Sintra. Com setenta e seis anos, ultrapassou em dez a esperança média de vida do Portugal de então. Morre exatamente sessenta e cinco anos após ter festejado a inauguração da Igreja de São Pedro, erigida junto à sua escola primária, num "sítio mui romântico" de "onde se vislumbram as terras do Caima" (*Guia de Portugal* – Vol. III:607). O escritor autodidata deixava um país imerso numa esperança nova, com uma taxa de analfabetismo de 17%, longe dos 79% da época em que nascera (RAMOS, 1988).

O Comício do Conselho Mundial da Paz, a decorrer no Porto, anuncia a morte do escritor que sempre defendera o entendimento pacífico no seio da Humanidade. Os seus membros, entre eles o romancista russo Konstantin Simonov, prestam-lhe homenagem na Cooperativa Árvore. Todos os quadrantes políticos e intelectuais se fizeram representar junto da urna, enfeitada com um ramo do carvalho-roble, recorda Eva Almeida, que ele plantara no quintal de Salgueiros nos anos 50, e cravos do mesmo local.

Será lícito dizer que a "biografia" de Ferreira de Castro se prolonga após a morte e que uma possível Ecocronologia [Ver 3.4.] se constrói também com linhas posteriores a 29 de Junho de 1974. De facto, apenas em Maio seguinte se cumpriu o seu desígnio

[41] Cf. Apêndice II: Entrevista [1], a Eva Almeida, em Macieira de Cambra, Outubro de 2012.

sentimental: a inumação na Serra de Sintra. Num dia "penúmbreo", a urna chega às muralhas do Castelo dos Mouros, entre o silêncio de centenas de pessoas, coberta com a bandeira de Oliveira de Azeméis e três pequenos ramos de flores, um deles "de cravos da revolução", diz a reportagem de Eurico Cardoso (in NEVES, 1976:251). Sobre ela é lançada um pouco de terra vermelha do Paraíso, gesto que alguns interpretaram como simbólico da união espiritual do escritor com a Natureza (EMERY, 1992).

Como enquadramento do túmulo invisível, " (…) um bloco de granito cavado em forma de banco, voltado para a vereda; um banco onde pudesse descansar quem por ali subisse ao castelo ou andasse, em erradios passos, comungando com a poesia de Sintra, como milhares de vezes eu andei" ("Às autoridades de Sintra e Lisboa", 1970, in NEVES, 1976). Do local, orientado a norte, avista-se ainda hoje a frontaria do Palácio Nacional, no centro histórico, e uma tira do Atlântico ao fundo. Duas árvores espontâneas velam, na meia sombra, o banco de granito e o túmulo: um exemplar jovem de loureiro *Laurus nobilis*, árvore mediterrânica primitiva, e um carvalho-roble *Quercus robur*, a mesma espécie plantada pelo escritor em Salgueiros, espontânea da região norte de Portugal.

Na *Vária Escrita* n.º3 (1996:129) com que a Câmara Municipal de Sintra assinalou os vinte anos da morte de Ferreira de Castro, Agustina BESSA-LUÍS deixou estas palavras:

> Onde quer que eu esteja, tenho um pensamento glorioso para esse homem, severo e compassivo, que a Serra de Sintra guarda. Se houver ressurreição, como ele acreditava que haverá (ou não escolhia a sua sepultura tendo em conta a poesia do lugar), ele há-de abrir os olhos sem surpresa para as montanhas.

3.2. PERSONALIDADE, IDEOLOGIA E NATUREZA

3.2.1. Musgos Interiores e Desejo de Mundo

Muitos textos memorialísticos e entrevistas de Ferreira de Castro contêm alusões a uma sensibilidade especial e a um pendor inato para a melancolia e o isolamento. Estes traços conviveram com a devoção às amizades e a rotina das tertúlias lisboetas, e ajudam a compreender os passeios solitários que ele não dispensava pela tarde, antes de se

isolar para o segundo período de escrita do dia [42]. Em entrevista de 1952 ao *Ler – Jornal de Letras, Artes e Ciências*, fala de "um desamparo moral", uma "sensação de inutilidade e do absurdo da vida", "a angústia do ser e do não ser", "musgos interiores" que o atormentavam desde sempre. Desabafos anteriores em "Memórias" (in J. BRASIL, 1931) indiciam que esse temperamento natural se reforçou no clima humano agreste da infância, marcado pelos castigos frequentes aplicados pela mãe, na sua "estulta superioridade dos adultos". Foram "musgos interiores" que lhe revestiram o espírito ao longo da vida e se refletiram na obra.

Não se crê, assim, plausível a teoria de CABRAL (1940), partilhada por NAVARRO (1958) e na mesma linha de EMERY (1992), de serem a personalidade e a típica tristeza castrianas forjadas sob influência amazónica. Sabe-se como o tipo e a intensidade das vivências no Brasil, em particular no seringal, assumiram um papel iniciático num jovem que aí submerge antes mesmo de entrar na adolescência; e como deixaram marcas no seu espírito e mente de criança. Ele reconhecê-lo-ia, por exemplo, em entrevista à Rádio Eldorado, transcrita pelo *Voz de Portugal* do Rio de Janeiro (Junho de 1971), invocando uma conversa com o Presidente da República Juscelino Kubitschek na visita de 1959:

> Há pequenos pormenores que traduzem a vida que eu lá vivi numa época em que somos como o barro que não secou, e que as impressões nele deixadas ficam para sempre gravadas (…).

O testemunho direto do sofrimento humano, os momentos de funda incerteza e as angústias suportadas na Amazónia, antecedidos do desenraizamento prematuro do meio familiar e aldeão, contribuíram, pois, para estruturar a personalidade, bem como a visão do mundo, do Ferreira de Castro adulto. Mas vimos como os episódios da sua história vindos a público revelam a melancolia e a sensibilidade exacerbada já bem definidas numa etapa precoce da vida. Recuando até ao início do século XX em Ossela, nota-se como brotaram aí, e não mais tarde, e não do outro lado do oceano. Esses traços não terão sido indiferentes nas duas ocasiões em que foi tentado pelo suicídio – em 1914, no seu desespero de sem-abrigo de Belém, e em 1931, no rescaldo do malogro de Diana de Liz.

Os sentidos de revolta e a fraternidade poderão, esses sim, apontar-se como forjados e cimentados no seringal, em Belém e na experiência como embarcado no rio

[42] Cf. Apêndice II: Entrevista [1].

Oiapoque. Aliados ao seu inato sentido de justiça, formam todo um ideário que ressuma da obra e da sua atuação política e cívica. A entrevista de 1959 ao *Correio Paulistano* (cit. p. EMERY, 1992:106) é clara: "Foi entre os homens que lutavam no seringal por uma vida melhor e que aí viviam de imensas tragédias, que eu adquiri (…) as ideias que tenho hoje".

Um aparente mimetismo físico da mata amazónica parece ter-se somado ao da ideologia, a ponto de Reinaldo FERREIRA, ao avistá-lo pela primeira vez no Chiado, em 1923, o descrever como um "guedelhudo" de "olhar estranho de índio recém-civilizado". Imagem que uma entrevistadora brasileira completava em 1950: o autor de *A Selva* parecia "um caboclo amazónico, de pele cor de chumbo (…) pequeno, maciço, um largo sorriso (…), maçãs do rosto salientes, cabelos grisalhos e dispersos" (cit. p. MOREIRA, 1959).

Os traços temperamentais conduzem a uma temática essencial da psicologia e na obra castrianas: a passagem do tempo, o drama do envelhecimento e da morte. Em *Um Outro Ferreira de Castro* (1999), MARTINS expõe uma "galáxia" no universo castriano – a "atração mórbida" – à luz da qual interpreta o *ex-libris* do escritor [Ver Cap. 5]. Este apelo temático assume a forma de revolta pela "submissão a leis imutáveis" (obituário de Raul Brandão, in ALVES, 2007); de temor – "tinha um medo terrível da morte, uma lei que nunca aceitou", diz João de Melo [43]; e de forte esperança na revogabilidade dessa lei, através da capacidade humana vindoura para dominar o desfecho do ciclo vital. O expoente literário desta problemática é o romance *Eternidade* (1933), embora ela já se exteriorizasse nas ficções da primeira fase, de influências ultrarromânticas (MARTINS, 1999). Como se verá em 4.2., este tópico castriano assume uma relação importante com a Natureza.

ALVES (2002a:174) alega que Ferreira de Castro "à expectativa aterrorizadora da morte procurou antepor uma filosofia de ação". De facto, a propensão introspetiva tinha um multifacetado e poderoso contraponto: a ânsia de evasão, a atração pela distância e o desconhecido, os movimentos, descritos em 3.1, de rutura, partida e mudança. Características que já soavam no alto do monte sobranceiro à aldeia, de onde ele avistava o Atlântico que sonhava transpor, como revela o Pórtico de *A Volta ao Mundo* (1940-44):

> Pequeno, dez, onze anos melancólicos e tímidos, subíamos ao cume da serra que padroa a casa onde nascemos e ali, entre urzes e pinheiros, nos quedávamos a contemplar vizinhas terras. (…) Nós já sonhávamos ir muito mais longe ainda. (…). Os nossos olhos (…) esqueciam-se, horas a fio, a sonhar com a distância infinita.

[43] Cf. Apêndice IV: Entrevista [3].

EMERY chama "Ulissismo" àquilo que aqui se optou por denominar "uma espécie de sonho centrífugo", de apelo do exterior e do distante, que viveria em Ferreira de Castro como metade da dicotomia de escala longe/perto ou mundo /terra nativa. Pois se o desejo de retorno às origens geográficas foi uma constante, também o anseio de Mundo universal (que grafava com maiúscula) se opunha à atração pelos "pequenos mundos" [Ver 6.3.]. Parece, então, em complemento ao que se adiantou em 3.1., ter sido esta alma nómada um motivo central na decisão infantil de se aventurar no Brasil.

Romantismo e desejo de evasão não impediram o "ardente idealismo, aliado a um sentido forte das realidades", na opinião de J. BRASIL (1931:7). Receita para o "lúcido inconformismo" (QUINTINHA em Vários, 1996:197) com que declinou cargos públicos, condecorações e os "lugares seletos das academias" – apesar, note-se, de ter aceite distinções de várias. "Sou profundamente revoltado. Espiritualmente insubmisso", bradava em *Mas…* (1921:27). Este "revolucionarismo – menos místico e mais objetivo – proclamado e reafirmado (…) até à velhice" (ALVES, 2002a:129), traçaria também as diretrizes da obra castriana.

3.2.2. A Curva do Caminho

O espírito do rio é a sua obediência ao caminho que leva.
Agustina Bessa-Luís, "Ferreira de Castro", 1994, in *Vária Escrita* n.º 3

A citação em epígrafe reporta-se a um dia de Agosto, na década de 60 do século XX, em que Agustina levou Ferreira de Castro a visitar Vila Meã, sua terra natal, perto de Amarante, e o surpreendeu "comovido com a estradinha de macadame, as videiras enlaçadas nas árvores, a paz ainda poética do vale [do Tâmega]" (em Vários, 1996:124).

Os caminhos são uma presença recorrente na vida e na obra do escritor de Ossela. Destacam-se dos mapas das suas memórias escritas e das paisagens dos seus romances [Ver Parte III], integram rituais da ocupação dos tempos livres, pesam nas suas escolhas estilísticas. Foi uma determinada vereda da Serra de Sintra, e não uma praça, um cruzamento, um recanto, que ele escolheu para local de sepultura.

Os trilhos do romancista sobressaem também das recordações dos que com ele

privaram, nomeadamente pessoas da sua região natal e de companheiros de letras [44]. Na biografia de 1940, Alexandre Cabral referia os "passeios crepusculares" a que Ferreira de Castro se entregava pelos arredores da capital, na década de 20, certamente mais brandos que as vias sinuosas pelas quais se pautara até ali a sua vida. E cita (p.27) declarações do jovem jornalista em 1923, de fonte não especificada:

> (…) até ao anoitecer, eu perambulo pelos caminhos dos arredores – estreitos e solitários – e suavemente coloridos pelos últimos raios do sol agonizante. Eu conheço todos os atalhos tortuosos que debruam Lisboa: As estradas brancas e longas que se distendem para a província em curvas de serpente. Tenho-me sentado à sombra de todas as árvores suburbanas – em profundos ensimesmamentos, em longas meditações.

Cerca de duas décadas depois, em 1943, F. Caldeira Cabral, o primeiro arquiteto paisagista de referência em Portugal, sublinhava numa lição dada no Instituto Superior de Agronomia (in CABRAL, 2003:116) que uma forma de restabelecer o contacto espiritual entre o ser humano da cidade moderna, industrializada e a Natureza era "criar-lhe caminhos fáceis de penetração na paisagem", através de áreas arborizadas; e exemplificava com o Parque Florestal de Monsanto, às portas de Lisboa.

Numa fase já adiantada da vida, quando revisitava Ossela, Ferreira de Castro mantinha as tendências da introspeção itinerante, fazendo o denominado "Caminho de baixo". Recorda o sobrinho Zeca Barbosa [45] que ele saía de Salgueiros, ladeava "um arvoredo grande de carvalhos", perambulava inevitavelmente pelas margens do rio Caima, por entre as galerias de vegetação ribeirinha, atravessava a ponte pedonal de madeira da Barrosa perto do local onde situou a casa de Manuel da Bouça em *Emigrantes*, passava a Igreja Velha do seu batismo e vinha desaguar a Santo António, junto à sua escola primária e ao cemitério onde repousa Diana de Liz.

O "Caminho de baixo" trazia outras memórias românticas da infância: o velho muro de pedra esburacado onde em pequeno, na iminência da emigração, escondera uma caixa de folha com "algumas palavras que tracei num papel e que eu devia ler quando voltasse do Brasil" ("Memórias", in J. BRASIL, 1931:22); a elevação de terreno a

[44] Cf. Apêndices II a V: Entrevistas [1] a [4].

[45] Cf. Apêndice III: Entrevista [2], em Santo António, Ossela, em Outubro de 2012.

meio trajeto, esconderijo das andas onde se empoleirava no regresso a casa. Este caminho corresponde às estações 8 a 14, 16 e 19 a 21 do roteiro literário *Caminhos de Ferreira de Castro* (CASTRO, 2012). Iniciativa do Centro de Estudos Ferreira de Castro, em Ossela, constitui uma materialização sentida e cuidada da homenagem que nesta segunda década do século XXI lhe presta a freguesia natal.

Nas estadias de Primavera em Macieira de Cambra, no município de Vale de Cambra, contíguo ao de Oliveira de Azeméis, era-lhe grato percorrer, pela tarde, o que batizara como "Caminho do céu": um percurso de oitocentos e cinquenta metros pela estrada municipal n.º 550, entre a Pensão Suissa e o lugar de Rojes, no sentido leste, ainda hoje embelezado nesta estação pelas giestas que florescem a partir de Maio. O caminho, marcado sobre uma imagem de satélite atual, consta da figura 4. Ferreira de Castro passava uma zona de carvalhal e pinhal [46] e desfrutava do panorama aberto para a Serra de Castelões, que se ergue a sul, do outro lado do vale, hoje mais urbanizado e já menos cultivado com vinha verde, centeio, batata e milho, culturas tradicionais da região [Figs. 4].

Figs. 4 (a) e (b) – "Caminho do céu" (ponteado azul), na região de Macieira de Cambra, e vista para sul, para o vale e a Serra de Castelões. Maio 2013.

Fonte da imagem de satélite: Google Maps, https://www.google.pt/maps/

[46] Cf. Apêndice II: Entrevista [1].

O instante da definição de um novo rumo de vida é, na escrita ficcional, autobiográfica e ensaística de Ferreira de Castro, metaforizado pela "curva". Poucas referências existem, seja metafóricas seja factuais, a encruzilhadas ou bifurcações, que tradicionalmente simbolizam a opção (CHEVALIER e GHEERBRANT, 2010).

Movido por aspirações bem definidas desde muito jovem nos planos pessoal e literário, não sobressaem da biografia do escritor incidentes de vacilação sobre a direção a seguir. O que talvez explique a recorrente imagem de curva do caminho – uma estrada, uma vereda ou um rio – nos textos e depoimentos do homem que valorizava a ideia de "sinuosidade", como vimos em 3.1.2.. Existem muitos exemplos dessa simbologia castriana de fronteira e mudança. Em "Pequena História de *Emigrantes*" (1966), é muito emotiva a memória da curva da estrada de Salgueiros aquando da partida para o Brasil, curva que o priva terminantemente do contacto visual com a casa e os acenos da família:

> Mas ali, ao dobrar a curva da estrada, fronteira de duas situações inteiramente diversas, a que me era familiar e aquela que se me apresentava confusa, nublosa, ignorada na sua fisionomia e nos seus lances, suportei a primeira hesitação. Foi um dos momentos mais corajosos da minha vida.

"Ainda hoje, quando essa curva transponho, muitas vezes torno a sentir-me oprimido", confessa nesse texto. Uma evocação semelhante, de outra "curva do caminho", juntamente com a das "sombras [que] se instalavam entre os pinheirais", surgira três décadas antes em "Memórias" (1931:15).

Entre estes dois textos autobiográficos, "Pequena História d'*A Selva*" apresentava em 1955, a "curva do rio" Madeira que o jovem transpõe "de coração opresso", no momento do abandono noturno do seringal. Também aí a curva surge como limite territorial e símbolo da entrada numa etapa inédita, aberta a um futuro que não está em linha reta com o presente e o passado:

> Debruçado na amurada (…) demorei-me a ver o navio distanciar-se, avançando para a curva do rio, essa curva que, quando o sol nascia, dava ao grande curso líquido, com a ténue neblina do seu próprio bafo, o aspeto brumoso dum lago ao despertar.

3.2.3. Do Humanismo às causas ético-ambientais

L'Amazonie a fait l'homme, et cet homme a
decouvért l'Homme en Amazonie.

Bernard Emery, *L'Humanisme*
Lusotropical selon J. M. Ferreira de Castro, 1992

3.2.3.1. O Cerne humanista

Ferreira de Castro manteve ao longo da vida grande coerência em matérias éticas e ideológicas fundamentais. Anarquista, antimilitarista, antirracista, anticlerical, antipatrioteirista, anticapitalista; anticolonialista, anti pena de morte, anti eleições; pró-eutanásia, pró – amor livre – são rótulos com que Garcia e SILVA lhe resume o ideário e a atuação cívica, na Introdução e nas Notas da coleção de artigos da coluna *Ecos da Semana*, editada em 2004 pelo Centro de Estudos Libertários de Lisboa.

Embora seja lugar-comum afirmar-se o humanismo de Ferreira de Castro, sobretudo entre os que com ele privaram ou lhe estudaram a obra, recorde-se que esta ideologia, tal como definida pela International Humanist and Ethical Union [47], "stands for the building of a more humane society through an ethics based on human and other natural values in a spirit of reason and free inquiry through human capabilities". No escritor, o cerne humanístico foi uma vincada marca ideológica de alguém que amava "o meu semelhante (…) nas suas fraquezas e nas suas forças, nos seus erros e nos seus acertos, (…) nas suas virtudes, nas suas maravilhosas realizações e nos seus heroísmos sem história (…)", conforme revela no posfácio da edição especial de *Terra Fria* (1966).

Sabemos, por declarações suas, que ficou a dever à convivência humana da floresta amazónica a percepção da desventura de cearenses, maranhenses e paraíbanos como uma condição humana universal. No navio *Jerome* fraternizara com o grupo multinacional de passageiros migrantes e vislumbrara à distância os habitantes caboverdianos durante a breve escala em S. Vicente. O escritor revive essa escala quando aí volta durante a viagem ao Brasil de 1959, fixando em "Pequena História de *Emigrantes*" (1966) as imagens de crioulos do "porto carvoeiro" que carregavam o carvão para os transatlânticos da época, e o inesperado sentimento de afeto votado na segunda passagem às "velhas e velhos crioulos, entremeados de crianças e adolescentes, todos a verem, na paz do crepúsculo dominical, quem desembarcava".

[47] Fonte: http://iheu.org/

Para os subscritores da "Mensagem Nacional" de 1953 (in J. BRASIL, 1961:75-78), "Antes de Steinbeck e Hemingway, o escritor encontra o sentido da moderna literatura, identificando o romance com os grandes problemas humanos que agitam o Mundo de hoje". Sousa LOBO, no *Livro do Cinquentenário da Vida Literária* (1967:211), também vê na "literatura de protesto" castriana a expressão do humanismo de um autor que primava por ser interventivo quanto aos dramas humanos do seu tempo. Eugénio LISBOA (2009:127,134) garante que Ferreira de Castro "ganhou alguma coisa e perdeu não pouco com a (merecida) auréola (…) de solidariedade e generosidade (…)", por vezes ocultando outras dimensões de autor "bem mais complexo e multifacetado". LISBOA vê a adesão castriana às causas nobres radicada na "profunda compaixão pela fragilidade e vulnerabilidade" humanas, e não num "otimismo relativamente aos homens, ao mundo que os rodeia e ao futuro que os espera" (p.125). Discorda-se da segunda parte desta tese, atendendo a que o escritor de Ossela se definia como crente num futuro e numa Humanidade não apenas melhores, mas expurgados de todo o mal, íntimos de uma bem-aventurança universal – um otimismo a raiar o idealismo e a visão utópica, oposto da análise de Eugénio LISBOA.

De facto, uma das mais relevantes insígnias castrianas é a irredutível esperança na capacidade da Humanidade para sanar as suas imperfeições, gerar a própria redenção e construir um futuro brilhante. EMERY (1992) diz que esta "filosofia de esperança" se foi afirmando como central no pensamento e na obra e aprofundou-se paralelamente à consagração mundial. O Pórtico de *O Intervalo* (1936, 1974:88,89) deixa sobressair, na voz de um fictício alter-ego do autor, essa fé nas capacidades cívicas e sociais, bem como uma atuação organizada em torno da noção de futuro: "O meu nome é Alexandre Novais, mas chamavam-me "O Século XX", porque eu, durante a juventude (…) afirmava por toda a parte que o século XX seria o século da redenção, terminando as lutas, as desigualdades e os ódios".

Por outro lado, a vocação humanista de Ferreira de Castro é indissociável da sua dimensão universalista. A resposta (cit. p. MOREIRA, 1959:161) à crítica brasileira que viu em *Emigrantes* um romance "anti-Brasil" – "Dentro do círculo das minhas ideias cabem todos os povos num abraço duradouro e fraternal" – é reflexo disso. O universalismo é nele uma vertente ideológica que, longe de se circunscrever ao domínio pessoal, alastra à esfera literária. A primeira das duas "Mensagens" aos congressos republicanos

democráticos de Aveiro, em 1956 e 1969 (in ALVES, 1996), comprova-o. Um texto de "alta filosofia política, comprometida e generosa", qualifica Pedro CALHEIROS (1998:11), onde o escritor se proclama não bairrista, regionalista ou nacionalista, no seu amor pelo ser humano que conhecera "em todas as latitudes".

A par da Ciência, a Arte foi para Ferreira de Castro a outra manifestação do génio humano. Na Conclusão de *As Maravilhas Artísticas do Mundo* (1959-1963, 1986:326), elege como símbolos da Humanidade uma Biblioteca, um Laboratório e um Museu. Da Literatura às artes plásticas, às artes de palco e tela, a arte é o que "nos eleva(m) sobre as misérias da nossa pobre condição". E também neste domínio o escritor foi, desde jovem, irreverente, desejando uma arte livre, moderna, humanista, expressão de inconformismo, empática com a realidade social. Por isso reprovava a arte tradicional portuguesa que, entre outros pecados, gabava o pitoresco das profissões, ignorando o sacrifício humano subjacente.

> Em Lisboa, os carregadores galegos essas cariátides das esquinas, que, em vez de tranças a descerem até às espáduas traziam uma corda aos ombros, serviam frequentemente para as glosas dos revisteiros e dir-se-ia que transportar um enorme piano, escadas acima, era somente uma facécia destinada a fazer rir os espectadores. Lápis eméritos não viam também nos aguadeiros mais do que o efeito árabe dum odre encostado ao tronco, suarento e esfarrapado (…),

acusava em "Profissões Alfacinhas" (c.a. 1959, in ALVES, 1996:216). Texto onde também denunciava como os pregões das varinas, "trilhadoras de sete léguas, trepadores das sete colinas", "não raro entre dois acessos de tosse comandados pela tuberculose", eram um "recreio auditivo, uma honra para as tradições lisboetas".

No plano cívico, como no literário, Ferreira de Castro primou pelo espírito combativo, pela honorabilidade e pela independência: quando apoiou o prémio de novelística de 1965 para *Luuanda*, de Luandino Vieira, suportando a extinção retaliatória da Sociedade Portuguesa de Escritores; quando em 1933 prefaciou o livro da diplomata russa Alexandra Kolontai, *A Mulher Moderna e a Moral Sexual* (ALVES, s/d); ao recusar propostas de adaptação de romances seus à tela, por implicarem uma subvenção estatal (Entrevista a Rui Pedro, 1950, in NEVES, 1976); ou ao doar o seu espólio literário ao Povo e não à Câmara Municipal de Sintra, acautelando qualquer "transigência ideológica" com o

regime da época, como afirmou na conferência de imprensa (20 de Abril de 1973), pertença do espólio do Museu, em Sintra.

O seu nome "figurava muitas vezes a encabeçar protestos e apelos", atesta Orlando da COSTA (em Vários, 2004:53). Disso foi exemplo a mensagem de apoio a Norton de Matos (1949), sobre o "imperecível anseio" de liberdade do povo português (in ALVES, 1996:185,187). Em 1956 saía o opúsculo "Mensagem aos Democratas de Aveiro" e o escritor testemunha no tribunal plenário do Porto em abono de jovens oposicionistas, entre eles o crítico Mário Sacramento e o historiador da literatura Óscar Lopes. Quando, em 1958, um grupo de democratas o convida a propor-se pela Oposição à Presidência da República, recusa; como também vem a recusar o convite de Humberto Delgado para que integrasse a comissão de honra da sua candidatura.

Exemplos desta unidade ideológica haviam já eclodido nos *Ecos da Semana – A Arte, a Vida e a Sociedade* do suplemento de *A Batalha*. Vivia-se em Portugal o fim do primeiro e instável ciclo da I República. Entre muitas tomadas de posição, nessa coluna a pena castriana defendeu a eutanásia, em "O Direito de Matar" (Jan. 1925); rebelou-se a favor dos mendigos, "heróis anónimos da sociedade", numa época em que o automóvel já circulava como símbolo de riqueza e exibicionismo (Jan. e Fev. 1925); denunciava o "regresso aos dias torvos da idade média" com a deportação sem julgamento de trabalhadores "suspeitos" (Ago. e Out. 1925); erguia a voz contra "a farsa periódica" da campanha eleitoral para o Parlamento (Set. 1925), o "despudor" e o "cinismo triunfante" das "poltronas da política" (Ago. 1925); e, ainda antes da ditadura financeira de Salazar, alertava para o "mar bonançoso onde podem navegar sem perigo todos os piratas da Finança, todos os espoliadores do suor humano" (Fev. e Out. 1925). Estes discursos de juventude e outros até pelo menos 1935 eram acutilantes e livres, redigidos com mordacidade e ironia – atributos que parecem confinar-se a esse período, não sobrevivendo na escrita ao avançar da idade e à consagração literária.

Os conceitos de pátria e patriotismo foram outro alvo das invectivas do cronista e, mais tarde, do escritor. O Secretariado de Propaganda Nacional fabricou a partir da década de 1930 o conceito do Portugal rural, de poucas e pouco virtuosas cidades, fiel aos pequenos grandes valores da casa e da família, entendida esta com uma pátria em miniatura. Fazia-o, por exemplo, através de grandes exposições e de iniciativas, como a da "aldeia mais portuguesa de Portugal" (TORRES e MARINHO, 2001d). Em "Ferreira de

Castro, o apátrida universalista", MARTINS (1998:64) expõe a imunidade do escritor a este "patriotismo folclórico e popularmente cultivado pelo regime". Em "Aldeia Nativa" (1969:43), Ferreira de Castro viria a opô-lo à genuinidade do amor à terra natal, "sentimento natural", "mais isolado do que um modesto ilhéu num oceano imenso".

Outro traço acentuado da sociedade portuguesa na I República foi o feroz anticlericalismo, bandeira dos republicanos, que emergira em finais do século XIX como reação à excessiva influência da Igreja no trono (TORRES e MARINHO, 2001c). Nesse ponto o jovem jornalista comungava do padrão dominante. Apesar de ver em Jesus uma figura histórica admirável (EMERY, 1992), são ausentes as influências judaico-cristãs na sua evolução ideológica. Para Fátima DOMINGOS (2005:156), ele "coloca[va] o homem no lugar da divindade". Um ateísmo convicto decorrente dos seus valores humanistas – define o International Humanist and Ethical Union, "Humanism (…) does not accept supernatural views of reality"– e articulado com o objetivo de combater os males do mundo.

3.2.3.2. Lusotropicalismo. Colonizadores e Indígenas

O Humanismo e o universalismo da esfera ideológica castriana são interpretados por Bernard EMERY, em *L'Humanisme Lusotropical selon J.M Ferreira de Castro* (1992) e em Vários (1996), à luz das componentes da teoria do Lusotropicalismo: ulissismo, empatia e solidariedade. Ulissismo entendido no luso e histórico sentido da capacidade de viajar ao encontro do "Outro"; Empatia, ou respeito pelos outros povos, aptidão universal de compreender o diferente, paixão pela evolução coletiva da humanidade; e Solidariedade, reconhecida com um "sentido profundo de fraternidade, de fundo franciscano" mas não cristão. Este académico da Universidade de Grenoble lê nesses vetores ideológicos uma forma de anarquismo, com origem na imersão na Natureza bruta da selva, intensificadora da necessidade de sobrevivência humana e de uma maior solidariedade mútua – processo a que o jovem, como se sabe, não escapou imune.

EMERY (1992:86) identifica ainda um binómio Brasil – Humanismo, forjado na dupla vivência da amazónia selvagem e urbana, e associado ao "lirismo caboclo". Este seria atributo de um certo "homem cordial" brasileiro (p.130) que o escritor adotou como modelo, contribuindo para a sua aura de gentileza e generosidade, e para a simpatia unânime que inspirou e o rodeou nas últimas décadas de vida. "Il s'agit d'une

vision originalle du tropicalisme (…) qui garde encore un fond optimiste, caracteristique d'un humanisme 'rousseauiste' et positiviste", explica EMERY (p.89), para quem a Amazónia, palco de encontro cultural entre a América do Sul e a Europa, influenciou teor e espírito da obra castriana, gerando um escritor lusotropical moderno.

C. PINHO (2009) investigou essa influência no percurso lusobrasileiro do autor de *A Selva*, vendo a exposição à miscigenação como semente da sua consciência multicultural. Esta viabilizaria o papel da escrita castriana na promoção da interculturalidade – em contracorrente num regime que protegia o conceito de "raça lusitana".

A guerra – para Ferreira de Castro "o supremo erro", diz Urbano TAVARES RODRIGUES [48] – unia-se à expansão do império colonialista português para reforçar a sua oposição atuante. "Nas selvas africanas (…) há sangue humano que clama há séculos uma implacável vingança contra os colonizadores portugueses", bradava no artigo "Justiça Colonial" da *Ecos da Semana*, de 1925 (ed. 2004). Em "A Trilogia Sinistra" (pp:18,19), afirmava que "Deus, Pátria e Rei" gerara a "milenária escravidão" da humanidade. Duas décadas depois, no pórtico de *A Volta ao Mundo* (1940-1944), o escritor declararia nortear-se por três divindades bem diferentes: "o amor, a literatura e o mundo". Já em *Mas…* (1921:19), na novela "Atitudes na Sombra", onde pela primeira vez o jovem cronista refere algumas tribos indígenas – Parintintins, Tupis e Aimorés – retratava Vasco da Gama como "o saqueador de indígenas indefesos". A mesma denúncia é feita pelo narrador no capítulo 4 de *A Selva* (1930, 2009:66), a propósito dos exploradores portugueses que no século XVIII se aventuravam pela bacia do Amazonas, conduzindo o "extermínio dos selvícolas que na brenha tinham pátria livre":

> Toda a Amazónia e ainda boa parte do mundo eram cruzadas, então, por essa amálgama humana de heróis, de ambiciosos e de ladrões. Aves de glória e de rapina, indómitas e infatigáveis erguiam alto o seu voo e adejavam para longe. Na corte, entre macios confortos e deleites de seleção, mal se ajuizavam dos sacrifícios que uma ligeira penada da ordem redigida sobre vagas informações trazia aos nomeados. Mas a ambição de riquezas e de lustre ao regressar e, ainda, a atávica inquietação da aventura, impulsionavam para feitos ímpares esses sobre quem incidia a régia vontade, igualmente gulosa de bens materiais, que esbanjava em seguida.

[48] Cf. Apêndice V: Entrevista [4].

Esta posição é coerente, nota Garcia e SILVA (2004), com os ideais castrianos de autonomia dos indivíduos e povos. A cena final do romance homenageia o valor da liberdade, com o negro Tiago gritando: "O homem é livre!" – que é também o grito do autor.

A admiração de Ferreira de Castro por Cândido Rondon [49], lembra Eva LETÍZIA (2004b), também não era alheia ao ideário positivista deste general brasileiro, que o aplicou aos povos indígenas da Amazónia. Essa adesão ideológica é a base do último romance castriano, *O Instinto Supremo* (1968), suficientemente revelador de como o seu autor partilhava o repúdio pelas teorias e práticas de alguns brancos na recusa do direito dos índios às terras e ao seu património ancestral. Recorde-se que no centro "Todos-os-Santos" do seringal "Paraíso" dormia numa barraca construída com técnicas indígenas – paredes e soalho de ripas de paxiúba (palmeira resistente e dura), presas com cipós – erguida, como as restantes, numa pequena "clareira aberta a machado e a fogo" (LETÍZIA, 2004a:45). Aí sofreu o terror dos índios da tribo local Parintintin, um perigo iminente para os seringueiros. Os índios e caboclos amazónicos residiriam para sempre no íntimo e na escrita castrianos – em especial nos seus três romances "amazónicos", mas também, como se verá em 6.3., nas narrativas de viagens – fonte de um leque de sentimentos que oscilavam entre o temor, a compreensão humana e até algum fascínio.

"Cada homem duma raça tem dos homens das outras raças (…) quase tudo" foi a síntese de Ferreira de Castro numa carta de 1953, transcrita em ALVES (s/d:79-80), representativa da sua posição face à problemática indígena. Relegando aqui para segundo plano o facto de o conceito "raça" ter caído em desuso, substituído por "etnia", será sempre no contexto do humanismo e universalismo castrianos que vale interpretar-lhe quer as posições cívico-políticas, quer as denúncias de injustiças e iniquidades. Concretamente em causas hoje incluíveis na Filosofia do Ambiente e, por essa via, no círculo interdisciplinar da Ecologia Humana, designadamente na "Ética Ambiental"[50] [Ver 2.1], mas também na Sociologia e na Filosofia. Se a defesa da eutanásia e a empatia com os interesses indígenas constituem duas delas, o mesmo se aplica ao tópico seguinte.

[49] Cândido Rondon (1865-1958): General brasileiro, sertanista, organizou em 1910 o Serviço de Proteção dos Índios. Explorador de toda a fronteira do Brasil entre as Guianas e a Argentina, inspirou o nome dado em 1956 a um território do centro-oeste brasileiro – o estado da Rondónia. Os seus princípios foram adotados pela Conferência Internacional do Trabalho de Genebra, em 1956 (*Lexicotexa*, Vol. XVI, 1984).

[50] Conjunto de correntes, surgido nos anos 70 do século XX como resposta à crise ambiental que acabara de se despoletar, mas com raízes mais profundas no século XIX e aprofundado, já no século XX, com a busca de parâmetros não antropocêntricos para as decisões éticas (BECKERT, 2003:7).

3.2.3.3. Os Direitos dos Animais (não-humanos)

Foi numa viagem de 1924 a Sevilha, ao serviço de *O Tempo*, que Ferreira de Castro revelou, de novo e com a sua típica verticalidade, uma especial sensibilidade para com as criaturas que sofrem, humanas ou não humanas, abandonando uma corrida de touros para a qual fora convidado. Vejamos, na descrição apaixonada e rendida de Alberto MOREIRA (1959:126), o episódio, que causou grande estranheza aos acompanhantes intelectuais do escritor, portugueses e sevilhanos:

> Em Sevilha, foi constrangido a assistir a uma tourada – mas o moço artista, quiçá o mais moço da caravana lusa, quando viu os touros, em legítima defesa e num desespero selvagem, rasgarem o ventre aos cavalos dos toureiros que mortalmente os haviam ferido, não pôde conter-se e, impulsivamente, exteriorizou a sua indignação abandonando a tribuna e gritando com desgosto e revolta.

Nesse ano "A Morte do Touro" sai na *Ecos da Semana*, verberando a crueldade da exibição tauromáquica. Em Novembro de 1925, o colunista não desarmava do tema, pondo a claro, em "Os bárbaros", o repúdio pelos atentados aos animais, exemplificando com o "espetáculo degradante, bárbaro" de uma corrida de cavalos que custara a vida, por exaustão, a alguns deles. "Repugna aos espíritos justos essa odisseia (…) que a vaidade humana foi prolongando com requintes de ferocidade" (ed. 2004:79).

A propósito da cultura da festa brava, o filósofo francês Luc FERRY (1993) faz notar como foi o humanismo cartesiano a doutrina que mais desvalorizou a Natureza em geral e o animal em particular. FERRY cita um tal Renault, aficionado, que defendia esta crueldade pública, por ver na arena o local de "submissão da Natureza bruta ao livre arbítrio humano, vitória da liberdade sobre a Natureza que suscita nos espectadores uma emoção estética" (p.93) [Ver análise aprofundada em 3.4.].

Ferreira de Castro situava-se eticamente nos antípodas deste prisma. E não era o único do seu tempo. Numa recensão do opúsculo *Contra as Touradas* (2002), Garcia e SILVA (in *Castriana* n.º 2, 2004:158) recorda que, face a iniciativas para reintroduzir os touros de morte em Portugal, a União dos Sindicatos Operários de Lisboa uniu-se à Sociedade Protetora dos Animais para repudiá-las publicamente [51].

[51] Em três anos de vida, *A Batalha*, dentro e fora do suplemento, publicou duas dúzias de artigos contra o espetáculo tauromáquico, de várias autorias, cumprindo aviso feito aos leitores duas semanas após a sua abertura, a 11 de Março de 1919: "Touradas, só para combatê-las falaremos delas".

L. FERRY cita Lynn WHITE, em "The Historical roots of our ecological crisis" (1967), acerca de como o triunfo do cristianismo ocidental sobre o paganismo relegou o ser humano para a ligação à Natureza ordenada no *Genesis*. Tendo presente que, dentro da fé cristã, houve diferenças significativas entre as várias ordens no que concerne a essa questão, J.-P. DELÉAGE (*História da Ecologia, Uma Ciência do Homem e da Natureza* (1993:28) lembra as ideias "marginais" de S. Francisco, "o mais conhecido porta-voz duma alternativa à visão cristã do homem na sua relação com a Natureza". Vem a citação a propósito do "franciscanismo" que EMERY e outros autores veem em Ferreira de Castro, a que se voltará na análise do subcapítulo 4.3..

Tratava-se de uma bondade e compaixão genuínas, também presentes em figuras como Juvenal, de *Eternidade* (1933). Virtudes sem filiação cristã, que ficariam nas memórias dos entrevistados para este trabalho como linhas essenciais de caráter do escritor: o sobrinho Zeca, a quem o tio, por finais dos anos 20, instruía para não atacar os ninhos e falava da paixão pelos ambientes campestres acusticamente alindados pelo passaredo omnipresente; e a amiga Eva Almeida, testemunha de algumas reações de indignação do escritor perante maus-tratos a animais [52]. No volume de depoimentos *Ferreira de Castro, Sonho de uma Humanidade* (1998:63), o amigo Flávio Capuleto garante que ele oferecia moedas a rapazitos que encontrava na rua, em troca de algum pássaro que tinham cativo, libertando-o depois em grande comoção.

No volume In Memoriam *a Ferreira de Castro* (NEVES, 1976:179), Agostinho GOMES revela um episódio quase extremo da compaixão pelos animais: ao refugiar-se, em certa ocasião, "num enquadramento de montanha e mar, talvez Sintra", o romancista decidiu criar um horto. Quando a plantação foi invadida por caracóis, vacilou entre exterminar a praga ou deixá-la viver; lembrou-se então de contratar crianças para depositarem os caracóis no mato. Esta solução salomónica parece expressar verdadeiramente o "franciscanismo" de Ferreira de Castro. À luz da contemporânea Ética Ambiental [53], configuraria uma postura que aceitava, embora sem o designar, um "valor intrínseco" à

[52] Cf. Apêndices III e II: Entrevistas [2] e [1], respetivamente.

[53] A Ética Ambiental pressupõe que o lugar do ser humano na Natureza "constituiu desde sempre critério de atribuição de valor, de dignidade, de legitimidade, de direitos", podendo fazer-se segundo várias dimensões, como a pertença ao conjunto dos seres dotados de vida, a capacidade de sentir, a complexidade biológica, a consciência, a razão, o grau de liberdade face às determinações do meio, a produção de cultura" (BARBOSA, 2003:18e 19).

componente animal do Ambiente. Ferreira de Castro sobrepô-lo ao "valor instrumental", à época amplamente corrente e mesmo hoje partilhado pela maioria da população e preconizado pelas correntes mais antropocêntricas. Note-se que, por pouco, o escritor não foi contemporâneo de *Animal Liberation* (1975), a obra do bioético australiano Peter SINGER, pioneira na denúncia da insensibilidade com que a sociedade tecnológica trata os seres não-humanos, e primeira pedra da chamada "Ética Animal".

A propósito, escreve Cristina BECKERT (2003:8) que "(…) a consideração ética pelos animais encontra o seu fundamento histórico na luta contra preconceitos morais como o racismo e o sexismo, ao passo que a base teórica para a mesma se encontra na capacidade de sentir e, por conseguinte, de sofrer". Esta explicação permite remeter para posições anti-racistas e feministas que o escritor assumiu, algumas já aqui apresentadas. Em "Origem de *O Intervalo* (1972, in *Os Fragmentos*, 1974), por exemplo, enaltecia "a mentalidade reformada" e os "horizontes mais vastos" das mulheres da época. Mas também é possível que, independentemente de considerações intelectuais, ele tenha aderido espontaneamente à premissa da Ética Animal de que todos os seres sencientes (com capacidade de sentir prazer e dor) devem ser preservados na sua integridade e ser sujeitos de direito.

Atualmente é ponto assente na Ciência – a mesma Ciência cujas potencialidades e conquistas Ferreira de Castro reverenciava – que muitas espécies animais são providas de uma consciência e de um sentimento de identidade (CORREIA, in BECKERT, 2003:82) que justificam um cuidado acrescido no seu tratamento [54].

Concluindo que, no que toca à relação com os animais, Ferreira de Castro mantinha uma postura mista de fundo ideológico-intelectual, por um lado, e emotivo, não racional, por outro, não se resiste a deixar a questão teórica: o que escreveria ele sobre as lutas de galos e lutas de cães para gáudio e lucro exclusivamente humanos que persistem na atualidade em Portugal e noutros países?

[54] Os direitos dos animais estão hoje consagrados a nível nacional e internacional. Em 1978 a UNESCO proclamou a *Declaração Universal dos Direitos dos Animais*, reconhecendo-lhes, nomeadamente, o direito ao respeito e à liberdade, e limitando o alcance do poder humano. Em Portugal, um passo legislativo importante foi dado em 2014, com a aprovação da lei que criminaliza os maus-tratos a animais de companhia. Em 2009, o decreto-lei n.º 211, 3 de Setembro classificara como contra-ordenação ambiental muito grave a "manutenção e uso de grandes símios em circos, espectáculos e números com animais".

3.3. PORTUGAL, MAIS ATLÂNTICO DO QUE MEDITERRÂNEO

3.3.1. A norte do Tejo

É aparentemente aplicável a Ferreira de Castro a tese de Eugénio LISBOA (2009:120) segundo a qual "o mítico paraíso vegetal (na forma de jardim, floresta, selva ou simples árvore) tem ocupado o imaginário do homem acenando-lhe com promessas de uma felicidade dificilmente atingível noutros cenários".

LISBOA exemplifica com autores como Vergílio, Rousseau ou Zola. Também o escritor de Ossela, com a sua típica busca de isolamento e uma sequência de vida marcada pelas agruras da selva, o desamparo de Belém e a penúria arrastada de Lisboa, descobria nas paisagens arborizadas lenitivo para desaires e dores interiores. Na edição especial de *Terra Fria* (1966), proclamava "a irresistível fascinação que em mim exercem as grandes e verdes paisagens".

Ferreira de Castro buscava a proximidade à exuberância vegetal, acolhendo-se em locais "de grande silêncio e quietude", recorda João de Melo [55]. Esta inclinação pelos cenários verdejantes parece repousar essencialmente numa imperecível veneração pela flora. "Eu tenho a paixão das árvores. Seria infeliz se vivesse num país desarborizado", confessaria numa entrevista de 1973, declaração que serve de epígrafe ao *website* do Centro de Estudos. Feita numa época em que Portugal contrariava a desarborização intensa do século XIX, num esforço de reflorestação assente em várias espécies naturais ou naturalizadas, com destaque para o sobreiro *Quercus suber* e o pinheiro-bravo *Pinus pinaster* (REBOREDO e PAIS, 2012).

Sabe-se das suas biografias e da correspondência publicada que, pelo menos entre meados da década de 40 e até morrer, Ferreira de Castro passava as primaveras e os verões em regiões arborizadas do território continental e das ilhas, assim como em França e Espanha. De entre as cartas e postais remetidos do estrangeiro, a maioria de Paris, estão mensagens da Bretanha (Pont-Aven), Finistérre, "terra bonita, de atmosfera livre e de gentes muito amáveis" (carta do Verão de 1948 a R. Nobre, in ALVES, 1994b:116), de Haute-Savoie, na margem do Lago Annecy, de Evian-les-bains, também na Alta Sabóia, fronteira com a Suíça, e ainda da estância termal de Vichy.

[55] Cf. Apêndice IV: Entrevista [3].

Em Portugal, o escritor dava notícias a partir das atmosferas de Sintra e Buçaco, Luso e Curia, Caldas das Taipas e Entre-os-Rios (a primeira vez no Verão de 1957, onde escrevia *As Maravilhas Artísticas do Mundo*), etc.. Nas Termas de S. Vicente, "um dos lugares castrianos mais emblemáticos" (ALVES, 2004a:19), mantinha um espaço de trabalho a que chamava "o covil da raposa". Uma carta a R. Nobre de 1960 (in ALVES, 1994b:185) fala do recolhimento para continuar imerso na obra sobre a arte universal, nas Caldas do Gerês, "um clima ótimo para não fazer nada". Na ocasião revisitou Montalegre e Padornelos, na contígua região do Alto Barroso, reencontrando o cenário de *Terra Fria* assim descrito no posfácio da edição ilustrada do romance (1966):

> Morria a tarde setembrina quando atingimos, finalmente, o largo do Rossio (…) e sobre o qual se abria, quase trinta anos antes, a minha janela no quarto da pensão. Uma janela de onde os meus olhos lançavam, todas as manhãs, carinhoso "bom dia" à árvore que já então envelhecia na extrema-esquerda do grande terreiro e que ainda lá se encontrava, muito ramalhuda, à ilharga dumas casas.

No intuito de demonstrar esta preferência de Ferreira de Castro, efetou-se um levantamento dos seus locais de recato e inspiração em Portugal, com base em toda a correspondência trocada com amigos e colegas das letras publicada por ALVES (1994b, 2006 e 2007a); combinou-se depois essa informação com a do material biográfico e autobiográfico. O resultado é a rede de vinte e um pontos geográficos mapeada na Figura 5. Foi inscrita sobre uma base com a divisão político-administrativa por distritos, por ser esta, em alternância com a tradicional partição histórico-etnográfica em províncias, a usada até perto da década de 70 do século XX (FERRÃO, 2002).

A área nacional a sul do estuário do Tejo foi excluída, por não haver, no conjunto das fontes consultadas, registos de Ferreira de Castro ter sido atraído para permanências na metade meridional do país. As viagens pelo sul, nomeadamente pelo Alentejo, deram-se no âmbito das suas funções de repórter nas Minas de S. Domingos, na década de 1930, ao serviço de *O Século*. Mesmo deslocações ao Algarve, de onde eram naturais a maioria dos amigos próximos, a terem existido com os fins aqui em foco, não estão documentadas no material estudado.

A legenda identifica, numerados de norte para sul, os locais frequentados pelo escritor e respetivos concelhos. A totalidade dos pontos do Continente concentram-se

em onze distritos das atuais regiões Centro e Norte, com apenas três na Região de Lisboa e Vale do Tejo, incluindo o Parque Eduardo VII da capital, junto ao qual o escritor viveu nos últimos anos de vida. Os pontos 3, 4, 11 e 15 correspondem a áreas de montanha – Serra do Gerês, Serra do Larouco e Serra da Estrela. A maioria, exatamente quinze, recaem sobre a grande divisão que Orlando RIBEIRO, em *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico* (1986) concebeu como uma das três fundamentais da terra portuguesa: o Norte Atlântico. Exposta predominantemente a uma influência oceânica que se reflete no clima e na vegetação, a região é apontada pelo geógrafo como "a área mais arborizada de Portugal": "o pinheiro-bravo traduz, na paisagem, a dominante marítima, e forma matas intermináveis, associado, a norte do Mondego, ao carvalho-alvarinho e ao carvalho-negral, quando não ao sobreiro, que não é raro no Minho" (p.145). Uma descrição que encaixa no conhecimento empírico de Ferreira de Castro, que plantou um carvalho-alvarinho ou roble no seu quinteiro, e não se poupou a alusões às outras espécies botânicas mencionadas por RIBEIRO.

Não se conhece uma predileção especial do escritor pelo veraneio na proximidade marítima, o que a figura confirma, pois apenas Moledo do Minho e o Estoril estão em contacto direto com o Atlântico. Existem referências breves a outros locais de Portugal, como Figueira da Foz e Costa Nova e, em França, Nice, mas são insuficientes para garantir tratar-se de deslocações com os fins aqui analisados. Contudo, à exceção de Vila Real, Viseu, Guarda e Castelo Branco, todos os onze distritos frequentados têm linha de costa.

A Figura 6 representa a carta de Classificação Climática de Koppen-Geiger, que se baseia no pressuposto, com origem na fitossociologia, de que a vegetação natural de cada grande região da Terra é essencialmente uma expressão do clima que nela prevalece. A carta fornece informação espacial das zonas climáticas, que influenciam diretamente o tipo de vegetação. As áreas a verde, na faixa litoral a norte do estuário do Tejo até ao rio Minho e a norte do sistema montanhoso Montejunto-Estrela representam o clima Csb**,** temperado de inverno chuvoso e Verão seco e suave. A área amarela indica um clima Csa**,** temperado com Verão seco e quente [56]. BINGRE e DAMASCENO (2007a), em "Biologia e ecologia das florestas de carvalho-português", confirmam a divisão em duas regiões climáticas em Portugal continental, a Mediterrânica e a Atlântica, a primeira

[56] Classificação baseada nas normais climatológicas da rede de estações para o período 1971-2000, sem grandes diferenças relativamente aos períodos de trinta anos anteriores, vividos por Ferreira de Castro.

correspondendo *grosso modo* à área a sul do rio Tejo e a segunda à região noroeste do país. E salientam a forte correlação entre estes dois macroclimas e dois tipos de biomas – a Floresta Temperada, no Portugal atlântico, e o Chaparral, no país mediterrânico. Trás-os-Montes e as Beiras estão, para estes autores, numa posição fronteiriça entre os dois tipos de clima, sofrendo as duas influências.

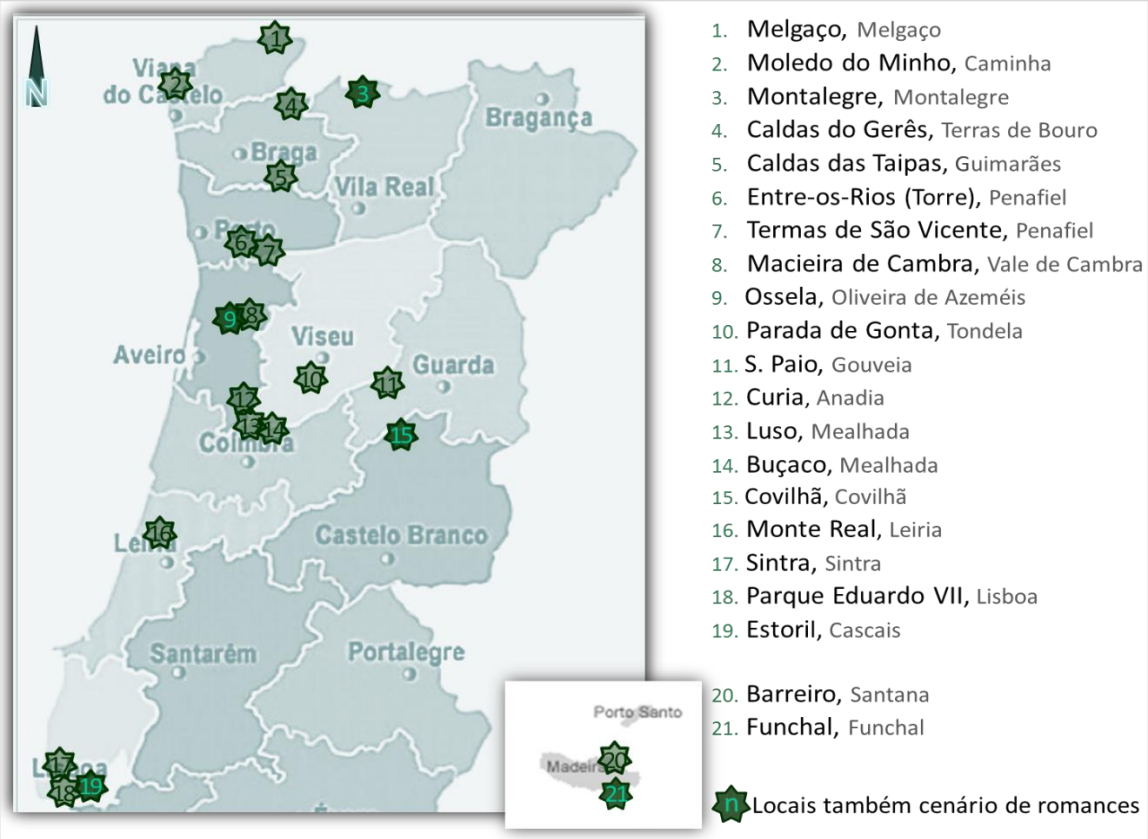


Fig. 5 – Locais de recolhimento e de inspiração para escrita de Ferreira de Castro

Csa: Clima temperado de Verão quente e e seco

Csb: Clima temperado de Inverno chuvoso e Verão suave e seco

Fig. 6 – Classificação Climática de Koppen
Fonte: Instituto do Mar e da Atmosfera
https://www.ipma.pt/pt/oclima/normais.clima/

Ferreira de Castro deixou-se atrair, portanto, pelo Portugal climática e floristicamente mais influenciado pelo Atlântico: verifica-se, por sobreposição entre a figura 5 e a Carta Climática [Figura 6], que frequentava locais todos eles dentro da mancha Csb. Junto dos bosques frescos caducifólios nor-ocidentais, assim como dos de folha marcescente – abundantes nas regiões de transição ecológica e climática da Estremadura e Beira Litoral (*op.cit.*, 2007:20), o escritor parecia a salvo da "anemia romântica da Natureza" (*Mas…*, 1921:21) que lamentava em Portugal, contraste com a exuberância vegetal amazónica.

Quanto às temporadas na Madeira, esta ilha atlântica macaronésica, apesar do seu clima temperado Csa, destaca-se do ponto de vista paisagístico e ecológico pela floresta Laurissilva natural, reliquial, primitiva e sempre-verde (MESQUITA *et al*, 2007:323). Motivo para o epíteto "sucursal do Paraíso" que o romancista lhe atribui em *Pequenos Mundos e Velhas Civilizações* (1940-44, vol. II:185). Estão ausentes da epistolografia publicada e restante material analisado referências aos Açores. As encontradas fora dessa base de consulta não facultam informação suficiente para se concluir tratar-se de viagens de retiro com a finalidade clara de aproximação à Natureza.

O escritor manteve-se, assim, próximo de climas mais propícios à evolução de cobertos vegetais abundantes. CHEVALIER e GHEERBRANT (2010) assinalam como o verde simboliza a força mítica das *green pastures* célticas, com a mais antiga conotação associada à esperança, qualidade omnipresente na filosofia castriana.

O fundador da arquitetura paisagista em Portugal, CALDEIRA CABRAL, no I Congresso de Ciências Agrárias (Lisboa, 1943) (in CABRAL, 2003:189), usava a Mata do Buçaco – o ponto 14 da figura 5 – como exemplar da mata que aproxima o homem da Natureza, acolhendo "o recreio domingueiro do homem da cidade", mas somando a esta funções ecológicas de revestimento e proteção do solo.

Uma outra constatação da mesma figura é a presença do meio aquático em muitos dos locais assinalados: rios, por exemplo em Melgaço, Moledo, Montalegre, Entre-os-Rios; e águas termais, caso da Curia, Monte Real, Caldas do Gerês ou S. Vicente, estâncias que o escritor frequentava também por motivos de saúde. Uma eventual hipótese de interpretação centrada numa atração pelo elemento água, que lhe deixara recordações gratas em Ossela e na Amazónia, não tem bases documentais que a sustentem.

O escritor brasileiro Araújo LIMA, que no princípio da década de 70 viajou pelo Norte com o escritor e Elena Muriel, cita-o em *Com Ferreira de Castro no Minho* (s/d:16):

> É no Minho também, mal cada Verão abre a fulgurância da sua luz e até que o Outono a desfaleça, que eu venho dividir as horas de todos os dias entre o trabalho e o êxtase que me produz a beleza da terra amada, beleza à medida do homem, ao mesmo tempo popular e íntima; beleza (…) que é um vício da minha sensibilidade e do meu espírito.

Esta sensibilidade à envolvência paisagística e às formas de ocupação do território alargava-se a processos de alteração no uso do solo. Figuram nos textos autobiográficos e na correspondência alusões emocionadas a exemplos concretos, designadamente em Salgueiros, como esta em "Aldeia Nativa" (1969, in *Os Fragmentos*, 1974:47-48).

> Primeiro foi o pinheiro manso, a mais importante umbela do 'caminho de baixo' para Santo António, onde se erguia a escola. Quando (…) os meus inquietos olhos o procuraram, nem o cepo dele restava. Na terra onde o haviam assassinado ficara apenas um vazio, que aproveitava a minha presença para se lamentar tanto como eu. Depois, foi o arroteamento, imprevisto e doloroso, do pinhal que existia mesmo em frente da casa onde nasci e ladeava a estrada branca até o outro acesso a Santo António, um pinhal onde eu corria a apanhar as canas dos foguetes (…). A cada visita eu encontrava uma ausência ou uma transformação (…).

Não se sabe em que ano ocorreu o corte do pinheiro-manso, mas o arroteamento do pinhal admitiria, em 1973, a construção da biblioteca de Ossela patrocinada pelo romancista.

"Pequena História de *Emigrantes*", posfácio à edição comemorativa do romance, datado de Julho de 1966 e assinado no Hotel da Torre, em Entre-os-Rios (ponto 6 da figura 5), regista o dia 6 de Janeiro de 1911. Dele constam imagens vivas do caminho que o desalentado rapaz percorre com o tio afastando-se do lar familiar, um caminho debruado pelas "barreiras", onde os sardões tanto apreciavam dormir ao sol, expondo o verde e o oiro da pele mesmo à boca das suas pequenas tocas, veriam anos depois, alguns homens substituir, por videiras, os pinheiros que nesse tempos as encimavam".

ALVES (2004:14) recorda como este "homem do povo de origem camponesa e escritor cosmopolita", que não dispensava uma temporada anual em Paris, mantinha sentimentos duplos entre o desagrado com modificações na paisagem e a necessidade

de algum progresso que contrariasse o atraso instalado, dele resgatando os seus conterrâneos e outros povos. Esta ambiguidade é admitida em "Aldeia Nativa" (p.48):

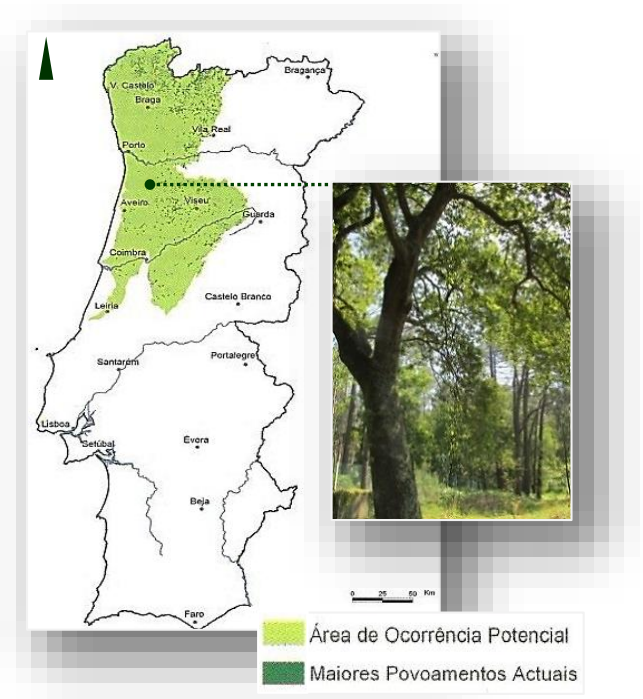
> Ali, na pequena aldeia, tendia para conservador sempre que alteravam os aspetos da Natureza, desejando de mudança apenas uma 'aldeia nova', sem pobreza e sem miséria. (…) Não mais casinhotos miseráveis enegrecidos pelo tempo como as cozinhas pela fuligem (…); não mais homens e mulheres trabalhando de sol nado a sol-posto (…). Transformaria a aldeia, transformaria o velho mundo num mundo novo (…).

Eva Almeida revela um episódio: abordado por industriais de Vale de Cambra com intenções de aí fixar uma unidade de laticínios, para que intercedesse junto dos proprietários dos terrenos facilitando a compra, o Ferreira de Castro conservador e "ecologista" recusa, por "não querer que invadissem a Natureza com fábricas" [57].

Durante a primeira metade da década de 1950, Ferreira de Castro planta um carvalho-roble ou alvarinho, *Quercus robur*, no quinteiro de Salgueiros [Fig. 7(b)]. Atualmente, essa árvore de grande porte é enquadrada por marcas da intervenção humana que pelo norte e centro do país, a partir da década de 1980, introduziu plantações de pinheiro-bravo e do exótico eucalipto (CAPELO e CATRY, 2007). Na paisagem natural portuguesa, os carvalhos estão habitualmente associados a espaços de elevado valor cénico (J. CARVALHO, 2007), evidência a que o escritor não foi indiferente. O mapa [Fig. 7(a)] mostra as áreas de distribuição potencial do carvalho-roble e os povoamentos reais no início do século XXI. Para além de caírem, como seria espectável, dentro da mancha Csb da figura anterior, verifica-se que ainda existem na região de Oliveira de Azeméis. Ferreira de Castro não se cansou de louvar a presença inesquecível destes bosques na sua infância de Salgueiros.

O género botânico *Quercus*, "carvalhos" na linguagem comum, é caro a ambientalistas e técnicos da Conservação da Natureza em Portugal continental. Desde logo, por incluírem espécies típicas dos povoamentos florestais primitivos da Península Ibérica; depois, pelo seu papel ecológico na manutenção da biodiversidade. Os carvalhais enquanto habitats, compostos por muitas espécies arbustivas e herbáceas e uma fauna associada muito rica, constituem a etapa mais avançada de certas comunidades vegetais

[57] Cf. Apêndice II: Entrevista [1].



Figs. 7 (a) e (b) – Distribuição natural do carvalho-roble *Quercus robur,* e Carvalho-roble plantado por Ferreira de Castro no quintal de Salgueiros.
Fonte: Adapt. de CAPELO e CATRY, 2007:252

que não sofreram fatores de perturbação como cortes ou o fogo (CARVALHO *et al*, 2007). Também as espécies de carvalhos nativas foram as mais flageladas pelas sucessivas desarborizações do país desde a Idade Média.

Na atualidade, "Poucos fragmentos do território português a norte do Tejo exibem florestas idênticas às primitivas", num total que não ultrapassa os 0,5% da área nacional, segundo BINGRE e DAMASCENO (2007:20). Embora nenhum registo prove sem margem para dúvida um móbil ecológico consciente do escritor, o espécimen plantado na casa de Salgueiros – de uma das cinco espécies espontâneas de carvalhos mais importantes em Portugal continental [58] – foi o seu modesto contributo para a meta ecológica de evitar a extinção dessas espécies nativas.

Recorde-se que o carvalho foi árvore sagrada em muitas tradições, símbolo ancestral de solidez, força e longevidade. Entre os Celtas e os Gregos, representava por excelência "a árvore", sendo adorado pelos primeiros. CHEVALIER e GHEERBRANT (2010:165) recordam o significado do latim "robur" – força moral e física – e como em *A Odisseia* Ulisses consulta duas vezes "a folhagem divina do grande carvalho de Zeus". Em *O Culto da Árvore e a Primeira República* (2010:15), também Neiva VIEIRA destaca a idêntica simbologia milenar, acrescentando-lhe a sabedoria e a hospitalidade.

[58] As restantes são: Carvalho-negral *Quercus pyrenaica*, Carvalho-português ou carvalho–cerquinho, *Quercus Faginea,* Sobreiro *Quercus suber* e Azinheira *Quercus rotundifolia*.

3.3.2. A "beleza insigne" de Sintra

Fernando NAMORA testemunha no In Memoriam (1976:54) que, perto do fim da vida, o romancista aclamado mundialmente lhe garantia não trocar "as errâncias por entre as frondes verdes por uma página escrita". No texto de 1964 "O Último quatro de hora da minha vida" (in *Vária Escrita* n.º3:227), Ferreira de Castro invoca "esse pequeno mundo de beleza insigne que é Sintra", "com tantas veredas dum intimismo lírico, tantos rincões secretos onde a poesia habita e tanta espiritualidade pairante".

Urbano TAVARES RODRIGUES [59] guardou memória dos périplos que, no Verão, ainda jovem e a partir do café sintrense "Paris", fazia pelas fontes das redondezas, guiado por Ferreira de Castro, já idoso. Símbolos de perpétuo renascimento, sacralizadas por tantas civilizações (CHEVALIER e GHEERBRANT, 2010:334), as nascentes eram um dos encantos do escritor. Facilmente se descobriam numa serra cujo clima húmido, de precipitação concentrada no Outono e Inverno, permite uma rede hidrográfica com cursos de caudal relativamente pequeno, mas com numerosas nascentes alimentadas por lençóis subterrâneos. Recorde-se como no discurso da inauguração da estátua ao "Emigrante", em 1966 (in ALVES, 1996:229), o escritor evoca o seu pesar de menino que abandonara, além das árvores e dos caminhos, "as fontes cantantes da minha infância".

Pelo menos a partir de meados da década de 1940, fez longas temporadas no Hotel Neto, junto ao Palácio Nacional. Vieira NEVES (1976:10) afirma, com algum exagero, que em Sintra Ferreira de Castro escreveu *A Volta ao Mundo*, *A Lã e a Neve*, *A Curva da Estrada*, *A Missão* e *As Maravilhas Artísticas do Mundo*. Embora se saiba que pelo menos esta última foi parcialmente composta em retiros do "Norte atlântico", diz o texto de doação do espólio literário ao concelho (3 de Abril de 1973) que

> Em Sintra escrevi, durante cerca de trinta anos, a maior parte da minha obra, depois de a haver meditado ao longo das suas veredas solitárias e à sombra já familiar das suas velhas árvores.

Sintra, o ponto 17 da figura 5, é o lugar mítico do romantismo português que a própria literatura, também a de Ferreira de Castro, preserva. Junto à serra ele podia satisfazer a sua essência dendrófila, entregando-se ao amor pelas plantas arbóreas e arbustivas que distinguem esta vegetação da dos territórios calcários envolventes.

[59] Cf. Apêndice V: Entrevista [4].

Ferreira de Castro deve parte da sua atração por Sintra à notável história do povoamento vegetal da serra por ação humana. Elemento paisagístico estruturalmente dominante do atual Parque Natural de Sintra-Cascais [60], com os seus 528 metros de altitude máxima e um povoamento humano "disperso de ascendência milenar" (CARVALHO, 1994:83), o maciço eruptivo tem um elevado valor ecológico e cultural de reconhecida magnitude nacional e mundial. Combinação que lhe valeu em 1995 a classificação como Património Mundial da Humanidade da UNESCO na categoria de "Paisagem Cultural". A importância ecológica deve-se ao coberto vegetal de carvalhos *Quercus* sp. que se instalou depois da última glaciação, adaptado ao solo e ao clima, e que mantem elevados teores de humidade local. A influência antrópica sobre a floresta começou no Neolítico, com a pastorícia e a agricultura, mas foi a intensificação da procura de lenha, carvão e madeira para construção naval, na Idade Média, que acentuou a redução do coberto florestal da serra. Entre os séculos XVI e XIX é intermitentemente florestada por decisões régias, potenciando-lhe o valor cinegético, ou depauperada pela pastorícia e os incêndios, naturais ou provocados (MARCELINO, 2002).

Desde há décadas predomina no topo o pinhal bravo *Pinus pinaster* – fruto das campanhas de reflorestação, adequado aos solos graníticos – e os povoamentos mistos com cedro-do-Buçaco *Cupressus lusitanica* e com as exóticas eucalipto *Eucaliptus globulus*, acácias *Acacia* sp. e háqueas *Hakea* sp..

Mas a serra deve o seu enriquecimento vegetal à ação de D. Fernando II nos finais do século XIX. Atento às particularidades do clima, do solo e do relevo e inspirado nas tendências românticas da época, o rei mandou florestar a tapada que circunda o Palácio da Pena, importando espécimes dos cinco continentes para desenhar um dos dois parques botânicos e históricos da serra e um dos mais emblemáticos da Europa (CARVALHO, 1994): o Parque da Pena, nas imediações do qual Ferreira de Castro está sepultado. Em meados do século XIX, também Francis Cook arquitetara jardins com a mesma marca romântica e exótica em redor do Palácio de Monserrate, na aba norte da

[60] Parque Natural de Sintra-Cascais: Criado em 1994 pelo decreto-regulamentar 8/94 de 11 de Março, na sequência do estatuto de Paisagem Protegida instituído em 1981. Abrange 14 583 hectares de faixa litoral, área agrícola e serra, desde o limite norte do concelho de Sintra, junto à foz do rio Falcão, até à Cidadela de Cascais (CARVALHO, 1994 e CARVALHO *et al*, 2005). Um Parque Natural é uma área protegida caracterizada por paisagens naturais, seminaturais e humanizadas de interesse nacional, exemplo da integração harmoniosa da atividade humana e do património natural. A classificação com este estatuto possibilita a adoção de medidas de manutenção e valorização das paisagens e da biodiversidade (Dec. Lei n.º 19/93, 23 de Janeiro).

serra. Essa diversidade florística que encantou outros escritores e poetas era, e continua, função do clima, que lhe dá abundância em água, da variedade de exposições das encostas à luz solar e da Natureza geológica.

Quando o jovem Ferreira de Castro retornou a Portugal, o arvoredo da serra de Sintra tinha sido recentemente protegido pelo decreto nº 4550, de 1918. A lei delimitou o perímetro florestal e proibia "os cortes rasos de árvores para madeiras, lenhas e ramas" [61]. Sem o saber, o escritor deslumbrar-se-ia mais tarde por uma composição florística com cerca de novecentas espécies botânicas autóctones, incluindo quase todas as espécies de *Quercus* espontâneas em Portugal; por resquícios da floresta *Laurissilva* primitiva; e por espécies entretanto ameaçadas e décadas depois protegidas por lei, como o azevinho *Ilex aquifolium* e as herbáceas feto-dos-carvalhos *Davalia canariensis* e feto-folha-de-hera *Asplenium hemionitis*, representantes da flora macaronésica (CARVALHO *et al*, 2005 e MARCELINO, 2002). A esta diversidade botânica associa-se uma fauna que tem na serra o seu habitat: avifauna, répteis e anfíbios, mamíferos carnívoros e roedores, algumas espécies raras e ameaçadas, hoje protegidas por legislação nacional e comunitária. Embora uma boa parte dessa fauna selvagem seja habitualmente esquiva, não se encontram referências do escritor a esta componente do património natural.

Uma interpretação contemporânea do tipo de relação que o escritor de Ossela alimentou com Sintra encontra-se nas palavras de DEVALL e SESSIONS (2004:229), que em *Ecologia Profunda* citam o filósofo britânico Alan WATTS (1958):

> Talvez possamos agora compreender por que razão os homens manifestam uma tendência quase universal para procurar libertar-se da sua própria espécie entre as árvores e as plantas, as montanhas e as águas. (…). Durante centenas de anos os grandes poetas do Oriente e do Ocidente exprimiram esse amor fundamentalmente humano de 'comungar com a Natureza' (…) Talvez a razão desse amor pela Natureza não-humana seja que a comunhão com ela restaura em nós um nível da nossa própria Natureza humana no qual continuamos a ser saudáveis, livres da impostura, e intocados por ansiedades acerca do significado e objetivo da nossa vida. Pois aquilo a que chamamos 'Natureza' está liberto de uma certa espécie de esquematização e auto-importância. (…) O que importa é que a relação com o maravilhoso da Natureza, desprovido de objetivo, nos dá um novo olhar sobre nós próprios (…).

[61] Fonte: *Diário da República electrónico*: www.dre.pt.

3.3.3. A Cidade

Quando Ferreira de Castro chega à capital, em 1919, animado do sonho jornalístico e literário, o meio urbano lisboeta era diariamente invadido pelo "campo", representado por figuras e mercadorias rurais, numa tendência herdada do século XIX. Os álbuns fotográficos de M. TAVARES DIAS (1987, 1990, 2006) ilustram a venda de animais de capoeira e gado em praças e artérias de Lisboa, e a importância comercial e social dos mercados, abastecidos pelos arrabaldes hortícolas e agrícolas. Essa dependência do *inland* fértil e cultivado para a sobrevivência da população urbana estender-se-ia pelas décadas seguintes. Gonçalo RIBEIRO TELLES (2013), nascido na década de 20 na Avenida da Liberdade, perto do local onde o escritor viria a fundar a "tertúlia da Veneza", recorda os bandos de pardais que se alimentavam nas searas circundantes à cidade e ao fim do dia retornavam às copas dos ulmeiros da avenida, num "chilrear ensurdecedor".

Ambiente pouco hospitaleiro para um emigrante recém-tornado, Lisboa foi, para o jovem, sinónimo de oportunidades artísticas mas, simultaneamente, de carência de atmosferas naturais. Em *História da Ideia de Natureza* (1993:237), SIMMONS avalia como existe "uma desvalorização da Natureza selvagem quando esta é omnipresente, mas à medida que se torna remota surge a exaltação". Exaltação que já em 1903 dominava Raul Brandão, escritor por quem Ferreira de Castro nutria uma admiração antiga (BRANDÃO e ROSA, 2013:22): "A Primavera (…) é a época em que a cidade, com a secura das suas pedras amontoadas, me horroriza e me dá vontade de fugir, como ao poeta americano Thoreau, que tudo deixou para viver em pleno contacto com a Natureza".

Com uma distância de vinte anos e mais moderado quanto à renúncia à vida urbana, o jovem de Ossela, citado por A. CABRAL (1940:27), dava azo a idênticas emoções:

> Quase todas as tardes, à hora do crepúsculo, eu abandono o centro da cidade – com a emoção dum preso que vê finalmente abrirem-se-lhe as portas da liberdade. (…) Tenho-me sentado à sombra de todas as árvores suburbanas – em profundos ensimesmamentos, em longas meditações.

Os passeios de evasão alongaram-se pelas décadas de 1920 e seguintes. Num artigo de 1926 na *Renovação* (n.º 21), Ferreira de Castro admitia que os arredores arborizados lhe permitiam sentir-se "menos estrangeiro entre as gentes citadinas, mais suportável o convívio urbano". Esta forma de (não) viver a cidade, mencionada em 3.2.2.

a propósito da "curva do caminho", harmoniza-se com a ideia do ecologista e filósofo David ABRAM (*A Magia do Sensível*, 2007), segundo a qual o ser urbano alimenta sempre uma nostalgia de regresso ao lugar primordial da Natureza, por exemplo à floresta, ou, pelo menos, a uma Natureza menos intervencionada.

No livro In Memoriam (NEVES, 1976:67), Vitorino NEMÉSIO recorda como na década de 40 o colega de letras se refugiava em Sintra, "quando não podia evitar o monstrozinho urbano". Note-se, porém, que a reserva mental do escritor ao meio urbano distinguia-se da aversão, em voga no país até meados do século e herdada de Teixeira de Pascoaes, da demonização das cidades como "feridas roendo a verde epiderme da terra" (cit. p. TORRES e MARINHO, 2001a:47) [62]. Aliás, numa entrevista (s/d) ao jornalista Lopes de Oliveira, revelava preferir criar no campo, "à sombra duma frondosa árvore amiga, num sítio solitário, longe dos bulícios", embora o fizesse "quase sempre na cidade". Esta ambiguidade manteve-se até ao fim da vida: nunca abdicou de viver na capital, que lhe proporcionava convívio intelectual e alguma abertura cultural e onde, nos últimos anos, es olheu residir num hotel sobranceiro a uma fração arborizada – o Parque Eduardo VII.

No I Congresso de Ciências Agrárias (1943), Caldeira Cabral (in CABRAL, 2003:189) alertava para que a cidade moderna, industrializada, não podia ser um corpo estranho sem ligação à paisagem envolvente. Ecos dessa dimensão industrial de Lisboa chegam-nos, envoltos nas características preocupação social e análise política de Ferreira de Castro, no texto "As Profissões Alfacinhas" (1959, em ALVES, 1996:215-216):

> As muralhas que cercavam os burgos foram substituídas pelas fortalezas da Indústria. Em vez de soldados, guarnecem-se com operários e a obediência cega daqueles transformou-se em consciência emancipadora. (…) Todas as capitais do capitalismo vivem hoje dentro duma cintura vermelha ou tendendo fortemente para essa cor.

Aparentemente, uma realidade idêntica não incomodava o escritor no ambiente cosmopolita de Paris. Embora a capital francesa não patenteasse ainda a sobrecarga de estímulos e informação em que se transfiguraram entretanto todas as grandes cidades, concentrava heranças e dinâmicas culturais que o seduziram por várias décadas, como se entende de alguma da correspondência publicada por R. ALVES (1994b, 2006 e 2007a).

[62] Teixeira de Pascoaes, poeta criador da corrente estética e doutrinária do "Saudosismo", anunciava em *A Arte de ser Português* (1920) a "Era Lusitana", proposta de utopia para construir a sociedade portuguesa com o que de melhor e mais genuíno existia no caráter luso, enaltecendo a Pátria e a Família, o isolamento rural, o "génio português", o espírito corporativo, os políticos eleitos pela "Raça" (TORRES e MARINHO, 2001b).

3.4. ECOCRONOLOGIA

Procurou-se montar uma "Cronologia ecológica" de Ferreira de Castro, reunindo os momentos e fases da sua vida mencionados neste capítulo e cruzando-os com marcos da história da Ecologia, da proteção do Ambiente e da Conservação da Natureza em Portugal e no mundo. O Quadro 3, que se encontra no final deste subcapítulo, sistematiza esse trabalho e é composto por três colunas: as dos extremos são cronológicas, por ordem crescente, e iniciam-se no ano de nascimento do escritor; a coluna central agrega os eventos ocorridos por ano, quer na vida do romancista quer nos planos nacional e internacional.

Nem sempre foi possível obter a representação cronológica dos factos biográficos relacionados com a Natureza. É o caso dos passeios pelos arredores arborizados de Lisboa, difíceis de situar no tempo com exatidão. O facto de algumas linhas do Quadro 3 serem posteriores a 29 de Junho de 1974 – o ramo de carvalho sobre a urna, a inumação na serra – reflete a ocorrência romântica de, mesmo após a morte, o escritor ter mantido uma qualquer forma de ligação à Natureza.

Ferreira de Castro nasceu quando passavam três décadas sobre o dia em que HAECKEL (1834-1919) cunhou o termo "*Oecologia*", em 1869. Não se encontraram registos de o escritor de Ossela, crente nas virtudes e potencialidades da Ciência, ter dado sinal desta nova área científica a emergir do domínio tradicional. O que não seria estranho em alguém que apenas aspirava escrever uma obra ao serviço não dos interesses ecológicos mas de uma efetiva justiça social, fundadora de um melhor devir para a humanidade [Ver 4.1.].

Ainda no plano internacional, foram seus contemporâneos os fundadores da Ecologia Humana Ezra PARK, Ernest BURGESS e Robert MACKENZIE, que em 1925, conforme descrito no Capítulo 2, publicaram os primeiros artigos científicos sobre a ecologia dos seres humanos no contexto das grandes metrópoles americanas. Duas décadas mais tarde, a União Internacional para a Conservação da Natureza divulgava pela primeira vez o conceito de "Educação ambiental" (FERREIRA em BECKERT, 2004). Em Portugal, o poeta Sebastião da Gama apelava emotivamente à proteção da Mata do Solitário, na Serra da

Arrábida [63]: "Socorro! Socorro! (…) começou (e já vai adiantada) a destruição da metade da mata (…). Se for necessário restaure-se a pena de morte", incentivando a criação da Liga para a Proteção da Natureza (LPN) nesse ano de 1948 [64]. Não se encontraram evidências de que Ferreira de Castro, amante da Natureza, tivesse tomado conhecimento do facto e de alguma forma aderido à filosofia da primordial associação ecologista portuguesa.

Atente-se, a título de exemplo, em "Pequena História de *A Selva*", texto que recorda como o autor se visualizou entre dois "mares", o Atlântico e o Amazonas, na sua deslocação forçada ao longo deste com destino ao interior da Amazónia. O texto é publicado em 1955, após os Estados Unidos ensaiarem, em 1954, as célebres explosões termonucleares no atol de Bikíni, Ilhas Marshall, no Oceano Pacífico. O acontecimento deu origem à conferência "Man's role in changing the face of Earth", na Universidade de Princeton, em 1955 (DUARTE SANTOS, 2007:29). Mas nenhum documento estudado para o presente trabalho remete para uma eventual tomada de conhecimento, por parte de Ferreira de Castro, deste evento da história da Ecologia mundial.

Se muito mais tarde, em 1970, e dada a sua essência dendrófila, festejou a reabilitação da tradição do Dia da Árvore [65], nada, no material estudado, o certifica. O Dia da Árvore, instituído pelo Conselho da Europa, foi integrado no Ano Europeu da Conservação da Natureza e adotado em Portugal no decurso da sensibilização do governo marcelista pela LPN e pela Direção Geral dos Serviços Florestais (*op. cit.:*289). No ano seguinte nascia, na dependência da Presidência do Conselho de Ministros, a Comissão Nacional do Ambiente, resposta a desafios anteriores da ONU para que o país diagnosticasse e lidasse com os seus problemas em matéria de ambiente.

A cena internacional atravessava uma fase conturbada desde finais dos anos de 1960, com grandes movimentos cívicos de contestação à energia nuclear, que culminaram na Conferência de Estocolmo sobre o Ambiente Humano, a 5 de Junho de 1972, de onde sairia o Programa das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP). O encontro surgia na

[63] Instituída Parque Natural em 1996, com a área marítima adjacente, pelo Decreto-lei 622/76 de 28 de Julho, na sequência da primeira classificação como Reserva, em 1971 (Fonte: www.icnf.pt) .

[64] A LPN é um marco fundamental na política nacional de ambiente, incluída num primeiro período "naturalista e protecionista", de preservação dos habitats naturais da ação humana (FERREIRA, 2004 e www.lpn.pt).

[65] O *Arbor Day* é um dia dedicado à plantação de árvores, instituído a 10 de Abril de 1872 no Estado do Nebraska, nos Estados Unidos, tendo-se depois estendido a outros pontos do mundo (VIEIRA, 2010). A partir de 1974 passou a ter a designação internacional de Dia Mundial da Floresta.

sequência do importante abanão que significara, para o contexto mundial, o relatório do Massachusetts Institut of Technology (MIT) publicado sob o título *The Limits of Growth* e editado em Portugal no mesmo ano (MEADOWS, 1972). O texto, um misto de filosófico, político e técnico, fora encomendado por cientistas, humanistas, educadores, industriais de vinte e cinco nacionalidades, agregados no chamado "Clube de Roma", um "Grupo de pessoas informal, apolítico e internacional, profundamente interessado nos problemas que ameaçam a sociedade humana" (*op. cit*.: Nota de entrada) [66].

Não estão publicados registos de o nosso escritor humanista ter dado notícia ou ter curiosidade em inteirar-se dos meandros técnicos deste "Projeto sobre a Situação da Humanidade", que visava analisar "a pobreza no seio da abundância; a degradação do ambiente; a perda de fé nas instituições; e o desenvolvimento descontrolado da urbanização" (MEADOWS, 1972:19) – temas que lhe eram preciosos.

Nesta década era já imparável a evolução da Humanidade para uma população fortemente globalizada, que DUARTE SANTOS (2007:53) classifica como o facto social à escala mundial mais relevante na segunda metade do século XX. Numa linha de pensamento não muito distante da castriana, o casal MEADOWS e a sua equipa defendiam a repartição de recursos, em detrimento da produção, afirmaram a necessidade de uma estratégia global para solucionar problemas essenciais, em particular os das "relações do Homem com o ambiente" (p.231) e concluíam com uma asserção filosófica e desafiante: "O importante não é simplesmente saber se a Humanidade sobreviverá, mas sim se poderá fazê-lo sem cair numa existência sem significado" (MEADOWS, 1972:236).

Não é clara em Ferreira de Castro uma posição contra o desprezo que a civilização moderna reserva ao mundo natural, intensificada já na sua época, quase dois séculos após a Revolução Industrial, embora em muito menor escala do que a que conheceríamos no século XXI. O último decénio da sua vida foi contemporâneo daquilo a que Soromenho-MARQUES (in BECKERT, 2004:269) chama o "Período de crescimento" da

[66] Selecionando cinco tendências mundiais como fatores limitativos do crescimento – industrialização acelerada, rápido crescimento da população, generalização da subnutrição, esgotamento de recursos não renováveis e degradação do ambiente – os autores exploraram o conceito de "mundo finito" (MEADOWS, 1972:107 e 223) e deixaram dois importantes grupos de conclusões: 1. Mantendo-se aquelas tendências, os limites de crescimento do planeta seriam atingidos dentro de 100 anos, com grande probabilidade de um "declínio súbito e incontrolável da população e da capacidade produtiva" (p. 32); e 2. Era possível alterar essa tendência e criar a estabilidade económica e ecológica global, numa perspetiva de longo prazo, garantindo a todos os habitantes a satisfação das suas necessidades básicas e a igualdade de oportunidades.

política de ambiente à escala internacional, aberto com *Silent Spring* (1962) e com término aquando da primeira crise petrolífera, em 1973.

Em Portugal, a Revolução Abril abriu a porta às políticas ambientais, originando em 1974, durante os governos provisórios, o Ministério do Equipamento Social e do Ambiente, marco institucional a que Ferreira de Castro já não assistiria. Os Direitos do Ambiente teriam honras constitucionais em 1976, garantindo a todo o cidadão "um ambiente de vida humano, sadio e ecologicamente equilibrado" (artigo 66.º-1), assim como os deveres fundamentais do Estado e da sociedade na proteção desse ambiente e na preservação dos recursos naturais [67].

No entanto, uma realidade notável caracteriza a biografia de Ferreira de Castro: Durante o seu ciclo de vida, viveu em habitats que varrem a escala quase completa de graus de transformação antrópica, desde a selva às grandes cidades europeias.

Passou a primeira infância no meio rural de Ossela, uma economia baseada na agricultura de subsistência, onde o impacte ambiental humano tinha uma amplitude média-baixa, com um grau de exploração dos recursos naturais locais que atendia à sua capacidade de regeneração. Como jovem emigrante, saltou para um meio aparentemente, mas não verdadeiramente, selvagem. Na floresta amazónica, algumas tribos viviam num estádio de desenvolvimento comparável ao dos caçadores-recoletores da Pré-História, cujo efeito sobre a Natureza era mínimo (MORAN, 2006, 2009); mas as populações caboclas já domesticavam animais, mantendo embora uma integração equilibrada com a floresta e os rios. Tratava-se, portanto de um meio de influência humana baixa, não fosse a intervenção do homem branco na exploração das seringueiras para fins exclusivamente económicos, com sacrifício dos indígenas.

Com os anos na cidade estuarina de Belém, à época já um destacado entreposto comercial e industrial, o jovem Ferreira e Castro conhece o grande meio urbano, robusto nas suas possibilidades de manufactura e de mobilidade de pessoas e mercadorias, onde o impacte antrópico sobre o território e os recursos era incomparavelmente maior. O regresso a Portugal leva-o à pequena e retardada capital europeia que é Lisboa, nem por isso menos exigente em recursos naturais para suportar a vida dos seus já então 500 mil habitantes (ROSA e VIEIRA, 2003:90), com a sua cintura industrial e uma economia

[67] Fonte: *Diário da República* eletrónico: https://dre.pt/comum/html/legis/crp.html

fortemente apoiada na exploração da energia fóssil, em especial o carvão – o típico cenário urbano industrializado onde a urbanização e a mobilidade eram já intensas e tornava a paisagem natural preexistente irreconhecível.

Ao seu encantamento pelas paisagens com modelação humana mínima o escritor somou o apreço pela obra humana – obra de que a cidade, habitat artificial frequentado por gente da Ciência, da Arte e da Política, era também o produto acabado e admirável a que nunca resistiu. Parece lícito inferir que esta variedade de habitats lhe conferiu não só uma mais rica experiência de vida, como um apuramento da sensibilidade para paisagens diversas.

De quantos escritores se poderá afirmar incluírem na sua biografia vivências em meios tão distintos no grau de intervenção humana na Natureza? Aquilino, por exemplo, viveu entre a região da Beira Alta a que literariamente chamou "Terras do Demo", equiparável a Ossela na escala, e Paris. Outro amigo, Carlos de Oliveira, nascido na Amazónia, parece ter-lhe conhecido apenas a face urbana e industrial de Belém, cidade do grande delta, e a região da Gândara. E das histórias pessoais de muitos outros, Raul Brandão, Miguel Torga, para citar apenas alguns contemporâneos, estão ausentes recessos e excessos ambientes semelhantes aos que o jovem José Maria experienciou nas margens semi-selvagens do afluente Madeira.

Em suma, não se encontraram indícios causa-efeito entre os principais marcos nacionais e mundiais, nos três primeiros quartéis do século XX – quer da Ecologia quer da emergente Ecologia Humana, quer ainda das políticas ambientais e dos movimentos ambientalistas – e os imperativos éticos e de conduta cívica adotados por Ferreira de Castro. Existe, como representa o Quadro 3, um paralelismo cronológico entre a coluna

Uma justificação possível é o bloqueio à entrada de informações exteriores que o Estado Novo impunha ao país, ao povo e aos intelectuais portugueses, barrando-lhes o acesso a avanços importantes nas esferas da cultura e da ciência. Outra diz respeito ao compromisso que o escritor tinha firmado com grandes questões, e mais prementes, da sociedade portuguesa, e onde não cabia uma prioridade ao tema ambiental. Esta conclusão contribui para a tese, desenvolvida no próximo capítulo, de que o escritor alimentou com a Natureza uma relação de moldes mais afectivos do que verdadeiramente informados ou eruditos.

Quadro 3 – Ecocronologia de Ferreira de Castro cruzada com a cronologia de matérias ambientais durante os primeiros três quartéis do século XX (1.ª pág.)

Ferreira de Castro	Portugal	e mundo
1898	24 Maio: Nascimento na aldeia de Salgueiros, Ossela, junto a um vale do rio Caima	**1898**
	Instituído o Dia Europeu dos Parques Naturais, 101 anos depois (1999)	
	Associação britânica contra os malefícios da poluição atmosférica na saúde: *Coal Smoke Abatement League of Great Britain*	
1906-1909	Banhos proibidos nas "águas frias e azuis" do Rio Caima, "entre amieiros sussurrantes"	
	Brincadeiras por entre milheirais, pinheirais, vinhedos, silvedos e tojais	
	Espalha no quintal armadilhas para pássaros	
1910	Maio: Cometa Halley é pretexto para declamação de um poema Passagem do Cometa Halley	**1910**
	Dezembro: Conhece os canais da Ria de Aveiro que, com a cidade, são "pasmo e deslumbramento para os meus olhos meninos"	
	Esconde mensagens secretas num muro de pedra e junto à raiz de uma árvore	
	Perdia-se na contemplação dos coelhos, pombas e de um melro engaiolado	
1911	Janeiro: Percorre o Vale do Vouga de comboio	
	Conhece a foz do Rio Tocantins e o delta do rio Amazonas	
	Primeiro contacto com o rio Amazonas e seu afluente Madeira	
	Primeiro contacto com a Floresta amazónica	
1912	Início do perído áureo das "Festas da Árvore"	**1912**
1913	Ano apogeu das "Festas da Árvore" em Portugal	**1913**
1914	Outubro: Vivência num grande meio urbano: Belém	
	Contacto com a foz do rio Amazonas e com o Rio Oiapok	
	Sai o novo "Hino da Árvore" português, com letra de Olavo Bilac e música de Aboim Foyos	**1914**
1915	No caderninho "Impressões de Viagem quando eu trabalhava num navio" descreve a paisagem natural e humana do rio Oiapok e da zona fronteiriça do Brasil com a Guiana Francesa	
1916	Primeira ocasião em que a contemplação da natureza (O espetáculo da luz do sol sobre as ramagens das árvores da praça central de Belém) lhe serve como íman e o dissuade da tentativa de suicício	
1918	Decretos n.º 4550 e 4740, da Secretaria de Estado da Agricultura, delimitam o Perímetro Florestal de Sintra e protegem o seu arvoredo	**1918**
1919	Setembro: Revê o Vale do Vouga e as "árvores com as quais havia conversado na infância"	
	Junho: O Jardim Botânico de Lisboa (1873) integra-se no Museu Nacional de História Natural	**1919**
	Junho: Regulamento de Proteção às Árvores Nacionais classifica como "Património Nacional" um conjunto de espécimens de varias regiões do país	
1920-1926	Vivência na grande Lisboa, onde o encantam as árvores da cidade, mas de onde se evade diariamente, para passeios crepusculares pelos caminhos, atalhos e estradas "em curvas de serpente" suburbanas	
1924	Abril: Assiste e insurge-se contra o sofrimentos de touros e cavalos de uma Tourada em Sevilha	
	Sai no suplemento d'*A Batalha* "A Morte do Touro"	
	Artigo no *Ecos da Semana* sobre as "Rosas de Inverno"	
	Publicado o I Volume do *Guia de Portugal*, de Raúl Proença	**1924**
1925	Em vários contos de *Sendas de Lirismo e de Amor* a Natureza surge associada à temática da morte	
	E. Burgess e R. Mackenzie escrevem os primeiros artigos no âmbito da Ecologia Urbana, raiz da Ecologia Humana	**1925**
	Abril: Crónica no "Ecos da Semana": "O homem perdeu-se de si mesmo ao afastar-se das galas da Natureza"	
1926	Publica "As flores como eterno motivo de beleza" na *Renovação*	
1928	Visita à linha do Vale do Vouga e artigo na *Civilização* n.º 5	
1929	Visita a Andorra e descrição literária das suas paisagens e lugares, registadas anos mais tarde em *Pequenos Mundos e Velhas Civilizações*	

1930	Publica na *Civilização* n.º 3 o texto "Igapó", sobre o fenómeno das águas estagnadas da selva	
	Maio: Sai *A Selva* , principal romance amazónico	
1932	Evoca, no prefácio ao segundo livro de Diana de Liz, o poema que fala de um **salgueiro** a plantar à beira de uma campa, que ela lhe lia em Paris (?)	
1934	Dezembro: Conferência "Canções da Córsega", fruto da estadia na ilha em 1934	
1935	Périplo pelo troço oriental do Mediterrâneo, com crónicas sobre aspetos paisagísticos e etnográficos para o *A Noite* e mais tarde *Pequenos Mundo…*	
1936	Julho: Escreve ao gerente do seringal pedindo "uma pequena caixa com terra do Paraíso, retirada do local onde outrora existia uma sapotilheira"	
1939	Fala ao periódico parisiense *Marianne* sobre as florestas, nomeadamente o mistério da floresta amazónica	
	A *Revista Agronómica* portuguesa publica um artigo sobre políticas de Conservação da Natureza e áreas naturais protegidas a nível mundial	**1939**
1943	Numa lição no Instituto Superior de Agronomia, F. Caldeira Cabral fala dos parques verdes urbanos como meio de contacto entre o ser humano urbano e a Natureza	**1943**
1945	A partir de meados desta década passa temporadas em Sintra, onde se sente em comunhão com as árvores e as fontes	
	É fiador literário do III volume do *Guia de Portugal* , a convite de Raul Proença, com o texto "De Ossela a Vale de Cambra"	
1948	Confessa a um jornal francês a sua relação de amor-ódio com a Natureza	
	UICN, numa conferência em Paris, utiliza pela primeira vez o termo "Educação Ambiental"	**1948**
	Criação da LPN - Liga para a Proteção da Natureza, por sugestão do poeta Sebastião da Gama	
1949	Sai nos EUA *A Sandy County Almanac* , de Aldo Leopold	**1949**
1950-….	Todas as Primaveras e Verões, em Vale de Cambra: percorre o "Caminho do Céu"; contempla a natureza do seu quarto sem cortinas e a noite estrelada com as luzes apagadas	
	Planta um carvalho-roble *Quescus robur* no quintal de Salgueiros	
1953	Sobre a problemática indígena, escreve numa carta a R. Nobre: "Cada homem duma raça tem dos homens das outras raças quase tudo"	
1954	Explosões nucleares amaricanas no Atol de Bikini, no Pacífico, originando a conferência a "Man's role in changing the face of Earth" (1955)	**1954**
1959	Revê, emocionado, " a luz matinal" da Baía de Guanabara	
1960-…	Vale de Cambra: Recusa interceder junto dos lavradores para que vendam terrenos para instalação de fábricas	
1962	É publicado *Silent Spring* , de Rachel Carson, denúncia dos impactes ambientais dos pesticidas, considerado o marco de lançamento do ambientalismo	**1962**
1963	Termina *As Maravilhas Artísticas do Mundo* e na Conclusão relaciona Natureza e Arte	
1965	Em entrevista, relaciona Natureza e morte	
1966	Em "Pequena História de *Emigrantes* " mostra a sua sensibilidade a aspetos de luminosidade ambiente no Brasil e em Cabo Verde	
	Em Portugal cria-se o "Grupo de Trabalho sobre Poluição do Ar"	**1966**
	Um grande incêncio destrói parte da vegetação da Serra de Sintra	
1969	Escreve "Aldeia Nativa", onde lamenta os cortes de arvoredo e certas alterações de uso do solo	

1970	Fevereiro: Pede às autoridades portuguesas para ficar sepultado "à beira duma dessas poéticas veredas" da Serra de Sintra	
	Junho: Lei n.º 9/70 de Criação de Parques e Reservas	
	Portugal recupera a tradição do Dia da Árvore, integrado no Ano Europeu de Conservação da Natureza	**1970**
1971	O Brasil batiza com o nome de FC um troço da estrada transamazónica	
	Maio: Criado o Parque Nacional da Peneda-Gerês	**1971**
	Criada em Portugal a Comissão Nacional do Ambiente	
1972	Escreve um dos últimos textos, "A Origem de *O Intervalo* ", reincidindo na imagem romântica da Natureza e das árvores da Av. Da Liberdade	
	Junho: Instituído pelas Nações Unidas o Dia Mundial do Ambiente, na Conferência de Estocolmo, de onde emana o Programa das NU para o Ambiente	**1972**
	Sai nos EUA *Os Limites do Crescimento*	
1973	Reafirma a sua "Paixão pelas árvores" numa das últimas entrevistas	
	Abril: Evoca a Natureza de Sintra na carta de doação so espólio à vila e ao Povo sintrenses	
	Primeira comemoração do Dia Mundial do Ambiente em Portugal	**1973**
	Sai *Small is Beautiful* , "Um estudo de economia em que as pessoas também contam"	
1974	5 Junho: sofre AVC em Vale de Cambra	
	5 Junho: Comemorou-se o 2º Dia Mundial do Ambiente	**1974**
	29 Junho - Dia de S. Pedro, padroeiro de Sintra e da "terra nativa": Morre no Porto e fica em câmara ardente da Cooperativa "Árvore"	
	30 Junho: Um ramo do carvalho-roble do seu quintal é colocado sobre a urna	
	Cria-se o Ministério do Equipamento Social e do Ambiente, até 1975	
	É fundado o Movimento Ecológico Português	
1975	Maio: inumado numa encosta da Serra de Sintra, onde depois se construiu o "banco de jardim" que tanto desejava.	
	Criação do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico, Dec.-lei 550/75, 30/Set.	
	Em Julho sai legislação de protecção dos solos com elevada produtividsde agrícola e de proteção contra ações suscepíveis de degradar a paisagem: Decs.-Lei 356/75 e 343/75	
	Sai *Animal Liberation* , do australiano Peter Singer	**1975**

Capítulo 4. CONCEÇÕES DA NATUREZA: ENTRE A CIÊNCIA E A ARTE

> Os autores clássicos seriam assim como as ilhas que emergem do grande mar do tempo; desfizeram-se as rochas mais friáveis, caíram nos fundos os milhões de vidas que sulcaram as águas, perderam-se as terras que os vulcões (…) tinham feito subir à superfície; ficou somente o que soube resistir aos ventos e às ondas e lhes ofereceu alicerce seguro e rocha viva (…).
>
> Agostinho da Silva, "Considerações",
> in *Citações e Pensamentos*, 2009

4.1. A NATUREZA COMO CONCEITO

Este subcapítulo visa encontrar um nexo para a relação do autor de *A Selva* com a Natureza, sistematizando a perceção e o entendimento que tinha dela. Não no sentido de uma formulação rígida e imutável por parte do Ferreira de Castro escritor, mas tomando o pulso às convicções e sensibilidades do Ferreira de Castro homem. Ou, usando as palavras do filósofo Robert LENOBLE em *História da Ideia de Natureza* (1990:23), tentando apurar os seus "sistemas de representação humanos, conscientes e inconscientes", que para cada pessoa lhe são próprios e condicionados pelas "racionalizações científicas, as teorias estéticas e as doutrinas morais".

É subjacente a este exercício a noção, expressa por J. BARBOSA em *O Homem no Universo* (2003:19), de que o lugar que alguém se atribui na Natureza, viva ou inanimada, determina a sua mundividência (plano da teoria) mas também as suas ações (nível prático), com "diferenças significativas entre uma conceção em que esse alguém se veja como elemento integrante e simples da Natureza e outra na qual se considera fora e acima dela".

Nos capítulos anteriores, o termo "Natureza" foi usado nivelando-o com a conotação do senso comum. Neste ponto, porém, é fundamental refletir sobre as "nuances" desse conceito multiforme. Existe uma multiplicidade de definições em dicionários e enciclopédias generalistas e nas obras e ensaios especializados, podendo do termo emanar uma complexidade que excede o âmbito deste trabalho. Na respectiva

entrada do *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa* (2004) [68], o vocábulo "Natureza" é apresentado com etimologia comum a "nação", abrangendo em última análise "tudo o que nasce", a totalidade do que existe: elementos, fenómenos e princípios subjacentes. Em consonância com o explicado na Metodologia Geral, parte-se do leque de significados enumerados nessa obra de referência, adotando depois aqueles cuja abordagem inicial ao autor mostrou que se justificaria estudar. A adoção desse conjunto faz-se sem perder o foco essencial: a "Natureza" enquanto realidade física finita, exterior, embora não alheia, ao ser humano e à artificialidade dos meios urbanos, industriais e mecanizados.

A ideia de Natureza, ou seja, a representação do "natural" na psicologia humana, evoluiu com o tempo, vindo a incluir a interação da Humanidade com o Habitat Terra – ou do indivíduo e grupos humanos com o restante ambiente biofísico – altamente modificadora e crescente em extensão e grau de artificialidade: "Num extremo, coloca-se a posição que acentua as interações entre o homem e o ambiente durante a fase da nossa existência em que dominava a economia dos caçadores-recoletores e que compreende 90% do nosso tempo de evolução de espécie", diz I. G. SIMMONS (1993:236). Emilio MORAN, professor de Ecologia Humana da universidade de Indiana, a propósito das variações individuais e culturais do significado de "Natureza" ou "ambiente" expõe algo semelhante em *People and Nature* (2006, 2009:57):

> For some, it is nature untouched by humans, for others it is a "pretty" landscape mixing forests, grasslands and human habitations. The latter show a preference for a human constructed environment, while the former prefer an environmental Eden before Adam and Eve and the rest of us spoiled it. Yet, pristine nature is very hard to find anywhere (…). Time and again, when we think we have found untouched nature, we discover that the area had been occupied by prehistoric humans, sometimes at great density.

Da consulta de declarações orais e escritas, textos memorialísticos e políticos, artigos jornalísticos e colunas de opinião de Ferreira de Castro, bem como de testemunhos de quem com ele privou, depreende-se que a sua relação com a Natureza

[68] 1. O mundo material, especialmente aquele em que vive o ser humano e existe independentemente das atividades humanas. 2. Conjunto de elementos (mares, montanhas, árvores, animais, etc.) do mundo natural. 3. O universo com todos os seus fenómenos. 5. Somatório das forças ativas em todo o universo. (…) 14. Filosofia: aquilo que compõe a substância do ser, essência. 15. Filosofia: tudo quanto existe no cosmos sem intromissão da consciente reflexão humana.

era, se não uma equação de algumas incógnitas, uma fórmula de muitos parâmetros. É possível traçar desde logo uma partição fundamental, base da subsequente análise. Assim, o escritor evidenciava sensibilidades e assumia posturas diferentes com respeito:

1) à "Natureza" na sua aceção mais lata, entendida como o Cosmos, o Universo, o Todo e as suas leis da sobrevivência, da vida e da morte (animal); basicamente, os pontos 3 e 5 da citação do *Dicionário Houaiss*;

2) à Natureza numa aceção mais restrita, entendida como a "Ecosfera", conjunto das "esferas" da Terra – a atmosfera e a hidrosfera, a litosfera e a biosfera; ou, simplesmente, o conjunto dos seres e fenómenos vivos e não vivos, bem como as teias de relações que estabelecem entre si: o conjunto dos ecossistemas (ponto 2 da citação).

Nesta segunda aceção, a que mais serve o âmbito e o escopo do presente estudo, inclui-se a Paisagem – conceito que partilha com o de "Natureza" a abundância de definições. A mais recente versão da Lei de Bases do Ambiente [69] inicia o artigo 10.º entendendo-a como "Componente ambiental natural" objeto da aplicação da política de ambiente, terminando, na alínea f), por reconhecer, para além da "identidade estética e visual", a presença de "património natural" e de "património construído", bem como de "sistemas socioculturais" – isto é, um combinado de ingredientes que se estende à atividade humana. Este enunciado pouco claro leva-nos a preferir a definição de 1987, já revogada, segundo a qual a Paisagem é uma "unidade geográfica, ecológica e estética resultante da ação do homem e da reação da Natureza, sendo primitiva quando a ação daquele é mínima e natural quando a ação humana é determinante (…)" – tal como exposto no Capítulo 1 - Metodologia.

Essa Paisagem que engloba a Natureza-Ecosfera menos ou mais profundamente intervencionada pelo ser humano vai muito para além da tela estática de valor cénico. Constitui uma entidade funcional com orgânica própria, cujo dinamismo joga segundo dois vetores – o temporal e o espacial/territorial – sendo o resultado, no presente, da evolução das especificidades biofísicas do território somadas dos fatores de transformação que sobre ele atuaram e atuam, sejam naturais ou de origem antrópica.

Em Portugal e na Europa, há milénios que a paisagem vem vendo reforçada a sua marca de humanização, inicialmente por via da agricultura e da pastorícia (SIMMONS,

[69] Lei.º 19/2014, 14 de Abril, que revogou a Lei n.º 11/87, 11 de Abril, nomeadamente o artigo 5.º - 2.

2007). Já em 1956 CALDEIRA CABRAL (em 2003:46) falava da "paisagem humanizada", aquela que o ser humano "modelou para satisfação das suas necessidades básicas", procurando "realizar uma síntese das aspirações humanas". Em 2013, G. RIBEIRO TELLES, outro mestre do paisagismo português, lembrava numa entrevista ao *Expresso* que a paisagem tem "uma antecedência importantíssima, que é a Humanidade".

E é justamente a humanidade que acrescenta à paisagem – à construção física, objetiva, de fatores ecológicos e humanos – uma terceira grandeza, mais subjetiva: a perceção e valorização pessoal do que se observa. É a conceção integrada de que fala G. SARAIVA em *O Rio como Paisagem* (1999:226): os grupos de componentes biofísica / ecológica e socioeconómica / cultural estabelecem uma arquitetura relacional mútua entre si mas também com a componente estética/percecional/emocional. Um modelo consagrado na *Convenção Europeia da Paisagem* (2000) [70], que define o termo simplesmente como "uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da ação e da interação de factores naturais e ou humanos" (art.º 1.º a)).

Citando J. MUNIAN em *Estética del Paisaje Natural* (1945), SARAIVA (1999:225,226) recorda que "a apreciação estética da paisagem e da Natureza sofreu modificações ao longo das diversas fases da evolução das sociedades", redundando numa "visão analítica e exterior ao homem característica das sociedades modernas". Já SIMMONS, em *História do Ambiente* (1993:241), se lhe referira, enquanto matéria observável, como uma invenção da pintura holandesa do século XVII, época em que o ser humano "passa a observador da Natureza, retirando-se dela num interessante paralelo com o desenvolvimento de uma nova epistemologia das ciências naturais".

Será, então, esta conceção tripartida de paisagem a base desta e das seguintes discussões. Ora para Ferreira de Castro a interpretação e processamento pessoal e íntimo da paisagem era o elo de maior expressão entre si e os três principais habitats onde viveu – Aldeia e Vale de Ossela, selva amazónica, e cidades de Belém-do-Pará e Lisboa – todos de fisionomia antropicamente moldada, embora em graus substancialmente diferentes. Aliás, já ao tempo, muito raros seriam os territórios virgens

[70] The European Landscape Convention, assinada em Florença em 20 de Outubro de 2000, transposta para o direito português pelo Decreto n.º 4/2005 de 14 de Fevereiro (Fontes: http://www.coe.int/pt/web/landscape/home e http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ei/conv-paisag.

de qualquer ação humana, mesmo nas recônditas paragens do mundo que visitou [Ver 6.3.]. Até a Amazónia, por ele avaliada como selvagem e inóspita, sofria diariamente a ação exploradora dos seringueiros, assim como outros consumos de recursos para subsistência de caboclos e indígenas. Como disse CALDEIRA CABRAL, numa conferência de 1956 Lisboa (in CABRAL, 2003:46), "A própria lentidão do processo evolutivo [humano] faz com que as gerações tenham uma noção estática da Natureza e não se apercebam da influência do homem".

Regressemos ao que se defende ser a dualidade castriana de Natureza: Natureza – Cosmos e Natureza-Ecosfera. Esta resposta sobre o significado do romance *A Selva*, na entrevista de 1948 a um jornal francês, ilustra duas coisas: que o escritor tinha plena consciência dela e que tendia a ver como sinónimos "paisagem" e "Natureza":

> Por um lado, eu amo a Natureza, por outro detesto-a. As árvores, as paisagens campestres, os pequenos bosques, com aquela cor e aquela alma que a luz adiciona à alma que nós lhe damos, constituem a grande paixão da minha vida. A ideia da morte aflige-me sobretudo porque um dia não poderei contemplar esse género de Natureza. Mas há outra (…), aquela das leis chamadas "naturais". (…) "Porquê morrer se não queremos morrer? (…) Porquê essa infinidade de maus exemplos, frios, cruéis, indiferentes às nossas reações sentimentais? E, enfim, porque não imaginar que estes aspetos "naturais" poderiam ser diferentes? Não posso amar essa Natureza, claro. Não a posso amar, mesmo admitindo que isso está talvez para lá da nossa razão, da nossa lógica, porque ainda não descobrimos o seu segredo.

Mais de duas décadas depois, no texto memorialístico "A Visita ao Rio", publicado no livro *Encontro,* do Centro do Livro Brasileiro e mais tarde in *Vária Escrita* n.º 3 (p.252), o escritor reafirma a sua paixão "pelas paisagens que falam ao meu espírito, os caminhos solitários (...), a música da brisa nas ramagens e o silêncio sinfónico dos bosques"; e lamenta essa "outra Natureza, desirmã daquela", que quase puerilmente personifica como "caprichosa e fria", "tirana cruel", "uma Natureza paradoxal que nos semeia de contradições, criando-nos a ânsia de felicidade e tornando-nos infelizes, dando-nos o desejo de não morrermos e matando-nos ela própria".

4.2. A NATUREZA – COSMOS

Esta Natureza que abarca as leis da vida e da morte vê-a Ferreira de Castro como eivada de imperfeição, indiferente à sensibilidade humana, ilógica e irracional, indigna do seu amor. Vê-a corporizada no "drama biológico" (Pórtico de *As Maravilhas Artísticas do Mundo,* 1959), uma inevitabilidade física que nunca aceitou, como vimos em 3.2.. O excerto do capítulo de *Pequenos Mundos e Velhas Civilizações* dedicado à Palestina (Vol. II, 1937, 1986:112) mostra como essa posição foi imutável ao longo do tempo:

> O homem não quer morrer. Contra a ideia da morte, da morte definitiva, da morte sem continuação, da morte sem amanhã, protestam todas as células que o constituem. Na sua imensa angústia, na sua ânsia de persistir sempre, este pobre ser, que conduz do berço ao túmulo uma infelicidade biológica, tem procurado rasgar todas as portas possíveis nas muralhas do grande mistério.

"Rasgar as portas possíveis" era o enunciado revelador da sua fé na Ciência, a cujos avanços esta "fração" da Natureza teimava em resistir. Uma "tragédia metafísica" (*op. cit*.:112) a que estava subjacente a noção de morte "absoluta, térrea, definitiva", como décadas mais tarde escreveria no texto "O Último Quarto de hora da minha vida", publicado em *O Século Ilustrado* em 1964 e republicado em *Vária Escrita* nº 3 (1996:226). A inquietação com a finitude da vida humana já a exibia Ferreira de Castro nos primeiros livros de ficção juvenil, após o regresso do Brasil. Em 1923, por exemplo, *O Êxito Fácil* abordava a doença incurável e a imortalidade que a Ciência conquistaria e *A Boca da Esfinge* (1924) dramatizava a revolta com a "fatalidade biológica" do envelhecimento.

A insegurança e temor por uma força não humanamente controlável, universal e intemporal associava-se nos humanos primitivos à moral, pela crença de que o seu comportamento tinha o poder, mas também corria o risco, de ditar as manifestações da Natureza. Cinco séculos antes de Cristo, na origem do pensamento ocidental, ao abandonarem o Mito cantado pelos poetas e colocando a "pergunta protocientífica" do porquê da realidade, os filósofos gregos pré-socráticos iniciavam a explicação do mundo de base racionalista (PELIZZOLI, 1999:54). Ao verem no Cosmos uma desordem sem finalidade, obediente apenas a leis matematicamente formuláveis (CORDÓN e MARTÍNEZ, 1998), davam já o mote para a mundivisão partilhada por Ferreira de Castro.

Esta mundivisão, consolidada a partir da Revolução Científica e suas conquistas, incluía o mecanicismo de Descartes (século XVII) – que racionalizava o corpo humano e todo o mundo exterior como máquinas – e o ateísmo, para o qual a Natureza é um sistema de leis autónomas que não carece da ideia de Deus para ser explicado (*op. cit.*). A crença absoluta na verdade e objetividade do conhecimento científico associada à rejeição de aproximações do real como as crenças populares, os misticismos e a própria ideia de Natureza do Cristianismo, designou-se por Cientismo. Um paradigma ocidental dominante desde o século XIX em que "A Ciência se torna o novo ídolo" (LENOBLE, 1969, 1990:316) que obteve a fervorosa adesão de Ferreira de Castro. Desde jovem, o escritor identificou-se com esse quadro de referência de entender o mundo, que inevitavelmente envolvia o seu lugar de homem na Natureza-mãe e na Natureza-madrasta. "Caminhamos para aquilo que pode vir a chamar-se 'o homem científico'", afirmou numa entrevista a Álvaro Salema, na Primavera de 1973, transcrita em *Vária Escrita* n.º 3 (1996:71).

Bernard EMERY (em Vários, 1996:71) nota que a expressão "homem científico" não era inédita, e atribui-a a Sartre. Mas sublinha uma associação fundamental: ao usá-la, Ferreira de Castro dava voz à sua "filosofia de esperança". Uma esperança assente nos proveitos científicos como emancipadores da rasa condição humana – dado comungar da perceção objectivada, analítica da Natureza-Cosmos que assume um progressismo sem limites das capacidades humanas e, por via delas, um futuro melhor para a Humanidade. Esperança a que não eram alheios alguns traços da sua personalidade, como vimos em 3.2.. Já anteriormente EMERY (1992), ao esboçar o percurso estético e espiritual do escritor, aludira aos valores do lusotropicalismo, que basicamente produziu dois frutos em Ferreira de Castro: a esperança, que o autor francês distingue da "esperança cristã" (p.16); e, subsequente a esta, uma "utopia antropocêntrica", um utopismo de "tendência messiânica", assente na fé inabalável no Homem (p.204).

Emerge a partir daqui uma nítida contradição castriana: esse "homem científico" em quem confiava para se opor às leis mais impiedosas da Natureza era o mesmo que, já então, alcançara um estilo de vida e desenvolvera tecnologias intensamente depauperadores, em qualidade e em quantidade, dos recursos ditos "naturais", agredindo portanto a Natureza nas suas vertentes mais benéficas e pacíficas [Ver 2.1.]. Exactamente no ano da entrevista, 1973, o livro *Small is Beautiful* era publicado na Alemanha e o autor E. F. SCHUMACHER, também ele um emigrante, mais tarde jornalista e renomado economista,

alertava para essa realidade. Este "Estudo da Economia em que as pessoas também contam" (subtítulo da 1.ª edição portuguesa, 1980), alertava para a "idolatria dos bens materiais" (p.215) denunciava que "O desenvolvimento da produção e a aquisição de riqueza tornaram-se as metas mais elevadas do mundo moderno" (p.239). SCHUMACHER defendia que os recursos da Terra – basicamente aquilo que Ferreira de Castro via na sua aceção 2 – eram "um capital insubstituível que o Homem não criou, mas simplesmente encontrou" (p.18) e unia à preocupação ecológica a da "abundância privada e da miséria pública" (p.223), fenómenos sociais tão caros ao autor de *Emigrantes*.

Small is Beautiful chegou a Portugal alguns após a morte de Ferreira de Castro, em 1980, ano em que se sentia já uma ténue aproximação das instituições estatais portuguesas aos desassossegos ambientais, por exemplo com a criação da Comissão Nacional do Ambiente (1971).

Encontrava-se implícita à filosofia pessoal castriana, portanto, a crença de que o avançar do tempo submeteria inevitavelmente as leis vitais à razão e à destreza humanas. "Sei que te apossarás do Universo, que dominarás os seus segredos, que te tornarás senhor da vida e que matarás a morte", grita no Pórtico de *Eternidade* (1933), apelando ao ser humano vindouro, conquistador da imortalidade e dos enigmas do Universo. Trinta anos depois, uma personagem de *O Instinto Supremo* (1968) insistia na temática das leis que controlam insondavelmente a fortuna humana, independentes da sua vontade e interesses: "Deus surge como criador de uma Natureza imperfeita, porque oferece vida efémera". Talvez a Ferreira de Castro se aplicasse a impressão com que Raul BRANDÃO [71] abre a sua por vezes desconcertante narrativa *Húmus* (1917, 2004:9): "Oiço sempre o mesmo ruído de morte que devagar rói e persiste…".

Ora à ciência positivista, do conhecimento do real dado pelos sentidos, bem como ao cientismo do século XIX, associava-se a doutrina humanista, que afirmava "a primazia, suficiência e autonomia do homem" (CORDÓN e MARTÍNEZ, 1998, Vol.3:40). Vimos em 3.2. o cerne humanista do autor de *Emigrantes*, paladino dessa "crítica e luta contra a alienação, a exploração" do ser humano, visando a sua liberdade, negando a existência de um ser superior. Mas aos humanistas não interessava a espécie humana da perspetiva ecológica, isto é, da coabitação equilibrada com os outros sistemas vivos e não vivos.

[71] Raul Brandão (Foz do Douro, 1867 – Lisboa, 1930).

Pelo contrário, ao cientismo era inerente a ótica de conservação e gestão de recursos naturais apenas enquanto matéria-prima para o consumo e o desenvolvimento humanos, como salientam DEVALL e SESSIONS (1985, 2004:71) – uma visão antropocêntrica da Natureza que chegou aos nossos dias. Estes autores lembram as correntes que acusam o Humanismo de fornecer "a base secular, moderna e ocidental de um modo de ver o ambiente como artificial e controlado pelo homem" (p.72). Defendem que os princípios humanistas não bastam para uma sociedade mais justa, mas apenas uma ligação do ser humano à terra, citando Pete GUNTER em *Man-infinite and Nature-infinite* (1980): "O pragmatismo, o marxismo, o humanismo científico, o positivismo francês, o mecanicismo germânico: (…) dogmas anti-religiosos que emergiram nos séculos XVIII e XIX e hoje profundamente entrincheirados nas instituições científicas, políticas, económicas e educativas não fazem com que o homem se torne parte da Natureza. Quando muito, tornam-na uma mera extensão do homem e uma mera matéria-prima (...)".

Se é certo que este antropocentrismo se enraíza no racionalismo da Grécia Antiga e na sua criação da "alteridade" da Natureza (PELIZZOLI, 1999:58), David ABRAM (2007:96) explica que as tradições judaica e cristã, com o seu Deus sobrenatural e o seu *Genesis I*, também foram "primariamente responsáveis pela atitude negligente da civilização em relação à terra". Religião hebraica e filosofia helenística partilharam, pois, uma "distância intelectual similar relativamente ao ambiente não humano" (*op. cit.*:97). Jean-Paul DELÉAGE, em *História da Ecologia, uma Ciência da Natureza e do Homem* (1993:222), recorda que o "antropocentrismo absoluto" se instalou entre 1500 e 1800; que no final do século XVI Francis Bacon declarava que "O homem pode ser considerado o centro do mundo"; e que em 1857 Marx reconhecia que "Toda a produção consiste na apropriação da Natureza pelo indivíduo (…)". A mesma responsabilidade da herança judaico-cristã e do iluminismo cristão na atitude de superioridade do humano face à Natureza é apresentada por A. QUEIRÓS (2000:112).

Estes antecedentes históricos culminaram num paradigma sintetizado por John SEED, em DEVALL e SESSIONS (1985, 2004:267): "A ideia de que os seres humanos são o coroamento da criação, a fonte de todos os valores, a medida de todas as coisas, está profundamente enraizada na nossa cultura e na nossa consciência". Em boa parte, não totalmente, uma imagem coletiva sobreponível à feição castriana de entender o mundo.

Mas linhas de pensamento alternativas a esta vieram a ser propostas pelas

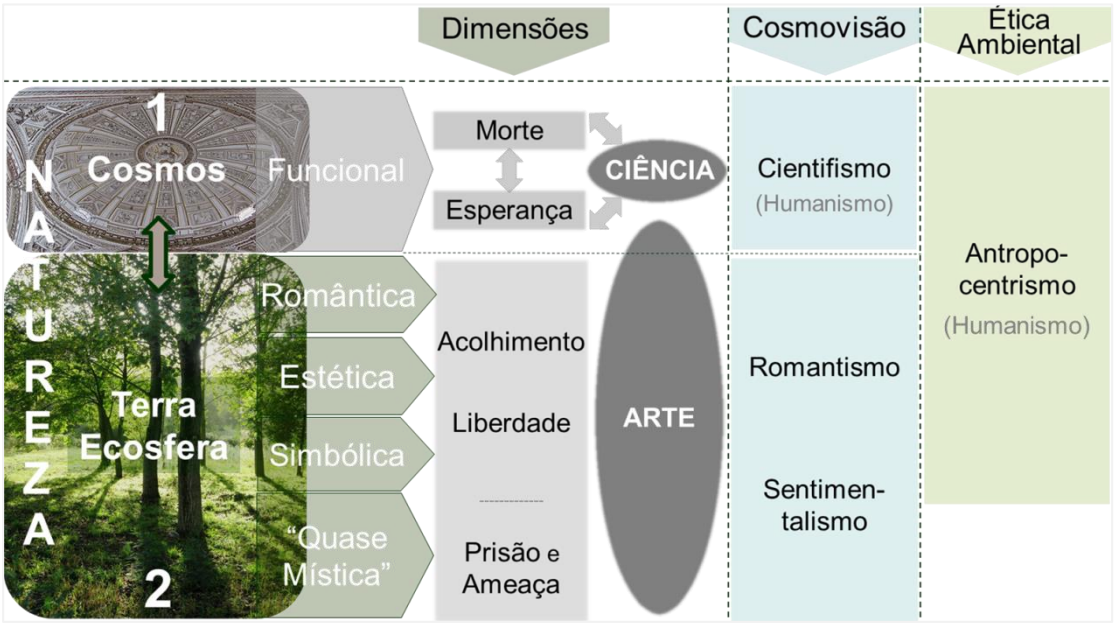
chamadas Éticas Ambientais, que introduziram a "mudança de critérios éticos na avaliação da Natureza e do ambiente em geral e os diferentes matizes que tal avaliação assume (…)", como escreve a filósofa portuguesa Cristina BECKERT (2003:7). As suas várias correntes refletem sobre "A afirmação do valor intrínseco da Natureza, irredutível ao seu valor instrumental ou de uso para o ser humano". Ora a visão antropocêntrica coloca o ser humano no centro da Natureza, que o deve servir e beneficiar, apesar de, diz BECKERT (2003:55-nota), citando *Anthropologie Structuralle*, "em termos menos biológicos e mais antropológicos, o conjunto de todas as etnias e culturas é, no dizer de Lévi-Strauss, de aparecimento muito tardio". Nos antípodas das éticas antropocêntricas está a Ecologia Profunda, de Arne Naess e outros, uma visão ecocêntrica holística que instala a Natureza em primeiro plano – plano onde deverão radicar os direitos outorgados a todos os seres, frações de um todo. No campo intermédio, os dois principais paradigmas das éticas não antropocêntricas são a Ética Animal, o Biocentrismo e a Ética da Terra.

Podemos resumir assim esta aceção pessoal 1 – a Natureza-Cosmos e suas leis:

a) Ferreira de Castro confronta-se com uma Natureza que teima em seguir o seu próprio curso, uma espécie de Gaia global, quase um organismo vivo autorregulador, tal como LOVELOCK (1979) definiu a Terra. Observa-a sob uma ótica pragmática, da funcionalidade sequencial vida – morte, sem profundidade espiritual, reservando-lhe um misto de sentimentos negativos – medo, revolta – compensados por um indefetível sentimento positivo: a esperança num futuro de dominação da Ciência sobre essa lei universal transcendente à razão humana.

b) Humanista, adepto do cientismo, teria um pensamento que hoje se classificaria como basicamente antropocêntrico, concedente à Natureza de um valor meramente utilitário e vendo o ser humano mais como "instância de dominação" (DELÉAGE, 1993:255) e menos como parte integrante daquela. Perspetiva que tinha no respeito pelos direitos dos animais a sua exceção [Ver 3.2.].

O Esquema 5 procura sistematizar esta "ideia de Natureza" do escritor na sua globalidade: um binómio articulado composto pela distinção clara e primordial entre as duas "Naturezas" e por uma íntima conexão entre ambas. A aceção que temos vindo a descrever é representada pela parte superior; a segunda – a Ecosfera – representa-se abaixo da primeira e ocupa o seguinte ponto 4.3..



Esquema 5 – Binómio Natureza-Cosmos / Natureza-Terra: interpretação da construção pessoal de Natureza de Ferreira de Castro

4.3. A NATUREZA-TERRA OU NATUREZA-ECOSFERA

4.3.1. A Natureza sinónimo de acolhimento

A aceção 2 envolve a Natureza como a Terra, a Ecosfera, e é o outro termo do binómio Cosmos – Ecosfera. Merece de Ferreira de Castro (que evidentemente não empregou esta terminologia) uma disposição positiva, mesmo otimista. A Ecosfera compreende a Biosfera que habita o planeta, os meios físicos que nele a sustentam e influenciam e as relações entre todos esses elementos e factores. É a Natureza isenta de imperfeições, pastoral, o conjunto exterior ao ser humano e suas artificialidades.

Como explicado no Capítulo 1, a configuração aqui proposta da ideia de Natureza em Ferreira de Castro, à semelhança do traçado de parte da Ecobiografia (Cap. 3), baseou-se não só nas suas declarações, crónicas, textos memorialísticos e outros não ficcionais, como também no conteúdo de *A Selva* (1930). A decisão de valorizar esta fonte ficcional para fins biográficos partiu dos seguintes pressupostos:

1) O romance pertence ao ciclo romanesco autobiográfico que inaugura a obra canónica, sendo reconhecido pelo autor e estudiosos da sua literatura como o título de mais evidente cariz autobiográfico; 2) Será assim razoável esperar que aí tenha lavrado, na voz do protagonista Alberto, uma descrição realista das paisagens amazónicas fluvial e florestal que ele próprio vivenciou em circunstâncias semelhantes, sobrepondo a esses quadros, necessariamente, a própria sensibilidade e opiniões; e 3) *A Selva* é o romance castriano mais pleno de tópicos da Natureza, em particular a floresta, a qual, a par da envolvência natural de Ossela, foi determinante na biografia do escritor.

Esta que se convencionou chamar "aceção 2" integra várias dimensões, [Esquema 5]. Opostamente ao espírito mecanicista, que assumia a Natureza como objeto de curiosidade e observação, o autor de *A Selva* vê na Natureza-mãe motivo de um espanto e de uma contemplação que radicam na infância. Em "Aldeia Nativa" (1969, in *Os Fragmentos*, 1974:53) confessa olhar "romanticamente" para a água "branda" do Caima, junto ao moinho de água, porque "românticas haviam sido, desde menino, sobretudo depois de emigrar, as minhas relações com a aldeia" – entendida no amplo conjunto da povoação, do vale e do rio, das encostas circundantes. No mesmo texto (p.46) alude ao "venerando pé de giesta que eu mutilava todos os anos para a coroa do primeiro de Maio", evocando a sua participação nas "festas das maias" – evento de "consagração floral, em particular com o recurso às coroas de flores", usual no concelho de Oliveira de Azeméis e noutros, lembra ALVES em *Viajar com… Ferreira de Castro* (2004a:45).

No artigo da *Renovação* nº 21 (1 de Maio de 1926) "As flores como eterno motivo de beleza", defende romanticamente que as flores deviam ser amadas "com o mesmo entusiasmo dos pagãos" e revela como aos seis anos mantinha "Seis metros de terra junto a um combro, que eu vinha cultivar quando abandonava os bancos escolares". O amor juvenil pelas flores, que se manteve pela vida fora, como testemunha a amiga Eva[72] transparece de vários *Ecos da Semana* (ed. 2004). Numa crónica de 29 de Dezembro de 1924, "Rosas de Inverno", escrita na casa de Salgueiros, o jovem jornalista alongava-se em lirismos, dizendo-se de "olhos sedentos de paisagens geórgicas" que enquadravam as rosas pálidas da "aldeia remota"; e em Abril do ano seguinte (p.41), ironizava sobre "o velho litígio entre os calendários e os jardins", a propósito da floração das rodeiras após

[72] Cf. Apêndice II: Entrevista [1].

o Equinócio da Primavera, 21 de Março.

É notável o contraste entre os parágrafos mais acérrimos da coluna *Ecos da Semana*, de cariz sociopolítico e linguagem por vezes acutilante, sem rodeios ou parcimónias, e estes dedicados às flores, de inspiração romântica [73] e ingenuidade quase infantis. Era este mesmo jovem, saudoso da paisagem-berço fortemente humanizada, que num *Ecos da Semana* de Abril de 1925 (ed. 2004:10), e como já vimos, bradava que "o homem se perdeu de si mesmo ao afastar-se das galas da Natureza".

Em *Sendas de Lirismo e de Amor* (1925) – de feição ultrarromântica, com muito sentimentalismo e desespero, amores proibidos ou fatídicos, muitos silêncios e penumbras – o tema da Natureza desponta com frequência e quase todos os contos têm a ação referenciada nas estações do ano e períodos circadianos: "manhãs outonais", "sóis crepusculares", "noites invernosas", etc.". Era a literatura do início da década de 20, ao gosto oitocentista, que veiculava a perspetiva idílica da vida nos campos, preferível ao bulício citadino, e também preferível ao quadro de miséria dos seus piores bairros, invisíveis para as classes política e burguesa, como lembram TORRES e MARINHO (2001c).

Embora nesse tempo o trabalho infantil à féria fosse comum em meios rurais como Ossela, não existe registo de Ferreira de Castro ter alguma vez experienciado o labor da terra como obrigação. O mesmo se aplica aos elementos do seu núcleo familiar, situado num nível socioeconómico modesto mas acima do limite inferior da escala social local. Acreditamos que a felicidade de experienciar o campo sem implicação de sacrifício diário, sem conhecer o suor e a dureza do trabalho manual, terá deixado desabrochar um espaço pessoal e íntimo de evocação romântica e pacífica da Natureza.

Nesta Natureza-Ecosfera, o escritor parece abandonar a ótica cartesiana que o norteava na Natureza-Cosmos para adotar aqueloutra em que através dos sentidos, e não da razão, se acede à essência (desta) Natureza. O filósofo Luc FERRY (1993:146) chama "estética do sentimento" a esta visão precursora do romantismo iluminista de Rousseau – que no século XVIII reagia ao afastamento da Natureza promovido pela vida nas grandes cidades, no início da chamada Modernidade, fazendo a apologia do "estado

[73] Romântico também no sentido do movimento romântico europeu, "que começou com o desafio de J.J. Rousseau a uma Europa ultracivilizada e refinada, prosseguindo com Goethe e com os poetas românticos (Blake, Wordsworth, Coleridge, Shelley, etc.) pode ser considerado uma força que contraria o cientismo e industrialismo estreitos do mundo moderno", movimento que prosseguiu na América com Walt Whitman, Emerson, Thoreau e Muir (DEVALL e SESSIONS, 2004:103).

selvagem", do "paraíso perdido" da floresta, da montanha, do oceano, dos lugares não corrompidos pela civilização. R. LENOBLE (1990), para quem a história da ideia de Natureza ou da "concepção do mundo" só pode entender-se na confluência das tendências da Ciência, da Arte e da moral, também enaltece esta perspetiva subjetiva da Natureza "do artista", não "do cientista". Um regresso à Natureza como objeto do sentimento que devolve alguma reciprocidade à relação que o ser humano estabelece com ela.

Outra evidência de que Ferreira de Castro abandona a posição "cientifista" e racional antes consagrada à Natureza-Cosmos, entregando-se a uma proximidade de fundo sentimental com a Natureza-Terra, descobre-se em *A Epopeia do Trabalho* (1926:99-101), no ensaio dedicado aos lenhadores:

> E no centro das florestas, nas encostas ensombradas, entre pinheirais sussurrantes o machado dos lenhadores vai ferindo o tronco das velhas árvores (…). E o seu ruído (…) vai ecoando até ao vale. (…) E as árvores tombam num fragor abafado numa dor surda, abrindo na floresta mais uma janela para o sol se debruçar e levando também para a morte, como uma recordação, os galhos fraternos, os ramos das árvores vizinhas (…); e instintivamente o lenhador sente-se como um magarefe da Natureza e a sua alma, ante a árvore que um dia deu sombra (…) encrespa-se de amargura e penumbra-se de tristeza.

Ao chegar à década de 20 século XX, a sociedade ocidental acreditava ter dominado irrevogavelmente a Natureza. Apesar do crédito na Ciência e na expectativa do "homem científico", o escritor não manifesta especial curiosidade em conhecê-la do ângulo científico. Não exerce, neste texto e noutras demonstrações da sua afinidade com o mundo natural, uma razão crítica e analítica. Por exemplo, se pareceria estranho ao leitor um desfile de nomes latinos das espécies das árvores e animais mencionadas, já seria expectável um leque alargado de nomes populares, em particular da Flora, nos três estratos arbóreo, arbustivo, herbáceo. Mas os discursos e textos castrianos, longe de espelhar a diversidade biológica da época, reduzem frequentemente o coberto vegetal a termos genéricos como "arvoredo", "árvores", "vegetação", "mancha vegetal", etc..

O trecho de "Aldeia Nativa" (1969, in *Os Fragmentos*, 1974:46) em que ele evoca "os ostentosos carvalhos do senhor António da Ana, tão vastos nas arredondadas franças (…), e dum verde tão luminoso e tenro na época primaveril que até me parecia absurdo que só um casal de pássaros nelas construísse o seu ninho", é um exemplo da designação

de uma espécie (ou conjunto de espécies) concreta, autóctone do local e identificável – o carvalho ou os carvalhos. Este texto tão inspiradamente devotado ao "encanto da Natureza" do vale, das margens do rio, da serra, não expõe mais do que quatro tipos de árvores: o carvalho da encosta, provavelmente *Quercus robur*, o mesmo que Ferreira de Castro plantara no quintal de Salgueiros na década anterior; o pinheiro-manso *Pinus pinea*, " a mais importante umbela do 'caminho de baixo' (p.47); o amieiro *Alnus glutinosa*, árvore ripícola mediterrânica junto ao moinho de água; e o "carvalho ribeirinho", à "sombra rendilhada" do qual os rapazes nadavam (p.54).

Ferreira de Castro não era, definitivamente, um teorizador do campo, mas sim um autor que assimilava as paisagens através dos cinco sentidos, como veremos nos capítulos da Parte III. Contudo, surpreendemos alguma compensação da ausência da teorização relativa aos elementos da Natureza no verbete escrito para o volume do *Guia de Portugal* dedicado à Beira Litoral (PROENÇA e DIONÍSIO, 1945), que será objecto de análise no Capítulo 6. À parte este texto, o material estudado trata uma Natureza essencialmente idílica, sentida, objecto de contemplação e meio de experiências sensitivas onde a subjetividade imperava. Quase à maneira do Naturalismo do Renascimento, inspirado em *De Natura Rerum* (séc. I a.C) e *Historia Natural* (séc. I d.C.), dos romanos Lucrécio e Plínio, respetivamente, lembra LENOBLE (1990) – obras que repercutiam na consciência do século XVI a nostalgia de uma Natureza-Mãe.

Ferreira de Castro também fica aquém das apuradas descrições paisagísticas de um Raul Brandão ou de Aquilino Ribeiro – autores nacionais por quem nutria enorme admiração, sendo o primeiro uma importante referência literária para ele. Em "Noite ao Luar" (publicado no *Correio da Manhã* em 1896, in BRANDÃO, Rosa, 2013), o primeiro incitava à fruição da Natureza, ao namoro e ao sonho nas sombras frescas das noites; e, como a Primavera o "estonteava", aproveitou em 1903 o primeiro dia da estação para publicar "Primavera" em *O Século, Revista Literária, Scientífica e Artística* (*op. cit.:*22), onde se alonga na descrição meticulosa, emotiva como os parágrafos castrianos, do nascer de vida num tronco adormecido pelo Inverno: "Um ramo de árvore engrossou e de um dia para o outro pequeninas folhas surgiram, envernizadas e verdes. Transiu-me o mesmo arrepio de emoção que percorre a Natureza e sob os meus pés senti arfar a terra que calcamos".

Aquilino, apreciador de "pisar terra negra, terra de suor e de cobras, e de beber o oxigénio dos montes", proposta que deixa aos leitores nas páginas iniciais da sua *Geografia Sentimental* (1951, 1983:9), elogia aí carvalhos e castanheiros que "viram passar visigodos e agarenos" (p.42). Num texto misto de ironia e acuidade descritiva, traça um roteiro onde inventaria algumas árvores monumentais desta região da Beira, descreve o Vouga que "deita a correr pela Serra da Lapa abaixo" (p.152), e faz uma abordagem pictórica e meticulosa à Serra da Nave. Tudo entretecido com informação de usos, práticas e costumes com que povoou também os seus romances e novelas. Não existe na bibliografia de Ferreira de Castro uma obra maior, não ficcional, descritiva dos ambientes naturais e humanos do território português equiparável à *Geografia Sentimental* aquiliniana. Ferreira de Castro optou por textos mais curtos, como "Aldeia Nativa" (1969), onde ainda assim não sobressai um conhecimento da orgânica ambiental comparável à de Aquilino Ribeiro [74].

Talvez se encontre outra proximidade na forma mais afetiva e menos descritiva da Natureza: CARLOS DE OLIVEIRA [75], amigo de Ferreira de Castro. Nascido em Belém-do-Pará e também ele criado numa "aldeia pobríssima" portuguesa, de "lagoas pantanosas, desolação, calcário, areia" ("Micropaisagem", 1969, in *O Aprendiz de Feiticeiro*, 1971:266), o escritor neorrealista e poeta confidencia em "Na Floresta" que "cada passo, livro, amor, opção, me levou sempre a uma floresta" (*op. cit.:* 181).

Ferreira de Castro estava também longe de ser um naturalista, no sentido de Henry D. THOREAU, que tanto inspirou Raul Brandão no texto "Primavera". Em *Walden ou A Vida nos Bosques* (1854, 2009), clássico da literatura americana, THOREAU observa, inventaria e descreve minuciosamente a orgânica ecológica do Lago Walden (Massachusetts) e bosques circundantes no curso das quatro estações, em toda a sua beleza, complexidade e poder. É no entanto possível detetar semelhanças entre o autor português e o americano: em particular na análise filosófica da condição humana, tão cara a Ferreira de Castro, que THOREAU também ensaiava, e na abordagem lírica da Natureza. Nesta, a componente água, sob a forma de um elemento paisagístico concreto – o rio em

[74] QUEIROZ (2007:69) encontra-lhe um "sentimento de lugar", esse lugar-território beirão sem fronteiras rígidas denominado "Terras do Demo", profusamente representado na obra ficcional e não ficcional.

[75] Carlos de OLIVEIRA (Belém-do-Pará, 1921 – Lisboa, 1981): poeta e ficcionista com uma obra centrada na vida campestre, cujo último romance foi *Finisterra, Paisagem e Povoamento* (1978)
(Fonte: http://www.portaldaliteratura.com/autores.php?autor=228)

Ferreira de Castro, o lago em THOREAU – assume primazia: "Um lago é o traço mais belo e expressivo da paisagem. É o olho da terra, e mirando-se nele o ser que se contempla mede a profundidade da sua própria Natureza", escreve o americano (p.210). E embora a cosmovisão evidenciada em *Walden* rejeite o posicionamento humano altivo face à restante Natureza, distanciando-se assim do antropocentrismo subscrito pelo autor de *A Selva*, existe nessa obra fundamental desse autor considerado, à época, representativo do movimento Transcendentalista, um romantismo expresso e uma esperança na beneficência da Natureza face ao mundo humano mecanizado e tecnológico.

Por outro lado, de *Walden* transborda o amor "franciscano", uma ética de respeito para com todas as criaturas vivas, que em 3.2.3. vimos ser marca do carácter castriano e aqui se associa a uma "reverência panteísta", na opinião da tradutora do livro, Astrid CABRAL (p.10). Acresce que H. D. THOREAU, além de anti-esclavagista, convicto defensor dos índios norte-americanos e adepto da "desobediência civil" (Súmula Cronológica da sua vida, na edição portuguesa) – um quadro ideológico nitidamente próximo de Ferreira de Castro – cultivava uma vida frugal e avessa a luxos, que via como "obstáculos à elevação da Humanidade" (p.29).

Ferreira de Castro também não abraçou os níveis de intimidade e profundidade com a Natureza de um ALDO LEOPOLD [76], que a uma formação na área florestal aliou um amor empírico pelos ambientes selvagens e o exercício de cidadania conservacionista. Autor do conjunto de ensaios ecológicos sobre a "Região das Areias" do Wisconsin – *A Sand County Almanac*, editado postumamente em 1949 e traduzido para português em 2008 sob o título *Pensar como uma Montanha* – LEOPOLD foi o fundador da "Ética da Terra". Interessava-se pelo conhecimento profundo da orgânica da terra tanto como pelo "mistério" que residia, e preferia não decifrar, em cada um dos seus seres. Sobre os humanos e sua relação com a Natureza, nutria uma opinião vizinha do contemporâneo Ferreira de Castro: "Todas as pessoas desiludidas deveriam passar a segunda semana de Maio numa mata de pinheiros" e "O homem moderno típico está separado da terra por numerosos intermediários e por inúmeras bugigangas mecânicas. (…) (LEOPOLD, 2008:205). Uma outra formulação para o sentimento castriano, já citado, de que "o homem se perdeu de si mesmo ao afastar-se das galas da Natureza".

[76] Aldo Leopold (Iowa, 1887 – Wisconsin, 1948).

Com maior ou menor proximidade de abordagens, parece claro no escritor de Ossela essa "humildade intelectual" que o naturalista americano considerava qualidade chave para se "apreender o valor cultural da Natureza". Mas também é possível identificar-lhe "o paradoxo que o ser humano sempre exprime" (LENOBLE, 1969, 1990:29): tradicionalmente, a Natureza madrasta e a Natureza mãe, "admirável e terrível, fecunda e fonte de emoção religiosa, mal essencial ou suprema ilusão". Entre o Cosmos, com suas leis imperfeitamente superiores da vida e da morte, e a perfeição da Natureza nos seus elementos terrenos e mais tangíveis, ele faz uma transferência que é emotiva e é filosófica.

Num dos últimos textos que escreveu, "Origem de *O Intervalo*" (1972, in *Os Fragmentos*, 1974:82), o romancista preserva uma memória romântica das árvores da Avenida da Liberdade, "minhas confidentes desde a juventude". Outras duas ocasiões, distanciadas no tempo, sugerem a mesma atitude: aquela em que, ainda com Diana de Lis, percorreu a linha do Vale do Vouga, entre Sarnada e Viseu, numa pequena carruagem panorâmica, a "Drayzine"; e a sucessão de estadias em Macieira de Cambra, nos anos 70. A primeira, de onde voltou "de olhos assombrados", esteve na base de "A Linha do Vale do Vouga", publicado no n.º 5 da revista *Civilização*, de Novembro de 1928 (pp. 33-40, vol. I). O artigo descreve uma Natureza inspiradora, lugar de retiro, símbolo de paz de espírito, pródiga em atributos estéticos:

> Há curvas do Vouga que estão exigindo gôndolas, gôndolas de sonho com pares românticos e barcolas. (…). Sente-se pairar o ritmo duma canção (…) que se levanta da Natureza em êxtase, destes pomares, destes jardins naturais a que as serranias, esboçado de longe, servem de escrínio.
> Para além de cada túnel há sempre uma aguarela soberba (…) um outro mundo que vive, cioso da sua assombrosa beleza, isolado do tumulto contemporâneo. (…) é sempre a mesma paz a envolver tudo (…) o mesmo ritmo da Natureza a dulcificar-nos o espírito.

A segunda ocasião corresponde ao prolongamento, na acalmia da idade avançada, do seu laço meditativo com a Natureza da região natal, fortalecido em Macieira de Cambra, no vale dominado pela Serra de Castelões. Todas as primaveras aí percorria o itinerário pedestre que batizou espontaneamente como "Caminho do Céu"

[Ver 3.2.2]. Eva Almeida [77] recorda-lhe as tendências contemplativas e como o escritor "mandava retirar as cortinas para poder contemplar a Natureza" e "de noite apagava as luzes e punha-se a contemplar o céu". Um procedimento que lembra o "sentimento de Natureza", também ele de convicção antropocêntrica, objeto da reflexão de Miguel de UNAMUNO [78] em *Por Terras de Portugal e de Espanha* (2009, 1911:155): "o amor inteligente, e simultaneamente cordial, ao campo, é um dos mais refinados produtos da civilização e da cultura" e "tem a sua origem nos serviços que [a Natureza] nos presta".

Por outro lado, para o escritor, o ser humano era, simultaneamente, hábil para vencer a Natureza mais insondável e indefeso para a enfrentar nas suas facetas mais temíveis. Essa perceção da Natureza terrena que alterna entre objeto admirável e sujeito ameaçador ressoa na entrevista à Rádio Eldorado, parcialmente transcrita no *Voz de Portugal* do Rio de Janeiro (17-18 de Junho de 1971). Nela o escritor conta como, durante a visita de 1959 à cidade, afirmara ao Presidente Kubitschek:

> Eu nasci numa aldeia humílima, mas muito penteadinha, muito passadinha a ferro, e perante a majestade da Natureza amazónica, eu sei que a minha sensação foi de assombro. Mais tarde, ao vê-la na sua vida de dia-a-dia, no interior (…) o meu assombro se transformou numa espécie de drama entre a majestade da árvore, a majestade vegetal, e a pequenez do homem (…).

É notório o antagonismo que opõe o deslumbramento e "assombro" pelo mundo vegetal à intimidação e "drama" insinuados por esse mundo – a Amazónia dos "animais ferozes, répteis monstruosos e pobres homens, tão desgraçados como eu", como o retratou a entrevista de 1940 a *O Diabo*. Uma dimensão inédita da Natureza ausente do período da infância em Ossela [Ver 3.4.3.] e inaugurada com a selva amazónica, onde o jovem chegara imbuído de inocência e romantismo: "E para além do Atlântico eu levei aquela preocupação das flores e das árvores (…)" (*Renovação* n.º 21, 1 de Maio de 1926). Este sentimento de vulnerabilidade humana face à "floresta "tirânica" (expressão do narrador de *A Selva*, 2009:213) foi tão forte que os seus ecos reverberariam no íntimo do escritor até à morte. Por um lado, aproxima-se da humildade temerosa das comunidades humanas primitivas, subordinadas às obstinações da Natureza; e, por outro, lembra

[77] Cf. Apêndice II: Entrevista [1].

[78] Que Ferreira deCastro conheceu em Madrid, e, 1931, quando da implantação da segunda república espanhola.

vagamente o Renascimento, período em que as Artes e as Letras foram o motor da evolução das ideias, reavivando o animismo e a magia primitivos, a ideia de "alma do mundo" e do papel providencial da Natureza (LENOBLE, 1990).

A imersão na selva, lembra EMERY (1992), foi "l'experience directe, face à la nature et aux êtres inconnus qui la peuple" e a primeira experiência lusotropical de Ferreira de Castro. Nela ele assume espontaneamente as reações dos portugueses ancestrais: sentindo o apelo da sensualidade vital, um reflexo de fraternidade e as consequências espirituais desse encontro com um mundo bruto. A segunda lusotropical foi Belém, entre 1914 e 1919, na época a cidade brasileira com maior comunidade lusitana e também a mais tropical, com uma latitude de 1º 27' 23'' [79] abaixo da linha do Equador. EMERY (p.124) defende que "Os trópicos de Ferreira de Castro são frequentemente tristes, dolorosos ou angustiantes, como a floresta, mas são também o lugar privilegiado de uma grande esperança (…)".

E de novo nos cruzamos com a proverbial dimensão castriana – a esperança. Apenas nesta assunção, apenas nesta circunstância do mundo natural como ameaça potencial ou real, Natureza-Cosmos e Natureza-Terra se aproximam; e o escritor (se tomarmos como palavras suas as do narrador de *A Selva* (p.213) ao aludir aos novos exploradores daquela parte do mundo) nutre a fé de que a agilidade humana possa "subjugar a irredutibilidade vegetal, antes de novas descobertas ou invenções da ciência humana".

Tendo presente a conciliação fundamental entre a vida e a obra, bem como a inspiração autobiográfica de *A Selva* (1930), será lícito assumir que algumas impressões, pensamentos e falas do romance espelham o plano pessoal do seu autor. Assim, através da instância da narração chega-nos um universo florestal de "assombrosa" biodiversidade vegetal (p.88); de "silêncio" quebrado por uma "orquestra invisível" de "instrumentos desvairados" (pp.87 e 146); dos milhares de borboletas, dos bandos de papagaios e maracanãs; dos lagos, restingas e sobretudo das águas presas, estagnadas, limosas, mas férteis dos igapós; das "grutas" formadas por estranhos raizames intricados; de "lianas que pareciam serpentes e serpentes que pareciam lianas" (p.159); das orquídeas epífitas, vivendo sobre as árvores. Ferreira de Castro classifica este grupo de

[79] Fonte: http://www.astrologie.com.br/coordenadas_do_brasil.htm

plantas como "parasitárias" (p.142), por se tratar de pequenos organismos vivendo sobre outro maior. Porém, no rigor da ciência da Ecologia, trata-se de mutualismo, uma relação interespecífica de benefício mútuo, muito comum sob a forma de epifitismo na floresta tropical húmida (ODUM, 2004). Outro indício de não ser prioridade do escritor documentar-se cientificamente quanto à orgânica florestal, antes cedendo à primazia dos sentimentos envolvidos na proximidade a essa vegetação – contrariamente aos rigorosos teores históricos de *A Curva da Estrada* ou *O Intervalo*, ou às notas etnográficas de *Terra Fria* ou *A Lã e a Neve*, como veremos na Parte III.

É ainda *A Selva* que, na voz do narrador ou do protagonista, nos guia por um mundo de sombras e rasgos de luz no manto de copas densas; das árvores sempre de folha perene: "árvore que ali se cobrisse de folhagem estava vestida para toda a vida" (p.147); e também do martírio das seringueiras feridas para recolha da seiva por anéis de "tigelinhas" colocadas com uma ciência empírica e quase ternurenta, que faziam da selva uma "mina vegetal" (capítulo VII). O Ferreira de Castro amante das árvores, também na descrição ficcional da floresta amazónica privilegia este grupo vegetal. Mas, de uma forma geral, as referências às árvores são pouco específicas e nada científicas: o número de espécies nomeadas é diminuto – não mais do que três em Portugal e outras tantas no Brasil – e sempre pelos seus nomes populares.

Agostinho GOMES, em In Memoriam (Neves, 1976:179), diagnostica um "apego à árvore", "um fundo franciscano pela adesão ao telúrico" e uma "adesão visceral à Natureza" – aspectos presentes com grande intensidade na vivência amazónica, mas que, e como visto em 3.3., se exprimiram com liberdade nos dois lados do Atlântico.

Para CHEVALIER e GHEERBRANT (2010:90), a árvore é um "significante maior", uma figura axial simbólica das relações entre a terra, pelas raízes que nela mergulham, e o céu, que atrai os ramos. A ligação da árvore à elevação espiritual humana verifica-se em culturas ocidentais e orientais, recordam. VIEIRA (2010:14) confirma a árvore como "um dos temas simbólicos mais ricos e mais generalizados de todos os tempos e civilizações", "símbolo de vida, verticalidade e proteção". Ora ficou documentado em 3.2. como a verticalidade era um traço mestre, por todos reconhecido, do caráter do escritor, uma característica "axial" a que talvez não fossem alheios a inclinação dendrófila e o desejo de plantar o *Quercus robur* em Salgueiros.

Quando Ferreira de Castro crescia entre os agrores e o fascínio da Amazónia, a partir de 1912 decorreu em Portugal o período áureo da Festa da Árvore, com apogeu em 1913, enquadrada nos símbolos e "outros valores centrais do republicanismo, como a fraternidade, a educação e o culto da pátria", diz J. Neiva VIEIRA em *O Culto da Árvore da I República* (2010:2) [80]. Recorda este autor que o culto se ligava também ao ateísmo, pelo anticlericalismo próprio do novo regime e da nova sociedade. Uma expressão moderna e cívico-pedagógica das "liturgias naturalistas" que provocou a hostilidade dos conservadores, que nelas viam "uma forma hábil de penetração dos novos ideários em meios, nomeadamente rurais, onde não tinham tradicional implantação" (VIEIRA, 2010:5). Com a permanente conturbação do regime e a entrada na I Guerra, a Festa da Árvore perde fulgor, declina rapidamente a partir de 1916 e morre com a I República.

Veremos em 4.3.3. como o cenário florestal amazónico é a única parcela da Natureza-Terra em relação à qual Ferreira de Castro se permite algum negativismo, pela sensação de ameaça que ela lhe incutia, apenas equiparada à aversão à morte. Visão que, mais avançado na idade, foi suplantada pelo seu romantismo. Em carta de Julho de 1936 ao então gerente do seringal, do espólio do Museu, rogava o envio de "uma pequena caixa com terra do Paraíso", se possível "retirada do local onde outrora existia uma sapotilheira, isto é, defronte da escada central do barracão, ou então do lugar onde, há muitos anos, existiu um cemitério, ao fim do sítio, junto ao começo do igapó". O pedido, nunca acatado, foi descoberto por Nunes Pereira entre as páginas de um velho dicionário nos escritórios do seringal, em 1938. Foi este jornalista brasileiro, amigo do escritor, que satisfez o desejo. Segundo LIMA (s/d:12), "em Manaus, leitores conscientes, luso-brasileiros do comércio, se quotizaram para que essa terra fosse encaixada com madeiras de diversas árvores da Amazónia" – gesto que Ferreira de Castro agradece no Pórtico de *O Instinto Supremo* (1968).

[80] O culto da árvore é impulsionado pela Maçonaria, a que pertenciam muitos dos governantes do Partido Republicano no poder, num contexto de novo regime que "abraça causas cívicas, culturais e pedagógicas" (FOYOS, 2010:72). "Feiticeiros pagãos" e "idólatras dos deuses vegetais" foram epítetos com que, em 1914, alguma imprensa conservadora bravateou contra as festas e a Associação Protetora da Árvore. A novidade nesse ano foi o "Hino da Árvore", autoria do músico português Aboim Foyos e do poeta brasileiro Olavo Bilac. "O panorama florestal do país era propício ao movimento, dada a significativa desarborização em que se encontrava e as necessidades crescentes em madeira" e "A Festa da Árvore, a classificação e proteção de árvores notáveis, o reconhecimento dos benefícios da arborização e da silvicultura, a necessidade de cooperação e diálogo entre os agentes que contribuem para a modernização florestal – valores e símbolos de tanto significado nos ideais da 1.ª República – mantêm-se no essencial atuais (…)" (VIEIRA, 2010:3 e 22).

Para além da imponência vegetal, outro fator concorreu para o profundo impacto do ambiente tropical sobre o jovem Ferreira de Castro: o clima. Os excessos climáticos amazónicos produziam efeitos diretos no Madeira, impulsionando o ritmo das enchentes e vazantes e, consequentemente, a vida quotidiana dos habitantes da selva. Eva LETÍZIA (2004:38) traça a extensão humana do fenómeno: "Só os caboclos ribeirinhos, por hábito ancestral, se mostravam pacientes e compreensivos"; de resto, os seringueiros não podiam trabalhar, pois tudo se transformava em lama ou pantanal, meses de inação cuja única vantagem era estarem a salvo dos Parintintins, isolados nas suas tribos por impossibilidade física de se transportarem. O retrato dessa alternância das estações que transfiguravam o rio sem apelo nem agravo ocupa os primeiros parágrafos dos capítulos VIII e XII de *A Selva* (2009:131 e 189):

> O rio começara a encher. Era um dilúvio anual que vinha do Peru, da Bolívia, dos contrafortes dos Andes, veios que borbulhavam, blocos de gelo que se derretiam, escoando-se da terra alta, regougando nas cachoeiras e destroçando, de passagem, tudo quanto se lhes opunha. Dir-se-ia que o Pacífico galgara a cordilheira e viera esparramar-se, em fúria ciclópica, do lado de cá. Minava, abria novos caminhos, contorcia-se nas enseadas, engrossava (…). Caído nas esplanadas, perdia em violência o que ganhava em imponência. Já não era enxurrada (…) era um volume pesado, barro líquido que marchava em grandes amplitudes, levando na face lisa, que já não tinha murmúrios nem rugidos de cataratas, todos os destroços que fizera.
>
> De novo o rio começava a vazar. Todas as veias da selva levavam as suas águas denegridas ao caudal barrento, que ia emagrecendo dia a dia. Depois da invasão e posse, dava-se agora a retirada e cada manhã o sol tinha na floresta mais um estirão a enxugar. (…) E se a enchente alcançava, em toda a região amazónica, o nível da tragédia, a vazante não se operava também sem sulcos melodramáticos. Nos braços do Purus, do Juruá, do solimões e dos muitos outros rios (…), a terra da fortuna passava metade do ano isolada do Mundo.

A luminosidade é outro fator ambiental tratado com sensibilidade. O "Historial da Velha Mina"(in *Os Fragmentos*, 1974) – memória de uma reportagem nas minas de S. Domingos, em resposta aos "clamores de socorro" dos mineiros (p.17) – é exemplo disso. Muitas imagens desenvolvem-se ao redor das condições climáticas do local e sobretudo da luz, no sentido literal e figurado. Entre a "luz matinal e vibrátil" (p.21), "as lívidas madrugadas" (p.33) e o luar encoberto "por um rebanho de nuvens transumantes"

(p.34), o autor aproveita a especificidade da faina do subsolo, diariamente privada da energia solar, para amiudadas e poéticas alusões ao ciclo circadiano e a outras particularidades da luz ambiente (p.35):

> Marchava pela estrada lentamente, detendo-me aqui e ali, a olhar os luzeiros do céu e as luminárias da aldeia, a sentir aquela noite complexa onde se espraiavam, em ondas ainda cálidas e altas, os sucessos do dia, da treva para a claridade e da claridade para a treva, muito mais rapidamente do que passam os hemisférios.

As variações de claridade e sombra, os "cambiantes da luz" filtrada pelas copas amazónicas, o sol vertical banhando o Porto de S. Vicente e a virtuosidade cromática de Belém-do-Pará são evocados em "Pequena História de *Emigrantes*" (1966). E em "A Aldeia Nativa" as sombras dos amieiros sobre a correnteza do Caima confirmam a memória gravada em "Memórias" (in J. BRASIL, 1931:23), do momento da tarde em que o jovem Zeca, já na ponta do molhe de Leixões, aguardava a sua vez de embarcar:

> Vejo ainda nitidamente a luz dessa tarde, vestindo de amarelo-suave os enormes paredões e recortando, lá ao fundo, o velho "Jerome", que devia levar-me. Em todas as circunstâncias da vida, mais do que o relevo das cenas, fica na minha memória visual a luz que as ilumina.

Um outro elemento natural, que desde os tempos de menino ocupa um lugar de algum relevo para Ferreira de Castro, transparece dos seus textos e depoimentos: a pedra ou a rocha [Esquema 6]. Na iminência da partida para o Brasil, o jovem Ferreira de Castro tem o gesto romântico de retirar uma pedra dum velho muro e esconder na concavidade assim formada uma caixinha de folha:

> Talvez as próprias (…) latitas de graxa vazias, escondidas em velhos muros ou sob as raízes de grandes árvores, com bilhetes puerilmente românticos, escritos por mim, para serem lidos por mim mesmo ao regressar, tivessem sido já devoradas pela ferrugem e apodrecido as palavras sonhadoras, quando eu voltasse – se voltasse!

Noutra ocasião, outra caixinha, outro texto, outra pedra. O destino desses tesouros nunca seria revelado, nem para sabermos se um eventual pudor adquirido com a idade impediu o escritor, no regresso à "terra nativa" em 1919, de procurar essas mensagens remetidas da própria infância. Mas no Museu Ferreira de Castro existe uma caixa com as pedras que Ferreira de Castro foi recolhendo nos seus périplos de viajante.

4.3.2. A Natureza sinónimo de Liberdade

4.3.2.1. O mar Atlântico e o Ulissismo

Abordou-se em 3.2. como a aldeia, que inspiraria a Ferreira de Castro as mais sentidas páginas, era um círculo demasiado estreito para o seu "desejo de mundo". A este acentuado traço da personalidade, e como já referido, EMERY associa o ulissismo – a ânsia de partida rumo ao desconhecido. É a bordo do *Jerome* que Ferreira de Castro estreia o contacto direto com a imensidão oceânica. Habituara-se a avistá-la à distância de pouco mais de 15 quilómetros, num cume sobranceiro ao vale de Ossela. Daí, "entre urzes e pinheiros", deslumbrava-se com a "linha verde-azul do oceano longínquo", "difuso, informe", "o íman" que o atraía, o "grande sortilégio" para lá da qual "tudo (…) nos parecia fabuloso e nos fascinava irremediavelmente" (Pórtico de *A Volta ao Mundo*, 1940).

O mar corporizou assim o apelo da distância e do diferente, avivando a pulsão natural de saída. Não parece configurar um objetivo em si, mas uma espécie de anúncio do incógnito, uma barreira física a transpor para alcançar horizontes idealizados. "O encanto do mar" (Fevereiro de 1925, ed. 2004:20) contribui para esta interpretação:

> Estamos tão agrilhoados à terra que o mar surge como o caminho da libertação (…) Ouvimos-lhe o chamamento milenário, sabemos que ele nos espera para nos revelar novos continentes, países de utopia, mas a terra prende-nos, amarra-nos (…). Sem a atração das viagens, o mar, ponte larga e movediça que liga uns aos outros os mais longínquos rincões, era qualquer coisa de imutável e de fastidioso.

Perspetiva que pouco evoluiu ao longo da vida: Na "Mensagem aos Democratas de Aveiro" (1956), três décadas depois, o escritor traça um breve quadro paisagístico do distrito onde nasceu, reduzindo o oceano ao seu papel na emigração para a América:

> (…) desde as montanhas verde-escuras por onde deslizam múrmuros arroios, aos vales onde o pão dos homens cresce vizinhando flores, muros floridos de lírios e malmequeres, janelas engalanadas de cravos e sardinheiras, e de aí, através de mil relevos orográficos, duma gama infinita de cores, até às suas praias douradas, em frente de um mar onde os portugueses embarcam o seu drama…

O tema marítimo fora inaugurado no caderninho escrito a lápis em 1915 (uma série cronológica de textos), dos tempos da carreira do *Cassiporé* – "Impressões de Viagem

quando eu trabalhava num navio" (não publicado). Trata-se de um prenúncio da futura escrita de viagens onde EMERY (1992:57) encontra uma estética nova de "interiorização da paisagem". Nesse incipiente esforço de literatura, evidencia-se a observação do mar e da navegação, quer fluvial, quer costeira e transatlântica [grafia original]:

> Do Bailique em deante principia a agua a ser salgada, o mar a estender-se e a terra a desaparecer. (…) Depois de sahir do Bailique e passar o Cabo do Norte, e andar algumas horas debaixo dum ceo anil e dum mar (a agua aqui é barrenta e não azul).

Contrariamente a Raul Brandão, por exemplo com *Os Pescadores* (1923), ou a Aquilino Ribeiro, que discorreu largamente sobre a foz do Vouga, as salinas e a cidade de Aveiro em *O Malhadinhas* (1922), existe em Ferreira de Castro uma imunidade ao poder atractivo do mar e das paisagens costeiras para matéria de escrita. O oceano raramente integrou os seus cenários ou fontes de inspiração. A exceção é "Senhor dos Navegantes" (in *A Missão*, 1954), único conto da obra canónica, uma história sobre a imperfeição do mundo, dos homens e da vida num cenário de mar e paisagem costeira não localizados.

Mesmo sobre o valor histórico e económico dos mares Ferreira de Castro nunca se alongou, privilegiando as conotações simbólica e poética. Exemplifica-o o texto para *Homenagem a João de Barros* (1956, in *Castriana* n.º 4, 2009:158): "(…) é sempre à beira do feiticeiro glauco que ele [o poeta] repousa; o mar é o seu tema eleito e dir-se-ia que as energias do mar fecundam a sua obra exaltante, cheia de força, de cor e de luz". Noutro artigo de 1959 sobre o mesmo poeta (in *Vária Escrita* n.º 3, 1996:208), deriva por uma personificação literária do oceano épico, "exemplo dum lutador invencível", símbolo da energia, da libertação e da transcendência; mas, paradoxalmente, "com sua potencialidade sempre renovada, as suas fúrias mais prolongadas do que as do céu, é o elemento que melhor encarna [o desamparo, as angústias e as incertezas dos homens]" (p.209).

Nem sombra de motivações ecológicas, no sentido científico e no sentido ativista do termo. Nenhuma referência à função vital do oceano para a vida na Terra, reservatório de 97% da sua água disponível, habitat de pelo menos 200 mil espécies conhecidas [81] e regulador fundamental do sistema climático global. Ferreira de Castro parecia deixar-se cativar mais pelo que o mar espelhava da sua própria Natureza (p.212):

[81] United Nations Environment Program – Oceans: http://www.un.org/en/sustainablefuture/oceans.asp

> (…) o mar também é universalista, ligando num abraço azul todos os povos, abrindo-se à curiosidade ou às ansiedades de todos os homens, sem atentar na sua raça. Passam as gerações e o mar, fonte de energia, cântico de epopeia, incansável fabricante dos símbolos que um grande poeta um dia nele colheu, persiste sempre.

Nunca perdendo de vista a conotação marítima com o valor da liberdade, talvez o avançar na idade tenha reanimado a apreciação de subjetividade e de pura senciência, através da atitude contemplativa, porquanto numa entrevista ao *Correio do Povo* do Rio de Janeiro, em 1971, a propósito da última visita ao Brasil, o escritor classifica o mar como espetáculo "repousante" e favorável à "concentração".

4.3.2.2. Os rios

A associação direta com a liberdade é extensível a outras esferas da Natureza, como a avifauna e os relevos. No pórtico de *A Volta ao Mundo* (1940), sabemos das cumeadas circundantes ao vale, de onde Ferreira de Castro menino contemplava no voo das "aves serranas" a autonomia que não tinha: "Sentíamo-nos encarcerados e, no silêncio da cumeeira, o próprio voo das aves serranas nos fazia sofrer, porque nos dava uma sensação de liberdade que não tínhamos, a liberdade que havíamos de amar, depois, ao longo de toda a nossa existência".

"Pequena História de *Emigrantes*" (1966) retomava esse significado das altitudes como acesso a horizontes mais largos: "À direita levantava-se, empinheirada nas faldas, entojada nos cumes, a serra onde tantos dias eu subia a contemplar os longes difusos, a desejar vencer a linha do horizonte (…)". Já o juvenil "Impressões de Viagem enquanto eu trabalhava num navio" (1915) dedicara atenção à orografia da paisagem [de novo aqui transcrito na sua grafia original]:

> As serranias da Guiana. É admiravel, admiravel mesmo, leitor, se ao chegares a confluencia do Oiapock com o Atlantico olhares para o lado brazileiro. Serras gigantes de que fallo em outra discripção, se erguem do lado da Guaiana, enquanto do lado brazileiro o terreno é esteril e alagadiço.

Mas são os cursos de águas superficiais os elementos do território que mais sobressaem desta conceção do mundo natural. Em "Aldeia Nativa" (1969, in *Os Fragmentos*, 1974:12), Ferreira de Castro já passara os setenta anos de idade e ainda

recordava o rio Caima, no troço que banha o vale de Ossela, um símbolo da liberdade individual de um rapaz que frequentava as suas águas desafiando a proibição materna: "(…) Saíamos da escola no período do segundo recreio e, galgando ínvios caminhos, saltando combros e rompendo pinheirais, íamos mergulhar nas águas frias e azuis do Caima, entre amieiros sussurrantes".

Símbolo da fluidez, da fertilidade, da morte e da renovação (CHEVALIER e GHEERBRANT, 2010:569), objeto de culto entre os Gregos, os rios são, dentro desta Natureza-Ecosfera e a par das árvores, presença constante nos textos castrianos de cariz autobiográfico. É assim nas alusões ao nosso país, é assim nas rememorações do Brasil.

As correntes de água superficiais são absolutamente nucleares na orgânica da paisagem amazónica, ecológica, social e economicamente; à escala individual do futuro romancista, também o Madeira teve um papel iniciático ("Aldeia Nativa", 1969:54):

> E, afinal, não foi naquela praiazita do Caima, fantasiosamente arabescada nas tardes de sol, pelas rendadas sombras dum carvalho ribeirinho, que eu aprendi a nadar. Foi num curso muito mais longo, mais amplo e de maior profundidade, longe dali, entre arraias de esporões envenenadores (…); entre paraíbas que eram, no grande rio, irmãs dos tubarões dos grandes mares; entre piranhas aguardando que a minha pele segregasse uma gota de sangue (…) e jacarés a alguns metros apenas de mim, os únicos inofensivos, apesar da sua velha fama e do seu feitio repugnantemente pré-histórico. Mas também aquela água barrenta e grossa, viajando sobre um permanente colchão de lodo, ia ter ao oceano e nele se depurava até se tornar azul como uma quimera.

Aqui, para além da fauna como fator de ameaça (analisada no ponto seguinte), é manifesto o fascínio pelo grande rio Madeira, cujos afluentes – os "igarapés", "insignificantes" e sem nome – tinham "mais largueza que o Vouga, o Cávado, o Ave ou o Guadiana" (*A Selva*:62). É na voz do narrador deste romance que Ferreira de Castro evoca outros "grandes rios de Portugal, o Tejo, o Douro", decorados nos bancos da escola de Santo António. Com esta voz assombra-se com a diferença de escala do Amazonas, adivinhando-lhe a nascente nos contrafortes dos Andes, no Peru, o ciclo da água que aí se fortalece quando os gelos derretem, os veios líquidos que se enchem e descarregam direito à planície, atirando-se nas cachoeiras, vencendo todos os obstáculos.

Em "Impressões de Viagem…", onde descrevia a paisagem maioritariamente fluvial

mas também costeira que avista durante a navegação, já o rio Amazonas surgia com presença senhorial, com seus estreitos profundos, furos e recifes, baías e praias, ilhas e igarapés, entre breves referências à vegetação tropical das margens e à presença humana.

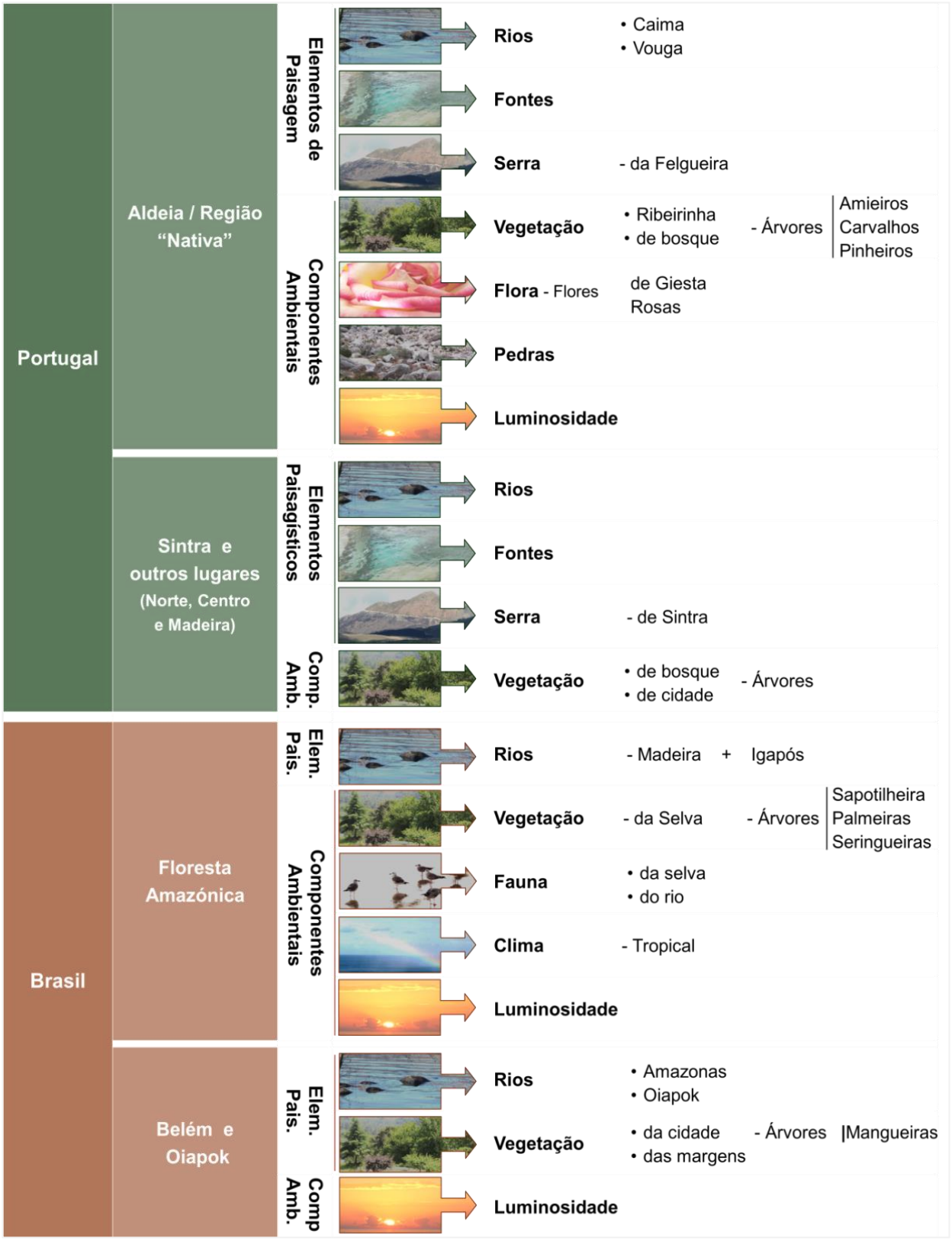
Para Bernard EMERY (1992:61, 62), "a temática do rio e seu prolongamento marinho" é uma das três linhas recorrentes naquilo a que chama fase "pré-literária" e que inclui os manuscritos do Paraíso; outra linha é a cidade; e uma terceira o seringal, visto não do "ângulo pitoresco", mas em função do sofrimento humano que provoca.

O Esquema 6 resume, num modelo qualitativo de base interpretativa, o que vem sendo descrito e discutido sobre a Natureza-Ecosfera neste ponto 4.3.. Nele figuram os elementos de paisagem natural e as componentes ambientais que mais inspiraram Ferreira de Castro na redação das fontes consultadas: textos não ficcionais, declarações e entrevistas e *A Selva*. A análise está feita separadamente para os teores relativos a Portugal e às principais localizações do Brasil onde o escritor viveu. Na Metodologia Geral expôs-se o método para obter uma base teórica para o ordenamento do segundo conjunto de fatores do Esquema: uma adaptação cruzada do artigo 10.º da Lei de Bases do Ambiente ("Componentes ambientais naturais") e da estrutura de caracterização ambiental exigida aos Estudos de Impacte Ambiental [82]. Como "Elementos de paisagem" naturais incluíram-se os Rios, seus leitos e margens, as nascentes; acidentes orográficos e conjuntos de vegetação. Uns e outros surgem, no material consultado, ora individualizados – cada um valendo só por si pelo simbolismo, o valor estético e a relação que Ferreira de Castro estabeleceu com ele [Ver também Esquema 5] – ora como partes de paisagens que integravam e contribuíam para valorizar.

O Esquema reflete, necessariamente, os ambientes físicos que o escritor habitou, filtrados pela sua sensibilidade e opções criativas, e ilustra como a Natureza - Ecosfera não era um todo uniforme enquanto fonte de atração. No total dos conteúdos relativos aos dois países, são nítidas as áreas de preferência e de desinteresse. As preferências são:

i. a componente florística, em particular "as árvores", e em menor grau as flores;
ii. as águas interiores de superfície correntes, i.e., os rios, em detrimento do mar;
iii. as águas interiores subterrâneas, em especial as fontes;
iv. a luminosidade do ar, em especial o contraste luz / sombra;
v. as formações geológicas, especialmente as pedras.

[82] Anexo II da Portaria n.º 330/2001, de 2 de Abril.



Esquema 6 – Sistematização da "Natureza-Ecosfera": elementos de paisagem e componentes naturais do ambiente (abióticas e bióticas) de maior peso para Ferreira de Castro, segundo declarações, textos autobiográficos e outros não ficcionais, e *A Selva*.

As referências a animais nos escritos sobre Portugal são pouco expressivas e ficam muito aquém da atenção votada à Flora e à vegetação. Surgem com carga afetiva na aldeia – quando Ferreira de Castro recorda os coelhos e pombas domésticos e um melro engaiolado –, e simbólica, nas alusões às aves que sobrevoavam o monte junto à casa de Salgueiros. Relativamente a outra fauna selvagem, "Memórias" (1931) deixa uma menção fugaz às toupeiras e "Pequena História de *Emigrantes*" (1966) aos "indolentes sardões" nos muros de pedra. Nenhuma se compara em número, relevância e minúcia às descrições da fauna da selva amazónica, cuja conotação negativa se descreve no ponto seguinte.

4.3.3. A Natureza sinónimo de prisão e ameaça

Testemunhos recolhidos para esta pesquisa, nomeadamente o de José Barbosa, sobrinho de Ferreira de Castro [Entrevista 2], reforçam a impressão criada pelas fontes memorialísticas de que os ecos da floresta amazónica chegaram à sua idade avançada sob um combinado de exuberância natural e de ocasiões de estoicidade e medo.

No capítulo "O culto ancestral das árvores e das florestas", J. Neiva VIEIRA (2010:15) faz notar que "O desconhecido, a dificuldade de ver ao longe, a obscuridade no seu interior e os ruídos estranhos e indefinidos constituíram fonte de inquietação para os homens e tornaram as florestas, em diversas civilizações, local de culto, de reunião de druidas, de oráculos, de lendas, de aplicação de justiça (…)".

Referiu-se no ponto anterior como, em casos muito peculiares, alguma da Natureza-Terra escapava em Ferreira de Castro à aceção conotada com acolhimento e retiro, para encarnar um sujeito ameaçador, causando sentimentos negativos. *A Selva* será talvez o melhor palco literário castriano para identificar essa exceção. No capítulo V (p.88), compara-se a "árvore solitária, que na Europa borda melancolicamente campos e regatos" ao "emaranhado onde os indivíduos vegetais perdem individualidade". A "brenha inquietante", labiríntica, com o "seu segredo, com o seu mistério flutuante e suas eternas sombras" é retratada como antítese das florestas do velho mundo, "onde o espírito busca enlevo e o corpo frescura". Esta dimensão de uma Natureza hostil, oposta à Natureza pastoral (e natal), que ainda assim não deixa de manter uma relação visceral com o jovem – e mais tarde, por recordação, com o escritor – surge bem resumida mais adiante, na visão emocionada de Alberto, o jovem protagonista (p.133):

> Era outro o meio, outra a terra e outros os seres. Nada se criava ali para o comprazer (…). Era um mundo à parte, terra embrionária, geradora de assombros e tirânica, tirânica! Nunca árvore alguma daquelas lhe dera uma sugestão de beleza, levando-lhe ao espírito as grandes volúpias íntimas. Ali não existia mesmo a árvore. Existia o emaranhado vegetal, louco, desorientado, voraz, com alma e garra de fera esfomeada. Estava de sentinela, silencioso, encapotado, a vedar-lhe todos os passos, a fechar-lhe todos os caminhos, a subjuga-lo ao cativeiro. Era a grande muralha verde (…).

A gigantesca mancha florestal amazónica foi, assim, responsável pela perda da inocência do jovem Ferreira de Castro. Não apenas no que às questões de injustiça social dizia respeito, como vimos em 3.1.2. e 3.2.3., já que era cenário do "drama de cearenses e maranhenses" ("Pequena História de *A Selva*", 1955); mas pelo contraste com o bucolismo das paisagens beirãs, pela deceção com as presumidas virtudes dos espaços "naturais".

A ordem de grandeza da selva, inédita na vida do emigrante, a grande complexidade ecológica em que funcionava, a crueza do universo humano e a sensação de incerteza que causava terão contribuído para esse impacto negativo perpétuo. E neste aspeto a fauna ameaçadora, omnipresente, traiçoeira, assume um papel fulcral ausente de outros escritos castrianos, seja de ficção seja memorialísticos: as "legiões aladas e rastejantes de insectos", o "quase impalpável que vinha, em silêncio ou zunindo, mordia, envenenava e fugia, saciado e triunfante" (*A Selva*, 2009:169). Muitos anos depois, em "Aldeia Nativa" (1969, in *Os Fragmentos*, 1974:54) ressoavam ainda os banhos tementes a figuras da fauna aquática exótica, como se ilustrou no ponto anterior.

A este conjunto pesaroso de sensações há a somar a conotação da selva com a falta de liberdade, a clausura multifacetada. De tal forma se mantiveram vitalícias no escritor de Ossela, que ele confessa em "Pequena História de *A Selva*" "não corre[r] uma única semana sem eu sonhar que regresso à selva, como, após a evasão frustrada, se volta, de cabeça baixa e braços caídos, a um presídio".

Dificilmente se representará tão bem esta perspectiva angustiosa como o faz Jaime BRASIL em *Ferreira de Castro, a Obra e o Homem* (1961:48), quando nota que em *A Selva* a floresta, longe de ser "um simples motivo literário", impunha o dilema de "ou o homem se liberta da sua escravidão ou a selva sufocará o homem com o abraço da sua vegetação desordenada e os miasmas dos seus pântanos". A selva amazónica recusava, portanto, lugar à supremacia humana, tão do agrado das filosofias humanista e

antropocêntrica que Ferreira de Castro viria a subscrever. "Todos sabiam, e o jovem acabou por aprender, que os homens não conseguiam ter mão na Natureza", pois "a selva e os rios imperavam sempre e despoticamente", escreve E. LETÍZIA (2004a:38).

Um dos fenómenos naturais que mais contribuíram para o temor desse meio foram os igapós – aí o jovem Ferreira de Castro, tal como o protagonista de *A Selva*, pescava a convite dos companheiros e amedrontava-se com os puraqués, peixes cujo choque elétrico era quase sempre mortal (Navarro, 1958:149). Os igapós, explica LETÍZIA num artigo da *Castriana* n.º 4 (2004a:37), eram águas apodrecidas, escuras, retidas em depressões do terreno desde a última enchente, cuja estagnação alimentava enxames de insetos portadores de doenças tropicais endémicas; eram também habitats de "peixes de lama ou do mato" e da enguia amazónica, "adaptados ao meio fétido". Estas águas renasciam com as cheias do inverno tropical, mas "Para Ferreira de Castro, o igapó era duplamente um lugar de morte, não somente por se alojarem nele cobras e jacarés (…), mas também por cozer, durante o ano todo, nas suas entranhas, os ramos apodrecidos, as folhas mortas e outros resíduos da brenha silvestre".

A frase que encerra o capítulo IV de *O Instinto Supremo* (1968:54): "O rio continuava num abandono medonho (…) com a mesma fisionomia solitária, ilusoriamente repetida até à saturação, à loucura, embora no emaranhado ribeirinho não existisse um só palmo igual", prova que esta sensação negativa causada pelos igapós resistiu à passagem do tempo e acompanhou Ferreira de Castro pelo menos até à sua última grande ficção. De tal forma o fenómeno o impressionou que, antes de sair *A Selva*, o n.º 3 da revista *Civilização* (1930), de que foi diretor e redator, publica "Igapó", um trecho do romance, que EMERY (1992) reputa como uma introdução ao mundo amazónico e à vida nas margens do rio. No final da década, o escritor usava um tom dramático na entrevista "En parlent de *Forêt Vièrge* avec Ferreira de Castro et Blaise Cendrars" dada, conjuntamente com o seu primeiro tradutor francês, ao parisiense *Marianne* (1939):

> Todas as florestas têm o seu segredo e mesmo os pequenos bosques têm a sua luminosidade (…) , mas nenhuma guarda um segredo tão perturbante como a floresta da Amazónia. Um mundo nos seus primórdios, onde cada silêncio é uma ameaça, cada árvore um inimigo, onde o estremecimento das plantas apodrecidas e espalhadas pelo chão, um fruto que cai, provocam mais temor que uma bomba que explode na rua.

O escritor falava no mesmo ano em que um artigo da *Revista de Agronomia* portuguesa (cit. p. Soromenho-Marques, in BECKERT, 2004) assinalava que, a nível mundial, existiam já 1481 territórios naturais ou seminaturais sob estatuto de proteção, fruto de uma consciencialização global crescente e de políticas de conservação da Natureza, sobretudo nos Estados Unidos e no Reino Unido [Ver Quadro 3]. Não se conhecem, no entanto, indícios de que o autor de *A Selva* tivesse disso conhecimento.

É verdade que, de uma forma superficial, se encontram alguns ecos semelhantes relativamente a Portugal, como se explorará na análise dos romances (Parte III). No capítulo "Os Ceifeiros" de *A Epopeia do Trabalho* (1926), Ferreira de Castro permitia que descrições mais idílicas como "é um oceano vegetal essa seara que ondeia sob todas as brisas… Um oceano verde que se vai aloirando junto às praias do Estio…" (p.75) se contaminassem com as impressões de um ceifeiro que "vem de longe (…) para adorar à Natureza pródiga (…)" e "só regressa à terra nativa quando termina esta festa bárbara, festa de sacrifício (…). É o regresso do homem que cumpriu o seu destino perante a vida" (p.77).

Natureza sinónimo de acolhimento e Natureza conotada com a liberdade, que se entrelaçam, e Natureza fonte de ameaça – são as três dimensões que compõem a aceção 2 – representadas no Esquema 5 – e passíveis de se resumir como segue:

1) Ferreira de Castro percecionava a Natureza da ótica contemplativa, pelo seu valor estético e subjetivo, associando-lhe um feixe de sentimentos benignos ancorados no seu romantismo e sentimentalidade próprios e na sua simbologia pessoal: o retiro pacífico, o revigoramento e a liberdade. Essa relação concretizava-se principalmente na componente vegetal/florística e nos rios, seguidas das nascentes de água e dos contrastes de luz e sombra. Um pouco a "visão panteísta da Natureza", para usar uma expressão de UNAMUNO (1911, 2009) sobre Teixeira de Pascoaes. No que toca aos animais, o escritor tinha uma postura mista de fundo ideológico-humanista e intelectual, consubstanciada na sua aversão aos maus-tratos, que ganhava força no seu temperamento afetivo. Pode dizer-se que personificava o que resume M.ª J. VARANDAS, em BECKERT (2003:110): "O reconhecimento do vínculo que une humanos e não humanos a uma mesma comunidade, a biótica, é condição de potenciação do sentimento de benevolência e, consequentemente, de respeito para com a Natureza". Note-se que esta é uma analogia livre entre as posições pessoais de Ferreira de Castro

e as questões ecológico-filosóficas subsequentes, e tem presente o facto de que estas não se inscreviam com rigor na sua época nem tiveram qualquer influência direta comprovada em material conhecido de e sobre o escritor.

2) A exceção a esta norma prende-se com a forte marca negativa, de privação da liberdade e ameaça, representada pela selva amazónica bruta. Fauna e igapós, Parintintins, extremos climáticos e emaranhados vegetais são, nesse cativeiro verde, os símbolos do medo e da impotência humanos. Para esta não se encontra correspondência com uma mundivisão, nem tão-pouco com uma corrente das Éticas ambientais – espaços inferiores a branco nas colunas da direita do Esquema 5.

3) A Natureza – Terra orgânica, funcional, enquanto matéria literária praticamente não tem lugar no material castriano estudado para este fim.

4.4. LIGAÇÃO NATUREZA-COSMOS E NATUREZA-ECOSFERA

A análise da "ideia de Natureza" característica do escritor aponta claramente para o binómio Cosmos – Ecosfera, descrito e sistematizado no Esquema 5. Porém, os dois termos do binómio não são estanques, a divisão entre si não é perfeita e os dois operam segundo uma íntima conexão. É o que significa a seta de dois sentidos, do lado esquerdo.

A Natureza-Ecosfera contribuiu algumas vezes para um certo apaziguamento dos sentimentos negativos exaltados pela Natureza–Cosmos, nomeadamente pela lei incontornável da morte; e, outras vezes, para o acentuar desses sentimentos. O texto "A Visita ao Rio", de 1970 (in *Vária Escrita* nº 3, 1996), sobre o regresso à cidade carioca em 1959, exemplifica-o. A aproximação à baía de Guanabara, espaço que alia uma forte humanização a uma tocante beleza paisagística natural, é pretexto para o escritor reafirmar a velha paixão pela Natureza, confessando que "o seu deslumbramento, a sua poesia" funcionam como um íman para a vida e tornam-lhe "mais lúgubre a ideia de morrer" (p.252):

> Deixar de contemplar definitivamente as paisagens que falam ao meu espírito, os caminhos solitários entre os verdes das árvores, a luz que transfigura as formas e lhes acentua as cores e não ouvir jamais a música da brisa nas ramagens e o silêncio sinfónico dos bosques em êxtase, parece-me um roubo cruel, uma violência tremendamente injusta feita a um amor profundo e a um enlevo puro.

É nesse momento que Ferreira de Castro se agasta com a névoa matinal, manifestação climática a vedar-lhe o tão desejado espetáculo do alvorecer na baía, numa atitude quase infantil de quem escolhe ignorar como a Natureza é um jogo de elementos e forças indiferente à conveniência humana. Quando a névoa descola lentamente da superfície costeira, ele mata enfim saudades do "casario ribeirinho, de várias gerações e estilos" que "parece brotar não da terra mas da água, já inteiro e policrómico", tendo em fundo "o grande Corcovado e o Cristo (…), que ora aparece, ora se oculta de novo nos últimos farrapos da bruma".

O primeiro incidente conhecido da biografia do escritor onde pontua uma relação entre a morte e a Natureza-Terra é descrito em "Memórias (in J. BRASIL, 1931:14,15): No Verão de 1909, o pequeno José Maria assiste, escondido, à autópsia, feita no local, de um conterrâneo que se enforcara numa ramada, em pleno campo, num caso de disputa familiar pela posse de terras. O texto descreve pormenores do espetáculo, os medos noturnos que se seguiram, e como meses depois o rapaz se sentiu impelido ao mesmo ato desesperado, ensaiando-o numa ramada da família, "junto a um combro". Um gesto em linha com o temperamento melancólico que vimos em 3.2., nos alvores de um percurso que incluiria várias tentativas de pôr termo à vida.

Nas ficções da sua fase juvenil [Ver Quadro 4 no Capítulo 5], a morte aparece frequentemente associada a questões de uma ecologia não declarada. Por exemplo, sob a forma de luta pela sobrevivência do homem perseguido pelo predador, no precoce texto amazónico *Criminoso por Ambição* (1916). Essa ligação da Natureza, ou partes e símbolos naturais, à morbilidade humana é bastante recorrente nesta fase de escrita.

Veja-se "As Rosas Laceradas" do livro *Sendas de Lirismo e de Amor* (1925), onde um luar "exotérico" vela o gesto desesperado de Afrânio de desenterrar a sua amada, e onde as rosas que enfeitam uma sepultura são o objeto da revolta destruidora do protagonista. Também "O Assalto" fala das árvores de um vale "crispadas, como braços de náufragos" (p.30). Na "história banal dum naufrágio", "Os Despojos do Mar", o oceano é retratado como "um profundo sepulcro" (p.47) dos pescadores de um vilar de montanha junto a uma enseada. "O Fracassado", sobre a "atração do passado" (p.128), conta a sorte do emigrante regressado à aldeia no Natal, tão indigente como quando partiu; sem coragem para enfrentar a família, contempla demoradamente o vale, enquanto, silenciosamente, a neve vai cobrindo ambos – elemento meteorológico

usado com "arma de suicídio" (p.129).

Mas será talvez em "A Árvore", outro conto de *Sendas de Lirismo e de Amor,* que a morte volta a cruzar-se com a Natureza num dramatismo ao gosto da época: a um velho paralítico cabe-lhe no "estreito horizonte" apenas o casario da cidade, um pequeno jardim "exíguo, fenecido, como a própria vida urbana", "sem o verde luxuriante, estonteador, dos grandes parques aristocráticos, dos jardins senhoriais (…)" (p.40) e ao longe "um firmamento" "quase lívido" (p.39). Ferreira de Castro imagina uma família a consultar livros "de arboricultura", procurando uma espécie de desenvolvimento rápido para no Verão "alagar de sombra" a varanda do protagonista. E é essa pequena "haste desfolhada", recém-plantada no jardim "como uma esperança de futuros dias de paz e felicidade" (p.41) a origem do drama. Crescendo como testemunha da relação familiar avô-neto, torna-se tão nuclear na vida do primeiro que a sua integridade suplantará o valor da vida da criança.

Também no volume não ficcional *A Epopeia do Trabalho* (1926) quase todas as profissões são dramatizadas e coligadas de alguma maneira com a morte: é o risco de sucumbir no subsolo, dos Mineiros; são os Ferreiros, "destruidores de Deus e do Diabo"; os Escultores, que gravam "na pedra o drama da vida e a grande Epopeia da morte".

Ferreira de Castro passou por outras experiências de aproximação à morte, nem sempre voluntárias. A primeira foi motivada por uma condição de desespero após o regresso a Belém, em 1914. Um texto de data desconhecida, "A Natureza na Minha obra", transcrito por BASTOS (in *Castriana* n.º 1, 2002:136), cuja informação se completa no Posfácio da edição especial de *Terra Fria* (1966), revela como "um desses espetáculos da Natureza" dado pela vegetação local, no caso as copas das mangueiras na praça principal da cidade, funcionou como agente natural de apego à vida, refreando o iminente suicídio. Mostrando a verdadeira grandeza dessa afinidade, estes textos deitam por terra algumas avaliações de excesso de materialismo atribuídas ao escritor:

> Contemplar as assembleias das árvores sentado numa pedra rústica ou meter a um carreirito popular que serpeje, atapetado de sombras e claridades, entre os seus troncos, embebe-me de poesia e de sonho, cria-me sentimentos que transcendem as circunstâncias, dá-me a realidade presente já transfigurada no futuro, impele-me para insonoros diálogos com esse universo emotivo que a Natureza vegetal parece guardar e é, no fundo, aquele que levamos adormecido em nós próprios e ela acorda. Devo-lhe

> incontáveis horas de emoção. Tantas, que quando penso na morte, a maior pena que sinto, ligada à dos afetos humanos perdidos é não mais poder fruir certas manhãs de sol e certas tardes policrómicas em plena Natureza vegetal. A esse sentimento de perder, para sempre, as árvores e a luz que as sublima, devo talvez não me ter suicidado na minha adolescência, em Belém do Pará (…). O arvoredo que eu enxergava daquele ponto alto, o sol, emérito mosaísta, que através da folhagem ilustrava a terra com desenhos de fantasiosos arabescos, e a ideia de que nunca mais o veria, nem a outras paisagens da minha saudade (…) levaram-me a tentar suportar de novo a esperança já tão dolorida e céptica, justamente quando eu ia lançar-me no espaço.

Em "O Último quarto de hora da minha vida" (in *Vária Escrita* n.º 3:226) Ferreira de Castro mantém-se fiel a esta conexão Natureza-Morte; relata um segundo episódio, em 1931, após o falecimento de Diana de Lis, e outro momento de quase moribundo, em 1953. Neste, reitera que as três amarras vitais, os "sentimentos" que lhe ocupavam o espírito foram: a reedição dos afetos por pessoas próximas, a esperança num mundo menos iníquo para breve e o amor à Natureza, também aqui exposto poderosamente:

> As árvores, com o sol copulando as suas ramagens (…) foram sempre, sempre, uma volúpia, uma paixão, uma intensa saudade da minha vida. Se elas não existissem, eu teria menos pena de morrer. (…). Toda a minha existência de homem e de escritor está vinculada a esta paixão. Foi em contacto com a Natureza que os sentimentos de amor se sublimaram sempre em mim, foi em contacto com ela que elaborei a maioria das páginas que tenho escrito.

Esta contemplação da Natureza feita momento de consciência parece validar o que o amigo Urbano TAVARES RODRIGUES [83] quis dizer ao classificar como "relação quase mística" a que o autor de *A Selva* mantinha com a Natureza.

Já em entrevista a José de FREITAS, de 1965 (in In Memoriam, 1976:95), num momento da vida em que sentia "o horizonte a aproximar-se muito de nós", o escritor relacionara o amor pelas "árvores amigas" de Sintra e de Ossela com a finitude física do ser humano, lastimando esta Natureza-Terra como mais uma parcela de vida a abandonar. Este sentimento tornou-se permanente com a entrada na velhice.

Quando Roberto Nobre morre em 1969, Ferreira de Castro produz um testemunho emocionado, incluído no *Algarve Ilustrado*, de Faro (in "A Unidade

[83] Cf. Apêndice V: Entrevista [4].

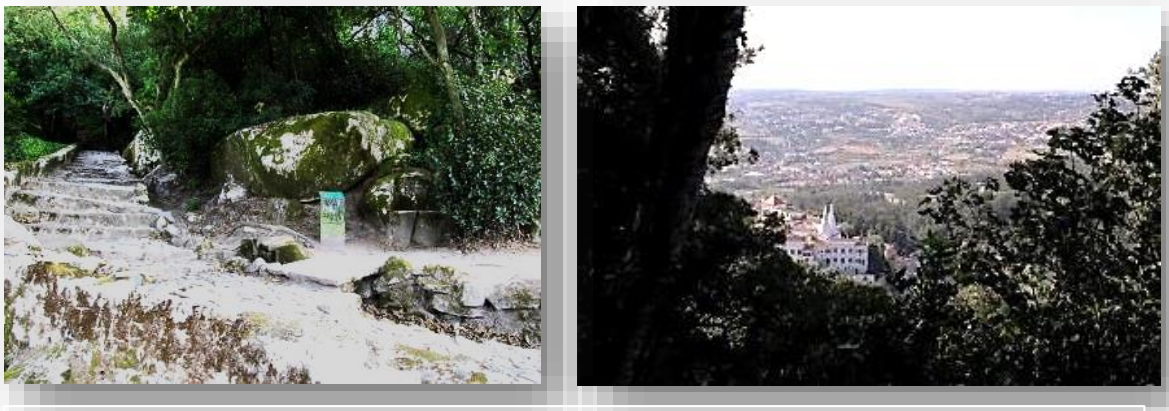
Fragmentada", *Vária Escrita* n.º 3, 1996:243). Aí encontramos outra faceta da ligação direta entre Natureza e morte: os cemitérios – no fundo, um tipo de lugar onde a obra humana, mas principalmente a morte, se associam para montar uma paisagem vincadamente antrópica. Esta perspetiva não é nova no escritor, que havia acordado para ela décadas antes, nomeadamente aquando da visita à Córsega, como se verá em 6.3.. Antes disso, alguns contos de *Sendas de Lirismo e de Amor* (1925) já versavam a temática dos espaços de sepultura, assim como da morte infantil, aliada a tópicos como a liberdade, o fracasso e a Natureza. Devastado pela morte do amigo de sempre, o autor de *Eternidade* lança-se em reflexões sobre as necrópoles públicas:

> Mas não são os grandes, são os pequenos cemitérios – e nem todos – que a poesia prefere. (…) Para um pequeno cemitério ser poético importam mais a ausência que a presença de muitas obras de arte: importa mais a humildade do que a riqueza. A poesia provem-lhe não dos mármores mas das árvores. Das árvores vivendo dentro dos seus muros, sobretudo das árvores que o cercam exteriormente. E não bastam os ciprestes, embora sejam excelentes propileus para ladear a entrada; são precisas outras essenciais mais variadas e menos convencionais.

Um "ligeiro declive aberto ao sol ou pequena plataforma espairecendo sobre o vale, qualquer deles enfeitado de árvores", nem demasiado junto do povoado nem demasiado isolados, formam o enquadramento paisagístico ideal para estes locais coletivos de sepulcro, opina o escritor. Revela-nos este texto que ele parece ter incluído nos seus interesses de observação do território, em Portugal e noutros países, os recintos fúnebres: enumera alguns, começando pelo de Montparnasse, "onde, aliás, reside Baudelaire" (*op.cit*.:244), passando por Mondim de Basto e Póvoa de Santo Adrião, para terminar na "necrópole mista" de mausoléus e campas rasas da "terra arborizada" da Guia, em Cascais, onde Nobre descansava.

Este artigo de homenagem saiu em Outubro de 1969. Talvez impelido pela "fatalidade biológica" que lhe levara o amigo, em Fevereiro seguinte Ferreira de Castro endereça a conhecida carta "Às Entidades de Lisboa e Sintra" (1970, in Neves, 1976), rogando "ficar sepultado à beira duma dessas poéticas veredas que dão acesso ao Castelo dos Mouros", no "único caminho para o castelo de onde se vê o mar" na Serra de Sintra. Como se disse em 3.1.5., esse desejo foi bem acolhido e cabalmente obedecido em 1975, ano seguinte ao da sua morte.

O local, a meio caminho entre a vila velha e o Castelo dos Mouros, ainda mantem a visibilidade para o Palácio Nacional de Sintra, numa cota inferior, recortado sobre um fundo linear do Atlântico, como ilustra a figura 8(b). Entre a vegetação circundante, duas árvores de crescimento espontâneo ladeiam a sepultura e o banco de granito que a coroa, parecendo retribuir o amor de Ferreira de Castro pelas árvores [Fig. 8(a)]: um jovem loureiro *Laurus nobilis*, árvore de distribuição espontânea em Portugal e na região mediterrânica, e um carvalho-roble *Quercus robur*, a mesma espécie natural da sua região natal que o escritor plantara no quinteiro de Salgueiros na década de 50. Por certo Ferreira de Castro comungaria da perspetiva de um seu contemporâneo igualmente encantado pelos matizes e prodígios da Natureza em íntima associação com os humanos: o arquitecto paisagista G. RIBEIRO TELLES, para quem "A visão de certas paisagens aproxima-nos muito da experiência da transcendência" (entrevista *Expresso* de 2013).



Figs. 8 (a) e (b)– Banco de granito sobre o túmulo de Ferreira de Castro num caminho em curva da serra de Sintra, com loureiro e vista do local para o mar e o Palácio Nacional. Julho 2015.

A dicotomia Cosmos – Terra, base da relação de amor – ódio de Ferreira de Castro com a Natureza, transparece igualmente dos escritos que versam sobre Arte. A Arte, enuncia a última frase do Pórtico de *As Maravilhas Artísticas do Mundo* (1959-1963), é um meio de transpor as fronteiras naturais, num "esforço do homem através dos tempos, através de todos os obstáculos, de todos os sacrifícios e de todas as dores, para transcender a sua própria condição, para ultrapassar os limites que a própria Natureza lhe deu".

Se o ser humano é a representação do "domínio da Natureza e de constante alargamento das possibilidades do espírito", a Arte, "desde as cavernas de Altamira e

de Lascaux", foi "um dos seus mais gratos monólogos, a transmutação das suas inquietações", nas quais se incluem as advindas "hostilidades da Natureza" (p.323). Por outro lado, a Natureza como entidade redentora dos males que acometem a criatura humana é nesta obra monumental simultaneamente apresentada como limitativa da felicidade (p.324):

> Literária ou plástica, a Arte foi sempre uma das maneiras de o Homem perdoar à Natureza as dores, os desamparos, os condicionalismos e as contradições com que ela o tributou. (…). Mas a Arte é também uma forma de o homem agradecer e celebrar os méritos com que a Natureza o agraciou. Criando-a, arrancando-a de si mesmo (...) para exprimir as graves ansiedades que o atormentavam, as secretas vibrações da sensibilidade ou as velhas servidões impostas, com ela assinalou as etapas mais representativas da sua imensa e áspera caminhada.

É evidente que Ferreira de Castro inscreve no universo artístico a Literatura, posição expectável de quem já em *A Epopeia do Trabalho* (1926) guindava os escritores a "maiores que Deus". Este universo, com as suas dimensões estética e simbólica, é inerente à aceção da Natureza-Ecosfera; mas, sobretudo, a Arte constitui um instrumento essencial na sua ligação com a Natureza-Cosmos. É o que representa a elipse "Arte" no Esquema 5. As duas visões paralelas conservaram a sua integridade ao longo do fio de vida do escritor, desde as posições radicais dos *Ecos da Semana* até às considerações mais tranquilas de *Os Fragmentos* escritos nos anos anteriores a 1974.

Pode-se sintetizar assim a ponte entre estas duas conceções basilares:

1) Ferreira de Castro entendia a segunda, a Natureza-Ecosfera, como uma perda adicional a lamentar quando atuasse a lei da morte da primeira, isto é, da Natureza-Cosmos, agravando-lhe o desgosto de desaparecer. Por outro, também nessa Natureza "verde" residiu a contrapartida desse desgosto.

2) A Arte é um meio privilegiado, quase instrumental, onde se articulam as duas conceções e uma compensação pelas agruras da Natureza-Cosmos.

Em que medida esta conceção articulada de Natureza inspirou e enformou a obra castriana e de que obra, exatamente, falamos, é matéria para os dois capítulos seguintes.

Capítulo 5. A OBRA CASTRIANA, CÍRCULO (IM)PERFEITO

Assim são os livros de Ferreira de Castro: como
uma árvore que amamos, de muito a ter absorvido
na paisagem e no lugar da nossa vida.

Agustina Bessa-Luís, 1974, "Testemunho",
In Memoriam *de Ferreira de Castro*, 1976

5.1. A OBRA DA PRIMEIRA FASE

Talvez Ferreira de Castro tenha herdado a atração pelas palavras de D. Dinis, "O Lavrador" (n. 1261 - f. 1325), seu avô em vigésimo segundo grau. A pesquisa genealógica de A. MARTINS (2011) coloca o autor de Ossela na descendência direta, por via bastarda, do sexto rei de Portugal, que PIZARRO (2008:321) apelida de "trovador de pendor provençal".

A primeira referência ao candidato a escritor na imprensa portuguesa é de Junho de 1916. O periódico oliveirense *A Opinião* anunciava a chegada, pelo "correio do Brasil", do primeiro fascículo de *Criminoso por Ambição* (MOREIRA, 1959) que viria a publicar, juvenil embrião de *Emigrante*s (1928). Ferreira de Castro garantia em 1940, numa entrevista a *O Diabo*, que este primórdio de carreira literária, formado pelas duas únicas edições no Brasil, *Criminoso…* e *Alma Lusitana* (teatro) – a que se juntam *Rugas Sociais* (romance parcialmente publicado pelo *Portugal*) e a peça *O Rapto*, exibida no Teatro-Bar paraense e nunca editada – não sofrera quaisquer influências de temática ou de estilo: "Só por volta dos vinte anos se projetaram, na minha pequena seara, sombras alheias. (…) Deixara-me fascinar, até à influência, pelos escritores de forma essencialmente poética".

A obra inicial dada à estampa em Portugal, após o retorno emigratório, concentra-se nos entre 1921 e 1927 [Quadro 4]. Era a fase das "novelas aurorais". Na época, os textos castrianos de influência romântica e até ultra-romântica alternavam com os "assuntos destoantes" dos seus artigos na imprensa, como referido em 3.2.. O escritor elucida em "Pequena História de *Emigrantes*" (1966) que revia os seus "inconformismos perante as ideias feitas, os processos estéticos caducos, as aceitações sem inquietude" no ambiente vivido então na Europa, que "vibrava com uma nova ânsia de originalidade". "A esse impulso inovador (…) imediatamente aderi". Num tempo em que o futurismo, o cubismo e outras correntes progrediam nas artes plásticas, "Só na

vasta cidadela do romance (…) o grande abalo havia produzido poucas brechas", lamentava, ressalvando as obras de Proust e Joyce.

Quadro 4 – Obras da Primeira Fase (1916-1927) e ciclos segundo CABRAL (1940)

	Título	Ano de edição	Ciclos Cabral (1940)
Brasil	*Criminoso por Ambição*	1916	
	Alma Lusitana (teatro)	1916	
	Rugas Sociais	*	
	O Rapto	*	
Portugal	*Mas…*	1921	Ciclo da Iniciação
	Carne Faminta	1922	
	O Êxito Fácil	1923	
	Sangue Negro	1923	
	A Boca da Esfinge (coautoria c/ Eduardo Frias)	1924	
	A Metamorfose	1924	
	A Morte Redimida	1925	Ciclo Poético ou da Transição
	Sendas de Lirismo e de Amor	1925	
	O Drama da Sombra	1926	
	A Epopeia do Trabalho	1926	
	A Peregrina do Novo Mundo	1926	
	A Casa dos Móveis Dourados	1927	Ciclo da Glória ou Definitivo
	O Voo das Trevas	1927	
	- - - Quatro romances	1928-1934	
	Pequenos Mundos e Velhas Civilizações	1937	
			* Sem edição em livro

Fontes dos dados: ALVES, s/d e CABRAL, 1940

Na biografia de 1940, Alexandre CABRAL pondera três ciclos na obra castriana, não excluindo, mas desvalorizando, os dois textos publicados no Brasil: o Ciclo da Iniciação, que nasce com *Mas…* (1921-22) e vai até *A Metamorfose* (1924), uma prosa de vocábulos "violentos e sonoros" de um realismo "cru" e impetuoso, ditada pela "revolta" e as "feridas da miséria" (p.56); O Ciclo Poético ou da Transição "do romantismo extreme", entre *A Morte Redimida* (1925) e *A Peregrina do Mundo Novo* (1926), marcado pela "duplicidade" entre imagens românticas e personagens poéticas e a faceta revolucionária dos temas contundentes no suplemento de *A Batalha* (p.57); e o Ciclo da Glória ou Definitivo, da "crua" humanidade (p.61) decalcada do seu drama vivo, que se inaugura com *A Casa dos Móveis Dourados* (1927), contém os quatro primeiros romances canónicos,

entre 1928 e 1934, e fecha com *Pequenos Mundos e Velhas Civilizações* (1937) [Quadro 4].

Em *Mas…*, conjunto de sete pequenos ensaios e uma novela, o jovem escritor arrisca a crítica a grandes nomes da literatura portuguesa e mundial, enquanto autores e enquanto pessoas: Shakespeare e Wilde, Schopenhauer e Ibsen, Sarah Bernhardt, Nietzsche, Goethe, Lamartine. Enaltece toda a obra de Raul Brandão, em especial *Húmus*, esse texto misto de reflexão e ficção publicado em 1917, e insurge-se contra os excessos de ironia de Eça de Queiroz e do "país de ridicularizantes" e "de ridículos" (p.18).

A Epopeia do Trabalho congregava legendas sobre os ofícios de uma sociedade mais igualitária, uma apologia da dignidade do trabalho e do trabalhador, inicialmente publicadas em *A Batalha* a acompanhar desenhos de Roberto Nobre (ALVES, 1994b). Fazendo jus ao temperamento insubmisso do autor, *Êxito Fácil* satirizava a literatura conformista; S*angue* Negro traça um ambiente psicológico onde "assistimos ao sentimentalismo que os lugares e as paisagens despertam nele" (MARTINS, 1999); e com as memórias da vivência na carreira do Oiapoque escreveu *A Boca da Esfinge*, em coautoria com Eduardo Frias [84] (ALVES, s/d e J. BRASIL, 1961).

Num *Ecos da Semana* intitulado "Estratégia Literária" (Março de 1925, ed. 2004:27,28), Ferreira de Castro já apelidava estes títulos experimentais como "pegadas vacilantes" e "indecisos voos da alma" – de qualidade insuficiente para figurarem no seu conjunto canónico, nomeadamente nas *Obras Completas,* cuja publicação se inaugurou em 1949. Manteve assim a fidelidade ao ponto de viragem artística que desvenda em "Pequena História de *Emigrantes*" (1966):

> Eu tinha vinte e sete anos e olhei para trás. Tudo quanto havia escrito, todas as experiências estéticas já realizadas, inclusive as páginas mais audaciosas (…) encontravam-se imbuídas de romantismo, sentimento que vinha desde a meninez e me acompanharia pela vida fora (…). Puxado pela avidez da singularidade, eu tendia para a criação de personagens singulares, (…) puramente imaginadas (…).

[84] Eduardo Frias (1895-1975): "Jornalista e escritor que, iniciando o seu percurso nos meios adjacentes ao anarcossindicalismo, veio a tornar-se apoiante do Estado Novo" (ALVES, 1994:17-nota).

5.2. A OBRA CANÓNICA

> Se houve escritor que mostrou quanto a libertação intelectual é indissolúvel da libertação social e por esta se bate, se houve, em suma, escritor 'humanista', esse foi Ferreira de Castro.
>
> Fernando Namora,
> *Livro do Cinquentenário da Vida Literária de FC*, 1967

Os catorze títulos da obra canónica elencam-se no Quadro 5. O berço da futura obra canónica fixou-o o autor após longa maturação interior e cultural, ao decidir "refazer o caminho literário", buscar a originalidade "na *vastitude* da realidade humana" (*op. cit.*) e iniciar *Emigrantes*. Esta rutura com a ficção anterior representou um salto qualitativo e inaugurou um extenso e definitivo ciclo literário. Na biografia de 1974, A. SALEMA identifica no conjunto canónico três direções: a dos romances autobiográficos e de observação direta, de *Emigrantes* a *A Lã e a Neve*; a da "descoberta da experiência histórica e social da humanidade" (pp. 40 e 41), nos livros de viajante, *Pequenos Mundos*, *A Volta ao Mundo* e *As Maravilhas Artísticas do Mundo*; e uma terceira, de *A Tempestade* a *A Missão*. As três "fundem-se", diz este autor sem explicar como, em *O Instinto Supremo*.

Quadro 5 – Obra canónica de Ferreira de Castro (1928-1974)

Título	Ano de edição
Emigrantes	1928
A Selva	1930
Eternidade	1933
Terra Fria	1934
Pequenos Mundos e Velhas Civilizações	1937
A Tempestade	1940
A Volta ao Mundo	1940 - 1944
A Lã e a Neve	1947
A Curva da Estrada	1950
A Missão (*A Missão, A Experiência*, "Senhor dos Navegantes")	1954
As Maravilhas Artísticas do Mundo	1959 - 1963
O Instinto Supremo	1968
Os Fragmentos ("Historial da Velha Mina", "Aldeia Nativa", *O Intervalo*)	1974
Sim, Uma Dúvida Basta (teatro)	1994 (1934)

Ficção Não Ficção Misto Ficção e Não Ficção

Fonte dos dados: ALVES, s/d

Jasmins PEREIRA (1956), por seu lado, deteta na obra linhas filosóficas principais: o amor ao ser humano, por parte de autor e personagens; a condenação da injustiça social; a confiança no futuro e num "reinado de igualdade"; a luta por uma existência desafogada como motivo central da ação; e a ausência de valores espirituais. Sobre esta, lamenta a obra "embebida de filosofia materialista" (p. 23). A menos que PEREIRA se refira a teores religiosos, discorda-se desta avaliação. Só o facto de perpassar pela obra uma dimensão espiritual quase pagã – manifestada no retrato da ligação do ser humano com a Terra-mãe, como veremos na Parte III, e expectável de quem manteve essa ligação nos moldes explanados no Capítulo 3 – prova que ela excede os fins do materialismo.

Também B. EMERY (em Vários, 1996:75) lhe nota o constante "poder de certas forças irracionais, capazes de ultrapassar a acumulação das contradições e das desesperanças". É ainda este académico da Universidade Stendhal, Grenoble, em *Le Luso-tropicalisme selón J. M. Ferreira de Castro* (1992:14) que defende estarem as formulações cristãs próprias da época ausentes da obra de um autor "Fonciérement athée, mais profondement impregné de christianisme, fasciné comme tant d'intellectuels par la grande aventure du socialisme, mais rebelle à toute adhésion formelle à quelque parti que se soit, positiviste à ses debuts, anarchiste à ses heures, confiant jusqu'à l'angélisme dans tous lés progrés, populiste par vocation littéraire, l'écrivain a toujours étè un inclassable, et un inclassé (…)". O epíteto "inclassable" baseia-se, como veremos em 5.1.5., na dificuldade de o inscrever numa linhagem literária concreta.

Escritor "simples" de "livros fundamentais", "sem pose de erudições francesas", assim descrito por PINHEIRO TORRES (1974:17), Ferreira de Castro atinge notoriedade universal com *A Selva* (1930), romance amazónico traduzido em dezasseis países (CALHEIROS, 1998a), e vê a sua obra alcançar numerosos públicos letrados em pelo menos vinte e um idiomas, por vezes traduzida por autores de renome. Na Biblioteca Nacional de Lisboa, EMERY (1992) encontrou sessenta traduções de romances castrianos em treze línguas, e descobriu outra dezena fora de Portugal. Nos inquéritos de 1973 da UNESCO, sobre as obras representativas da literatura mundial, o escritor figura entre os trinta e seis autores de língua portuguesa de sempre, selecionados pelos estados-membros e pelo Conselho Internacional de Filosofia e de Ciências Humanas, sendo *Emigrantes* a obra de referência (*op. cit.*). Ferreira de Castro já não assistiria à seleção de 1979, que, tendo

por base *A Selva,* o consagrava numa lista de treze autores emblemáticos da literatura portuguesa (*op. cit.*).

As páginas que J. Augusto FRANÇA lhe dedica em *Os Anos 20 em Portugal* (1992), ao lado de grandes nomes das artes, confirmam o seu relevo no meio cultural lisboeta dessa década. Numa pequena edição do Grupo Poético de Aveiro assinalando o centenário do seu nascimento, Óscar LOPES (1998:40) reconhecer-lhe-ia o estatuto de *bestseller* a partir da década de 1930, assinalando as invulgares tiragens de dezenas de milhar de *A Volta ao Mundo* e de *As Maravilhas Artísticas do Mundo*.

Mas a mudança de rumo literário e a subsequente aclamação nacional e mundial de Ferreira de Castro pelo público leitor e pela crítica não evitaram opiniões adversas. Em 1952, no *Diário Popular*, J. G. SIMÕES contrariava o epíteto de "maior romancista da Europa Ocidental" atribuído por Jorge Amado ao autor de *A Selva* (cit.p.ALVES,2006), admitindo-lhe não mais do que uma "efémera internacionalidade", inferior à "sólida universalidade de um Thomas Mann" (*op. cit.*:156-n). EMERY (em Vários, 1996:26) refuta este paralelo, por ignorar a enorme diferença entre a capacidade de difusão da língua "de cultura" alemã e a usual dificuldade dos autores lusófonos em obter notoriedade internacional.

Sobre as vozes críticas à obra, PALMA-FERREIRA defende, No *Dicionário Biográfico Universal de Autores* (s/d:1085-1087), que os analistas da época confundiram a "rudeza" e "simplicidade" dos romances castrianos "com falta de aparato estético". No mínimo, tratou-se de uma escrita não sincronizada com o modernismo (LOPES em Vários, 1996), corrente estética contemporânea das cinco décadas centrais da sua publicação. O modernismo desvalorizava o romance naturalista, visto como "previsível, datado e legível", e preferia o psicologismo à técnica de reportagem (JORGE, 1998:85). Dois caminhos que "cedo divergiram, não só nem essencialmente por opção estética do primeiro [Ferreira de Castro], mas também por razões ideológicas", explica ALVES (2007:23).

Mas o tempo consolidaria o reconhecimento do escritor, "Um nome universal onde os nomes nem nacionais chegam a ser", proclama Fernando NAMORA, no In Memoriam *de Ferreira de Castro* (1976:54). RODRIGUES LAPA, na *Estilística da Língua Portuguesa* (1984:124) identifica-o como "um dos nossos mais elegantes prosadores" e JORGE DE SENA (1988:40), reflectindo sobre eventuais sucessores de Camilo e Eça, declara: "De nove nomes, um é grande (Ferreira de Castro); outro é respeitável (Paço d'Arcos); outro tem importância na

formação do neo-realismo (Alves Redol)". E deve-se a Jaime BRASIL, na Introdução da edição brasileira das *Obras Completas* (1958, 1984:xxv), dirigidas por Afrânio Coutinho e J. Gaspar Simões, esta súmula crítica da forma literária castriana:

> Não tem nada da opulência verbal nem das escavações de arqueologia linguística dum Camilo, como nada tem do estilo vazado no bronze dum vernaculismo dum Herculano; nada da linguagem rendilhada, espumante de ironia, dum Eça, nem da hipertrofia orquestral de que Fialho orquestrava os seus sarcasmos. (…). O seu estilo, rico da seiva da vida, sem artificialismo, é português de lei (…).

Já Óscar LOPES (em Vários, 1996:262) tem o seu talvez mais eloquente testemunho ao igualar a homenagem a Ferreira de Castro a "homenagear a arte literária", pois este participara na construção do realismo que o crítico apenas se limitara a estudar. Forma de se redimir da indiferença votada ao autor de *A Selva* em *Entre Fialho e Nemésio – Estudos de Literatura Portuguesa Contemporânea* (1987), onde uma única e breve referência no Volume I o relega para mero figurante no paralelo com o contemporâneo Repórter X.

Bem firmado no panorama literário internacional, Ferreira de Castro obteve uma fama que não lhe subjugou a originalidade de estilo, nem a independência de ideologia, sua marca distintiva. Nas últimas décadas de vida foi alvo de especial atenção por parte do público, da crítica e dos amigos. Numerosas manifestações de apreço podem ler-se na correspondência selecionada em ALVES (2007)[85]. É conhecida a afeição mútua com Raul Brandão, também ele seduzido por ideias libertárias, "génio informe, trágico, convulso" (texto de homenagem em *O Século,* 1930, in *Castriana* n.º 1, 2002:105), "génio das expectativas infinitas", como o qualificaria noutra homenagem, em 1967 (in Vários, 1996:237). Também se sabe da convivência com Régio, em quem apreciava "a estética da beleza, a sobriedade e a claridade com que exprimiu o seu inconformismo" (*op. cit.*:247). J. de SENA (2001:238) identifica o juvenil artigo sobre R. Brandão em *Mas…*, este como "uma das mais portuguesas fontes em que Ferreira de Castro bebeu o que será depois o seu humanitarismo populista, a sua dialética (…) do sonho triste dos humildes". Opinião idêntica tem R. ALVES, que numa entrevista de 2014 sobre os quarenta anos da morte do autor de *A Selva*, diz ser Brandão "o escritor português com maior eco junto" daquele.

[85] O espólio documental do Museu Ferreira de Castro guarda correspondência com Eugénio de Andrade, Agustina Bessa-Luís, António Botto, Natália Correia, Jaime Cortesão, Júlio Dantas, Sant'Anna Dionísio, Vergílio Ferreira, Ruben A., José Lins do Rego (ALVES, s/d), Erico Veríssimo, Lygia Fagundes Telles e outros.

Para Agustina BESSA-LUÍS (in Vários, 1996:30), a divergência de género literário não impedia que "a essência da voz humana que ressoa numa e noutra obra [fosse] a mesma". E Rúben A. comentava num *Diário Popular* de 1966 (in NEVES, 1976:85), que Ferreira de Castro tinha "a estranha qualidade em escritores portugueses – que é a de saber admirar, mostrar ao mundo do dia-a-dia que a vida não é apenas um alguidar de lacraus onde todos se trincam sadicamente".

A reverência pelas qualidades humanas e literárias de Ferreira de Castro tomou forma nas comemorações de marcos do seu percurso literário e de vida, realizadas no triângulo de países da sua eleição – Portugal, Brasil e França –, assim como nas quatro publicações de homenagem que reúnem testemunhos de amigos e figuras do meio intelectual: O *Livro do Cinquentenário da Vida Literária* (1967), o In Memoriam *de Ferreira de Castro* (1974), o n.º 3 da *Vária Escrita* (1994-96), editado pelo vigésimo aniversário da sua morte, e o volume *Centenário do Nascimento* (1998).

Como já referido, o escritor inspirou em três ocasiões a distinção de pares e outros intelectuais para a candidatura ao Prémio Nobel. Para J. BRASIL (1961:83), este relevo justificou-se porque ele cumpria como poucos a cláusula do testamento de Alfred Nobel: "… àquele que produzir a obra literária mais notável no sentido do idealismo". A primeira candidatura, em 1951, é liderada pelo académico dinamarquês Holger Sten, na comissão de que fizeram parte João de Barros, Jaime Brasil e Roberto Nobre (ALVES, s/d). Ferreira de Castro viria a declinar outra iniciativa pública com o mesmo fim, em 1959, por respeito a Aquilino Ribeiro e Miguel Torga [86], apesar de o *Figaro Littéraire* o dar como favorito, ao lado de Alberto Moravia e Jean-Paul Sartre (*op. cit.*). Finalmente, em 1968, aceitou a candidatura integrada com Jorge Amado, promovida pela União Brasileira de Escritores.

Mas outros júris internacionais lhe exaltariam o valor. Depois do Brasil, França foi o país que mais acolheu a obra, traduzindo quase todos os romances e distinguindo-o com homenagens e prémios (ALVES, 1994a): no PEN Club de Paris, em 1950; no Club Français du Livre, ao selecionar *A Lã e a Neve* como melhor romance de língua estrangeira (SACRAMENTO em CALHEIROS, 1998a); o Grande Prémio Internacional "Águia de Ouro" do Festival do Livro de Nice, em 1970 (ALVES, s/d), atribuído por unanimidade ao conjunto da obra – distinção

[86] Apesar do movimento nacional a favor, encabeçado por João de Barros e Maria Lamas, e do incentivo em massa de intelectuais brasileiros, Ferreira de Castro esclarecia que não se candidatava por estar solidário com as candidaturas de Aquilino Ribeiro e Miguel Torga, "ilustres camaradas de letras" com quem não pretendia competir (Carta a Carvalhão Duarte, do *República*, 8 de Janeiro de 1960, in J. BRASIL, 1961:85).

inédita na história da literatura nacional (CALHEIROS, 1998a). Revela EMERY (em Vários, 1996) que Ferreira de Castro, José Saramago e Jorge Amado são os três autores em língua portuguesa com a quase totalidade da obra vertida para francês.

5.3. A OBRA COMO ENTIDADE VIVA

5.3.1. Do primeiro romance à última peça de teatro

Pode-se imaginar o todo da obra literária castriana como uma estrutura viva, e sobrepor a sua história a um ciclo vital, com o seu metabolismo e os seus estádios alinhados num fio cronológico – Nascimento, Crescimento, Reprodução, Apogeu, Declínio e Morte – e o fluxo contínuo de nutrição que suporta esse ciclo. É o que procura ilustrar o Esquema 7, cuja construção foi possível cruzando a leitura dos títulos com o material biográfico, principalmente entrevistas e textos memorialísticos do autor.

Situemos o momento do "Nascimento" no combinado ambiental de invulgar biodiversidade, acentuada rudeza humana e permanente desafio das margens selvagens do rio Madeira – cenário do escrito amazónico *Criminoso por Ambição*, aí criado em 1912, que modelou significativamente o estado de alma do jovem emigrante. "Momento" que será legítimo "expandir" até 1916, por ser o ano da publicação do manuscrito que trouxe na bagagem ao embarcar pela calada da noite no *Sapucaia* e da peça *Alma Lusitana*. Momento que ficaria igualmente associado a Belém-do-Pará, cidade da Amazónia litoral simultaneamente generosa e indiferente, cromática e desconcertante.

Considere-se a fase de "Crescimento ou Desenvolvimento" entre 1921 (*Mas…*) e 1927 (*O Voo das Trevas*), com os treze títulos que o autor alcunhou de "novelas aurorais". Nesse período experimental o jovem Ferreira de Castro dá largas à ambição literária, entrega-se à aprendizagem da arte de escrever e busca incessantemente uma orientação estética que o satisfaça. As duas fases não são estanques nem independentes, pelo que, da perspetiva da maturidade pessoal do escritor, a segunda estreou logo após o "Nascimento" na Amazónia: as vivências da região, das outras paragens do Brasil e já da vida errante de Lisboa foram-se constituindo, antecipadamente, em matéria para *Mas…* e os títulos seguintes. A fase de crescimento parece ter incluído a reflexão sobre a

natureza da escrita e a função da literatura, a avaliar pelo que se lê em *A Epopeia do Trabalho* (1926:71):

> O escritor abrange, como nenhum outro artista, todas as Artes, porque ele encarna a alma do poeta, o ritmo da música, a plástica da escultura, e a sua pena pode fixar a cor e a luz dos pintores – a sua pena pode reunir e sugerir todas as manifestações de Beleza.

Considere-se fase de "Reprodução" a lançada com a escrita e publicação de *Emigrantes* (1928), primeiro grande romance castriano e o quarto mais traduzido, que inaugura o ciclo romanesco essencialmente autobiográfico e de função catártica. Seguem-se o romance de clausura *A Selva* (1930), o mais traduzido, e *Eternidade* (1933). Além de corporizar uma nova via literária por rutura estilística com a obra da fase de crescimento, como vimos em 4.1., nesta trilogia o autor: a) expõe livre e assumidamente as suas causas pessoais, entregando mais da sua vivência íntima ao mundo, aos leitores; e b) permite que ela impulsione decisivamente o seu lançamento e disseminação nos planos nacional e internacional – uma "reprodução" no sentido quase biológico do termo, isto é, da capacidade para gerar descendentes.

É verdade que a obra subsequente, em maior ou menor grau, granjeou este feito de ampla divulgação, mas coube-lhe fundamentalmente um papel de consolidação, junto do público e da crítica, da anterior fase de aplauso. Esta é uma etapa que poderíamos classificar como de "Apogeu": um conjunto de nove títulos que se sucedem entre 1934, com *Terra Fria*, e 1968, com *O Instinto Supremo*, uma "trajectória longa e vária (…)" ao longo da qual "Ferreira de Castro cumpriu-se humanamente como romancista e realizou-se romanescamente como homem", afirma A. SALEMA (1974:39-40). Isto não obstante as circunstâncias menos ideais em que enceta o primeiro livro de viajante, *Pequenos Mundos e Velhas Civilizações* (1937), redigido "com desalento imenso" por exigências de sustento diário, como relata em "A Origem de *O Intervalo*" (1972, in *Os Fragmentos*, 1974:78).

Ora os textos reunidos em *Os Fragmentos*, alguns deles os últimos que Ferreira de Castro escreveu, são passíveis de formar a etapa "Declínio" no Esquema 7. Declínio no sentido não de decadência mas de perda natural de vitalidade. Enquanto alguns são recuperações importantes, caso de "O Intervalo", que por quarenta anos aguardou na

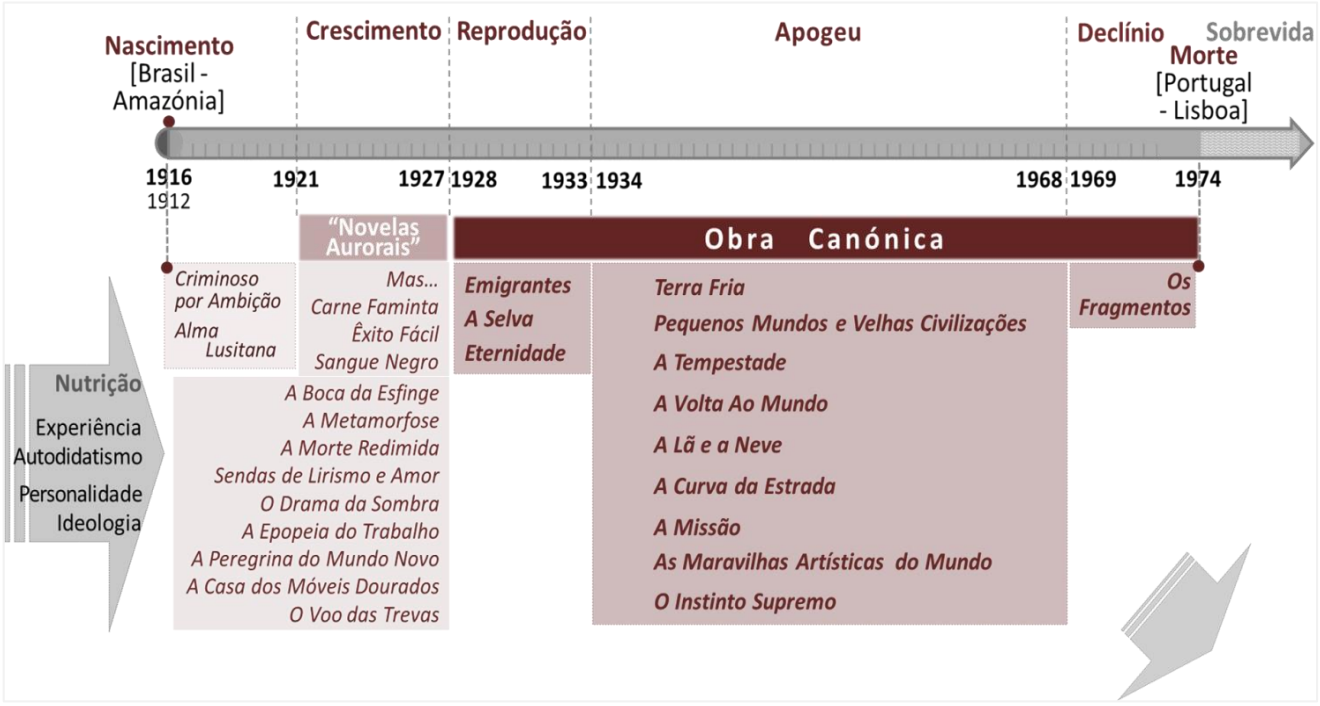
gaveta a abolição da Censura, outros servem-lhes de enquadramento, e o conjunto, preparado pelo autor para se publicar um dia em que o espectro da Censura desaparecesse, editado postumamente, resulta numa espécie de balanço de seis décadas de atividade literária. Fica excluída do esquema a peça *Sim, Uma Dúvida Basta*, escrita em 1936 por encomenda do então diretor do Teatro Nacional, que se manteve inédita pelas mesmas razões de *O Intervalo.* O escritor não teve intervenção na sua publicação, que se concretizou apenas em 1994, para assinalar o vigésimo aniversário da sua morte.

Sabe-se da Ecologia que nenhum organismo sobrevive sem o habitat que o suporta, providenciando-lhe, entre outros, a nutrição – matéria e energia (no Esquema 7, seta larga à esquerda). Água, sais minerais, proteínas e açúcares, oxigénio e luz solar são, nesta interpretação da obra castriana, substituídos:

1) pela experiência viva do autor, com a assimilação da potente influência amazónica antecedida dos ambientes natural e humano "nativos", diretamente vertida para a escrita; 2) pelo autodidatismo das leituras adolescentes, sobretudo autores literários francófonos; 3) pela personalidade do autor, uma característica inata; e 4) pela ideologia edificada ao longo da vida – ambas abordadas em 3.2. Transformado por um metabolismo próprio, este "alimento" resultou em tudo quanto Ferreira de Castro legou à literatura portuguesa e mundial.

Sobre esta obra arrisca-se ainda dizer que repartiu o ciclo vital por tantos habitats quantos os muitos cenários que, às escalas nacional e mundial, inspiraram, acolheram e presenciaram a escrita. O Pórtico de *O Instinto Supremo* expõe essa particularidade:

> Embora no vasto e diverso mundo numerosos romancistas tenham edificado as suas obras, tantas delas tocadas de perenidade, num só meio ambiental, terrestre ou marítimo, citadino ou províncias adentro, em planuras e montanhas, eu sempre preferi um novo território para cada novo romance. Seduz-me auscultar os caminhos que ainda não trilhei, estudar as atmosferas que a minha pena ainda não captou, desvelar o que é inerente a cada terra.



Esquema 7 – A obra castriana como entidade viva

Finalmente, é lícito falar em "morte" da obra literária apenas no sentido em que ela perde, com a morte do autor, a possibilidade de continuar a criar-se; cessaram os atributos que fizeram dela um ente vivo: já não se alimenta, não atinge um auge, não se reproduz. A obra castriana, porém, vive para lá do seu autor, e nessa sobrevida de termo imprevisível renova-se em cada novo público e recria-se em todas as novas leituras.

5.3.2. Os pilares da obra canónica

Recentremo-nos na unidade canónica, para voltarmos às fontes de alimentação da obra, no Esquema 7. As duas primeiras são exógenas – Experiência de vida e autodidatismo –, constituindo as restantes duas – Personaliade e Ideologia – fatores endógenos. Os quatro não são estanques entre si. Por exemplo, a ideologia libertária procedeu das leituras, mas sobretudo das suas imersões em meios com acentuadas injustiças sociais, como a Amazónia; as convicções humanistas edificaram-se a partir das leituras autodidactas, na biblioteca pública de Belém-do-Pará, como vimos em 3.2.. Ressalvadas estas ligações e arriscando algum excesso de simplificação, é possível construir toda uma estrutura de componentes, influências e resultados subjacente à obra canónica.

Uma característica da obra castriana pacificamente reconhecida por pares e crítica é a sua indissociabilidade da experiência vivida do autor, repleta de picos dolorosos e incerteza, enfrentada com coragem, altruísmo e integridade. Desde os escritos de adolescente surgem o seu drama pessoal mas também as "dores do mundo" (CABRAL, 1940:12), que afluem aos três primeiros romances: "Nas ilusões ingénuas e nas misérias de Manuel da Bouça [*Emigrantes*]; no sofrimento e revolta de Alberto [*A Selva*]; e na ânsia de eternidade de Juvenal [*Eternidade*]" (*op. cit.*:71 e 12). Álvaro SALEMA (1974:17), que conheceu bem o homem e a obra, evoca "um escritor consubstanciado nos seus livros", os quais nasceram "como frutos imanentes da [própria] vida". Já na "Homenagem Nacional a Ferreira de Castro", a mensagem lida em sua casa em 1953 referida em 3.1.4. (in J. BRASIL, 1961:76), o conjunto de intelectuais redactores declarava que com a sua obra, Ferreira de Castro "realiza uma unidade indestrutível".

O próprio o admitiu em "Pequena História de *A Selva*" (1955): "pela força da própria experiência pessoal, [que] todos os argumentos que imaginava começavam, invariavelmente, quase involuntariamente, na foz do grande rio". Mais tarde, numa entrevista de 1971 ao *Correio do Povo*, ouvia-se-lhe que "*A Selva* é um livro saído da experiência vivida – carne, osso e sangue", e os livros "*Missões* (sic), *A Experiência*, *Senhor dos Navegantes*, *Eternidade*" "são comandados pelos problemas interiores".

Esta "experiência comunicada", no dizer de J. PRADO COELHO (1975) aquando da inumação do corpo do escritor, confere à obra especificidade e originalidade, tornando-a "francamente revolucionária" (*op. cit.*). Luís F. REBELLO (em Vários, 1996:98) sintetizava a versão literária da vida dolorosa como "esteticamente paradigmática da transição da literatura romanesca do século XIX para o XX, ou seja, da neutralidade naturalista para uma arte socialmente empenhada". Uma sucessão de "Produções de uma força comunicativa que, pela fragrância das vivências e a sinceridade dos relatos, por inteiro baralhava os conceitos – e preconceitos" da "imperante crítica sofisticada da época (…)", denunciou D. MOURÃO-FERREIRA (cit. p. LISBOA, 2009:131).

À simbiose Vida – Obra junta-se outro atributo: a inscrição da obra num quase total autodidactismo, com predomínio da cultura francófona. J. BRASIL (1961:62) compara Ferreira de Castro a outros homens de letras portugueses, formados com acesso a "meios de desenvolvimento intelectual, de apuramento de sensibilidade, de enriquecimento do espírito" que estiveram barrados ao escritor de Ossela, durante

infância e boa parte da juventude. Em *Breve História da Literatura Portuguesa*, (1984), A. J. SARAIVA, (cit. p. ALVES, 2007:171) fala dessa ausência de "treino de letrado" na base de uma "obra que representa um corte com a tradição, tanto temática como estilística".

O Brasil não serviu ao romancista apenas como palco de experiências sofridas, despertar da consciência social e incursões estreantes pelas letras. EMERY (1992) encontrou na biblioteca de Belém, à época única cidade da desembocadura do Amazonas, um vasto fundo literário francês do século XIX. Também o jovem emigrante o descobrira, empenhando-se numa base de leituras que lhe enriqueceriam a escrita e contribuiriam para as opções ideológicas futuras: a literatura francesa – Balzac, Victor Hugo, Zola; os grandes russos – Tolstoi, Gogol e Gorki; autores portugueses e brasileiros; e ainda obras de Filosofia, Sociologia e Política (ALVES, 2004 e U. TAVARES RODRIGUES em Vários, 1996).

Émile Zola (1840-1902), mestre do naturalismo francês, foi referência literária basilar para Ferreira de Castro. Na biblioteca de Belém já este lhe admirava as opiniões públicas, o apreço votado à ciência, o desejo, revelado nas páginas de *Germinal* (1885), de "libertar os homens das suas velhas misérias e das suas obrigações milenárias" – como recorda em "Émile Zola", texto destinado ao livro *Présence de Zola* (Paris, 1953) [87] e transcrito em ALVES (1996:193). Pedro CALHEIROS, no *Centenário do Nascimento de Ferreira de Castro* (1998a:59), chama-lhe "espelho zoliano": evitando os dogmas que eram "no naturalismo a hereditariedade e o marxismo no neo-realismo", Ferreira de Castro privilegiou o convívio com os camponeses de *Terra Fria,* os operários e pastores de *A Lã e a Neve* e as bordadeiras de *Eternidade* para preparar a escrita destes três romances, num método de pesquisa semelhante ao do romancista francês ao descer às minas de Anzin.

Se experiência vivida e autodidatismo são os dois sustentáculos exógenos de uma obra que é um reflexo não linear dessa existência, a combinação destes com os fatores intrínsecos ou endógenos imprimiu no autor um rigoroso sentido de missão. O resultado foi o Romance Social, género onde se pode inserir a obra de ficção castriana. Basicamente, algo próximo da interpretação de ALVES (1996:138), que encontra nos textos castrianos a obediência a "um imperativo de intervenção cívica", em concordância com J. PRADO COELHO (cit.p. LISBOA, 2009:133), para quem Ferreira de Castro era dos que "fazem literatura possuídos da consciência dum dever para com o próximo".

[87] Para assinalar o cinquentenário da morte do escritor francês. O tributo de Ferreira de Castro ombrearia com os de Albert Camus, Hermann Hesse, Thomas Mann, François Mauriac, Stefan Zweig e outros (ALVES, 1996).

A este propósito missionário, o escritor juntava a ambição de criar "a Obra ideal", "aquela que perpetuasse pela noite dos séculos (…), como fascinante luzeiro, o nome do romancista" (CABRAL, 1940:61). Durante anos, sofrera com imperativos de sobrevivência que o vinculavam ao que chamou "obra ocasional" (Prefácio de *A Boca da Esfinge*, 1924), – o jornalismo. Entre outros textos de memórias, também "Origem de *O Intervalo*" (1972) se refere copiosamente a este dilema. Sonhava com uma obra que se perpetuasse "Ainda para além da morte", legenda inscrita no seu primeiro *ex-libris*, como veremos no capítulo seguinte, e que MARTINS (2002), tal como CABRAL, acredita interpretar o desejo íntimo do escritor de transpor as portas de Tebas e eternizar-se através da faina literária. Mas não apenas a obra intemporal e sim "A perfeição, materializada na obra humana", que "nunca se consegue, e quando se julga conseguir é miragem" – para citar Aquilino num discurso de 1963 na Sociedade Portuguesa de Escritores (in *Revist*a n.º 64 do *Jornal do Fundão*).

Obra ideal nos conteúdos, no seu contributo para a edificação de uma sociedade mais íntegra e equitativa, e obra ideal também na forma estilística. A este aspeto não foi alheia a decisão de manter longe da ribalta editorial os títulos anteriores a *Emigrantes*. Crê-se que subjacente a esta aspiração esteve a opção de abrir a maioria dos seus livros com um "Pórtico", em vez de um prefácio ou uma simples introdução ou intróito. Alguns pórticos de Ferreira de Castro revelam-se verdadeiros ensaios, de grande qualidade literária e valia documental, onde ele elabora sobre a temática central que se segue e desvenda a motivação que o guiou até àquela escrita. Note-se que o termo "pórtico", do léxico da Arquitetura, corresponde a um elemento já existente nos templos e outras obras de carácter cívico e monumental da Grécia e Roma antigas. Um pórtico, mais do que simples espaço de transição entre o exterior e o interior, papel bastante evidente nos intróitos castrianos, empresta profundidade e grandiosidade à obra arquitectónica em que se insere.

Remete isto para o exposto atrás: paralelamente aos traços de personalidade, também a ideologia medrada no curso de uma vida de intensas experiências alimentou e deu forma à escrita. Desde logo, a opção política anarquista, que presumia grandes doses de inconformismo e enriquecia a sua vertente marcadamente humanista; o universalismo; o pacifismo; um ateísmo militante. Igualmente decisivo foi o cientismo, que pesou na sua "filosofia da esperança", se bem que esta se manifestasse já nas suas

características de menino. Atesta-a um pequeno apontamento exposto no Museu Ferreira de Castro, redigido a lápis a 10 de Abril de 1914, no Paraíso, com o amigo seringueiro João António, ambos com os olhos postos num futuro longe da opressão da selva: "A esperança e a mocidade animam estes dois jovens, suavizando-os com o seu leque de phantasia".

Crê-se que o pacto entre o ideário, as opções de vida e o sentido de "missão" a que Ferreira de Castro devotou o ofício produziu uma obra "semi-*engagée*" [88], empenhada quanto baste, distinta da literatura "ao serviço" dos neorrealistas. "Sou um escritor, acima de tudo solidário e *engagé* com os homens do mundo inteiro", declarou na citada entrevista ao *Correio do Povo* (1971). Ao ficarem para trás os anos do anarquismo, manteve-se fiel às posições cívicas e políticas, que não se reviam, antes desvalorizavam, as congregações políticas. É o que sobressai do depoimento ao *Jornal do Brasil* (13 e 14 Junho de 1971): "Não tenho partidos, nem me defino como da esquerda ou da direita. Essas divisões não definem ninguém". A sua escrita, ferramenta de divulgação ideológica e intervenção social, evoluiu sempre no sentido da arte livre que preconizava, em textos obrigados ao humanismo de que era feito e à sua consciência.

Entretecendo-se com a ideologia, vários aspetos da personalidade de Ferreira de Castro marcaram decisivamente a obra. Crê-se ter sido o desejo de evasão, talvez na base do seu universalismo, a gerar uma trajetória nitidamente circular das temáticas e cenários dos romances. Verifica-se essa circularidade se partirmos do titubeante *Criminoso por Ambição* (1916, 1912) manuscrito em plena selva amazónica – inevitável lugar geográfico e emocional que revisitamos no último romance, *O Instinto Supremo* (1968). Mas se nos fixarmos apenas no subconjunto canónico [Quadro 5, Capítulo 5], a mesma lógica circular transparece, agora configurando um círculo imperfeito: também os dois primeiros romances se situam no Brasil, mas é o segundo, *A Selva* (1930), e não o primeiro, *Emigrantes* (1928), a inaugurar o teatro amazónico retomado cinquenta anos depois em *O Instinto Supremo*. Num e noutro caso, reina uma geografia interna dos romances que volve ao ponto de partida, em cenários, a maioria identificáveis e de incidência local, que coabitam com temas e princípios universais e universalistas.

[88] Literatura "engagée": comprometida com uma ideologia política ou social, não se limita a objetivos artísticos.

Outros traços de personalidade, como o sentido de revolta apurado no Brasil, um amor inabalável ao ser humano, à Natureza e à Liberdade, a persistente melancolia e a rejeição da morte, transparecem igualmente das narrativas e dos textos de não ficção.

5.4. NEORREALISMO E NOVO REALISMO

Em 1952, numa entrevista ao *Ler*, *Jornal de Letras, Artes e Ciências*, Ferreira de Castro afirmava ter sido essencial na sua vida no Brasil o contacto com operários pobres, sobretudo alfaiates, que viviam nas "ilhas" ou "pátios" próximas da barraca onde dormia em Belém-do-Pará. Compreendera também aí que um quotidiano de pobreza não significava falta de sorte ou de humildade, mas mera injustiça social: "Foi esse momento anónimo, esse momento de revelação, que influenciou toda a minha carreira de escritor e deu à minha experiência amazónica a expressão que ela veio, por fim, a adquirir".

Em "Os Novos Escritores e o Movimento chamado Neo-Realismo" (in ALVES, 2006), Jaime BRASIL reivindicara para o amigo o papel de iniciador dessa corrente literária. De facto, encontra-se em Ferreira de Castro aquele realismo "positivista, crítico" que, segundo FIGUEIREDO (1923:211,212), opõe "deliberadamente ao idealismo romântico o gosto da observação direta dos aspetos práticos da vida". PALMA-FERREIRA (s/d:1087) escreve que ele "atacou de frente graves problemas de implicação sociológica que os seus contemporâneos, ou mesmo os que o continuaram, não tiveram coragem de atacar". E Óscar LOPES (em Vários, 1996:101 e 103) traçou o perfil de um escritor "com um simples curso primário de quatro anos" que foi "o primeiro escritor da sua classe social que se antecipou aos neo-realistas (afinal em grande parte universitários, nos anos 30)". J. G. SIMÕES (em Vários, 1996:150) rotulou *Emigrantes* e *A Selva* como "marcos geodésicos de um novo realismo", pois, de facto, os dois romances surgiam na mesma época, embora se distinguissem, da inovação artística dos modernistas da *Presença*, que dissociavam a arte da realidade e evitaram as questões sociais como matéria de escrita.

O pioneirismo castriano na literatura social portuguesa foi sintetizado pelo ensaísta francês Robert BRÉCHON no *Livro do Cinquentenário da Vida Literária* (1966:287), ao ver na obra castriana "un des analyses les plus penetrantes qui aient été faites d'un type de societé transitoire, en voie d'adaptation et d'integracion, avec tous les

dechirements, les conflites, les miséres et les angoisses que celá comporte". Também em *Who's Who in Twentieth Century Literature* (1976), SEYMOUR-SMITH (cit. p. MARTINS, 1999:12) refere a importância política e social do "great social (…) realist in a country which, under dictartorship for most of the century, has badly needed one".

Para Urbano T. RODRIGUES (em Vários, 1996:89), o escritor não pactuou "com qualquer visão cor-de-rosa do mundo", situando-se entre o naturalismo de Zola e os dramas literários de Soeiro Pereira Gomes e Alves Redol, este geralmente aceite como autor inaugural do neorrealismo, com *Gaibéus* (1939). Apesar de, ainda segundo Urbano, *A Lã e a Neve* e *A Curva da Estrada* serem exemplos de textos não imunes ao neorrealismo – uma interpretação próxima de CALHEIROS (1998b), para quem o romancista personificava "Uma bela e sólida ponte entre Naturalismo e Neo-realismo".

Todo o volume *Os Fragmentos* constitui uma imagem desta dimensão castriana. Apesar de publicado em 1974 já após a morte do escritor, este preparou-o entre o final da década de 1960 e os primeiros anos da de 70, escrevendo os últimos textos evocativos que se lhe conhecem. "Historial da Velha Mina" – relato dos entraves a uma reportagem que os tráficos de influência da época lograriam manter na sombra – é um deles. O ambiente social e político do Portugal da época serve de fundo às circunstâncias que, no Outono de 1928 ou de 1929 (o autor não está certo do ano), levaram o jovem repórter de *O Século* a realizar uma reportagem às Minas de São Domingos, Mértola, a pedido das "toupeiras". Depreendem-se os seus valores de humanismo e solidariedade, pela denúncia das condições laborais da extração do cobre, do contraste entre as casotas insalubres das famílias mineiras e as residências luxuosas dos empresários britânicos. A missão de denúncia de outra injustiça social vetou, apesar do esforço de autocensura com que foi redigida, a sua publicação no periódico lisboeta. "Historial da Velha Mina" resulta também num tributo à luta conjunta, aos heróis coletivos que povoam a literatura neorrealista.

Porém, o rótulo de precursor da corrente neorrealista, autêntica fratura com o modelo intelectual então firmado no país, foi alvo de debate, dada a subjacente ideologia marxista desta, outra que não a inspiração anarquista de Ferreira de Castro (ALVES, 2007). Se é inegável que ele defendia a arte como expressão da realidade social e humana de uma época, viva e centrada no povo, Urbano T. RODRIGUES (1998:22) vê como diferença fundamental com os neorrealistas "a própria matéria novelística" castriana,

mais focada no indivíduo isolado, redundando na dimensão psicologista de alguns protagonistas. Miguel REAL (2004:156) também aponta a lacuna dos historiógrafos da literatura em não analisarem a obra castriana como identidade própria, "numa dialética tensional entre aparato estético e empenhamento social (…)". Visão partilhada por Nelly COELHO, da Universidade de S. Paulo (2007:211), para quem "O nervo vital de toda a [sua] obra (…) distingue-se dos neorrealistas pela 'Filosofia de vida': o seu 'humanismo fáustico' (…) difere do 'humanismo dialético' de inspiração marxista, que opõe visceralmente o indivíduo à classe social e é base do neo-realismo".

Defende Gustavo RUBIM, professor da cadeira de Literatura e Antropologia da Universidade Nova de Lisboa, que Ferreira de Castro destaca-se verdadeiramente como precursor da abordagem neorrealista não tanto pela ideologia que subjaz à sua escrita, mas pela sensibilidade que esta manifesta ao universo etnográfico dos lugares e gentes que retrata – e de que Alves Redol e outros viriam a ser seguidores.

Por outro lado, a tese de Ferreira de Castro "desbravador" da literatura de intervenção social colhe mais argumentos na realidade além-fronteiras. É o que defende PINHARANDA GOMES, no In Memoriam (1976:165), situando o escritor de Ossela na raiz do neo-realismo brasileiro. E ALVES (2004:2) confirma a adesão à sua obra dos novos autores nordestinos da época, os quais, por sua vez, viriam a influenciar "fortemente os jovens escritores portugueses da década de 40", estes sim de cunho neorrealista. Recorde-se que Jorge Amado era já um seu fiel admirador quando na juventude escreve *Cacau* (1933), romance sobre os trabalhadores das fazendas de cacau da Baía e, segundo o autor na nota de abertura, susceptível de ser visto como "proletário".

Em jeito de síntese, Jaime BRASIL proclama numa separata da revista *Afinidades* (cit. p. ALVES, 2006:87) que o autor de *Emigrantes* descobriu a "otcherk" [89] antes dos camaradas brasileiros e que certamente o seu romance de partida "antecedeu, de vários anos, os romances de temas sociais das literaturas da América".

[89] *Otcherk*: palavra russa para a arte documental, onde se inclui o romance-testemunho (*op. cit.).*

5.5. O "AUTO-SUPLÍCIO": CENSURA E AUTOCENSURA

Ferreira de Castro era presidente do Sindicato dos Profissionais da Imprensa quando o golpe de 28 de Maio de 1926 abriu caminho à instituição da Censura. No decurso da sua posição irredutível contra esse pilar do Estado Novo, abandona o cargo pouco depois, sem porém evitar o encerramento compulsório daquele órgão (ALVES, 1994a). Em 1934, cansado das restrições à liberdade de expressão e com quatro romances publicados, abandona o jornalismo "assalariado" na imprensa portuguesa, apenas com exceção das funções diretivas de *O Diabo*, no ano seguinte (ALVES, 2006:164-n). Esse árduo processo de decisão a culminar no seu afastamento de *O Século*, que ele receava tornar-se "um altifalante da autocracia", é recordado em "Origem de *O Intervalo*" (p.63). E o empenho dissimulador da realidade próprio da Censura é bem ilustrado nesta retrospeção da célebre entrevista ao *Diário de Lisboa*, em 1945, intitulada "O Momento Político":

> Uma vez, cheguei a escrever três artigos sobre o mesmo assunto – sobre o Natal – e todos foram proibidos, porque neles eu aludia aos pobres que, nessa noite, tinham frio. Chega a parecer inverosímil (…) que as esferas oficiais houvessem deliberado fazer acreditar o país e o estrangeiro que em Portugal ninguém tinha frio, nem fome, nem miséria, que havia, portanto, um Portugal que nós não víamos em parte alguma e que era diferente daquele que nós víamos todos os dias e em toda a parte.

O escritor, cuja obra fora "irremediavelmente prejudicada" por esse "Santo Ofício", aponta a Literatura como grande vítima da Censura. Fazendo jus ao seu génio inconformista e insubmisso, recorda ao entrevistador uma circular enviada aos jornais, proibindo "a transcrição de páginas de Alexandre Herculano, Ramalho Ortigão, Eça de Queiroz e (…) Oliveira Martins"; acusa o ataque às obras de Aquilino, Redol e Régio; e denuncia que as obras-primas estrangeiras estão a ser vedadas aos leitores portugueses.

Por este tempo afasta-se de António Ferro, com quem fundara em 1930 a "Página Portuguesa" da *Gaceta Literaria* (ALVES, s/d), entretanto mentor e dirigente do Secretariado de Propaganda Nacional. Membro da Comissão de Escritores, Jornalistas e Artistas do Movimento de Unidade Democrática (MUD), Ferreira de Castro lê em 1946, na Voz do Operário, uma inflamada "Mensagem" sobre "o governante que se instala e decreta o grande silêncio" (in *Vária Escrita* n.º 3, 1996:181). Esta, uma outra de 1949 e ainda a "Mensagem aos Democratas de Aveiro" (1956) exaltando os valores da liberdade, são entendidos por Ricardo ALVES como os principais textos castrianos de intervenção política.

Se na época os livros podiam ser subordinados à Censura Prévia após deixarem as mãos do autor ou, em alternativa, arriscar o confisco pós-edição, muitos enfrentavam o filtro da autocensura durante o ato criativo, em tentativas dos autores para evitar aquela via-sacra. O processo autocensório foi intenso e penoso em Ferreira de Castro e ele alude-lhe em numerosas ocasiões. O "autossuplício" dos que, não comungando da "mentalidade dominante", enfrentavam na escrita "todas as inquietudes do homem do nosso tempo" domina a citada entrevista de 1945. A "presença invisível que representa vetos definidos e vetos indefinidos" ("Mensagem", 1949, in *op. cit.*:185) surgira já em "Historial da Velha Mina". Aí sabemos do fantasma dos lápis azuis, "censor" que habitava o cérebro e coagia o texto frase a frase: "É imponderável e tem um peso enorme. Falta-lhe volume e ocupa o espaço todo".

Esta "autocastração", no dizer de CALHEIROS (1998a:17), barrou o avanço da série de fôlego "Biografia do Século XX", cujo projeto Ferreira de Castro revelara durante o diálogo com Jaime BRASIL "Ao canto da livraria", em 1943 (in ALVES, 2006:213), e que se veria reduzido à crónica-romance *O Intervalo*, conforme o próprio relata em "Origem de *O Intervalo*". Mas U. Tavares RODRIGUES [90] avança uma interpretação desse esforço de contenção literária: a inabilidade de Ferreira de Castro para praticar uma escrita cujo grau de codificação lhe permitisse escapar à vistoria censória – outra característica que, ainda segundo Urbano, o diferenciava dos letrados neorrealistas.

Ensaiando uma analogia, não da obra castriana, mas agora do seu autor com um qualquer organismo inserido num ecossistema, podemos interpretar a auto-imposição de teores e forma narrativos que não atiçassem a perseguição por parte do regime como um mecanismo de adaptação com a finalidade de garantir a sobrevivência e o equilíbrio. A Censura assume nesta versão ecológica o papel de ameaça ambiental sobre um ser consciente da sua vulnerabilidade. Esta capacidade permitiu a Ferreira de Castro materializar a ideia de H. D. Thoreau em *Walden* (1854, ed. 2009), de que, do muito material publicado, pouco é o que deixa marcas no leitor; isto apesar de essa consagração em vida ter passado na posteridade por aquilo que Eugénio LISBOA (2009:129,133) chamaria "o purgatório" [Ver Apêndice VI].

Um olhar sobre como a temática ambiental contaminou a obra castriana não ficcional ocupa o capítulo seguinte.

[90] Cf. Apêndice V: Entrevista [4].

Capítulo 6. NATUREZA E ECOLOGIA HUMANA NA OBRA NÃO FICCIONAL

(…) A Natureza só se dá através do crivo das denominações, e ela que, sem tais nomes, permaneceria muda e invisível, cintila ao longe, por trás deles, continuamente presente para além desse quadriculado que, no entanto, a oferece ao saber e só a torna visível quando inteiramente atravessada pela linguagem.

M. FOUCAULT, *As Palavras e as Coisas, uma arqueologia das Ciências Humanas*, 1981

6.1. A NATUREZA COMO INSPIRAÇÃO

Figs. 9 (a) e (b) – *Ex-libris* de Ferreira de Castro: primeira e segunda (última) versões.

Os capítulos 3 e 4 procuraram explorar a importância da Natureza, nas suas diversas cambiantes, na pessoa e na realidade vivenciada de Ferreira de Castro. Pretende-se agora demonstrar a contaminação, por esse tema tão caro ao homem, do material produzido pelo escritor. Enquanto para o primeiro objetivo se recorreu essencialmente a material autobiográfico ou memorialístico do próprio ou de quem com ele privou, este capítulo, não depreciando esse conjunto de fontes, instala o seu foco no *corpus* literário não ficcional, igualmente representativo das tendências e preferências castrianas: temáticas abordadas, opções estilísticas e *ex-libris*, etc..

6.1.1. Entre o *Vulcão* e a *Brisa*

No já citado depoimento recolhido por Álvaro SALEMA em 1973 (SASSETTI, 1998) escuta-se Ferreira de Castro evocar uma imagem dos primórdios da sua biografia literária:

> Mal cheguei ao Amazonas, desatei a escrever (…). Escrevia no meu quarto, escrevia no banco da sapotilheira que até há poucos anos existia, e talvez ainda exista, em frente ao barracão onde eu habitava. E, algumas tardes, metia-me numa canoa, subia três ou quatro quilómetros do rio Madeira, pousava depois o remo e, ao descer ao sabor da correnteza, escrevia, também.

Esta memória é útil para nos reconduzir ao seu passado amazónico. Já não para reviver os traumas pessoais que daí carreou, não para autenticar a génese do seu âmago humanista, mas para propor uma avaliação da importância exercida pela Natureza no próprio impulso da escrita e como entidade inspiradora.

Contra toda a adversidade que a floresta impunha, no vazio de estímulos letrados ou intelectuais, apesar do constante fundo de susto, dor e incerteza – o talento literário do jovem emigrante despontou como uma inevitabilidade no recesso do ambiente amazónico. O material estudado aponta claramente para que as suas primordiais composições, bem mais do que uma reação à inospitalidade da Amazónia, foram a manifestação de um dom irreprimível, de uma energia criadora que se elevou acima da densidade dramática das circunstâncias. Por isso se afigura redutora a interpretação de Peregrino JÚNIOR, presidente da União Brasileira de Escritores (cit. p. SALEMA, 1974), que viu nessa pulsão juvenil de escrita em plena selva sobretudo uma forma de vencer a solidão e as saudades. O próprio Ferreira de Castro declararia numa entrevista ao n.º 1 do *Ler*, *Jornal de Letras, Artes e Ciências*, de Lisboa (Abril de 1952) que "Mesmo que não tivesse estado na Amazónia, eu teria sido escritor".

O momento de comunhão entre o aspirante a escritor e o ambiente fluvial, relatado na mesma entrevista áudio, oferece novo testemunho do seu deslumbramento pela Natureza e levanta o véu sobre como Ferreira de Castro a assimilaria enquanto inspiração, matéria de escrita e fonte de opções estilísticas. O rio Madeira ficaria tão indelevelmente impresso na sua mente que até "Aldeia Nativa" (1969, in *Os Fragmentos*, 1974:54), substancialmente dedicado a Salgueiros, não lhe é imune, dedicando-lhe um paralelismo com o Caima e uma breve enumeração da sua temível fauna fluvial.

No volume In Memoriam (1976), A. V. NEVES chama a atenção para o primeiro *ex-libris* do escritor, desenhado por Henrique Tavares [Fig. 9(a)]: um livro com a inscrição "Ainda para além da morte" e a esfinge que sobre ele repousa são as peças centrais. Símbolo do "enigma, da provação e da ameaça de morte" na mitologia grega, a esfinge metaforiza, segundo AMORIM (1998:32 e 34), "o modo como Ferreira de Castro traduz literariamente a sua experiência emocional" da selva amazónica – "a de um monstro enigmático e mortífero" – enquanto o livro significaria "a função catártica da escrita nos tempos do Paraíso" e a compreensão dos destinos humanos que aí adquiriu. No que respeita à imagem esfíngica, esta interpretação está em sintonia com o exposto no

capítulo anterior sobre a Natureza sinónimo de ameaça.

Mas outros elementos repousam em pano de fundo: o mar, uma colina, uma árvore isolada e esguia. A simbologia do mar enquanto dinâmica da vida é universal, mas CHEVALIER e GHEERBRANT (2010:439) acrescentam-lhe a da transitoriedade, da imagem simultânea da vida e da morte. Tendo em conta o exposto no Capítulo 3 – Ecobiografia, é inevitável relacionar este mar com uma norma primacial da vida de Ferreira de Castro: as sucessivas "transições", desde logo a que o levou do contexto familiar e seguro da aldeia natal até ao mundo incógnito e feroz para lá do Atlântico e da linha do Equador.

A definição destes autores segundo a qual o elemento "colina" marca, genericamente, "o início duma emergência e da diferenciação" (p.211) parece sintonizar-se com a trajetória pessoal e profissional do autor de *A Selva*. O mesmo se aplica à árvore do canto superior esquerdo do *ex-libris*, aparentemente um cipreste: o perfil que temos vindo a traçar, nomeadamente no Capítulo 4, justifica a escolha desta conífera, se atendermos à conotação funerária comum em toda a região mediterrânica, talvez pelas suas características de resina "incorruptível" e folhagem persistente, que invoca a resistência às intempéries, a imortalidade e a ressurreição (*op. cit.*:201).

Encontram-se nos textos não ficcionais de Ferreira de Castro, desde os alvores até aos últimos "fragmentos", abundantes opções estilísticas com indiscutível raiz na Natureza. Não terá ido tão longe como o Padre A. VIEIRA e a sua "Alegoria da Árvore" [91], que conquistou a intemporalidade através da eloquência e da arte retórica e com quem tinha em comum o sonho da justiça social. Mas é justamente no Pórtico de *Os Fragmentos* (1974:12), assinado a 16 de Julho de 1969, dia da partida do homem para a lua, que se lê:

> Sabe-se que os nossos actos são fragmentos do todo que é a nossa vida e do que nela persiste de herdado, folhas novas que não carecem de Primavera para suceder às velhas nos troncos e nos ramos onde circula a seiva vital.

Já *A Epopeia do Trabalho* (1926:71) via a palavra dos escritores como algo que "ora ribomba como um vulcão em fúria, ora murmura como brisa melodiosa". Anos antes, nas páginas iniciais de *Mas…* (1921) lia-se que "É presa a Terra como um globo

[91] Padre António Vieira (Lisboa, 1608 – Baía, 1697). A "Alegoria da Árvore" faz parte do *Sermão da Sexagésima*.

flutuando num copo de água" (p.3), mote para muitos aproveitamentos estilísticos dos animais, plantas e outras componentes da Ecosfera que figuram pelo livro fora. A crítica a *Húmus*, por exemplo, descreve "(…) um grande livro – a erguer-se no campo florido do pensamento latino"; e Raul Brandão, cujos olhos "nórdicos" "falavam constantemente das estepes russas" (p.34), era "Um solitário – A cismar ante a junção do Douro com o Atlântico. E a deixar o pensamento navegar pelo oceano – já que a terra é pequena".

É da mesma época o artigo na *Renovação* n.º 23, de 1 de Junho de 1926, em que o jovem divagava sobre a evolução da Justiça, "(…) um grande rio que flui desde as montanhas dos séculos mais remotos, alargando sempre o seu caudal. Foi sentimento antes de ser ideia. Foi intuição antes de ser aspiração".

O ano em que se comemoraram os cinquenta anos de vida literária castriana, 1966, foi rico na estilística alusiva aos elementos da Natureza. "Pequena História de *Emigrantes*" fala-nos da infleção de rumo literário que deu origem ao romance [Ver Cap. 5], inicialmente difícil de trilhar, pois "Não era o realismo um oceano tão fácil de navegar como me havia parecido, mas nas suas vastas e mui diversas águas a minha vela marchava toda fervorosa (…)". E no discurso da inauguração da estátua ao "Emigrante", no mesmo ano (in ALVES, 1996:229), o escritor comparava a sua insignificância de menino a "essas pedritas soltas que as enxurradas fazem rolar pelas encostas e só se detêm, como cisco, entre carumas e cascas de pinheiros, junto de rochedos enormes e solenes".

Em 1965, dava ao entrevistador J. FREITAS uma imagem pessoal, aliás pouco elucidativa, dos erros humanos: "Incontáveis sedimentos [que] se vão acumulando no seu espírito inconscientemente. (…) E essa sedimentação, esses diferentes coalhos de lias sucessivas descarregam frequentemente reações imprevisíveis" (in In Memoriam, 1976:96). Esta marca estilística é longitudinal ao percurso castriano, e vem culminar em "Origem de *O Intervalo*", de 1972 (in *Os Fragmentos*, 1974). Nesse último texto lembra-se dos tempos de trabalho disperso por múltiplos jornais: "Era uma ave que cantava em muitas árvores, sem a nenhuma ficar ligada por um ninho" (p.65); e recorda como "Pedra grande, subitamente rolando da áspera encosta sobre o meu caminho" as dificuldades materiais que enfrentou após abandonar o jornalismo, em 1934 (p.64).

Agostinho GOMES, em In Memoriam (1976:166) apelida-o de "poeta lírico-comprometido", por ter denunciado despotismos e repressões; "poeta trágico", pela

tónica na dimensão trágica humana, nos explorados na selva, nas fábricas, nas minas, nos campos; "poeta épico-dramático", ao "levantar paisagens dantescas, montanhas ciclópicas (…) em dolorido contraponto das misérrimas subserviências humanas"; e finalmente "poeta lírico-paisagista", que percorreu as "encruzilhadas da humanidade" e as descreveu em *Pequenos Mundos e Velhas Civilizações* e *A Volta ao Mundo*.

O facto é que, em vida e depois da sua morte, foram vários os verdadeiros poetas que o evocaram em verso, com dedicatórias de admiração ou apenas de camaradagem. Muitos estão reunidos na antologia não publicada "Alado Rosto", de Ricardo ALVES, apresentada na Primavera de 2013 nos *I Encontros* dedicados ao escritor, em Ossela. Não tendo sido, enquanto autor, seduzido pela poesia, Ferreira de Castro escreve num prefácio que a ela recorria "como quem usa morfina", cita a antologia.

Desde a "Evasão" que o mar representava para João de Barros ou o seu "Louvor do Ar", passando por "A Canção das Águas" de Rebelo de Bettencourt ou o "Luar Sensual" de Alexandre de Córdova, até à "Dança das Folhas Mortas" de Afonso de Castro ou a "Latitude" de Luís Veiga Leitão – são numerosos os poemas "A Ferreira de Castro" versando temas da Natureza terrestre ou celeste. Possivelmente com base na convivência pessoal e na leitura da sua obra, de alguma forma estes autores intuíram ou tomaram consciência de como a temática da Natureza era cara ao escritor.

É ainda a citada antologia que inclui "Choram as Pedras", escrito em 1937 no local da Serra de Sintra onde Ferreira de Castro viria a ser inumado, e que o autor Francisco Costa, seu amigo e diretor da Biblioteca Municipal de Sintra, lhe dedicou em 1976.

6.1.2. O olhar sobre outros escritores

Esses poemas formam pequenas retribuições aos olhares de benevolência e poesia que também Ferreira de Castro dispensou a alguns dos seus pares da literatura e onde a Natureza enquanto musa inspiradora parece ter sido critério.

Um texto de 1934 publicado no n.º zero de *O Diabo* – "Euclides e Herculano" (in ALVES, 1996, in *Vária Escrita* n.º 3) – estabelece um paralelo entre Alexandre Herculano e

Euclides da Cunha [92], "irmanados pelo mesmo arcabouço literário, pela mesma forte orquestração verbal", ambos com prosas de "sonoridades de bronze imperecíveis" (p.156). É com o romancista brasileiro da "nova literatura, cheia de ritmos estranhos, de cenários inéditos e de vozes portentosas" (p.155) que o autor de *A Selva* admite maior afinidade – uma afinidade que não seria independente do forte teor telúrico de *Os Sertões* (1901), romance carregado de imagens da Natureza do sertão baiano. Mas o que importa salientar é que este exercício de comparação mostra como a sensibilidade castriana ao tema da representação literária da Natureza e da paisagem ultrapassava as próprias opções para atentar nas opções de outros: Alexandre Herculano "escritor de gabinete" "que vivia para o estudo", tinha uma "imaginação [que] trabalhava sobre a erudição e importava-lhe, sobretudo, a vida que se fora e não a vida que existia para além da janela" (*op. cit.*:156); já Euclides da Cunha "debruçava-se à janela e contemplava, sofregamente, os homens e a paisagem, a vida nas suas mais variadas expressões" (p.157).

> Herculano tem pouca cor. Euclides, pelo contrário, está cheio de policromias (…). A sua terra nativa influi nele (…) e, assim, o verde dos bosques tropicais encontra-se frequentemente nas suas páginas (…). É mais paisagista que Herculano; cultiva mais o ar livre, o contacto do homem com a terra e não apenas consigo mesmo. (…) Nos trabalhos novelescos de Herculano (…) sente-se o fulgor romântico da época", "Em Euclides, pelo contrário, o romantismo não se exterioriza senão por essa atitude do intelectual ante as pompas da Natureza, essa comunhão espiritual com os encantos da paisagem e que é, no âmago, de origem romântica. (…) Mas até perante as paisagens luxuriosas, deslumbradoras, o cérebro de Euclides não permite que o artista que há nele tome apenas uma atitude de assombro (…). O pensador acompanha o lírico e, assim, vemos quase sempre Euclides no gesto de quem quer dominar a paisagem e não deixar-se dominar por ela" (p.158).

Desta apreciação transparece a velha linha de pensamento que enaltece o domínio do humano sobre o natural, perfilhada por Ferreira de Castro, como vimos no Capítulo 4. Leia-se como, no mesmo texto, ele discorre sobre a então nova literatura brasileira através de imagens do mundo natural nordestino (Ferreira de Castro em ALVES, 1996:155):

[92] Euclides da Cunha (1866-1909): escritor, jornalista, sociólogo, historiador brasileiro de convicções republicanas, membro da Academia de Letras Brasileira. Autor de *Os Sertões* (1902), romance sobre a "Guerra de Canudos", em 1897, insurreição popular que marcou a transição da monarquia para a república no Brasil. (Fontes: http://www.euclidesdacunha.org.br/ e http://www.historiadobrasil.net/guerracanudos/).

> E ficamos de ouvido à escuta, ora enlevados ora surpreendidos pelo novo acorde, por essa vida multiforme que rola das imensas planícies, onde o sol dos trópicos dardeja os seus raios mais ardentes, ao silêncio sinfónico das matas virgens (…); desde a terra alta, onde rugem as cachoeiras, aos grandes vales onde deslizam, pesados, lentos, majestosos, os rios enormes; desde o litoral, com as suas cidades de fisionomia cosmopolita, ao sertão onde, em noites de luar, gentes humildes desfiam, à viola, dolentes canções.

É ainda em maré de comparações que um texto castriano de 1953 (in *Vária Escrita* n.º 3, 1996:193) põe lado a lado a extensão dos romances de Zola e o apurado texto de dimensão média de *Madame Bovary*, de G. Flaubert. Para tal socorre-se de nova metáfora de inspiração paisagística: "Uma torrente não é menos importante do que um rio calmo, comedido, pelo facto de este ser mais harmonioso e mais transparente". E no artigo de homenagem a João de Barros citado anteriormente a propósito da relação com o mar (1956, in *A Castriana* n.º 4, 2009), o amigo de Ossela descreve-o como o "poeta do Mediterrâneo" cujo "entusiasmo pelas forças da Natureza" (p.160) o tornou "cantor da vida, das pompas da terra e das energias do espírito" (p.158).

Em 1960, e contra seu hábito, aceita prefaciar a edição portuguesa de *Gabriela, Cravo e Canela*, de Jorge Amado (in *Vária Escrita* n.º 3, 1996:219-222). Aproveita então aspetos naturais do romance *Cacau* (1933), que alguém lhe enviara duas décadas antes, para qualificar o escritor baiano: "(…) como o sol tropical sobre os próprios caminhos dos cacauais, cheios de irregularidades no piso, o talento de Amado fulgurava intensamente, com a frescura do seu estilo, a autenticidade do meio que descrevia (…)". Dois anos depois, no Suplemento do *Diário de Lisboa* (in *op. cit*.:223-224), é ainda com uma metáfora invocando a Natureza que se referia a Blaise Cendrars, o poeta francês da "poesia auroral":

> Numa época em que (…) quase todos os romances deixam aparecer à superfície, como terra recentemente lavrada, as raízes de outros romances, numa época em que a maioria dos poetas nos recordam outros poetas já lidos, a obra de Blaise Cendrars aparece-nos solitária como uma dessas ilhas longínquas de que ele gosta tanto de falar e onde ninguém, antes dele, tinha desembarcado.

6.2. O *GUIA DE PORTUGAL* III

> A terra em que nascemos, bela ou horrenda, viçosa e colorida como uma horta pegada a um jardim ou árida e monótona como um deserto, é sempre para nós (…) aquela por cujo padrão havemos de amar ou de menosprezar as paisagens do futuro.
>
> "Mensagem aos Democratas de Aveiro", 1956

O que falta, em Ferreira de Castro, de empenho na descrição minuciosa, quase naturalista, do universo dito "natural", à moda de um H. D. Thoreau, sobra nas descrições funcionais da relação orgânica do ser humano com a terra, nos vários locais onde habitou e territórios que visitou pelo mundo. Testemunhamos essa faculdade, simultaneamente de observação e de transposição literária, no seu contributo para o G*uia de Portugal*, que se desenvolve da página 605 à 616 do Volume III Tomo I – Beira, Beira Litoral (PROENÇA e DIONÍSIO, 1945, 1993). Procede-se a uma análise autónoma desse texto porque: 1. é o único escrito castriano especialmente mandatado para descrever um território concreto, na multiplicidade das suas características estéticas e funcionais; 2. nele o escritor favorece um prisma de observação nitidamente eco-humano, onde a identidade cultural local se mescla a todo o momento e a cada passo com as componentes naturais da paisagem.

O *Guia de Portugal*, seis volumes publicados de 1924 a 1966, é uma monumental obra de índole geográfica e de interpretação da paisagem portuguesa. Abrangente nos horizontes geográficos e culturais que retrata, complexa na organização e conteúdos, disciplinada no método e ambiciosa no propósito, cativou a participação de individualidades consagradas dos meios artístico e técnico-científico português da época.

Raul Proença, detentor de "notável antecipação sobre a consciência ambientalista contemporânea", na ótica de António QUEIRÓS (2007:32), idealizou-o e coordenou apenas os dois primeiros volumes (1924 e 1927)[93]. Se este autor gaba o "estilo de divulgação científica que hoje é comum mas era inédito na época", Orlando RIBEIRO teve opinião menos elogiosa: no final de *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico* (1945, 1986:175), entende a obra "concebida para a visita de monumentos e lugares pitorescos", com

[93] Em 1927, motivos de saúde e políticos impediram-no de continuar. O Volume I saiu pela Biblioteca Nacional, dirigida por Jaime Cortesão, tendo Aquilino como segundo bibliotecário e Raul Proença chefe dos serviços técnicos. Seguia a ideologia da *Seara Nova*, de que este foi fundador: "regeneração e exaltação patriótica", o exercício da cidadania ativa e o conhecimento profundo da identidade portuguesa (ALVES, 2007 e 2004b:91).

volumes "mais desenvolvidos e mais frouxos". Porém, o prefácio do Volume I (PROENÇA, 1924, 1979:LIX-LXI) apresenta-a como "nem só literatura, nem só arte, nem só arqueologia, nem só geografia, nem só paisagem, nem só roteiro à Baedeker", mas tudo em simultâneo. A "Dedicatória" poderia considerar-se uma visão romântica inserível no universo interdisciplinar da Ecologia humana, à luz do perímetro académico que a define:

> A todos os que não desejam fazer perpetuamente justa a frase de Montesquieu, ao dizer dos Portugueses que tinham descoberto o mundo, mas desconheciam a terra onde nasceram; este livro, inventário das riquezas artísticas que ainda se não sumiram na voragem, e das maravilhas naturais que ainda não conseguimos destruir, antologia de paisagistas, *vademecum* de beleza, roteiro dos passos dos Portugueses enamorados, indículo de pequenas e grandes coisas que requerem o nosso amor – pelo passado, pelo presente e pelo futuro – é oferecido e dedicado.

Na "Introdução Geográfica" (*op. cit.*:15), que repartia Portugal continental "em duas regiões principais, a do Norte e a do Sul, separadas pelo Tejo", Silva TELLES [94] explana a geologia, a orografia, o clima e o revestimento vegetal, aptidões agrícolas e produção mineral, aspectos demográficos, comerciais , de navegação e as divisões administrativas, eclesiásticas, militares e judiciais, etc.. Debruçando-se ainda sobre "as feições dos seus rios" (p.17) e as configurações da costa, dedica um ponto à "extrema variedade dos tipos de paisagem" de Portugal, "uma sucessão cinematográfica de formas arquitectónicas diversas e de revestimento vegetal poligénico" (p.22). A "Introdução Etnográfica" ficou a cargo de AQUILINO RIBEIRO, que elabora sobre as diferenças de personalidade coletiva dos diversos "tipos" de português à medida que se avança no retângulo luso de norte para sul, sobre as habitações tradicionais, as indumentárias regionais que "desaparecem sob a nivelação do trajo cosmopolita" (*op. cit.*:69), o atropelo das "indústrias caseiras" pelas "fabris" (p.73), as festividades tradicionais (com breve alusão às touradas que tanto incomodavam o amigo Ferreira de Castro) e ainda as expressões da música popular.

Não é despiciendo que o autor de *Emigrantes* tenha sido chamado a integrar essa gama de literatos reconhecidos como especialmente afins dos valores da terra, para colaborar numa obra que já então expunha "os modernos conceitos de paisagem global e de preservação do património cultural e biogenético", segundo A. QUEIRÓS

[94] Silva Telles (Goa, 1860 – Lisboa, 1930): Primeiro catedrático de Geografia em Portugal (Fonte: GARCIA *et al*, 2006, *on line* em http://www.apgeo.pt/files/section44/1227034790_Inforgeo_18_19_p009a018.pdf).

(2007:32,33). O escritor e Raul Proença mantinham alguma afinidade, com o primeiro partidário da "democracia liberal e socialista, que salvaguardava a essencial dignidade do indivíduo" e o segundo admirador dos "Panfletos" contra a Ditadura Militar, que em 1926 condenaram o inovador bibliotecário à expulsão da Biblioteca Nacional e ao exílio em França (ALVES, 2004b:95).

Conhecendo *Emigrantes*, Proença propôs inicialmente, em 1939, "notícias" sobre Vale de Cambra e alguns emblemas paisagísticos de Portugal, como as Serras da Arrábida, do Gerês e de Sintra e o Buçaco. Mais tarde, estimulado por *Terra Fria*, solicitou um apontamento descritivo do Barroso (*op. cit.)*. Em 1940, perante a sua saúde instável, foi constituído um grupo de fiadores literários da obra, garante da sua prossecução e conclusão (ALVES, 2004b e 2007). Nele se incluiu Ferreira de Castro, ao lado de nomes como Afonso Lopes Vieira, António Sérgio, Aquilino Ribeiro, Raul Lino, Sant'Ana Dionísio e outros, como se lê na "Nota" no verso da folha de rosto do Volume III.

Este empreendimento literário de vulto, "premonitório" e "visionário" (QUEIRÓS, 2007:118) – que Proença sonhara "nos verdes vales, nos rios plácidos e nas montanhas decorativas da minha terra [Caldas da Rainha], nas suas encostas de enseadas azuis e de esburacadas grutas misteriosas" (Pref. Vol. I, 1924, 1979:lxiv) – reunia tudo para cativar Ferreira de Castro, a começar pelos preceitos genéricos: a) um "minucioso roteiro do país"; b) um repertório artístico; c) uma sóbria literatura descritiva; e d) uma antologia da nossa literatura pitoresca (*op. cit.*).

No entanto, sobrecarregado pela magnitude do trabalho de *A Volta ao Mundo* (1940-1944), o escritor anuiria em redigir apenas "De Oliveira de Azeméis a Vale de Cambra". Esta notícia antecede a do geógrafo Amorim Girão sobre a Serra da Freita (onde nasce o rio Caima) e no seu índice de parceiros artistas consta o ilustrador e amigo Jorge Barradas. PROENÇA aprovou o texto em carta de 1941 (em ALVES, 2004b:99-100): "Apreciei-a como devia. Está como devia ser". Firme quanto à qualidade das redações, sugere elementos que não figuravam na composição enviada por Ferreira de Castro, propõe o acrescento de uma nota relevante, informa que se permitiu designar o Vale de Cambra como "o mais verde vale do mundo" e mostra-se rigoroso nos topónimos: "Escreve-se Vermoim ou Vermuim?", "É Cepelos ou Sepelos? Merlães ou Morlães?".

Foi Sant'Ana DIONÍSIO [95] quem tomou as rédeas do *Guia de Portugal* após a morte do seu mentor. Catalogando-a como "obra clássica e objetiva de naturalização da terra portuguesa" (Pref. Volume III:xlviii), editou finalmente, em 1945, o terceiro volume.

Será lícito dizer que o registo de Ferreira de Castro cumpre a "perspectiva interdisciplinar e sistémica da paisagem" que QUEIRÓS (2007:33) identifica no conjunto daquela obra. Um registo pródigo em adjetivos, veios poéticos, marcos biográficos e reflexos afetuosos – notará quem conheça o percurso biográfico castriano. Não é casualmente que o roteiro parte, em Oliveira de Azeméis, da praça central, "toda galante e airosa, com seu ajardinamento novo" (p.605). Mencionada em vários textos memorialísticos e no romance *Emigrantes* (1928), simultaneamente nobre e intimidante, esta praça fica próxima daquela que acolhe a estátua "ao Emigrante", um bronze da autoria de Eduardo Tavares com que em 1966 o município natal distinguiu o cinquentenário da vida literária do escritor [Ver 3.1.].

Não correm mais de uma dúzia de linhas da notícia sem que Ferreira de Castro trace com algum detalhe o cenário de serranias e encostas, vales e socalcos sobranceiros à vila, prendendo a atenção nos "carvalhos, sobreiros e pinheiros [que] que lutam em competência ornamental" em toda a extensão da estrada, "curva sobre curva" até ao condado do Covo (p.605). Neste ponto brota o primeiro fio de água da paisagem (e do texto), logo originando uma referência particular ao aproveitamento humano de recursos naturais da região: a fábrica de vidros, "primeira que houve em Portugal", justificada "pela abundância de lenha e argila própria no local" e por se encontrar o mineral quartzo "a 2 km apenas de distância, na aldeia de Vermoim" (p.606). Em redor, nenhum "primor arquitectónico" numa "paisagem, emoldurada em colinas, [que] mostra uma austera beleza".

Pinheiros, oliveiras e sobreiros, medronheiros, amieiros e "carvalhos vestidos de líquenes" são alguns nomes populares de espécies da flora local que se alinham nesta fase do relato, compensando a penúria nominativa com que é apresentada em outros escritos não ficcionais [ver 4.3.]. Estas espécies personalizam a "vegetação" e os "arvoredos" de que vai dando notícia à medida que trepa a serra da Felgueira onde, na Primavera, "o verde tenro do carvalhedo contrasta com o verdor escuro do enorme pinhal" (p.606).

[95] Sant'Ana Dionísio (Porto, 1902 – ?, 1991): Ensaísta, filósofo, professor e publicista, codiretor de *A Águia*, órgão da Renascença Portuguesa (ALVES, 2007:52-nota).

Ossela, freguesia de origem, "que já era paróquia no tempo dos Godos", alonga-se para lá do dorso da elevação. O topónimo radica nos despojos de uma batalha entre Lusitanos e Romanos, esqueletos abandonados por "veigas e encostas", crónica de uma população que, entrementes, "trocou as armas guerreiras dos antepassados pela enxada com que amanha, infatigavelmente, a terra nativa". Santo António, o centro da freguesia, tão emblemático na biografia do escritor, é assinalado pela escola da infância, o cemitério onde repousa Diana de Lis e a igreja de S. Pedro, patrono local e padroeiro de Sintra, que em vida empolgou Ferreira de Castro e o acolheu após a morte [Ver 3.1.5.]:

> Uma avenida de tílias desce para a velha capela de Santo António, donde se vislumbram as terras do Caima, as casitas dispersas na encosta fronteira e, lá em cima, na serra da Felgueira, o templo branco da Senhora da Saúde, afamado desde as regiões da beira-mar às montanhas de Arouca. É aqui, no local à direita da capela de Santo António, que começa o nosso romance *Emigrantes*.

Silas GRANJO (em *Castriana* n.º 3, 2007:101) diz que "Os sete quilómetros de terra que o olhar do menino Ferreira de Castro abarca antes de partir para o mundo (…) não lhe irão proporcionar, porventura, os mais belos quadros, mas têm em si a poderosa influência das impressões da infância, como ilustra a soberba descrição do anoitecer no Vale de Ossela" em *Emigrantes*. No *Guia de Portugal*, o mesmo vale, "cortado pelo Caima, debruado de amieiros e de salgueiros", é retratado como "uma série de rincões edénicos, onde a Natureza veste as suas melhores galas, despretenciosamente (…)" (p. 608). Nele se abriga Mosteiro, lugar de batismo do escritor onde outrora se recolheram "anacoretas contemplativos", numa afeição de proximidade à Natureza que ele adotaria, aí e noutros locais menos tocados pela ação humana.

O nome de "Salgueiros" atribui-o o autor à espécie florística homónima, um dos "deuses vegetais que apadrinharam o seu batismo" [96]. Sensível à dimensão humana da paisagem, lamenta o estado das ruínas do "crasto" de Ossela, local sujeito às primeiras escavações em 1908 e vítima de sucessivas devastações ao longo do tempo:

[96] Por todo o mundo é frequente a fitotoponímia, na qual se enquadra a dendrotoponímia, nomes de locais relativos a árvores singulares ou a coletivos de formações vegetais e suas variações. Estão referenciados pelo menos 700 em português, principalmente de proveniência latina. No continente, o dendrotopónimo Salgueiros remete exclusivamente para as espécies do género *Salix*, informa sobre um tipo comum de vegetação local e é um dos 36 dendrotopónimos identificados com esta inspiração por J. PINHO (2007:152 e 186).

> Na colina, antigamente cheia de lares, de muralhas e de armas bélicas, há agora apenas pinheiros, tojo e soledade. Olha-se para as rochas, tão trilhadas outrora, em busca de uma pegada impossível, e só se veem indolentes sardões, expondo ao sol os seus verdes e os seus oiros. Mas este próprio abandono, este próprio silêncio da terra de onde a vida humana desaparece, torna mais sugestiva, mais profunda a áspera paisagem.

Chega por fim a Vale de Cambra, "de onde refulgem o Caima e o Vigues", "cercado de montanhas de formas extravagantes" e que "erra entre os campos agricultados e depois encontra, lá longe, o contraforte das serranias, onde branquejam dispersas aldeias (…)" (p.609). Deixa-se aí seduzir pela envolvência natural da vila onde, "por toda a parte, à sua volta, se sente a frescura e a conversa das águas" (p.613). Nesta metade final do itinerário, Ferreira de Castro destaca Entre-Pontes, na confluência entre os rios Caima e Vigues, e a povoação de Castelões, onde o atrai "uma ideia de comunhão ilimitada e eterna com a Natureza bela que nos cerca", "com o sol que prateia as vinhas e os pinhais, os jardins e as vertentes" – em bom rigor, a Natureza modelada pela ação humana. Este troço é o único desse trajeto ilustrado por uma planta topográfica (p.608).

O texto está imbuído da sensibilidade castriana à cultura etnográfica, onde se incluem os hábitos rurais da primeira metade do século XX, nomeadamente a iniquidade do papel social de mulheres e homens. Ocasião para o escritor se alongar em detalhes sobre as tradições de celebração popular, como a subida do gentio aos 763 metros do cume da serra de Castelões, no concelho de Vale de Cambra, em romaria à Senhora da Saúde, onde o panorama se dilatava até "onde o olhar confunde tudo" (p.611):

> A maioria vai a pé nu – que a festa nasceu humilde como a ermida primitiva e é, sobretudo, para gente de pé descalço. Lá vão elas com os pés grandes sobre o pó dos caminhos, a saia nova a bater-lhes na barriga das pernas; nas orelhas as arrecadas e, sobre a cabeça, um cesto com o farnel. Ao lado, vão eles. Como ganham mais dinheiro do que elas, compraram sapatos para este dia; levam cavaquinhos, harmónicas, violas e, desde a madrugada alta começam a cantar por todos os caminhos. (…) Eles e elas pousam o farnel debaixo de velho carvalho, na vizinhança dum carro de bois com uma pipa de vinho em cima, e logo desatam a bailar, não acompanhando a música da filarmónica de Cambra e sim a dos milhares de instrumentos populares que os romeiros levam (…).
>
> Dum lado, o vale de Cambra, em frente, o vale de Ossela (…); lá muito longe, o mar, barra azul a ligar-se ao céu; à esquerda, o vale de Lafões e outros vales, outras

> aldeias, outras montanhas. É a paz das alturas. Uma superação da terra baixa e uma superação do espírito.

Na primeira metade do século, no Portugal campestre, as poucas horas de recreação circunscreviam-se às festas religiosas e de família, como batismos ou casamentos. As oportunidades lúdicas para essa enorme parcela rural de população ocupada na agricultura (mais de 60% em 1908) encaixavam-se no contexto laboral dos campos, mediante cantares de trabalho, que tinham ainda o efeito de imprimir ritmo às tarefas: eram as "modas e cantigas da lavoura, das sementeiras, da sacha, da ceifa, da segada, das malhas, da debulha, da apanha da azeitona, do varejo" (TORRES e MARINHO, 2001a:73). A socialização completava-se nas lavagens de roupa nos rios, para as mulheres, e nas tabernas, para os homens.

Eva Almeida testemunha que Ferreira de Castro se enlevava com os cantares do povo, sobretudo das ceifeiras do centeio e das cantigas das leiteiras que ao fim do dia passavam junto à pensão onde se alojava, em Macieira de Cambra. *A Epopeia do Trabalho* (1926:76) já manifestava esse agrado com os cantares do ceifeiro, *"*como se viesse entoando desde eras mui remotas éclogas ao futuro (…)". Recorde-se que na escala de 1959, em Cabo Verde, o escritor percorreu a cidade para ouvir "antigas mornas nos topes do Mindelo", diante dos olhos os cargueiros "dormindo na semi-escuridão do mar costeiro" ("Pequena História de *Emigrantes*", 1966)). Informação condizente com a de Bernard EMERY (1992:128), segundo a qual o escritor adorava as modinhas e canções típicas brasileiras, que o sociólogo Gilberto Freyre considerou um elemento significativo da cultura lusotropicalista [97]. EMERY assinala que, mesmo no clima de violência humana do Paraíso, ocorriam episódios de convivencialidade, e dá o exemplo também descrito por Eva LETÍZIA (2004): as Festas de São João, que sazonalmente reuniam à volta de fogueiras as pequenas comunidades amazónicas – moradores nordestinos, caboclos, trabalhadores e patrões.

A figura 10 representa, sobre uma imagem de satélite, o traçado correspondente à notícia do *Guia de Portugal* e a toponímia envolvida.

[97] Passa-se aqui ao lado dos antecedentes históricos que tornaram controversa em Portugal esta teoria, nomeadamente o seu aproveitamento por Salazar para justificar o colonialismo.

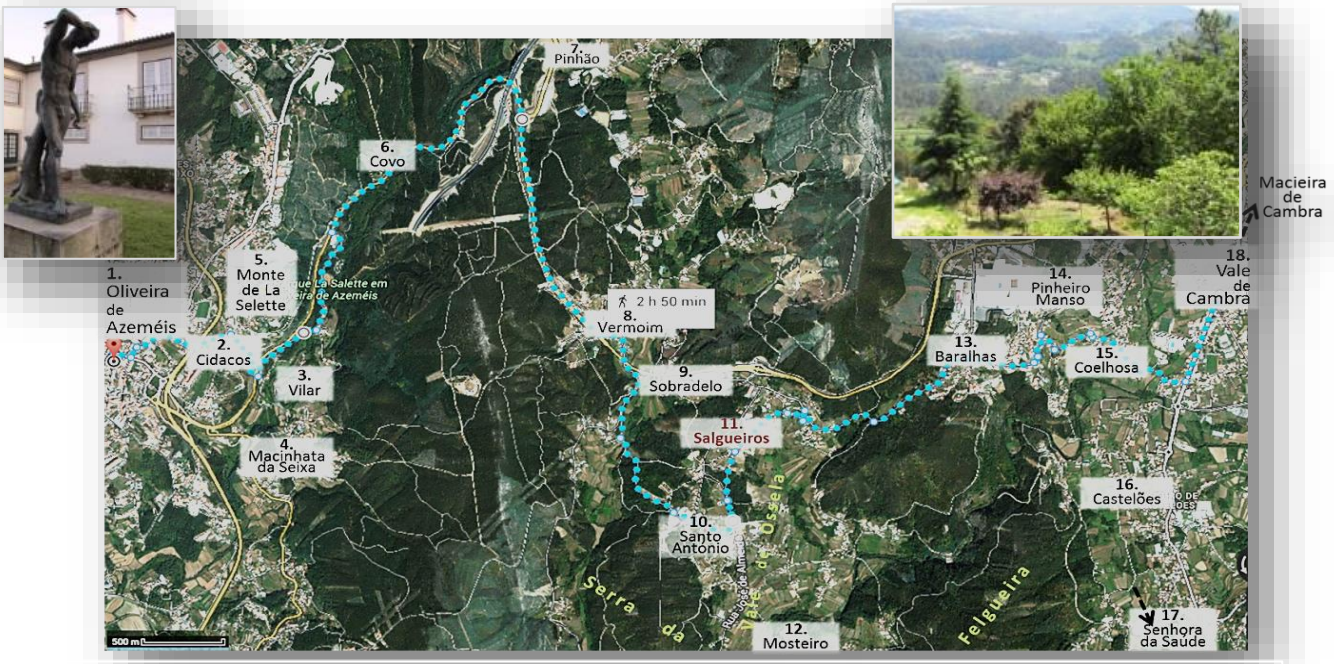


Fig. 10 – Traçado do percurso descrito por Ferreira de Castro no *Guia de Portugal* III (ponteado azul), com imagens dos pontos de partida (Oliveira de Azeméis) e de chegada (Vale de Cambra)
Fonte da imagem de satélite: adapt. de *GoogleMaps*

6.3. AS NARRATIVAS DE VIAGEM: POVOS MINÚSCULOS, MONTANHAS E ILHAS

E o escritor é assim como um grande farol
erguido na costa do mundo, a indicar às naus
do Homem a nova rota a seguir.

A Epopeia do Trabalho, 1926

6.3.1. Viagens de repórter, relatos de romancista

Este subcapítulo traça uma análise superficial das duas primeiras obras de viagens castrianas – *Pequenos Mundos e Velhas Civilizações* (1937) e *A Volta ao Mundo* (1940-1944) – procurando demonstrar como a atividade viageira de Ferreira de Castro e a escrita daí decorrente obedeceram a uma predisposição espontânea para a identidade eco-humana dos lugares e povos visitados. Vêm a propósito as palavras de K. ARMBRUSTER e K. WALLACE (2001:8) sobre a ecocrítica à obra de Joyce: "Another potential ecocritical approach to James is already beginning to take place as ecocritical scholars look more extensively at his life, travels and non-fiction writing, including travel writing. This might lead to a better sense of what, if any, views on the natural environment James possessed and how his views related to the dominant attitudes of his time and culture".

Expôs-se do Capítulo 3 como ele foi um aventuroso emigrante ainda criança e um empenhado viajante na idade adulta. O sonho de "artista vagamundo", epíteto da responsabilidade do biógrafo Alberto MOREIRA (1959:40), remonta às subidas aos cumes que padroavam a aldeia da infância, daí avistando a nesga oceânica do litoral de Aveiro e aspirando a territórios longínquos e desconhecidos. Assim o recordou na inauguração da estátua ao "Emigrante" (in *Vária Escrita* n.º 3, 1996:231):

> Desde menino, quando não sabia ainda que viria a amar a Humanidade inteira, os povos de todas as latitudes, por cima de todas as fronteiras e de todos os conceitos de pátria, ansiei percorrer o mundo.

Já escritor aclamado, Ferreira de Castro não enveredou pela deambulação geográfica segundo as guias únicas da inteligência e da imaginação, predicado de contemporâneos sedentários e sedentaristas, caso de Fernando Pessoa ou José Régio. Nem tão-pouco segurou o correr da pena só "até onde chegam as ondas sonoras do tal sino rachado", expressão de Aquilino Ribeiro na dedicatória a J. Pereira da Rosa [98] de *Geografia Sentimental* (1951, 1983:8) para aludir ao campanário da aldeia das Terras do Demo e ao confinamento regional da sua obra.

Pelo contrário, Ferreira de Castro era animado de uma pulsão de mobilidade geográfica, que com exagero figurativo denominava "nómada", e de magnitude comparável, a avaliar pelos testemunhos já citados, ao ímpeto da escrita. Combinou ambos, viajando pelo mundo entre a década de 20 e a década de 60 do século passado, numa simbiose fértil cujos frutos maiores foram três grandes e morosas obras de viagens: *Pequenos Mundos e Velhas Civilizações*; A *Volta ao Mundo*; e *As Maravilhas Artísticas do Mundo ou a Prodigiosa Aventura do Homem através da Arte* (1959-1963).

No decurso da primeira, o amigo Alexandre CABRAL (1940, Nota preliminar) apelida-o de "impenitente viageiro"; ele próprio se assumia poucos anos mais tarde, no Pórtico de *A Volta ao Mundo*, "um infatigável vagamundos" (empregando, como era seu costume, o plural majestático em voga na época). O traquejo de repórter facilitou-lhe o conhecimento, a partir de dentro, dos povos e territórios visitados, que divulgou associando as impressões e sentimentos que cada um – com sua especificidade paisagística, matriz cultural e massa humana intrínseca – lhe despertava. Já o talento de

[98] Diretor de *O Século* e amigo comum a Ferreira de Castro.

romancista terá garantido a qualidade literária digna da melhor literatura de viagens [99] – atestada não só pelas tiragens excecionais (a primeira edição, ilustrada, de *A Volta ao Mundo* vende vinte e cinco mil exemplares, lembra Óscar LOPES em *Vária Escrita* n.º 3, 1996) como, por exemplo, pelo Prémio Catenacci, importante galardão literário da época com que a Academia das Belas Artes de Paris distinguiu, em 1965, *As Maravilhas Artísticas do Mundo*.

A consideração, essencialmente poética, de Olavo DANTAS em "A Estética das Viagens de Ferreira de Castro" (in *Livro do Cinquentenário*, 1966:237) – "O Longe, para Ferreira de Castro, foi uma força mágica" – afigura-se demasiado vaga para exprimir as motivações e a filosofia viageira do romancista. De facto, ele diferenciou-se da mera observação do turista colecionador de quadros pitorescos e cenários exóticos. "Porque o universal é a fusão e a compreensão solidária de todas as aldeias, vilas e cidades, planícies e montanhas do Mundo" ("Aldeia Nativa", 1969:54), as suas viagens partiram da genuína curiosidade pelo mundo, pela procura, proximidade e conhecimento direto de outras paisagens, matrizes culturais e tipos humanos – o ser humano "universal".

No capítulo "Início" de *A Volta ao Mundo* (ed. 1985:15,16), conta como renunciou ao giro coletivo dos cruzeiros de luxo, muito em voga na época, e à rigidez das carreiras marítimas, decidindo-se pelo

> mais incómodo e longo itinerário que se pode fazer, mas, também, o mais fascinante e fecundo, pelos povos que nos permitirá observar, alternando os centros urbanos, onde rutila a civilização, com os fundões da terra, onde a vida do Homem se encontra ainda selvagem, como se acabasse de surgir, de olhos e alma ofuscados, perante o sol que a todos alumia.

Um modo de viajar com recurso exclusivo a dois meios de transporte mecanizados – o navio e o comboio – reunindo, curiosamente, várias das condições que na atualidade enformam, com força de lei, a modalidade de "Turismo Ecológico" ou "Ecoturismo". Nomeadamente: i) preservar o ambiente e a cultura locais com qualidade e respeito; ii) promover uma experiência positiva não só para o visitante mas também para quem recebe; e iii) prover benefícios financeiros diretos para a comunidade visitada [100].

[99] Emprega-se o termo "literatura de viagens", extrapolando o significado de "expressão inovadora dos Descobrimentos", atribuído por A. AZEVEDO (2000:32 e 33) e assumindo-o como género literário produto da "observação direta de várias áreas do conhecimento (geografia, história natural, astronomia, antropologia)".

[100] Fonte: The Internacional Ecoturism Society: http://www.ecotourism.org/what-is-ecotourism.

Vimos em 3.5. como o escritor esteve sempre imerso em paisagens humanizadas. Dos montes de Ossela avistava a costa de Aveiro, "(…) outras várzeas, outros povoados, outros cerros, maravilhosa sucessão de planos, forma e cores, tudo laborado pela mão do Homem", recorda no Pórtico de *A Volta ao Mundo*. Mas a humanização também se revê no sentido dado por Caldeira Cabral (1956, in CABRAL, 2003:46), da paisagem que ostenta vários graus de influência, "desde a selva onde uma população mal fixada abre uma clareira que explora por algum tempo (…) até à cidade industrial (…)". Portanto, a marca antrópica era atributo também desse ambiente só aparentemente virgem que era a floresta amazónica do início do século XX.

Em "Impressões de Viagem quando eu trabalhava num navio" (1915), como vimos, surpreendemos já quadros da paisagem fluvial e costeira que o jovem embarcado avistava do navio durante a navegação, ou em terra, durante os acostamentos. A temática fluvial enlaça os dois pontos de vista – biofísico e humano: "Se o leitor tiver a dita de ali aportar quando vier raiando a aurora, como diversas vezes eu aportei, verá um bonito chromo natural", diz sobre a povoação e o porto de Chaves, na Ilha de Marajó. Apesar da imponência do Amazonas – com seus braços e estreitos profundos, recifes, baías e praias, ilhas e igarapés – e das alusões à flora marginal, sobressai a marca humana dada pelas fazendas e feitorias, povoações e "villazinhas" com suas "casinhas brancas" de telha ou de zinco, seus "habitantes [que] se levantam para a faina do dia"; cruzeiros e guaritas; faróis e casas de faroleiros; portos, "quasi todos elles fornecedores de lenha" e trapiches; e até apetrechos de extração, como "uma bomba de água a vento" [grafia original]:

> No principio tem um grande coqueiral e mais acima há um largo, capella e um coreto. Muito bonita esta villa [Porto Salvo]. Algumas casas cobertas de telha e que a vegetação ora encobrem aqui ora descobrem acolá, formam Collares. Uma capella a antiga portugueza se ergue entre as casas.

Este primórdio da escrita castriana terá indiciado aquilo em que se tornaria o jovem: nas palavras de Bernard EMERY (1992:203), um "écrivain luso-tropical moderne, qui retrouve spontanément les traces de ces grands ancêtres qui fure Pêro Vaz de Caminha ou Fernão Mendes Pinto". Aliás o tema do seringal, observado não do ângulo pitoresco, mas em função do sofrimento humano e de toda a relação vital entre os homens e a floresta, pontuara já em *Criminoso por Ambição*, diz o autor francês (p.62).

O meio natural bruto e o meio humanizado embrutecido seriam mais tarde objeto de *A Selva*, cumprindo o propósito, expresso em "Pequena História de *A Selva*" (1955), de que esse ecossistema "fosse uma personagem de primeiro plano, viva e contraditória, ao mesmo tempo admirável e temível, como são as de carne, sangue e osso" – a selva, mas também os seus habitantes e "o seu drama interdependente". Na entrevista datilografada de 1935, do espólio do Museu Ferreira de Castro, em que proclama o seu "internacionalismo ideológico e a simpatia por todos os povos", o autor descreve este romance como "um livro de amor", tributo aos "humildes cearenses e maranhenses" que ficaram presos a uma floresta de que ele "escapou".

Embora o escritor não tenha dedicado um capítulo exclusivo da sua literatura de viagens a Cabo Verde, a visita a este arquipélago, por ocasião do regresso ao Brasil, em Setembro de 1959, merece-lhe um sentido destaque em "Pequena História de *Emigrantes*" (1966). Aí evoca também a primeira escala, no arranque da aventura de emigrante na terceira classe do *Jerome*, ferido na sua "imensa curiosidade geográfica que já naquele tempo me roía" pelo impedimento de descer a terra: "Todos os contactos com essas ilhas ardentes tinham sido constantemente protelados, tinham sido derrotas para mim, que tanto me interessei sempre pelas vidas insulares e tantas ilhas havia de percorrer". O texto recorda dessa primeira escala os crioulos que "no porto carvoeiro" transportavam à cabeça o carvão para alimentar os grandes transatlânticos da época (em 1959 já movidos a petróleo); mas, sobretudo e como se disse em 3.2.3., os sentimentos de solidariedade despertados por esses e outros crioulos que povoam cais, no momento da acostagem. Abre assim o registo da Ilha de S. Vicente avistada do navio:

> A terra escura da lha, os esporões que ela atira contra o mar, os próprios ilhéus que antecedem o porto, como os rebentos da austrálias que emergem longe dos seus troncos, dir-se-iam mais requeimados ainda à luz moribunda do dia. Só a brancura do casario do Mindelo, aconchegado ao fundo da calheta, parecia avivar-se mais, por contraste com o negrume que se vizinhava.

Por esta altura, já o escritor levara a bom porto esse lavor de entendimento da evolução do ser humano e sua arte que é *As Maravilhas Artísticas do Mundo* (1959-1963). J. BRASIL (1961:58) considerou-a um reflexo da "longa marcha do homem através da arte, em busca da sua desanimalização pela Beleza". No Pórtico, Ferreira de Castro

manifesta o seu projeto de divulgar as "grandes criações do génio humano, dessas que nos elevam sobre as misérias da nossa pobre condição"; nele justifica a atração pelos museus do mundo com o interesse pelo ser humano, "o seu drama biológico", "a inquietude do seu espírito" e "o progresso num planeta sempre hostil".

Fascinado pela "superação humana" que as manifestações artísticas da Antiguidade representavam – nomeadamente da Suméria, Babilónia, Assíria, Egipto – não se satisfez em conhecê-las no Louvre e outros monumentais espaços museológicos. Parte então rumo a essas paragens, convicto de que vale a pena indagar de perto, aprendendo-lhes não apenas a história, "mas também a terra onde se geraram":

> (…) todas as terras onde os homens cometeram grandes feitos ou sofreram famosas calamidades guardam, mesmo depois de mortas e desfiguradas, uma voz para responder às confidências que lhes pedimos.

É ainda neste Pórtico que o elemento natural "pedra" emerge com brilho simbólico e literário, através da referência ao Código de Hamurabi, insculpido sobre um "pedaço de basalto" onde ele crê terem-se gravado "pela primeira vez no Mundo, as palavras 'Justiça' e 'Equidade'". Não consta do âmbito deste estudo a análise de *As Maravilhas Artísticas do Mundo*, dadas as suas extensão e especificidade. Porém, não se resiste a tirar uma breve conclusão: de entre múltiplas possibilidades, é com os recursos do subsolo trabalhados pela mão humana, ou seja, com a pedra e as inscrições artísticas nela imortalizadas, essa estreita relação do ser humano primitivo com o seu ambiente natural, que o escritor assinala os momentos de abertura e termo de *As Maravilhas Artísticas do Mundo ou a Prodigiosa Aventura do Homem Através da Arte* [Cf. com Cap. 4]. De facto, na primeira parte, cerca de trezentas páginas dedicadas à Pré-História, em especial ao Paleolítico e ao naturalismo (representação da Natureza) na sua arte, a pedra destaca-se logo no início como uma "maravilha que o sol não vê" – em concreto, as Grutas de Altamira e suas inscrições rupestres. E é invocando estas e também as cavernas de Lacaux que o autor fecha o último capítulo.

As narrativas castrianas de viagens são lideradas por um humanismo profundo e prático. O desabafo "Nós amamos a Poesia da Terra, as suas pompas naturais, o esplendor da sua luz, o deslumbramento dos seus cromatismos, a carícia dos seus ritmos – e amamos, sobretudo, o infeliz que a habita", contido no Pórtico de *A Volta ao Mundo*

parece um fiel reflexo disso. Mas alia-se à influência eco-humana e reconhece-se sensivelmente a meio da obra: sobre a visita às salas de baixos-relevos do Louvre destinadas à antiga Assíria "que cultivava, em vez da agricultura, os assaltos, o sangue e a morte", sob o comando de Assurbanipal, "que se vangloriava de haver suprimido a voz humana do reino de Elam e coberto a terra de sal para que ali nada mais vegetasse".

O apelo do exterior e do distante viveu em Ferreira de Castro como um ramo da dicotomia de escala longe / perto ou mundo / terra nativa, como se explanou em 3.2.1.. Se o desejo de retorno, ainda que sazonal, ao "pequeno mundo" das suas origens geográficas foi uma constante, também a ânsia de partida rumo ao Mundo universal (que grafava com maiúscula) se impôs e se opôs a esse retorno. Um aparente paradoxo expresso num incessante movimento de contração / expansão geográfica, onde cabia a atração por outros "pequenos mundos". A esse pulsar se devem as crónicas de *Pequenos Mundos e Velhas Civilizações*, todas exteriores a Portugal continental, assim como *Terra Fria* (1934) e *A Lã e a Neve* (1947), estes com cenários embutidos no território português.

Sem esquecer que os romances *Emigrantes* (1928) e *A Selva* (1930) incluem registos de viagens de cariz iniciático de ecos autobiográficos, são as três grandes obras de viagens mencionadas que formam o principal fruto literário daquilo a que em 3.2.1. chamámos o "sonho centrífugo" de Ferreira de Castro – no duplo sentido do encontro com o exterior e com o Outro, de partir para expandir horizontes e de comunicar escrevendo. Com elas, a partir de finais da década de 1930, Ferreira de Castro recriou a sua escrita, enriquecendo-a com esse espaço de reflexão e de descoberta, fronteira entre o familiar e o estranho, que é apanágio dos relatos de viagens.

Mas estas obras, em especial as duas primeiras, refletem também, com nitidez, a sua consciência da relação humana com a Ecosfera, que é incontornável em cada indivíduo e ancestral para toda a Humanidade – como veremos nos dois pontos seguintes.

6.3.2. *Pequenos Mundos e Velhas Civilizações*: dos Açores à Palestina

Pequenos Mundos e Velhas Civilizações, publicado em 1937 pela Guimarães & C.ª numa edição ilustrada dirigida por Roberto Nobre, estreia a incursão de Ferreira de Castro pela escrita de viagens. Agrega as crónicas das expedições a Andorra (1929) e Irlanda (1934) e as do périplo pelo troço oriental do Mediterrâneo (1935), financiado

pelos direitos da tradução inglesa de *A Selva* – algumas delas inicialmente lançadas no periódico brasileiro *A Noite*. O Brasil viria a editá-los parcialmente em livro, em 1952, sob o título *Terras de Sonho* (J. BRASIL, 1961).

Após renunciar às funções de jornalista na imprensa portuguesa, em 1934, como posição de honra contra a progressão da Censura em Portugal [Ver 5.5.], o escritor passa a depender exclusivamente da escrita literária. É "com desalento imenso" que, já em 1936, após remeter *O Intervalo* à gaveta ("Origem de *O Intervalo*", in *Os Fragmentos*, 1974:78), alia estes imperativos de subsistência ao fascínio pelas populações geograficamente isoladas para produzir uma obra de "descoberta da experiência histórica e social da humanidade", nas palavras Álvaro Salema em *Ferreira de Castro – A sua vida, a sua Personalidade, a sua Obra* (1974). Um trecho do Pórtico do romance *Terra Fria* (1934), onde o autor confessara a sua atração pelos territórios recônditos e a "pretérita fraternidade" pelos seus habitantes, integra, com redação modificada, o prefácio de *Pequenos Mundos e Velhas Civilizações*:

> Nem eu sei quando nasceu no meu espírito esta simpatia pelos povos minúsculos, pelas repúblicas em miniatura, por todos os que vivem isolados no nosso planeta. As pequenas ilhas, sobretudo, fascinam-me, porque permitem examinar melhor o homem entregue a si próprio, fechado sobre si mesmo e, simultaneamente, disperso no infinito, entre mar e céu (…).

O escritor dava assim um salto de escala, ampliando os horizontes para satisfazer o velho fascínio; concretizando, quer na dimensão da viagem quer no exercício da escrita, o seu movimento de expansão. Também EMERY (1992:192, 193) nota este contraste, que não limita aos volumes de viagens, estendendo-o antes a toda a literatura castriana: "C'est un peu comme si une vie toute entière dans la dimension du macrocosme n'avait eu pour aspiration finale et secrète qu'un microcosme sans cesse recherché".

No *Livro do Cinquentenário da Vida Literária* (Vários, 1996:149), J. Gaspar SIMÕES instala Ferreira de Castro numa das grandes linhagens da literatura portuguesa, a "literatura de observação", onde inclui os relatos de viagens, "de que é paradigma a *Peregrinação,* de Fernão Mendes Pinto (…), a *História Trágico-Marítima* ou (…) a quase jornalística *Viagens na Minha Terra*".

Pequenos Mundos e Velhas Civilizações, como *A Volta ao Mundo*, parece convir à ideia de Ramalho ORTIGÃO, em *A Holanda* (Tomo I, 1947: Introd., s/np), para quem a literatura de viagens tinha por objeto "o estudo das civilizações comparadas". Não no sentido de Fidelino de FIGUEIREDO, que em *História da Literatura Portuguesa* (1923:231) dizia ser "A bibliografia de viagens do realismo menos pitoresca e impressionista que a do romantismo, porque obedecia a um escopo normativo: os escritores que viajaram e que dessas viagens nos falaram tiveram em vista revelar à sociedade portuguesa outras sociedades mais cultas e mais progressistas. A obra principal desse género é a de Ramalho Ortigão". Mas no sentido em que Ferreira de Castro, no seu escrutínio da obra humana a várias escalas e estádios de desenvolvimento, amplia o interesse a comunidades menos evoluídas e estabelece paralelos com as do seu país. É o que verificamos, por exemplo, no capítulo sobre Andorra, principado que visitou com expectativas proporcionais à escassez de informações públicas sobre o local, diz Ivone FERREIRA (em *Castriana* n.º 5, 2007): Soldeu, "uma das mais altas povoações da Europa", "primeiro burgo andorrano para quem entra pelo lado de França", é comparado, no seu isolamento geográfico e atraso civilizacional, às aldeias beirãs: "A mesma pobreza e a mesma fisionomia as irmanam" (Vol. I, 1985:14).

Repare-se, em abono da tese da curiosidade eco-humana de Ferreira de Castro, que este se deixou magnetizar em especial pelo Mediterrâneo, justamente o fragmento geográfico que "aparece como um dos traços mais antigos e permanentes da fisionomia humana do Globo", sendo que "Algumas das suas ilhas e alguns tractos das orlas continentais que o circundam contam-se entre as regiões mais cedo despertas para a civilização", lembra O. RIBEIRO em *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico* (1945, 1986:1).

Andorra, Rodes, Malta, Maiorca e Córsega – no Volume I; Mónaco, Ilha de Monte Cristo, Egipto, Palestina, Cartago e Pompeia, Irlanda e Madeira e Açores – no Volume II, são os doze capítulos que compõem *Pequenos Mundos e Velhas Civilizações*.

Essa geografia castriana da Europa mediterrânica e do Norte de África, a que se acrescentou a localização dos três cenários estrangeiros de ficção, consta da Figura 9.

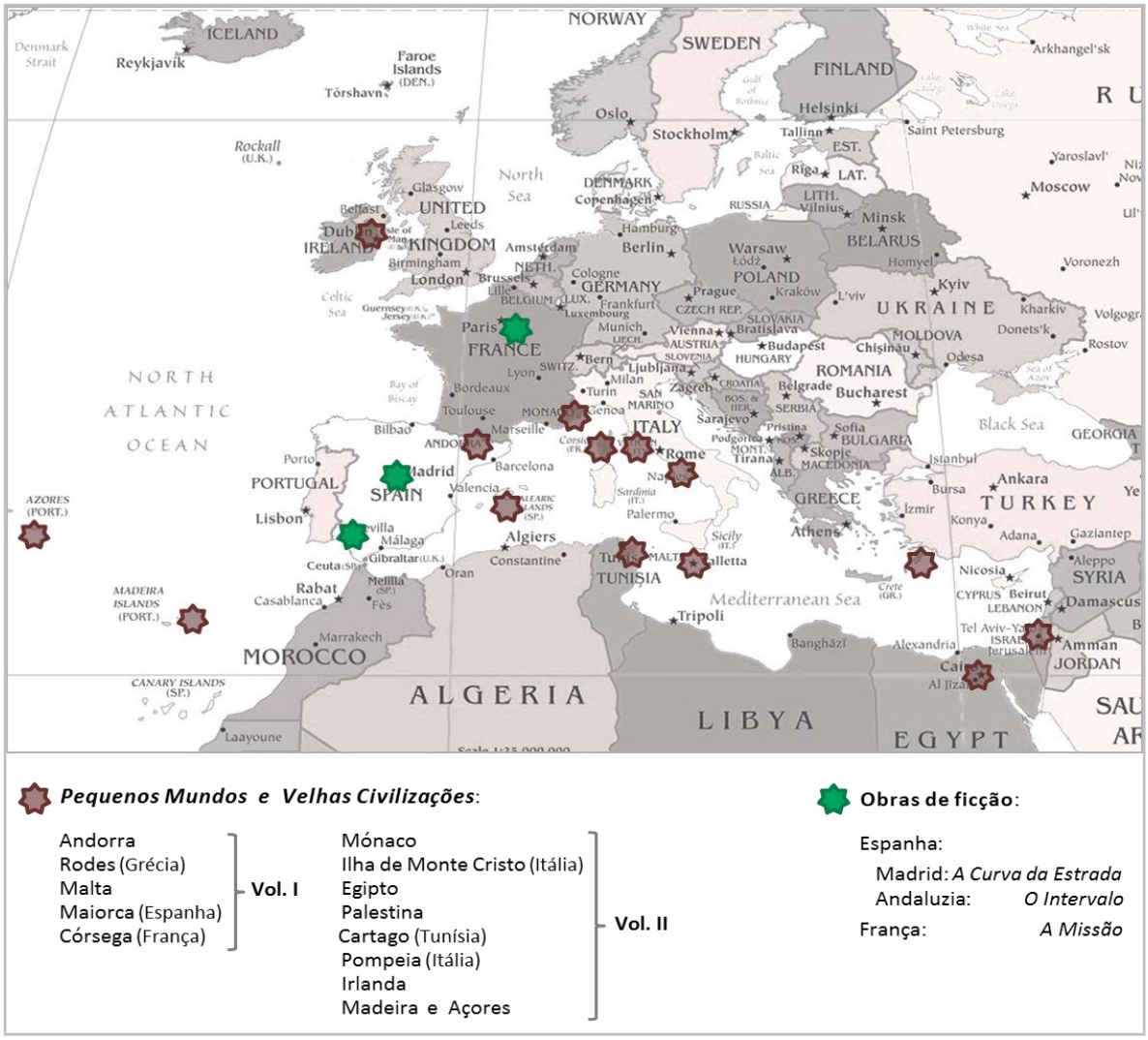


Fig. 11 – Localização geográfica das crónicas de *Pequenos Mundos e Velhas Civilizações* e locais de cenários de ficção na Europa exteriores a Portugal

Fonte do mapa base: Geographic Guide: http://www.geographicguide.com/europe-maps/political.htm

Das longas reflexões sobre como o pequeno território de Andorra suscitava, em 1929, a cobiça de interesses financeiros, às panorâmicas urbanas da ilha grega de Rodes; das imagens subterrâneas da balear Maiorca à resenha histórica de Malta; da descrição do anfiteatro do Funchal ao longo relato da independência do Eire (Irlanda) ou ao quotidiano do principado do Mónaco – Ferreira de Castro escreve sobre fios históricos e monumentos, paisagens em diferentes níveis de intervenção humana, tradições e hábitos cívicos – e sobre a fisiologia e a "psicologia das gentes", diz I. FERREIRA (2007:118). Na sua maioria, as crónicas abrem com o relato da aventura do autor, com os meios de transporte e de comunicação disponíveis no primeiro quartel do século XX, para alcançar cada local.

Pequenos Mundos e Velhas Civilizações – resultado da genuína motivação de uma proximidade frutuosa com outros humanos e culturas, mas também do cuidado com o rigor informativo, atestado pela bibliografia de consulta elencada no final – faz recordar a definição de "ensaio" de Roland BARTHES (2007:9): um "género ambíguo em que a escrita rivaliza com a análise". À semelhança da ficção que se analisará na Parte III, para além da temática das desigualdades sociais, nuclear a toda a obra, reafirma-se como o autor não disfarça nestes dois volumes a sua forte sensibilidade para a teia de relações sistémicas que o ser humano estabelece com o território que habita.

Note-se, por exemplo, a atenção dedicada ao camponês andorrano, "impelido a tirar sustento da terra magra", a "lançar as suas sementes até a dois mil metros de altitude", "a cultivar tubérculos e cereais onde se julgaria só ser possível a ida de pastores, abrigado nas altitudes apenas pelos "cortals" ou cabanas dispersas nos cumes" (Vol. I, ed. 1985:20). O mesmo para as diferenças básicas entre os habitantes do litoral e do interior da ilha de Maiorca, estes subsistindo da agricultura e da pastorícia. Ou as descrições urbanas eivadas de informação histórica da cidade "ribeirinha" de Rhodes (p.55); e também do porto, do mercado e da cidade La Valleta, Malta, onde à época as cabras se ordenhavam nas ruas e o leite era fornecido porta a porta (p.84). Ou o quadro do vale do Nilo com sua extensão cerealífera, "plaino imenso, de epiderme verde" onde o camponês que "amanha, com seus camelos (…) a terra abrasada" e "usa hoje alfaias agrícolas quase todas iguais às que se usavam nos tempos faraónicos" (Vol. II, ed. 1985: 60 e 87). Ou, ainda (pp. 100 e 101):

> Já a caminho de Jerusalém, a paisagem volta a repetir-se: a um outeiro sucede um vale, a um vale sucede um outeiro. A Palestina, pouco arborizada, raramente nos mostra grande vulto vegetal; só algumas oliveiras e figueiras, solitárias ou em grupo, se enraízam em terreno de fraca fecundidade. (…) De quando em quando, na solidão da terra, encontra-se um homem à rabiça do arado, que um camelo puxa. (…) Outras vezes, os obscuros lugarejos confundem-se (…) com os penedais que os cercam – e, então, dificilmente os olhos identificam o que é povoado do que é despovoado (…).

Outros elementos da Ecologia Humana surgem no capítulo sobre a Córsega, "a ilha mais montanhosa do Mediterrâneo" (p.160), que encerra o Volume I. A estadia na ilha francesa, em Fevereiro de 1934, visava "observar os costumes e (…) a psicologia do povo" dessa espécie de paraíso perdido, lê-se nos parágrafos introdutórios. Menos

atraído pela orla marítima e pela presença "internacionalista" do mar, Ferreira de Castro fixa-se no interior montanhoso e deixa-se envolver pela alma corsa – marcada pelo "sentido trágico da vida, de que fala UNAMUNO" (p.12). É lá, "no enigma da terra e das pedras, cheias de refegos, de desvãos, de esconsos, que se deve procurar a existência humana" (p.160).

Faz da aldeia S. Pierre de Venaco – "ignorado rincão do mundo" (p.6) equidistante das costas ocidental e oriental, na metade norte da ilha, o epicentro das suas observações. Entre os Montes Cinto e Rotondo, conhece a orografia acidentada em longas digressões pelas encostas e vales nevados, onde colhe um ramo de mirto ainda conservado no Museu, em Sintra (ALVES, s/d:56). A agrestia e a solitude da região, então preservada nos seus "usos remotos", encontra-as, por exemplo, nas cabanas de pastores, abandonadas no Inverno até à chegada do próximo solstício da Primavera.

Desta visita resultara, inicialmente, a conferência "Canções da Córsega", proferida em Dezembro de 1934 na Universidade Popular Portuguesa (ALVES, 1994), cujo texto saiu num opúsculo de 1936, anterior ao lançamento de *Pequenos Mundos e Velhas Civilizações*. "Canções das Córsega" (referido no Capítulo 4 a propósito das aceções de Natureza) é um complemento à crónica do livro, onde o escritor já fixara a atenção na "influência da paisagem física sobre a paisagem humana" (p.188). É um escrito importante em Ferreira de Castro, ressonância de vertentes essenciais da sua personalidade: descreve costumes locais associados à morte, "fatalidade biológica" onde via a injustiça máxima que atormentava o ser humano; o tema surge entrançado com o tópico da Natureza; e, finalmente, reflete a sua predileção pela cultura popular, nela incluído o folclore musical.

A encenação dos cantos endémicos de natureza fúnebre por uma família tradicional, a que o escritor assistiu acompanhado pelos letrados locais – o pároco e o professor primário – impressionou-o. O *vocero* e o *lamento* são descritos como expressões do culto da morte enraizado no povo da ilha, que brotavam das gargantas femininas num incitamento à "vendetta". Os "bandidos", seus praticantes, encontravam na densa cobertura vegetal de *maquis* um esconderijo natural e fiável – uma forma endémica de aproveitamento cultural da paisagem mediterrânica corsa que também servia de cenário a sepulturas individuais ou familiares dispersas. De volta à crónica sobre a Córsega em *Pequenos Mundos…* lê-se (p.10):

> Dificilmente se anda um quilómetro na Córsega sem se encontrar mausoléus dispersos, nos cimos das montanhas, nas encostas, nos jardins, nos campos, à beira dos caminhos, por toda a parte. Em certos trechos, a Córsega parece uma enorme e desordenada necrópole.

No texto da conferência – de forte tensão dramática e "atmosfera de irrealidade", nota R. ALVES (1994:snp) na apresentação – o sentido trágico e a natureza sombria da cultura corsa são também ilustrados pelos cânticos nupciais e de trabalho, estes principalmente durante a colheita da castanha e da azeitona, o pastoreio e a faina da pesca. Cantares onde a música não consegue suplantar a melancolia: "Na Córsega, mesmo quando há festa, não há espírito festivo", lê-se na página 11. Esta preferência por manifestações folclóricas musicais da cultura popular é consistente com o testemunho de Eva Almeida e foi objeto de nota em 6.2., no contexto do *Guia de Portugal* III.

De cariz nitidamente etnográfico, esta e as outras crónicas de *Pequenos Mundos e Velhas Civilizações* expunham já, em 1937, uma perspetiva da paisagem humanizada que corresponde à visão moderna, da unidade viva e dinâmica resultante da interação humana com a terra. Uma perspetiva integradora do panorama humano no património natural, tal como viria a ser definida pela *Convenção Europeia da Paisagem* (2000) e pela Lei de Bases do Ambiente (2014) [Ver Cap. 4].

6.3.3. *A Volta ao Mundo*: da Mesopotâmia a Nova Iorque

No final de 1939, cedendo ao "sortilégio da distância" (expressão de um artigo do n.º 3 da *Renovação*, 1925) e a "essa ansiedade de vida errante" (Pórtico de *A Volta ao Mundo*), Ferreira de Castro inicia um périplo mundial com base em Paris.

Na Nota Preliminar do Volume I (ed. 1986), escrita já em 1961, Alexandre CABRAL salienta o carácter humanista do "viageiro" de Ossela e atribui-lhe um lugar "na linhagem dos cronistas vagamundos com preciosos ornamentos: Fernão Mendes Pinto e os autores dos impressionantes relatos que constituem a *História Trágico-Marítima*", à semelhança do que fizera J. Gaspar Simões. Destacando o valor que o escritor concede à linha da História na observação e interpretação dos locais visitados, regista a sensibilidade que o levava a chocar-se "profundamente [com] os contrastes da miséria e da riqueza".

"Ferreira de Castro fundamenta-se nas descobertas da arqueologia, na interpretação de monumentos e obras e nos ensinamentos da História. (…). O "vetusto" a projetar-se no presente, a História ao lado da Arte, a vida primitiva do povo a opor-se, sempre e por toda a parte, à opulência do senhor", continua.

Também Hernâni CIDADE (em Vários, 1996:131) observou como o autor de *A Selva* "segue as pisadas dos escritores [portugueses] que satisfizeram a curiosidade da Europa", embora trilhe esse caminho imbuído da "solidariedade humanizante". Algo semelhante já o académico francês B. EMERY defendera no seu estudo de 1992 (p.114): "une tradition de voyage critique et mondialiste dans le domaine luso-tropical, en dehors même du texte fondateur de Caminha; c'est celle de Fernão Mendes Pinto (…)".

Marcando nitidamente *Pequenos Mundos e Velhas Civilizações*, o espírito de "ulissismo" castriano propaga-se a *A Volta ao Mundo*, assente na já citada busca por outros seres humanos, outros povos e lugares, crenças, costumes. Nesta trajetória pelas "encruzilhadas da humanidade", Agostinho GOMES (in NEVES, 1976:165) descobre o tal "poeta lírico-paisagista". E PALMA-FERREIRA, NO *Dicionário Biográfico Universal de Autores* (s/d:1086), vê "uma multímoda meditação humanista sobre a versátil e dolorosa experiência das sociedades".

A Grécia, A Turquia, Iraque – Mesopotâmia – no Volume I; A Índia, A Birmânia, Península de Malaca, O Bornéu, O Sião, Indochina I – no Volume II; Indochina II, A China, O Japão, Honolulu, Estados Unidos da América – no Volume III, são os capítulos correspondentes às tantas posições geográficas que Ferreira de Castro ligou por navio, e que dão corpo aos três volumes de *A Volta ao Mundo*. O traçado das viagens parece ter obedecido, segundo o que se lê no "Início" do Volume I (ed. 1986:16), ao interesse em tatear "países de denso valor humano, artístico e histórico".

Partindo do Estreito de Gibraltar, com o seu morro "prenhe" de arsenal bélico e seu sistema de recolha das águas das chuvas, onde o escritor entra a bordo do Saturnia, a obra tem a última reportagem literária junto aos arranha-céus e ao cais da cidade de Nova Iorque, num texto que finda denunciando a corrupção e os "interesses inconfessáveis" dos políticos, "homens da finança" e "magnates de Wall Street" (Vol. III:299).

A figura 12 representa a geografia das viagens e da ficção castrianas. Assinalou-se a totalidade da experiência viajante de Ferreira de Castro vertida literariamente, para isso

incluindo: todos os pontos geográficos que foram objeto das crónicas de *A Volta ao Mundo*; os locais de *Pequenos Mundos e Velhas Civilizações* já assinalados na figura 11; as localizações exteriores a Portugal continental que foram cenário da literatura castriana de ficção; e ainda o seu percurso de emigração e retorno. As cidades e locais de menor escala não estão referenciadas com rigor geográfico, pois o objetivo é apenas construir uma representação gráfica dos percursos mundiais do escritor.

Cabo Verde é também sinalizado, apesar de não fazer parte de nenhum livro de viagens castriano, porque o escritor visitou várias vezes o arquipélago, a primeira delas quando o *Jerome* fez escala a caminho do Brasil, tendo-o referido, como vimos, em vários textos. O Canadá figura entre parenteses, indicando uma fugaz travessia da fronteira norte dos Estados Unidos para visitar as Niagara Falls em território canadiano, que não justificou uma crónica própria.

À semelhança da análise feita às deslocações e estadias de Ferreira de Castro para lazer, descanso e escrita em Portugal continental – cuja representação geográfica evidencia sem margem para dúvida uma preferência por locais acima do vale do Tejo e vizinhos do litoral, em climas propiciadores a uma paisagem mais arborizada [Ver 3.3.] – pesquisou-se a hipótese de um padrão equivalente à escala mundial. Por esse motivo, a informação da geografia dos itinerários castrianos está inscrita sobre um mapa esquemático dos onze principais Biomas terrestres, estando os visitados assinalados com X, cujo zonamento poderia ajudar a ensaiar uma ligação do escritor com a Natureza – Ecosfera, tal como definida em 4.3..

Uma conclusão com a nitidez da que se obteve para Portugal não seria, contudo, sustentável através das informações recolhidas. É notório que Ferreira de Castro cruzou todos os meridianos terrestres, mas esteve longe de transpor todos os paralelos. De facto, no que diz respeito às latitudes, circunscreveu as suas deambulações mundiais às regiões temperadas e tropicais do Hemisfério Norte, unidas pelo Trópico de Câncer – uma faixa entre o Equador e o paralelo 40º norte (representada a rosa na figura 12); aí, manteve-se nas regiões naturalmente mais florestadas. Atendendo a que Vegetação e Clima são fatores do ambiente interdependentes, isto significa que "o sortilégio da distância" não guiou o escritor para terras de extremos climáticos. Nunca se aproximou do Ártico, não desceu às savanas da África negra nem experimentou algo semelhante ao

"baptismo de solidão", imobilidade e silêncio "absoluto" com que o escritor de viagens americano seu contemporâneo Paul BOWLES [101] (1953 e 963, 2010:78) se emocionou durante a estadia no Saara.

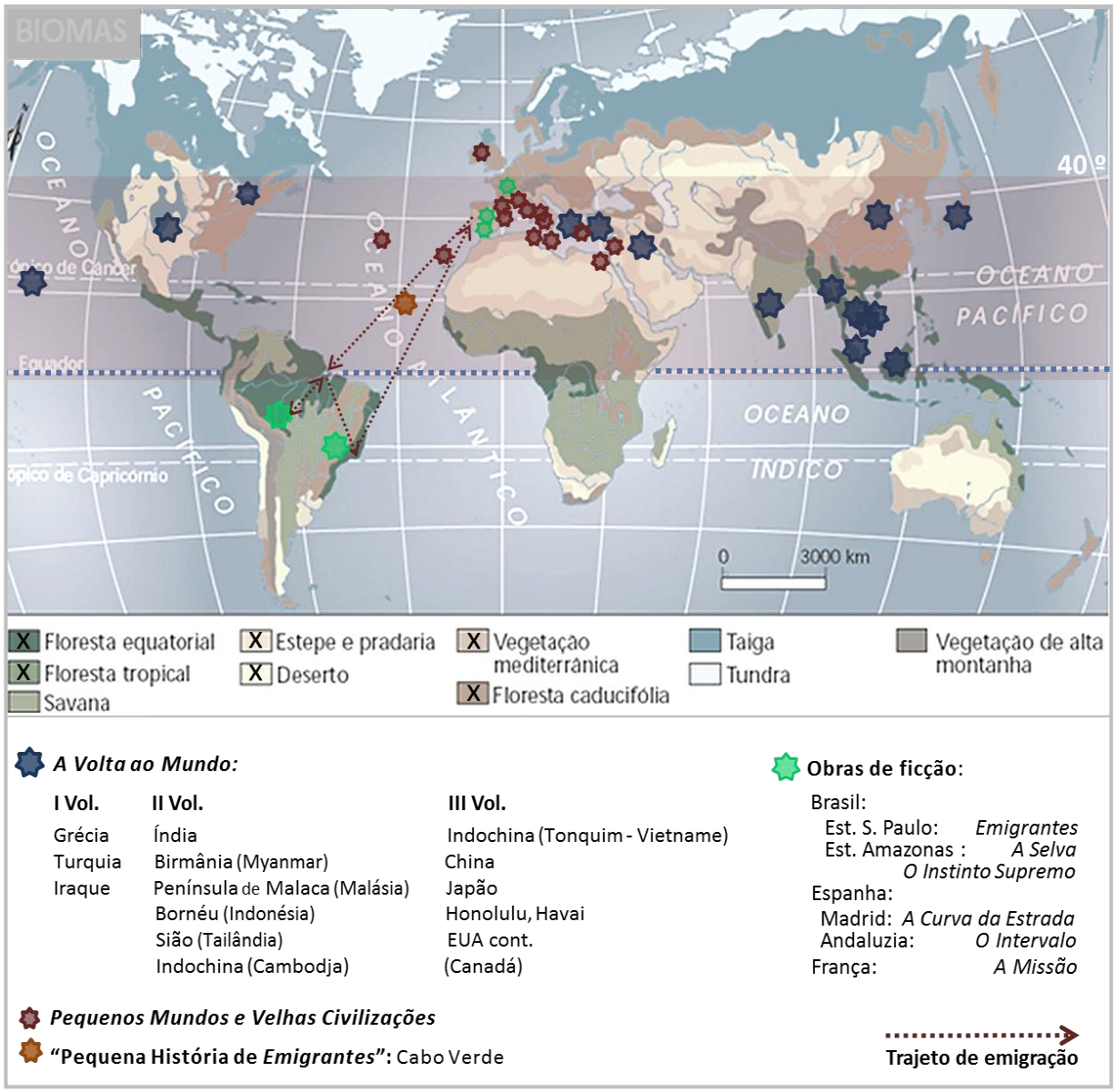


Fig. 12 – Geografia das viagens castrianas sobre um mapa simplificado dos Biomas Terrestres

Fonte do mapa: http://www.japassei.pt/espreitar-os-conteudos---materiais/geografia-7---clima-e-formacoes-vegetais-

[101] Paul Bowles (Nova Iorque, 1910 – Tânger, 1999): Autor de *The Sheltering Sky* (1949) (Fonte: http://www.paulbowles.org/bowlesbiography.html).

Neste ponto cabe mencionar a relação entre amenidade do clima e florescimento de civilizações que há pelo menos um século, no âmbito da Ecologia Humana, foi objeto de pesquisa académica nos Estados Unidos. Em *Civilization and Climate* (1915, 1948), E. HUNTINGTON defende o clima como influenciador fundamental e direto dos indivíduos e das sociedades, fator determinante na arrumação geográfica do progresso da humanidade. Exemplificando com a Europa central e ocidental, o autor mostrou que foi essencialmente nas regiões de climas "favoráveis" e "estimulantes" (pp. 348 e 349) que as nações atingiram os mais elevados níveis de civilização. No conceito de "clima estimulante" inclui as variações próprias das estações ao longo do ano e mudanças diárias na temperatura e humidade, ventos, ocorrência de tempestades, etc., dados que mapeia e faz coincidir, *grosso modo*, com a localização das grandes civilizações da História.

As exceções à regra das latitudes em Ferreira de Castro, atrás referida, para além da aventura emigratória que em 1911 o conduziu ao Hemisfério Sul, até perto do Trópico de Capricórnio, são os dois regressos ao Brasil (em 1959 e 1971) e a visita à Irlanda, relatada em *Pequenos Mundos…*, em que ultrapassou o paralelo 60. Embora tenha visitado a Escandinávia, Checosliváquia, Luxemburgo, etc., os textos resultantes não mereceram inclusão nos volumes de viagens. As exceções à norma da predileção climática são as escalas em Cabo Verde e algumas paragens no Médio Oriente, que Ferreira de Castro terá visitado por imperativos de contacto com polos que, apesar da localização exterior à "amenidade climática", são emblemáticos da cultura mundial.

No que diz respeito aos elementos vivos da Natureza, das expedições do escritor resultou o contacto com apenas cinco ou seis dos onze grandes Biomas terrestres [Fig. 12]. Desde logo, a Floresta Equatorial, ou "Floresta Tropical Húmida", segundo ODUM (2004:607), durante a sua estadia na selva amazónica e, mais tarde, em algumas paragens asiáticas e da Oceânia; possivelmente, a Floresta Tropical Caducifólia, por exemplo na Índia, onde sofre com as monções e se impressiona com os "milhões de corvos" de Bombaim (*A Volta ao Mundo* II:25); também a Floresta Caducifólia Temperada, nas visitas à Europa central e Irlanda – na imagem coloridos a verde e castanho. Evidentemente, a Vegetação Mediterrânica, que ODUM classifica como "Chaparral", onde se inclui Portugal e que é cenário da maior parte das crónicas de *Pequenos Mundos…*. Também, embora com raridade, o Deserto que conheceu no Egipto; e, finalmente, as Estepes no Iraque e na Palestina.

A primeira parte da crónica sobre a Indochina, que fecha o Volume II, testemunha como Ferreira de Castro reconhece, no Camboja, a mesma envolvência natural luxuriante e opressiva onde passou quatro anos da adolescência. Aí encontramos ecos quer do seu conhecimento da ocupação humana milenar local, feita com sacrifício do coberto arbóreo, quer da conceção da Natureza ameaçadora, discutida em 4.3. (p.255):

> De começo só vemos a floresta cerrada, pânica nas suas sombras e claridades. (…) Os nossos olhos encontram sempre o mesmo espectáculo inverosímil: os polvos vegetais apertando, despedaçando os santuários, esta tremenda batalha das formidáveis raízes com os vetustos monumentos. Sente-se como que uma implacável vingança da selva contra o homem, da selva que existia aqui antes de o homem ter chegado com o seu drama metafísico. (…). O trabalho destrutivo das poderosas raízes não parece esforço casual, simples capricho da Natureza, parágrafo da lei imutável, mas sim combate premeditado e desenvolvido com um poder invencível e um arrogante sarcasmo pelo ser que ousou, um dia, bater as antepassadas destas hercúleas árvores, senhoras da floresta.

A paisagem estepária e sua ocupação humana formam nova matéria de escrita no capítulo que encerra o primeiro volume de *A Volta ao Mundo*, onde se relata a partida da Turquia e a entrada no Iraque, antiga Mesopotâmia, na confluência entre os rios Tigre e Eufrates (pp.174 e 175):

> Mal o comboio parte abre-se, diante dos nossos olhos, um deserto imenso, uma campina ardente e intérmina, como jamais vimos outra em nossa vida vagamunda. Para onde quer que se mire, só se encontra, até a linha do horizonte, a terra desolada, coberta de erva amarela, pasto do sol. Um fósforo e seria uma labareda de milhares de quilómetros (…). Nesta estepe sem fim, sem uma sombra, sem um vulto arbóreo, lobrigam-se, de quando em quando, esfarrapadas tendas de lona negra e, em derredor, homens, mulheres e crianças, misturados com camelos, ovelhas e cavalos. São os acampamentos de beduínos. O ser humano parece mais resistente do que o vegetal, pois onde nenhuma árvore medra ele consegue resistir. (…)
> Às vezes, divisam-se longas valas para recolher as águas da chuva, no curto período invernal. Mas todas elas já secaram. Nalguns trechos, a terra é tão negra, tão ardida, como se se houvesse queimado a si própria (…). Estamos na pátria do cardo, a única folhagem esverdeada entre a erva já morta.

O próximo trecho, do capítulo "Honolulu" (Vol. III:212 e 213), parece dar razão a Olavo DANTAS (em Vários, 1966:242), para quem o escritor "Preocupa-se muito com os

problemas sociais dos lugares, colocando o homem acima da paisagem (…) humanizando os cenários". Mas, principalmente, alimenta a tese que vem sendo defendida e que reconhece em Ferreira de Castro um interesse genuíno e ativo, fundado na própria origem campesina, do universo eco-humano:

> Desejamos ver os homens que vivem atrás das colinas, trabalhando a terra de Oahu, e o Sr. Calasa acompanha-nos. Mal deixamos os arredores da cidade, a ilha mostra-se de áspera fisionomia e nua de árvores. De quando em quando, divisamos um rancho. Uma e outra vez, o nosso companheiro diz-nos: 'Aquele é de portugueses'. Quase todos se mostram iguais: uma casa de madeira, ao lado uma cerca feita de varas horizontais, dentro da cerca cavalos e cavas e, em derredor, a solidão. (…) Mais adiante atravessamos campos de ananases. (…) Aqui se encontram os que ganham o pão com o suor do seu rosto, os pobres, aqueles cuja vida Honolulu, com suas luxuosas casas-jardim, parece querer ocultar.

É também o regresso da tradicional cruzada contra a injustiça e a exploração humana. Bernard EMERY (1992:113) parte deste vetor castriano nuclear para encontrar

> un rapport étroit qui existe dans l'oeuvre de l'écrivain entre la ficcion et les récits de voyages. Il ságit d'un vaste pérégrination critique, qui s'étend ainsi à l'ensemble de l'humanité et qui unit aussi bien les épidodes romances de lá révolte des oucriers à Madère, de la grève de ceux de Covilhã, que le temoignage des ouvrières nippones rencontrées à Osaka, lors du vouyage au tour du monde.

Na linha das convicções humanistas e da sua adesão a causas que hoje poderíamos classificar "ético-ambientais" [Ver 3.2.3.], é notória a ênfase dispensada nas narrativas de *A Volta ao Mundo* à problemática indígena. Não se pode dizer que Ferreira de Castro assumisse a postura sentimental com que alguns literatos românticos, segundo recordam DEVALL e SESSIONS em *Ecologia Profunda* (2004), abordaram a bondade dos povos primevos, alimentando o mito da polaridade básica entre o homem civilizado e o selvagem instaurada por Rousseau. Também G. GARRARD (2006), no capítulo "Habitação da Terra" de *Ecocrítica* (2006:170), critica essa "suposição da virtude ecológica do indígena" recuperada por muitos ambientalistas e ecocríticos. Mas David ABRAM em *A Magia do Sensível* (2007:95) defende que as culturas indígenas exibem frequentemente um respeito básico, uma solidariedade, uma reverência pelas terras que habitam e pelas outras espécies que aí vivem. São culturas de pequena escala, que mantêm uma ligação

homeostática, de equilíbrio, com o habitat durante largos períodos, colhendo dele o necessário sustento sem comprometer a sua capacidade de regeneração.

Dada a proximidade à cultura francófona da época, talvez Ferreira de Castro tivesse uma posição mais alinhada com a que seria divulgada por LÉVI-STRAUSS [102] no livro *Raça e História* (Paris, 1952, Lisboa, 1975:88), onde este defendia a não existência de culturas humanas superiores ou inferiores entre si, estando a contribuição de cada etnia e respetiva cultura para o "complexo processo da civilização mundial" na razão direta da sua originalidade e na diversidade do conjunto de todas.

É ainda EMERY (1992) quem considera que a teoria do evolucionismo humano, do homem do presente que nunca está completo nem perfeito, é a base do sistema adotado por Ferreira de Castro e o motivo principal das suas pesquisas antropológicas em povos fechados geográfica ou socialmente a toda a forma de progresso. Nestas incluem-se as dos povos autóctones dos locais que visitou, como os indígenas da Birmânia, "país quase de lenda" (*A Volta ao Mundo* II, 1940-1944, ed. 1986:111), ou os Beduínos da Mesopotâmia.

> Na Birmânia, como em todo o planeta, o Homem representa a mais importante expressão da vida; o mais belo, porém, nunca é o homem e sim algumas realizações do seu trabalho e da sua eterna inquietude,

lê-se no capítulo sobre este país (Vol. II:114). Note-se a referência aos indígenas que se avistam do navio, à entrada no rio de Rangum, após a saída do mar de Bengala, "quase negros", de argolas nas orelhas e no nariz, de cabelos "tão compridos que tecem, com eles, grossa trança sobre a cabeça" (p.112). E na p.118:

> Os indígenas romperam, contudo, o mistério envolvente, e estão, com o seu trabalho e o seu heroísmo anónimo, por toda a parte: nos recessos das selvas virgens, nas entranhas do solo, em todos os lugares onde haja uma riqueza a aproveitar, um sacrifício a consumar em prol dos senhores que os exploram.

País de lutas entre indígenas e ocupadores, a Birmânia é também olhada por Ferreira de Castro como um "poema de luxúria vegetal" onde reencontra "o mundo da borracha" (p.118), em condições naturais e humanas muito diferentes das da Amazónia:

[102] Claude Lévi-Strauss (Bruxelas, 1908 – 2009): Em 1935 ocupa a cátedra de Filosofia da Universidade de S. Paulo, dedica-se à etnografia, dirigindo expedições científicas à Amazónia meridional (Fonte: LÉVI-STRAUSS, 1975).

plantações artificiais de seringueiras que haviam chegado do Brasil em semente pelas mãos dos ingleses. "Do ponto de vista sentimental, em relação à árvore a técnica brasileira era mais caridosa, embora menos prática", avalia o escritor sobre os métodos de exploração do seringal asiático (p.120).

Do capítulo dedicado à Ilha do Bornéu, então sob as soberanias inglesa e holandesa, chega-nos uma paisagem "extasiada em silêncios que ninguém ainda escutou" (Vol. II:171) e o registo da discriminação votada aos indígenas. Uma curiosidade de etnógrafo leva Ferreira de Castro a elencar várias etnias que vai encontrando, descrevendo em longas páginas as características dos dayaks, dos costumes sociais e fúnebres às habitações – conhecimento que aprofunda no local junto de Eric Mjoberg, antropólogo estudioso das tribos borneanas.

"Como é que a humanidade civilizada perdeu todo o sentido de reciprocidade e relação com o mundo natural animado, essa relação que tanto influencia (e limita) as atividades da maior parte dos povos indígenas e tribais?" – é uma pergunta deixada por David ABRAM (2007:141). Seja entre os índios da América do Norte, os bosquímanos do deserto do Kalahari, os Pintupi do interior australiano, etc., os anciãos submetem-se continuamente às forças da paisagem circundante, da "terra-mais-do-que-humana" e daí obtêm inspiração (p.119). Este equilíbrio poderá, só por si, ter suscitado em Ferreira de Castro uma empatia de índole não apenas humanista mas também eco-humana.

Algo semelhante terá estado na origem de *O Instinto Supremo*, publicado duas décadas depois. O romance é uma expressão do caráter pacifista do escritor que decidiu explorar literariamente "as possibilidades duma ideia nobre sobre o instinto de conservação dos homens que habitam estas páginas e moralmente não podiam (…) defender as suas vidas matando aqueles que se empenhavam em matá-los", lê-se no Pórtico. Subentende-se o apoio ao General Rondon, ele próprio de sangue mestiço, na sua interdição às "marchas punitivas contra os Parintintins, através da floresta cerrada e espinhosa, como se ela própria fosse uma discordância" – apesar do historial traumático de Ferreira de Castro no que respeita a esta tribo amazónica. Na "Cronologia Sumária", no *Centenário do Nascimento de Ferreira de Castro*, P. CALHEIROS (1998a:21) lembra que em 1971 os Irmãos Villa-Lobos, continuadores da campanha de Rondon em defesa dos índios brasileiros, declararam ter sido a sua ação "inspirada, em grande parte, na leitura de *A Selva*".

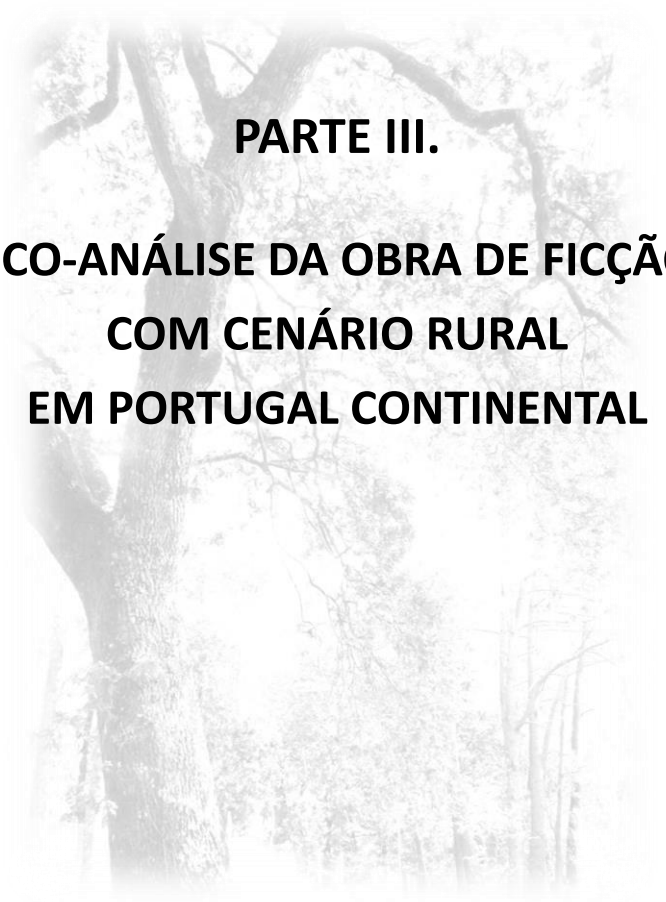
Ferreira de Castro transportou para a escrita de viagens algumas das características da sua personalidade curiosa e grave. É certo que se detetam resquícios da ironia que reinava nos textos da juventude jornalística, nomeadamente na coluna *Ecos da Semana*, mas nada que se compare, por exemplo, ao estilo descontraído, povoado de diálogos, do seu contemporâneo Paul BOWLES, grande conhecedor e profícuo divulgador da África magrebina e austral, que a partir da década de 40 escreveu, tal como Ferreira de Castro, sobre a Madeira (p.319) e sobre Ceilão. Ambos têm abordagens de motivação etnográfica a realidades excêntricas, mas dificilmente se veria o autor de *A Selva* a preferir visitar um circo a uma catedral, frequentar um café a um monumento público, uma *fiesta* a um museu – opções que BOWLES confessa em algumas das crónicas reunidas em *Viagens* (2013:11).

Enquanto as suas inflexões de ironia se desvanecem com o avançar da obra no tempo, o interesse por histórias humanas ancoradas em cenários bem reconhecíveis do território português ganhou raízes a ponto de enriquecer vários títulos da ficção canónica.

Recordemos o balanço que, dez anos antes de morrer, Ferreira de Castro lavrara em "O Último Quarto de Hora da Minha vida" (1964, in *Vária Escrita* n.º 3:227):

> Toda a minha experiência de homem e de escritor está vinculada a esta paixão. Foi em contacto com a Natureza que os sentimentos de amor se sublimaram sempre em mim, foi em contacto com ela que elaborei a maioria das páginas que tenho escrito.

Os próximos três capítulos, que compõem a Parte III, saem no encalce desta ideia, descobrindo e ensaiando uma interpretação dos retratos literários da interdependência ser humano – terra deixados por ele em três romances e um conto com cenários de ambiente rural em Portugal continental [Ver Figura 1, Introdução].



PARTE III.

ECO-ANÁLISE DA OBRA DE FICÇÃO COM CENÁRIO RURAL EM PORTUGAL CONTINENTAL

Capítulo 7. *EMIGRANTES* E "O NATAL DE OSSELA": A PAISAGEM ORIGINAL

As paisagens originais são os espaços
sentimentais pelos quais estamos ligados
ao mundo, os istmos refeitos da memória.
Mas a escrita também aspira à liberdade de
não ser de lado nenhum (…).

Olivier ROLIN, *Paisagens Originais*, 2000

7.1. O ROMANCE: DA PRÉ-HISTÓRIA À HISTÓRIA

Expôs-se no Capítulo 3. como, a 22 de Janeiro de 1911, o inapto jovem Ferreira de Castro desembarca em Belém-do-Pará, "sem saber onde pôr os braços e onde pousar os olhos". Volvidos cinquenta anos, "Pequena História de *Emigrantes*" (1966) revelava que esse momento inaugural em terra brasileira permitira "gerar-se-me no espírito, ao mesmo tempo que se inscrevia na carne" o romance *Emigrantes*. "O Manuel da Bouça desta tentativa literária chamava-se Simão, possuía alma romântica (…) e emigrara para o Brasil com o sonho de vencer a pobreza e casar-se", diz o escritor, aludindo a *Criminoso por Ambição*, escrito durante a sua permanência na selva amazónica.

Este e outros eventos de vida marcantes, bem como a evolução ideológica do autor, contribuíram para uma espécie de "pré-história" de *Emigrantes*, culminando no ponto de viragem ocorrido em Lisboa: insatisfeito com os títulos de ficção já publicados, o jornalista decide "refazer o caminho literário", entregando-se à escrita do romance "nos rápidos intervalos do jornalismo, naquela época a magra seara de onde me vinha o pão" (*op. cit.*).

Quando o livro foi editado, em 1928, nas artes "lutava-se contra as fórmulas consagradas e as estagnações académicas, através dos últimos vendavais do futurismo, do cubismo, do dadaísmo e de outros "ismos"", recordaria ele numa entrevista de 1953 ao n.º 16 do *Ler*, *Jornal de Letras, Artes e Ciências*. O clima literário dominante no país era, segundo SALEMA (1974:10), "de indecisa transição", "quase extintos os ecos prolongados da geração de 70". Mas Ferreira de Castro "pretendia um vanguardismo integral", ou seja, um vanguardismo estético mas também de ideias e conteúdos. "Não era o realismo um oceano tão fácil de navegar como me havia parecido, mas nas suas vastas e mui diversas águas a minha vela marchava toda fervorosa (…), lê-se ainda em "Pequena História de *Emigrantes*".

É indiscutível, como vimos, o cunho autobiográfico deste romance, o envolvimento afetivo do autor na história e a presença de um dos pilares fundamentais da obra castriana discutidos no Capítulo 5: a experiência vivida, que aberta e diretamente nutre e permeia a obra, atingindo mesmo o nível de catarse relativamente à experiência limite da emigração. A par desta função testemunhante, reconhece-se outro pilar fundamental: o sentido de missão que mobilizava o escritor, o propósito da escrita enquanto interferência social contributiva de um país e de um mundo humanamente mais equitativos.

Emigrantes rompe com a estética e a estilística literárias das ficções anteriores, sem deixar de herdar delas a natureza vigilante do autor. Este romance, primeiro na literatura portuguesa a tratar do problema social da emigração, "já não [é] propriamente o romance de costumes cultivado pelos discípulos de Eça de Queiroz, nem tão-pouco o regionalismo do género superiormente tratado pelo autor das *Terras do Demo*, mas o realismo social, guarda-avançada do futuro neorrealismo", escreveu Gaspar SIMÕES numa crítica no conservador *Diário de Notícias* da época (em Vários, 1996:152).

J. Augusto FRANÇA (1992:336) distinguiu-lhe "considerável e inegável renovação literária no panorama nacional". Mas vimos em 5.5 como o pioneirismo de Ferreira de Castro na exposição literária de temas de injustiça social, mesmo no cômputo mundial, foi largamente aclamado pela crítica e pelos colegas de letras. R. NOBRE, no *Livro do Cinquentenário* (1967:17), animado embora da forte amizade que os unia, compara *Emigrantes* à *Luta Incerta* de John Steinbeck [103], "a obra tida como a mais fortemente propulsora das novas intenções humanas e sociais", só publicada em 1937; ao incluir neste paralelo *As Vinhas da Ira*, de 1939, teria porventura em mente a ação do romance castriano centrada nos cafezais brasileiros, omitida da presente análise.

Emigrantes materializa bem a literatura "comprometida", tal como é definida por J.-P. SARTRE em *Qu'este ce que la littérature?* (1970). Conquanto em Ferreira de Castro estejam ausentes indícios do dirigismo político que orientou os escritores neorrealistas, o romance revela o "intelectual militante" preconizado pelo filósofo francês, motivado para agir através da palavra, usando a força desta para expor e denunciar realidades sociais injustas.

[103] John Steinbeck (1902-1968): Escritor americano. Segundo ALVES (2002b:89), "uma das grandes referências da geração cultural de 40 em Portugal e traduzido por Mário Dionísio

Uma relevante apreciação crítica da época partiu de Fidelino de FIGUEIREDO, catedrático da Universidade de Madrid, que no diário *El Debate* aplaudiu a "eloquente exposição da última degradação a que chegou entre nós (…) essa ilusão de Novo Mundo" (cit. p. BRASIL, 1976:40). Essa ilusão era o fenómeno emigratório que desde meados do século anterior sangrava a comunidade portuguesa e vários países europeus, gerando densos fluxos de emigração das suas classes mais pobres, em direção ao Brasil e a outras nações do continente americano (TORRES E MARINHO, 2001c).

É essa miragem da riqueza além-Atlântico e sua vincada expressão dramática que se projetam nesta narrativa. Em "Pequena História de *Emigrantes*" (1966) recordou o escritor que "(…) atrás de mim ficava, por todos aqueles cerros e vales, contrastando com o encanto da Natureza, uma vida de miséria hereditária, laboriosa e negra, a imaginar a redenção no Brasil". Ecos dessa vivência surgem plasmados no romance, em especial durante a viagem de navio do emigrante que o protagoniza (capítulo VIII, p.96):

> E todos com o mesmo sonho doirado, com o mesmo verme a corroer-lhes as entranhas, a enroscar-se-lhes nos mais arreigados sentimentos. A Europa, hipnotizada pela moeda e oiro que a América erguia sobre a linha azul do Atlântico, marchava em êxodo constante à conquista do ídolo. O velho continente abria ao peito e entregava ao novo, periodicamente, envolto em trapos, o que ainda tinha de prometedor e de são, numa sangria das suas melhores energias, que se iam caldear com outras na terra distante, para erguer um mundo inédito sob a magia da ambição e da aventura. (…) Era o mistério, o prestígio do longínquo, a fuga às garras de uma laboriosa miséria.

O Pórtico, redação introdutória que apresenta a problemática em causa e conquista o leitor para o enredo, já levantara o véu sobre a proeza dos que, na mira de um futuro mais digno, arriscavam "transitar com os olhos postos na luz que a sua imaginação acendeu". É em torno da dignidade do indivíduo que se compõe *Emigrantes*, gerando um dos motes principais de toda a obra canónica castriana [Ver Capítulo 5].

Ferreira de Castro entrega essa função principalmente à instância da narração omnipresente – "o mago que evoca o pretérito", para usar a frase feliz de Thomas MANN em *A Montanha Mágica* (1924, 1981:5). Esse pretérito é centrado em Manuel da Bouça, o modesto camponês beirão, pai de família, insatisfeito com a vida no limiar da sobrevivência a que está votado. Trata-se de um tipo social literário, uma personagem

fictícia representante do coletivo que intitula o livro; para P. SOROMENHO (1976), é a primeira figura literária de todas quantas, por serem "componentes da Humanidade", facilitaram a internacionalização das "epopeias dos humildes" castrianas. Socialmente indiferenciado, caso fosse real, Manuel da Bouça pertenceria aos 76% a 80% da população do município de Oliveira de Azeméis com mais de cinco anos que não sabia ler nem escrever, como mostra o mapa "O analfabetismo em 1921" em Portugal continental de H. LAUTENSACH (1932, in RIBEIRO, LAUTENSACH e DAVEAU, 1989). Para F. CRAVIDÃO e M. MARQUES (2000:27) ele é o símbolo dos "milhares de portugueses que a história não leu".

Bernard EMERY (1992:185) considera-o a personagem castriana que melhor encarna a "esperança intuitiva", advinda da mítica qualidade do autor [Ver 3.2.], já que o futuro emigrante se move por uma "esperança difusa", de objetivos pouco definidos, para além da procura no exterior de alternativas de vida mais vantajosas. De facto, se Manuel da Bouça, como veremos, não cumpre os requisitos de bom sucesso do herói clássico, é-o no sentido daquele que idealiza horizontes mais amplos, arrisca e enfrenta o desconhecido. Este arquétipo da partida e do confronto com o exótico, típico da personalidade castriana, perde influência nos romances analisados seguidamente.

Daniel ARANJO (2013), professor da Universidade de Toulon e estudioso de Ferreira de Castro, compara-o à personagem sem rosto nem apelido de *O Estrangeiro*, de Camus. Porém, uma descrição física na página 23 individualiza a silhueta "de linhas enérgicas" e "saúde campesina" de Manuel da Bouça e atribui-lhe fisionomia própria: olhos "movediços", "negro bigode", queixo "agudo, rude, plebeu". Essa apresentação, aliás pouco minuciosa, surge num momento em que a personagem se apoia num sobreiro, acende um cigarro e, mirando a paisagem do rio e suas margens cultivadas, pondera as vantagens da ida para o Brasil.

Parte significativa da ação coincide com a sua experiência laboral num cafezal do interior de S. Paulo [104], estado brasileiro que Ferreira de Castro visitou como repórter ao serviço de periódicos paraenses. Nesse cenário ficcional além-mar, o protagonista confronta-se com a consciência de classe de companheiros de trabalho, sem nunca a ela

[104] Durante a crise mundial dos anos 1920-30, o Brasil já só conseguia absorver imigrantes colocando-os na agricultura (JESUS, 1998:36), contrariamente ao que acontecera sobretudo no final do século XIX, onde no comércio das cidades havia ocupação para os portugueses.

aderir realmente [105]. O autor não abdica de transmitir as suas coordenadas ideológicas, ao acusar a desumana mentalidade dos grandes proprietários rurais do Brasil de então [106].

Além da urgência de emigrar, *Emigrantes* retrata também o mito do retorno, tantas vezes inerente ao projeto de emigrar. Manuel da Bouça, que sonhara um "regresso de triunfador" (p.230), percorre um caminho lodoso durante os nove anos de exílio auto-infligido (período equivalente ao do jovem Ferreira de Castro), até regressar tão ou mais pobre do que quando partira. Uma "despoetização própria da escrita neorrealista", interpreta J. CHAVES (2009:32).

A sorte do camponês após abandonar definitivamente a aldeia rumo a Lisboa cai fora da moldura do romance. António QUEIRÓS (2000:55) profetisa uma "visão condoída do destino último dos camponeses desenraizados e dos proletários que sobreviviam nas periferias" da capital. Mas o final, algo apocalítico, de um homem que involui de camponês pobre num meio familiar a "pobre de pedir" num meio estranho, chegaria, imprevisivelmente, em *A Lã e a Neve* (1947): o protagonista de *Emigrantes* emerge no romance serrano como personagem furtiva em estado de miséria – uma má sina em colisão com a proverbial "esperança castriana".

O percurso de Manuel da Bouça na freguesia natal, Ossela, apoia-se num elenco de figuras de expressividade limitada, do qual se destacam a mulher Amélia, antes da partida, e a filha Deolinda, sobretudo após o retorno. Ambas personificam a resignação quotidiana e a oposição ao movimento migratório, contribuindo a segunda, involuntariamente, para agravar no pai a sensação de fracasso.

Não existe informação temporal expressa, mas a menção à revolta paulista liderada por militares contra a ditadura que subjugava o país, a que ele assiste, um facto da história brasileira ocorrido em 1924, permite situar a narrativa numa faixa cronológica de pouco mais de nove anos, em torno de 1920. A ação decorre linearmente numa sequência Portugal – Brasil – Portugal. Os capítulos VIII da Primeira parte e V da Segunda fazem a

[105] Diz N. COELHO (2007:204), os imigrantes portugueses no Brasil supriram o vazio de mão-de-obra deixado pelo fim da escravatura, agravado pelo aumento das plantações cafeeiras e pela explosão industrial nas zonas urbanas. A transição de trabalho escravo para assalariado foi lenta: "Mudou-se o sistema de relações senhor-escravo para as de patrão-empregado, mas não se mudou de pronto a mentalidade escravocrata".

[106] Célia PINHO (2004:61) pega no quadro teórico do sociólogo P. Bordieu para destacar a preocupação sociológica e a prática de "antropologia reflexiva" do autor neste romance, reportadas essencialmente à "perceção do Outro e à reação da reação do Outro" no Brasil.

transição entre os dois países, e são consagrados, respectivamente, às viagens transatlânticas emigratória e de regresso. Sabe-se da biografia que Ferreira de Castro zarpou da baía do Rio de Janeiro na viagem de retorno. No capítulo IX convoca essa memória visual para descrever a aproximação marítima de Manuel da Bouça àquela cidade, numa exposição com vários elementos naturais e humanos.

O perímetro espacial da ação romanesca é bem delimitado, quer no Brasil quer em Portugal. A seguinte eco-análise incide sobre o cenário português, Ossela. Este toma lugar nos capítulos I a VII da Primeira Parte, nos capítulos VI e VII da Segunda Parte e em parte do Capítulo II desta. Na edição utilizada – a 11.ª, Livraria Editora Guimarães e C.ª – são cento e vinte e uma páginas, pouco mais de um terço da extensão do romance.

Emigrantes e "O Natal em Ossela" (1933, in *Os Fragmentos*, 1974) são os únicos textos ficcionais, excluindo curtas alusões evocativas do protagonista de *A Selva* (1930), com epicentro no território de infância do autor. Compõem perspetivas mais juvenis que as de "Aldeia Nativa" (1969, in *Os Fragmentos*, 1974), "Pequena História de *Emigrantes*" (1966) e outros. Enquanto a ação ficcional de 1928 decorre num período identificável com a Primavera, o conto natalício retrata um quadro exterior de pleno Inverno. Os dois próximos subcapítulos mostrarão que este dueto literário, ao articular dois prismas complementares da mesma paisagem rural beirã, representa na ótica da Ecologia Humana um autêntico documentário sobre o património biofísico e as relações eco-humanas desse Portugal do início do século XX.

7.2. O ROMANCE: ECO-ANÁLISE

Vimos no capítulo 2 que a Ecocrítica se auto-impõe apurar a construção cultural da Natureza, por um lado e, por outro, ver como esta, enquanto realidade independente do ser humano, ajuda a edificar o discurso artístico (GARRARD, 2006). O inquérito a que o ecocrítico submete o texto literário, referido no Capítulo 1, parece desde logo aplicável a *Emigrantes*:

1) Como é a Natureza – ou a Ecosfera ou o ambiente biofísico – representada: que fatores desse ambiente natural (bióticos e abióticos) e que conceitos e princípios da

Ecologia Geral são diretamente ou indiretamente invocados no romance?; 2) Que formas tradicionais da interdependência humana com essa Natureza são evidenciadas? e 3) Que papel assumem esses patrimónios natural e eco-humano na definição do enredo?

7.2.1. Contexto geográfico

No ensaio *Paisagens Originais* (2000), onde revisita os cenários de cinco escritores do Ocidente nascidos no século XX, Olivier ROLIN presume que "ao longo da vida, nunca deixamos as paisagens da nossa infância". Se ficou claro na Ecobiografia que essa ideia se ajusta em toda a extensão a Ferreira de Castro, o romance *Emigrantes* confirma-o, ao transferir para a ficção um espaço geográfico de primordial importância na sua biografia.

A ação apoia-se, portanto, num território não inventado, sobreponível ao real, de que o autor revela conhecimento profundo e empírico. Um realismo também autenticado pela toponímia, coincidente com a enumerada na contribuição para o *Guia de Portugal* III (PROENÇA e DIONÍSIO, 1945, 1993), sob o título "De Oliveira de Azeméis a Vale de Cambra": Frágua, Santo António, Vermoim e Baralhas, Mosteiro e Salgueiros, a Felgueira, o Caima. A "notícia", analisada em 6.2., foi redigida cerca de década e meia após a ficção, tendo retomado em traços rigorosos a geografia e a paisagem de vale e serra. O esforço de acrescida observação e a objetividade exigidos por Raul Proença e por Ferreira de Castro tornam-na indispensável para certificar o valor documental do romance na abordagem da Natureza local e da orgânica multifuncional que a conectava ao ser humano.

Como lembra J. HERRÁN (2011:157) em *Literatura, Espaço, Cartografias*, a opção de situar a narrativa em cenários, urbanos ou rurais, facilmente reconhecíveis pelo leitor era uma imposição do género realista-naturalista, em especial o do século XIX, que contribuía para garantir a verosimilhança e a credibilidade da ficção.

Na divisão regional de 1933, A. GIRÃO situa a área na sub-região do Centro a que chama "Cambra", encastrada entre "Paiva", "Ribeira do Vouga" e "Douro Litoral". A figura 13 mostra esse enquadramento, localiza-o no mapa de Portugal continental por distritos (corresponde ao ponto 9 do mapa do capítulo 3, por ser também, além de cenário do enredo ficcional, mais tarde local de retiro do escritor) e apresenta as freguesias do concelho de Oliveira de Azeméis após a reorganização administrativa de 2013. Atualmente, pertence à Região Agrária da Beira Litoral. O. RIBEIRO (1945, 1986:188)

viria a incluí-la na unidade de paisagem n.º 4 do Portugal Atlântico – "Terras de média altitude da Beira Litoral" [Ver fig. 1].

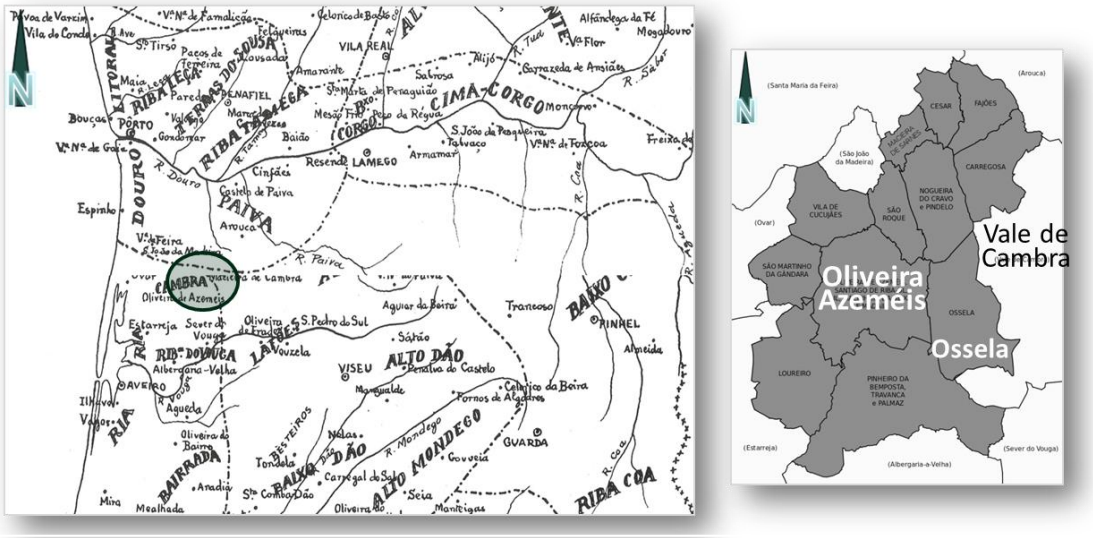


Fig. 13 – Localização do cenário português de *Emigrantes* e de "O Natal em Ossela" na Região Centro, subregião "Cambra" do Mapa das Regiões de Portugal continental de AMORIM GIRÃO (1933) e Ossela como uma das doze freguesias atuais de Oliveira de Azeméis.
Fontes: adapt. de GASPAR (1993:76) (sem escala no original) e de http://www.cm-oaz.pt/

A freguesia rural de Ossela, a meio minho entre as sedes dos dois concelhos vizinhos, salientou-se, assim, desse contexto bi-municipal, para assumir um papel na cultura portuguesa: o de "território literário" – aquele que a pena de um escritor fez ascender, enquanto cenário da sua criação literária, ao reconhecimento coletivo por parte do público leitor (VILAGRASA I IBARZ, 1988). Só ocasionalmente, a fim de servir o enredo, o leque territorial se abre até às duas vilas; e excepcionalmente, em momentos chave, rompe as fronteiras municipais para chegar até Lisboa e, claro, ao Brasil.

Ao tempo da ação, Ossela estava, como todo o país, sob a reforma administrativa que em 1835 instituíra os distritos como fundamental divisão de Portugal [107]. É atualmente uma das doze freguesias do concelho de Oliveira de Azeméis, já então parte do distrito de Aveiro que, com outros três, compõe a província da Beira Litoral. Está

[107] A reforma de 1835 remeteu as seis províncias para meras divisões estatístico-geográficas. Em 1936 o Estado Novo implanta onze províncias, com base nos estudos de Amorim Girão (1927 e 1930), que dividiam Portugal em treze regiões naturais. Como estas não acatavam os limites distritais, passam a coexistir no país duas grandes divisões administrativas sobrepostas mas não coincidentes – províncias e distritos. Em 1959 os distritos voltam a substituir-se às províncias, passando a dispor de órgãos próprios. Em 1976 estas são extintas, mas mantêm-se como unidades regionais de referência para os portugueses (Fonte: FERRÃO, 2002).

delimitada a norte pela freguesia de Nogueira de Cravo, a sul e leste por Vale de Cambra e confina a ocidente com outras três freguesias do seu concelho. A sede concelhia, cidade desde 1984, é referenciada num documento de doação de 922 e foi elevada a município por alvará de D. Maria I, a 5 de Janeiro de 1799 (folheto s/a, s/d). No romance, é evidente a deferência que este terreiro de "magnates" (p.46) inspira ao rústico Manuel da Bouça – o mesmo que levara o pequeno José Maria a vê-la como uma "cidadela de príncipes", confessaria em 1966 na inauguração da estátua ao "Emigrante" (in *Vária Escrita* n.º 3:229). Oliveira de Azeméis pertence hoje ao Agrupamento de concelhos de Entre Douro e Vouga e na contemporânea repartição territorial para fins estatísticos é um dos dezassete municípios da "Área Metropolitana do Porto" (NUT III), na Região Norte (NUT II) (INE, 2015).

O *Censos* de 1920 cifrava a população concelhia à época de *Emigrantes* em 30 304 habitantes [108], com um crescimento natural positivo e um saldo migratório elevado. O mapa de emigração legal em Portugal continental no ano seguinte, elaborado por LAUTENSACH (in RIBEIRO, LAUTENSACH e DAVEAU, 1989), mostra uma permilagem de emigrantes situada entre 4,1% e 7,5% da população, inscrevendo o concelho no terceiro grupo dos mais sacrificados pelo fenómeno literariamente recriado em *Emigrantes*. Naquele ano, abandonaram legalmente o país em busca de melhores ensejos de vida, 64 783 portugueses, na maioria provenientes do setor agrícola, "paupérrimos e incultos" (SERRÃO, 1974:31 e 132). À escala municipal, o tema é atualmente pouco significativo, pois dos 67 971 oliveirenses em 2013, apenas 430 saíram do concelho para destinos e por motivos desconhecidos [109].

Ossela é habitada desde 2000 a.C., ano atestado pela datação das ruínas do seu crasto, e foi ponto de paragem das vias romanas Conímbriga – Porto e Lisboa – Braga [110]. Atualmente com 2208 habitantes, contava 1549 ao tempo da ação ficcional [111]. O povoamento aglomerado em pequenos lugares acompanhava já então o importante curso de água que é o Caima, com nascente na serra da Freita (1098 metros de altitude),

[108] Portugal (continente e ilhas) tinha 6 032 991 habitantes, abaixo do efetivo calculado, devido à pneumónica e à Guerra (VI *Recenseamento Geral da População de Portugal,* 1920), *on line* em http://censos.ine.pt/

[109] Situação local que não reflete a do país, cujo fluxo emigratório em 2014, essencialmente intra-europeu, registou 134 624 indivíduos. Fonte: Pordata: http://www.pordata.pt/Municipios/

[110] Fonte: Câmara Municipal Oliveira de Azeméis: http://www.cm-oaz.pt/

[111] Junta de Freguesia de Ossela: http://www.jf-ossela.pt/freguesia/censos

a leste de Vale de Cambra. A designação da freguesia surge apenas duas vezes no texto, para identificar a terceiros o local de origem de Manuel da Bouça. Se Ferreira de Castro cresceu a meia encosta, em Salgueiros, o protagonista habita desconsoladamente a Frágua, aldeola à beira-rio da mesma freguesia.

Fig. 14 – Vale e encostas de Ossela e rio Caima, vistos da Serra da Felgueira. Maio 2014

Emigrantes contribui para relatar a história deste "lugar" marcado pela ruralidade, onde o labor humano de fruição do natural é ainda hoje agente modelador de uma paisagem orgânica e dinâmica, como comprova a panorâmica da figura 14. Adota-se o conceito de "lugar" proposto pelo ecocrítico Lawrence BUELL (2005:145): um espaço "fisiograficamente distinto", delimitado e significativo para o apego humano, para as relações sociais e outras nele estabelecidas. A ideia do geógrafo sino-americano Yi-Fu TUAN (*Space and Place. The perspective of experience*, 1977, cit. p. ALMEIDA, 2008:136) de que "A consciência do passado é um elemento importante no amor pelo lugar" encontra claros ecos neste romance castriano. Veremos como nele Ferreira de Castro desenha uma representação do espaço identificável com o conceito de topofilia, "o apego ao lugar" (*op. cit*:128), daquele autor.

Na literatura portuguesa, outros contribuíram na descoberta de locais geográficos. Fê-lo Garrett em *Viagens na Minha Terra* (1846), aí transmitindo o *genius loci* (espírito do lugar) próprio do Romantismo; fê-lo Alves Redol nos braços e nas campinas do Tejo; Aquilino nas "Terras do Demo"; fê-lo Carlos de Oliveira, na poética e nos seus cinco romances gandareses (MOREIRA, 1982), leal à Gândara, universo da areia igualmente subdesenvolvido: a "paisagem da infância não é nenhum paraíso perdido, mas a pobreza, a nudez, a carência de quase tudo" ("Micropaisagem", in *O Aprendiz de Feiticeiro*, 1971:264). Mas contrariamente aos dois últimos autores, o vale de Ossela povoado e fértil que Ferreira de Castro efabula em *Emigrantes* e "O Natal em Ossela" praticamente esgotou-se nessa ficção. A região natal não se fixou como permanente evocação romanesca, nunca se tornou em núcleo imperioso do seu imaginário literário, como ratifica a diversidade e a amplitude geográficas da sua cenografia.

Ainda assim, a imagem de O. ROLIN (2000:19), segundo a qual as paisagens de infância de um autor são "aquelas cujo reflexo virá, com notável regularidade, lançar os seus brilhos nostálgicos através da Obra", não destoa da escrita castriana, se a observarmos na totalidade ficcional e não ficcional. O mais importante é que essa "paisagem original", ao inundar as páginas de *Emigrantes*, foi a primeira pedra de toda a obra canónica.

7.2.2. O Ambiente Biofísico: O Clima, os Habitats, a Flora e a Fauna

O romance inicia-se com uma cena bucólica primaveril, que situa espacialmente o protagonista num local elevado – "Lá em baixo, no campanário, o relógio deu três horas" (p.21) – talvez a encosta de Santo António, ainda hoje dotada de panorama não muito diferente do descrito. Subentende-se um elogio à vida do campo, o qual sugere, pelo menos, duas interpretações possíveis: ou remanesce da estética de forte influência romântica que presidia às ficções juvenis de Ferreira de Castro, que também nunca renegaria as virtudes do ambiente natal; ou trata-se de um aparente recurso de estilo, pelo facto de, ao longo do romance, vir a contrastar com eventos decisivos e a submeter-se à mensagem capital do autor.

Nessa cena inicial, a aparente serenidade do local e a harmonia que compõe a paisagem desfrutada contagiam Manuel da Bouça, dando-lhe espaço para rememorar uma infância agradável e sonhar um futuro melhor. Passado e futuro sobressaem então do mesmo tecido de fundo desse presente em que ele se encontra. Antes mesmo de o homem ser apresentado ao leitor, é esse o cenário eleito para lançar a narrativa, através da descrição paisagística em várias das suas componentes naturais (p.19):

> Preta e branca, branca e preta, o preto mui luzidio e muito níveo o branco, a pega, de cauda trémula, inquieta, saracoteava entre carumas e urgueiras, esconde aqui, surge ali, e por fim erguia voo até a copa alta do pinheiro, levando no bico ramo seco ou graveto.
> O Pinhal, todo de troncos grossos, casca áspera e gretada, adormecia austeramente no silêncio da tarde primaveril. As suas pinhas dir-se-iam incopuladas ou corroídas

> por antídoto malthusianista[112], pois cá em baixo, no solo castanho e acidentado, nenhum pinheiro infante erguia para o céu os bracitos verdes. Os caules nus, quase negros, assimétricos, eram colunas dum templo bárbaro, em cuja cúpula transparente o sol ia tecendo prateada e fantasiosa malha. Por vezes, o tecido incorpóreo esfarrapava-se e descia em fluidos caprichosos, até os galhos, formando pulseiras, ou até o chão, onde coagulava em jóias bizarras.
> Ao fundo, cortando um declive, estendia-se a linha vermelha dum valado, que cedia terreno e entrincheirava a multidão cerrada dos pinheiros adolescentes e mui viçosos (…).

Esta exposição assenta no elemento da avifauna local que é a pega e numa espécie florística, o pinheiro, que de imediato situam a ação numa tarde de Primavera. Apela-se maioritariamente ao sentido da visão, com frequentes referências à luz, à cor, ao relevo: do "Preto luzidio" da plumagem à "cúpula transparente" do pinhal; o "esbranquiçar" do casario aldeão, sobre um fundo orográfico de declives, "valados", "veigas", "montes" e "barrocas". É entre Manuel da Bouça e esta paisagem que se interpõem outras visões – a de uma aventura distante e a do desgosto a ela inerente.

É sempre a instância do narrador que exibe as componentes naturais da paisagem local. O capítulo III começa por acompanhar a deslocação madrugadora do camponês à vila de Oliveira. Há reflexos de romantismo na descrição do céu matinal (p.41), "gigantesca cúpula" banhada a "tintas inverosímeis", revestida de "túnicas fantásticas" e "pinceladas incomensuráveis". A imagem, de grande intensidade cromática, desce o seu plano até focar de novo a terra, na paisagem de vale fluvial e lombas serranas onde as marcas humanas despontam, revelada à cadência do sol nascente. A descrição da aurora e seus efeitos visuais e sonoros alonga-se por mais três páginas, cobrindo a subida de cota do caminhante e o alargamento do horizonte (p.42):

> Mas, quando Manuel da Bouça se aproximava da falda, os seus olhos encontraram, por cima dos eucaliptos miúdos que formavam rebanho na cauda dos velhos pinheiros, mais largueza de panorama. (…) Havia um silêncio frio, que isolava, que

[112] O pastor protestante inglês Thomas Malthus (1766-1834) defendia um limite ao crescimento demográfico para evitar a escassez mundial de recursos alimentares. Opunha-se assim ao princípio da liberdade individual, proclamado pela Revolução Francesa. Sobre o alastramento do neomalthusianismo pela Europa e como "foram os libertários os mentores da corrente neomalthusiana em Portugal", consulte-se o artigo de FREIRE e LOUSADA (1982:1367) em *Análise Social*. A ideologia libertária de Ferreira de Castro poderá explicar esta alusão algo extemporânea à doutrina na primeira página do romance que marca o início de um novo ciclo literário.

> tornava distinto o grito de cada ave. E quer a pata da serra, cingida por murmuro ribeiro, quer o dorso fechado da mata, desde o palácio dos condes do Covo, esbranquiçando-se entre sobreiros, até o casario ainda esfumado da aldeia de Vilar, jaziam em enigmática expectativa.

Os parágrafos de prelúdio à entrada de Manuel da Bouça na vila, antes de aligeirar a marcha para cumprir o primeiro de uma série de trâmites exigidos para emigrar, denunciam a predileção do autor pelas árvores [Ver Parte II]. A vegetação arbórea – em especial o pinheiro *Pinus pinaster* e o carvalho-roble *Quercus robur*, mas também o medronheiro *Arbutus unedo*, e o sobreiro *Quercus suber* – é o elemento vegetal dominante nos capítulos centrados em território português. Reaparece no texto do *Guia de Portugal* III e, anos depois, em "Pequena História de *Emigrantes*" (1966), quando Ferreira de Castro evoca o seu itinerário pedonal até à sede de concelho, "através dos imensos pinhais dos Condes do Covo".

Sublinhe-se, em abono da fiabilidade do retrato natural traçado no romance, que algumas espécies florísticas nele mais frequentemente citadas – nomeadamente o carvalho-roble, que conta dez ocorrências, o pinheiro-bravo, com 43, e o arbusto tojo *Ulex europaeus* – foram elencadas por Orlando RIBEIRO em *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico* como "os reagentes mais seguros das condições climáticas" da região, qualificada por uma afinidade mediterrânica onde o Atlântico é, contudo, "o grande regulador da atmosfera (1986:103 e 101, respetivamente).

Os fatores clima e solo são os principais determinantes na distribuição geográfica das plantas. Lembram FERRÃO *et al* (2008) que, antes da humanização, a Península Ibérica era coberta por uma vegetação natural arbórea e arbustiva de *Quercus* de folha persistente (sobreiro e azinheira no sul de Portugal) e de *Quercus* de folhagem caduca ou marcescente predominando no centro e norte; no quadrante noroeste do país, mais sujeito à humidade vinda oceano e onde se inclui Ossela, dominavam as florestas de *Quercus robur*, cujos frutos tipo glande foram uma das bases da alimentação dos primeiros povos da Ibéria (*op. cit.*). Também BINGRE e DAMASCENO (2007a) notam a forte correlação do macroclima temperado atlântico no noroeste de Portugal com o bioma de Floresta Temperada [113], a que pertence naturalmente o carvalho-roble, tão louvado em

[113] Os autores citam H. WALTER em *Vegetation of the Earth* (1973) para lembrar que o outro bioma presente é o Chaparral, no Portugal mediterrânico. Trás-os-Montes e as Beiras assumem posição intermédia.

Emigrantes, como vimos em 3.3.1..

Já as numerosas menções ao pinheiro-bravo *Pinus pinaster* são consistentes com os dados de sucessivos Inventários Florestais Nacionais, analisados por REBOREDO e PAIS (2012). Estes evidenciam o esforço de reflorestação de Portugal entre 1870 e 1970, a fim de anular a intensa desarborização do século XIX, incrementando a área florestal de 4-7% do território nacional para cerca de 30%. Foram mais de três milhões de hectares, entre várias espécies naturais ou naturalizadas, um terço dos quais de pinhal-bravo. O. RIBEIRO 1986:113) crê que a espécie foi introduzida no país na Idade Média e depois largamente difundida por D. Dinis, que o manteve confinado à beira-mar, "sua área ecológica".

O Quadro 6 inventaria todas as espécies da flora silvestre citadas na narrativa. Estão organizadas por duas categorias, "Árvores" e "Arbustos e Herbáceas"; e, dentro de cada uma, por ordem de primeira ocorrência no texto. Para cada espécie, as ocorrências somam a citação direta do seu nome vulgar, acrescida de referências derivadas ou indirectas. Por exemplo, "vinha" e "vinhedo" agregam-se num único valor; o mesmo para "carvalho" e "carvalhedo", etc.. O levantamento quantitativo mostra uma clara prevalência dos vocábulos relacionados com o pinheiro ("Pinhal", "pinho", "pinha" "pinhões", "caruma"), num total de 43 referências.

Segundo a análise temática de L. BARDIN (1995:105 e 109), "a aparição de um item de sentido" num texto tem valor analítico e será tanto mais significativa quanto mais frequente. Podemos adaptar esta lógica e admitir que o escritor atribui necessariamente uma importância particular ao elemento "árvore". Este breve retrato do início do dia, no capítulo III (p.42) exemplifica uma importância qualitativa: "No ambiente de milagre, parecia que tudo aguardava um prodígio. Árvore que não perguntava o que ia suceder envolvia-se em êxtase, não de enlevo e languidez, como o da tarde, mas de frescura e louçania". Esta também se infere a partir da variedade de espécies arbóreas mencionadas: um total de quinze, doze delas naturais do noroeste português, enquanto a variedade de espécies de arbustos e ervas não excede as oito.

Quadro 6 – Ambiente Biofísico: Componente biótica "Flora" (Reino *Plantae*)
Espécies da flora silvestre mencionada em *Emigrantes*

		Nº ocorrências	Nome vulgar usado no romance	Nome científico
Plantas Vasculares	Árvores	2	● Castanheiro	*Castanea sativa*
		3	✖ Eucalipto	*Eucaliptus globulus*
		6	● Cerejeira	*Prunus avium*
		10	● Carvalho	*Quercus* spp.
		4	● Oliveira	*Olea europaea*
		5	● Sobreiro	*Quercus suber*
		3	● Figueira	*Ficus carica*
		2	● Amieiro	*Alnus glutinosa*
		1	● Medronheiro	*Arbutus unedo*
		1	✖ Mimosa	*Acacia dealbata*
		1	● Choupo	*Populus* spp.
		2	● Salgueiro	*Salix atrocinerea* ou spp.
		2	✖ Austrália	*Acacia melanoxylon*
		43	● Pinheiro	*Pinus* spp.
		3	● Cipreste	*Cupressus sempervirens*
		88	**Diversidade de Árvores: 15 espécies (12● + 3✖)**	
		38	"Árvore", "arvoredo"	
	Total ocorrências Árvores:	**126**		
	Arbustos e Herbáceas	3	● Silva	*Rubus* spp.
		1	● Urgueira/Urze	*Erica* spp.
		2	● Tojo	*Ulex europaeus*
		2	✖ Hera	*Hedera helix*
		2	● Urtiga	*Urtica dioica* ou spp.
		1	● Murta	*Myrtus communis*
		1	● Alecrim	*Rosmarinus officinalis*
		1	● Feto	*Pteridium aquilinum*
		13	**Diversidade de Arbustos + Herbáceas: 8 esp. (7● + 1✖)**	
		12	"Arbusto", "arbustedo", "erva"	
	Total ocorrências Arbustos + Herbáceas:	**25**		
	Total ocorrências FLORA SILVESTRE:	**126 + 25 = 151**	**Total de Diversidade de FLORA SILVESTRE: 23 espécies (19● + 4✖)**	

Espécies espontâneas ou naturalizadas em Portugal ● Espécies exóticas ✖

Fontes dos nomes científicos: MITCHELL, 1979, POLUNIN, 1976, ROCHA, 1996, UTAD – "Flora Digital de Portugal": http://jb.utad.pt/flora , e NaturData: http://naturdata.com/

O Quadro 6 mostra esta preferência e ainda a análise quantitativa das ocorrências genéricas relativas ao elemento arbóreo: se incluirmos as palavras "árvore", "arvoredo" ou equivalente (38), bem como as alusões a componentes vegetais como "ramos", "folhas", etc., contabilizam-se 126, cinco vezes mais do que as relativas aos estratos herbáceo e arbustivo.

Esta sistematização ajuda a avaliar o tributo do romance para a descrição biofísica e ecológica do lugar na época da ação, com base do pressuposto de fiabilidade já exposto. Por um lado, dá uma medida do conhecimento do autor sobre essa realidade; por outro lado, faculta uma aproximação à "riqueza específica" – parâmetro ecológico que quantifica a heterogeneidade de uma comunidade viva, em número de espécies existentes (BERNARDO, 1995:57,58) [114].Note-se que essa eleição semântica não se afirma nas opções estilísticas da narrativa, pois estão ausentes metáforas inspiradas em elementos arbóreos ou outros florísticos. Contudo o Pórtico, ao falar da ilusão e infortúnio da emigração europeia, trai esta inclinação muito própria de Ferreira de Castro: "Tudo isto, porém, são simples ramos de grande, milenário e carcomido tronco, cuja sombra os homens andam agora a examinar, preocupados com o espaço que ela ocupa".

Outro indicador fundamental na biodiversidade de um território é o seu conjunto de habitats naturais e seminaturais. Também aí o romance fornece informação preciosa. Encontrou-se no texto um total de sete habitats, listados no Quadro 7 por ordem de primeira ocorrência dentro de cada tipo, seis deles naturais. Seguiu-se a classificação de J. ALVES *et al* (1998), em *Habitats Naturais e Semi-naturais de Portugal Continental* [115].

Sendo "habitat" um termo do domínio da Ecologia, não seria expectável que Ferreira de Castro o utilizasse, nem tão-pouco os referisse expressamente segundo a nomenclatura técnica. Assim, os habitats inventariados no cenário português de *Emigrantes* são, a maioria das vezes, inferidos da narração e do conhecimento bibliográfico e empírico do local. Por exemplo, o vocábulo "carvalhedo" exprimirá um

[114] Conceito diferente e menos informativo que o de "diversidade específica", que incorpora nesta informação os graus de abundância de cada espécie, considerando diferentemente uma rara e outra muito abundante, por exemplo, avaliando o grau de heterogeneidade da comunidade (BERNARDO, 1995:57,58).

[115] Em face da perda de biodiversidade generalizada a nível mundial, a política comunitária ambiental viria a criar a Diretiva Habitats, n° 92/43/CEE de 21 de Maio, transposta para o Direito português pelo Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril. O objetivo foi favorecer a manutenção da biodiversidade através da conservação e preservação dos habitats naturais, da fauna e flora selvagens, no território europeu dos estados-membros. A Diretiva Habitats foi alterada pela Diretiva n.º 97/62/CE, de 27 de Outubro.

bosque natural de folha caduca; "mata" pode referir-se a um destes bosques ou ao bosque de folha acicular que é o pinhal. O rio Caima é exemplo de um "habitat dulçaquícola com águas correntes". Repare-se nesta expressão do anoitecer do vale a que Manuel da Bouça assiste antes de partir e onde se identificam as galerias florísticas dos cursos de água ou "comunidades ripícolas arbóreas" (p.39):

> O azul do Caima ia-se tornando negro, a água confundia-se já com a terra, sob o mesmo véu escuro, e os amieiros, apagado o recorte da folhagem, ficavam ali como vultos de sonho, como embuçados perscrutando o mistério da noite.

Quadro 7 – Ambiente Biofísico: Habitats naturais e seminaturais em Emigrantes

	Tipo	Designação
Naturais	Bosques e florestas naturais	De folha acicular e escamiforme: pinhal
		De folha caduca ou marcescente: carvalhal
	Dulçaquícola com águas correntes e débito permanente	Curso de água de montanha
		Comunidade ripícola arbórea
	Micro-habitat	Musgos rupícolas
Diversidade de Habitats naturais: 6		
Seminaturais	Arrelvados e prados de altitude húmidos	Lameiros de regadio
		Pomares
Total de Diversidade de HABITATS: 7		

Fonte: Classificação dos habitats com base em ALVES *et al*, 1998

As particularidades de cursos de água superficiais como o Caima – os perfis transversal e longitudinal do leito, o regime de escoamento, etc. – favorecem a instalação de habitats onde se desenvolve uma flora típica disposta, nomeadamente, em galerias ao longo das margens inundáveis. Estas comunidades ribeirinhas são, em Portugal, formadas por espécies que crescem espontaneamente, onde se destaca o amieiro *Alnus glutinosa* e o salgueiro *Salix* spp., referidos no romance, e ainda o freixo *Fraxinus angustifolia* (DUARTE e MOREIRA, 2009).

O texto alude, muitas vezes poeticamente, a outros atributos biofísicos do rio: a configuração em "voltas" (p.205); as características do leito, bordejado por "calhaus

limosos" (p.227); as margens sombrias, povoadas também de choupos e "carvalhos ribeirinhos"; e os usos das zonas envolventes, que se abordarão no próximo ponto. Com isso fornece uma pálida imagem da complexidade deste ecossistema fluvial, que G. SARAIVA (1999:2) descreve como "nervura da estrutura geológica do terreno", com "riqueza intrínseca" e "variedade estética". Esta autora (p.247) salienta as características de linearidade e conectividade do rio comuns a outros "corredores" – sebes, caminhos, outras vias – fundamentais na estrutura, diversidade e dinâmica da paisagem, satisfazendo quatro ordens de funções: hidráulica, colectando e escoando as águas e sedimentos da bacia vertente; biofísica, enquanto ecossistema de suporte a comunidades aquáticas e ribeirinhas, florísticas e faunísticas; paisagística, pelo papel focalizador e de valorização; e económica, de produção vegetal e provimento dos hábitos de rega.

É muito forte a imagética fluvial neste romance e, de uma forma geral, na literatura de Ferreira de Castro. O Caima vem ressoando nos textos castrianos, inevitavelmente, desde os desabafos memorialísticos, como vimos nos Capítulos 3., 4. e 6.. Mas em *Emigrantes* assume o papel de elemento estruturante da paisagem, o polo horizontal, linear e multifuncional em torno do qual se organiza parte importante da vida natural e humana do Vale de Ossela. Ferreira de Castro permite-lhe uma respiração ampla, ao abordá-lo sob as dimensões social, económica e também antropológica – que englobam as funções acima referidas – mas também cenográfica. Um pouco ao encontro da análise de M. AVELAR (2012:54), que encontra no elemento rio "virtualidades imagéticas e simbólicas" (p.55), após o estudar como *topos* no período entre o Romantismo e o Modernismo: "Com Thoreau, o signo rio acrescenta movimento à noção de paisagem, concebida como espaço cénico, onde o sujeito (a subjectividade) se projecta".

Nas recordações durante a estadia no Brasil, Manuel da Bouça "via nitidamente o barroco, quase todo forrado de musgo ensombrado pelos carvalhos e salgueiros que se debruçavam lá em cima, com algumas raízes descobertas na ribanceira, e em baixo um ténue fio de água, deslizando entre macias plataformas de relva branca" (p.228). Os musgos são, na classificação aqui adotada, micro-habitats compostos por várias espécies de Briófitas – plantas não vasculares e sem tecidos onde a seiva se transporta célula a célula, pouco exigentes em relação ao substrato comparativamente a plantas mais evoluídas. Nas duas vezes que ocorrem na narrativa, parecem de natureza rupícola, isto é,

desenvolvidos sobre pedra, não existindo referência a musgos arborícolas.

Se é aceitável uma aproximação à paisagem do vale de Ossela do início do século XX através dos elementos florísticos e habitats presentes em *Emigrantes*, já o peso atribuído à componente "Fauna" oferece parca informação. Condicionantes de perceção e sensibilidade do autor terão necessariamente ditado uma representação do património faunístico muito menos expressiva do que as anteriores, quer em número de ocorrências no texto quer em variedade de espécies mencionadas (recorde-se que o seu "fascínio" pela Natureza era especialmente dirigido à vegetação).

Os resultados da análise quantitativa constam do Quadro 8, onde as espécies animais selvagens estão, num primeiro nível, organizadas em Vertebrados e Invertebrados; dentro destes, por Classe; e dentro de cada Classe, por ordem de primeira ocorrência no texto.

Não se encontrou menção a anfíbios ou répteis, embora em "Pequena História de *Emigrantes*" (1966) e no *Guia de Portugal*, os sardões "expondo ao sol o seu verde e o seu oiro" enriqueçam a memória da "curva da estrada" da aldeia. Mas marcam presença as restantes três classes de vertebrados – Mamíferos, Aves e Peixes, através de um total de onze espécies autóctones de Portugal. A avifauna é a mais ilustrada, com oito espécies e dados sobre a morfologia: "o preto mui luzidio e mui níveo o branco"; a conduta básica e os hábitos: o gaio vinha "de debicar os brincos vermelhos das cerejas" e escondia no pinhal "o cromatismo da sua plumagem" (p.19); e a ecologia: a preferência de milheiras e pintassilgos para formar ninho na "cobertura fresca" das vinhas (p.227). A frequência dos termos "pássaro" ou "passaredo" pode interpretar-se como indício de predileção ou maior sensibilidade para este grupo animal, ainda segundo a lógica de BARDIN (1995).

Os invertebrados limitam-se, no romance, ao insecto grilo (designação genérica atribuída a várias espécies), e uma única espécie informa o leitor sobre a fauna ictiológica dulçaquícola: a truta de rio *Salmo trutta*. É mencionado um único mamífero quando, através de uma advertência de Deolinda (p.292), se invoca o comportamento predatório das raposas *Vulpes vulpes*, que desciam a serra da Macinhata para assaltar as capoeiras. Sabe-se, perto do final, através de outra fala da filha de Manuel da Bouça, que a serra da Felgueira era habitada por outras espécies cinegéticas, não nomeadas,

alvo de caçadores endinheirados.

Nesta componente biológica e contrariamente ao verificado para a Flora, somam-se seis espécies animais usadas como recurso estilístico (Quadro 8), as quais, dada essa sua função no texto, nada contribuem para a avaliação da biodiversidade local. Greg GARRARD, em *Ecocrítica* (2006:29 e 257), denomina "tropos ambientais" essas metáforas da Natureza, frequentes em escritores britânicos e americanos.

Outra categoria ecocrítica a apurar são os conceitos da Ecologia subentendíveis a partir do texto: para além de "espécie", "população", "comunidade biótica" e "habitat" nos excertos já transcritos, detetam-se os de "sobrevivência", cadeia trófica e "predação", por exemplo. Se a raposa é um exemplo deste último, veja-se como a cadeia trófica (BERNARDO, 1995:31) está subjacente a este trecho da página 21: "As alfaces (…) dariam para alimentar todos os grilos que, nas redondezas, formavam em tardes cálidas e noites consteladas de Verão, uma orquestra interminável e monossónica".

Quadro 8 – Ambiente Biofísico: Componente biótica "Fauna" (Reino *Animalia*)
Espécies e classes da fauna selvagem mencionada em *Emigrantes*

	Nº ocorrências	Nome vulgar usado no romance	Nome científico	Classe	
	1	Raposa	*Vulpes vulpes*	Mamíferos	Vertebrados
	2	Rola	*Streptopelia turtur*	Aves	
	2	Gaio	*Garrulus glandarius*		
	2	Pega	*Cyanopica cyanus* e/ou *Pica Pica*		
	2	Melro	*Turdus merula*		
	1	Peto	*Picus viridis*		
	1	Coruja-de-igreja	*Tyto alba*		
	1	Milheira	*Serinus serinus*		
	1	Pintassilgo	*Carduelis carduelis*		
	2	Pisco	*Erithacus rubecula*		
	1	Truta	*Salmo trutta*	Peixes	
	2	Grilo	várias esps. / vários géns. (1)	Insectos	
	18	**Diversidade de Fauna selvagem real: 12 espécies**			
	6	"Pássaro", "passaredo", …			
Total ocorrências FAUNA selvagem real:	**24**				
Sentido figurado	1 x cada	Libélula, rato, alvéola, pomba, gaivota, polvo			
Total ocorrências Fauna selvagem figur.:	**6**	**Diversidade de Fauna selvagem** sent. fig.**: 6 espécies**			
Total ocorrências FAUNA SELVAGEM:	**30**				

Fontes dos nomes científicos e da taxonomia: CABRAL *et al*, 1990, MATHIAS, 1999, SAUER e FRADE, 1982, Naturlink: http://naturlink.sapo.pt/ e Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves: http://www.spea.pt/pt/

7.2.3. A Relação orgânica Ser humano – Natureza

7.2.3.1. Entre a terra idílica e a terra ingrata

Em *As Regiões Portuguesas* (1993:54), o geógrafo Jorge GASPAR considera a paisagem da antiga "Cambra" como o prolongamento para sul da fisionomia geográfica de Entre Douro e Minho, dada, entre outros aspetos, pela componente rural tradicional "em que sobressaem milheirais e espigueiros, ramadas de vinho verde, prados e nabais (…)". Na afinidade natural e cultural das duas regiões, aponta a "herança comum", em particular a emigratória, e exemplifica a sua ilustração literária com *Emigrantes*. Porém, atribui ao romance uma "imagem das articulações entre Litoral e Serra, entre camponeses e pequenos industriais" que, em rigor e como veremos, ela não tem.

É inequívoca a realidade rural, nos seus planos social e económico, territorial e geográfico, administrativo e político, que forma o cenário português desta ficção. Entenda-se o conceito "rural" tal como definido por J. FERRÃO (2000:46): historicamente, um meio organizado segundo esta "tetralogia": da produção de alimentos como função principal; da agricultura como atividade económica dominante; da família camponesa, seus modos de vida e valores, como grupo social de referência; e de uma paisagem que espelha a conquista de equilíbrios entre as condições naturais e o tipo de atividades humanas.

Basicamente, o pano de fundo da ação romanesca reúne cinco elementos da paisagem [Figura 15]: existe um rio, um vale e uma serra; existem uma aldeia e campos cultivados. A componente natural, preexistente à intervenção humana, é representada pela expressão orográfica – o vale e a serra, com suas encostas – e pelo elemento hidrográfico, o rio. A componente antrópica (na

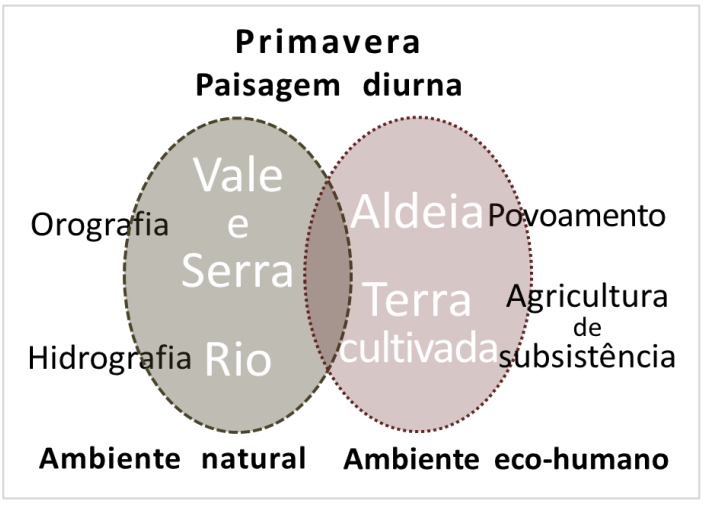


Fig. 15 – Representação esquemática dos ambientes natural e eco-humano do cenário de *Emigrantes*

mesma figura), operando em estreito vínculo com primeira, manifesta duas formas de ancoragem do ser humano nesse território: o povoamento aglomerado que é a aldeia e a exploração dos campos aráveis. A interseção do desenho não tem qualquer significado quantitativo, sendo meramente ilustrativa da relação entre os dois macro-ambientes.

Quer na ótica da Ecologia clássica quer da Ecologia Humana, essas duas formas retratam a adaptação humana aos recursos naturais disponíveis naquele espaço, traduzida na satisfação de duas necessidades básicas de todo o ser vivo – abrigo e alimentação. LEMA e BORDALO (1996) salientam que, em sociedades agrárias tradicionais, o solo tem esse valor de uso primordial. Neste sentido, se, como diz C. CABRAL (1940, 2003:139), a paisagem "representa o esforço secular e perdurável da grei que a modelou com o seu trabalho (…)", acontece ter sido primeiramente a "terra" – enquanto solo, material minero-orgânico, produto da constituição geológica subjacente, associado à feição climática e ambos, por sua vez, determinantes do tipo de coberto vegetal – que ditou os moldes da subsequente ação antrópica.

O olhar da Ecologia Humana deteta uma evidência de linhas simples mas explícita, erguendo-se das páginas iniciais e ressoando em vários momentos do texto romanesco: a de que o plano de ação centrado em Ossela abraça uma Natureza–Terra em relação à qual Manuel da Bouça alterna duas perceções opostas: a admiração pelo seu cunho idílico, associado ao valor estético e de amenidade; e, predominantemente, a insatisfação pela terra que inexoravelmente consome o seu viver, esgotando-lhe as forças sem prover o satisfatório retorno – uma terra mais sujeito explorador do que propriamente recurso explorado. Ambas são reais, ambas são a mesma terra. Mas, independentemente da instância do romance que as transmite – o narrador ou o protagonista, frequentemente cúmplices na comunicação com o leitor – a fruição bucólica é em muito excedida pela imposição das regras quotidianas do trabalho inglório.

É esse diferencial em desabono dos camponeses povoadores da terra numa faina de séculos que cava no íntimo de um homem espaço para um sonho socialmente legitimado. *Emigrantes* é a história desse sonho nunca cumprido e da sua transfiguração num pesadelo que derruba o próprio sonhador.

Os autores que estudaram Ferreira de Castro são consensuais quanto ao motor biográfico e ideológico desta narrativa. Mas foi Jaime BRASIL (1931) quem melhor captou

a sua essência telúrica, inseparável do contexto sociopolítico, ao escrever que ela visou uma reforma dos costumes numa sociedade que ainda não aprendera a partilhar a riqueza da terra. Na ótica eco-humana aqui proposta, é essa terra iniquamente repartida o verdadeiro estímulo da ação central, isto é, do movimento emigratório.

Retomemos a cena que estreia o romance. O autor aposta numa moldura campestre idílica, dada pela fruição da paisagem onde impera o património natural já aqui descrito, que suscita no protagonista revivências felizes da infância aí passada. Este registo romântico, que virá a contrastar com os momentos de maior penúria e desespero no percurso desse homem, é rapidamente abandonado e substituído pelo ângulo da terra produtiva. Quando Manuel da Bouça abandona o ponto de vista inicial, o plano da narrativa desliza com ele encosta abaixo.

O autor afasta a atenção da avifauna e das espécies florestais e, não resistindo embora a apontar um sobreiro isolado, introduz gradualmente, pelo olhar da personagem, os elementos humanos da paisagem. Desde logo, uma imagem tradicional do meio aldeão português – "Lá em baixo, no campanário, o relógio deu três horas" (p.23) – antecede novos exemplos da marca humana: são os caminhos abertos pelo trânsito pedestre, a aldeia, as habitações dispersas, a sua "casita, quase debruçada no Caima", "solitária entre os campos (pp.21,25), de "quatro paredes brancas", com "capoeira de criação" e "quintal mui cultivado, muito verde". Firma-se neste ponto a primeira relação do rio com este cosmos doméstico.

Num meio veranil de "tardes cálidas e noites consteladas" atravessadas pela presença sonora dos grilos, lê-se a primeira referência às plantas de cultivo – "couves gordas", "feijoeiros abraçados às estacas", ervilhas com sua floração violeta, alfaces "viçosas e tenrinhas". A vinha aramada no muro branco do quintal e as árvores de fruto são pretexto para uma rara ousadia irónica por parte do autor (p.21):

> Fazendo sentinela à terra pródiga, duas cerejeiras contrastavam, pela sua frescura e opulência da folhagem, com a figueira árida – apesar de tudo muito mais feliz do que a bíblica, pois Judas fora substituído por uma enorme abóbora amarela, que pendia da primeira forquilha.

A expressão "terra pródiga" marca a transição do ângulo narrativo da "terra idílica", poético e simbólico, para uma abordagem utilitária. Conjugada com as alusões ao

rio Caima, em função do qual se organizam as culturas agrícolas, estabelece o duo de recursos naturais que suporta a implantação tradicional do camponês no vale de Ossela: o solo e água. Solo e água impregnam as páginas de *Emigrantes*, enquadram a casa e o labor humano, são transversais a quase todas as modalidades de vida local. O solo assume na paisagem-cenário importância não tanto como espaço de instalação das atividades humanas, mas principalmente como sistema vivo e dinâmico de suporte ao cultivo, integrante do ecossistema local. É, assim, um recurso renovável, dotado de uma capacidade de regeneração garantida pelo padrão de uso sustentável da época [116]. As figuras 16 (a) e (b) mostram como, em grande medida, essa paisagem do vale cruzado pelo Caima, este bordejado por galerias ripícolas e por margens, resistiu até hoje.

Figs. 16 (a) e (b) – Recursos Água e Solo: Paisagem do rio e do vale cultivado do Caima no troço que atravessa a freguesia de Ossela. Maio de 2013.

No discurso da inauguração da estátua ao "Emigrante" numa praça de Oliveira de Azeméis (1966, in ALVES, 1996:232), Ferreira de Castro enaltece os "homens que procuram vencer – e tantas vezes o conseguem – os limites estabelecidos pela Natureza". No romance, o engenho humano força esses limites maximizando o uso da terra pela lavoura, associando alguma atividade hortícola onde as culturas de quintal complementam parcamente os baixos rendimentos, e ainda alguma pecuária, pastorícia e criação de gado como força de trabalho. É o retrato da paisagem camponesa beirã humanizada pelo trabalho, um modelo de uso do solo em mosaico agrossilvopastoril tradicional do ordenamento do território português. QUEIRÓS (2000:42) qualifica-o como "fruto do empirismo ecológico dos nossos cultivadores", que encontrou homenageado também na obra de poetas portugueses, nomeadamente Irene Lisboa.

[116] Sustentabilidade: utilização equilibrada dos recursos, de modo a garantir a sua disponibilidade para as gerações que se seguiriam, tal como definido pelo "Relatório Brundtland", *O Nosso Futuro Comum* (1987).

Autores como a australiana L. HEAD (2000) usam, no contexto da Geografia Física, a designação "Paisagem cultural" para os combinados territoriais em que elementos da ancestralidade, primitividade ou "naturalidade" coabitam com transformadores antrópicos exercidos ao longo do tempo (QUEIROZ, 2007). O vale de Ossela romanceado vive dessa harmonia multifuncional, esforço de adaptação das populações a um meio físico pouco generoso. Por isso o sistema de minifúndio dominante, de pequenas explorações agrícolas familiares mantidas por trabalho assalariado, não ultrapassava o nível de produtividade próprio da economia local de subsistência, com grau de influência significativo mas ainda numa "relação de dever e de responsabilidade", para citar o ecocrítico G. GARRARD (2006:154) com as exigências de renovação natural do solo e do rio.

O léxico contemporâneo classificaria como ambientalmente "sustentáveis" essas práticas de horticultura e agricultura nas margens do Caima do início do século XX. Mas a ausência do que se poderia denominar "sustentabilidade" nos planos social e económico suplantava, para os camponeses locais como Manuel da Bouça, todo o bucolismo, polarizando o descontentamento com a terra ingrata. Os baixos rendimentos dos solos, referidos por O. RIBEIRO (1986) como particularidade importante da região, irrompem do primeiro diálogo sobre a ideia de partir: "Três courelas, que primeiro que dêem fruto merecedor de se colher levam-me todo o sangue que tenho, e um palmo de terra, aqui, onde não cabe uma junta de bois…" (p.27). Do ponto de vista ecológico, trata-se de uma limitação da capacidade de suporte daquele meio, um mecanismo regulatório que pode fazer oscilar a densidade de uma população (BERNARDO:1995:22); na perspetiva eco-humana, esta penúria de rendimentos agrícolas justificaria, como o texto também mostra, as fortes correntes migratórias dessas décadas. É evidente que às escassas potencialidades da terra havia a somar a interferência das iniquidades sociais no seu usufruto, dando o vale de Ossela como insatisfatório para a sobrevivência das famílias pobres.

O queixume de Manuel da Bouça ilustra o desígnio, o tom geral e o vanguardismo do "romance-testemunho" que objetiva e desassombradamente se ocupa da realidade camponesa. Ferreira de Castro "adere de vez a uma visão realista da arte", sem "nenhum alindamento", quando Portugal instalara já a máquina censória, escreveu U. TAVARES RODRIGUES (em Vários, 1996:87). De facto, está ausente qualquer apelo acrítico ao rústico nesta visão literária de um quotidiano rural mais duro e prosaico do que poético. Essa dureza traduz-se, por exemplo, na ideia do proprietário amanhador da terra *versus*

proprietário alheado da mesma, com sobrecarga eterna do primeiro, e exprime-se em vocábulos como "moiro" e "moirejar". Usados para retratar com dramatismo quer a condição humana quer a relação com uma terra que não provê à subsistência da unidade familiar, surgem num diálogo entre Manuel e Amélia (p.38) e repetem-se frequentemente:

> Na margem do rio ia esmorecendo o chilrear do passaredo; ouvia-se com mais nitidez o melancólico rodar de um carro de bois, ao longe; os movimentos dos homens, que moirejavam ainda, tornavam-se confusos; os pinheiros que trepavam pelo monte do Crasto formavam já mancha negrusca e a síncope da luz era cada vez maior.

Esta ideia da Natureza ingrata que subjuga quem dela depende e lhe defrauda as modestas ambições, da falta de esperança como motivo de "pouca perseverança no trabalho da terra nativa" (p.32), emerge também em vocábulos de conotação levemente negativa, como "terrunho" (pp.32 e outras) ou "lugarejo". Para o autor, é oportunidade de introduzir uma distinção fundamental entre o ser humano e os restantes animais: a capacidade de visionar um futuro diferente, ou seja, de sonhar.

O sonho, tal como já dito, leveda no fosso aberto entre as expectativas do camponês pobre e a austera realidade. Conhecemos os pertences de Manuel da Bouça: uma casa com muro e cancela, um quinteiro com horta, vinha, uma figueira e uma cerejeira, capoeira, um porco, mais três exíguas courelas numa cota alta, pouco provida de água. Sabemos que as queria mais abaixo, e que trocaria a morada sombria à beira Caima por uma casa altaneira tocada pelo sol (nos Salgueiros, em vez de na Frágua). Sabemos da "grande aspiração da sua vida" (p.22), presa não a vagos objetivos de riqueza ou luxo, não a um cego desejo de ascensão social, mas a uma intenção claramente telúrica: possuir "terra preciosa para cultivar" (p.24), em particular "os campos que se estendiam planos, bem regados, até próximo da igreja velha (…); "semear e colher o milho, que aloirava aos primeiros calores fortes e, no Inverno, a erva dos lameiros, que formava tapetes sempre húmidos".

É certo que chega a idealizar o regresso com "duas malas, boas roupas e bons chapéus" (p.23) e meios para obsequiar a mulher com "um cordão mais grosso do que os das padeiras de Vilar" (p.37); são singelos indicadores da hipotética ascensão social de alguém que fantasia uma casa "em cuja salgadeira metesse dois porcos alentejanos"

(detalhe etnocultural prosaico que confere mais realismo ao texto), dotada de eira e "um canastro para secar o milho", suplementada por terreno com "duas, três, quatro juntas de bois arrastando pacientemente o arado ou a charrua" e uma copiosa colheita de vinho "verdasco" que enchesse vários lagares" (p.24). O monólogo interior de Manuel da Bouça revela de que constava a noção aldeã de progresso – "casas novas, chafarizes, grandes quintas com portões de ferro" (p.25) – e como o sonho de torna-viagem abastado alcançaria um patamar ideal caso o "dinheiro dos campos" sobrasse para dotar a aldeia de uma escola e uma ponte. O que prova a motivação telúrica na base da opção emigratória e, consequentemente, de toda a trama de *Emigrantes*.

Assim, o motor da partida, que no jovem Ferreira de Castro foi a tendência centrífuga rumo ao desconhecido, fixa-se em Manuel da Bouça quase no oposto: o desejo de que o vínculo afetivo ao solo natal se materialize numa ligação menos inglória, mais pacífica e compensadora. Afeição e utilitarismo, duas faces da mesma moeda que atravessam o romance e eram claras nos primeiros tempos de amadurecimento desse sonho (p.37):

> Concluída a sacha, pôs a enxada de pé, apoiou o cotovelo na extremidade e entregou-se de novo à obsessão. Os olhos acarinhavam, pousando aqui e ali, os campos próximos que o Caima banhava – os seus futuros campos! Embora o sol abandonasse já os cumes da Felgueira, por toda a parte que a vista abrangia se labutava ainda. Labutava-se desde que os galos cantavam e assim se ia, de dorso curvado, trabalhando a terra insaciável, pela noite dentro. Era um esforço constante, uma regueira de suor, entre a malga de caldo e um copo de vinho, quando o lavrador tinha espírito generoso, porque havia-quem passasse todo o dia apenas com as migas matinais.

E de novo a representação ambivalente do meio camponês: à terra insaciável, acusada nas reflexões do protagonista, sucede a alternativa idílica, na voz do narrador (pp.38 e 39):

> Anoitecia: pairava ainda, sobre o vale, um fluido de ternura, luz pérola suave, meiga, que ia quebrando lentamente a sua união com a terra. No último espasmo do dia tudo se aureolava de religiosidade, tudo se tornava humilde ante a noite nascente. Tinha-se uma sensação de maciez, de paz universal — veludo impalpável que tudo envolvia, extaticamente.
>
> O verde dos lameiros ficara mais verde durante um momento, para logo desmaiar em verde de limo, em verde marítimo, e a diafaneidade da luz só existia agora acima do carvalhedo ensimesmado.

> Na margem do rio ia esmorecendo o chilrear do passaredo; ouvia-se com mais nitidez o melancólico rodar de um carro de bois, ao longe (…).
> Amulatavam-se os caminhos e os vinhedos – e dir-se-ia que alguns carvalhos necessitavam, para complemento da figura, de um enforcado balouçando-se num dos seus ramos.
> (…) O azul do Caima ia-se tornando negro, a água confundia-se já com a terra, sob o mesmo véu escuro, e os amieiros, apagado o recorte da folhagem, ficavam ali como vultos de sonho, como embuçados perscrutando o mistério da noite.

Nota-se a dimensão espiritual, uma comunhão com a Natureza-Cosmos através da contemplação da Natureza-Terra (usando a terminologia do capítulo 4.), neste trecho onde Ferreira de Castro não esconde o "sentimento de lugar", a ligação íntima à "terra nativa" que lemos em "Aldeia Nativa" (1969).

Repare-se como, no meio das impressões de textura – dadas pela sucessão de vales, montes e "dorsos de serra" e por expressões como "maciez" e "veludo impalpável – ; por entre outras imagens visuais de cor, forma e luz – os gradientes de verde: "verde dos lameiros", "verde limo", "verde marítimo", o recorte da folhagem dos amieiros, o serpenteio dos valados, a luz "pérola-suave" do vale à "mancha negrusca" dos pinheiros do Crasto, a síncope de luz que terminava o dia; e, ainda, no seio da paisagem revelada também em frases auditivas – o "chilrear do passaredo" da margem do rio era acompanhado de longe pelo "melancólico rodar de um carro de bois", a que mais adiante vem juntar-se uma "dolente cantiga" – nesta enunciação descritiva, o autor vê ocasião para manchar o quadro com uma hipotética silhueta pendendo de um carvalho. Evoca assim um episódio macabro de infância e cede à sua típica tendência para unir o plano tangível da Natureza ao plano abstrato da morte.

O cultivo da terra para sustento das famílias inclui, no romance, a horticultura de quintal, cujas espécies se referiram atrás, e a agricultura em campo aberto. A primeira, bem como a arboricultura, parece dever-se aos Celtas, embora espécies aromáticas e condimentares como o alho e a cebola fossem autoria dos Cartagineses, e outras, como a abóbora *Cucurbita* spp., dos Romanos, que também trouxeram a cerejeira *Prunus avium*, outras árvores de fruto e a olivicultura (FERRÃO *et al*, 2008). Da Ásia Menor e do Cáucaso trouxeram ainda o castanheiro *Castanea sativa*, facilmente ambientado às condições edafoclimáticas do norte e centro de Portugal e aí cultivado em regime intermédio entre

a silvicultura e a fruticultura. E se foram os Romanos a fomentar a viticultura, aos Fenícios se deve a videira-europeia *Vitis vinífera* (*op. cit.*).

As espécies botânicas de cultivo mencionadas em *Emigrantes* como recursos alimentares dos camponeses de Ossela totalizam dez e constam do Quadro 9, que inclui ainda, e apenas, duas plantas de jardim usadas no enredo. Estão arrumadas por ordem de primeira ocorrência na narrativa. Note-se a coerência com o texto de doação da casa de Salgueiros a Oliveira de Azeméis, em 1967 [Ver 3.1.], onde Ferreira de Castro lavra diretrizes quanto à eventual substituição das árvores existentes, determinando que o sejam "por outras da mesma espécie", e também a fidelidade às culturas tradicionais: "vinha, centeio, feijão, batata, pomar e horta e demais culturas arvenses".

Quadro 9 – Espécies de plantas de cultivo mencionadas em *Emigrantes*

	Nº ocorrências	**Nome vulgar** usado no romance	**Nome científico**
	4	Couve	*Brassica oleracea*
	3	Feijoeiro	*Phaseolus vulgaris*
	1	Ervilheira	*Pisum sativum*
	1	Abóbora	*Cucurbita* spp.
	5	Vinha	*Vitis vinifera*
	16	Milho	*Zea mays*
	1	Centeio	*Secale cereale*
	4	Rosa	*Rosa gallica*
	1	Buxo	*Buxus sempervirens*
	1	Cebola	*Allium cepa*
Total ocorrências PLANTAS de cultivo:	**37**	**Diversidade de Plantas de cultivo: 10 espécies (6 hortícolas + 2 cereais + 2 de jardim + vinha)**	

Fontes dos nomes científicos e da sistemática: MITCHELL, 1979, POLUNIN, 1976, ROCHA, 1996, UTAD – "Flora Digital de Portugal": http://jb.utad.pt/flora, e Herbário Universidade de Coimbra: http://www.uc.pt/herbario_digital/Flora_PT/

Antes dos primeiros povoadores, a Península Ibérica tinha uma vegetação de gramíneas produtoras de pequenas sementes farináveis. Durante a Idade do Ferro introduziram-se na Europa o trigo, o centeio, a cevada e a aveia, cereais cujos grãos transformados em farinha eram melhores para alimento do que as gramíneas de grão miúdo ou a bolota. Os Celtas foram os grandes responsáveis pelas culturas arvenses cerealíferas, segundo alguns autores, embora outros atribuam aos Romanos, a introdução do centeio *Secale cereale* na Península (FERRÃO *et al*, 2008). O mapa da

Ocupação do Solo em Portugal continental de meados do século XX (1955, retirado de ROSAS, 1984:32) [Anexo I] mostra como exatamente na pequena região que abrange o cenário de *Emigrantes* se identifica um predomínio da cultura do centeio (a sexta classe da legenda).

Movido, como sabemos, por um forte desígnio de intervenção social, o romance escusa-se a veicular outros detalhes de caráter eco-humano, como costumes seculares de uso optimizado e sustentável da terra. Por exemplo, a prática engenhosa de "domesticar" os pendores do terreno, criando socalcos de encosta; ou os segredos do aproveitamento do cereal de Inverno que é o centeio – predominante, com outros cereais de sequeiro e o milho de regadio [117], nas margens do Caima – cuja farinha servia, simples ou misturada com a de milho, para fazer pão e a palha para encher os enxergões onde se dormia (FERRÃO *et al*, 2008). Ao contrário de "Aldeia Nativa" (1969), apenas uma vez, numa nostálgica evocação de Manuel da Bouça a partir do Brasil, os moinhos de água do Caima surgem, "revestidos de heras, entre verdes amieiros, numa volta do Caima" (p.205), a representar esse sistema tradicional de moagem que traduz um uso popular do rio.

O texto é também omisso quanto ao pousio cíclico exigido pelos solos de fertilidade limitada, de molde a recuperarem as propriedades gastas no cultivo anterior. É nesses períodos que a terra se cobre de vegetação espontânea como a giesta *Cytisus grandiflorus* (FERRÃO *et al*, 2008), espécie que povoa as memórias de Ferreira de Castro e tem destaque, por exemplo, no texto do *Guia de Portugal* III. Em vez disso, é a pretexto dos campos férteis à beira do Caima, votados ao desinteresse do senhorio e à negligência do rendeiro, que ele introduz a primeira sensação de injustiça em Manuel, que se vê mais merecedor de os cultivar (p.22): "Até parecia injustiça de Deus que aqueles campos tão férteis, tão vastos, estivessem quase ao abandono, porque o senhor Esteves, sendo rico, morava na vila (…) e o rendeiro, velho e sovina, preferia deixar a terra sem cultivo a pagar a alguém que o auxiliasse". Repare-se nesta definição de J. GASPAR (1981:27): "Em qualquer parte do território é frequente o sistema de arrendamento, a que corresponde muitas vezes o absentismo dos proprietários, que

[117] A designação "milho" inclui várias espécies de gramíneas produtoras de grãos farináveis e panificáveis, embora o original que os portugueses trouxeram do Brasil seja o *Zea mays* (FERRÃO *et al*, 2008). G. SANTA-RITTA (1982) lembra que este cereal assegurou riqueza à lavoura tradicional, contribuindo para manter uma população densa.

residem na capital ou nas cidades mais próximas". Por outro lado, a "bouça", terreno "onde se cria mato entre árvores", um traço comum da paisagem agrária do Noroeste de Portugal que se estende até aos vales do Paiva e do Vouga (RIBEIRO, 1986:117), também nunca vê o seu significado esclarecido pelo autor.

A agricultura foi a base tradicional da economia mediterrânica (RIBEIRO, 1986 e 2011). Historicamente, sobretudo desde o século V a. C., com os grandes impérios, as áreas de cultivo cerealíferas alastraram à custa de habitats naturais como florestas, "o mais óbvio e contíguo 'banco de solo'", terras alagadas, etc., extinguindo espécies vivas em grande escala e tornando-se na atividade humana mais transformadora da paisagem (SIMMONS, 1993:39 e 94). Ainda hoje o setor agrícola, através das culturas de regadio, tem um impacte ambiental elevado, sendo o maior consumidor de água doce em Portugal e no mundo (cerca de 70 %) [118]. Em *Emigrantes*, já vimos, a água forma com a terra o núcleo de recursos naturais básicos para o sustento humano do vale. Mas, à semelhança das extensões aráveis, reparte-se desigualmente, tornando-se outro gatilho para a sensação de injustiça em Manuel da Bouça (p.26):

> Doía-lhe o coração por ver ali tanta água e, lá em cima, nas territas que lhe pertenciam, morrer de sede tudo quanto não fosse centeio. Ah, que quando ele voltasse havia de abrir um poço fundo ou colocar uma bomba mecânica, igual a essas que vira perto da Gandra! (…)
>
> Chegado às courelas, Manuel da Bouça começou a sachar entre o milho verde. Já não vibrava, porém, com o entusiasmo de outrora, que o levava, muitas vezes, a dessedentar a terra, transportando baldes de água do rio até ali. Agora, tudo aquilo lhe parecia provisório e mesquinho. O milharal, quando aloirasse, apresentar-se-ia, como nos outros anos, fanado ou raquítico. Não valia a pena.

Ferreira de Castro parece bastante atento à questão hídrica enquanto imprescindível para o modo de vida camponês. Já em *Sendas de Lirismo e de Amor* (1925) "O Irremediável" relatava uma desavença rural de fim trágico devida à apropriação de uma água de rega. Se, nesta segunda década do século XXI, a água – sua quantidade, qualidade, disponibilidade e gestão – se perfila como uma das mais desafiantes questões ambientais, responsável por severos impactos sociais a todas as escalas (UNESCO – WWAP,

[118] Fontes: Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural: http://www.dgadr.mamaot.pt/rec-hid e UNESCO-WWAP: http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/water/wwap/

2015), no romance ela remete também para uma realidade social imperfeita e reinante na época. Os recursos hídricos assumem, portanto, função importante no enredo.

E assim o desamparo material de Manuel da Bouça e de outros como ele, presos ao labor de hortelãos e seareiros, não se limita à estreiteza de terras nas suas mãos nem à reduzida qualidade natural das que lhes couberam em sorte: alastra à escassez de água de rega, agravante da baixa produtividade dos solos de pouco aptidão agrícola. Também aí está subjacente o conceito ecológico de "produtividade primária" de um sistema vegetal, entendida como a velocidade a que a energia solar é transformada pela fotossíntese dos organismos produtores, no caso plantas verdes cultivadas, em substâncias orgânicas passíveis de serem matéria alimentar (ODUM, 2007).

Regressemos ao desabafo de Manuel da Bouça, onde nasce um novo componente das suas aspirações – o poço, essa água "nativa". Também ele ajuda a validar a tese da ligação proveitosa à terra como motor na decisão de abandonar a aldeia. Ao focar recorrentemente o Caima, Ferreira de Castro transpõe para as palavras, de uma forma que, porém, não desce ao pormenor, a importância vital deste fluxo unidireccional de água, sedimentos e nutrientes.

O papel económico e etnográfico do sistema hídrico volta a surgir através de exemplos do saber empírico local. É o caso das presas ou poças, "nascentes em cavidade larga e pouco profunda" (VASCONCELOS, 1982:114), situadas geralmente em lugares altos, que permitem a reserva de água que depois é encaminhada para a rega das encostas e terras baixas cultivadas. No penúltimo capítulo (p.272), uma recomendação de Deolinda ao marido – "que aproveitasse bem a água da presa para o milho não ir à vela" e "não deixasse o cevado sem a lavagem da farinha" – mostra a sua relevância na economia familiar. É na presa que as mulheres da aldeia lavam a roupa, a presa junto a um silveiral está presente nas rememorações do emigrante no Brasil.

Mas outro engenho eco-humano faz parte do enredo: a "rega de lima". Se a poça é um legado dos Cartagineses no norte do país (FERRÃO *et al*, 2008), algumas teorias atribuem-lhes a regulação da rega dos prados permanentes que aí dominavam, assim como o sistema de os proteger dos rigores térmicos do Inverno cobrindo-os de uma fina película de água corrente – a "rega de lima" (*op. cit.*). O sistema exige declive e grande massa de água, a fim de obter erva tenra e fresca para o gado bovino; essas pastagens

permanentes de vale e socalcos em terrenos de regadio – os lameiros – são outro habitat reconhecível no texto [Ver Quadro 7].

Ainda no domínio da hidrografia, assinalem-se as menções às fontes e chafarizes, elementos diletos da paisagem e das memórias afetivas que Manuel da Bouça parece ter herdado do escritor: "Lá estava o chafariz, velho de muitos anos, gretado e roído na sua parede de meia-lua, mas com o fio de água a cantar como outrora e a sua grinalda de heras eternamente verdes" (p.270). Ao tempo da narrativa era seguro o consumo de águas freáticas e garantidas as taxas de recarga de aquíferos, hoje insuficientes para manter essas pequenas nascentes de água doce emergindo da rocha.

Basicamente, pode dizer-se que o paradigma Humano-Natureza patente no romance assenta em práticas seguras para a capacidade de renovação dos recursos naturais, especialmente a água do rio Caima e das nascentes e a terra arável, mas insuficiente para garantir a prosperidade humana.

Quadro 10 – Espécies e classes de animais de criação e domesticados mencionados em *Emigrantes*

	Nº ocorrênc.	**Nome vulgar** usado no romance	**Nome científico**	**Classe**
	6	Galo/galinha	*Gallus gallus domesticus*	Aves
	8	Boi	*Bos taurus*	Mamíferos
	6	Porco	*Sus domesticus*	
	4	Cabra	*Capra* spp.	
	4	Coelho	*Oryctolagus cuniculus*	
	5	Alazão, cavalo	*Equus caballus*	
	10	Cão	*Canis lupus familiaris*	
	12	✦ Urso-pardo ?	*Ursus arctos*	
	5	✦ Macaco	? (1)	
Total ocorrências Fauna domesticada real:	**57**	**Diversidade de Fauna domesticada real: 9 espécies**		
Sentido figurado	7	"Rebanho", "manada"…		
	1 x cada	Asno, galo/galinha, boi, coelho		
Total ocorrências Fauna domesticada sent. fig..:	**11**	**Diversidade de Fauna domesticada sent. fig.: 4 esp.**		
Total ocorrências FAUNA domesticada:	**68**			

✦ Animais exóticos e de circo

Fontes dos nomes científicos e da sistemática: Fontes dos nomes científicos e sistemática: CABRAL *et al*, 1990, MATHIAS, 1999, SAUER e FRADE, 1982, Naturlink: http://naturlink.sapo.pt/

Socorremo-nos ainda de J. FERRÃO *et al* (2008) a propósito do Crasto de Ossela (p.39), para compreender que nesse local alcandorado ter-se-á protegido a comunidade local durante a sucessão de invasões da Península Ibérica, relegando a agricultura para as terras circundantes das encostas. Só quando diminui a necessidade de proteção ocorre a descida para cultivar as margens férteis dos cursos de água, a que se seguiu a domesticação de animais para leite, carne e peles, mais tarde para fonte de tração na agricultura. A exploração de animais com fins nutricionais e para força de trabalho configura outra relação importante do ser humano com o território que é aflorada no romance. O Quadro 10 mostra os animais de criação (capoeira e gado) e domesticados, num total de nove espécies organizadas por Classe e, dentro da Classe, por ordem de primeira ocorrência.

7.2.3.2. Partida e Regresso

No livro de 1918 *Jornadas em Portugal*, citado por G. SANTA RITTA em *Portugal, a Expressão da Paisagem* (1982:28), Antero de FIGUEIREDO sintetizava assim o país: "No Norte, a propriedade é de muitos; no sul, de poucos. Esta, em latifúndios, atrai colonos; aquela, dividida e subdividida em leirinhas, lameirinhos, pinhaizinhos atira com o dono, quando moço, para a emigração". Este regime de explorações parceladas com colheitas de baixo rendimento, que se prolonga até à região-cenário de *Emigrantes* e não impedia "um amor entranhado de cada família" à sua leira, é também referido por O. RIBEIRO (1986:11).

À dimensão demográfica da emigração – que, com a mortalidade, baixa o efetivo e a densidade populacionais – acresce o seu significado ecológico e eco-humano. Num contexto de limitação de recursos naturais que dita a expulsão de indivíduos da área que habitam, pode interpretar-se o fenómeno emigratório com base em vários conceitos da Ecologia clássica transponíveis para o universo humano. Desde logo, a Lei do Mínimo de Liebig (ODUM, 2007): para os emigrantes do vale de Ossela, cuja sobrevivência dependia de fatores ambientais como o espaço, o ar respirável, a luz do sol, a temperatura ambiente, mas também a água e a terra arável – a insuficiência na quantidade e na produtividade destas abaixo de certo nível tornava-a um fator limitante da prosperidade ou mesmo da sobrevivência e permanência humana naquele habitat.

Do romance infere-se a competição por esses recursos naturais escassos ou mal distribuídos, que se pode entender como intra-específica, na medida em que ocorre

entre indivíduos da espécie *Homo sapiens*; ou arriscar classificar como interespecífica, funcionando as diferentes classes da sociedade como "espécies" competindo entre si no interior do "ecossistema social". Aplica-se igualmente o conceito darwiniano de seleção natural, segundo o qual adaptam-se às dificuldades impostas pelo meio e nele sobrevivem os indivíduos mais fortes e habilitados. Em *Emigrantes*, "mais habilitado" significa detentor de património mais valioso, cabendo aos restantes uma taxa de sobrevivência baixa ou, em alternativa, a exclusão temporária ou definitiva – a saída emigratória ou o desfecho radical da história.

Estas regras da sociedade do vale de Ossela podem ainda interpretar-se à luz do conceito de "dominância ecológica" de uma espécie – aquela que "controla em maior ou menor grau a corrente de energia e afeta fortemente o ambiente de todas as outras espécies" da comunidade (ODUM, 2007:226). Em *Emigrantes* esse privilégio cabe à classe social mais privilegiada e àqueles em rápida ascensão socioeconómica.

Na iminência de um passo de grande magnitude, recalcando a dor da separação, Manuel da Bouça não vacila na sua decisão, não paralisa ante o dilema da encruzilhada. Tal como José Maria, anima-o o "desejo de aventura, herdado dos antepassados", "dissolvido no sangue, como uma tara" (p.33). Ao rejeitar a predestinação de ficar "preso à nora de uma vida sempre igual" (p.31), dita a essência de uma história que é mais da pobreza e menos da miséria, que é do movimento arrojado e contra a estagnação.

O protagonista enfrenta uma série de rituais antes de encarar a "terra feiticeira" do Brasil: burocracias, incursões na vila, estreias em meios de transporte, postos de fronteira. O engajador Nunes, símbolo da pequena e média burguesia da vila, explorador sem consciência moral, toma corpo nessa conjuntura. No padrão socioeconómico de *Emigrantes*, é próximo dos senhores da terra, simbolizados na figura de Esteves, e usufrui das ilusões de operários agrícolas valentes como Manuel.

Mantendo a transposição dos conceitos da Ecologia para a análise do enredo romanesco, é lícito interpretar Nunes como um autêntico predador. A relação interespecífica da predação (à semelhança do presumido para a competição, os dois homens são de "espécies", leia-se "classes", diferentes) visa uma transferência de energia da presa para o predador, com benefício evidente do segundo. O benefício, na Natureza medido em calorias ingeridas, traduz-se no romance em dinheiro. Num ecossistema

natural, a predação é fator de controlo negativo da dimensão populacional da presa. No romance também: a atividade lucrativa do engajador[119] promove o abandono em massa de camponeses pobres. Curiosamente, a personagem acaba por expandir o seu território de caça, montando nova agência no concelho vizinho de Vale de Cambra.

Com *Emigrantes*, Ferreira de Castro projetou um romance humanitário, espelho da sua ideologia anarquista e a favor da igualdade social e da solidariedade humana. Razão por que coloca a ação ao serviço da denúncia do quadro político e da organização social vigentes, bem como da polifacetada injustiça que assolava os emigrantes. Todo o capítulo IV é um interregno no foco dispensado ao ambiente rural, transferindo-o para o social e ético. Um momento crucial dessa intenção é o discurso em prol da emigração do administrador do concelho, na inauguração da nova sucursal do engajador. Pela segunda vez no livro, o autor emprega a ironia. Se estes agentes lucravam diretamente com o sangramento das classes trabalhadoras rurais, as remessas da emigração significavam "o maior caudal de ouro que entrava no país", nas palavras de Nunes (p.63), somando uma parcela importante às receitas nacionais.

O texto divulga a vil exploração dos pobres por alianças urdidas entre o engajador, o proprietário que lhe encaminha os camponeses para beneficiar das hipotecas das courelas (Carrazedas) – expediente de Manuel da Bouça e outros candidatos a emigrantes para obterem o valor do pagamento ao primeiro –; a imprensa "da província", na pessoa do redondo Borges, jornalista local do *Liberal*, cuja cumplicidade Nunes obtém com elogios; e as autoridades, representadas pelo administrador do concelho e pelo comandante da GNR. E será talvez o conluio entre jornais, autoridades e poder económico para lesar populares ingénuos, em nome de "novos empreendimentos" (p.62), o que de mais expressivo existe no romance para outro tipo de relação interespecífica conhecida da Ecologia: a cooperação, entre duas espécies ou indivíduos de molde a beneficiar ambos, ou o mutualismo, em que ambas são beneficiadas a ponto de criarem uma interdependência (ODUM, 2007).

[119] Os emigrantes portugueses, recrutados entre as parcelas mais pobres e despreparadas, estavam frequentemente sujeitos a agências de engajadores sem escrúpulos. Figuras que deram várias personagens na Literatura. A atividade, autorizada, organizava a rede de emigração, tratando dos papéis e das viagens, e anunciava nos jornais. A sua vitalidade e a abertura de um vapor direto para o Brasil levaram Oliveira Martins, nos finais do século XIX, a considerá-las as duas causas maiores para o grande aumento de saídas para esse país (TORRES e MARINHO, 2001c).

A última cena de Manuel da Bouça meditabundo, em despedida, fecha o capítulo V e usa elementos da Natureza para reforçar a ligação do aldeão à terra e augurar um exílio longo: "(…) lá em baixo, próximo do rio, ante um carvalho de tronco já corroído, onde os petos haviam feito ninho, pensava: — A este já eu não volto a pôr os olhos em cima." O relato da partida carrega-se de ecos da biografia do escritor, onde nem falta o aceno a anteceder a "curva do caminho" (p.75): ele parte do "verde do cenário" sob o "sol vespertino", com o baú levado à cabeça por uma mulher (p.74), e "Antes de a camioneta rodar pelos Salgueiros", " entre mimosas, pinheiros, carvalhos e vinhedos" (p.77), apaga-se a terra ingrata no íntimo de Manuel da Bouça, demorado na contemplação da "paisagem de crepúsculo" (p. 78) que o narrador descreve assim (p.75):

> À esquerda, a Frágua, mal divisada entre os pinheiros; depois, os campos, verdes uns, amarelecidos outros, abrindo-se suavemente nas duas margens do Caima; ao fundo, agachada aos pés da Felgueira, a casaria do Mosteiro e, à direita, em Santo António, o telhado vermelho da escola e a torre da igreja nova. (…) De novo, o panorama o seduzia e, depois, cobria-lhe as pupilas com uma cortina transparente, que lhe fazia ver tudo esfumado e húmido — os pinheiros alongando-se em altura desconforme e arrepiando a grenha da caruma; a torre estremecendo, perdendo os ângulos, formando chapa; toda a paisagem alucinada (…).

Note-se que, tal como *A Selva*, *Emigrantes* não resiste ao tema da viagem iniciática por travessia marítima, ressonância da vida do autor onde o navio é o *Darro* e não o *Jerome*, e fundeia na Baía de Guanabara em vez de no porto de Belém.

A "terra nativa" e "a curva de saudade" que sobre ela esvoaça (p.171) são nostalgicamente recordadas pelo emigrante no cafezal de Santa Efigénia, no interior de S. Paulo. Dois outros momentos evocatórios durante a estadia do protagonista no Brasil pontuam os capítulos I e II da Segunda Parte. No primeiro, durante uma ida forçada ao cinema, às cenas da tela sobrepõe-se a imagem das courelas de trigo, das couves-galegas "crestadas no estio", dos campos do Esteves, "verdinhos, estendidos ao longo do Caima" (p.215). No segundo, enquanto espera carta de Amélia, os pensamentos voam-lhe para a aldeia (p.227):

> A aldeia era uma tortura. Tudo nela constituía motivo de fascinação: as pessoas conhecidas e o desejo que ele tinha de voltar a vê-las; os grandes rebanhos subindo, lentamente, ao crepúsculo, por entre os castanheiros da Felgueira; o Caima, nos dias

> de pesca clandestina, quando ele chafurdava com um saco de cal entre os calhaus limosos, olho aqui, olho ali, não fosse o guarda-rios surpreender o delito; as vinhas, quando formavam ao longo de muros e combros uma cobertura fresca, preferida por milheiras e pintassilgos para fazerem os ninhos, e, depois, quando se enchiam de cachos e surgia pinta (…) até a faina das vindimas, escadas, cabazes e gracejos com as raparigas (…). Como era boa uma cama de fetos verdes sob as ramadas, com o sol a brincar nas folhas e a descer, por entre elas, até o chão, num raio delgadito, cheio de corpúsculos, que subiam e baixavam, perdendo-se a vista sempre que fugiam da faixa de luz! E ele admirava-se de não ter sentido pelo sol da sua terra (…) a amizade que, de longe, lhe atribuía agora — aquele sol tão branco, que nos dias primaveris tecia rendas nas vinhas e nos carvalhos de folhagem recente, onde cantava o passaredo.

A partir da segunda década do século XX, muitos emigrantes no Brasil só auferiam o indispensável a uma sobrevivência básica (LETÍZIA, 2004b). Abatido pelo logro da experiência emigratória, Manuel da Bouça torna viagem, ilustrando literariamente uma amarga realidade nacional: entre 1919 e 1930 averbaram-se como retornados a Portugal em estado de indigência 10 496 emigrantes, 9596 oriundos do Brasil (SERRÃO, 1974:38) [120]. Razão para L. PICCHIO (em *Vária Escrita* n.º3:23) ver nele um dos "sempre vencidos da vida" em que redundam a maioria dos emigrantes da escrita castriana. No fundo, o "imanente fatalismo", pressentido no apelido "Bouça", de que falam F. CRAVIDÃO e M. MARQUES (2000:25).

A paisagem avistada do comboio da linha do norte parece diluir neste homem o sentimento de fracasso. Nas proximidades de Santarém, são as árvores – "As oliveiras! (…) Era como se elas tivessem alma, como se lhe murmurassem, na vertigem da corrida, lembranças do seu passado" (p.267) – que o devolvem à ruralidade portuguesa. E quando, já na vila, decide reentrar em grande na Frágua, é em atitude contemplativa que aceita a paisagem nativa revelar-se à cadência abrandada do automóvel, primeiro com as árvores novas do Monte de La Salette, logo a Mata do Covo, uma "curva margeada de oliveiras" (p.269) [121], os milharais, "pinheiros, sobreiros e carvalhedos", o chafariz de Vermoim. Finalmente, o táxi pára diante da cancela da sua antiga casa, agora desabitada, e apenas a cerejeira e a figueira lhe dão as boas-vindas: "Ele olhava como se as árvores e as pedras o compreendessem e vibrassem sob a mesma comoção (…)".

[120] Segundo J. SERRÃO, a emigração real foi sempre superior à que consta dos registos oficiais do tempo. Estima-se que há a acrescentar pelo menos mais 1/3 dos números oficiais de pessoas que escaparam da malha.

[121] A oliveira é o principal indicador biológico do clima do Mediterrâneo, onde frutifica espontaneamente, embora seja há décadas aí também cultivada (RIBEIRO, 1986).

Talvez o património natural e o seu usufruto humano atinjam neste momento o auge da sua significância no enredo. Após ter servido de ignição para a partida e tingido as memórias à distância, é a vegetação, espontânea ou cultivada, que marca presença no reencontro de Manuel da Bouça com o vale de Ossela. Só mais tarde, ao deambular pela aldeia, revê os vultos a "moirejar no campo" (p.274), "troncos suarentos que projetavam a sua sombra movediça nos campos encharcados de sol". Estas silhuetas, embora miniaturais, ilustram a mensagem do escritor. Na frase "Dir-se-ia que não haviam saído da posição em que ele os vira pela última vez" (p.289) fica sintetizado o destino dos camponeses daquele lugar e daquele tempo.

Alterações representativas da ação humana disruptiva sobre a paisagem estavam então longe de se sentir fora das zonas industrializadas do território português. Em relação ao vale de Ossela, só décadas depois, "Aldeia Nativa" (1969) lamentava o arroteamento do pinhal fronteiro à casa de Salgueiros [Ver 3.3.]. Mas Manuel da Bouça já encontra reflexos da evolução da sociedade aldeã na ocupação do solo: "o campo do Negrais fora transformado em campo de futebol e o rapazio entregava-se, com entusiasmo, ao ensaio do jogo" (p.272); "Em frente do cemitério, duas austrálias projectavam sombra. Não se recordava delas, não as deixara ali" (p.297). Essa problemática, no entanto, não cabia num romance que se ocupou em denunciar o efeito destruidor do humano sobre o humano através de iniquidades na partilha da riqueza e do trabalho e da exploração direta dos mais fracos.

Um momento do romance que une a questão social à alteração da paisagem é o da reentrada do emigrante na cancela da sua antiga morada, quando avista uma das intrusões arquitetónicas que tradicionalmente marcaram as áreas afetadas pela emigração: as casas dos que regressavam de viagem bem-sucedida. No caso, aliás, trata-se da construção de um engajador, possibilitada pelo dinheiro pago com suor dos que ansiavam emigrar. O momento capta também o último olhar benigno, a última réstia de ingenuidade do emigrante sobre a paisagem de vale e encostas (p.275):

> Passeou os olhos pela concha verde que a freguesia formava entre as serranias, desde os Salgueiros à Frágua, desde Santo António ao Mosteiro — e por toda ela espairecia aquele sol macio, tão macio! tão branquinho! de que ele tinha saudades (…). Súbito, os seus olhos pousaram, lá em cima, no palacete novo erguido à beira da estrada, no mesmo lugar onde ele sonhara erguer um igual. «De quem seria? (…)».

A frustração e o sentimento de infortúnio de Manuel da Bouça acentuaram-se com a consciência do nível de vida da filha Deolinda e do marido que ele lhe rejeitara. Mas transfiguram-se em revolta perante a pertença do palacete ao milionário Nunes – homem que lhe facilitara, a troco de dinheiro obtido com a hipoteca das suas três courelas, o salto para uma vida de sofrimento e exílio. Além de enriquecer "sem ir a nenhum dos países da América" (p.302), o engajador apropriava-se e desfrutava agora dos elementos da Natureza a um nível vedado à maioria dos habitantes: desfrutava do sol da encosta, dispunha-se a "fazer caçadas na Felgueira e pescar no rio" Caima (p.277), e a sua morada era a única que "rarefazia as trevas do vale" (p.278), projetando luz elétrica através das janelas.

O fascínio pela "terra pródiga" e o imaginário telúrico das evocações do Brasil não reaparecem na Segunda Parte. Existe muito menos de Natureza e de atenção à beleza da paisagem rural nestes últimos capítulos, dominados pela infelicidade com o regresso envergonhado. O homem que nove anos antes despertara "um halo de respeito e curiosidade" (p.31) na freguesia ao anunciar a intenção de emigrar abafa junto da família e conhecidos a verdade sobre a carência em que retornou. A "ligação afectiva e criativa com o espaço matricial (paisagem, fauna, gentes, folclore)" que SIMÕES (2009:150) afirma serem traços típicos de importantes escritores neorrealistas portugueses, transfigura-se. Na primeira manhã, ele sai para rever a terra e a voz da narração dá-nos a primeira imagem de desconsolo no seu olhar (p.280):

> Manuel da Bouça olhava-a, baixava os olhos e volvia a olhá-la, recordando a imensa saudade com que a evocava quando estava no Brasil. Mas o grande vale policromo, o rio azul que corria entre as árvores, os caminhos floridos, as fontes murmurantes, as ramadas por onde o sol se filtrava, tudo quanto constituía a beleza da sua aldeia, que ele tanto desejara voltar a ver, não lhe causavam agora o alvoroço que havia imaginado. Contra a sua própria vontade, a tudo aquilo se sobrepunha a imagem do Zé do Aido, que, em vez de ter ido para o Brasil, fora para os Estados Unidos.

Faz sentido invocar aqui as noções de resistência e resiliência. A primeira consiste na capacidade de um sistema (comunidade, espécie, indivíduo) suportar danos exteriores preservando o equilíbrio; a resiliência indica o tempo necessário ao sistema para, após sofrer uma perturbação, recuperar o seu estado inicial (BERNARDO, 1995:65). Manuel da Bouça aparenta não ter sabido conquistar nem uma nem outra no que respeita à prova

emigratória. Várias vezes a equipara à morte usando, diz V. MARTINS (1999:85), "linguagem semanticamente mórbida".

Nas últimas páginas, acentua-se o contraste com o tom esperançoso da Primeira Parte. Manuel da Bouça, incapaz de enfrentar as previsíveis "murmurações, dos quinteiros às fontes e das tabernas à igreja" (p.295), decide abandonar de vez a aldeia, num fragmento do romance onde é intensa a dramaticidade e a dimensão psicologista. Talvez por isso PALMA-FERREIRA (s/d:1086) lhe chame "a epopeia moderna do desenraizado".

O narrador interpõe-se através do discurso indireto livre (p.296), pondo Manuel da Bouça a monologar silenciosamente. Ele, que já se ressentira dos cultivos prósperos nas suas antigas courelas amanhadas por outras mãos, admite que a terra já não o seduz e desdenha os "campos do Esteves" (p.296). A nova partida envolve-se, porém, de aspetos paradoxais. Aparentemente, Ferreira de Castro contamina a história com as suas próprias razões – "algo que se intrometera no seu espírito enquanto estava longe, fazendo dele um homem diferente do que era antes de ir para o Brasil" – que vêm destoar num conjunto de motivos já de si pouco linear. Porque Manuel da Bouça balança entre evitar "o vexame da sua desventura" e a esperança de "outra vida que lhe sorria, indefinidamente, sob a magia das cidades" (p.296). Mas esta fé poderá ser pouco genuína, tratando-se antes de uma camuflagem para alguém que, a poucos anos de entrar na velhice, parte já não atrás de um sonho mas em fuga – fuga da vergonha da própria condição, desejando "apenas ocultar em Lisboa a sua miséria" (p.301).

A atração do escritor pelos espaços de sepultura [Ver Cap. 4] ressuma de uma das cenas finais, no cemitério de Santo António, onde Manuel lastima a morte da sua Amélia (e onde Ferreira de Castro viria a chorar Diana de Lis). O ambiente humanamente deserto é amenizado por várias espécies florísticas: acácias "austrálias" e ciprestes, roseiras e buxo, murta e alecrim. O leitor fica a saber de uma primeira aspiração juvenil – conseguir em família "o nosso bragal, o nosso celeiro, a nossa salgadeira" (p.297) – e do terceiro desejo frustrado a engrossar a tristeza de Manuel – adquirir um minúsculo pedaço de terra, desta feita não de cultivo mas de enterro, que impeça a futura alienação dos ossos da mulher. Na invariabilidade da sua má sina, a personagem vê esta última hipótese de posse da terra ser-lhe também vedada. Fecha-se assim, numa ironia opressiva, o ciclo iniciado com a vida vegetal na "terra fecunda", necessário à prosperidade humana, e finalizado o solo estéril e impessoal que acolhe a morte.

O romance termina com a subida pedestre da encosta da Frágua para os Salgueiros, repetição da que Manuel da Bouça percorrera nove anos antes. O seu olhar de caminhante prolonga-se daí a pouco no do homem que se afasta numa camioneta que terminantemente o "rouba à sua vida de fecundador da terra" (p.302). É um olhar desencantado, sobre uma paisagem que de início foi pacífica mas neste desfecho surge poluída pela intrusão de um palacete que materializa a exploração humana e a injustiça social – sobranceiro a "casais, árvores e caminhos" na "mansidão bucólica da tarde" (p.302). A página 300 sumariza a rutura extrema – a do homem que, após esgotar-se na "quimera fugidia" (p.301), projeta na relação com a terra o seu insucesso e a sua desventura, falha na conciliação com esse berço e abandona-o sem ambição de regresso:

> Haviam-se tornado irreconciliáveis o homem que se adaptara a outra atmosfera e aquelas jeiras verdes que já não encontravam amor no seu coração de repatriado.

7.2.3.3. O Rural e o Urbano

Roberto NOBRE, no *Livro do Cinquentenário da Vida Literária de Ferreira de Castro* (1967), entende Manuel da Bouça como um campónio cuja imagem literária, ao personificar uma questão social num romance que já era neorrealista antes do nascimento do termo, contraria o pitoresco do regionalismo. *Emigrantes* foi de facto a obra de projeção internacional que estreou na literatura portuguesa a antítese da sociedade rural feliz e apolítica, mítica alternativa à burguesia citadina e à "perdição" das famílias operárias urbanas – referida por TORRES e MARINHO (2001b) em *O Século do Povo Português*. Também QUEIRÓS (2000), para quem Ferreira de Castro foi um dos modernos prosadores portugueses que fizeram "do homem do campo matéria literária", colocando-o ao lado de Aquilino e Brandão e de Miguel Torga – confirma a ausência no romance do ideário ruralista de Alexandre Herculano e seu século XIX, que opunha à Natureza harmoniosa a cidade imprevisível, seguido por Camilo e poetas como Cesário Verde ou Teixeira de Pascoaes.

Sem querermos entrar numa análise das tipologias da organização da sociedade associadas às dicotomias cidade /campo e urbano / rural, reconhece-se implícita à ficção esta dialética rural – urbano. Nas últimas décadas do século XX Oliveira de Azeméis era já um município fortemente urbanizado e industrializado, apesar da "interpenetração com

o mundo rural" e o povoamento de pequenos lugares tipicamente rural circunscrito às áreas de serra (GASPAR, 1993:56). Mas à época da ação romanesca a sede de concelho era o importante centro urbano acessível aos camponeses de vale de Ossela.

Esse pequeno meio urbano tem, na primeira deslocação de Manuel da Bouça, vários planos de significação. Desde logo, o corte com a formosura e vitalidade paisagísticas que ele vem trilhando a pé até desembocar no vazio matutino da praça central. Aí, a loja do agente de passaportes anuncia-se num letreiro para ele indecifrável e os olhos fogem-lhe para as grades da cadeia, no rés-do-chão da Câmara Municipal. Sentado num banco de jardim, reproduz uma memória da Praia do Furadouro enraizada na biografia de Ferreira de Castro e rejeita a "sensação de morte" infundida pelo "mar bravio" que o espera na travessia para o Brasil (p.45). É também no cenário urbano provinciano – depois deslocado para Vale de Cambra, até onde Nunes prolonga os seus tentáculos de explorador, fixando um novo escritório – que o autor desenha um fator altamente responsável pelo adensar do flagelo local da emigração: o já citado conluio institucional entre Nunes, o administrador concelhio, as autoridades policiais e a imprensa.

Ocorre nesta visita à sede concelhia outro episódio significativo: um domador passa na rua com animais selvagens amestrados, espancando um deles. A cena que, sabemos pela Ecobiografia do escritor, feriria a sua sensibilidade, não suscita atenção imediata a Manuel da Bouça. Mas o episódio é retomado páginas adiante e encerra o capítulo, numa intencionalidade clara: entre a primeira e a última aparições do urso e dos dois macacos, várias páginas narram a experiência de um Manuel da Bouça acanhado e submisso frente ao todo-poderoso engajador. A descrição da segunda cena animal na via pública recorre a figuras literárias de personalização: enquanto o urso se equilibrava sobre as patas traseiras ao ritmo da música, os dois macacos olhavam a assistência "com olhos burlões". A introdução do tema da exploração do ser humano pelo seu semelhante (em cenário não agrícola) é, assim, emoldurada pelo da exploração dos animais pelo mesmo agente humano. Um paralelo intencional confirmado pelas cogitações da personagem (p.50):

> Vendo-o, Manuel da Bouça pensou: "O urso trabalha para o dono. É o dono que lhe dá de comer, mas dá-lhe de comer com o resultado do trabalho que o próprio urso faz. Se não tivessem preso o urso, ele podia comer sem precisar do dono. Quando eu trabalho

> para os outros, eu sou, salvo seja, como o urso. Mas, com certeza, no Brasil e na América, os homens não são como os ursos, pois lá eles enriquecem em pouco tempo. É por isso que até o senhor Nunes não se importava de ir também para lá.

A imagem de um animal selvagem estendendo a pandeireta à multidão que assiste ao seu desempenho "artístico" choca hoje a sensibilidade de uma parte dos cidadãos e decisores. Desapareceu, com o tempo, dos hábitos das cidades, inclusivamente em Portugal, e vem sendo limitada mesmo em contexto circense [122].

Mas outro centro urbano emerge do desenrolar da narrativa: Lisboa. Não é unívoca, nos pensamentos desalentados de um Manuel da Bouça pronto a deixar o vale para sempre, a função da capital. Por um lado, há resquícios de esperança nas novas oportunidades e na possibilidade de mudança que, por tradição, o meio urbano oferece; por outro, o anonimato reinante da grande urbe permitir-lhe-á esconder a vergonha na massa humana desconhecida. O reflexo de uma Lisboa intimidante já aparecera quando Manuel da Bouça, esmorecido por perder a companhia de Zé do Aido na aventura para o Brasil, mais do que temer a sorte no exílio, intimida-se pela "barafunda deslumbrante em que os homens se perdiam, atonitamente" (p.70). Esta Lisboa da confusão e das buzinas, das leitarias, das varinas e dos mendigos, dos edifícios "de alta fachada" (p.82) virá a ocupar a primeira parte do Capítulo VII, que antecede a travessia marítima.

O final desse capítulo é dado pelo avistamento da capital a partir do transatlântico, durante "a mansa saída do rio, sob a indiferença da cidade" (p.94), com Lisboa a "resplandecer" em colinas, casario, monumentos e luz da tarde. À chegada de Manuel da Bouça ao cais, para embarcar (Ferreira de Castro, recorde-se, conhecia esse cais por aí ter aportado no regresso da emigração no Brasil) sabemos que "Era necessária outra inspeção médica antes de se abandonar, temporária ou definitivamente, a terra nativa" (p.91). Neste momento da suspensão da ação em terra portuguesa, irrompe uma nova imagem, muito importante, quer para o imaginário do escritor quer para a temática da Ecologia Humana – na perspetiva do emigrante que parte, a expressão "terra nativa" já não é apenas sinónimo de aldeia, mas do país todo, e também da sua capital (p.94):

[122] Por exemplo, o decreto-lei n.º 211/2009, de 3 de Setembro classificava como contra-ordenação ambiental muito grave "a manutenção e uso de grandes símios (…) em circos, espectáculos e números com animais". Em Novembro de 2014, a Câmara Municipal do Funchal proibiu circos com exibição de animais, por proposta do partido PAN (Pessoas, Animais e Natureza).

> Só agora, com a vida atirada ao incógnito, eles sentiam, instintivamente, a ligação, nunca até ali compreendida, das aldeias em que nasceram com a cidade que se ia esfumando à popa do navio, entre sol e azul. E contemplavam-na, emocionados, vencidos pelo coração, como se nela se focassem os panoramas nativos, com as suas figuras e a sua saudade.

Em complemento do que vem sendo exposto, *Emigrantes* fornece informações precisas, embora não abundantes, sobre alguma etnografia local. Transpondo o que diz C. PINHO (2004:63) acerca da vivência de Manuel da Bouça no interior brasileiro para o âmbito geográfico aqui analisado, confirma-se a "aproximação entre o discurso literário e o discurso etnográfico", não aplicado ao "conhecimento do Outro" mas para se focar nas tradições e práticas dos habitantes do vale nativo.

Comecemos pelas habitações, que remetem para o significado ecológico de "abrigo" necessário a todo o ser vivo, mas cujas tipologias e características são elementos fundamentais do domínio da etnografia. Validando o pressuposto de fiabilidade já referido, os dados habitacionais no romance condizem com os do volume do *Inquérito à Habitação* Rural consagrado às Beiras (BARROS, 1947:34), no estrato dos camponeses assalariados e num período temporal posterior mas não demasiado distante do da narrativa. Também este levantamento exaustivo divulgava uma realidade rural nos antípodas da propalada pelo Estado Novo, traçando um panorama dominante de "núcleos populacionais pobres, famílias desprovidas dos meios indispensáveis para conseguirem, por si só, melhorar as condições de habitação".

O maior número de referências no romance são da arquitetura popular: um andar térreo para a corte do porco e um primeiro andar com cozinha e "sobrado", dormitório coletivo da família, tudo sob cobertura de colmo; os interiores, visitados sobretudo nas cenas familiares de Manuel, falam da chaminé enegrecida pela fuligem, da "boca negra do forno" (p.28), a mesa de pinho carunchosa, o mocho como único assento, o cântaro da água. Mobiliário diminuto que se adivinha em contraste com o da morada do Nunes, que um relance no capítulo IV nos mostra provida de saleta e sala de jantar abertas aos visitantes.

O autor situa no ambiente onde o engajador e o jornalista urdem a sua trama – no anúncio das vantagens fraudulentas da emigração para o Brasil outro contraste social importante: a alimentação. Se à pequena burguesia da vila, a que pertencem o

proprietário Esteves e o empresário Nunes, se reservam manjares como coelho, trutas do rio e compota de pêra, as breves referências à nutrição rural pobre da época mostram um cardápio bem diferente: "o caldo, de manhã, as sardinhas à noite e ao domingo meio litro de vinho na Feira dos Nove ou na tasca do Lopes" (p.25); por vezes "ovos de gaio ou rola com arroz" (p.20), raias e solhas fritas nos dias de feira. Assinale-se que o romance nunca pinta um quadro de verdadeira miséria: "Nem por isso passamos fome e (…) tomara muito pobre de Cristo viver como nós", argumenta Amélia quando sabe das intenções migratórias do marido (p.27). Ocasião para o autor introduzir duas marcas do vestuário camponês: as arrecadas da mulher (p.28), o chapéu de grandes abas de Manuel (p.36).

Em *Viajar com… Ferreira de Castro* (2004a), R. ALVES menciona o papel dos eventos de celebração e comunhão, como festas e romarias, na expressão da tradição popular local, que se soma às cenas da vida quotidiana para marcar a obra castriana. A mais importante é a "Feira dos Nove", realizada mensalmente ao dia 9 no centro de Vale de Cambra, outrora a Gandra. Descrita com pormenor no *Guia de Portugal* III, em *Emigrantes* abre o capítulo V como palco da distribuição gratuita do periódico *Liberal* contendo propaganda da agência do Nunes. Nesse recinto "chei[o] de toldos, de pó e de sol" (p.68), com os "vendedores de panos" da Covilhã, o gado preso "aos troncos dos eucaliptos", os "bacorinhos grunhidores", as barracas de madeira onde se comia em algazarra, as restas de cebolas no chão (p.67), Ferreira de Castro imagina à venda as publicações que o fascinavam na infância: o *Borda* d'Agua, a *História de João Soldado*.

Não obstante este interesse etnográfico, fica o leitor sem saber do cancioneiro e do adagiário locais, ou da herança de superstições guardada em todo o meio campestre ancestral.

Para além da economia de subsistência de base agrícola, Ferreira de Castro deixa em *Emigrantes* referências apenas breves e imprecisas a outros setores da economia local. É o caso do setor secundário, através da fábrica de vidro do Covo, a primeira do país, fundada no século XVI e que laborou até ao século XX [123] e das minas de volfrâmio de Nogueira do Cravo, que alimentam de eletricidade o novo palacete do engajador.

[123] Fonte: Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis: http://www.cm-oaz.pt/

Houve, neste romance que lançou a ficção castriana numa nova fase, dois imperativos: o de ajustar contas com o trauma da emigração mediante a denúncia dessa moléstia social; e o de homenagear a região de origem no retrato realista e afetivo da paisagem e do papel humano na sua construção. Enquanto o primeiro foi sempre referido explicitamente pelo autor, o segundo resulta desta análise.

As representações dos elos funcionais eco-humanos devem-se em larga medida à instância da narração; as falas das personagens são menos expressivas nestas matérias, servindo principalmente a intriga. A dinâmica central do vale não impede o afloramento pontual e superficial de questões eco-humanas laterais. São quase murmúrios o que se lê sobre a pesca clandestina (Cap. II da Parte II), a falta de água nas cotas mais elevadas das margens do rio e a exploração animal para fins recreativos, não ocupando muito texto, mas despontando em ocasiões importantes da narrativa.

Thomas LYON, um autor da ecocrítica referido em 2.2. a propósito da sua taxonomia da "Environmental writing", enuncia os três requisitos que qualificam esta escrita: 1) a personal response to nature; 2) a philosophical interpretation of nature; e 3) Natural History information. Da análise do romance resulta evidente que Ferreira de Castro, se cumpre a primeira através das descrições mais subjectivas do dia-a-dia eco-humano do vale de Ossela, pouco investe na segunda; quanto à terceira, apesar do conhecimento e da experiência vivida no território-cenário, o romance não patenteia um conhecimento profundo da orgânica ambiental, pelo que uma contribuição para a história ambiental [124] do vale de Ossela, sendo possível, seria limitada.

Praticamente, só conhecemos o território, a paisagem e os patrimónios da região através dos olhares de Manuel da Bouça, que o sonho de deter terra fértil sujeitou às arremetidas do destino, e do narrador. O escritor dá-nos assim uma perspetiva unívoca do espaço, sem eventualidade de contraditório, já que narrador e protagonista parecem sincronizar-se nela, partilhando do mesmo ponto de vista.

[124] História ambiental: área de investigação interdisciplinar, tida pela Ecologia Humana como parte do seu universo [Ver Capítulo 2.1.], que explora a relação dinâmica entre as sociedades e os seus ambientes. Visa reintroduzir a Natureza na narração histórica, investigando o papel dos recursos naturais nas mudanças sociais de longo, médio e até breve prazo (Fonte: *Atlas do I Encontro Internacional de História Ambiental Lusófona*, http://www.ces.uc.pt/publicacoes/cescontexto/index.php?id=7285.

7.3. O CONTO: BREVE ECO-ANÁLISE DE "O NATAL EM OSSELA"

Poucos anos após *Emigrantes*, Ferreira de Castro gravou novo retrato da paisagem de Ossela num conto onde, apesar de não ter dominado o impulso autocensório, o lápis azul oficial mesmo assim não pouparia. Este facto é revelado na entrevista de 1945 e a pequena história só editada quatro décadas depois, como extratexto do volume *Os Fragmentos* (1974). Embora não constitua uma narrativa típica de um conto, seguiu-se V. GRAÇA MOURA, que no volume *Gloria in Excelsis. Histórias Portuguesas de Natal* (2003) reproduz "O Natal em Ossela", ressalvando na Introdução (pp. 11 e 12) que: "sem ser propriamente um conto, cria uma atmosfera que é, só por si, quase narrativa, com as suas onomatopeias lúgubres da ventania, o seu olhar sobre a paisagem e a sua melancólica contemplação da proximidade da morte".

Através de "O Natal em Ossela" temos uma perspetiva noturna e invernal do vale, que *Emigrantes* apresentara em plena Primavera e em telas sempre diurnas ou de transição. A estação do ano e o período do dia perfilam-se, logo à partida, como as principais macro dimensões que diferenciam os dois textos no que toca à representação do ambiente local. Se no romance a noite é algo a que o leitor, guiado pela narração, chega sempre cedo demais ou tarde demais, pois ela serve tendencialmente de pretexto para descrições da alvorada e do crepúsculo, no conto a noite preenche a linha temporal: já se instalou quando a ação principia, nunca chega a fazer-se dia e o seu "negrume" (substantivo frequente nos escritos castrianos) exacerba o efeito dramático do vento.

É justamente o vento que dita o tom. Comparativamente a *Emigrantes*, é um novo elemento na representação do ambiente natural, expressão do grande fator abiótico que é o Clima. O vento corporiza a severidade do Inverno na região, tem a força de uma personagem que monopoliza a história. Fustiga o vale, elemento geo-orográfico dominante e epicentro afetivo do autor, que neste texto sobressai e abafa a importância dos elementos serra e rio. Dentro do Clima, que na região sofre acentuada influência atlântica, existe uma breve alusão à neve no cume da serra da Felgueira, subentendem-se o frio e a humidade entranhados por todo a parte, mas são insuficientes para retirar protagonismo à ventania. Situando-a numa noite de "sombra imensa", que impede a visão à distância, Ferreira de Castro obscurece a Natureza do vale, enaltecida no romance através do sol primaveril e das cores dos cultivos.

Mas "a zoada que enche o vale inteiro" não nos oferece um ambiente apenas sonoro. O seu movimento ininterrupto influencia rio, árvores e aves e funciona como um guia do leitor através da paisagem:

> Lá em baixo, corre o Caima, mas também a ventania lhe assimila o rumor da água nas suas quedas e serpenteios, por entre pedras limosas, enormes como ovos de ave mitológica.
> Só o vento existe. Anda a bramar nas pinheiros das declividades, nos castanheiros da Felgueira, nos rochedos, nas locas, por toda a parte. Nem da coruja que mora na igreja velha, escorropichadora de lâmpadas há um ror de anos, ele deixa hoje ouvir o sinistro uuu-gru-gru-gru. O vento domina tudo. O vale inteiro está transido pelo seu uivar.

Na voz do narrador omnipresente e omnisciente, o vale reforça a sua função de cenário da ocupação humana milenar: já não tanto a produtividade conquistada à terra fértil, mas sobretudo a aldeia, que agora se destaca a representar o ambiente eco-humano. Uma breve análise quantitativa mostra que, em quatro páginas, os vocábulos "vale" e "vento" surgem doze e dez vezes, respetivamente. A figura 17 põe em paralelo os esquemas de representação dos ambientes natural e humano nas duas ficções ilustrando as diferenças expostas.

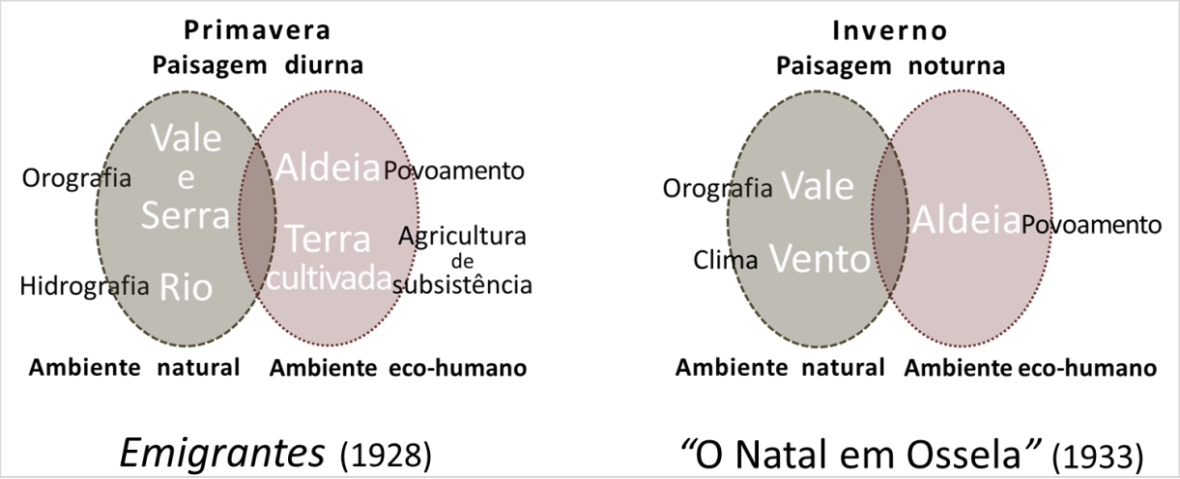


Fig. 17 – Comparação entre as representações esquemáticas dos ambientes natural e humano em *Emigrantes* (cenário português) e em "O Natal em Ossela"

Regressando a "O Natal em Ossela", se dividirmos a narrativa em três partes, a primeira e a última observam um quadro exterior avassalado pela intempérie, enquanto a parte intermédia estabelece um contraponto com o refúgio do lar, numa noite "para ser vivida em casa".

A casa enquanto reduto familiar onde se moem as saudades deixadas pelos ausentes também contagia o tom da escrita. No exterior o vento, nos interiores a nostalgia. É nesta fração que mais acentuadamente se escutam ecos do mote do romance de 1928 – a dinâmica emigratória –, acompanhado de outro fenómeno social seu contemporâneo: o êxodo rural que caracterizou o Portugal do século XX, redundando, a partir da segunda metade, na "litoralização" da população (ROSA e VIEIRA, 2003:79). "Raro é o tecto que não tenha o seu ausente", lê-se numa passagem do conto castriano que remete o leitor para os dois grandes extratores do capital humano da freguesia: o Brasil e as cidades portuguesas do litoral. Os destinos nacionais ainda permitem visitas natalícias: veio "o António da Zefa, que anda no peixe, em Lisboa; veio o Arturinho, que está de caixeiro no Porto; e veio o filho do Soares lavrador, que estuda em Coimbra (…)".

É nesta segunda parte que o autor vai mais longe na observação etnográfica. No interior das habitações beirãs, as mesmas paredes "negras de fuligem" albergam o "lume da lareira" e "a luz da candeia" de petróleo, que aquecem e iluminam um Natal feito com couves, batatas (*Solanum tuberosum*, espécie originária das terras de média altitude do Chile e do Peru, introduzida em Portugal no século XIX) e azeite. Produtos de cultivo, agora a acompanhar o bacalhau, tal como o vinho é bom aliado das castanhas que "estalam no fogo", mostrando um tipo de alimentação circunscrito à época festiva.

Terão sido os indícios de más condições de alimentação e habitação, assim como a denúncia do despovoamento local por conta da emigração e do êxodo rural, e ainda uma vaga alusão à elevada mortalidade infantil da época, a condenar o conto à censura. Estes ingredientes, na senda de *Emigrantes*, em nada atestavam a ideia de uma rusticidade plácida e cativante, como Ferreira de Castro reconhece em "Aldeia Nativa" (1939:55): os censores viram "nos pobres camponeses de Ossela, que numa noite de consoada pensavam sobretudo nos familiares ausentes, uma terrível mancha negra na gloriosa brancura do país venturoso".

Perto do final, sabe-se que a coruja (possivelmente uma *Tyto alba*), ausente do rol de espécies animais de *Emigrantes*, integra a fauna bravia local. Mas tal como no romance, pouca atenção é dispensada a esta componente biótica, num texto onde a única menção a "répteis" serve de estranha metáfora sobre as bocas desdentadas dos velhos.

Em larga medida, o conto apresenta uma Natureza hostil, abiótica, numa base sazonal que tem de ser dominada ou evitada através de abrigo erguido pelo ser humano. Este excerto final, onde o vento não pára de se sobrepor a tudo, reconduz o leitor à paisagem rural de Ossela, comum a *Emigrantes*.

> Mas não se vê vivalma, nem se ouve coisa alguma além do vento. Só ele anda por aqui, chorando a sua ária nos pobres casebres de quatro paredes baixas, musgosas e suando humidade, nas janelas dos lavradores que já têm primeiro piso, nas árvores, nos caminhos, nos barrocais, juntando ao seu ritmo o das fontes, dos regatos e de algum coração humano que se tenha perdido na serra (…).

Mesmo no transe climático a vida pulula e resiste, e este trecho vem completar o esboço deixado na primeira página, que nos situa no vale, mostra os "contrafortes de Santo António bordados de pinheiros" e "os da Frágua, com as suas casuchas", mais a "capelita branca" do Crasto. Cenário onde "a ventania fustiga o esqueleto das árvores", onde vivem os "pomares despidos de folhagem", os amieiros ribeirinhos do Caima, de novo os choupos – no romance sem direito a qualificativo, aqui "esgrouviados". Lugar cruzado por caminhos "cobertos de códão" e uma estrada a meia encosta em tempos percorrida por carros puxados a cavalos, portadores de "outro mistério".

Defende Oliver ROLIN (2000:124), que à realidade das "paisagens originais" dos escritores há a somar o facto de que "a escrita também aspira à liberdade de não ser de lado nenhum". Por isso, "Palermo, naturalmente, não 'explica' Borges, nem Vyra explica Nabokov: apenas encontram aí desenhos, cores, associações, e mesmo temas para urdir as suas grandes fantasias". Como vimos em 6.3. e melhor compreenderemos nos capítulos que se seguem, esta noção aplica-se inteiramente a Ferreira de Castro.

Capítulo 8. *TERRA FRIA* E AS TERRAS DE BARROSO

> Fica no cimo de Portugal, como os ninhos ficam no cimo das árvores, para que a distância os torne mais impossíveis e apetecidos. E quem namora ninhos cá de baixo, se realmente é rapaz e não tem medo das alturas, depois de trepar e atingir a crista do sonho, contempla a própria bem-aventurança.
>
> M. TORGA, "Um Reino Maravilhoso (Trás-os-Montes)", in *Portugal*, 1950

8.1. DA PRÉ-HISTÓRIA À HISTÓRIA

Vimos na Parte II como Ferreira de Castro não circunscreveu as suas vivências a uma monotonia geográfica. Agitava-o um tropel interior de natureza "centrífuga" que contribuiu para uma espécie de "pegada literária" deixada nos muitos lugares de Portugal e do mundo que os seus manuscritos registaram. *Terra Fria*, primeira ficção castriana integralmente devotada a uma região de Portugal continental, deve a sua existência – como as crónicas de *Pequenos Mundos e Velhas Civilizações* – ao "amor pelos povos minúsculos, pelas repúblicas em miniatura", acrescido de uma "pretérita fraternidade" pelos seus habitantes, que o autor declara nas primeiras linhas do Pórtico.

O romance segue-se ao ciclo romanesco de ascendência autobiográfica fechado em 1933 com *Eternidade*. Regressado da Madeira, onde compôs essa elegia ao drama da finitude humana, o escritor instala-se temporariamente no Alto Barroso, zona duplamente raiana de Trás-os-Montes, onde a província vem unir-se ao Minho e o país se cose com o território da Galiza. Na perceção de Eva LETÍZIA (2005:309), o primeiro ciclo castriano privilegia espaços "extravertidos", "abertos aos encontros e intercâmbios" étnicos e sociais, enquanto *Terra Fria* estreia o meio "intravertido por excelência" na ficção castriana. De facto assim é, porém outro ângulo de análise – o do universo pessoal do escritor – sugere uma leitura alternativa: nesta obra de maturidade pessoal e literária, Ferreira de Castro ultrapassa a sua "paisagem original", desfoca-se do seu referencial geográfico e biográfico e sai ao encontro da inspiração em paragens não familiares – o que, assim, configura uma certa "extroversão".

Portugal atravessava a segunda década de um Estado Novo que montara progressivamente a censura, vigiando de perto toda a manifestação artística literária,

mas sobretudo os jornais. À época redator de *O Século*, Ferreira de Castro soma ao crescente agastamento com o clima censório inquietações sobre um eventual "desvio" da "forma literária" causada pela sua exposição aos "lugares-comuns" da escrita de imprensa ("Origem de *O Intervalo*", 1972, in *Os Fragmentos*, 1974:64). Um receio infundado: após sair em fascículos ilustrados no periódico lisboeta, *Terra Fria* é editado em livro em 1934 e agraciado com o Prémio Academia das Ciências.

É o primeiro dos nove títulos da fase literária que no Capítulo 5 se classificou como "Apogeu", ao longo da qual se consolida o êxito anterior. *Terra Fria* foi traduzido em cinco línguas e chegou aos leitores de mais sete países. Uma edição de luxo assinalou em 1966 o cinquentenário da vida literária do escritor; foi ilustrada por "sanguíneas" de Bernardo Marques e rematada por um "Posfácio" que constitui uma importante peça no total da escrita memorialística castriana, como vimos. A mais recente edição, a décima sexta, é de Outubro de 2015, com a chancela da Cavalo de Ferro.

O Posfácio revela o método de pesquisa subjacente ao romance, que legitima o seu cunho realista: a observação direta mediante permanência no local e convivência aturada com as gentes, que o traquejo de repórter facilitou. *"*Várias vezes regressei a Lisboa, outras tantas voltei ali, entre 1933 e 1934, sobre velhas camionetas que ligavam Braga e Chaves a Montalegre", lê-se. Pedro CALHEIROS (1998a:59) assinala a influência de Émile Zola na adoção deste procedimento, semelhante ao da descida do autor francês às minas de Anzin, documentando-se para *Germinal* (1885). O movimento literário naturalista, que nele teve o principal doutrinador, "valoriza a observação como instrumento do conhecimento", permitindo a análise minuciosa dos costumes, "suporte metodológico de uma crítica social de intuito reformista (…)", sumariza REIS (2008:447). Apesar dos conhecidos desígnios altruístas da generalidade da ficção castriana, não é aplicável com justeza a *Terra Fria* a orientação "anti-romântica e anti-idealista", objetiva e desapaixonada face ao real, daquela corrente. No entanto, o seu apoio no Positivismo – na fé nas certezas e conquistas da Ciência – faz sentido à luz da ideologia "cientifista" de Ferreira de Castro abordada no Capítulo 4. "É toda a filosofia cartesiana: significa que só a observação dos fenómenos dá a ciências das coisas", opinava EÇA DE QUEIROZ sobre este método, num texto de 1879 (in REIS, 2008:527).

Em 1960, em trânsito a partir da contígua região do Gerês, o autor de *Terra Fria* reencontrou-se com o cenário barrosão, subiu ao castelo de Montalegre e daí matou

saudades dos mesmos "lugarejos", "tão ricos de pobreza como de valores plásticos, nas expressões dos anciãos, nos usos antiquados, nas capuchas invernais e até nos bichos domésticos", lê-se no Posfácio. Sentiu-se, então, "personagem do meu próprio livro".

A. SALEMA (1974:29) escreveu que *Terra Fria*, conjugando "reportagem e técnica de romancista", foi "um marco relevante na germinação que começa a desvendar-se pouco depois (…) da forte geração que lançou em Portugal o neo-realismo". O pioneirismo de Ferreira de Castro é reconhecido na atenção àquele reduto de estagnação "então completamente abandonado ao seu destino", como sustenta no âmbito de uma polémica lançada em 1972 pelo *Notícias de Chaves*; aí declina ter participado numa imagem "errada" da região, reafirmando o romance como "um ato de solidariedade humana com o povo de Barroso" (FONTE, 1973:15) que viria a ter efeitos benéficos no seu progresso. Uma influência que não bastou para evitar a retração demográfica das décadas posteriores: o concelho de Montalegre tinha uma população total de 21 158 em 1930, número em ascensão desde 1864, e Padornelos, aldeia-cenário do romance, era animado da mesma tendência e habitado no mesmo ano por 451 residentes, atingindo um máximo vinte anos depois [Anexo II] [125]. Mas a emigração transpirenaica, a partir dos anos 60 para o total concelhio, e logo em 1950, para Padornelos, ditou a queda da população residente, deixando na aldeia apenas 124 residentes no ano censitário de 2011.

O título "Terra Fria" ajusta-se à linha realista do romance. No conjunto da obra castriana, é o segundo a exprimir um ambiente natural (depois de *A Selva*) e o único título "geográfico" – assumindo que remete para o Alto Barroso e sua condição térmica extrema.

Terra Fria traz a lucidez de um olhar forasteiro, um olhar sensibilizado e crítico sobre a paisagem biofísica e humana daquela povoação, fixada a meia encosta do maciço granítico que domina o Alto Barroso. Em contraste com o panorama agrário de *Emigrantes* e a exuberância vegetal que preenche *Eternidade*, impõem-se os horizontes largos, desolados e pedregosos da Serra do Larouco. É a "região das pedras", um mundo de terras altas e agrestia de solo e clima que suporta não mais do que um comunitarismo agropastoril "primacial", usando a expressão de R. ALVES (2004:17). No pequeno cosmo epicentral do romance, a ligação umbilical entre povo e gado e a sujeição a um chão magro e exigente não garantiam mais do que a mera sobrevivência.

[125] Fonte: *Diagnóstico Social de Montalegre* (s/d).

Ferreira de Castro tece o retrato social quotidiano do mais mudo Portugal campesino, privado de vias de comunicação, água, eletricidade e saneamento, eivado de pobreza intrínseca e esperanças vãs, desprezado pelo aparelho governativo da época. A sequência temporal do romance é linear, sem analepses ou prolepses, correndo paralelamente às estações do ano, em remissões frequentes para a orgânica telúrica.

Encontramos a clássica dicotomia pobres/servos – ricos/senhores nesta história de um triângulo amoroso que une e desune Leonardo, a sua mulher Ermelinda e Santiago, patrão desta. A intriga, igualmente simples, reproduz um conflito prosaico de cariz individual, longe dos dilemas de ideais dos romances castrianos mais adiantados. O seu fio mais superficial e visível aponta para duas realidades sociológicas: a inclinação para a violência de sangue típica dos habitantes do Barroso, documentada por estudiosos, como veremos, e que tem apenso o refratarismo ao jugo do Estado; e, através do arquétipo literário do bastardo [126], o mote clássico do empregador que desencaminha a serviçal – comum na época e longe de ser predicado dos meios rurais. Neste sentido – e estando a questão de sobrevivência do casal Leonardo / Ermelinda subjacente à trama romanesca – concorda-se com SALEMA (1974:29): *Terra Fria* "d[á] corpo a um realismo vigorosamente embebido do sentido trágico da existência (…)".

Leonardo, trinta e quatro anos, ganha a vida esquadrinhando os ermos da montanha em busca de mamíferos bravios para lhes retirar a pele ou comprando-a diretamente a outros caçadores, a fim de as renegociar na Galiza. É descrito como "forte", "nem alto nem baixo", "faces crestadas", "lábios grossos", "olhos pestanudos". Hábil a enfrentar a aspereza dos elementos serranos, subsistindo parcamente da ocupação de peliqueiro ambulante, Leonardo vive entre as queixas com as desconformidades da vida, a ambição de fixar "venda" própria que o resgate das privações e a ilusão de achar certo tesouro ancestral. É um camponês minimamente alfabetizado, outra nota demográfica regional transmitida pelo autor [127], e um digno representante da "gente humilde e boa" louvada no Pórtico.

Ermelinda – "flor da aldeia" (p.28), "rosto ovalado e branco, de beleza campestre,

[126] Segundo TORRES e MARINHO (2001d), os nascimentos ilegítimos em Portugal rondavam os 16% em 1940.

[127] Nessa década, e depois de Lisboa e Porto, "a região de maior alfabetização masculina corresponde à área que vai da Galiza a Oliveira de Azeméis, incluindo a Terra Fria de Trás-os-Montes", lê-se em "Culturas de Alfabetização e Culturas de Analfabetismo em Portugal" (RAMOS, 1988:1088).

descuidada" (p.24), cabeleira negra – vive "uma existência repartida entre os dois homens e as duas casas" (p.83), entre o fulgor do adultério e o sentimento de culpa. Na citada polémica de 1972, e pelo que se lê no diálogo entre Ferreira de Castro e Barroso da FONTE (1973), alguns barrosões indignaram-se com o adultério da personagem feminina, mas mantiveram-se silenciosos quanto ao crime de que o escritor a incumbe. Um crime que tem a sua raiz noutro tema de eleição castriano: a emigração. Bernard EMERY (1992:79) nota a mesma "técnica de contraponto" usada em *Emigrantes*, aqui marginal, entre o emigrante bem-sucedido retornado da América do Norte e o "vencido" no Brasil, com uma nítida simpatia reservada ao segundo.

É principalmente através da figura de Santiago que o romance ilustra como também as Terras de Barroso ficaram inscritas na geografia e na história portuguesas da emigração. "O americano" é um antigo cabreiro nativo de Padornelos, "rijo na enxada", a quem vinte anos de aventura emigratória renderam o bastante para tornar viagem e instalar-se como figura exponencial da terra. Na hierarquia simples da aldeia, só é equiparável ao abade. Ermelinda deixa-se cativar pela sua aura de mistério, hermetismo, "masculinidade orgulhosa" e respeito que infunde no povoado. Uma personificação daquilo que V. VIÇOSO (2009:9) denomina a "burguesia ascendente", reflexo ficcional neorrealista no "mundo provincial" [128].

O romance é menos neorrealista e mais novo-realista, como vimos no Capítulo 5, fiel à atitude vigilante e comprometida do escritor. No capítulo XIII, emerge brevemente uma crítica social: é a figura do administrador do concelho, inexperiente, pouco empenhado na sua função pública, que nutre aspirações a deputado e vive de olho na "terceira fortuna da vila". Parece, no entanto, aplicar-se a *Terra Fria*, talvez com exceção de Leonardo, o mesmo que FALCÃO (2009:78) critica a algum teatro de Alves Redol: algumas personagens, Santiago, Ermelinda, mas não Leonardo, são de perfil "algo esquematizado e imediatista, por vezes até tipificado e moralizante", por força do intento de mobilizar consciências e de corrigir o rumo da sociedade.

[128] Para V. VIÇOSO (2009:9), um ciclo mais alargado do universo dos escritores neorrealistas portugueses mostra uma "diversidade temática e espacial" que se estende ao mundo urbano: "para lá de camponeses e ganhões, há também mineiros, operários e (…) vagabundos, pobres de pedir, pequenos gatunos, prostitutas (…) ".

A grandiosidade da paisagem montanhosa, a descrição das forças telúricas e das pulsões sociais, os diálogos – tudo parece obedecer a uma opção estética sem maneirismos, uma linguagem que homenageia a simplicidade e rusticidade da gente e do lugar. O que não obsta a um elenco lexical regionalista [Ver Glossário de termos castrianos].

Sente-se no lugar de *Terra Fria* uma espécie de "imperceptível queixume" com que John STEINBECK, em *A um Deus Desconhecido* (ed. 1971:177), qualificou a planície do oeste americano tomada por uma seca prolongada. No romance castriano predomina um timbre literário de gravidade, que se identifica com o monocromatismo do cenário e com um quotidiano paralisado noutros tempos, mas também se afeiçoa ao temperamento melancólico do autor. Este delega-o especialmente no narrador, através de expressões e vocábulos de conotação negativa: "negrume", "obscurecido", "treva", "lúgubre", "privação", "castigo", etc.

Terra Fria assumiria contornos de tragédia sem a função pacificadora do epílogo. Ferreira de Castro não resistiu a encaminhar a intriga até um desfecho feliz, onde ressoa a sua filosofia de esperança e a sua fome de justiça. Uma esperança desde logo traduzida no regresso de um emigrante do Brasil, Artur, com muito em comum com o próprio autor: volta sem pé-de-meia, tem um temperamento sonhador, é alfabetizado e gosta de livros. Leonardo recomeça a vida na aldeia galega de Gironda, dono de loja cujas dimensões nunca haviam cabido nos seus sonhos. É Verão, percebe-se pelas "ardências nos telhados enegrecidos" (p.181), pelos sardões e sardaniscas que se imobilizam ao sol sobre os granitos, pelos "cravos e gerânios". O quadro poderia ser português, barrosão, não fosse a alegria galega dada pela filarmónica e pela "vibração de cor" do baile (p.188). Ocasião para Ferreira de Castro afirmar o seu conhecido universalismo:

> (…) ali, na terra ignorada do mundo, na terra sem história, que principiava na Galiza e vinha terminar, alheia a fronteiras e a idiomas, dentro de Portugal, a vida do povo obscuro tinha as mesmas expressões fundamentais, o mesmo instinto de perpetuidade, a mesma ânsia de alegria e o mesmo céu comum a toda a espécie, como se os lugarejos que os lobos, de noite, espreitavam, se encontrassem situados no centro do planeta.

8.2. ECO-ANÁLISE

A nota de abertura da edição ilustrada de *Terra Fria* (1966) atribui ao romance qualidades de "estudo geo-humano", onde o escritor captou "o dia-a-dia de uma existência ecológica naquela terra planáltica e serrana do Barroso primitivo (…)". Passaram cinco décadas sobre esta perceção dos editores da Guimarães, mas ela está totalmente em linha com o objetivo deste subcapítulo. À semelhança de *Emigrantes*, procura-se a aproximação a respostas para o seguinte elenco de questões tipicamente ativadas pelo ecocrítico:

1) Como é a Natureza representada, i.e., que fatores do ambiente natural (bióticos e abióticos) e que conceitos da Ecologia Geral são direta ou indiretamente invocados em *Terra Fria*? 2) Que formas tradicionais da interdependência humana com essa Natureza, ou seja, que bens e serviços fornecidos pelo ecossistema local aos habitantes [129] são evidenciadas nas suas páginas? 3) Que função assumem esses patrimónios natural e eco-humano na definição do enredo, ou, outra forma de o dizer, como se projetam as personagens e sua ação nesses espaços de vida? 4) Mantem-se a questão sugerida por M. MACDOWELL (em GLOTFELTY, 1996:387): Terá o autor modificado o género do pastoralismo para incorporar a complexa relação humano – Natureza neste mundo que sobrevivia à custa de uma pastorícia de matriz comunitária?

8.2.1. Contexto geográfico

O romance expõe os planos social, territorial e geográfico, administrativo, político, histórico e económico de um contexto eminentemente rural. São ainda de Michael MACDOWELL estas palavras, que cristalizam numa frase a essência de *Terra Fria*: "Writers leading with landscape tend to emphasize their sense of place and to create narratives that are so geographically rooted, that so link narrative and landscape, that the environment plays a role as important as the roles of the characters and narrator". Em que referencial geográfico se ancora, então, o romance, sabendo-se que o seu contorno realista determina um cenário real e facilmente reconhecível?

[129] Entendidos como os benefícios diretos e indiretos, materiais e não materiais, que o ser humano retira do funcionamento equilibrado dos ecossistemas (Relatório do Programa das Nações Unidas para o Ambiente *Ecosystems and Human Wellbeing Synthesis,* 2006:vii).

Na sua divisão elementar de Portugal continental, Orlando RIBEIRO (1986) descreveu com profundidade o quadrilátero noroeste acima da linha do Douro e, dentro deste, o interior montanhoso do Barroso, onde na década de 30 subsistiam ainda comunidades pastoris. Terra ou "Terras de Barroso" é uma entidade histórica e geográfica, de extensões maioritariamente planálticas, moldada pela rudeza geomorfológica e pela hostilidade do clima, e à época humanamente marcada pela pobreza. Em *Montalegre e Terras de Barroso*, J. COSTA (1987:17) afirma que a designação se encontra lavrada em documentos medievais portugueses; J. D. BAPTISTA, na sua monografia de 2006, fala de um documento do século VI como o mais antigo a referir terras de Montalegre. No *Esboço de uma carta regional de Portugal* (1933), o geógrafo AMORIM GIRÃO adota-a e cartografa-a [Fig. 18 (a)] [130].

Figs. 18 (a) e (b) – Localização do cenário de *Terra Fria* na Região Norte, subregião "Terras de Barroso", do Mapa das Regiões de Portugal continental de AMORIM GIRÃO (1933) (sem escala no original) e imagem de satélite atual

Fontes: GASPAR, 1993:33 (sem escala no original) e adapt. de *GoogleEarth* (2015) www.google.pt/maps/

A delimitação do território barrosão sofre de alguma "volatilidade". A maioria dos autores coincide numa região subdividida em Baixo Barroso e Alto Barroso ou "Terra Fria". No primeiro trabalho académico sobre a região, publicado um ano antes dos folhetins de *Terra Fria*, V. TABORDA (1932, 2011:115) escreve que o povo chamava "Ribeira

[130] L. de VASCONCELOS (1982), J. BAPTISTA (2006) e P. GONÇALVES (2008:29) referem uma identidade linguística dada por um dialeto português local – um "falar barrosão" com termos únicos, os "barrosismos'", pertencente à "área dos dialetos transmontanos e alto-minhotos".

de Terva" à primeira e "Alto Barroso" ou apenas "Barroso", à segunda, mais a norte, dominantemente pecuária e com agricultura pobre de centeio e batata, sem a horticultura, o milho e a vinha da primeira. É suficiente pautarmo-nos por J. COSTA (1987): as Terras de Barroso confrontam-se a Norte com a Galiza, a Oeste com o concelho minhoto de Terras de Bouro, a Sul e Sudoeste com os municípios de Vieira do Minho e de Cabeceiras, a Sudeste com o rio Tâmega e a Oriente com a área concelhia de Chaves. Basicamente, confirma-se a perceção obtida junto da população local no âmbito do presente trabalho: a superfície barrosã estende-se por toda a margem direita do Tâmega até à fronteira. Orlando RIBEIRO (1945, ed. 1986:188) incluiu-a na Unidade de Paisagem 8 – "Planaltos e Montanhas de Trás-os-Montes" [Anexo III].

É o "território de entre Cávado e Rabagão" tratado por J. GASPAR (1981:11), cuja orografia se compõe, para além do Larouco, de quatro elevações a sul de Montalegre: Serra das Alturas ou do Barroso (1217 m), da Cabreira e do Leiranco (1156 m), esta com um papel no romance. Em resultado das deambulações do autor pelo planalto, o *Guia de Portugal* V (1995:26) enquadrou o Barroso no "maciço galaico-duriense" e descreve o Larouco: dez quilómetros de "esporão granítico" em orientação NO – SE, ostentando o ponto mais alto de Trás-os-Montes, a 1525 metros de altitude, ligado ao Minho por uma "linha de picos de 1200 a 1300 m" que formam fronteira. A sul e a leste, as altitudes vão decrescendo, até ao vale aberto do Cávado e até terra mais fértil de Chaves.

É relativamente consensual que o Alto Barroso se circunscreve a dois territórios concelhios, Boticas e Montalegre, este contíguo a terra espanhola. Montalegre é atualmente um dos seis concelhos do NUT III do Alto Tâmega (INE, 2015). Vila acastelada anterior à fundação da nacionalidade, obteve foral de D. Afonso III, em 1273 e fica a uma légua da nascente do Cávado e da raia (DIONÍSIO, 1995). Tomando como referência Tourém, aldeia barrosã fronteiriça estudada nos finais dos anos 70 por P. LEMA (1978) – e é lícito fazê-lo, pois, garante esta autora, no contexto do país o município exibe características afins, pouco renovadas em quatro décadas – apercebemo-nos da excentricidade geográfica da região eleita para cenário de *Terra Fria*. O estudo revela, em mapas de "distância-tempo" a Lisboa, como a sede concelhia era, ainda em 1978, caracterizada por uma acessibilidade muito reduzida, situando-se além da linha dos 500 minutos. Com baixas densidades populacionais e quase nulo poder de consumo, o Barroso nunca constituiu estímulo para a implantação de redes de transportes, sendo a

maioria das estradas da década de 1960, posterior à construção das barragens do Cávado. "Não é terra de trânsito", resume FONTES (1992:22).

Fig. 19 – Padornelos e a crista do Larouco, vistas do castelo de Montalegre, com o rio Cávado em primeiro plano. Março 2013

A figura 19 mostra uma perspetiva atual do declive do Larouco até às imediações de Montalegre e a localização de Padornelos. Ferreira de Castro deixou-se atrair por este periferismo geográfico extremo: dentro de Trás-os-Montes, província já de si remota onde "a luz se torna mais crua, a terra mais dura e a gente mais retraída" (RIBEIRO, 1986:150), procurou-lhe o expoente máximo que é o longínquo Barroso; neste, optou pela subregião mais arredada, o Alto Barroso; aqui, pelo concelho mais setentrional, Montalegre; e, finalmente, sempre progredindo para norte, escolheu o lugar mais recôndito e fronteiriço das 130 aldeias distribuídas pelas trinta e cinco freguesias do município (dado de BAPTISTA, 2006).

Nada se encontrou nas fontes estudadas sobre os motivos de seleção deste "povo minúsculo" em particular. Mas as convicções do escritor e o espírito de missão da sua obra permitem teorizar sobre um objetivo: antes mesmo da história ficcional, o lugar – integrando aldeia, serra, toda a envolvência – corporiza o exemplo das assimetrias civilizacionais de base geográfica num país tão pouco extenso como Portugal. É o cenário ideal para fortalecer esse argumento que nitidamente o romance afirma, depois tecendo a vida pouco risonha de um povo "tão ignoradamente heróico na sua resistência a uma vida demasiado dura", como viria a descrevê-lo no Posfácio de 1966.

Trinta e sete anos depois do romance, a parcela oriental do Alto Barroso integrou uma das mais importantes áreas protegidas portuguesas, o Parque Nacional da Peneda-Gerês, criado pelo Decreto 187/71, de 8 de Maio. Embora o cenário de *Terra Fria* seja exterior aos seus limites, o distrito de Vila Real é um dos três nele representados, e Montalegre um dos seus cinco concelhos (CARVALHO, 1994). O Parque Nacional é uma

figura de gestão territorial e ambiental incontornável, cujos valores patrimoniais ecológicos e modelos de interação humano – Natureza conquistaram a atenção de cientistas e técnicos, com a sua subsequente classificação. Alguns deles são tipicamente barrosões e, como veremos, centrais nesta ficção castriana.

Nos II Encontros Ferreira de Castro de Maio de 2015, Daniel ARANJO apresentou *Terra Fria* como "um romance de fronteira". Também Eva LETÍZIA (2005:310) identifica "o ambiente serrano fronteiriço", entre vários outros eixos temáticos. É inegável o papel da raia montanhosa luso-espanhola no enredo, assinalada pelo trânsito bidirecional de residentes, pela afinidade entre galegos e transmontanos, mas também pela circulação furtiva de mercadorias auxiliada pelos enrugados do terreno e pela extravagância da geologia. D. Manuel I mandou erigir na fronteira norte um alinhamento de sessenta fortalezas, à qual pertencem três castelos do Barroso que a defenderam até ao século XIX. O de Montalegre, concluído em 1331, é um deles (COSTA,1987).

V. TABORDA (1932, 2011:17) fala sobre essa "raia seca" que historicamente facilitou trocas comerciais e o usufruto de recursos comuns, mas também múltiplas contendas. Define-a como realidade "viva e tangível" por força das "interpenetrações dos grupos humanos dum e doutro lado" e do investimento do estado na sua defesa. O romance evidencia mas não se confina a essas singularidades. Fazendo justiça à ideologia do autor, mostra a figura do Guarda Fiscal, lesto a disparar em quem não estancava "à primeira voz" (p.114), como a mais visível instância de repressão sobre os camponeses que auferiam no contrabando um suplemento aos seus exíguos proventos rurais. Por outro lado, Espanha perfila-se como a solução definitiva para os males maiores do protagonista. Um país mais fraterno, alegre e convivial – onde a filarmónica substituía as chegas de bois nas ocasiões de festa e a telha e a cal amenizavam já a fisionomia das aldeias. A vizinhança da Galiza parece, assim, ser útil também à denúncia da assimetria entre os dois países no progresso dos lugares, frisando a carência de recursos aquém-fronteiras. Enquanto demarcação artificial imposta por desígnios político-administrativos num território que forma fisiográfica e ecologicamente um *continuum*, o elemento fronteira não tem, da perspetiva da Ecologia Humana, outro significado para além da dinâmica apontada.

Diz M. GUERREIRO (1981:25 e 26) que a "terra fria e fragosa, de solos pouco férteis", do Alto Barroso não impediu o povoamento antiquíssimo, patente nos vestígios pré-

históricos, romanos, suevos, godos, muçulmanos e medievais. J. COSTA (1987:26 e 27) sublinha a "cultura megalítica", distinguida pela construção de monumentos tumulares de pedra, cuja larga difusão local é certificada pelas mais de seis dezenas de dólmenes do concelho de Montalegre. Os cinco dólmenes de Padornelos foram suficientemente notáveis para figurarem no *Guia de Portugal* V (ed. 1995:474), com data "de há quatro ou cinco mil anos". Sucessivas invasões, confrontos e "desinteligências tribais" desde as primeiras invasões do norte da Península Ibérica criaram um clima local de insegurança e guerra permanentes, resultando numa necessidade secular de proteção dos povos e, com ela, na "cultura castreja ibero-celta", explica COSTA. Essa cultura de aldeias primitivas muradas antecedeu o domínio romano, de que a via de ligação entre Braga e Chaves é vestígio dos mais duradouros. A área caiu em poder dos Mouros no princípio do século VII, submetendo-se-lhe através de elevados tributos e da impossibilidade de os barrosões ascenderem a postos honrosos e lucrativos. Em 1836 o concelho foi dividido, originando o município de Boticas e perdendo para Vieira do Minho o Couto Misto de Santiago de Rubiás, em Tourém, baldio onde pastavam rebanhos das duas nacionalidades (*op. cit.*).

À semelhança de *Emigrantes*, em *Terra Fria* colhe-se uma transpõe para o universo literário uma realidade biofísica e humana. Vejamos em que medida o autor conseguiu "Alguns esboços de história natural" dessa gente "que vivia no extremo de Portugal como se vivesse no extremo do mundo" (palavras do Pórtico).

8.2.2. O Ambiente Biofísico

Ao transitar do cenário florestal da ilha da Madeira para as extensões rupestres do Barroso, Ferreira de Castro abdica de um tópico fundamental da sua mundivisão e do seu mundo afetivo que é a Natureza vegetal, em especial a árvore, como vimos no Capítulo 4.

A ação do romance inaugura-se "entre montanhas e céu" (expressão do Pórtico). Leonardo, montado no seu cavalo, digere um sentimento de injustiça da vida, que é comum a Manuel da Bouça. Em vez dos baixios de vocação agrária do Caima de *Emigrantes*, as frases iniciais de *Terra Fria* ocupam-se da sobriedade pedregosa de uma vertente do Larouco. Homem e cavalo recortam os seus perfis contra o sol "quase horizontal" dissipando-se no "gume das montanhas". O ângulo de incidência da luz nas superfícies favorece uma descrição paisagística à base de relevos e texturas, que o

autor obtém da orografia e da geologia. *Terra Fria* abre, assim, com um apelo ao sentido da visão assente em contrastes: se os relevos são variados, a sua monotonia cinza e cobre é apenas quebrada pelas tonalidades do crepúsculo e este igualado à "manta cromática, das que se fabricavam no Barroso" – uma peça a destoar da indumentária gasta de Leonardo.

É Inverno, avistam-se "grandes lençóis de neve" nas abas da serra (p.22). A fórmula "agressividade dos elementos" resume o ambiente climático nativo do protagonista. O romance abre num certo tom lamentoso, o do "invisível cantor de árias" que varre a encosta (p.21), analogia exterior do íntimo do homem, que vai remoendo o fracasso de outra jornada em busca de "pelecas" e a infelicidade da escassez. Quase tudo o que de essencial há a aprender sobre esta paisagem montanhosa, a sua *facies* de Inverno, os modos de acomodação do habitante barrosão à terra preenche as páginas iniciais (p.26):

> E, ao crepúsculo, brilhava mais a neve do Larouco, (…) adquirindo as outras serras sombria majestade. Tudo desolado, sem vulto de árvore, sem casario branco, as encostas mantinham ainda, na sombra da noite que se avizinhava, a sua cor de cobre, grave e triste.
>
> Era uma obsessão visual aquele acobreado que se estendia, em longos panejamentos, na maior parte da terra montanhosa, avivando-se onde os grupos de carvalheiras mostravam a folhagem ressequida e só morrendo quando tojos e urzes davam verdor escuro às ingremidades.

O plano acompanha Leonardo ao longo da "trilha pedregosa" (p.19). É um momento fundamental, independentemente do lugar que ocupa no fio da narrativa, pois oferece algo que é ausente, por exemplo, em *Emigrantes*: a oportunidade de o leitor vislumbrar a "Natureza selvagem", onde o impacte humano é não-dominante ou mesmo inexistente – a "wilderness" que alimentou a "nature-wrinting" americana referida em 2.2., que atraiu o olhar dos ecocríticos pioneiros e que constitui quase uma jóia também na bibliografia canónica castriana. É a serra vista por dentro.

Apenas o rancor de Leonardo contra Sarzedas – intermediário de Montalegre que já "alargara" casa à custa da exploração de peliqueiros pobres – entrecorta no texto a moldura panorâmica natural atravessada pela dupla homem – cavalo. E os primeiros indícios da intervenção humana nessa paisagem de pedra "mimetizam-se" nela a ponto de a aldeia nos ser apresentada, à distância, mesmo antes de figurar no cenário (p.20):

> De novo o caminho ia encabritando abada acima. Padornelos estava perto, mas mal se divisava. Os seus casebres de pedra solta, escurecida pelo tempo, e cobertos de colmo, dir-se-ia fruírem poder mimético, confundindo-se, apagando – se na encosta pardacenta. Se não fosse a moradia do americano, erguida, com sua fachada branca e telhado vermelho, um pouco arriba do aglomerado lugarenho, a quem viesse de longe tudo pareceria serra, não habitada por homens, mas por lobos ou outros bichos que gostassem de abruptas solidões. Para trás, o Larouco levantava a crista majestosa, ligando a terra ao céu e ostentando, nas primeiras declividades, grandes lençóis de neve (…).

Este discurso, num timbre de insatisfação, parece coincidir com o ponto de vista de Leonardo. A história mal começou e o ambiente humano aparece já manchado pela "casa do americano", materialização da superioridade social de origem suspeita. É neste humor que Leonardo entesta ao lugarejo e mergulha as patas do cavalo no enlameado das ruas. O enredo propriamente dito inaugura-se no interior pobre e sombrio da sua morada.

8.2.2.1. O Relevo, a Rocha e o Clima

Terra Fria é, em toda a sua extensão, um ensaio sobre a orografia e o clima barrosões. O ambiente rupestre impõe-se, raramente perde protagonismo, seja visual, funcional, histórico ou simbólico. Sente-se-lhe a antiguidade, começa por ser através dele que a terra barrosã fala ao leitor, quer na imutabilidade das formações rochosas dos ermos, quer nos muros de pedra solta que abrigam os barrosões e seus animais. Uma metáfora na página 21 – *"*O construtor (…) remoto aproveitara corte natural no fraguedo de xisto e granito, encostara-lhe três paredes e (…) abrira o ciclo familiar" – resume o aproveitamento humano de um recurso natural como material de construção de abrigo, um dos fatores ecológicos vitais a qualquer espécie.

Através da fisiografia acidentada, Ferreira de Castro traz a primeiro plano dois tipos de escala: a espacial e a temporal. Ambas se evidenciam pela disparidade entre ser humano e montanha: na primeira, Leonardo (e outras figuras, mas principalmente ele) lida com a imensidão dicromática do Larouco, com a imponência das formações rochosas, com os fenómenos meteorológicos. A segunda – que nunca é declarada pelo autor nem se vê tocar alguma vez a consciência do protagonista – apenas pode adivinhar-se à luz da inquietação de Ferreira de Castro com a transitoriedade da vida humana: lado a lado com a magnitude do tempo geológico, ela parece ainda mais fortuita.

Miguel TORGA (2015:21) chamou às serranias de Trás-os-Montes "o grande oceano megalítico". De *Terra Fria* também ressuma essa estabilidade e imutabilidade da rocha ígnea. No artigo "Vozes transmontanas na Paisagem. Paisagens de pedra e água na poesia de A. M. Pires Cabral" (2013:13), Isabel ALVES confronta estes atributos com a flexibilidade do rio na obra deste poeta. Embora *Terra Fria* não assente na dicotomia destes elementos naturais, confirma que "a estabilidade da pedra acentua o silêncio e a interioridade das paisagens"; fica claro que, como o poeta, também o escritor se deixou "afetar pelo encontro com a paisagem" (p.16). O seguinte trecho do capítulo V é ilustrativo desta leitura. Trata-se da descrição dos altos montanos na perspetiva de dois cavaleiros, Leonardo e o galego Iglésias, que os atravessam em silêncio. Em rigor geográfico, o trecho reporta-se à serra do Leiranco, a sul de Montalegre, mas o efeito de projeção literária do ambiente geológico é o mesmo:

> Duas montanhas se erguiam ali, formando longa, torcicolada e aspérrima garganta. Separava-as, apenas, um fio de água, deslizando, múrmuro, de fraga em fraga. De uma banda e outra, a terra esverdeada, roída aqui, em parede lisa acolá, cheia de proeminências e desvãos, subia, agora, entre musgos e arbustos, a centenas de metros. Alargava em cima, mas pouco; não mediria mais de cinquenta côvados de uma beiçorra à outra. Era como uma ranhura enorme, uma greta serpeante (…)
>
> Com suas curvas e acidentes, o desfiladeiro fechara-se atrás dos dois homens. (…) A flor da terra continuava mui alta e as ribanceiras, esgretadas, musgosas, abriam-se em goelas cada vez mais fantásticas, irregulares e abismais.

A descrição serve o enredo através de outra dimensão: mais do que paisagem, a orografia passa a obstáculo que é necessário transpor para alcançar o objetivo, no caso um hipotético tesouro enterrado. É ainda e sempre o reino das texturas sem cor, a mesma "obsessão visual" de que fala o início do romance e que se impõe ao autor tanto como aos habitantes da encosta (pp. 72 e 73):

> Nem sequer terra se via. Tudo estava coberto de pedras (…). Estendiam-se por dezenas de quilómetros, desde a vizinhança de Boticas, lá longe, na extrema do concelho, até pertinho de Chaves. (…) Às vezes, faziam pausa no estendal, concedendo chão para o homem depositar planta ou árvore de utilidade. Mas logo além assomavam (…) tão inúteis e bravas, que só águia as quereria para poiso. (…).
>
> A pétrea base formara-se por sucessivas camadas, apresentando-se, a última, lisa aqui, gretada ali, em degraus acolá (…). Outros, cresciam como costado de Atlas, suportando

> formidável lasca, grande cogumelo de granito que abrigaria a uma dúzia de pastores. (…) Havia blocos que esborrachariam densa multidão, (…) lousas para túmulos incomensuráveis, lapas colossais, poliedros que pareciam tratados por cinzel humano.
> E a fantasia ciclópica do ser portentoso que se dera a trabalhar o granito não empobrecia nunca. Para onde quer que se olhasse, os penedais brindavam novos símiles (…). Era uma inacabável profusão de linhas, de ângulos, de curvas e de volumes.

Nada surge de muito romântico nesta Natureza – Ecosfera dos cumes e das vertentes alto-barrosãs. São antes um palco onde confluem essa Natureza e a Natureza-Cosmo – através dos céus, das solidões, dos silêncios, com as quais o Ferreira de Castro, vimos no Capítulo 4, lidava de forma diferente: temendo a primeira, amando a segunda.

"E, por toda a parte, o cristalizado silêncio das alturas" reforça o isolamento do lugar, soma-se ao mutismo entre os dois cavaleiros e acentua a solidão em que cada um se refugiou. É um contraste interessante, pois esses silêncios opõem-se aos íntimos das personagens: Leonardo cheio de "alvoroço íntimo, fusão de certezas, de esperanças e de dúvidas" (p.70), Iglésias contrariado pela inospitalidade do trajeto. O narrador quase poderia demitir-se da sua função, pois é a interiorização da paisagem por parte dos viajantes que se transmite. Ou seja, tratando-se de uma ficção, as descrições são um fruto combinado do real e da perceção que dele fazem através dos sentidos; não meros quadros exteriores mas função dos seus estados de ânimo. A este propósito, VILAGRAZA I IBARZ (1988:276) fala da "paisagem interior, positiva ou negativa" como espelho da "emotividade das personagens".

Estes trechos de ausência sonora onde se adivinha o silêncio da própria Natureza são um contraponto aos efeitos pictóricos que prevalecem no romance. A maioria das vezes, o sentido da audição é, em *Terra Fria*, convocado por essas imagens de silêncio reinante, opressivo – nas ambiências serranas, nos interiores das casas, entre personagens que nada têm a transmitir umas às outras. O silêncio expande mais ainda a serra, debaixo da ponte da Misarela amplia os poderes imateriais da corrente. Rebordão NAVARRO, romancista barrosão, dedicou-lhe o título do seu romance de 1970, *Um Infinito Silêncio*. Ferreira de Castro terá conservado a sensação, pois escreveu no Posfácio de 1966 que ao revisitar Montalegre e avistar Padornelos a partir do seu castelo de *Montalegre* sentiu "um silêncio que parecia vir de longe".

É no primeiro cenário "urbano", o da aldeia, que o autor vai introduzindo o clima

da região, fator ambiental altamente condicionador, inclemente na sua exigência de esforços de adaptação humana. Sabemos dos "troncos secos de carvalheiras e raízes de urze" que ardiam nas lareiras a fim de mitigar os rigores térmicos do Inverno; dos "pensos" do gado, fenos e palhas que nos currais substituíam as pastagens cobertas pela neve; das ruelas transformadas em "tremedais" por chuvas "quase diárias". Sabemos que as invernias causavam "fome em casas parcas de haveres", resultado da agressão sobre as culturas de centeio. Está tudo nas páginas iniciais.

Ferreira de Castro resiste às hipóteses do determinismo geográfico, em voga na época e perfilhados na Geografia portuguesa por Amorim GIRÃO, por exemplo [131]. Os elementos climáticos dividem, com os geológicos e os orográficos, a maior expressividade no romance, muitas vezes numa posição indissociável destes, como mostram as citações. Escreve Ferreira de Castro no Capítulo VII (p.95):

> E assim se fora esgotando outra invernia, de nevões que escondiam tudo: as reses no curral, os coelhos nas luras, as carvalheiras e os vidoeiros sob vestinhos brancos. (…) e os lobos, se não queriam morrer no gelo, tinham de ir buscar presa muito longe ou sair ao passo dos homens, na solidão dos caminhos. A neve escorria pelos colmados e ia cristalizar de novo, na extremidade da palha, numa rendilhada franja de "candeeiros" (…) que lançavam o níveo e fantástico desenho sobre a velhice das paredes.

Função da convergência das influências atlântica e continental, todo o Norte do país se aproxima climaticamente mais da Europa média que do Mediterrâneo: "na verdura permanente que o Estio curto não desbota, nos restos de arvoredos de copas frondosas que perdem as folhas no Outono, nos prados regados e na criação de gado grosso", explica O. RIBEIRO (1986:112). O Barroso goza de "clima continental de montanha", cuja temperatura média anual para o período 1895-1914 foi de 9,8 ºC, com mínimas médias em Montalegre da ordem dos -3,3 ºC (GIRÃO, 1933:162 e TABORDA, 1932, ed.2011:64 e 67). A severidade climática manifestava-se também nos períodos anuais de neve e geadas, que se antecipavam algumas semanas em relação ao restante Trás-os-Montes e se prolongavam na Primavera (*op. cit.*). Nos últimos anos, as alterações climáticas trouxeram alguma amenidade às regiões continentais frias, a ponto de alguns moradores de Padornelos se regozijarem com a possibilidade inédita de colherem figos

[131] A ideia de que as características territoriais, em particular o clima, determinam diretamente a personalidade dos habitantes é explanada, por exemplo, na obra de 1915 *Civilazation and Climate*, de E. HUNTINGTON.

maduros de um chão que há cinco ou seis décadas produzia pouco mais do que couves.

Compreende-se a predominância dada no romance ao elemento "frio" ao vermos a inclusão do planalto barrosão na classe de "Muito Frio" da escala de duração e intensidade do frio invernal e no mapa dos contrastes do "ambiente invernal" de S. DAVEAU (1985, in MEDEIROS e FERREIRA, 2005:334) – [Anexo IV] [132]. Parte deste quadro natural reflete-se através de frequentes e expressivas alusões ao vento, que reforça a inospitalidade do planalto e agrava o efeito das baixas temperaturas: "o vento assobiava cá fora e entrava, laminando-se, por entre a soleira e a porta", lê-se na página 37; ou, aquando do reencontro dos amantes Ermelinda e Santiago (p.119): "Desde o meio-dia, chuviscava a espaços e o vento cantava, angustiosamente, nas alpendradas". O vento não se limita a soprar, vem carregado de "angústia", é alvo de personificações estilísticas, aliado de outros obstáculos que sacrificam os aldeãos. Peso idêntico é atribuído à humidade, seja a humidade do ar ou a pluviosidade, em harmonia com o mapa da distribuição da quantidade média anual de chuva (*op. cit.*), que coloca o Barroso na transição das classes primeira e segunda mais chuvosas do território continental.

As peculiaridades atmosféricas surgem, portanto, com uma conotação não benigna, nem tão-pouco neutra. Regulam diretamente o quotidiano das personagens, quer no seu contacto com os plantios cerealíferos e com as artérias do povoado, que transitavam munidos de "socos altos", quer nos esconsos toscos das habitações, onde invernava quase tanto como na rua, quer ainda frisando as diferenças sociais. Um bom exemplo é o seguinte trecho do início do Capítulo X, onde o autor introduz um costume local que minimizava a vulnerabilidade dos mais fracos aos períodos mais castigadores do clima barrosão – a pernoita de mendigos no forno do povo (p.123):

> Tarde fusca, ventosa, com neve nos pendores e cabeços das serranias, o Sol não conseguira, durante o dia, traspassar o grande manto plúmbeo que forrava todo o céu (…). O burgo, no seu granito sujo e colmo pardacento, dir-se-ia mais negro e estava de novo cheio de lama refocilada pelos porcos. Rês que andasse nos montes recolhia cedo, dando as vacas maior tristeza ao povoado com o tilintar dos seus chocalhos. E o forno colectivo (…) gastava uma carrada de torgos. Os próprios mendigos sem casa (…) à noite, após o trânsito de aldeia para aldeia, nele se recolhiam, aproveitando

[132] Dadas pela combinação dos parâmetros "temperatura mínima média do mês mais frio (Janeiro)" e "número de dias no ano com temperatura mínima baixo de zero". O Barroso tinha, nessa década de 80, valores de 1 ºC máximo e um mínimo de 40 dias para estes parâmetros, respetivamente.

> tradicional concessão, acordavam enregelados, de madrugada, porque a calentura deixada nas pedras não resistia à frialdade lá de fora.

O capítulo X, que se segue ao clímax narrativo da morte de Santiago, regista o momento da fuga de Leonardo para a Galiza, atravessando a serra e a "noite calaginosa" (p.134). Existe um desvio de foco de Padornelos, inevitavelmente fustigado pelos elementos, para as solitudes montanhosas que vimos ao crepúsculo nas primeiras linhas de *Terra Fria*. Ferreira de Castro expõe neste ponto uma Natureza que, embora longe de ser tão opressora ou caótica como a de *A Selva*, não se verga perante a conveniência humana. Numa travessia debaixo de forte chuvada – que funciona como um percurso iniciático numa nova vida, pois Leonardo não mais transporá definitivamente a fronteira no sentido contrário – o cavalo (que nunca é batizado apesar do papel fundamental que lhe cabe do princípio ao fim) reparte o protagonismo com o peliqueiro (p.133):

> A chuva apertara; já não era bago isolado e grosso (…); tornara-se frenética, miúda, constante e, impelida pelo vento, alfinetava-lhe a cara (…). As montanhas enegreciam com o esmorecer da luz nascida há pouco e, dos seus cumes e ravinas, soprava infernal cantilena, que se perdia ao longe, numa lufada interminável.
> A água escorria pelas fragas, pelas suas gretas, através dos líquenes, e, ensopando a terra onde urzes e tojo lançavam o raizame, vinha gorgolejar, canalizada, nos estreitos caminhos que Leonardo ia vencendo. (…).
> E cada vez chovia mais. Já encharcado, o grosso capote de Leonardo pesava-lhe como se fosse de ferro; o boné colara-se-lhe ao cabelo e era esponja segregando, cara abaixo, água sobre água. Mas ele galopava sempre, numa fúria igual à da chuva, que lhe fustigava rosto e mãos (…). O cavalo mal via onde colocava as patorras. Se debaixo da água se escondia pedregulho arredondado, escorregava, descaía, e, depois, empinava, sacudindo-o.
> (…) Só quando transpôs a fronteira, Leonardo deu pelo estado lastimoso da pileca, que pingava sangue da barriga (…).

Como a chuva, também a neve e os nevões contribuem para efetivar a mensagem de extremo climático que sobrecarrega a vida dos camponeses. Embora sem a dramaticidade que atinge em *A Lã e a Neve*, ela é a "imensa mole branca na linha do horizonte", onde as sombras de cavalo e cavaleiro se projetavam "a encolherem-se, a distenderem-se, a formarem uma só" (pp.162 e 163). Surge de novo no regresso clandestino a Padornelos, no Capítulo XII. Perdido entre as "imensidades lácteas" e

noturnas (p.165), incapaz de reconhecer o terreno onde a neve "alisa as saliências rochosas" e uniformizando o relevo, Leonardo é capturado pela Guarda Fiscal nas imediações de Sendim, antigo posto fronteiriço (p.169):

> E, por onde quer que passassem, a terra fria era apenas sudário branco. (…). A neve espalmava-se em plainos, arqueava-se em proeminências, caía, levantava-se, rendilhando-se nas giestas e cobrindo de flocos as carvalheiras. Escorria das penedias para os abismos, formando estalactites, tomando formas absurdas, (…). Invadia tudo, tapava tudo, sempre branca e sempre fantástica nas suas expressões.

Em face destes trechos, é difícil concordar com Eva LETÍZIA (2005:332), para quem no romance "a Natureza nunca serve para ilustrar uma qualquer demonstração de cunho ideológico". É possível que a autora se refira à "Natureza" vegetal ou animal, uma perspetiva comum mas limitativa que não corresponde ao escopo deste trabalho.

A análise textual quantitativa de vocábulos e suas famílias gramatical e semântica mencionados no texto para as categorias do fator "Clima" encontrou 29 ocorrências para "vento", mais de oito dezenas para o conjunto "frio" e fenómenos com ele diretamente relacionados – neve, gelo, geadas – e para o conjunto humidade / pluviosidade. Os resultados para as três componentes não vivas do ambiente – Orografia, Geologia e Clima – determinou que a maioria dos vocábulos são usados no seu sentido literal e real. A contabilização da frequência de menções para cada componente resultou em: 174 para a Orografia (montanha, encosta, baixio, etc., seus sinónimos ou vocábulos das famílias vocabular ou semântica: montanhês, aplanados...); 118 para as formações geológicas e recursos do subsolo (lapa, lajedo, pedregulhal, cobre …); e 111 para o Clima, a que podemos ainda acrescentar alusões frequentes, quer pela instância da narração quer, por exemplo, no âmbito da comunicação entre personagens, à sequência das estações e ao ritmo circadiano. Tal como já exposto, esta análise de conteúdo pretendeu apenas reforçar a conclusão do predomínio destes descritores no romance.

Sabemos como Ferreira de Castro atribuía especial importância à luminosidade dos ambientes. A luz que "transfigura as formas", que "ilumina as cenas" e "sublima as árvores" desponta nestas manifestações citadas no Capítulo 4. Em *Terra Fria* essa sensibilidade revela-se a partir do segundo parágrafo, quando a composição cavaleiro-cavalo se recorta sobre o perfil do Larouco ao cair do dia. É um registo atípico do

romance. No geral, é enfatizada uma luminosidade fosca, antipática aos camponeses, conluiada com a austeridade do clima e do substrato rochoso. No capítulo III, o narrador parece colar-se ao espírito desapontado de Santiago, que lastima a noite "interminável" da aldeia no novo Inverno – "tudo apagado, tudo negro, nas vielas a água estagnada, a lama de muitos palmos de fundo", "horas de treva em que só o vento gritava" (p.40) – em contraste com o cabeço habitado de Montalegre, um "paraíso" a que o castelo dava "expressão airosa" durante o dia (p.40), de noite iluminado a lâmpadas elétricas. A luz parece ter o poder de alcandorar um amontoado de casas humilíssimas como as de Padornelos à condição de "cidade maravilhosa erguida na linde de um deserto negro" (p.41).

É a luz incidente sobre as pessoas, ou a falta dela ou a sua intensidade sempre aquém dos desejos, que sobressai. No rescaldo do primeiro cerco de Santiago, Ermelinda volta a casa antes do anoitecer e permite-se um novo olhar, um olhar de estranhamento sobre o espaço portas dentro. Ferreira de Castro poderia falar da rudeza dos "trastes", das comidas camponesas, da coabitação com animais. Mas não: esta repentina perda de familiaridade da aldeã face com o ambiente doméstico recorre aos fatores luz e atmosfera; e o sol, mais do que fonte de energia, é aqui fonte de ânimo (p.45):

> Nascida e criada assim, as pupilas afeitas à penumbra dos colmados, nunca estranhara a ausência de mais luz. Mas, agora, seis semanas servindo em casa desafogada, (…) a escuridade incomodava-a como uma sufocação. Àquela hora não havia quarto ou sala do americano que não estivesse bem iluminado: os da frente, com sol, que era mesmo uma alegria (…).

Os jogos literários de luz e sombra tornam-se particularmente expressivos na ausência de grandes cambiantes cromáticos. É o caso da sequência das fases do dia nos interiores (p.49): "O casebre vivia, agora, em escuridade espectral de cripta. Só os olhos dos coelhos brancos fosforesciam aqui e ali, como brasas errantes, abrindo na treva pontos de fogo". Nasce no Pórtico esta opção narrativa de contrair até à esfera familiar a acromia das vastidões graníticas da montanha; são ambiências de obscuridades variadas, por vezes de um negro espesso dado pelos fumos que circulam sem ter por onde escoar-se e pelas fontes internas de luz limitadas à lareira e à candeia de azeite. Ambientes que revelam a fonte de energia térmica própria de comunidades não industrializadas: a biomassa dos matos locais, aliada a gorduras inflamáveis como o azeite.

8.2.2.2. O Rio e a Fauna

O peso dispensado em *Terra Fria* a aspetos da hidrografia é significativamente menor do que em *Emigrantes*. Não há lugar a chafarizes, a única fonte merece uma discreta alusão e os riachos que afluem ao Cávado, como também este, inspiram um tratamento literário muito aquém daquele dado ao Caima. É este, como vimos no romance de 1928 e em todos os escritos e declarações de Ferreira de Castro estudados na Parte II, o rio que preenche o seu imaginário fluvial no país "nativo".

Mas *Terra Fria* não poderia evitar a organização hídrica do planalto barrosão, em torno dos eixos das duas bacias hidrográficas em que se dividem as águas superficiais: o Cávado e o Rabagão (TABORDA, 1932, ed. 2011:64). O primeiro nasce em pleno Larouco, na Fonte da Pipa, a 1520 metros de altitude; o seu curso de 118 km atravessa o Alto Barroso no sentido NE-SO pelo concelho de Montalegre, depois Terras de Bouro e Viana do Minho, no distrito de Braga, e chega ao Atlântico em Esposende (*op. cit.*). É um rio pouco meandrizado, de perfil longitudinal irregular onde desníveis acentuados alternam com declives suaves. Atualmente, as suas águas são utilizadas na irrigação agrícola e na exploração hidroeléctrica (COSTA, 1987); à época do romance, eram indispensáveis nas moagens do cereal das azenhas, que Ferreira de Castro não refere.

Dentro do leque de funções dos rios, enumeradas no Capítulo 7 a propósito do Caima, Ferreira de Castro limita-se à económica e à paisagística: a primeira como recurso primordial dos lameiros de regadio, como veremos; a segunda, decorrente da primeira, como elemento na modelação do espaço produtivo. Na ótica da Ecologia Humana e da ciência da Sustentabilidade, constituem dois tipos de serviços do ecossistema fluvial proporcionados à comunidade humana do Larouco (AGUIAR *et al*:2009). Uma e outra figuram, embora sucintamente, na primeira extensão descritiva do romance (p.20):

> (…) E, nascido do seu peito, o Cávado, deslizando de fraga em fraga, vinha correr cá em baixo, à esquerda de Leonardo. Ia manso no leito de margens quase nuas, pois só um ou outro vidoeiro, desfolhado pela invernia, nelas se destacava, alto e triste. Mas, aqui e ali, alagava lameiros de erva mui verde — únicas manchas de cor viva na paisagem austera, cóbrea e sombria.

No que respeita ao rio como fator de riqueza e diversidade ecológica, o autor

cinge-se a estas curtas alusões à vegetação arbórea das margens, formada por vidoeiros de folha caduca.

O Cávado tem como principal afluente o rio Rabagão, na sua margem esquerda. É este que assume um papel no romance, não como elemento da paisagem planáltica barrosã, mas ao nível da intriga e por via de uma crença regional: a Lenda da Misarela. Num quadro noturno – "A ponte lançava o seu vulto, quase desvanecido pela treva, sobre o Rabagão, que não se via, mas se ouvia marulhar" (pp.88-90) – impera essencialmente o apelo à audição, útil na perceção da paisagem sonora ribeirinha. Sentado "sobre relva fria e húmida" na base da ponte, mudo, enregelado, o casal Leonardo e Ermelinda anseia pelo ruído de passos entre "a melopeia das águas" e "a sonatina do rio" (p.90). Ele, devotado a uma causa que não é a sua (p.89), "Passou o braço sobre os ombros de Ermelinda e deixou-se ficar, silencioso, como a mulher, como todas as redondezas, pois o murmúrio da corrente, ali pertinho, fazia-o sentir mais o silêncio que havia por toda a parte". "O buliçoso caudal tornava-se no símbolo da fecundação e da gestação da nova vida", diz E. LETÍZIA (2005:325).

Quando mais um Inverno finalmente se esgota, o narrador não esquece outra figura viva que sofre com a agressividade térmica (p.95): "(…) E os lobos, se não queriam morrer no gelo, tinham de ir buscar presa muito longe ou sair ao passo dos homens, na solidão dos caminhos." Não é a primeira referência a uma das mais emblemáticas espécies da fauna selvagem do Barroso: o lobo-ibérico, *Canis lupus signatus*. Víramo-lo na descrição inicial, amante de "abruptas solidões" (p.20); vimo-lo numa breve alucinação de Leonardo, na escuridão da Misarela; também noutro trecho de fundo pictórico, quando este e Iglésias sobem o Leiranco (pp. 71 e 72): "Terra de lobos, pelada, agreste, cheia de dentes e de mamilos (…)."; sabemos, perto do final, que as suas surtidas "entre os rebanhos que pastejavam no Larouco conseguiam quebrar a monotonia da vida sempre igual" da aldeia (p.170). Mas só na página 165 existe um momento de confronto entre o instinto de sobrevivência de Leonardo e o impulso predatório do carnívoro. É uma cena curta, que desperdiça o potencial simbólico e literário da circunstância – em harmonia com o fraco pendor de Ferreira de Castro para a temática animal; apenas um prelúdio ao silêncio amplo que cresce a partir dela:

> Subitamente, saltou, à direita, lobo corpanzudo. Foi visão de um instante apenas; vulto que arremetia, esticando a sombra na neve. Leonardo gritou-lhe, instintivamente, o seu espanto; e logo, como a fera continuasse a avançar, decidida, ele sacou a pistola e disparou.
>
> Berro e tiro ecoaram, lentamente, pelos desvãos das serranias, deixando tudo em suspensão, como se o silêncio aguardasse novo estrépito.
>
> O lobo havia fugido e Leonardo, dando conta da imprudência cometida, pôs-se a examinar, preocupado, as redondezas. Mas nada. (…).

Note-se, apesar disso, que estas citações informam sobre aspetos da ecologia da subespécie: os seus hábitos noturnos, por vezes solitários; o habitat montanhoso povoado de matos que a neve cobre no Inverno; o período e locais preferenciais de caça; a sua posição na cadeia alimentar, através da dieta; a necessidade de assaltar rebanhos e rondar os povoados, compensando nas presas domésticas a escassez de presas silvestres. "Lobo na serra, ou matá-lo ou mantê-lo" é um dizer antigo dos populares barrosões (FONTES, 1992:203).

O lobo-ibérico está classificado pelo *Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal* como espécie "Em perigo". Os últimos dados do Grupo Lobo [133] indicam uma distribuição circunscrita às regiões Norte e Centro-Norte da Península Ibérica; da população total estimada – 2000 – 300 vivem em território nacional, confinados às regiões fronteiriças de Braga e Viana do Castelo, a Trás-os-Montes e a parte dos distritos de Viseu e Braga. Frequente em todo o país até ao século XIX, à época da ação já a população lupina entrara em declínio há mais de duas décadas, essencialmente devido à caça direta por caçadores e pastores e ao extermínio de presas naturais, como o veado e o corço – espécies que a narrativa refere muito brevemente.

No primeiro parágrafo, *Terra Fria* fala de uma espécie animal "rara", o gardunho, e de outras três espécies da fauna local com valor cinegético, perseguidas pelo valor das suas peles – texugo, tourão e raposa (Quadro 11) – a que os peliqueiros somavam duas domésticas: o cabrito e a vitela. É uma cena marcada pela busca de meios de subsistência por parte do homem e pela relação interespecífica predador – presa.

[133] Grupo de investigação da Fac. Ciências da Univ. Lisboa: http://lobo.fc.ul.pt/?page=conteudos/lobo_iberico

Esta relação é consubstanciada na atividade da caça [134]. Embora constitua uma matéria suscetível de figurar em 8.2.3., aproveita-se a ligação à fauna selvagem para a sua abordagem neste ponto. Assim, o romance aflora, sem empenhamento informativo ou peso diegético, uma perspetiva da caça como alternativa lúdica ao marasmo serrano: para além da tentativa vã de plantar espécies exóticas, "fumaças de jardim" que as condições naturais da "Coroa do povo" não sustinham, Santiago "vadia[va], de escopeta às costas, montes abaixo e arriba", fugindo ao convívio dos conterrâneos, queixando-se do período de defeso, quando "nem lebres, coelhos ou perdizes quebravam o aborrecimento". O início do Capítulo III descreve a sua insatisfação no talvez único momento em que escritor e personagem harmonizam os respetivos pontos de vista numa síntese da vida camponesa: "Os montanheses viviam agarrados à rocha, contentes se almoçavam e jantavam todos os dias e se o gado se multiplicava" (p.40).

Da diversidade de funções da caça – económica, social, cultural, ambiental e recreativa – a última surge como indicador de um estatuto económico desafogado. É o que diz o pensamento de Leonardo – "Hei-de ser eu quem há-de matar os corços que andam lá para riba, na Pontinha" (p.83) – mostrando a caça de recreio como parte das suas ambições de ascensão social. Depreende-se da narrativa uma atividade já então ordenada, sujeita a um calendário venatório que impunha períodos de defeso. A serra do Larouco é atualmente um território cinegético onde se enquadram duas zonas de caça, uma municipal e outra associativa, pela Associação Cinegética do Larouco e pela Associação de Caçadores da Serra do Larouco, respetivamente [135].

À semelhança do que se ensaiou para *Emigrantes* relativamente aos senhores da terra face aos camponeses obrigados a emigrar, pode interpretar-se como predação outro dos passatempos de Santiago. O seu olhar sobre a figura de Ermelinda – que ele avista pela primeira vez "vergada sobre um lameiro" (p.43) – bem como o cerco que lhe vai armando pelos inconspurcados corredores da sua casa de emigrante, caracterizam uma conduta predatória em que um e outro são de "espécies", i. e., de estratos sociais, diferentes. Esta interpretação ganha força nas opções vocabulares do autor: as

[134] A caça, uma forma de exploração dos recursos cinegéticos, foi declarada de interesse nacional pela Lei 173/99 de 21 de Setembro. É um importante fator de riqueza nacional e de desenvolvimento regional e local.

[135] Fonte: ICNF, Base de dados das Zonas de Caça nacionais
http://www.icnf.pt/portal/caca/Caca.qry?Distrito=17&Concelho=1706&Circunscricao=2&Nucleo=&TipoZona=&Numero=&template%3Amethod=Pesquisar

necessidades íntimas de Santiago focam-se nas mulheres de "carniça ainda não endurecida", e ficam reservadas a esta temática expressões como "lançar um anzol", "isco viscoso", etc.. (p.43). Também Ermelinda se sente "animal de utilidade" (p.81), acabando por se iludir com uma metáfora elucidativa: "Nem ele era lobo, nem ela era ovelha" (p.53).

Esta imagem de "predador" junto dos habitantes de Padornelos terá contribuído, a par da tendência para a justicialismo transmontano, para a aceitação do crime: entre o lobo e a ovelha, aniquile-se o primeiro. Aliás, a conduta rapace é explícita na fala de um camponês no capítulo IX (p.121), que critica o "Americano" como "milhafre" de pendor mulherengo mas sobretudo com uma avareza capaz de adquirir por muito pouco as "belgas" e lameiros dos mais necessitados. Esta temática do predador, cultural e economicamente superior, sobre quem a vítima ou presa exerce uma justiça punitiva, figura na análise de J. M. PEDROSA em *Falas da Terra II* (QUEIROZ e CASTRO, 2011). O autor elabora sobre o *topos* do caçador, originário de mitos da Antiguidade, tradicionalmente confinado a meios ambientes selvagens, e como foi transposto pela literatura e o cinema modernos para cenários urbanos. No caso de *Terra Fria*, para cenários apenas humanizados.

Procedeu-se ao tratamento quantitativo de *Terra Fria*, a fim de apurar o "repertório léxico" ou o "campo lexical" do autor no que respeita à fauna [Quadro 11]. O romance cita 18 espécies selvagens, distribuídas por quatro classes taxonómicas da Zoologia, indicando provavelmente um bom grau de conhecimento e o interesse do autor sobre o ambiente retratado (BARDIN,1995). Surgem 22 em sentido figurado, por exemplo, "teimosa como peto que quisesse fazer ninho em tronco de carvalho novo" (p.152). O número de ocorrências, no entanto, cinge-se a pouco menos de 50, insinuando que o autor lhes atribui uma importância menor. Existem referências limitadas à avifauna, apesar de a Serra do Larouco, ainda atualmente e decerto ao tempo da narrativa, ser "um local de excelência para a observação de aves" e habitat de "diversas espécies que são raras no sul do país" [136].

[136] Fonte: Aves de Portugal: http://www.avesdeportugal.info/sitlarouco.html

Quadro 11 – Ambiente Biofísico: Componente biótica "Fauna" (Reino *Animalia*)
Espécies e classes da fauna selvagem mencionadas em *Terra Fria*

	Nº ocorrências	Nome vulgar usado no romance	Nome científico	Classe	
	1	● Raposa	*Vulpes vulpes*	Mamíferos	Vertebrados
	2	Texugo	*Meles meles*		
	1	Tourão	*Mustela putorius*		
	1	Gardunho (fuínha)	*Mastes foina*		
	11	Lobo	*Canis lupus*		
	1	● Lebre	*Lepus europaeus* ou *L.*		
	2	● Corço	*Capreolus capreolus*		
	1	Rato	*Mus domesticus*		
	2	● Melro	*Turdus merula*	Aves	
	2	● Perdiz	*Alectoris rufa*		
	1	Andorinha	*Hirundo rustica*		
	2	Chasco	*Oenanthus* spp.		
	1	Carriça	*Troglodytes troglodyres*		
	1	Águia	*Aquila* spp.		
	6	Aranha	várias esps. / vários géns. (1)	*Aractnidea*	
	2	Borboleta / mariposa	várias esps. / vários géns. (1)	Insetos	
	1	Saltão (gafanhoto)	várias esps. / vários géns. (1)		
	1	Barata	várias esps. / vários géns. (1)		
	39	**Diversidade de Fauna selvagem real: 18 espécies**			
	10	Animal, "passaredo", "ave"			
Total ocorrências FAUNA selvagem real:	**49**				
Sentido figurado	1 x cada	Lebre, rato, gaio, pega, grilo, moscardo, abelha, aranha, rola, cuco, arvéola, garça, peto, dromedário,			
	2 x cada	Milhafre			
	5 x cada	réptil, serpejar, serpeante…			
Total ocorrências Fauna selvagem sent. figur.:	**22**	**Diversidade de Fauna selvagem (sent. fig.): 14 espécies**			
Total ocorrências FAUNA SELVAGEM:	**49 + 22 = 71**				

● Espécies cinegéticas atuais

Fontes dos nomes científicos e da sistemática: http://naturlink.sapo.pt/ , Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves: http://www.spea.pt/pt/observar-aves/as-nossas-aves/aves-em-portugal / e Aves de Portugal: http://www.avesdeportugal.info/ e Decreto-lei n. 202/2004 de18/Agosto – Anexo I – Lista de Espécies cinegéticas em Portugal

8.2.2.3. Flora e Habitats

A "transitória garridice" dos matos serranos referida no Pórtico de *Terra Fria* encontra pouco reflexo na narrativa. Como parte do sistema de montanhas galaico-portuguesas (AGUIAR *et al*:2009), o Larouco ostenta limitações naturais fisiográficas e edafoclimáticas que ditam o coberto vegetal (PIRES, PINTO e MOREIRA, 1994:10). Os matos baixos atlânticos são no romance o principal manto florístico natural da serra. Não existem florestas e o arvoredo limita-se às únicas duas espécies "que medravam por aqueles pendores e baixios" (p.23): as carvalheiras *Quercus pyrenaica* e os vidoeiros *Betula celtibérica*, espécie subalpina.

Sabemos dos locais onde crescem os poucos carvalhos pela promessa de encontros futuros entre Ermelinda e Santiago: "(…) encontrar-se-iam nas carvalheiras, lá em baixo, perto do rio" (p.103). Em *Planalto em Chamas*, BENTO DA CRUZ (1963:82) escreve que "na Primavera (…) o verde-escuro das bétulas põe notas alegres pelos vales", mas Ferreira de Castro não foi cativado por um apontamento paisagístico semelhante. O que mais desperta a atenção do autor é o interregno no negro e cóbreo da terra, que a única Primavera do livro substituí por mantos de cor esverdeada. A serra do Leiranco, atravessada por pequenos "córregos" e carreiros pouco palmilhados revestidos de "ervagem brava" (p.71), onde melros levantam voo dos "silvedos" e "desprendiam-se dos musgos as carriças que andavam em trabalhos de ninho", surge no capítulo V mediante este apelo cromático raro ao sentido da visão (p.68):

> Havia pobreza de fuste alto e copa grande (…). Mas o pouco que existia, carvalheiras das faldas e vidoeiros ribeirinhos, estava já vestido de verde fresco, mimoso, oferecendo galhos e folhagem aos ninhos do passaredo. O tojo abrira a florita amarela, as giestas bordavam os caminhos, floridas também, e até as urzes pareciam mais tenras e verdinhas. Sobre elas, esvoaçavam borboletas e chascos, umas de asas brancas e lentas, outros de grasno amaldiçoado desde que denunciaram a Jesus Cristo.
>
> (…) Os rebanhos tinham ido para mais alto e, na engelhada largueza, só saltões, mariposas e chascos lembravam a vida no mundo. (…). A maré-cheia do verde primaveril não havia subido aos píncaros. Onde eles não mantinham pele escura e gretada, como nas poucas manhãs de Inverno sem neve, mostravam face coberta com flor de carapaça — mantas de muitos quilómetros, de um roxo de vinho (…). E, por toda a parte, o sol escorria tanto, que a pesada austeridade da terra alta parecia, agora, ligeira e alegre, atraindo e deslumbrando a sua grandeza.

É o mais expressivo excerto do romance sobre a representação da vida animal e vegetal da serra. Nele encontramos os principais habitats naturais e seminaturais aí presentes. As espécies da flora silvestre mencionadas no romance, onde dominam os estratos herbáceo e arbustivo característicos daqueles matos, figuram no Quadro 12, por ordem de primeira ocorrência no texto. Note-se como, relativamente a Emigrantes e por fidelidade à realidade, o elemento "árvore" tem uma perda de significado em variedade e quantitativa muito acentuada.

Os vidoeiros do romance poderão configurar um bosque natural montanhoso, segundo a classificação de J. ALVES (2008). A identificação de habitas é fundamental para avaliar a biodiversidade de um local, desde que a Cimeira da Terra (Rio 92) codificou uma deslocação do modelo conservacionista baseado em espécies para a biodiversidade e seus três níveis, um dos quais são os ecossistemas e habitats presentes. Por isso, desde 1994 a região do Barroso faz parte do programa *Man and Biosphere*, estando classificada como uma Reserva da Biosfera transfronteiriça, uma das três existentes em território nacional[137]. Todo o seu território do Parque nacional, bem como a serra do Larouco, são um Biótopo Corine – Sítio de Interesse para a Conservação da Natureza.

Quadro 12 – Ambiente Biofísico: Componente biótica "Flora" (Reino *Plantae*)
Espécies da flora silvestre mencionadas em *Terra Fria*

		Nº ocorrências	Nome vulgar usado no romance	Nome científico
Plantas Vasculares	Árvores	13	Carvalho/Carvalheira	*Quercus* Spp.
		4	Vidoeiro	*Betula celtiberica*
		17	**Diversidade de Árvores: 2 espécies**	
		6 (1 fig.)	"Árvore"	
	Total ocorrências Árvores (não fig.):	**22**		
	Arbustos e Herbáceas	9	Urgueira/Urze	*Erica* spp.
		6	Tojo	*Ulex europaeus*
		1	Carqueja	*Pterospartum tridentatum*
		4	Giesta	*Cytisus scoparius*
		3	Carapaça	*Erica ciliaris*
		1	Silvedo	*Rubus* spp.
		1	Alfazema	*Lavandula angustifolia*
		1	Codesso	?
		1	Feto	*Pteridium aquilinum*
		1 fig.	Trovisco	
		Diversidade de Arbustos + Herbáceas: 9 espécies		
		13	"Arbusto", "erva", "ervagem"	
	Total ocorrências Arbustos + Herbáceas:	**41**		
	Total ocorrências FLORA SILVESTRE:	**22 + 41 = 63**	**Total de Diversidade de FLORA SILVESTRE real: 11 espécies**	

Fontes dos nomes científicos e da sistemática: UTAD – "Flora Digital de Portugal": http://jb.utad.pt/flora e NaturData: http://naturdata.com/

[137] Fonte: Inst. Conserv. Nat. Florestas: http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ei/resource/doc/mab/4cart-rb-geres-xures e http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ei/resource/img/mab/rb-geres-xures-map

Terra Fria faz justiça à importância ecológica e económica do mais emblemático habitat do Barroso: o lameiro de regadio. Os lameiros são comunidades herbáceas de composição florística variada – espécies espontâneas e subespontâneas de leguminosas, gramíneas e outras, e de várias famílias, como alguns trevos e gramíneas (PIRES, PINTO e MOREIRA, 1994) – , artificialmente irrigados. "Situam-se preferencialmente junto a linhas de água ou zonas edáficas naturalmente húmidas, beneficiando de regadio total ou parcialmente", de modo a evitar a escassez de precipitações no Verão (*op. cit*.:9).

No romance, estas áreas de verde vivo que quebram a tela pardacenta são um indicador cromático para a principal intervenção humana no território. Ferreira de Castro pretende evidenciar que ao esforço humano se devem as permanentes notas de vivacidade na paisagem. Tão indissociáveis do quotidiano camponês, que para se encontrarem clandestinamente, Ermelinda e Santiago: "Ela fingiria que ia ao lameiro e ele sairia depois do almoço, como quem vai à caça" (p.104). Os habitats referidos ou subjacentes ao texto estão elencados no Quadro 13.

Quadro 13 – Ambiente Biofísico: Habitats naturais e seminaturais em *Terra Fria*

	Tipo	Designação
Naturais	Matos baixos atlânticos e higrófilos	Urgeira e tojal
	Dulçaquícola com águas correntes e débito permanente	Curso de água de montanha
	Bosques naturais montanhosos	Vidoais (bosquetes)
	Micro-habitat	Musgos rupícolas
Semi-naturais	Arrelvados e prados de altitude húmidos	Lameiros de regadio
Diversidade de Habitats naturais: 5		
Total de Diversidade de HABITATS: 5		

Fonte: Classificação com base em ALVES *et al*, 1998.

8.2.3. A relação orgânica Ser humano – Natureza

Terra Fria vive de uma intriga clássica, algo folhetinesca, ancorada no domínio humanizado da alta planície do Cávado. Para a Ecologia Humana são mais importantes os modelos de vida humana e o seu poder transformador da esfera natural do que os

carateres biofísicos considerados isoladamente; interessa a relação das personagens com esses espaços vivos e como projetam neles as suas histórias. Ora, este drama do Barroso despoleta-se a partir de um facto que, sendo de índole social, é na sua essência eco-humano.

Esboça-se logo no Pórtico o retrato do povo "de camponeses fechados", "incrustado nas montanhas", onde "a vida transcorria, como há muitos séculos, entre jornadas agrícolas e pastoris." Através de cadeia de causas e efeitos que o romance não explicita como tal, foi a inaptidão da terra barrosã em prover a prosperidade, quando não a própria sobrevivência dos residentes, que empurrou o audacioso Santiago para a emigração. Porém, a atração da terra nativa tem grande alcance, como mostram *Emigrantes* e a biografia do seu autor. É justamente esse retorno do emigrante endinheirado o gatilho da ação central de *Terra Fria*. Sem retorno não haveria sedução de uma camponesa pelo homem mundano, mais polido; sem a partida deste rumo ao continente das oportunidades não haveria retorno; e sem uma geologia aflorando por todo o território numa intromissão que nega o solo e, com ele, o pão, sem um clima que reprime e acabrunha o camponês, sem uma interioridade geográfica extrema, seria desnecessário o movimento migratório. Menos ou mais subliminarmente, a conceção de um mundo insuficiente para as necessidades humanas está sempre presente.

Escreveu J. GASPAR (1993:13) que a grande diversidade da terra portuguesa resulta em boa parte "da falta de comunicações ao longo dos séculos, que contribuiu para reforçar diferenças, proteger arcaísmos, construir novas realidades diferenciadas" – o que pode explicar as especificidades das altas terras do Barroso. *Terra Fria* tece uma representação menos ambivalente do meio camponês do que *Emigrantes*: o lado idílico e benigno, ao modo da literatura romântica, é praticamente ausente; prevalece a terra ingrata e avara, sem reverso positivo, um agente natural na exploração humana que só a muito custo produz, um solo que é distintivo e endógeno do lugar.

Leonardo é o primeiro protagonista da obra canónica castriana que se dispõe a sobreviver na geografia que lhe calhou por nascimento: não sucumbe ao apelo da viagem, não aspira a horizontes para além da largueza do Larouco e de outras elevações barrosãs. Esta singularidade é valiosa do ponto de vista da relação com o lugar e a terra. Como para todo o barrosão, uma ligação orientada pelas guias de um comunitarismo secular.

Os aspetos comunitários do Barroso são centrais nas obras de V. TABORDA (1932), O. RIBEIRO (1945, 1986) e, mais recentemente, M. GUERREIRO (1881), S. DAVEAU (1989) ou L. FONTES (1992). Todos elencam como basilares as instituições sobreviventes do passado pré-romano (segundo RIBEIRO): assembleias de "homens bons" para decidir questões coletivas, como repartição de águas, utilização de baldios para pasto, reserva de mato e lenhas, e mesmo para dirimir assuntos criminais; e propriedades autenticamente de todos: o forno-comum ou do povo, onde era cozido todo o pão da aldeia, o boi do povo ou boi cobridor, e a "lama do boi" ou couto, a melhor das folhas de pasto que lhe está reservada e que era também comunal.

É neste modelo comunitarista do Larouco que se manifesta a essência da sua Ecologia Humana; é também aí que, na ficção, a realidade vem agarrada às palavras. Ferreira de Castro retrata uma espécie de *Homo sapiens barrosoi,* fruto das potencialidades e constrangimentos naturais daquele território naquela década de 30 do século XX. Para O. RIBEIRO (1986:109), "Nas montanhas graníticas do Noroeste, a economia e o povoamento mostram uma adaptação mais antiga e mais perfeita à altitude"; o *Guia de Portugal* V (1995:464) entendeu essa adaptação como fruto do "entendimento pragmático" do barrosão, imprescindível à sua "labuta porfiada com as rebeldias do céu e da terra".

8.2.3.1. Lameiros e Vezeiras

Nos sistemas montanhosos, altitude, clima e solos determinam os moldes da existência humana (GUERREIRO, 1981). No Larouco, essas condicionantes naturais impuseram uma economia de dominância pastoril (p.22):

> A pecuária era o único recurso de quem habitava a região estéril e inóspita. E o homem entregava-se ao seu culto, confundindo-se com os outros animais, na forçada sobriedade que a miséria e o hábito impunham, não merecendo mais cuidado a sua pele do que a da sua vaca ou a do seu porco.

Os lameiros de regadio são o principal apoio do sistema tradicional de exploração da terra do Alto Barroso e formam o essencial da configuração do espaço rural produtivo no cenário exterior de *Terra Fria*; são complementados pelas pastagens secas de altitude e pelos campos de centeio. A primeira alusão aos lameiros surge no Capítulo I, quando o

plano da narrativa abandona o interior da habitação de Leonardo e Ermelinda, recentrando-se na Natureza – já não a Natureza quase virgem dos trechos despovoados da montanha, mas aquela transformada por artifício humano, que lhe dá uma coloração viva no entorno monocromático da serra e da aldeia: "O Cávado, (…) aqui e ali, alagava lameiros de erva mui verde (…)" (p.20).

Na origem da palavra "lameiro" parece estar a designação popular "lama", associada a "pastagens com muita água e solos de textura fina a tender para argilosa", as maiores e melhores pastagens de regadio, que não dependem, portanto, apenas da pluviosidade (PIRES, PINTO e MOREIRA, 1994: 45). Encontramos a validação técnico-científica do retrato literário castriano sobre este habitat seminatural na monografia de P. LEMA (1978): "Aproveitando a orografia difícil, criaram-se socalcos afeiçoados às curvas de nível e neles campos tratados de forma a que a estiagem não os seque e os rigores do inverno os não queimem". A dominância desta rega tradicional perdura até hoje, como ilustram as figuras 20 (a) e (b). Ainda recentemente, as maiores percentagens de lameiros de regadio de Trás-os-Montes estavam nos concelhos de Montalegre e Boticas, beneficiando de linhas de água permanente durante todo o ano (PIRES, PINTO e MOREIRA, 1994).

Figs. 20 (a) e (b) – Lameiros do Barroso. À esquerda, localização a baixa cota e técnica de "rega de lima"; à direita, situação a meia encosta com gado bovino barrosão. Março 2013.

Terra Fria atribui uma relevância concertada com a realidade a este exemplo de maximização das vantagens naturais do ambiente rural. Os lameiros são definitivamente a marca cultural desta paisagem e a subsistência do seu maneio é um dos objetivos do Parque Nacional da Peneda-Gerês, cujo terço oriental está incluído em Terras de Barroso. O capítulo reservado a esta área protegida de *Espaços Naturais de Portugal* –

Os Parques (CARVALHO, 1994:12) destaca como património a preservar estes terrenos irrigados por "um sistema de valas principais ao longo da encosta de onde partem outras secundárias e destas vários regos laterais, permitindo a distribuição equilibrada da água sobre todo o prado (…)".

A contribuição dos lameiros para a paisagem cultural denuncia um grau de manipulação antrópica do ambiente, em concreto dos solos e linhas de água. A economia baseada na pastorícia é anterior e tem um impacte sobre os ecossistemas superior à da agricultura [138], nomeadamente na vegetação, excepto nas plantas não comestíveis pelos herbívoros com espinhos ou folhas tóxicas (SIMMONS, 2007). A principal virtude económica da pastorícia que o habitante barrosão, na sua sabedoria adaptativa às condições orográficas e edafoclimáticas, compreendeu desde as origens do povoamento é evidente e também expressa por SIMMONS (p.34): a seleção da espécie certa e o acesso às pastagens certas "podem converter plantas não comestíveis pelo homem em produtos alimentares como carne, leite e ovos" e outros materiais úteis.

Estas pastagens otimizadas, contudo, não são uniformes entre si: enquanto os lameiros têm utilização extensiva, situam-se a distâncias médias ou grandes da povoação para acompanhar os riachos e implicam deslocação, as "lameiras" são pequenos retalhos sem acesso direto do gado, destinadas a oferecer erva fresca permanente para as rações de corte, mais exigentes em mão-de-obra mas mais próximas da povoação e das linhas de água (LEMA, 1978). Esta distinção, porque reflexo das diferenças sociais rurais, não passou despercebida a Ferreira de Castro, que na página 26 descreve os "estreitos ramúsculos" do rio a "avança[r] lameiras adentro" e mostra a desvantagem de Leonardo:

> A que alimentava a vaca de Leonardo não era ribeirinha. Outras se estendiam entre ela e as margens do Cávado e só com enchente grande, que tudo alagasse, a sua orla beneficiaria das águas do rio. Pobre, sem nateiros, não merecia categoria feminina e lavrador de posses rir-se-ia de o dono chamar-lhe lameira, como às outras que forneciam feno excelente e abundante. (…) Não; aquilo não era lameira, mas lameiro, e, como tal, não cumpria capazmente o seu dever. (…). O mal fora não ter vintém para comprar a lameira do Bernardino, quando ele estava com a corda na garganta e a vendia por tuta-e-meia. Então, sim, poderia dar mantença a duas ou três vacas e não estar com mais ralações.

[138] Surgida nas zonas marginais das civilizações fluviais do sudoeste e sul da ásia, por volta de 4500 a.C.

Tal como em *Emigrantes*, em *Terra Fria* há um camponês que almeja um pedaço de solo mais espaçoso, mais facilmente alagável e mais capaz – neste caso não para cultivo, mas para sustento indispensável à base do rendimento dos barrosões que é a bovinicultura. LEMA (1978:32) fala-nos de como a criação de "uma das mais afamadas reses nacionais" e primeira com denominação de origem no país foi incrementada nos fins do século XIX pelo estímulo dos mercados interno e externo, permitindo o único produto regional comercializado, como animal de abate e pelo seu préstimo em funções de tração e transporte. O romance reflete esta versatilidade do gado, sem impedir que a veia romântica do autor atribua à raça barrosã "uma humilde melancolia", "olhos sempre tristes" e chifres num "desenho de velha lira" (p.65).

Em Setembro os gados pastam nos lameiros ou nos baldios e são usados na lavoura, estando permanentemente estabulados e alimentados pelas rações de corte durante o Inverno (LEMA, 1978). Vemo-lo no romance –"Leonardo tomou a foice e saiu pela erva da vaca" (p.96) – que também informa como em Padornelos, contrariamente aos costumes regionais, o gado graúdo estava isento do sistema comunitário das pastagens nos baldios dos cerros no Verão, com cada dono largando as vacas "entregues aos seus próprios recursos e só vindo buscá-las ao cair da tardinha" (p.64). Publicações do ICNF, como CARVALHO (1994:15), referem o boi barrosão, a par do cão pastor de Castro Laboreiro, como raças domésticas endémicas do Parque Nacional, valorosas no conjunto do património cultural da área protegida que a legislação visa preservar da extinção.

L. FONTES (1992:81-83) salienta o culto dos animais nas tradições do Barroso com um exemplo do comunitarismo de Padornelos: o "Boi do povo", "grande senhor feudal, mais rico que muitos habitantes da aldeia", que dispõe das melhores lamas e cortes e do "pastor do povo", remunerado em comum. O romance acrescenta que a aquisição do boi se fazia pelo "cofre do Povo" e estabelece um paralelo interessante (p.107):

> Se da terra brava, nevada e solitária, que havia lá para cima, o rei era o lobo, impondo-se, desde as cumeeiras aos trechos declivosos, em surtidas de pôr o cabelo em pé a quem marchava desprecavido, cá em baixo o reinado pertencia ao touro. Nem homens, nem mulheres, nem mesmo o senhor abade fruíam regalias iguais às que desfrutava o pai de quanto almalho crescia em terras de Barroso.

No Capítulo VIII, pelo meio das tentativas vãs de reaproximação de Ermelinda a Santiago, o episódio da abertura da locanda, velho sonho de Leonardo agora concretizado, é usado para relatar o evento mais concorrido da vida comunitária barrosã: a "chega de bois". Dia de chega era dia festivo, beneficiava o pequeno comércio, pelo que Leonardo organiza a peleja tradicional entre o boi de Padornelos e o de Padroso, aldeia a ocidente. Ferreira de Castro – que não prescinde de avisar como "As chegas substituíam, em terras de Barroso, as touradas do resto da Ibéria" (p.109), com o significado ético que vimos em 3.2.3. – interrompe o tom ficcional para facultar uma espécie de notícia descritiva do costume, em moldes semelhantes, por exemplo, às do *Guia de Portugal*. Na página 107, um trecho atesta o seu trabalho de autodocumentação, que resiste em rigor ao cotejo com monografias especializadas na região, nomeadamente LEMA (1978), GUERREIRO (1981) e FONTES (1992):

> Cada aldeia possuía o seu touro e quanto mais bruto ele se mostrasse na varonilidade, mais dele se orgulhavam os habitantes. Era de todos e não era de ninguém. Quem tinha vaca parideira, e só pobre de pedir a não tinha, contribuía para a compra e mantença de touro que padreasse o armentio feminino. Gozava o bicho, vivendo e engordando em regime comunal, casa e lameiros próprios para o seu pastio — terra pratense onde nenhum outro focinho podia roer a erva. E quando tal privilégio não chegava para o seu estômago de sedentário, os quinhoeiros, seus donos associados, corriam a levar-lhe, conforme lhes tocava a vez, o melhor feno que se colhia por aquelas redondezas. Bem comido, bem bebido, touro marel não fazia nada, ali, onde todos, homens, mulheres e crianças, vacas e bois, trabalhavam. Só lhe exigiam que não negasse a sua progenitura às centenas de vitelas que deviam nascer, por ano em cada lugarejo. Feito isto, tinha tudo quanto quisesse, incluindo o orgulho da aldeia inteira, sempre ciosa de possuir o melhor touro de Barroso.

Note-se que a população do Barroso nutria por estes bois uma estima radicada nos seus porte e galhardia, atribuindo-lhe, portanto, valor meramente utilitário: "Mas se se descuidava, por velhice ou cansaço, em cumprir a única exigência (…), o altivo soberano sofria mutilação e, substituído em seu mester, ir terminar no talho ou jungido aos varais de uma carripana" (p.107). Nesse sentido, discorda-se em parte da opinião de A. QUEIRÓS (2000:139), que vê nos processos de domesticação nesta vida de subsistência

uma "ética animal empírica que a produção moderna desprezou completamente" [139].

Explicam LEMA (1978) e GUERREIRO (1981) que a posse de gado bovino era, nas sociedades agropastoris barrosãs, o principal agente diferenciador social, centrando os animais nas preocupações do lavrador. Lavradores e cabaneiros, explica este autor, eram até aos anos 30 os únicos estratos acima da mendicidade. *Terra Fria* é fiel a este modelo de "algum igualitarismo social", onde não existia uma estratificação no sentido de "grupos de dominadores e dominados, de opressores e oprimidos, exploradores e explorados (…) com uma forte consciência de unidade e de interesses comuns (…)" (*op. cit.*:67). Apenas Santiago e sua mãe, apartados dos restantes no seu novo reduto abastado, fogem à regra. Apercebemo-nos que os protagonistas não pertencem ao extremo inferior, porque Leonardo é dono de um cavalo, uma vaca, um lameiro regado e até de um relógio e a dada altura rejeita viver "como um cabaneiro" (p.25).

"Se não houvesse geada que matasse o pouco que a terra dava, tivesse o gado erva para comer e fosse possível sustentar a pocilga, a vida fluía normalmente sob a égide de Deus (…)", lê-se na página 23. Tal como o gado bovino, também a impossibilidade de manutenção de um ou mais porcos fixava o limiar mínimo de prosperidade económica de uma família. A matança nos meses frios representava "a única hipótese de não haver fome quando as veigas e serras se vestiam de branco" (p.22). No capítulo V, uma descrição do amanhecer na aldeia traz as andorinhas "riscando o espaço por entre os casebres, muito familiarizadas" (p.66), a terra das ruelas ainda "por enxugar", e longos parágrafos dedicados a esse outro animal essencial na economia do Larouco. A sua exploração doméstica generalizada contribuía largamente para a insalubridade de espaços comuns e familiares, pois era o único, para além do coelho, a viver debaixo do teto da família, nas cortes sob as cozinhas (LEMA, 1978:58). A imagem rústica das porcas "escanzeladas pela amamentação" (p.68) sobressai daquela cena primaveril como o ponto de vista do visitante sensível, distante do do criador que vê nos suínos uma mera fonte de subsistência.

[139] Para a Ética Animal, é a capacidade de sentir dor, e não a razão, que habilita os seres à consideração moral por parte dos humanos. Uma discussão aprofundada sobre a época em que a humanidade e os cientistas desprezavam a variedade de sensações e emoções animais entretanto provadas: tristeza, alegria, raiva, etc. encontra-se na obra de ética prática *Libertação animal*, de Peter SINGER (2008).

Nas altitudes acima dos 1000 metros das montanhas do norte de Portugal alastram os baldios, ocupados por floresta ou matos (MATTOSO, DAVEAU e BELO (2010:149). No caso da encosta do Larouco, vegetavam nesses terrenos secos e altos entre os fraguedos os matos baixos atlânticos, que se revestiam de cor na Primavera e serviam de apascento a cabras e ovelhas. A sua importância não era primordial para a economia de Padornelos, sendo mais preciosos como habitats que provisionam "roça de tojo, giesta, sargaço, queiroga para cama de gado" (LEMA, 1978:64) e combustível para as lareiras e o forno do povo. AGUIAR *et al* (2009:328 e 329) falam de "período orgânico, agropastoril" para distinguir a montanha como "particularmente eficiente na produção dos serviços de aprovisionamento". Essa "organicidade" está intacta e é transmitida em *Terra Fria*, pois ao tempo a sangria emigratória intra-europeia, encetada nos anos 60, ainda não despojara a região da mão-de-obra necessária para apascentar rebanhos ovinos e caprinos no sistema tradicional e para as atividades agrárias. Quando tal veio a acontecer, a falta de pastores originou maior perda deste gado relativamente aos grandes ruminantes (LEMA, 1978).

O gado ovino e caprino, no Barroso chamado "fazenda" miúda, era pastoreado no sistema comunal de "vezeira". É a propósito da reentrada do filho da terra, Santiago, sob um clima de glória à escala do lugar e daqueles aldeões sem mundo, que se encaixam as primeiras alusões ao "rebanho próprio e alheio" que pastava nas alturas (p.31). O costume é retomado quando, na narrativa, regressa a Primavera. É o capítulo V, cuja entrada faz eco da ideologia libertária do autor, transparecendo uma clara simpatia por um regime que favorecia a "riqueza coletiva" e a divisão equitativa dos "sacrifícios":

> Maio aberto, enquanto, nas cidades, gente de fábricas comemorava o trabalho, em Barroso a tradição ordenava que se esconjurasse, finalmente, o Inverno, mandando para a serra as primeiras vezeiras de cabras, vacas e ovelhas. Era formado cada rebanho com bichos da mesma espécie, mas pertencentes a vários donos, que procediam, desde épocas patriarcais, em bom colectivismo, revezando-se na pastoreação. (…) quem, por isto ou por aquilo, não podia pôr pé em terras pascigosas, exercendo a vez que lhe competia, dava homem em seu lugar, pagando-lhe, para que os sacrifícios entre todos se dividissem. (…)
>
> Aceso o primeiro dia do mês primaveril, voz forte, cantante e alegre, atravessava o povoado, gritando festivamente: – Deita rês à vezeira! Deita rês à vezeira!
>
> Acudiam os vizinhos e abriam as cortes. As vacas saíam, pachorrentamente, dando ao rabo, os olhos um pouco tímidos pela mudança de luz (…).

Esta densidade paisagística e empenho descritivo corresponde na narrativa ao início da relação adúltera entre Ermelinda e Santiago, que vinha fermentando desde o Inverno.

As "vezeiras" refletem claramente uma cooperação estimulada pela adversidade do meio, através da harmonização de esforços intracomunitários para ganhar a vida em benefício de todos os envolvidos. É difícil duvidar de que o escritor assistiu *in loco* a estes rituais do viver local, ao lermos a reação do gado à mudança de claridade entre o estábulo e a rua. Neste ponto, o enredo suspende-se perante a romaria de animais aderindo à chamada. Em Padornelos "só ovelhas e cabras eram apascentadas em comum", saíam das cortes a toque de sino e à "coroa do povo" chegavam já "mais de mil cabeças", rumando ao Larouco (p.64). Vezeira de ovelhas só se iniciava quando as cabras já haviam trepado a "quanta penha existe entre Espanha e o Barroso" e "às crias não se consentiam digressões alpestres" (p.64).

Os tons e sons de um bucolismo serrano durante as pastoreações do "monte" adivinham-se mas nunca são trazidos a primeiro plano. Nem narrador nem personagens, e portanto nem o leitor, são convidados a acompanhar rebanhos e pastores até aos altos fraguentos da serra. E neste aspeto a literatura castriana volta a afastar-se do puro discurso pastoral. Como recorda L. BUELL em *Environmental Imagination* (1995:31), este género "has become almost synonymous with the idea of (re)turn to a less urbanized, more 'natural' state of existence", o que evidentemente se aplica a *Terra Fria*. Porém, Ferreira de Castro nega-se a limpar aspetos de cariz humano que eventualmente inibam o prazer estético de uma comunhão com a Natureza, opção própria do pastoralismo, ainda segundo BUELL. Este não alindamento do campo e seus trabalhadores, este evitamento de uma fusão idílica do humano com o ambiente, expondo a dimensão menos pacífica do quotidiano camponês, é coerente com o sentido de missão social que norteou o romance. Sem ele, autor, romance e leitores perderiam a aptidão para auscultar e compreender as grandezas e as misérias sociais e a orgânica eco-humana daquela comunidade.

Dessa orgânica faz parte o elo do camponês barrosão ao animal domesticado. Refletindo essa realidade, *Terra Fria* destaca deste a primeira frase o cavalo, *Equus caballus*. O cavalo opera como autêntica personagem, muito além da sua utilidade numa época em que o transporte humano e de bens se fazia quase exclusivamente "a dorso de besta", como registou L. VASCONCELOS em *Etnografia Portuguesa*, Vol. VI (1975:662). Em

muitas passagens essenciais é companheiro de Leonardo: coprotagoniza a abertura do romance, é indispensável sempre que aquele se aventura na imensidão da serra; acompanha-o no ofício das pelicas e na busca ao tesouro nas penhas do Leiranco, quando foge para Espanha, quando se afoita no regresso. No Capítulo XII, antecedendo a sua captura pela Guarda num ponto indefinível aquém da linha fronteiriça, está uma das memoráveis cenas do romance. Quer da ótica do enredo quer pela sua Natureza pictórica, sem o elemento animal ela não seria mais do que uma cena de fuga em paragens ermas, como muitas que povoam a literatura portuguesa (p.163):

> Subitamente, Leonardo deteve a montada. (…) Nem figura humana, nem ruído algum. Tudo estava parado, solitário e coberto de neve. Apeou-se e ficou a olhar para o cavalo. Já não era preciso, porque agora, sim, ia para a cadeia. Mas ninguém mais havia de pôr o assento em riba do bicho. (…). Demorou-se a contemplá-lo, à luz frouxa do luar, um, dois minutos. Depois fechou os braços em volta do seu longo e magro pescoço e estreitou-o, em despedida. O cavalo deixou-se abraçar, impassivelmente. (…). Leonardo tirou do bolso das calças a pistola e encostou o cano ao ouvido da pileca. (…) Mas, quando o olhar do homem se encontrou com o da alimária, a mão que segurava a pistola desceu, vencida... Guardada a arma e presas as rédeas à sela, Leonardo enxotou o cavalo para os lados de Espanha. (…)
>
> A caminhar, Leonardo entregava-se já à obsessão, quando ouviu ruído perto de si. Parou e viu que o cavalo o seguia, tranquilamente. (…) Enervado, retrocedeu, tomou-lhe as rédeas e pôs-se a examinar o chão, em sua volta. Por fim, dobrou-se e prendeu-o à velha urze, que mal se lobrigava na neve. Amarrado, o cavalo ficara a olhar para ele, a vê-lo partir, a vê-lo distanciar-se na brancura imensa da noite... «É capaz de morrer para aí», pensou Leonardo, sentindo o olhar do animal, sentindo que o animal confiava nele. «Mas que posso eu fazer-lhe?»

Esta perceção do animal como simples propriedade é a mesma destinada pelo povo ao boi comum, reflexo da rudeza e dos hábitos locais e do tempo. Teria um fundo antropocêntrico [Ver 3.2.], não fosse a mudança que instantaneamente se opera no espírito de Leonardo, que passa a olhar o cavalo como um ser merecedor de viver. Ou seja, na solidão da serra e da noite e na iminência de perder a liberdade, o homem reconhece no animal o "valor intrínseco" de que falam os adeptos da Ética Animal contemporânea.

A alternativa do abandono, que Ferreira de Castro narra com alguma benevolência, é nos dias de hoje, em Portugal, uma prática tipificada como crime contra

os animais. Por si só, seria bastante para validar a distância do romance ao cânone da "nature-writing": como escreve F. CLEMENTS (em GARRARD, 2006:211), essa escrita criava uma distinção hierárquica entre animais selvagens (conotados com o valor da liberdade) e animais domésticos, "denegridos como servos femininos da depredação humana". O cavalo ocupa, aliás, na análise de conteúdo, o segundo lugar no peso quantitativo que lhe atribui o texto, depois do gado bovino [Quadro 14]. Confirma-se também a importância relativa dos suínos, do gado miúdo e dos coelhos domésticos, atrás descrita. São mais de duas centenas de menções, distribuídas por nove espécies de animais explorados para proveito humano.

Note-se que todas as expressões do comunitarismo são estratégias humanas, culturais, a quadros de escassez de recursos (AGUIAR *et al*, 2009).

Quadro 14 – Espécies e classes de animais de criação e domesticados mencionados em *Terra Fria*

	Nº ocorrências	Nome vulgar usado no romance	Nome científico	Classe
	67	Cavalo/montada/pileca/ cavalgadura/bucéfalo/besta/ baio	*Equus caballus*	Mamíferos
	85	Boi / Vaca / touro/ vitela	*Bos taurus*	
	15	Cabra/Cabrito/chibarro/chiba/chibato	*Capra* spp.	
	25	Porco(a)/reco/suíno/bácoro/suídeo	*Sus domesticus*	
	6	Ovelha	*Ovis aries*	
	14	Coelho	*Oryctolagus cuniculus*	
	4	Cão / cadela	*Canis lupus familiaris*	
	2	Gato	*Felis catus*	
	1	Galo/galinha	*Gallus gallus domesticus*	Aves
Total ocorrências Fauna domesticada real:	**219**	**Diversidade de Fauna domesticada real: 9 espécies**		
Sentido figurado	1 x cada	Ovelha, burro e gato		
	4 x cada	Galo/galinha, porco, cão/cadela		
	8 x cada	Cabra		
Total ocorrências Fauna domesticada figurat.:	**13**	**Diversidade de Fauna domesticada (sent. fig.): 7 esp.**		
Total ocorrências FAUNA domesticada:	**222**			

Fontes dos nomes científicos e da sistemática: Naturlink: http://naturlink.sapo.pt/

8.2.3.2. A terra magra do centeio

Para M. GUERREIRO (1981:75), o gado foi sempre a maior riqueza da terra barrosã: "é essa a vocação da montanha". Mas a economia de subsistência do camponês a norte do Tâmega apoiava-se noutro pilar: a agricultura permanente de base cerealífera [140]. Nessa década de 1930 em que 49% da população ativa portuguesa se ocupava na agricultura, esta e a pastorícia eram totalmente interdependentes: "o gado não poderia prosperar sem o feno dos lameiros cultivados, o refugo da batata, a beterraba, os nabos, a cenoura" e a terra não produziria o bastante sem a adubação animal (ROSAS, 1994:31).

Deste sistema agropastoril fazia parte o centeio, cultivado em sistema de afolhamento bienal, em rotação com a batata (TABORDA, 1932). Uma alusão metafórica a este cereal de sequeiro das terras altas e frias surge no Pórtico, quando o autor equipara *Terra Fria* a um pão levedado e cozido. Nos mesmos anos 30 em que o Estado Novo batizava o Alentejo como "celeiro de Portugal", esgotando-lhe a fecundidade das terras nas "campanhas do trigo", Padornelos encaixava naquilo que GUERREIRO (1981:107) classifica como "uma civilização do gado e do centeio". Só a partir dessa década a batata – que desde o século XIX substituíra a castanha, base da alimentação transmontana – vem debelar a penúria alimentar em anos de "mau pão", em que as geadas queimavam as sementeiras. O que não seria raro: TABORDA (1932, 2011:68) fala em geadas de Inverno e de Primavera a que nenhuma outra cultura resistia, numa média de 43 dias por ano a norte de Montalegre, nas primeiras décadas do século XX.

Os solos da montanha portuguesa são naturalmente ácidos e pobres em nutrientes devido ao substrato litológico, e menos resistentes à erosão, pela posição fisiográfica (AGUIAR *et al*, 2009). Padornelos acomodou-se a cota elevada da vertente sul do Larouco, onde a pedra estéril aflora com menor pujança, abrindo campos de solo fino mas arável, mobilizados para extrair uma produção de centeio não remuneradora. Acompanhando o quadro de pobreza estagnada, ao longo de *Terra Fria* perpassa o conceito de produtividade do "solo", recurso natural renovável tão necessário aos processos vitais como a água. Mas é sobretudo no bom solo para bons lameiros, em detrimento do solo para cereal, que se centra o autor. Também as tarefas agrícolas específicas de cada época do ano se associam maioritariamente aos lameiros que

[140] Montalegre tem atualmente 75% do seu território na subregião agrária do Alto Tâmega – Barroso (ROSÁRIO, 2004).

suportam o gado e menos às lides do centeio.

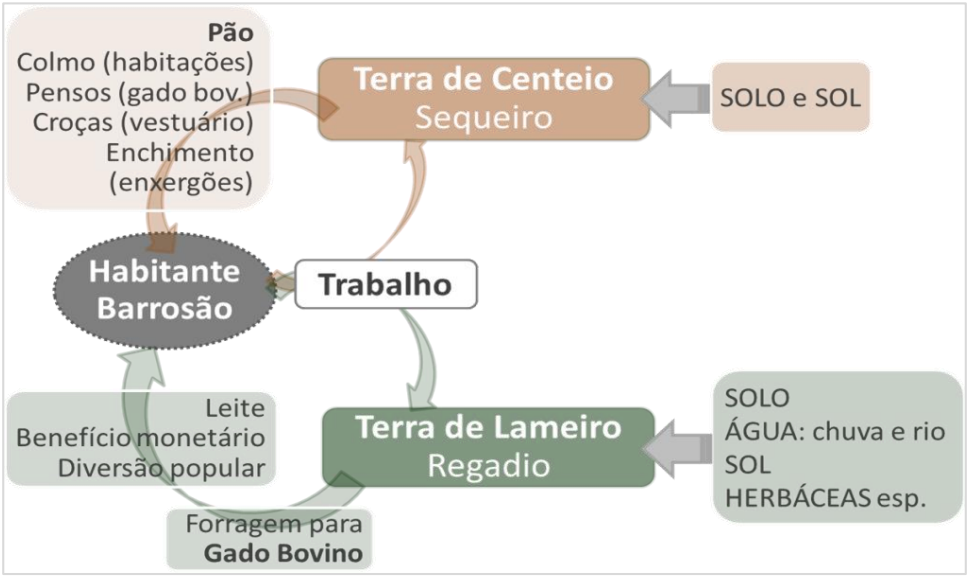
O romance aponta para que o solo lavrado pelos camponeses de Padornelos é ameaçado por dois outros fatores ambientais: as aflorações rochosas, que limitam a quantidade e a qualidade de terra para centeio; e a distância à água do Cávado ou dos córregos seus afluentes, determinante da qualidade dos lameiros e da maior ou menor sobrecarga de quem os mantem. Neste sentido, concorda-se com A. QUEIRÓS (2000:90), ao afirmar que, na ficção castriana, a condição humana é dada pela sua ligação à terra.

Apesar disso, os protagonistas Leonardo e Ermelinda têm ocupações profissionais incomuns, trabalhando ele à jorna a "decruar a terra para as batatas" (p.48) apenas em complemento do rendimento de peliqueiro. Existe, portanto, um sinal de raiz em como o autor não fará da terra o seu foco principal, em oposição a *Emigrantes*. Assim, o conceito de fator ambiental limitante (ODUM, 2007) – cuja escassez ameaça a sobrevivência de uma espécie, aqui comprometendo a subsistência e prosperidade do camponês barrosão – não remete inevitavelmente para o solo enquanto meio de sustento. Ou seja, essa restrição ambiental não ocorre no singular, antes se dilui no conjunto das fragilidades endógenas do Alto Barroso, capaz de gerar não mais do que economias minúsculas. Se o romance traz imagens da vida humana absorvida entre os labores diários do gado e do centeio, é ao conjunto omnipresente e transversal a toda a "Terra Fria" que atribui um jogo de reciprocidade ser humano – Natureza onde o primeiro sai habitualmente a perder.

O romance é fiel à baixa variedade de plantas de cultivo, mencionando apenas o centeio *Secale cereale*, a batata *Solanum tuberosum* (cada um com dez ocorrências) e a couve *Brassica oleracea* (uma vez). Esta última retrata uma organização do espaço rural, resistente até hoje, de que fala LEMA e REBELO (1996), e que AGUIAR *et al* (2009) classifica como STARN (sistemas tradicionais de aproveitamento de recursos naturais): para além dos baldios distantes e dos campos de centeio a média distância, cultivam-se "nabais" junto à aldeia, numa estrutura concêntrica a partir desta, ocupando os lameiros qualquer posição.

O modelo articulado de economia agropastoril aqui detetado, incorporando os bens e serviços prestados pelo ecossistema, está representado no Esquema 8. Nele vemos como, à custa de permanente força de trabalho, os recursos Solo, Água, Energia solar e Flora espontânea providenciavam o básico da subsistência nas vertentes de

alimentação, habitação, vestuário, e ainda um mínimo de rendimento monetário e de cultura popular através da diversão. Isto é o que as palavras do romance nos mostram:



Esquema 98 – Economia comunitária agropastoril e respetivos serviços e bens providenciados pelo ecossistema local de montanha, representada em *Terra Fria*

Por outro lado, Ferreira de Castro não se deixou persuadir pelos aspetos mais benevolentes da vivência serrana. É como se não se vislumbrasse qualquer reverso considerável da avareza da serra. Os "calendários solar, lunar e agrário" com que o povo festeja os ritmos das culturas da terra, os solstícios e os equinócios (FONTES, 1992:166) ocupam um espaço insignificante na narrativa. O mesmo para as cantigas do campo e as segadas e malhadas, festas que aproximavam as aldeias (TABORDA, 1932). Reinam os invernos de descontentamento dos habitantes, que pesam no enredo tanto quanto moldam a fisionomia da paisagem. E três hipóteses se perfilam para explicar esta omissão: o autor não as presenciou e por isso não quis reproduzi-las; estas intrusões de alegria enfraqueceriam a teoria que o romance pretende afirmar – de um povo sacrificado e tão sombrio como a região que o alberga; ou uma combinação das duas.

Aliás, ao papel paisagístico do centeio, que encheria de luz a paisagem na Primavera e no Verão, são reservadas alusões breves, de importância muito inferior à dos lameiros. No capítulo X assiste-se até a uma espécie de aproveitamento dessa ausência natural: é madrugada e Leonardo cavalga em direção à fronteira, por entre

terra semeada e já degelada, "preta, desolada", "ainda sem folhitas de centeio" (p.132) que ofereçam um interregno de cor ao pigmento dominantemente cinza da paisagem serrana. Como se a ação rondando o trágico e o cenário natural próximo do dramático suplantassem tudo o que de risonho também, e necessariamente, ali habitaria.

A exceção surge no capítulo VI, durante a caminhada de Leonardo e Ermelinda para a Ponte da Misarela. Antes que a trama dramática se complique, surge uma paisagem produtiva alto-barrosã, espécie de oásis primaveril no cinzentismo geral da narrativa (p.88):

> Lá de baixo, subiam cantatas de homens e mulheres que andavam cavando a terra e semeando o centeio. E mais para cima, na encosta suave, pastavam vacas. O Cávado brilhava na fundura e as montanhas recortavam o seu dorso no céu, enquanto fechavam, lentamente, os regaços enormes na meia sombra vespertina. Além, ia crescendo as poucas casas de Montalegre e o seu castelo airoso (…)

Seria interessante ler como entendia Ferreira de Castro a condição da mulher e seu elo à terra neste espaço rural agropastoril, pré-industrial, não familiarizado com a abundância. Desde sempre a mulher cumpre um papel cheio de especificidades na ecologia rural nos dois hemisférios [141]. Mas no romance essa questão é suplantada pelo seu lugar social, reprimido por preconceitos arreigados na pequena comunidade. O tema, aparentemente, passa ao lado do escritor, que atribui a Ermelinda uma ocupação de empregada doméstica, reservando-lhe apenas a função rural de tratamento do gado.

8.2.3.3. Caminhos e notas etnográficas

O ponto 3.2.2. deste trabalho dedicou-se ao conceito de "caminho", em especial à "curva do caminho", em Ferreira de Castro. Essa relevância é longitudinal à biografia do escritor; na sua obra, é transversal aos escritos memorialísticos, a outros não ficcionais e aos ficcionais da primeira fase. *Terra Fria* ilustra como também prevalece nos romances canónicos. Os caminhos – sejam veios nos aglomerados edificados ou veredas de pé-posto ou patas nas encostas e cerros – surgem com frequência, em aceção figurada ou real. Neste último caso, trilhos, carreiros, congostas, vielas, etc. são elementos que

[141] Esse é, aliás, um dos focos de interesse do Ecofeminismo, uma corrente da Ética ambiental, uma corrente da Ética ambiental. Maria MIES e Vandana SHIVA (1997) elaboram longamente sobre as diferenças do papel ecológico feminino entre o mundo desenvolvido e as nações em vias de desenvolvimento.

estruturam da paisagem. A frase de abertura acompanha Leonardo por uma "trilha pedregosa"; é o ruído dos socos de Leonardo e Ermelinda no caminho de pedra solta que, já junto à Misarela, "quebrava o silêncio nocturno dos vales"; por um "trilho que voltejasse longe de Padornelos e que os guardas-fiscais não gostassem de palmilhar" foge Leonardo (p.133), ele que "conhecia os caminhos melhor do que os lobos" (p.114); quando as chuvadas aliviavam, a "água deixava de murmurejar no trilho"; no capítulo XIII, é pelas ruelas da aldeia que Ermelinda, afundada na lama e na vergonha, segue com o filho ao colo, em direção à prisão municipal de Montalegre. Um "episódio inédito" para os olhares do povo enquadrado por outra paisagem (p.177):

> Cá de cima, o poviléu seguia-lhe o andamento no caminho que torcicolava entre muros de pedra solta e os campos vizinheiros do lugarejo. Ela ia-se apagando, pouco a pouco, na tarde lívida de Inverno (…) tendo apenas como brilho a neve que cobria, em extensões imensas, as encostas das montanhas. Quando, enfim, desapareceu, entre as duas ribanceiras da trilha, lá para baixo, onde cantarolava regato de todo o ano, os espectadores distantes debandaram para os seus casebres (…)

O ser humano participa da imagem dos lugares em todo o território português – e o Alto Barroso não é exceção. Quando o Pórtico fala da "Página viva da Antropologia" que é o povoado do Larouco, esperamos uma representação mais ou menos ficcionada das práticas socioculturais e das características etnográficas seculares, registadas pelo olhar experimentado do repórter e filtradas pela sensibilidade do escritor. Vemo-la nos ritmos domésticos, nos hábitos de alimentação e higiene, nos usos da água, da mantença dos animais, nos espaços de integração das populações, e nos outros padrões de viver, fazer e dizer ligados à terra que temos vindo a apresentar. Ferreira de Castro faz, com alguns anos de avanço, aquilo que revela Alves REDOL no preâmbulo de *Glória, uma aldeia do Ribatejo* (1938, ed. 2004:40): o método de "palavras e coisas", neste autor inspirado em Leite de Vasconcelos, com que preparou esse "tentame etnográfico" (p.19).

A contribuição de *Terra Fria* para a etnografia portuguesa, com rigor mas sem fins científicos, identifica-se, por exemplo, nas descrições da habitação camponesa. Se as últimas linhas de *Emigrantes* terminam com a casa do engajador presidindo ao vale, *Terra Fria* inicia com o carimbo de uma casa de emigrante na paisagem de Padornelos. O tipo tradicional de povoamento deste meio montanhoso é o aglomerado, fruto do instinto gregário, símbolo da humanização desse meio; a casa, morada de pessoas e da

"fazenda", representa a obra do primeiro, o abrigo que qualquer animal instintivamente procura, a fim de minorar a adversidade do habitat.

Sobressai no texto um trato especial, em importância dramática e em número de ocorrências, do elemento "casa" (quase 600 menções) através do vocábulo ou de outros das suas famílias gramatical – casebre, casucha, casinhoto – e semântica – colmaço, pardieiro, mansão; através de outros que remetem para os interiores e o exterior – portas, "janelicos", alpendre, soleira, lareira; e finalmente através de vocábulos relativos aos aglomerados – terreola, burgo, locanda. Aparentemente, esta prevalência temática é comum a Aquilino Ribeiro: segundo D. MOURÃO-FERREIRA (1992:45), boa parte das narrativas de longa duração aquilinianas têm no *incipit* "uma reiterada obsessão da casa".

O contacto com o lugarejo alapado na encosta, de aparência tosca fundindo-se no substrato rochoso, parte do início do romance. Num alinhamento essencialmente descritivo em que a ação se limita ao trote do cavalo, Leonardo remoe as contrariedades da vida e ruma à aldeia. De imediato se transmite "a sensação de vida cavernaria" (p.21) de uma comunidade "que herda[m] a resignação como se fora uma tara" (Pórtico).

> Padornelos, de sorte igual à de outras aldeolas barrosãs, parecia, no Inverno, uma grande pocilga. Tudo se apresentava negrusco, sujo, enlameado. Nem telha a sorrir, nem pincelada de cal, nem planta ou janela florida. (…) Ali, os casinhotos, sem quintal, prantavam-se uns junto dos outros, esburacados, velhos de séculos, só conhecendo renovação na palha que os cobria. (…) Por vezes, via-se que o construtor remoto, não querendo ir mais além no seu esforço, aproveitara corte natural no fraguedo, encostara-lhe três paredes e, assim abrigado pela rocha fria, ressumando humanidade, abrira o ciclo familiar.

No ano anterior à publicação de *Terra Fria* em folhetins, Vergílio TABORDA (1932, 2011:203) informava como, "temendo o frio e a solidão" as casas se pegavam entre si, formando aglomerados compactos e sujos, separados por grandes extensões baldias. Ferreira de Castro não se coíbe de acentuar a imundície suína e lamacenta das ruelas, no Verão substituída por cobertura de palha pisoteada. Este ponto de vista do narrador / escritor, a partir de dentro da aldeia, talvez não isento de juízo, é fundamentalmente estético: ao prolongar, até uma escala menor, o cromatismo pardacento da montanha granítica, evidencia o "poder mimético" da habitação humana na paisagem serrana.

Onze anos após a primeira edição de *Terra Fria*, O. RIBEIRO (1986:106 e 107) lavrava em *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, com o rigor do geógrafo, o "domínio arcaizante" da Terra Fria trasmontana, onde "as invasões e as transformações históricas não alteraram sensivelmente nem a composição nem a maneira de viver da gente que se abriga detrás dos seus pobres muros". Referia-se, tal como TABORDA (1932) e o *Inquérito à Habitação Rural* (BASTOS e BARROS, 1944), às mesmas casas de granito solto, sem reboco ou caiação, cobertas de lousa e mais frequentemente de colmo rematado por ripas de carvalho (a "beira ou colma", diz Leite de VASCONCELOS, 1975:178), por proteção contras as ventanias serranas. Miguel TORGA (2015, 1950:27) chamou-lhes "dólmenes".

Esta arquitetura popular rudimentar mostra a geologia ao serviço da construção do abrigo humano, a abundância do recurso rocha e a escassez de outras matérias-primas para construir, agravada pelo isolamento territorial, que barrava a sua importação. No olhar da Ecologia Humana, constitui uma evidente conduta adaptativa do habitante barrosão. Para I.G. SIMMONS (2007) – se lhe somarmos as técnicas agrícolas rudimentares com ausência de mecanização e a tração ainda por esforço humano e animal – é a imagem de uma sociedade tipicamente pré-industrial.

Outros autores fundamentais da Geografia portuguesa debruçaram-se sobre os povos e as habitações do Barroso, mostrando em publicações de caráter investigatório e técnico uma realidade que Ferreira de Castro romanceou sem deturpações. Para além dos já citados, RIBEIRO, LAUTENSACHE e DAVEAU (1989:769 e 857) explicam que a casa rural transmontana "comporta parte considerável de espaço reservado aos animais, à recolha de instrumentos ou de produtos agrícolas, de palhas, fenos e grãos", em sintonia com as descrições do colmado de Ermelinda e Leonardo. Esta, aliás, ter-se-á inspirado na "casa do capitão", ainda hoje assim denominada em Padornelos, onde Ferreira de Castro se albergou alguns dias para recolher dados para o romance [Fig. 21(b)].

Figs. 21 (a), (b) e (c) – Forno do Povo e "Casa do Capitão", em Padornelos; e Ponte da Misarela vista da margem esquerda do Rabagão, território de Montalegre. Março 2013

Numa monografia etnográfica sobre Pitões das Júnias, aldeia do mesmo concelho e de arquitetura idêntica à de Padornelos, M. GUERREIRO (1982:31 e 32) fala do obscurecimento devido à exiguidade das janelas e do ar poluído pelo fumo, características que, como a insalubridade, também sensibilizaram o escritor. Durante boa parte do ano, o fumo desprendia-se das lareiras onde ardia lenha de carvalho, giesta, salgueiro, vido, urze, e escoava-se pelas frestas do soalho e dos postigos nestas casas sem chaminé.

É nos interiores domésticos que se passa uma fração dramática de *Terra Fria*. A primeira ação decorre entre as "quatro paredes enegrecidas de fuligem e de velhice" (p.23) de Leonardo e Deolinda, um dos "janelicos" fechado por tábuas de carvalho, outro exíguo como "respiradoiro de mina". Também a iminência de um primeiro *volte face* do romance se dá quando Ermelinda, sob o encanto do ambiente doméstico higiénico dos patrões, se permite um olhar de estranhamento face ao interior enegrecido do seu lar, como já referido. Luz e atmosfera são aqui, nitidamente, dois fatores ambientais importantes, em coerência com declarações do escritor em textos memorialísticos, como vimos no Capítulo 4 [142].

Nos interiores familiares estavam a "farraparia doméstica", a salgadeira a um canto, o mobiliário rudimentar, as várias utilizações do centeio – os "croços e croças" de palha, protetores contra a chuva – as alfaias agrícolas (p.24), etc.. Um trecho da página 22 é ilustrativo de como as medidas habitacionais de salubridade, lançadas no país em 1900 por prevenção às doenças infecto-contagiosas – a que não era alheia a promiscuidade entre humanos e animais comum nos lares do norte e centro (TORRES e MARINHO, 2001c) – não haviam, três décadas depois, alcançado o Barroso: "Não se sabia onde acabava o curral e onde começava a habitação da gente. As crianças cresciam entre os porcos, nas vielas, nos pátios (…) e, muitas vezes, o choro manso de um recém-nascido era abafado pelo mugir lamentoso de vaca a quem tinham vendido a cria".

Em 1969, o *Guia de Portugal* (ed. 1995:464) acentuava este ambiente de "desconforto estreme, exprimindo uma austereza de eremitério, uma primária noção dos aconchegos da vida e um comezinho avanço sobre as cavernas ante-históricas". Mas, década e meia depois, M. GUERREIRO (1981:44) rebatia os "rasgos literários a que conduz o

[142] O *Inquérito à Habitação Rural* (BASTOS e BARROS, 1944) já expusera a deficiente tiragem de fumos da casa de Trás-os-Montes e seus efeitos na saúde visual e respiratória dos habitantes, como falara do piso térreo para abrigar a "fazenda" e do andar superior com cozinha e um sobrado, dormitório de toda a família; explicava ainda que as habitações dos mais pobres se limitavam a compartimento único e térreo.

excessivo uso urbano do supérfluo", produto de um "cronista pouco avisado". De facto ambos, DIONÍSIO como divulgador não científico, mas sobretudo Ferreira de Castro enquanto criador livre, expuseram os seus olhares exteriores sobre a realidade barrosã. O romancista terá experimentado a "confrontação cultural" para que alerta VILAGRAZA I IBARZ (1988:276): como visitante, ela resulta numa perceção e numa relação com o território visitado que são função da sua sensibilidade e da natureza exploratória do contacto, e necessariamente distintas das dos autóctones.

Insalubridade e subalimentação [143] eram faces de uma pobreza arreigada que Ferreira de Castro, movido pela ideologia que lhe conhecemos, denuncia com empenho artístico. Uma realidade que desmentia o mito rural bucólico propagandeado pelo Estado Novo, que fingia ver um país onde "certos lares são como presépios, onde a terra chega a parecer, em certas manhãs diáfanas, um arrabalde do céu, onde não há febres nem ambições doentias", lembra F. ROSAS em *O Estado Novo nos anos trinta* (1986:157).

Mas a dominância da casa visa outro objetivo. Se o primeiro capítulo de *Terra Fria* abre com um plano que sai da vastidão da montanha e rapidamente se fecha sobre o espaço doméstico de Ermelinda e Leonardo, o segundo demora-se na moradia de Santiago, o emigrante afortunado que em jovem vigiava cabradas pela serra. Como em *Emigrantes,* esta moradia ocupa um lugar altaneiro, na "coroa do povo" (p.30). Na sua fachada caiada, de modelo americano, cercada para dissuadir proximidades dos aldeãos, contrasta visual e simbolicamente com os "colmaços", impõe-se como uma figura tutelar de Padornelos. É a ilustração das iniquidades sociais e do poder dinheiro.

Subjaz ainda outro aspeto útil à eco-análise: a forma como, através da casa, o autor mostra a falta de alternativas da ligação humana à terra. Ou seja, a ostentação da fortuna de Santiago sobrepõe-se e desvaloriza o padrão económico tradicional: para construir a vivenda, "não se pensara em estábulos nem em terra que desse lucro" (p.29), nem contara ser o lugar de implantação falho de água natural, desvantagem que qualquer endinheirado resolveria puxando "uma regueira de água" (p.30). O "Americano" acaba por se render às fragilidades naturais que nem o dinheiro conseguiu vencer. Mas por outro lado, se a luz natural faltava nos casebres da aldeia, fosse dia ou

[143] Ferreira de Castro fala da gastronomia local monótona e pobre, de batatas, miúdos de galinha, pão de centeio. Uma realidade comum à maioria da população camponesa assalariada da época, enfraquecida por "défices proteicos e calóricos que rondavam 'perto de metade do mínimo indispensável'" (ROSAS, 1994:55).

noite, as "quatro portas em baixo e seis janelas em cima" evitavam o negrume no interior da sua casa.

Histórica e universalmente, uma parte das interpretações sobre a Natureza é regulada por crenças populares e mitos coletivos. O romance recupera parte desse património imaterial do Alto Barroso. O mito que maior papel assume na trama é o ritual de fertilidade que exigia o cenário da Ponte da Misarela [Fig. 21(c)]. A ponte cruza o Rabagão a dado momento do seu curso limítrofe entre Trás-os-Montes (concelho de Montalegre) e Minho (concelho de Viana do Minho), nos limites do domínio barrosão[144]. Dista de Padornelos cerca de uma hora de viagem por estrada, mas Ferreira de Castro usou a sua prerrogativa de criador e "deslocou-a" para mais próximo de Padornelos, uma ilusão geográfica transmitida pelo percurso pedestre do casal. É o capítulo VI, quando Ermelinda arranja este expediente para iludir no marido a sua gravidez desonrosa. Segundo FONTES (1992:29 e 30), a crença insere-se no cultos "das fontes", reminiscências da Lusitânia que se juntam aos "dos ventos", "do lume", "astros" sol e lua, etc.. Diz a etnografia que as grávidas recorriam à ponte para manter o feto, mas Ferreira de Castro torce a superstição a favor da narrativa, alargando as virtudes do local aos "ventres infecundos" (p.89), só se reconciliando com o espírito da tradição no capítulo XII. Na essência, a água corrente do rio em período noturno, o silêncio do encaixe do vale e a envolvência granítica conjugavam-se para propiciar a fecundidade humana.

A natureza bruta da rocha volta a cruzar-se com a superstição popular no episódio do tesouro. Fiel ao *Livro de São Cipriano* [145] Leonardo procura-o na cumeada do Leiranco, no ponto onde duas lajes de granito formam naturalmente uma cruz, debaixo de enorme bloco, "a três homens de fundo" (p.74). Como se a própria montanha, dotada de recursos insuficientes, só pela fé pudesse compensar os camponeses, guardando nas suas entranhas a miragem de uma vida melhor. É um exemplo de Natureza mistificada, que o autor utiliza em prol do enredo. Seria interessante vê-lo explorar manifestações do "politeísmo idólatra" de influência celta que orienta o habitante barrosão (FONTES, 1992),

[144] À lenda soma-se o papel histórico da ponte como barreira territorial que impediu o avanço do exército francês de Soult, aquando da sua retirada do Minho para a Galiza, a 16 de Maio de 1809, tendo como heróis oitocentos "paisanos" comandados por um sacerdote, que na margem esquerda contiveram os franceses até à chegada do exército português (COSTA, 1987 e DIONÍSIO, 1995).

[145] *Livro de São Cipriano*: dividido em três partes, na primeira apresenta a vida do santo, mais orações para o meio-dia, Trindades e meia-noite, "maneira de ler a sina", etc. Um livro de receitas mágicas usado para desencantar tesouros, livrar pessoas de males, adivinhar o futuro, etc.. (FONTES, 1992:38 e GUERREIRO, 1981).

nomeadamente a divindade romana "Laraucus", um deus do trovão, da metalurgia e da fertilidade na base da etimologia do Larouco (DIONÍSIO, 1995 e FONTES, 1992).

Se os ambientes natural e humano pouco têm de bucólico, também o povo de *Terra Fria* se afirma pouco idílico. Historicamente vergado a um modelo de sobrevivência baseado na servidão, o barrosão primava "pela arte no jogo do pau útil à sua defesa" (FONTES, 1992:17). Também o disse M. TORGA (2015, 1950:27): "Ufanos da alma que herdaram, querem-ma sempre lavada, nem que seja com sangue". Esta faceta da "atmosfera das almas" a que alude o Pórtico, e que a intriga mostra beneficiar com a posição fronteiriça, alimenta um momento de infleção na história, no Capítulo X: Ermelinda aproveita o coberto da noite, mata Santiago a golpe de sacho – aquele que usaria para "cortar a água" do lameiro – e confessa o crime ao marido. Do ponto de vista literário, a agressão passa-se totalmente atrás das cortinas, só a fala desesperada da mulher a denuncia. Mas fica registada a particularidade sociológica abordada também em obras de índole histórico-etnográfica: a dramaticidade e violência fáceis do povo transmontano e a sua propensão, na época, para encobrir foragidos à justiça [146].

Se Ermelinda não se tivesse munido de uma alfaia agrícola, não existiria qualquer ligação evidente entre o crime e a terra. Ferreira de Castro não efabula, por exemplo, conflitos de propriedade ou de uso de recursos preciosos como a água na base de atos criminosos. No entanto, um diálogo entre a galega Rosália e Leonardo, perto do final do romance, mostra que os fugitivos do Barroso tinham no prolongamento montanhoso além-fronteira um refúgio natural: "Já não era o primeiro que lá vivia meses a fio" (p.139). Esta curiosidade remete-nos para algo que o escritor virá a conhecer na Córsega, onde o *maquis* mediterrânico se faz reduto dos praticantes da "vendetta" [Ver 6.3]. Este paralelismo não escapou a Sant'Ana DIONÍSIO, pois escreve no volume V do *Guia* (1995:471) que no Barroso "ainda se mantêm certos resíduos do amor à justiça privativa (…), em certas circunstâncias, de tipo corso". É possível que Ferreira de Castro, através de um olhar crítico lançado não ao povo barrosão mas ao regime, tenha pretendido mostrar que na década de 30 a utopia rural do Estado Novo era desmentida não só pelas condições de habitabilidade, saúde e nível de vida, como também pelas estatísticas criminais.

[146] No início do século XX a justiça formal e seus agentes confinavam-se às grandes cidades; o campo regulava-se por código civil próprio, de base quotidiana e comum acordo em todo o tipo de contendas. O varapau era o "principal instrumento da agressividade dos portugueses camponeses" (TORRES e MARINHO, 2001c e d).

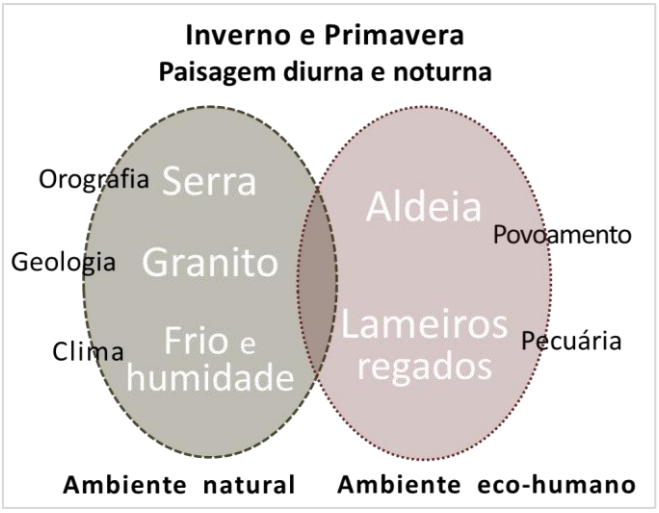


Fig. 22 – Representação esquemática dos ambientes natural e eco-humano do cenário de *Terra Fria*

A figura 22 resume a eco-análise, esquematizando o fundamental da representação dos ambientes natural e humano que, em planos mais superficiais ou profundos, cenarizam o romance. No primeiro conjunto pontuam a orografia, o clima e geologia: a serra, os granitos e o frio e a humidade são omnipresentes. A componente antrópica subjuga-se à dureza destes três fatores. Como em *Emigrantes*, o povoamento aglomerado materializa a forma construída de enraizamento humano no território, cuja subsistência se faz predominantemente pela pecuária e, menos influentemente, pela cultura do centeio. Porém, contrariamente àquele romance, a água surge apenas pelo seu valor utilitário para rega dos lameiros, sem função paisagística ou ecológica de relevo. É nas pastagens seminaturais regadas que o ser humano se revela artífice da água e do solo, assumindo este um valor primordial, que é direto, ou indireto, através do alimento que fornece ao gado. Trata-se, pelo ângulo da Ecologia humana, da adaptação aos recursos naturais disponíveis no ecossistema de montanha, a fim de suprir as necessidades básicas de abrigo e alimentação. Neste sentido, o romance é também um hino de apologia à resistência do povo barrosão.

É através do registo eco-humano que a pobreza e a falta de perspetivas sociais num Portugal profundo, atrasado e deprimido se afirma como temática principal – aliás mais cara ao movimento literário próximo do neorrealismo em que se inscreve Ferreira de Castro. A interação Ser humano – Natureza refletida no romance assume traços de mera sobrevivência baseada no trabalho e na dor humana, na insatisfação com o rendimento da terra, com o habitat urbano miserável; prevalece a submissão às adversidades do clima de montanha e da dominância rochosa. Uma relação de não-fascínio e de desencanto permanente, um jogo de força em que a Natureza leva avante, que nem por isso afasta o barrosão do ambiente que lhe sustentava a existência.

A atitude do escritor, simultaneamente contemplativa e inconformista perante esta realidade, resultou num romance que acrescenta à região. Em *Literatura, Espaço, Cartografias*, A. LOURENÇO (2001:209) defende que o romance naturalista é, por excelência, um romance de espaço: do espaço físico, mas também do espaço social do espaço psicológico das personagens. A descrição serve a *Terra Fria*. Encontra-se-lhe definitivamente a "compreensão do lugar como categoria literária" de que fala I. ALVES (2013:9), a dupla dimensão, física e imaginativa, como um autor capta "a vida humana associada a um determinado local". Outros escritores pintaram Trás-os-Montes – Miguel Torga, Guerra Junqueiro ou Camilo, Barroso da Fonte e Rebordão Navarro, mais recentemente – mas de Ferreira de Castro pode dizer-se o que esta autora diz do poeta: "As paisagens que se modificam com o decorrer do tempo e da erosão permanecem intactas e vivas nas memórias do poeta" (p.10).

Ora esta afirmação abre caminho para invocar uma das treze premissas sobre as quais assenta a Ecologia Humana contemporânea, constantes da "Charter of Human Ecology" (in PIRES, GIBERT e HENS, 2010): "Ecosystems are the product of long histories of coevolution between their constituing elements. In this context, both biological and cultural history of humans and its interactions with the environment are part of human ecology". Além disso, remete para o papel que se vislumbra na literatura castriana: a contribuição para a memória ecológica e eco-humana dos cenários geográficos que elegeu. Nos ambientes rurais de Portugal continental, a Serra da Estrela – através de *A Lã e a Neve* – é o último deles, em moldes que se interpreta no próximo capítulo.

Capítulo 9. *A LÃ E A NEVE* E A SERRA DA ESTRELA

Enquanto ia andando para diante, apoderou-se
dele o receio de que aquela terra pudesse ser
uma forma de sonho que se transformasse
numa manhã seca e poeirenta.
John STEINBECK,
A um Deus Desconhecido, 1971

9.1. DA PRÉ-HISTÓRIA À HISTÓRIA

Na Parte II referimos *A Epopeia do Trabalho* como um dos títulos da primeira fase literária de Ferreira de Castro. Esse conjunto de textos de 1926 faz a apologia da dignidade do trabalho e do trabalhador enquanto pessoa, e nele o jovem escritor exprime o anseio por uma sociedade mais equitativa e justa. No capítulo dedicado ao ofício e aos empregados das tecelagens, as "tecedeiras humildes" eram já retratadas como "flores agudizando na sombra de vetustas fábricas" (p.132).

Duas décadas depois, o romancista empreende um olhar verdadeiramente aturado, documentado e maduro sobre essa atividade fabril, agora fixado na transformação mecanizada da lã de ovelha, nas indústrias ribeirinhas a um curso de água da Serra da Estrela – a ribeira da Carpinteira.

Este sétimo romance foi escrito entre 1945 e 1947, perto dos cinquenta anos de um escritor cuja bibliografia incluía já duas obras de viagens, de um homem que trazia finalmente consigo muito do "Mundo" que desde criança aspirara trilhar e conhecer. Autor e romance cruzavam na época a etapa que classificámos como "Apogeu" no Esquema 7 (Capítulo 5), o que inclui *A Lã e a Neve* na sequência de nove títulos de grande projeção internacional, estreada com *Terra Fria* (1934) e fechada com *O Instinto Supremo* (1968).

Portugal vivia sob o Estado Novo, e embora o exército português estivesse ausente dos palcos da II Guerra, a população sofria as suas ondas de choque. Opositor convicto ao regime, que combatia não apenas mas essencialmente por meio da sua palavra escrita, Ferreira de Castro redige neste período um dos seus libelos políticos, "Mensagem", cujo teor exortativo dos valores da liberdade é lido em 1946 num encontro do Movimento de Unidade Democrática [Ver 5.5.]. É, pois, neste contexto nacional e sob este espírito vigilante e reivindicativo que ele cria e lança o romance.

A Lã e a Neve granjeou o aplauso da crítica e do público nacionais e forte irradiação internacional: foi o seu mais traduzido romance depois de *A Selva*, teve onze edições em vida do autor [147] e prepara-se atualmente a 28.ª edição portuguesa. Bernard EMERY (em Vários, 1996) fala de vinte e dois títulos em língua estrangeira, entre 1936 e 1973, incluindo em esperanto e albanês e um resumo em japonês. Segundo P. CALHEIROS (2004:112), em 1950 saíram em França três edições, sob o título *Les Brebis du Seigneur*. O escritor René LALLOU, em *Les Nouvelles Littéraires*, encontrou-lhe passagens que atingiam "a amplidão de uma epopeia" (*op. cit.*).

Numa carta de 4 de Abril de 1947 (in ALVES, 2007:108), Rocha MARTINS elogia a Ferreira de Castro a coragem de publicar, "sob o signo da ditadura", este romance "muito belo literariamente", "muito superior revolucionariamente". Escreve CALHEIROS (2004:111): "Ferreira de Castro foi de algum modo o nosso Soljenitsyne, denunciando internacionalmente a repressão e a miséria impostas ao povo português". Ora de *A Lã e a Neve* parece transparecer a neutralização, ou pelo menos o domínio por parte do escritor, do fantasma do "autossuplício", mecanismo crítico interior que lhe vigiava o processo de criação, antecipando a censura oficial, e que durante anos o angustiou. Aliás, já em 1945 se publicara, na *Vértice* n.º 17-21 coimbrense, um excerto do futuro romance, sob o título "A Pele sem Lã" (*op. cit.*).

Para que a revelação pouco abonatória sobre o regime político português da época que foi *A Lã e a Neve* escapasse à teia censória, terão concorrido dois fatores: o prestígio literário internacional de Ferreira de Castro e o clima de rescaldo de um conflito mundial vencido pelos Aliados e pelos valores da democracia, conclusão que o Estado Novo digeria com dificuldade, recuando temporariamente na sua senda opressiva (ALVES, 2002b).

P. CALHEIROS (2004:104) advoga uma semelhança de método de pesquisa com o de Zola para escrever *Germinal*, visitando as minas de Montsou para sentir as dificuldades d os mineiros – o mesmo que esteve na base do ciclo romanesco *Port Wine* [148], de Alves Redol. Um paralelismo partilhado por U. Tavares RODRIGUES, que fala ainda das "técnicas para-sociológicas" castrianas (em Vários, 1996:86). Para os seus "romances-reportagem", também Ferreira de Castro conviveu com os "humilhados e ofendidos" do povo português, "num processo de solidariedade concreta, na partilha do dia-a-dia (…)"

[147] Fonte: Centro de Estudos Ferreira de Castro: http://www.ceferreiradecastro.org/

[148] Entre 1949 e 1953, inclui três romances: *Horizonte Cerrado*, *Os homens e as Sombras* e *Vindima de Sangue.*

(CALHEIROS, 2004:104-105), que MOREIRA (1959) garante ter envolvido algumas noites dormidas com os pastores, no caso da narrativa agora analisada.

Na Covilhã, o Café Leitão mantem atualmente a placa alusiva aos dias que ele aí passou a esboçar páginas do romance. Também a Associação Recreativa de Operários local homenageou o escritor que fez ecoar a luta da sua classe em grande parte do mundo letrado, batizando a biblioteca com o seu nome. E o autor covilhanense Manuel da Silva Ramos, em *Café Montalto* (2002), história protagonizada por um jornalista filho de um industrial laneiro, enriquece o elenco de personagens com a figura do autor de *A Lã e a Neve*, que surge a recolher material para a escrita.

A objetividade das descrições cenográficas, sociais e mesmo sociológicas foi viabilizada por esse conhecimento direto da realidade. É, em todo o seu potencial, a linha do "realismo novo" da época. Para Álvaro SALEMA (1974:31), foi "Talvez o mais definido testemunho do sentido social e da capacidade de representação da realidade popular portuguesa individualizada em personagens e comportamentos" na obra castriana.

Mário DIONÍSIO (1947:305) reforça o pioneirismo de Ferreira de Castro na literatura social portuguesa, mas adverte que os seus conceitos de mundo, da vida e do romance "não são os de um neorrealista" – como discutimos em 5.4.. O autor de *A Lã e a Neve* "aproxima a ficção do povo, conquistando para a preocupação social na literatura um lugar ao sol", em termos que nada têm de folclórico ou pitoresco, antes primando por um "estilo liberto do espartilho académico, com a vida fluente que toca o jornalismo (…), sabendo, no entanto, furtá-lo ao que este tem de efémero".

O desenho bifocal do romance – nas tensões do universo rural e nas difíceis relações socio-laborais operárias – pode aproximá-lo do neorrealismo no aspeto sugerido por V. VIÇOSO num artigo da *Nova Síntese* (2009:9): autores como Alves Redol, Carlos de Oliveira e até Manuel da Fonseca e Fernando Namora acabaram por cumprir, nas fases mais avançadas das suas obras, uma "diversidade temática e espacial" que estende os seus ambientes, preferencialmente rurais, até ao mundo urbano.

De resto, ao que as páginas de *A Lã e a Neve* são verdadeiramente fiéis é o pensamento do seu autor, paladino da liberdade plena e íntegra, do trabalho digno, da rejeição da autoridade e da violência sobre homens e mulheres. Em *Anarquismo e Neo-realismo* (2002b:161 e 118), R. ALVES intitula-o "representante maior de uma corrente do

pensamento libertário – e minoritária – na literatura portuguesa", apesar de Ferreira de Castro "nunca ter sido muito explícito quanto à matriz do seu pensamento político". Já EMERY (2007) avança uma interpretação conectada com a polémica teoria do lusotropicalismo: ao perspetivar a realidade das greves nas fiações e a empatia com os explorados, num conceito que é prático e não um mito, base de uma esperança na evolução humana, o romance da Estrela exibe a solidariedade [Ver 3.2], entendida como o terceiro elemento desse lusotropicalismo.

Note-se que o teor romanesco dominante de penúria e fadiga, agitações, derrotas, frágeis vitórias em nada se depreende do título, uma formulação em timbre ruralista que deixa o leitor desavisado sobre o texto que o espera.

A Lã e Neve é a história de uma transição. Uma transição individual dolorosa, processada a reboque de um sonho pessoal, ilustrativa de uma transição coletiva gravada na história do país: o modelo económico tradicional de montanha – agropastoril, quase primitivo, ecologicamente sustentável – que parcialmente se transmuta num voraz sistema de transformação industrial, sujeito às oscilações da procura e da oferta e outras leis do mercado internacional. O romance acompanha esse fenómeno de decomposição do velho mundo rural que foi a transferência de mão-de-obra serrana dos campos para as cinturas industriais, e ainda o cru processo de proletarização do campesinato, na mira ilusória de melhores oportunidades na urbe industrializada. Dá-nos, assim, duas faces da Serra da Estrela: a pastoral e a industrial.

A tessitura da história organiza-se ao longo de três partes: a Primeira dedicada à vida de pastorícia sedeada em Manteigas; a Segunda Parte ao trabalho nas fábricas da Covilhã e ao arbítrio dos industriais sobre os operários; e a Terceira elabora, basicamente, sobre as vicissitudes a que está sujeito qualquer sonho.

Existe, no decurso do enredo, uma diluição da pessoa individual, quer no ambiente cumeeiro que acolhe os pastoreios, quer nas lutas que em coletivo adquirem mais poder e a possibilidade de vislumbrar um final bem-sucedido. Nas pastagens baldias que escasseiam a um ritmo que a vida de montanha não reconhece, na desumanidade do quotidiano fabril ou nas noites de gelo enfrentadas com fraca proteção – é sempre a velha condição humana que se agita à flor do texto.

A moldura temporal – transmitida ao leitor pelas falas lamentosas de várias

personagens – é bem demarcada entre pouco após o eclodir da II Guerra Mundial e pouco depois do seu término. Esse enquadramento, acrescido da atenção aos dramas sociais e eco-humanos da época, refletidos, por exemplo, nas várias linhas de resistência popular, contribui para que o romance preserve a marca do seu tempo. Mas, como diz R. ALVES (2002b:56), *A Lã e a Neve* excede em muito "o circunstancialismo datado", como a eco-análise que se segue também procura mostrar.

Com este romance, Ferreira de Castro regressa à Beira. O escritor sedento de mundo retornou sempre às atmosferas aconchegadas: em *A Selva* foi o microcosmo dos seringueiros, em *Emigrantes* os de Salgueiros e do cafezal paulista, em *Terra Fria* o da serra do Larouco, aqui o dos pastores das alturas, os da aldeia de operários e das fábricas de lanifícios. É de novo o Portugal "da província", dessas identidades imaginadas de base territorial que datam do Estado Novo, lembra J. FERRÃO (2002). De novo assistimos ao predomínio da dimensão espacial, fortalecida nas Primeira e Segunda partes como eixo fundamental de uma ação que decorre entre dois pólos: a Freguesia de Santa Maria, em Manteigas; e o dueto populacional Aldeia do Carvalho – Covilhã.

A Lã e a Neve segue a linha das crónicas de desventura dos romances já analisados. É protagonizado por Horácio, guardador de rebanhos dos ermos da Estrela – "herói sem prestígio", chamou-lhe J. BRASIL (1961:117) – que após ter conhecido os horizontes urbanos da costa de Lisboa, durante o serviço militar em Cascais, persegue um sonho singelo: ter uma casinha de família "airosa", fonte de "alegria", imperativamente limpa no interior e branca por fora. Este anseio, incomum num pastor beirão da primeira metade do século XX, marca presença desde o início. Gerou-se a partir de uma experiência exterior ao ambiente do protagonista, revela-se, tal como em *Emigrantes*, utópico, e tal como no romance do Caima, é o motor de todo o enredo.

Horácio é apresentado como um assalariado sem terra, tal como o eram 70% da população ativa agrícola portuguesa em 1940 (ROSAS, 1994). Na tropa livra-se do "acanhamento de homem de mato" (p.41) e aprende o suficiente para representar na ficção as estatísticas reais para aquele ano: 53,5 % de alfabetização masculina nos indivíduos acima dos 7 anos de idade, no distrito da Guarda (RAMOS, 1988), a que pertence Manteigas, sua vila natal. Horácio pertence a uma família de "cara direita" (p. 61), o que fez dele homem de caráter, leal a questões de honra, como a dívida do pai, que arca até quase ao final da história. Personifica o tipo literário universal do homem

bom que se sacrifica, embora o autor leve mais longe a sua figura, submetendo-a a uma evolução pessoal de alcance social, ausente, por exemplo, em Leonardo, de *Terra Fria*.

A aspiração de fuga ao negror dos casebres e a uma bem-aventurança continuamente atropelada – intangível até à última linha – lança-o num percurso obsessivo. O protagonista alimenta-se de uma esperança vacilante quando o grilhão da miséria mais aperta, esperança que vai persistindo quando se reaviva a crença na tecnologia e no ofício de tecelão. Uma aspiração unida, por fim, a um sonho coletivo, quando Horácio ganha consciência da classe operária a que pertence e comunga das convicções que impelem as lutas sindicais.

Idalina, sua futura mulher, entra em segundo plano e faz o contraponto da camponesa limitada aos horizontes da serra, que não valoriza a ideia de uma habitação soalheira e salubre. Jornaleira em campos alheios, não pertenceria aos 36,9% de mulheres que, no distrito da Guarda e em 1940, eram alfabetizadas (RAMOS, 1988).

Mas a personagem que mais atenção suscitou em muitos críticos e leitores emerge na Segunda Parte, polarizando a ação e o espírito da narrativa nos cenários fabris da Covilhã. Marreta é uma espécie de delegado ficcional dos ideais libertários de Ferreira de Castro, uma voz destoante do regime político do tempo que se eleva acima da massa de operários explorada pelos proprietários fabris, nela incluído Horácio. Marreta assume um papel paternal, formando mentalidades, instigando à revolta contra os abusos de autoridade, conciliador quando idiossincrasias pessoais e estados de ânimo se confrontam nas minudências do dia-a-dia. A sua figura, que vem a cair "vítima de um capitalismo impiedoso", escreveu Óscar LOPES (1998:42), personifica quer a filosofia de esperança quer o caráter altruísta de Ferreira de Castro, e contribuiu para que aquele crítico avalisasse o romance como "um dos [seus] melhores livros" castrianos.

De facto, uma parte fulcral da narrativa testemunha o progresso industrial cruamente económico, sem brilho ou brio de proveito social. Subscreve-se a visão de ÁLVARO PINA (1998), para quem *A Lã e a Neve* traz "um modo de contar Portugal", de representar a "nação" enquanto construção cultural, e não facto histórico objetivo, numa criação que se opôs à narrativa oficial do Estado Novo. Para esta imagem alternativa contribuíram as várias notas sociológicas que perpassam a história: o desemprego generalizado no país e no mundo causado pela guerra, as mortes pós-parto devidas ao

regresso prematuro das mães à dura faina dos campos, o "Lactário", obra de senhoras de "bom coração" (p.373), onde Horácio e Idalina alimentaram o filho lactente, e cuja capacidade deixava de fora a generalidade das mais de mil crianças das famílias operárias da Covilhã. Além disso, com a ironia das legiões de operários tiritando de frio nas madrugadas geladas, de caminho para as fábricas onde produziam, com as próprias mãos, agasalhos em lã que lhes eram interditos, Ferreira de Castro realça a dupla vulnerabilidade da espécie humana: às tendências exploradoras de quem detém o poder e a um ambiente natural rigoroso e limitativo.

O propósito que lhe está subjacente fará talvez de *A Lã e a Neve* um "romance de tese", no sentido em que confronta o leitor com várias questões e defende enfaticamente uma ideia. Este romance cheio de movimentos de partida e regresso, enriquecido por múltiplas variantes de contrastes – limpo / chiqueiro, sonho / realidade, poderoso / submisso, rural / urbano, individual / coletivo, macrocosmo / microcosmo – oferece cenas que merecem figurar numa antologia, a maioria delas correspondendo a picos de tensão, como os gritos do pastorito sob os trovões, no capítulo III da Primeira Parte, ou o velho morto na neve, no capítulo III da Segunda Parte. O romance será, do ponto de vista da gama temática, da harmonia da escrita e da repercussão nacional e internacional, talvez aquele em que Ferreira de Castro mais se superou a si próprio.

Embora a história seja mediada pela instância de um narrador omnisciente, captura-nos frequentemente para dentro da mente de Horácio, fazendo o leitor cúmplice dos pensamentos, receios e dilemas do protagonista. Aliás, muito do romance se deve à construção de monólogos interiores, sobretudo nas personagens com maiores aflições, que alimentam o tom geral de pesada tristeza. Este nunca é amenizado pelos veios de humor que caracterizaram a escrita castriana na fase de escrita mais precoce. Aligeira-se apenas na reprodução do coloquiar das pessoas – muito singelo, devotado a sentimentos básicos e ao correr do dia-a-dia – e também através do desfecho.

O Pórtico que inaugura *A Lã e a Neve* deixa transparecer uma base observadora mas também judicativa da realidade da Serra da Estrela. É uma autêntica lição de história e de história natural, prática e crua, num estilo límpido e poético. A sua janela temporal cobre vinte e dois séculos, desde os Hermínios, cerca do século II a. C., até ao século passado, e relata duas evoluções interligadas: a de um modo de vida e a de um modo de produção. A primeira é a transformação de pastores e tecelões artesanais em tecelões

operários industriais; a segunda a evolução do tear manual para o tear industrial; ambos representam a conversão de uma economia tradicional de montanha num modelo industrial já com sinais de globalização.

O contorno espacial do Pórtico é naturalmente a Estrela, mas alastra em alusões ao Alentejo e, no estrangeiro, à Flandres, Inglaterra, Irlanda, Índia, África do Sul, Austrália e Nova Zelândia. Optou-se, nos romances anteriores, por não tratar os paratextos castrianos – pórticos e posfácios – dadas a extensão e riqueza das narrativas. O mesmo critério se aplica *A Lã e a Neve*. Porém, este pórtico encerra tal abundância de conceitos, tal qualidade documental do ponto de vista da Ecologia Humana da Serra da Estrela, que se transcreve o seguinte trecho (pp. 9 - 12):

> Os primeiros teares criaram-se, em já difusos e incontáveis dias, para a lã que produziam os rebanhos dos Hermínios. O homem trabalhava, então, no seu tugúrio, erguido nas faldas ou a meio da serra. No Inverno, quando os zagais se retiravam das soledades alpestres, os lobos desciam também e vinham rondar, famintos, a porta fechada do homem. A solidão enchia-se dos seus uivos e a neve refletia a sua temerosa sombra. A serra, porque só a pé ou a cavalo a podiam vencer, parecia incomensurável, muito maior do que era, e de todos os seus recantos, de todos os seus picos e refegos brotavam superstições e lendas (…).
>
> (…) Os serranos que, nas solidões da Estrela, ora pastoreavam as suas ovelhas, ora teciam a lã que elas forneciam, tornaram-se cada vez mais raros. A maioria entrava nas fábricas. (…). Já não viam as ovelhas, nem ouviam o melancólico tanger dos seus chocalhos nos pendores da serra, ao crepúsculo (…).
>
> (…) No século XX, mais do que sons de flautas pastoris descendo do alto da serra para os vales, subiam dos vales para o alto da serra queixumes, protestos, rumores dos homens que, às vezes, se uniam e reivindicavam um pouco mais de pão.

9.2. ECO-ANÁLISE

À semelhança de *Emigrantes* e *Terra Fria*, e de acordo com o exposto na Metodologia Geral, perfilam-se as seguintes questões essenciais a que a presente eco-análise tenta responder:

1) Como é a Natureza, através dos seus fatores bióticos e abióticos, representada em *A Lã e a Neve*, e que conceitos da Ecologia Geral são direta ou indiretamente invocados?; 2) Que formas tradicionais da interdependência humana com essa Natureza e com o ambiente urbano, e que bens e serviços fornecidos pelo ecossistema local aos habitantes [149] são evidenciados nas suas páginas?; 3) Que função assumem esses patrimónios natural e eco-humano na definição do enredo, ou, outro modo de o dizer, como se projetam as personagens nesses espaços de vida e naqueles altamente modificados pela implantação da indústria?; 4) Mantem-se a questão sugerida por M. MACDOWELL (em GLOTFELTY, 1996:387), semelhante à considerada para *Terra Fria*: Terá o autor alterado o género do pastoralismo para incorporar a complexa relação humano – Natureza neste mundo sobrevivente à custa de uma pastorícia de subsistência, a qual evidenciava já o início do próprio declínio?

9.2.1. Contexto geográfico

Michael MACDOWELL (em GLOTFELTY, 1996:387) reflete sobre as narrativas com uma tão forte ligação à paisagem geograficamente reconhecível, que lhe conferem uma importância ao nível das personagens e do narrador. Algo semelhante se passa com *A Lã e a Neve* e a clara supremacia da dimensão espacial sobre a temporal que o caracteriza. Mais do que um relato de época, o romance é um documento de sítio, onde o escritor reflete uma geografia de pequena escala e a organização das comunidades nesse território, as quais, por sua vez, traçam modalidades de configuração desse espaço, em resultado de uma evolução da relação com a terra. Para VILAGRAZA I IBARZ (1988:277, "uma das vantagens dos romances fixados num lugar e numa época é facilitar ao leitor uma referência cultural, permitir-lhe entender as ações das personagens como produto de motivações racionais adaptadas a mentalidades específicas, a objetivos historicamente inteligíveis e a valores referenciados a um espaço e a um tempo".

O cenário do romance situa-se no território que Orlando RIBEIRO (1986), no seu Mapa das Unidades de Paisagem, classificou como "unidade 7 – Cordilheira Central" [Ver Fig. 1]. A Cordilheira Central constitui a "espinha dorsal" orográfica da Península Ibérica e

[149] Entendidos como os benefícios diretos e indiretos, materiais e não materiais, que o ser humano retira do funcionamento equilibrado dos ecossistemas (Relatório do Programa das Nações Unidas para o Ambiente *Ecosystems and human Wellbeing Synthesis,* 2006:vii).

no seu prolongamento para território português separa em grande medida o Portugal do norte do Portugal do sul. É formada por uma série de relevos orientados a NE – SO, que culminam a 1991 metros de altitude na sua principal serra – a da Estrela – e continuam a sul pela Serra da Lousã (1202 m) (J. GASPAR, 1981:12). Este alinhamento central inclui ainda as Serras da Malcata, Gardunha e Açor (AGUIAR *et al*, 2009). A serra tem duas vertentes principais: a que olha a noroeste e cai abruptamente sobre o vale médio do Mondego; e a que olha a sudeste, descendo sobre a Cova da Beira (RIBEIRO, 1995).

Para MATTOSO, DAVEAU E BELO (2010:329), a Serra da Estrela "impõe-se como um elemento físico cuja Natureza estruturante" une as beiras em seu redor, mas também distingue o território que lhe está a norte (Beira Alta) daquele que se estende a sul (Beira Baixa). O que esta serra forma, e o romance ilustra apenas em parte, é uma unidade biofísica e de ocupação humana. Ao longo do tempo manteve no essencial os estilos de vida, sendo as principais atividades económicas o pastoreio, o fabrico do queijo, a indústria têxtil, a exploração mineira, o turismo em crescendo (GASPAR, 1993). Em *O homem da Nave* (1944) Aquilino chamou-lhe "uma personalidade". E Miguel TORGA (1950, ed. 2015:51) achou que "todas as verdades locais" emanavam dela: "Há rios na Beira? Descem da Estrela. Há queijo na Beira? Faz-se na Estrela. Há roupa na Beira? Tece-se na Estrela".

O povoamento da Serra da Estrela, como assinala O. RIBEIRO num dos seus *Opúsculos Geográficos* (1995:420), é essencialmente periférico, com as cidades da Guarda e da Covilhã e a maioria das aldeias a não ultrapassarem os 800 metros de altitude. A ação de *A Lã e a Neve* decorre entre Manteigas, distrito da Guarda, e Covilhã, pertencente a Castelo Branco. De acordo com a nova Nomenclatura de Unidades Territoriais para fins estatísticos (INE, 2013), o cenário romanesco situa-se na NUT II – Centro e NUT III "Beiras e Serra da Estrela".

Manteigas, vila composta por duas freguesias na margem esquerda do Zêzere, a 775 metros de altitude, é um dos seis concelhos que total ou parcialmente integram o Parque Natural da Serra da Estrela. Covilhã situa-se pouco mais abaixo, a 700 metros e dista cerca de sete quilómetros da Aldeia do Carvalho, hoje Vila do Carvalho, identificada no romance como morada de muitos operários têxteis. O enquadramento geográfico deste cenário segundo a classificação de Amorim GIRÃO (1933) e no contexto do atual Parque Natural, assim como uma imagem de satélite a maior escala, constam da composição da figuras 23 (a), (b) e (c).

Figs. 23 (a), (b) e (c) – Localização dos cenários de *A Lã e a Neve* na Região Centro I, subregião "Alto Mondego" e sua trasição para "Cova da Beira", do Mapa das Regiões de Portugal continental de AMORIM GIRÃO (1933) e no contexto do Parque Natural da Serra da Estrela; e imagem de satélite atual da parcela de serra entre Manteigas e Covilhã, palco da travessia noturna do capítulo V da Segunda Parte.

Fontes: adapt. de GASPAR, 1993:76 (sem escala no original) e de *GoogleEarth* (2015) www.google.pt/maps/

Ferreira de Castro, como se disse, atua como um documentalista das regiões sobre as quais escreveu. *A Lã e a Neve* cumpre essa regra, não deixando margem a conceções subjetivas desta geografia. A ruralidade nele ficcionada inclui as relações campo – cidade, e, tal como em *Emigrantes* e *Terra Fria*, detetam-se quatro capítulos iniciais onde a informação ambiental e eco-humana se concentra especialmente, abrindo a partir daí mais espaço para o enredo respirar e crescer.

9.2.2. O Ambiente Biofísico

A construção do enredo do romance em torno de dois pólos, apartados na pequena escala geográfica da Serra da Estrela e de ambientes distintos quantos aos modos de vida, complexifica a eco-análise. Esses pólos são, como referido em 9.1., a pequena vila de Manteigas e sua envolvência serrana moderadamente intervencionada pelo ser humano, e o conjunto Aldeia do Carvalho – cidade da Covilhã, esta fortemente artificializada pela implantação industrial. Um e outro são indissociáveis dos recursos naturais locais, embora em graus, em moldes e através de mecanismos diferentes.

Entre o romance de cenário iminentemente rural e atrasado de *Terra Fria* e este quadro bipolarizado de *A Lã e a Neve* passaram treze anos, e de permeio o autor publicou uma única ficção – *A Tempestade* (1940), história de uma tormenta psicológica sobre fundo exclusivamente urbano e cosmopolita. O romance da Estrela agrega, e simultaneamente distingue, esses dois mundos – o rural, no sentido do termo definido no Capítulo 7 – e o urbano-industrial. Para a Ecologia Humana, é uma composição mais rica e mais desafiante; para o autor, foi a fórmula encontrada para realizar literariamente a sua necessidade de aproximação à Natureza, por um lado, e os seus objetivos de denúncia político-social de cariz humanista e libertário, por outro.

9.2.2.1. A Rocha e o Clima

Uma parte significativa de *A Lã e a Neve* é uma incursão sobre a orografia, a geologia e o clima serranos da Estrela. O cenário natural corresponde, genericamente, a um ecossistema de montanha, onde as massas de relevo, a Natureza dos solos e as particularidades do clima, "grupos de fatores [naturais] que determinam a natureza das comunidades e dos ecossistemas terrestres" (ODUM, 2007:582), impõem restrições à economia: comparativamente à terra chã, a montanha é menos povoada e menos produtiva (RIBEIRO, 1991).

Os fatores ambientais de primeira ordem trazidos à narrativa, dominando a paisagem e condicionando a atividade humana, são, portanto, o relevo, a rocha e o clima [Ver figura 28, no final deste capítulo]. A importância do primeiro, não sendo menor do que no romance anterior, é contudo menos explícita: a omnipresença da Serra da Estrela e do vale do Zêzere parece tornar desnecessário referi-los a todo o momento. Já o

ambiente rupestre impõe-se, como no romance do Larouco, embora menos silenciosamente, mai contundente e áspero, seja através dos vultos rochosos nas noites, nos pequenos calhaus usados para assinalar locais e estremas, ou nas grandes fragas contra as quais velhos pastores "arrumaram" três paredes de pedra solta, assim construindo "abrigadoiros" (p.70).

Ferreira de Castro não dedica muitas palavras a estes os abrigos – "pouco maiores que a casota de um cão", servidas por um "portelho" estreito e baixo – com semelhanças aos que lhe haviam chamado a atenção anos antes, nas abruptas encostas da Córsega. Mais facilmente se detém nos "feros senhores" da serra, os rochedos frequentemente retratados num tom ameaçador, mesmo quando banhados pela luz, que "ao clarear as chapadas e pendores, enche de temíveis sombras os silentes penedais, os rochedos majestosos, todos esses gigantescos vultos de granito (…) (p.60). Elementos estruturais do património paisagístico serrano que o Plano de Ordenamento do Parque Natural (2008) viria a considerar de "elevado grau de naturalidade".

A mais expressiva imagem do macro-relevo da serra e suas variantes abre o capítulo III (p.59), cuja ação decorre nos planaltos dominados pela Torre e pelos Cântaros:

> Belo monstro de xisto e de granito, com terra a encher-lhe os ocos do esqueleto, ondula sempre: contorce-se aqui, alteia-se acolá, abaixa-se mais adiante, para se altear de novo, num bote de serpente que quisesse morder o Sol. Ao distender-se, forma altivos promontórios, dos quais se pode interrogar o infinito, e logo se ramifica que nem centopeia de pesadelo, criando, entre as suas pernas, trágicos despenhadeiros e tortuosas ravinas, onde nascem rios e as águas rumorejam eternamente.

A Serra da Estrela deriva do movimento tectónico que a elevou acima dos planaltos adjacentes, criando profundos entalhes dos rios. A paisagem é marcada pelos testemunhos geomorfológicos dos períodos glaciares, sendo o Planalto Central o único exemplo em Portugal de origem e características glaciárias (*op. cit.*). Ao retirarem-se, as massas glaciares legaram outras formações de relevo, como o vale em U do Zêzere e os circos glaciares ou covões. Ferreira de Castro retrata a peculiaridade do encaixe do rio imaginando-o "rasgado pelo casco de um navio, que ali imprimira a sua forma de U, acrescentada, na base, pela incisão da quilha, onde deslizava o rio" (p.66).

O clima e a geologia surgem hipertrofiados no decorrer da narrativa, dando razão a A. FRANCO, 1988:62), que encontra no legado romanesco castriano uma "necessidade de confrontar o homem com a paisagem, confronto que implica uma atribuição precisa de sentido à Natureza". Mas mais do que ingredientes cenográficos, as rochas e as várias expressões climáticas ajudam a construir a intriga a partir de dentro, tomando, por vezes e como veremos, a grandeza de personagem. Além disso, o autor encarrega-se de replicar a indissociabilidade que os une na Natureza, entrelaçando-os em tal magnitude que dificilmente permite análises independentes.

Dos romances até aqui analisados, este é o único cujo *incipit* decorre num ambiente de alguma urbanidade – uma rua altaneira de Manteigas. À época, a povoação era já dividida em duas freguesias rivais, totalizando Santa Maria perto de dois mil habitantes – uma pequena mancha humana encastoada numa vertente fronteira ao encaixe do Zêzere. A Natureza geológica e climática envolvente intromete-se no velho tecido urbano, fazendo parte dele. Vemo-lo no diálogo de reencontro entre Horácio e Idalina, sentados "num dorso de rocha que emergia da serra", um afloramento de granito que testemunha como o pastor recém-chegado de Cascais enfrenta o desagrado de Idalina ao revelar-lhe o seu sonho. O momento funde-se no ambiente da vila e ambos no conjunto da serra, embrulhados numa luminosidade de fecho de dia (p.23):

> O lusco-fusco apardaçara toda a terra, desde o vale às cristas das Penhas Douradas. Dir-se-ia que uma poalha escura e flutuante envolvia tudo, as casas dos homens e os fojos dos lobos, nos declives abruptos, e se apossava do próprio céu.

Do ponto de vista climático, a montanha oscila entre a amenidade e um "inferno" gelado, com a prevalência deste. Durante séculos a Serra da Estrela fornecia de gelo toda a cidade de Lisboa, sempre que se esgotava o que produziam os monges de Montejunto (GASPAR, 1993). O mapa do ambiente térmico invernal de S. Daveau (1985), já usado para *Terra Fria* [Anexo IV], envolve o período 1931-1960) mostra como a região escolhida para cenário do romance pertence à última das cinco classes, "Muito Frio", segundo os indicadores "temperatura mínima média do mês mais frio, Janeiro", e "número de dias com temperatura mínima inferior a 0 ºC", que indica a estação fria mais longa; esta associa-se a elevada precipitação anual, devida à presença de massas de ar oceânicas, que nas maiores altitudes cede lugar ao frio e ao vento (MATTOSO, DAVEAU E BELO, 2010).

Ora neste "excelente romance" que Orlando Ribeiro propõe aos seus leitores no clássico da Geografia portuguesa *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Ferreira de Castro não se limita a denunciar certa servidão humana. Uma outra dimensão, vasta e ubíqua, entra no texto para acentuar a carga da desigualdade social do meio serrano: a força da Natureza, que em vários momentos de tensão parece conspirar contra o ser humano. O primeiro desses momentos ocorre durante a trovoada de Primavera que surpreende dois pastores e seu rebanho, no Covão da Ametade, franqueado por "dois altíssimos fragões", como "uma porta natural para o circo onde nascia o Zêzere" (p.67):

> Da banda da Nave de Santo António surgira uma baforada de nevoaça. Logo outra e outra e, em seguida, compacto nevoeiro, que descia para o vale. Pouco depois, baixavam no céu uns rumores surdos, prolongados, como se o Deus das alturas estivesse a arrastar os seus móveis. Pumba, deixara tombar um!

Há em *A Lã e a Neve* muitas manhãs submersas em brumas e nevoeiros. Nesta cena, o "branco espesso e frio" era "uma branca e álgida eternidade", cuja translucidez revelava a circulação lenta das ovelhas, envolvidas na lã que parecia também ela uma "névoa" (p.68). MATTOSO, DAVEAU E BELO (2010: 340) justificam este fenómeno meteorológico local pela disposição enviesada da serra, permitindo a peneração para sul do vento frio de nordestee o aparecimento de "grandes 'lagos' de nevoeiro matinal nas depressões situadas do lado interior dos relevos ocidentais". Ferreira de Castro tê-los-á presenciado e devolveu-os ao leitor por meio de metáforas e outras figuras estilísticas. Ao demorar-se num quadro visual esfumado pela realidade climática, o autor aproveita para criar uma paisagem "submarina" (p.68), que é também uma paisagem sonora de contornos bucólicos: "o som das campainhas era, agora, mais nítido, e, de quando em quando, ouvia-se um balido de ovelha, perdido na cerração".

É pois neste enquadramento de um rebanho, dois homens e um vale que o romance inaugura o entrançamento das manifestações do clima com a envolvência geológica, em estilo repleto de adjetivos, comparações, personificações, metáforas (p.71):

> A bruma subia cada vez mais, deixando a descoberto os contrafortes ásperos, medonhos, do berço do Zêzere. Uma rotunda imensa, grave, misteriosa, de contornos imprevisíveis, começava a aparecer, como se as névoas do princípio do Mundo a abandonassem pela primeira vez. Iam-se desvendando enormes moles de

> granito, ao fundo, à direita, à esquerda, pedra de todos os milénios (…). Essa muralha ciclópica e irregular, cheia de arestas, de vincos, crescia rapidamente, atrás do nevoeiro que se retirava. (…) – e um relâmpago recortava num fundo ígneo, lá nas alturas, as formas orgulhosas, absurdas, fantásticas, dos três Cântaros.

Assinale-se a expressão "princípio do mundo", já conhecida de *A Selva*, que em Ferreira de Castro parece representar o que há de primordial e mais inexplicável, e que aqui pode sugerir outra dimensão: a da escala temporal geológica, sendo as manifestações da geologia local testemunhas do início de formação da Terra, do "mundo". Por outro lado, a expressão prepara quem conhece o autor para as páginas seguintes, onde se fala de "catástrofes cósmicas" e alusões ao universo da mitologia. Ferreira de Castro transmite um respeito mais temeroso pela geologia da Estrela do que o devotado à do Barroso, igualmente granítica. No Larouco imperava a solidão e o silêncio; a Estrela reveste-se de outra dureza (pp.72 e 73):

> O anfiteatro colossal em que eles se encontravam exibia-se, agora, em toda a sua imponência. Era de uma grandiosidade severa, essa rotunda propícia para um templo de mitos alpestres. Estava metida entre assombrosas florações de granito e terminava no cântaro Magro (…);
>
> (…) Logo se deu, por cima deles, uma explosão de catástrofe cósmica, que fez estremecer a terra transida e pôs tudo a vibrar, deixando errante na atmosfera um grito humano, lancinante, que vencia o ecoar longínquo do ribombo. Horácio fechou os braços em volta da cabeça, receando que as pedras da cabana se desmoronassem sobre o seu corpo. (…) De novo, outros relâmpagos laceraram a escuridão (…). Receando pelos seus olhos, Horácio descerrou as pálpebras. Via.

Note-se, no entanto, a permissão de o humano se superiorizar às arremetidas do clima, dada pela subida aos píncaros na obrigação do pastoreio (p.96):

> Às vezes, ainda surdia uma tempestade, (…) mas isso era coisa que se passava abaixo das cristas da serra, conflito de elementos que os pastores viam, de cima, a deitar grandes sombras sobre os vales, enquanto o céu continuava azul e o Sol a brilhar.

Referiu-se em 9.1. a prevalência do elemento espaço. Esta manifesta-se não apenas nas atividades de subsistência que dele organicamente dependem, objeto de análise em 9.2.3., mas também através de deslocações físicas de relevância visual e

narrativa. Encontramos a expressão máxima desta interpretação na Segunda Parte, durante a tormentosa travessia noturna entre Manteigas e a Covilhã, cerca de vinte quilómetros através do dorso da serra. Horácio e Serafim partem do "Fundo da vila", resvés ao Zêzere, pouco antes de as oito horas dessa noite de Janeiro "reboar[e]m, com vagar, pelo vale imerso na obscuridade" (p.222). Com a sua subida a uma "floresta de pinheiros" onde "rumoreja" o vento gelado, inicia-se um cortejo de fragmentos paisagísticos de linhas indefinidas (p.223): "(…) os pinheiros dançavam, inclinavam-se, engrossavam ou adelgaçavam, sombras que o eram um momento num bailado estranho sobre a neve que cobria o chão". Vimos este efeito no vale e nos rebanhos cobertos por nevoeiros "submarinos" – um efeito oposto à precisão das linhas em contraluz sobre os crepúsculos, abundantes em *Terra Fria* e noutras cenas que avivam os cumes da Estrela.

Esta travessia de cinco horas pela serra mergulhada no Inverno é a ilustração mais pungente de como, em *A Lã e a Neve*, o clima interage com as personagens, ditando-lhes diálogos e estados de alma, condicionando-lhes os movimentos, pesando na sua condição por natureza já desvantajosa. Para construir a dramaticidade progressiva da cena, o autor convoca a topografia difícil e as variações do coberto vegetal do solo, fazendo agravar a inclemência do clima com a ascensão a cotas mais elevadas. Aquilo que em 9.2.2.3. se apresentou como o andar subalpino é para o autor, simplesmente, "terra desimpedida de árvores" (p.223):

> O vento, entretanto, crescera. E pusera-se a entoar um lamento cada vez mais forte e prolongado. Depois, largara-se a uivar (…) enchendo a noite e a montanha (…). Horácio e Serafim marchavam contra ele, de cabeça baixa e boca cerrada. Os flocos de neve, já sem ramagens de pinheiros que os detivessem, batiam-lhes no rosto, acumulavam-se sobre os chapéus (…). Dentro das suas quatro faces de vidro, a chamazita da lanterna vacilava, ora se distendia, ora baixava até quase se apagar (…).

O mais próximo equivalente do poder intimidante, mesmo opressivo, da floresta amazónica sobre o ser humano talvez sejam, em toda a obra de ficção castriana, estas quinze páginas onde a serra e a neve – um fator orográfico e outro climático – se constituem como dupla personagem que leva ao limite da resistência e da coragem os dois caminhantes. Assistimos ao desespero de Serafim, pouco amortizado pela autoconfiança de Horácio, que encontra forças visualizando imagens esfumadas da fábrica onde tem de comparecer na manhã seguinte e da "cara sombria do encarregado

Mateus", em caso de falta (p.234). É talvez nestes seus pensamentos que a travessia mais se perfila como metáfora da violência em que o pastor incorre na transposição do meio pastoril para a cidade fabril, apesar de em ambas o seu livre-arbítrio assumir um papel decisivo. Para o narrador, começa por ser apenas "como se o vento quisesse vedar-lhes aqueles seus desolados domínios", lançando-lhes ao caminho "desvairada força", "regougos sinistros" agravados pela "neve em turbilhão" (p.228).

Num relato onde o perigo é real – "Ainda há poucos anos um de Gouveia morreu para os lados das Penhas Douradas (…), queixa-se Serafim (p.227) – vemos a determinação de avançar e a convicção do rumo a seguir comuns a outras personagens castrianas e ao próprio escritor – "não conheciam a serra como eu a conheço", avisa Horácio.

À medida que a topografia estabiliza e perde importância dramática, cede lugar às revelações geológicas, únicos ornamentos naturais vislumbráveis naquela panorâmica serrana noturna. Neste ponto, faz sentido a opinião de I. SEARA (1998:127), que identifica no romance um jogo de "visibilidade filtrada", através do qual a paisagem "tende a dissolver-se", "um sentido do vago" criado no propósito de evocar a Natureza através de uma "mancha pictórica de linhas imprecisas, apanágio da pintura impressionista (p.105) – o contraponto visual à opção dos contraluzes, já referido.

A serra apresentada na Primeira Parte transfigura-se neste caminho, perdendo, na ausência do sol, a placidez e o silêncio de pastos e searas de pão, revestindo-se de uma Natureza que, além de severa, é ruidosa. Estão ausentes o silêncio "alpestre" apenas atravessado pelo som da flauta e o "silêncio húmido de fim de mina" (p.67) que ficaram no capítulo III (p.92), ou ainda "o silêncio das alturas" quebrado "pela melancolia humana de alguma canção de pegureiro" (p.368). A este estímulo à audição Ferreira de Castro acrescenta texturas e consistências: "As mãos, falecido o seu vigor, deslizavam ao longo das varas, encortiçadas, inertes"; "a neve deformara tudo, covas e relevos, pedras e urzes, igualando, em longos trechos, o que, noutros dias e noutras noites, era diferente" (p.230) ou "A serra continuava povoada de rochedos, que pareciam acampados sob vastos lençóis de formas cónicas" (p.233).

Nesta epopeia de uma só noite, apenas um silêncio marca presença: a mudez dos dois homens quando a lanterna de petróleo se apaga pela segunda vez e nem ânimo sobra para lançar pragas à sorte lhes. O elemento luz, tão caro ao autor e à sua escrita de

ficção e não ficção, assume aqui um papel que, não obstante o seu potencial simbólico, pode ser vital no enredo: ditando ou negando a sobrevivência imediata dos dois homens. É o pretexto para se reverter a Natureza que vem contracenando com eles, transformando-a finalmente num aliado: "Sem uma fraga que abrigue a lanterna, não se consegue nada…" (p.229); e, "mesmo assim com nuvens, a Lua dessa noite seria, agora, a salvação". A Fraga do Neto, que Horácio procura com ansiedade por entre a paisagem rochosa alisada pelo nevão, é o marco natural do meio caminho.

O sofrimento físico e o desalento psicológico nesta situação-limite são diferentes nos dois aldeãos. Para o mostrar, o autor socorre-se de fatores ambientais, quer literalmente quer incorporados em duas metáforas: Serafim leva "passo de urso cansado de dançar" (p.233), visualiza o próprio corpo morto e submergido pela neve, fica para trás, cai; em Horácio "O corpo parecia existir (…) somente lá muito dentro, como o cerne de uma árvore".

Não se vislumbra qualquer romantismo nesta Natureza – Ecosfera, apenas um encontro com a Natureza-Cosmo – através dos elementos enviados pelos céus, através das solidões. Ferreira de Castro, vimos no Capítulo 4, lidava com cada uma de forma diferente: temendo a primeira, amando a segunda. É a vida literariamente recriada desde a sua dimensão mais básica à mais transcendente, usando o espaço aberto da montanha. Mas esta travessia representa também a descontinuidade de cenários e modos de sobrevivência que ocorre no romance, transmitindo uma imaterialidade que contrasta com a lógica de mercado capitalista abordada nos capítulos seguintes.

Não é unicamente através dos rigores invernal e altitudinal que o clima impende, como uma punição, sobre as personagens de *A Lã e a Neve*. No capítulo VI da Segunda Parte, o que parecia ser uma bela Primavera transforma-se num pesadelo de "calor prematuro, que aos pobres aquecia, secava pastos, atrofiava searas" e emagrecia o gado (p.247):

> Se a estiagem continuasse, o ano seria terrível. A fome bateria, ainda mais desalmadamente, à porta dos pobres, já que o pouco que a terra produzisse só os ricos o poderiam comprar. As gentes passaram, então, a ver o Sol como um inimigo (…).

Embora menos frequentemente, as condições atmosféricas são chamadas a alegrar o ambiente, sobretudo à boleia de um fim de guerra que se antevê. Os operários saíam para as fábricas debaixo de um "sol límpido" que "parecia encher a serra e o

Mundo todo de paz, "doce, luminosa, perfumada, cromática" (p.368),

> uma paz que dir-se-ia segregada pelas próprias ervas, plantas e arbustos, pelas próprias fragas hirsutas, e só por esforço do cérebro se concebia que não fosse universal o domínio que ela exercia ali, nos penedores da montanha agora reverdecidos.

Note-se o apelo a vários sentidos, num trecho onde se capta a relação mística de Ferreira de Castro com a Natureza, de que falou U. TAVARES RODRIGUES. Também a luz e o calor solares são aqui aliados sazonais, ao banharem o jardim da Praça da República, que era, a certas horas do dia, "um jardim de inválidos", alentando estes antigos trabalhadores, "encafuados nas suas tocas durante os Invernos nevosos" (p.315). É neste jogo de ora inimiga ora simpática que Ferreira de Castro aperfeiçoa uma efabulação da Natureza da serra, personificando-a, outorgando-lhe assim um poder variado, conferindo-lhe um lugar que vai muito para além do estético, do espacial, do funcional.

À eleição do clima como elemento nuclear na narrativa está subjacente um conceito extremamente importante à luz da atual Ecologia Humana e da ciência da sustentabilidade: o de vulnerabilidade humana a um fator ambiental adverso. Este conceito estabelece uma ponte entre o domínio ambiental e as preocupações de natureza social que têm ganho expressão e atualidade também no contexto das alterações climáticas, nas últimas décadas [150] (DUARTE SANTOS, 2007 e CARVALHO, 2009). A pobreza de um grupo social ou comunidade – conceito simplificadamente entendido como deficiência de recursos a diversos níveis – é geralmente associada a uma elevada vulnerabilidade a ameaças externas.

Ferreira de Castro, com os cuidados sociais e as aspirações de igualdade que o distinguiam, não ignorou esta questão. Uma analepse do capítulo VI da Segunda Parte, a partir de uma tarde "merencória" de Fevereiro, revive o Inverno a findar e exibe as diferentes vulnerabilidades aos extremos climáticos serranos dentro daquela sociedade: "Por toda a parte, os pobres pareciam respirar alívio, pois os meses anteriores haviam

[150] O termo "Vulnerabilidade" emana da linguagem comum, é complexo, e não está completamente afinado entre as diversas áreas científicas que hoje o empregam. "A Vulnerabilidade Humana é um conceito dinâmico e multifatorial que pressupõe o facto, nem sempre evidente, de que nem todos os seres, grupos e sociedades humanos são igualmente afetados no seu equilíbrio por um mesmo leque de perturbações externas". Para a ONU, "representa a interface entre a exposição às ameaças físicas ao bem-estar humano e a capacidade de pessoas e comunidades para enfrentarem essas ameaças". (CARVALHO, 2009: 60 e 61).

sido tão rudes, tão frígidos, que até a neve caíra nas regiões do sul, onde, há muitos anos, não se via a sua pinta" (p.243).

A apropriação literária deste fator ambiental castigador, com o intuito de sublinhar as desigualdades na sociedade operária e a gritante injustiça que grassava naquele meio, tem um expoente no episódio na casa operária onde Horácio se aloja, na Aldeia do Carvalho: numa noite gelada, uma mãe tenta usar trapos e o único cobertor da família para aconchegar vários filhos, enquanto ela e o marido se encolhem sob um corte de fazenda por ela "esbicado" durante o dia. A cena mostra ainda como na Covilhã continuavam a operar tecedeiras cujo trabalho manual, a saldo dos industriais, fazia perdurar as técnicas artesanais.

Aliás, o paradoxo do frio gélido a que eram sujeitos aqueles que produziam agasalhos para exportação e para consumo dos portugueses urbanos e endinheirados é uma das particularidades mais marcantes e perversas de *A Lã e a Neve*. Vemo-la, por exemplo, quando Horácio pretende comprar um tecido para o fato do seu casamento: "Se os operários dali vestiam de lã as gentes de muitas terras, enquanto muitos deles andavam esfarrapados e traziam as famílias cobertas de trapos", era por não auferirem salários bastantes para comprar as fazendas sequer a preço de custo ou a prestações (p.245).

Porém a cena mais poderosa, a que levanta essa questão verbalizada por uma personagem e faz dessa desproteção dos pobres um caso de vida ou de morte, alonga-se por nove páginas do capítulo III da Segunda Parte. Numa época em que "nunca os lanifícios haviam produzido tão grandes fortunas" (p.161), um grupo de operários de retorno do trabalho encontra à beira da estrada um velho pobre de pedir, antigo cardador das tecelagens de lã: "O corpo caíra sobre o lado direito e a neve fora crescendo em seu redor e criando uma concavidade para ele" (p.167).

Assinalem-se duas ligações à juventude do autor e à obra da primeira fase: *Sendas de Lirismo* incluira um conto em que um homem se deixa cobrir pela neve até à morte, e em *A Epopeia do Trabalho* (1926:132), o jovem autor bradava: "Quem de vós, ao sair da fábrica, nesses luscos-fuscos de Dezembro em que a terra é lúgubre a as árvores são fantasmas congelados, não teve, por falta de capote, de suspender a gola do casaco, quando lá dentro ficam, dobradas, léguas e léguas de tecidos?". Por algum motivo esse cuidado prevaleceu durante décadas e vem ressoar neste episódio, no

seguimento do qual Horácio toma consciência desse cruel absurdo.

Ainda na mesma cena, e sempre debaixo de neve, os homens ponderam como resgatar o morto àquele sepulcro e apercebem-se de que os seus sobretudos, de tão gastos, não aguentam o seu peso. É um episódio do mais puro altruísmo, de princípios de solidariedade honrados na prática, uma epítome da mentalidade de cooperação subjacente ao ativismo dos operários – e onde de novo a Natureza se cruza com a morte. Álvaro de PINA tinha razão (1998:253): "Ferreira de Castro não é um romancista tranquilizante".

Existe sempre em *A Lã e a Neve* um qualquer aspeto climático a fustigar o povo, a oprimir as famílias, a desencaminhar-lhe o desejável curso da vida e das economias. E assim a insalubridade das casas e a vulnerabilidade dos mais pobres assumiam outra variante: no Verão, os habitantes do "labirinto proletário dormiam ao ar da madrugada, trazendo as enxergas para a rua", "fugindo ao calor que os sufocava nas baiucas onde habitavam e aos parasitas que lhes chupavam o sangue" (p.326). A alusão aos percevejos que medravam no tempo quente, alojados nas madeiras, mostra como estes eram para os habitantes "um simples incidente na noite, que o Inverno eliminaria" (p.379), enquanto que em Horácio acirravam mais ainda o anseio por uma casa digna, pequena, mas "muito branca por fora e muito limpa por dentro" (p.378).

Quando o romance se aproxima do fim, um trecho condensa esta harmonia difícil entre os habitantes e o clima da serra, e os abismos sociais que através dela se acentuavam (pp. 380 e 381):

> A neve continuou. (…) tudo branco, tudo branco menos as portas dos casebres, que pareciam entradas para negras covas. Os fios telegráficos e telefónicos tinham engrossado com o gelo, grossos como cajados de pastor, grossos como sogas (…). Era a tremer de frio (…) que Horácio e Idalina se levantavam logo que cada dia apontava e se vestiam abalavam e estrada abaixo, cheia de vultos negros contrastando com a brancura que pisavam e dirigindo-se, como eles, para as fábricas. Nos planaltos da serra a neve subira já muitos palmos e, então, como todos os anos, começaram a passar pela Covilhã rapazes e raparigas, filhos de gente endinheirada, que vinham de Lisboa fazer esqui. Traziam, por mor do tempo, muitos abafos, grossas blusas, luvas e gorros de lã (…).

É uma síntese do cromatismo pobre que percorre o romance, heterogéneo no sentido: a brancura sinónimo de limpeza e alegria; e a brancura opressiva de nevões e nevoeiros. Contudo, na ótica da Ecologia Humana, reafirma um contraste importante que Ferreira de Castro já anteriormente apontara: as condições que castigam uns servem de entretenimento a outros. "Nas Penhas da Saúde e na Nave de Santo António, os amadores de ski tinham dado o seu lugar aos pastores" (p.368) e os seus risos iam quebrar "o silêncio gelado da montanha". Eram os turistas vindos de Lisboa, em automóveis, presenças bem agasalhadas "que contribuíam para o prestígio turístico da Covilhã", alegrando os industriais, o presidente da Câmara e "outras figuras gradas da cidade".

A análise textual quantitativa de vocábulos e suas famílias gramatical e semântica mencionados no texto, orientada para as manifestações do fator "Clima", encontrou 286 ocorrências, das quais 26 para "vento" e sua família gramatical; 83 para "frio" e fenómenos com ele diretamente relacionados – neve, gelo, geadas; 85 para "neve"; 10 para "névoa" e "nevoeiro"; e 40 para o conjunto "humidade" e "chuva"; 53 para "sol".

A cantabilização das frequências para a Orografia – montanha, serra, planalto, planície, vale, encosta, etc. seus sinónimos ou vocábulos das famílias vocabular – resultou em 199. Relativamente às formações geológicas e recursos do subsolo (rocha, lajedo, penha, crista…), o valor ficou muito aquém do encontrado para Terra Fria: 88 ocorrências. Os resultados para as três componentes não vivas do ambiente – Orografia, Geologia e Clima – mostram que a maioria dos vocábulos são usados no seu sentido literal. Esta análise de conteúdo pretendeu apenas reforçar a conclusão do predomínio destes descritores no romance.

9.2.2.2. O Rio e a Fauna

À imutabilidade da rocha ígnea junta-se, na paisagem da Estrela e no romance, a flexibilidade das linhas de água, com destaque para o Zêzere, ribeiras e riachos que o alimentam. Os elevados níveis de precipitação encorpam-lhe o caudal; o rio é indispensável ao regadio das culturas de vale, rumoreja na sua descida para nordeste, serve de fundo sonoro a muitas das cenas, "correndo e cantando entre os penedais do seu leito" (p.21), fazendo-se ouvir em "surdos regougos" (p.199) mais fortes quando "a invernia o engrossava" (p.198).

A serra da Estrela abrange duas bacias hidrográficas, a do Mondego e a do Tejo – esta através do Zêzere, seu maior afluente. Mondego e Zêzere e ainda o Alva fazem parte da hidrologia local, não só porque atravessam o maciço, mas porque este acomoda as suas nascentes. "Três rios que lhe sulcam a alma de frescura, lirismo e persistência", escreveu Miguel TORGA (1950, ed. 2015:54).

Aludimos no capítulo anterior à relevância dos serviços prestados à sociedade pelos ecossistemas de montanha: além da regulação hídrica, do suporte ecológico de comunidades bióticas e serviços culturais, pouco ou nada remunerados pelo mercado do atual paradigma económico, há a considerar o papel fundamental na quantidade, qualidade e regularidade da água que chega e é consumida na costa (AGUIAR *et al*, 2009), neste caso, a que aflui ao litoral de Coimbra e a Lisboa.

Estes aspetos são, porém, pouco evidenciados no romance, que se devota ao papel paisagístico e económico do rio: Ferreira de Castro fala do "compridíssimo corredor por onde, remotamente, deslizaram tremendos glaciares, e onde, agora, corria o Zêzere recém-nascido" (p.81), numa descrição que pouca transformação sofreu até aos dias de hoje, como ilustra a figura 24. O rio nasce no Cântaro Magro, acima do Covão da Ametade, a cerca de 1900 metros, cenário da trovoada de Primavera no terceiro capítulo de *A Lã e a Neve*. A poetização com que o autor reveste este elemento contrasta com o tom de rudeza dos retratos geológicos e climáticos. Mas são frequentes os trechos com a estreita conexão entre um e outros (pp. 72 e 75):

Fig. 24 – Vale do Zêzere, em Manteigas e relevo dos cumes arredondado pelo antigo glaciar. Novembro 2014

> Dir-se-ia que a Natureza quisera defender e impregnar de mistério a nascente do Zêzere – fechando-a como numa fortaleza. E, contudo, parecia que o rio fora apenas um pretexto. Era uma pobre, trémula fita de água, ora muito estreita, ora mais larguita, às vezes quase invisível, que se rançava lá do alto por um sulco ou diáclase da rocha negra, aberta para lhe dar melhor caminho.
>
> A chuva, que começara por bagos gordos e raros' transformara-se, rapidamente, em

> grossas cordas líquidas. E prosseguia, ininterrupta, meia hora, uma hora, num dilúvio (…). Perto deles, o Zêzere, ainda tão pequenito ao atravessar a alfombra da rotunda, crescera num instante, transbordava através dos magotes de juncos e urzes das margens e regougava, adquirindo subitamente voz de adulto ao despenhar-se na saída do grande circo.

No vale de Manteigas, as nascentes de águas termais usadas para fins terapêuticos destacam-se como um recurso hidrogeológico, cuja importância é reduzida ao mínimo na narrativa, surgindo as "Caldas" apenas como referencial de localização de um ou outro acontecimento.

Referimos na Parte II a pouca atração de Ferreira de Castro pelo universo dos animais, com reflexos na ficção. *A Lã e a Neve* confirma esta tendência, já que as referências à fauna selvagem da Serra da Estrela pouco ultrapassam as três dezenas nas suas quase quatrocentas páginas. Das nove espécies de mamíferos que na área assumem relevância ecológica, de acordo com o Plano de Ordenamento do Parque Natural (2008), o romance fala-nos apenas de duas, sendo que o coelho-bravo merece apenas uma fugaz menção, associada à atividade de caça de um operário.

É através do lobo *Canis lupus signatus* que o romance nos permite reconhecer, por comparação com dados técnicos mais recentes, uma alteração significativa na biodiversidade dos mamíferos da serra: a "brava serra de lobos" (p.347) só o foi até meados da década de 1980. O carnívoro que no romance se acoitava em "fojos" nos "declives abruptos" (p.23) e durante o gelo invernal rondava as povoações, que punha de sobreaviso cães e pastores – "Deixa lá as ovelhas… (…) E cá está o cão para os lobos…" (p.75) –, e dizimava ovelhas sem olhar ao nível de pobreza de quem as possuía – foi diminuindo a sua população da Estrela, mantendo uma ocorrência esporádica até aos anos 80 [151] e estando completamente ausente desde então. É através da sua conduta predadora com prejuízos sociais na vida camponesa serrana, ou explorando as suas figuras como elementos da paisagem viva, que o escritor fala da espécie, por exemplo quando neste trecho descreve os primeiros dias do Outono (p.110):

> Havia, agora, um frio perene, o sol raramente rompia o céu plúmbeo e a montanha adquirira, no seu abandono, uma rude severidade (…). Só de longe a longe se via um

[151] Fonte: Naturlink: http://naturlink.sapo.pt/Investigacao/Projectos/content/Conservacao-do-Lobo-a-Sul-do-Rio-Douro?bl=1

> insecto e as aves já não voavam (…). Os próprios lobos, sempre no rasto dos rebanhos, tinham-se ido acercando das povoações (...). A vida animal abandonava a montanha, que se preparava para entrar no Inverno com uma trágica desolação, até que a neve a transfigurasse.

Esta atenção dada ao mamífero assume sempre alguma relevância narrativa. O Quadro 15 mostra a sua dominância também quantitativa em número de menções, num conjunto de onze espécies onde domina largamente a diversidade de aves. À semelhança dos romances anteriores, é evidente o papel documental da ficção castriana na reconstituição do passado natural do território da Estrela. Esse papel deve-se à presença no texto de doze espécies da avifauna – uma curta parcela das 151 que o Plano de Ordenamento elenca (91 nidificantes e 17 invernantes, com destaque para a ordem dos passeriformes) – e é possivelmente revelador, segundo BARDIN (1995), de um conhecimento superficial da realidade faunística serrana por parte do autor.

Quadro 15 – Ambiente Biofísico: Componente biótica "Fauna" (Reino *Animalia*)
Espécies e classes da fauna selvagem mencionadas em *A Lã e a Neve*

	Nº ocorrências	Nome vulgar usado no romance	Nome científico	Classe	
	11	Lobo	*Canis lupus signatus*	Mamíferos	Vertebrados
	1	Coelho	*Oryctolagus cunniculus*		
	2	Águia	*Aquila* spp.	Aves	
	1	Cotovia	*Galerida* spp.		
	1	Crielvo	?		
	2	Pisco	*Erithacus rubecula*		
	1	Milhafre	*Milvus milvus*		
	1	Andorinha	*Hirundo rustica*		
	1	Pardal	*Passer domesticus*		
	1	Perdiz	*Alectoris rufa*		
	1	Borboleta	várias esps. e géns. (1)	Insetos	
	23	**Diversidade de FAUNA SELVAGEM real: 11 esp.**			
	8	"passarinho", "ave", "inseto"			
Total ocorrências FAUNA SELVAGEM:	**31**				

Fontes dos nomes científicos e da sistemática: http://naturlink.sapo.pt/ , Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves: http://www.spea.pt/pt/observar-aves/as-nossas-aves/aves-em-portugal / e Aves de Portugal: http://www.avesdeportugal.info/

Quando Ferreira de Castro exprime, numa belíssima imagem, "a águia [que] veio remando de longe" para se acolher da trovoada num buraco dos Cântaros, não sabemos a

que espécie se refere, das várias que existiriam ao tempo na serra. Hoje, seria uma das quatro: águia-real, águia-calçada, águia de Bonelli e águia-cobreira. Quando faz sobrevoar a saída dos operários grevistas, na Aldeia do Carvalho onde viviam, pelo voo planado e lento de um milhafre *Milvus milvus*, não se pode garantir tratar-se rigorosamente dessa rapina. Mas o que interessa é a solicitação do património natural montano para dar vivacidade e relevo à história e à mensagem que com ela se pretende transmitir.

9.2.2.3. Flora e Habitats

A vegetação natural da serra tem uma presença discreta em *A Lã e a Neve*, ditada também pelo facto de grande parte da ação decorrer quando o solo da Estrela exibia grossa cobertura de neve. No entanto, o autor confere um realismo extra à penosa travessia noturna entre Manteigas e a Covilhã, ao descrever os pés dos homens que se enterravam "no mundo vegetal, que jazia por baixo, eriçado de puas", e que mal tateavam "na declividade, as pedras que se deslocavam e as urzes que formavam ocos sob a neve" (pp. 235 e 236).

Também os matos surgem associados à presença incontornável dos afloramentos rochosos, como já o episódio da primeira subida com rebanhos mostrara: é pelo meio da encosta "coberta de altas urzes e adustas penedias" que Horácio parte do Covão da Ametade para a Nave de Santo António. Nos capítulos dedicados às pastagens e às searas, encontraram-se duas funções simétricas exercidas pelos matos: uma é de cariz essencialmente visual, com efeitos ao nível do cenário, pois os matos contrapõem com elementos de cor o dicromatismo do conjunto rocha, neve e nevoeiros, contribuindo para embelezar e vivificar a paisagem serrana. Um exemplo é o seguinte quadro natural primaveril banhado pela "luz matinal, vinda do alto, [que] desquitava a montanha das suas duras linhas, diluía as suas rudezas de outras horas", onde são mencionadas sete espécies de flora e fauna (p.93):

> (…) os humildes sargaços mostravam-se todos garridos com suas amarelas floritas, as agulhas das giestas estavam enfloradas também ao lado de moitas de urzes, sobre cujas brancas flores saltavam ledos insectos. (…) e as próprias carquejas, rasteiras e ásperas no seu verde-escuro, dir-se-iam mais verdinhas e macias sob a manhã de mil fulgores. As campainhas dos rebanhos iam inebriando com a sua música a majestade da montanha, enquanto à frente das ovelhas se levantavam, em voos rápidos,

cotovias e crielvos cantadores e esvoaçavam bandos de borboletas.

Uma espécie de despedida do capítulo III da Primeira Parte, antes de a narrativa mergulhar nas potencialidades utilitárias da serra. A segunda função dos matos cumpre-se quando o leitor é levado a observá-los através do olhar contrariado de Horácio, pastor que não o quer ser, ajudando a sobrepor à beleza do cenário um fundo desencanto com o marasmo da vida serrana. Horácio sente-se em "conflito com tudo o que o cercava, vegetal, mineral e animal, com o próprio milhano que, no céu agora limpo, traçava lentas voltas e que ele desejaria abater com um tiro de escopeta, para vingar-se" (p.82).

Os matos atlânticos são uma parte das grandes variações naturais que o monolitismo aparente do maciço rochoso alberga, uma diversidade que o Parque Natural pretendeu preservar. Uma classificação altitudinal do ecossistema de montanha considera três andares de vegetação: o andar basal, de acentuada influência mediterrânica, até aos 900 metros, onde se localiza a maioria das áreas sociais, as culturas de regadio (milho, alguma vinha, a oliveira) e os pinhais bravos plantados; um andar intermédio, entre os 900 e os 1600 metros, domínio de castanheiros e da cerealicultura do centeio; e o andar subalpino, acima desta altitude, zona desprovida de árvores, dominada por um mosaico de zimbrais endémicos de *Junniperus communis* e com cervunais, prados ou arrelvados perenes de *Nardus sctricta*, adaptados ao frio – um habitat natural e outro seminatural – de maior importância ecológica na Serra da Estrela[152]. A ocorrência destas espécies deve-se ao isolamento dos cumes, que permitiu a sua diferenciação e a distribuição confinada, fazendo com que o conjunto de plantas vasculares endémicas se concentre nas cotas mais elevadas, em número muito superior às das terras-baixas contíguas (AGUIAR *et al*, 2009).

Os quadros 16 e 17 listam, respetivamente, as espécies florísticas mencionadas ao longo de *A Lã e a Neve* e os habitats naturais ou seminaturais que, embora não nomeados, se depreendem do texto. Repare-se que, apesar de se ter chegado a um resultado de doze espécies, apenas a urze tem peso quantitativo de relevo. O romance traduz com fidelidade a míngua do extrato arbóreo natural, ditada naquele território pela altitude, já que a ação decorre em boa parte nos andares intermédio e superior da serra. Encontra-se referência

[152] Fonte: Plano de Ordenamento (2008). Segundo MATTOSO, DAVEAU E BELO (2010) e AGUIAR *et al* (2008), a "Expedição Científica à Serra da Estrela", organizada pela Sociedade de Geografia de Lisboa em 1881, já referia uma estratificação semelhante e reconhecia a elevada riqueza específica das biocenoses desta montanha.

"às arredondadas frondes" dos "vastos soutos de castanheiros" *Castanea sativa* nas encostas do vale do Zêzere, à hora crepuscular, muito da predileção do escritor, acompanhadas da "mancha compacta" dos pinheiros (p.21); era à sombra dos castanheiros junto à Senhora dos Verdes, no vale, que se fazia a tosquia, em Junho; e é com o "acobreado" da sua folhagem (p.98), no vale de Manteigas ou na encosta da Covilhã, que o autor simboliza o Outono. Inclui-se na lista o pinheiro-bravo, apesar de surgir no romance em povoamentos artificiais, dada a sua grande relevância quantitativa e na história.

Quadro 16 – Ambiente Biofísico: Componente biótica "Flora" (Reino *Plantae*)
Espécies da flora silvestre mencionadas em *A Lã e a Neve*

		Nº ocorrências	Nome vulgar usado no romance	Nome científico
Plantas vasculares	Árvores	9	Castanheiro	*Castanea sativa*
		17	Pinheiro-bravo	*Pinus pinaster*
		2	Oliveira	*Olea europaea*
		28	**Diversidade de Árvores: 3 espécies**	
		6	"Árvore"	
	Total ocorrências Árvores:	**34**		
	Arbustos e Herbáceas	12	Urze	*Erica* spp.
		2	Cervum	*Nardum* spp.
		1	Junco	*Juncus* spp.
		1	Cardo (do-coalho)	*Cynara cardunculus*
		3	Sargaço	*Cistus salvifolius*
		2	Torga	*Calluna vulgaris*
		1	Chamiça	*Erica australis*
		3	Carqueja	*Pterospartum tridentatum*
		1	Giesta	*Cytisus scoparius*
		26	**Diversidade de Arbustos + Herbáceas: 9 espécies**	
		5	"erva", "ervagem", "plantas"	
	Total ocorrências Arbustos + Herbáceas:	**31**		
	Total ocorrências FLORA SILVESTRE:	**34 + 31 = 65**	**Total de Diversidade de FLORA SILVESTRE: 12 espécies**	

Fontes dos nomes científicos e da sistemática: UTAD – "Flora Digital de Portugal": http://jb.utad.pt/flora e NaturData: http://naturdata.com/ e http://www.cm-gouveia.pt/eventos/Paginas/feira-queijo-queijo-da-serra.aspx

Dentro do extracto arbustivo note-se, por exemplo na página 246, como se anuncia uma nova Primavera através dos "humildes zimbros, até aí sepultados em gelo", que despontavam nos cumes "lá para as vizinhanças da Torre e dos cântaros". E a meio da primeira subida com o rebanho, já o narrador nos falara da paragem na "terra plana" do Covão da Ametade, com o rio correndo ao meio e uma "banda coberta de verde

Fig. 25 – Cervunal e zimbral no Planalto Central da Serra da Estrela. Novembro 2014

cervum" (p.70), antes que uma trovoada forçasse pastores e ovelhas a resguardar-se sob as fragas [153]. Um aspeto atual da consociação de zimbral com cervunal numa localização próxima da referida no romance consta da figura 25. Ao todo, encontram-se pelo menos cinco habitats naturais ou de intervenção humana equilibrada, que inclui ainda as turfeiras, habitats húmidos exclusivos dos espaços montanhosos.

A biodiversidade é um requisito essencial para a saúde e a resiliência dos ecossistemas, para as formas de vida sustentáveis e os objetivos económicos e sociais. O coberto vegetal biodiverso do planalto da Estrela levou à sua classificação como Reserva Biogenética do Conselho da Europa [154], em 2000, e como Zona Húmida de importância internacional, pela Convenção de Ramsar [155]. Todos estes habitats estão ainda protegidos pela Diretiva comunitária Habitats [156], sendo o cervunal um "habitat prioritário" numa lista onde constam ainda os "Cursos de água [de montanha] dos pisos basal a montano", como o Zêzere, e as "Florestas de *Castanea sativa*" – os soutos do romance.

Ferreira de Castro não se mostrou grande cultor do valor intrínseco dos elementos da Natureza, pautando-se acima de tudo por uma aproximação antropocêntrica a esse património. Explorámos esta dimensão na sua Ecobiografia, e é ela que, afastando o autor do âmbito da "nature-writing", faz da sua obra fonte de interesse e desafio para uma análise na ótica da Ecologia Humana. Outro exemplo disso é o valor que, em *A Lã e a Neve*,

[153] O Covão da Ametade é desde 2008 uma Área Prioritária de Valorização Ambiental, com um "interesse natural relevante" hoje conjugado com a vocação para o recreio e a educação ambiental.

[154] Corresponde às áreas "onde predominam sistemas e valores naturais de interesse excepcional ou relevante", num total de 24,1% da área do Parque, onde a intervenção humana é hoje fortemente condicionada e subordinada aos valores naturais em presença ou, no segundo caso, permitida numa base temporária ou esporádica, apenas se potenciar esses valores e ambas com o objetivo prioritário de conservação da Natureza local (PO PNSE, Relatório Ambiental, 2008:6).

[155] Decreto-Lei n.º 101/80, de 9 de Outubro (Fonte: http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ei/ramsar)

[156] Anexo B – I do Decreto-Lei n.º 49/2005

é com justeza atribuído à planta cervum na manutenção do tradicional modo de vida pastoril da Serra da Estrela. No terreno do real ou no ficcional, estamos invariavelmente perante paisagens humanizadas, povoadas e dependentes de vegetação "domesticada", e não paisagens virgens. Assim, importa acima de tudo saber como Ferreira de Castro recria ficcionalmente a presença humana da serra.

Quadro 17 – Ambiente Biofísico: Habitats naturais, seminaturais e artificiais em *A Lã e a Neve*

Tipo		Designação
Naturais	Bosques naturais de folha caduca ou marcescente mesofílicos	Soutos
	Dulçaquícola com águas correntes e débito permanente	Curso de água de montanha
	Dulçaquícolas com águas paradas	Turfeiras húmidas de montanha
	Matos baixos de montanha e temperados	Zimbral
	Matos atlânticos	Urzais
Seminatural	Arrelvados e prados de altitude	Cervunal
Diversidade de Habitats naturais e seminaturais: 6		
Artificiais		Pinhal de produção
		Urbano industrializado
Total de Diversidade de HABITATS: 8		

Fonte: Classificação com base em ALVES *et al*, 1998

9.2.3. A relação orgânica Ser humano – Natureza

Existem as mesmas aptidões na
construção da casa de um homem e
na do ninho de um pássaro.
H. D. THOREAU, *Onde vivi e para que vivi*, 2008:51

9.2.3.1. Rebanhos e Transumâncias

Toda a ação romanesca de *A Lã e a Neve* desenrolada em cenário montanhoso "natural", portanto à exceção da Terceira Parte, é o reflexo literário da longa história de utilização humana que tem a montanha continental portuguesa – diferenciada das terras baixas como o território acima da curva de nível dos 700 metros (AGUIAR *et al*, 2009). O homem era já pastor e nómada na Península Ibérica no período do Neolítico e na

tradição do sistema agrossilvopastoril são os campos agrícolas, as pastagens em terrenos maninhos e as florestas que asseguram as necessidades básicas de alimento e abrigo (FERRÃO *et al*, 2008).

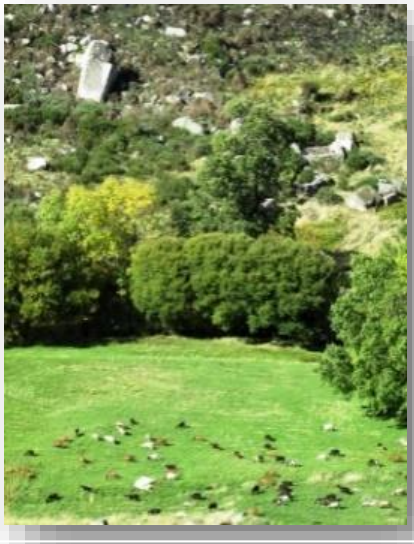
Quanto, a avaliar pelas linhas do romance, terá o ser humano da Estrela "acrescentado à fisionomia daqueles lugares", para usar a expressão de O. RIBEIRO (1985:30)? Sobre a ocupação humana, escreve Ferreira de Castro que "a grande serra e seus mistérios foram conquistados, mais do que com fundas, lanças ou arcabuzes, com homens pastoreando ovelhas e cabras" (p.60). Ou seja, parte significativa da resposta remete para o habitat seminatural que é o cervunal, resultante da intervenção humana milenar sobre o ecossistema primitivo, e cujo valor alimentar para os ovinos lhe confere o papel basilar na pastorícia da Estrela.

A narrativa replica esta dependência eco-humana, no sentido em que usa o cervunal e a sua tradicional servidão coletiva quer como matéria de longas e vivas descrições, quer como cenário insubstituível de partes da ação, quer ainda como pretexto para a mensagem sobre as desigualdades socias. Um exemplo é a subida de Primavera aos cumes, que marca o retorno desgostoso de Horácio à atividade pastoril. A Nave de Santo António surge coberta por "grande manta de cervum", onde já outros rebanhos "rapavam erva", enquanto "desgarradas cabras, trepando pelos alcantis próximos" buscavam o que roer (p.82).

O pastoreio era tarefa de novos e velhos – como vemos no episódio em que a violência da trovoada apavora "uma dessas crianças que os pais mandavam pastorear seu gadito por silvedos, valados e caminhos dos derredores da vila" (p.74). O jovem Horácio e Manuel Peixoto, homem maduro, são amigos de "convívio da serra durante vários Estios" nos "ermos alpestres" (p.48). Ferreira de Castro coloca esta personagem ao serviço da exposição do drama dos pequenos proprietários de gado ovino, que suportavam mal os caprichos da Natureza climática sobre as pastagens altas e faziam contas às exigências do gado.

Se ter pastagens junto ao Zêzere, verdes e de fácil acesso, era apanágio de gente com algumas posses, como Valadares ou o industrial Sotomayor, também entre pastores estava delineada uma hierarquia básica: havia os moços de pastor por conta de alguém, como Horácio; os pobres que possuíam apenas cabras, cujo parco rendimento em leite

era compensado pela pouca exigência alimentar – "(…) As cabras roem tudo, tudo lhes serve" (p.51); e os que mantinham rebanhos de ovelhas de dimensão muito variável, que exigiam bons pastos, mas proporcionavam retorno em leite e sobretudo em lã. Imagens atuais desses dois tipos de pascigo constam das figuras 26 (a) e (b).



Figs. 26 (a) e (b) – Vale do Zêzere, em Manteigas, com pastos verdes perto da vila; e Nave de Santo António, coberta por pastagens secas de altitude - cervunais. Novembro 2014

Note-se que a absoluta dominância da atividade pastoril no universo da Serra da Estrela preenche o *incipit* do romance, com um sinal de mais um período de pastoreio que se completava: "Logo que as cabras e as ovelhas entestaram à corte, o Piloto deu por findo o seu trabalho" (p.15). A mesma importância que surge no capítulo final (p.368), fechando o ciclo iniciado na primeira página: "Das povoações serranas, os rebanhos começavam a subir para os cumes, como há cem, há duzentos, há mil anos, e iam devorando as flores silvestres que rompiam de todas as bandas (…)".

É quando se inicia uma nova deslocação ao monte, em Abril seguinte, que o autor nos compensa por ter inaugurado a narrativa insinuando uma cena que não presenciámos. Uma vez levado o leitor até aos planos de altitude, na companhia de um Horácio que maldissera voltar àquela tarefa e àqueles caminhos, ficamos a par de quase tudo o compreende a paisagem de sons e cores e a vida de trabalho em torno dos recursos que ela oferece. Por exemplo, a organização do usufruto coletivo do solo: na Nave de Santo António, extensão de pastoreio por excelência, confluíam os distritos de Guarda e Castelo Branco, através dos dois concelhos, Manteigas e Covilhã. A divisão das

áreas de pastoreio atribuídas aos pastores de cada um evitava desavenças, já que algumas "manchavam de sangue as encumeadas" (p.94). Note-se o aparte que contradiz o mito do pacifismo das alturas e dos pastores impolutos, realidade que, como em *Terra Fria* mas agora marginalmente, certifica as estatísticas criminais que nos campos atingiram um pico durante o Estado Novo, também elas objeto de censura (TORRES e MARINHO, 2001d).

Essas áreas eram demarcadas por "múrmuro fio de água", por um "cordão de rochedos" ou por uma torre de pedras soltas, localmente denominada "talegre". Era durante a Primavera e o Verão, alimentando-se dos ares da serra, de pão de centeio e de batatas cozidas, que os pastores ordenhavam ovelhas e cabras e procediam à manufatura do queijo, usando o cardo serrano nativo, *Cynara carduncullus*, para coalhar o leite, dando-lhe forma nas "ferradas", escorrendo o excesso de soro.

Sobra alguma atenção para a indumentária do pastor: "casaco de seborreco", "sapatorros forrados de brochas", "chapéu de abas anchas", manta, alforge e cajado e safões feitos de "uma pele de ovelha que morreu de parto". Contudo, o autor parece ter planos maiores para estes detalhes etnográficos, usando-os para acentuar a frustração de Horácio: "Ao amarrá-la às pernas, parece-lhe, confusamente, que se amarra, ele próprio, não à Iã ensujalhada e ainda com manchas de sangue que mudou de cor, mas a algo (…) que o escraviza" (p.61).

De facto, Horácio era obrigado a adiar a concretização do seu anseio e a sujeitar-se, já homem feito, ao mais baixo degrau salarial da economia da serra: "zagal assalariado (…) fica mais barato do que jornaleiro pago ao dia" nos amanhos da terra (p.60). Não é, assim, de estranhar que na nova condição, de alguém cuja mente se alargou noutros horizontes, a Nave de Santo António lhe parecesse agora "o fim do Mundo", e o autor nos obrigue a partilhar dessa adversidade: "(…) toda essa brava paisagem das alturas" outrora familiar (…) aparecia-lhe agora odiosa, sufocante (…)" (pp.81 e 82). "Cada vez mais desventurado" nesses dias "densos de monotonia", Horácio desdenha até da companhia amenizadora da velha flauta: "parecia-lhe que também ele levava alguma coisa morta dentro do peito (…)" (p.103).

Dir-se-ia que se encontram ecos das incertezas e ansiedades do jovem Ferreira de Castro entregue à selva amazónica, ao lermos sobre um "futuro confuso" de um pastor

que "Sentia o tempo como uma vontade fria contrária à sua, contrária àquela ânsia de que chegasse o dia seguinte"(p.84).

Trata-se aqui – em magnitude e profundidade superiores às que assistimos nos dois romances anteriores – de explorar um contraste fundamental, muito do interesse de ecocríticos como MACDOWELL (1006) ou GARRARD (2006) e com significado ao nível da Ecologia Humana: entre o bucolismo tradicionalmente associado ao pastoreio e as duras regras de sobrevivência que lhe estão associadas. Ao longo do romance nunca Ferreira de Castro toma declaradamente partido, pois de todos esses aspetos telúricos em contradição é na ligação afetiva, criativa, sofrida com a terra que repousa, de facto, a vida serrana.

Assim, se o efeito visual dos castanheiros apregoava o Outono, a Primavera anuncia-se na "música matinal" do "tilintar, encostas arriba, [d]as campainhas e [d]os chocalhos dos rebanhos". Já nos cumes, aguardam o crepúsculo para entestarem às "malhadas", onde pernoitam, "lentamente, enchendo de melancolia a serra, com a dolência das suas campainhas nas derradeiras horas do dia. (…) À luz do poente, que doirava os píncaros, os pastores seguiam atrás (…); nos flancos marchavam os cães, uns e outros atentos a que não se tresmalhasse alguma ovelha" que fosse ceia de lobos (p.84).

Estes trechos, coincidentes com as permanências de Horácio na serra, são o que de mais próximo, mas aonda assim distante da experiência de "wilderness" nos oferece *A Lã e a Neve*, espelhando o título do romance. Apenas aqui se pressente algo similar a uma "ecologia pastoril", de harmonia real humano – terra, aquele elogio implícito da *aurea mediocritas* campestre de que falava um outro Horácio – o poeta romano [157]. F. CLEMENTS (em GARRARD, 2006:88) recorda o conceito de "mundo natural", lugar de revigoramento da poluição "moral e material da cidade", que cabe bem neste romance castriano, dada a transição para a vida industrializada que lhe dá sentido. Aí não existe completamente uma rutura com a literatura pastoral, onde a Natureza é contraponto estável e duradouro à mudança disruptivas das sociedades modernas.

Esta representação ambivalente do meio camponês já a vimos sucintamente em *Emigrantes*, de *Terra Fria* está praticamente ausente, mas no romance da Estrela é

[157] Temática radicada nas *Geórgicas* de Virgílio (séc. I a.C.) – dominante nos períodos do Classicismo e que ao longo dos seus quatro livros faz a apologia dos campos e dos trabalhos agrícolas – e do Neoclassicismo, mas que o Romantismo seguinte também adotaria (REIS, 2008:416).

contínua e dada por uma intermitência entre os dois pontos de vista. As descrições líricas da paisagem serrana, particularmente esmeradas no capítulo III, e os momentos pastorais clássicos – com Horácio a viver um quadro que só *a posteriori*, em contraste com o ambiente fabril da Covilhã, encarará como de serenidade e alguma felicidade – revelam o ambiente biofísico da serra, a tradição milenar do seu aproveitamento e a necessidade de uma evolução que acarinhe os anseios humanos. Daí que o corte com esse passado – "Não é guardando o rebanho dele que levantarei a cabeça" (p.30) – impulsione a ação principal e o protagonista.

Em *A Lã e a Neve*, Ferreira de Castro vai mais longe – em profundidade, argumentos e ângulos de vista – nas alfinetadas na imagem pseudo-sorridente do país rural, difundida pelo regime português da época. Para tal, recorre basicamente a três realidades: nos fragmentos ligados ao pastoreio, através do repúdio de Horácio e das discórdias com os baldios, adiante tratadas; na parte dedicada às indústrias da Covilhã, através da miséria da aldeia operária e das condições laborais e ainda dos efeitos da II Guerra Mundial, que açoitavam à distância também os meios urbanos portugueses. Todas as ocasiões, seja no plano da intriga, na enunciação do narrador, nas falas das personagens, são aproveitadas pelo autor para efetivar essa denúncia. E há variantes: no momento em que Horácio pede empenhos ao vigário local para obter colocação numa fábrica de Manteigas, é esta figura do clero que "fizera estudos" e "lida com as coisas divinas" que personifica o abismo entre a propaganda ou a idealização da vida de pegureiro da Estrela e a perspetiva de quem vive agrilhoado a ela: "Porque queres deixar a vida de pastor? Uma vida tão bonita, que até os santos gostavam dela e os poetas antigos a cantavam! (…) O céu por cima, o ar livre, o nascer do Sol visto lá do alto... À noite, as estrelas..." (pp. 37 e 38). Não é difícil subentender aqui também a enunciação de princípios de igualdade e solidariedade, que não se limitam às condições dos operários.

Desde as primeiras linhas vemos Horácio almejar uma vida de trabalhador fabril, antevendo-lhe vantagens superiores às da sua existência de pastor. Eva LETÍZIA (2009:59) refere a propósito o "mito do operário feliz", que circulava ao tempo nos meios rurais portugueses, ligado às notícias de salários regulares, fins de semana de ócio, e à ideia errada de casas proletárias urbanas melhores que as rurais – uma imagem distanciada e ilusória do operário como "um pequeno burguês bem alimentado e bem estabelecido na vida". Ora este aspeto da história configura um cruzamento entre o propósito

sociopolítico do autor em desmascarar a imagem oficial, nesta altura mais vincada que a subjacente a *Emigrantes*, e um teor com significado para a ecocrítica – o da imagem do pastoreio da serra alternativa ao ideário ruralista vindo do século XIX.

Como em *Emigrantes*, a nervura de ação principal em *A Lã e a Neve* alicerça-se na consciência das limitações de recursos rurais disponíveis para proveito humano, na sua sua iníqua distribuição, na insatisfação decorrente e na decisão de buscar alternativa satisfatória fora desse meio. No caso de Horácio, a experiência em Cascais alterar-lhe-á para sempre a perspetiva do quotidiano pastoril, e daí que a primeira noite na Nave de Santo António seja passada entre a frustração, a aspiração da vida na cidade industrial e os pés assentes na terra que lhe exige o ritual de feitura do queijo. Um retrato menos jubiloso da vida pastoril serrana é desenhado neste trecho (pp.89 e 90):

> Mas nenhum dos homens que, na montanha, acompanhando rebanhos, esgotavam a melhor parte da sua vida, primariamente vestidos, sumariamente alimentados, trazia espírito vazio de ralações, alma livre para fruir o esplendor da manhã. De expressão resignada, um vago fatalismo nos olhos sombrios, mesmo quando riam, mesmo quando cantarolavam, eles dir-se-iam apartados (…) dessa alegria de viver que se revelava em seu redor, no voo das aves, no voo dos insectos, no florir dos vegetais e na rítmica toadilha que as águas soltavam na montanha.

É um trecho carregado de sentido, que se aproxima do nível de elevação textual do Pórtico e em poucas palavras transmite aspetos de Ecologia Humana, história e da psicologia dos camponeses guardadores de gado miúdo.

Nota-se aliás, um conhecimento das relações eco-humanas da Estrela, muito superior ao do património natural, e que parece confirmar o método de contacto presencial com a realidade, já referido. Com base na Ecobiografia, acredita-se que Ferreira de Castro partilharia da convicção de que a história dos modos de vida e da capacidade humana transformadora do ambiente são mais interessantes do que as características do meio físico olhadas isoladamente. Outros exemplos disso são a descrição da tosquia, da técnica de amolecimento dos chifres defeituosos dos borregos com batatas quentes, uma habilidade dos pastores cuidadosos, e a narração de peculiaridades durante as transumâncias de médio curso.

Esta transumância ocorria no Inverno e ajuda a percecionar um sentido de escala associado ao movimento, de distâncias percorridas muito variáveis com que não se defrontavam, por exemplo, as personagens de *Terra Fria*. Era uma transumância de médio curso por comparação com os rebanhos que, entre os séculos XVI e XVIII, desciam até aos Campos de Ourique, no Baixo Alentejo (GASPAR, 1993), e que ao tempo do romance estavam já limitadas aos campos da Cova da Beira. Diz O. RIBEIRO (1995:330) que a transumância constitui uma evolução do nomadismo para a vida sedentária: as culturas prendem as pessoas à terra e só os pastores passam a circular. É nas montanhas que esta vida se manifesta ainda cheia de vigor, porque aí os rigores do clima empobrecem a agricultura. O "último e mais puro vestígio" do regime de transumância em Portugal ocorre na Serra da Estrela, afirmava o geógrafo em 1986 (p.91).

Ferreira de Castro começa por dedicar a estas deslocações sazonais o capítulo IV, em quadros de movimento e som que mostram os rebanhos partindo à vez, "para longínquas campinas, onde o Inverno se fazia sentir menos", "sem outro ruído que o marulho dos seus passos" (pp. 114 e 115):

> Eram quase trezentas ovelhas, brancas e negras, mosaico que cobria toda a largueza da estrada, a caminho da terra baixa. (…). Atrás marchavam Horácio, o Tónio, o Aniceto, o Libânio, filho do tio Jerónimo, e um burro por cada homem. (…) e os seus alforges, com alimentos no fundo, guardavam espaço para recolha de cordeiros que dessem em nascer como sempre acontecia, durante o trânsito. (…) Por Belmonte, Cana e Capinha, iam seguindo o seu destino, dormindo onde a noite tombava, longe dos povoados, que nas redondezas destes a cama era-lhes proibida, e levantando-se mal clareava o céu, para continuarem a marcha, sempre com os cães à testa e nos flancos, sempre com os burros à cauda e, atrás dos burros, os homens. (…).

O trânsito para cotas baixas é marcado por uma sucessão de cenas de partos de ovelhas e o autor assinala o primeiro transferindo o ponto de vista para o seu "olhar morno" da cria (p.117): "os pinheiros à esquerda, uns sobreiros junto da ponte, umas alminhas no princípio do caminho que ali perto desembocava". O rebanho ia engrossando à medida que descia, era noite de geada e os alforjes dos burros enchiam-se: "As crianças, às portas das casas pobres erguidas à beira da estrada, viam passar os cordeiritos em cima dos burros, com as ternas cabecitas a sair dos alforges, como se fossem numa janela andante, e achavam aquilo bonito" (p.121). É uma andança de sete

dias até às campinas da Idanha, entre geadas, orvalhos e lapas de proteção, que exige dos jovens pastores sabedoria e experiência para lidar com as dores, os dramas e outras vicissitudes do gado, quase tão importante como os humanos.

Nesta economia de subsistência, criador e consumidor coincidiam frequentemente e os processos de domesticação eram de uma "ética animal empírica que a produção moderna desprezou completamente", como nota QUEIRÓS (2000:139). Isto levava a laços de afetividade com os animais, que se veem, por exemplo, na repulsa dos pastores em comerem um cordeiro morto pela mãe, durante a deslocação para a Idanha. Mas é no cão Piloto que mais se denota a estreita relação humano – animal.

O cão é a primeira personagem da narrativa, sabemos que foi em tempos tão importante para Horácio como o cavalo sem nome era para Leonardo em *Terra Fria*; é ele que na primeira cena guia o leitor até ao protagonista, pelas ruelas de Manteigas. Quando Horácio se vê obrigado a retornar às lides de pastor, basta um assobio para o cão reentrar em cena "doido de contente, como se a ruela se tivesse tornado para ele a via da felicidade" (p.62), como se naquele dia "cinzento" o iluminasse "um sol individual", em oposição à frustração do dono.

Estamos certamente em presença do "cão da serra da Estrela", raça autóctone local e presumivelmente uma das raças caninas mais antigas da Península Ibérica [158], companheiro dos pastores e guardião contra as feras da serra (HENRIQUES e NEVES, 2000). Note-se como, durante a violenta trovoada, o autor faz uma personificação do bicho a ponto de descrever a sua reação às manifestações mais rudes do clima serrano: "O Piloto ergueu o focinho para o céu e desatou a uivar lugubremente" (p.71).

Diga-se neste ponto que, apesar da análise de QUEIRÓS, a perspetiva utilitária e de superioridade relativamente ao animal está sempre subjacente, manifestada, por exemplo, quando Horácio descarrega a sua raiva com uma pedrada. Após uns quilómetros a coxear sobre três patas, no cenário do vale do Zêzere, o pastor arrepende-se: "Sentia, agora, vontade de lhe pedir perdão" (p.67). Um ingrediente muito ao jeito daquilo a que EMERY (1992) chamou o "franciscanismo" castriano, uma bondade e compaixão genuínas sem qualquer filiação cristã, também patente no romance anterior.

[158] Animal de grande corpulência, grande estatura, ente 40 e 50 kg, "cabeça grande e volumoso e orelhas pequenas e pendentes", cão de guarda por excelência, pode ter pelo curto ou comprido.

A planície da Idanha, longínqua meta do conjunto transumante, é escolhida para infletir a história. Dir-se-ia que Ferreira de Castro "precisou" de Horácio e dos seus vários meses de ansiedade e incerteza como guias do leitor através da paisagem humanizada e dos aspetos sociais e eco-humanos no vale do Zêzere e nos cumes da Estrela. Cumprida essa função literária, o momento de chegada do rebanho significa para o pastor de Manteigas um momento de partida, ao saber que finalmente o convocaram para uma tecelagem da Covilhã: "Com uma expressão alvar, Horácio pousou na terra a ovelha que trazia às costas, (…) atirou fora o seu cajado de pastor, deu um salto, abriu os braços e abraçou o Chico da Levada" (p.122). É o fim da Primeira Parte.

Apenas a confrontação com a realidade fabril, narrada nos capítulos seguintes, propõe um amortecimento desta imagem desencantada do pastor. Encontramos então a outra associação que, no subcapítulo 4.3 desta tese, diagnosticámos em Ferreira de Castro – a da Natureza enquanto sinónimo de liberdade. Numa retrospetiva que Horácio faz da antiga vida, agora "com mais atrativos do que tinha antes", onde era livre de se movimentar e fumar a seu bel-prazer, "de assobiar, de cantar ou de gritar para que a sua voz ecoasse pelos esbarrondeiros, de falar sozinho ou com o Piloto (…)" (p.141). E assim, vista pelo prisma da cidade industrial e da vida prisioneira da fábrica, o mito da beleza rural e idílica reconquista algum espaço em *A Lã e a Neve*.

A II Guerra, que ajuda a situar temporalmente a ação, contribui no romance para a denúncia das fracas condições de vida dos trabalhadores da província. É também neste desafio à autoridade acomodada que a literatura exerce o seu poder. Ferreira de Castro, como vimos, abraçou-o desde os escritos da fase juvenil. A. PINA (1998:253) é muito explícito quando atribui a *A Lã e a Neve* o mérito cultural de desdizer a versão oficial de um Portugal poupado à guerra, "à margem das grandes convulsões da Europa e do mundo", ao inscrever "as experiências dos trabalhadores fabris da Covilhã nos novos conflitos e dinamismos sociais e económicos da história do pós-guerra". De facto, parte do discurso falado das personagens acusa a carestia de vida causada pelo conflito mundial e enfatiza a desvantagem de camponeses e operários: "só o leite se vendia por uma miséria" (p.220), "As sardinhas haviam aumentado duas ou três vezes" (p.264), as batatas faltavam aos pobres e, sobretudo, "A guerra encarecera grandemente as terras" (p.244).

Recorde-se que o escritor, além de convictamente ateu, era um pacifista que via na guerra um supremo mal. Mas essa II Guerra distante, de efeitos económicos

próximos, participa de um objetivo mais luminoso na narrativa: os avanços dos Aliados sobrepõem-se aos dramas do microcosmo industrial, operários e suas famílias perscrutam nos horizontes "um novo mundo", muito castriano, a que Horácio não é imune, operando nele "uma lenta metamorfose" (pp. 347 e 348) e os que lutavam por melhores salários focavam-se agora na progressão dos exércitos "como se acompanhassem a marcha das suas próprias esperanças" (p.356).

A figura 27 esquematiza o calendário da vida pastoril cruzada com a cultura do centeio, fazendo a ligação para o ponto seguinte.

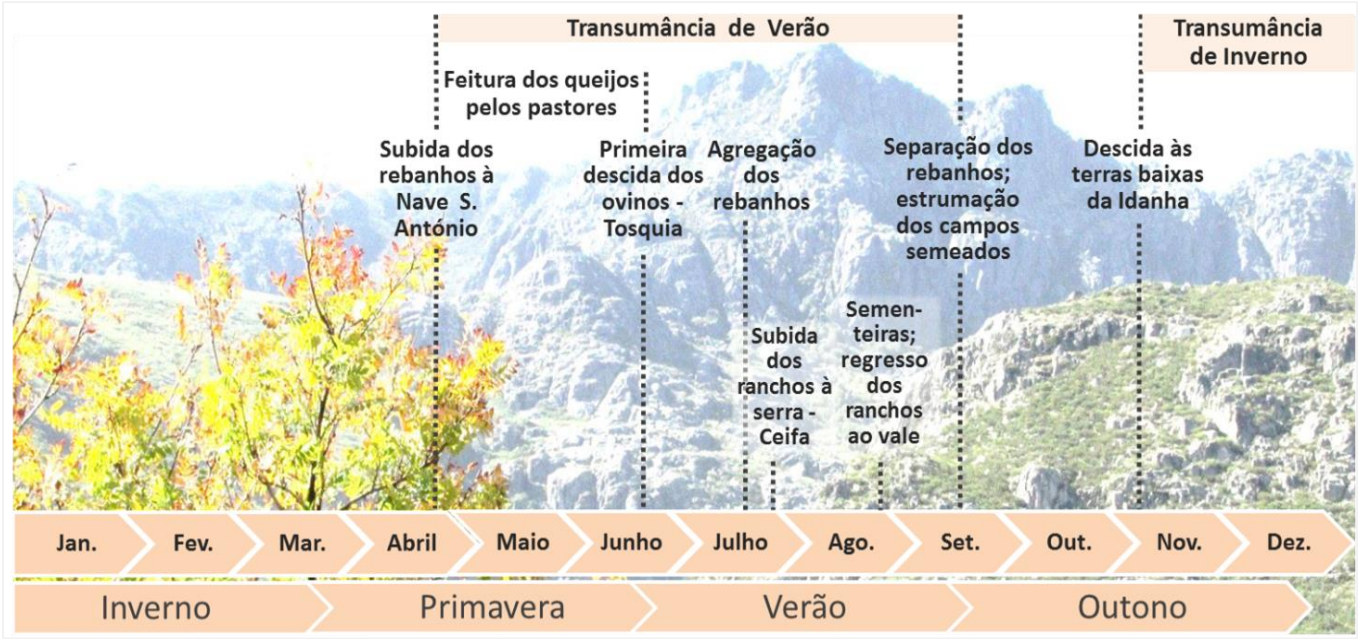


Fig. 27 – Calendário anual das atividades económicas de montanha de agricultura e pastoreio, a partir de menções e descrições em *A Lã e a Neve*

9.2.3.2. Os cumes centeeiros

No início da década de 1950 Portugal tinha 8 milhões e quatrocentos mil habitantes e metade da população ativa na agricultura. Esta sofria dois fenómenos interligados: o esvaziamento dos campos, fruto da emigração e do êxodo rural para os centros urbanos litorais, e a senda definitiva da industrialização, com um aumento da população a laborar nas indústrias transformadora e extrativa (TORRES e MARINHO, 2001e e ROSA e VIEIRA, 2003).

Encontra-se em *A Lã e A Neve* o mesmo que QUEIRÓS (2000:127) deteta no seu autor e noutros escritores e poetas daquela geração: obras que "assentam a sua ética da terra no elogio e na defesa do agricultor como arquiteto e conservador da paisagem, empiricamente ecologista no seu modo de produção (…), permitindo que perdure a diversidade da vida animal domesticada e selvagem".

Embora o romance reflita como a criação de gado miúdo sobrelevava em grande medida as atividades de centeio e batata, como escreveu O. RIBEIRO (1995), conhecemos desde o início modos complementares de ganhar a vida que organizavam o espaço rural e modelavam a paisagem: os pastores a quem não cabia a vezeira semanal trocavam "o cajado de pegureiro pela enxada de cavador", pois "nas rampas da serra todos eles criam gado, duas ou três dúzias de cabeças, e cuidam do seu agro – duas ou três pobres courelas" (p.60); os pais de Horácio trabalhavam de seu "dois degraus abertos na anca da montanha, alguns metros de chão onde cultivavam centeio e batatas, seu principal alimento" (p.34), produzindo centeio que rendia não mais do que quatro meses de pão – a "efémera riqueza dos plainos" (p.60).

O centeio ou "o pão" era, portanto, o rendimento dos camponeses pobres da Serra da Estrala, completado pela batata das courelas e pelo leite das cabras e ovelhas. Tal como com a pastorícia, toda a faina cerealífera se processava nos solos elevados:

> Ao morrer de Julho (…) as famílias dos pastores e os pastores que não andavam de guarda às ovelhas, haviam subido do vale à montanha, para ceifar as searas. Por todas as encostas e mesmo nos plainos cimeiros viam-se, nessa época, pequenas e isoladas manchas amarelas, contrastando, num soberbo efeito, com o verdor da serra (…). Era o centeio maduro aguardando a foice dos que o semearam, homens e mulheres chegavam, com seus burros, e lançavam-se à tarefa, em vários dias de canseiras e noites dormidas ao relento.

Nessas manhãs de Verão o silêncio da serra cruzava-se de cantigas de trabalho, notas de alegria que não figuram nos outros textos, mas que já conquistavam o jovem escritor, como lemos no capítulo dedicado ao ofício de ceifeiro de *A Epopeia do Trabalho* (1926:76): "E o ceifeiro canta, como se viesse entoando desde eras mui remotas éclogas ao futuro – a esses dias pósteros em que a terra será livre e o pão será de todos". Em *A Lã e a Neve* Ferreira de Castro encontra algum espaço e espírito para ocasiões festivas,

como as danças ao som dos pífaros e harmónicas em redor da grande fogueira e as "canções de raparigas" que enchiam a noite e "orvalhadas" nas caldas (p.99), na noite de S. João, e o casório dos protagonistas, num dia de "fulgurante sol" de um outro Junho.

O cereal era malhado em rocha próxima "que brindasse lisa superfície" (p.104), o grão medido e separado conforme se destinava a trabalhador ou ao dono do terreno e "a semente já não saía dali", pronta para a terra no ano seguinte – era a "faina agrícola nas alturas" que termina com o regresso das famílias e ranchos de trabalhadores às "terras baixas", no final de Agosto (p.110). Estas descrições da vivência camponesa terão talvez contribuído para a opinião de Francisco COSTA, quando numa carta a José Paço d'Arcos o compara a Aquilino (1987:78): "O Ferreira de Castro, por seu lado, é um estupendo pintor, cujas personagens têm, quase sempre, missão muito semelhante à das figurinhas que os paisagistas metem nos seus quadros, para se sentir a escala da coisa pintada".

Mas o autor de *A Lã e a Neve* não abandona a tónica nas questões da desigualdade social. Como nos romances anteriores, estas são indissociáveis do rendimento conquistado ao solo e aos recursos adjacentes (p.84):

> Os habitantes dos povoados serranos, vivendo em acanhados vales e as melhores terras na posse de industriais, padres e outros senhores lugarenhos haviam ido, desde remotas eras, às adustas alturas e, onde descobriram baldio propício a um punhado de centeio, cavaram-no e regaram-no com o seu suor. Mas o chão era pobre: por baixo dele, a um metro, às vezes ainda menos, jazia a rude ossatura de xisto ou de granito. Por cada ano que dava pão, a terra alta tinha de descansar, em esterilidade, um ano ou dois. Assim, perto ou longe de uma searazita, quem a semeara possuía sempre, próprio ou arrendado, outro tracto devoluto, o alqueive onde as suas ovelhas vinham dormir, adubando a terra que criaria o pão no ano vindoiro.

A regra, quase universal, que vimos em *Emigrantes* e *Terra Fria* – é nas terras baixas, junto à água, que o solo compensa mais o esforço humano – volta a surgir, embora as culturas que lhe são mais peculiares, como o milho e a vinha, laranjeiras e oliveiras, sejam relegadas para segundo plano. Este parágrafo tem grande valor documental: faz a súmula histórica do povoamento humano dos vales e do cultivo dos altos; define uma fragilidade natural daquele território – a magreza do solo arável – ; apresenta duas respostas adaptativas dos camponeses – a procura de terras nas maiores altitudes e o imperativo dos pousios; mostra o papel da pastorícia na produtividade da

terra – com as ovelhas estrumando os "alqueives" ou terras em pousio; e a tudo isto faz corresponder uma estratificação social básica entre "senhores" da terra e habitantes mais sofridos, incluindo nos primeiros o que não vimos em *Emigrantes* e *Terra Fria*: industriais e membros do clero. Uma complementaridade orgânica da terra, dos animais e dos humanos que aparece enleada nas angústias de Horácio e serve a sua crónica neste capítulo 3 e nos seguintes.

Essas vidas montanhesas sem lugar a descanso para lá de um sono curto, perpassam a narrativa. Sobre as "horas excessivas" e o trabalho demasiado sofrido, escrevera o autor em A *Epopeia do Trabalho* (1926): "Hoje, Homero teria de recrutar as suas legiões heróicas entre os que trabalham".

O quotidiano e a calendarização anual do pastoreio e da cerealicultura revelam-se segundo as fases a que obedecem, como o do ajuntamento do gado em "rebanhos de mil e mais ovelhas", "multidões ovelhuns" guiadas por poucos pastores (p.102) até que no fim do Verão "Novamente a serra se cobrira de pequenas ovelhadas", cada uma com seu zagal, estrumando as novas sementeiras de centeio (p.110) [Figura 27]. Note-se que esta complementaridade agropastoril, em moldes endémicos da Serra da Estrela se alargava até à Covilhã: o operário Ravasco, por exemplo, depois de cavadas as terras da mãe com a urgência de quem sabe que morrerá em breve, "compra noites de esterco" (p.259), ou seja, aluga um rebanho que as estrume durante a noite. Sinais de uma época ainda livre de fertilizações artificiais e sintéticas.

Mas é ainda nas encostas de Manteigas que uma outra ilustração, pródiga em rigor e ritmo, aproveita a hora "do sol poente" para introduzir um animal domesticado essencial ao transporte de pessoas e pequenas mercadorias na serra – o burro *Equus asinus* (p.95):

> Ao crepúsculo, posta a um canto a enxada com que labutara o dia inteiro, pessoa da família de cada pastor, (…) a maioria das vezes a mulher, empreendia o caminho da serra, com um burro à frente. E, por canadas e atalhos, grimpava dez, doze, mais quilómetros, ora em silêncio fatigado, ora soltando cantiga que espairecesse o seu cansaço. (…) Ao chegar, já noite fechada há muito, cada qual descarregava do onagro o pão e o conduto que o pegureiro e seus cães comeriam no dia seguinte e os acinchos vazios para os novos queijos a fazer. Depois (…) deitava-se na terra junto do pastor, até que o tecto celeste, que a ambos cobria, ameaçasse clarear. Então, acomodados sobre o burro os queijos feitos na véspera, os parentes dos ovelheiros abalavam de novo, agora serra abaixo (…) para casa, para a enxada – para outro trabalho.

São recortes em contraluz semelhantes aos que iluminam *Terra Fria*, dados agora por figuras trilhando diariamente os caminhos de encosta entre a vila e a Nave.

9.2.3.3. Baldios e matas – o conflito

No romance, à hostilidade do clima e da serra somavam-se os conflitos pelo uso da terra, em concreto aquele que opunha o campesinato agropastoril pobre a um adversário inatingível, o Estado. Ferreira de Castro envereda aqui pelos trilhos da história, que é já não apenas política e social, mas também a história ambiental do país, ao entregar aos diálogos entre personagens a complexa problemática das políticas de conversão dos baldios em florestas de produção. Ao fazê-lo, justifica a referência de AGUIAR *et al* (2009:314), que no volume *Ecossistemas e Bem-estar humano. Avaliação para Portugal do Millenium Ecosystem Assessment*, destacam o autor de *A Lã e a Neve* como um dos escritores que "descreveram as consequências das arborizações nos STARN [159] de montanha, no modo de vida dos serranos e na emigração". Na cadeia causal do abandono agrícola, "as arborizações foram uma causa próxima dos fluxos migratórios da segunda metade do século XX", rematam.

Não se pode escrever sobre Ferreira de Castro o que diz A. FERNANDES (1992:70) de Aquilino: que tinha um cuidado especial "relativamente à degradação do meio e às depredações a que ele está sujeito". Mas encontra-se neste romance uma sensibilidade ao "equilíbrio natural das coisas" (*op. cit*) – entendendo-se como "coisas" o combinado eco-humano sempre olhado da perspetiva social (p.104):

> Existiam pobres tão pobres que mesmo esse fraco chão altaneiro, outrora baldio e à mercê de quem o quisesse ocupar, tinham de tomá-lo de arrendamento aos descendentes daqueles, mais felizes, que para si o haviam chamado a tempo.

No Portugal da época vigorava uma política defensora da propriedade privada, pelo que apenas às áreas comunitárias se exigia o aumento da produção necessário ao país. Por isso as superfícies incultas aproveitáveis que não para áreas sociais, cerca de 20% da área total do continente, entraram na mira do governo, que ignorou a função da maioria como terras de pousio indispensáveis à reposição da fertilidade dos solos (ROSAS, 1994). À escala dos lugares e freguesias, os "vizinhos sem terra" tinham "direitos

[159] STARN: Sistemas Tradicionais de Aproveitamento dos Recursos Naturais

garantidos pela tradição" sobre essas extensões de usufruto comum, onde abundavam recursos fundamentais na economia agropastoril (DEVY-VARETA, 2003:451): pastos de Estio para a manutenção do gado, matos (carqueja, esteve, giesta, torga, urze, todas espécies mencionadas no romance), para cama de gado e fertilizantes das terras em conjugação com o estrume, lenha e madeira, água de regadio, pedra de construção e "o imprescindível cultivo de pequenas parcelas nos anos da fome" (*op. cit.*).

MATTOSO, DAVEAU E BELO (2010:342) dizem que o estudo das camadas de pólen acumuladas nas turfeiras da Serra da Estrela revela uma desarborização pelos gados "desde época proto-históricas". Ou seja, a paisagem – cenário do romance refletia uma ação humana acumulada ao longo de milénios, sendo por isso compreensível que reinasse, por parte das comunidades locais, uma perceção geral de propriedade sobre as pastagens baldias. J. ESTEVÃO (1983) explica num longo artigo como as políticas iniciadas no século XIX [160] visavam converter "terra incultas" em cultivadas para equilibrar a Balança de Pagamentos nacional, e foram progredindo até se intensificarem durante o Plano de Fomento (1938-1968). Quase esgotada a capacidade de produção cerealífera do país, a solução política recaía sobre a rentabilização silvícola, através da arborização maciça das áreas serranas sem dono. A Lei do Povoamento Florestal assentou principalmente em espécies resinosas, como o pinheiro-bravo, para alimentar a indústria de celulose, e iniciou uma época de invasão florestal a um ritmo perverso, movida pelo autoritarismo insensível do Estado Novo.

As oposições com que se depararam os silvicultores foram, portanto, proporcionais à milenar radicação humana naquele lugar. Era, para alguém com a ideologia de Ferreira de Castro, uma matéria social incontornável, que ele aborda do ponto de vista do camponês, com realismo e sensibilidade. Embora de forma mais diluída que a de Aquilino em *Quando os Lobos Uivam* (1958), que aí expôs a sua discordância em relação à mesma política, tentando conciliar interesses ambientais de combate à erosão das encostas e preocupações sociais (QUEIROZ, 2007:102).

Não foi possível saber, a partir do material consultado, se Ferreira de Castro

[160] Aliás, como salienta Jorge PAIVA (1998), em *A Crise ambiental – Apocalise ou advento de uma nova idade*, os Descobrimentos levaram à destruição maciça de *Quercus* e pinhais nacionais para o uso das madeiras, que prosseguiu até ao século XIX, quando se atingiu a mais baixa densidade florestal da história do país. Essa desflorestação foi compensada com sucessivos projetos de florestação, sobretudo por plantações mono-específicas, inicialmente com domínio do pinheiro-bravo e, a partir dos anos 80 do século XX, do eucalipto.

estava a par da condição das zonas serranas de Manteigas (e também do Gerês), que em 1889 funcionaram como ensaio das políticas de florestação e da resistência encontrada no terreno. J. ESTÊVÃO (1983:1178) fala dos "magotes do povo" de Manteigas e de como os Serviços Florestais passaram a ser vistos como "os novos usurpadores dos baldios". Segundo Devy-VARETA (2003), um decreto do Estado Novo, de 1934 remarcou os baldios da Serra da Estrela entre os dois concelhos que servem de cenário ao romance [161], com o imperativo do aumento de produção e exportação de madeiras, aproveitamento como combustível e desenvolvimento do setor industrial das madeiras. Os interesses do ordenamento do território eram secundários e as lógicas economicista e técnica sobrepunham-se a uma questão basicamente social, com o Estado a atropelar os direitos territoriais das comunidades serranas. Um conflito que integrou as mudanças nas relações cidade – campo, com este a sofrer o choque de ser subjugado às leis daquela (TORRES E MARINHO, 2001c).

O autor não avança muito na narrativa sem introduzir o tema, na fala de Tónio, filho do proprietário de gado empregador de Horácio, no episódio em que ambos se protegem da trovoada. Nele é confiada a missão de denunciar as queixas que, mais em surdina ou mais declaradamente, agitavam muitas comunidades rurais do centro e do norte de Portugal desde 1938:

> – Em volta de Manteigas já não há um único pasto, como sabes. Todas as encostas estão cheias de florestas do Governo e não se vêem senão árvores. O povo, se quer manter o seu gado, tem de andar léguas e léguas e ir para os picotos da serra, para os infernos. (…) Nas outras terras, os rebanhos aumentam de dia para dia; aqui, por causa das florestas, cada vez há menos ovelhas e só aumentam os pinheiros.

[161] Os baldios constam do novo Código Administrativo de 1936, e na sua nova redação de 1940 Marcelo Caetano questionava "se as 'coisas comuns' entram ou não no domínio público", acabando por discordar da opinião quase unânime dos "civilistas" e considerar que os "bens da comunidade" que são "constituídos pelos baldios em logradouro comum (bens inalienáveis, património de sucessivas gerações, ampara da pobreza e conforto de todos"; apenas os bens próprios das freguesias dispensáveis aos serviços públicos entravam na categoria de alienáveis pelo Estado (cit. p. ESTÊVÃO, 1983:1164). Havia uma cláusula da legislação florestal do princípio do século que caiu no Estado Novo: a de que, numa superfície arborizada em que o arvoredo já estivesse desenvolvido, seria de novo franqueada a entrada dos gados. No entanto, à medida que os baldios foram sendo florestados, entraram na posse dos Serviços Florestais e o rendimento líquido das matas nunca deixou de ser entregue ao Estado. A linguagem dos defensores da florestação era tecnicista, uma "necessidade nacional" centrada na "erosão" do solo. Este clima de contestação continuou durante as décadas seguintes, até que o código Civil de 1966 abule completamente as "coisas comuns". Só em 1976 o Decreto-Lei 39/76 veio corrigir parcialmente e as comunidades passaram a administrar essas áreas juntamente com o Estado; atualmente as florestas dos baldios continuam a fornecer rendimentos para as comunidades locais (*op. cit.*).

No ambiente campestre do romance, esta problemática equipara-se à das reivindicações operárias na esfera urbana da Covilhã. Como se o autor realizasse uma espécie de passagem de testemunho campo – cidade, mostrando que ambos enfrentam igualmente investidas que sobrecarregam a já difícil condição humana. Num caso e noutro, é sempre de uma notação crítica que se trata, da arte comprometida em denunciar os males que afligem a sociedade, como era apanágio do autor [Ver 4.4.].

No entanto, essa tomada de posição não implica sonegar espaço à dialética que envolve outras questões de relevo. O princípio de Ferreira de Castro em não extremar posições e em dar voz às partes em contenda reconhece-se ainda na mesma cena. É verdade que o autor não cataloga as funções ecológicas da floresta – desde a produção de oxigénio e retenção de dióxido de carbono à matéria viva na base da cadeia alimentar, a habitat de espécies variadíssimas, ao enriquecimento do solo, por exemplo. Mas permite que Horácio, talvez com uma consciência diferente dos que nunca saíram da terra, faça de advogado do diabo: "todas as pessoas que sabiam alguma coisa diziam que as florestas davam cabo do gado, mas que, por outro lado, eram boas para o povo" (pp. 80 e 81). Ou ainda:

> – (…) não dizem que as florestas fazem bem à lavoura, que trazem mais chuvas, que prendem as terras quando há enxurradas e que ainda por cima dão quanta lenha se quer? Já uma vez ouvi que não haveria campo que se aguentasse à beira do rio, que tudo ficaria cheio de calhaus, se não fossem as florestas.

São exemplos do enriquecimento da narrativa através da capacidade de criar diálogos com vozes e valores contraditórios entre si e com o próprio autor, de que fala a ecocrítica MCDOWELL (1996:383). Subentende-se o abrandamento da erosão das encostas, a correcção das torrentes fluviais, portanto a regularização dos cursos de água por evitar o arrastamento dos solos – argumentos esgrimidos pelos serviços florestais de então que eram estéreis aos ouvidos dos camponeses. "É caso para dizer que o ritmo em que a sua vida decorria não estava sincronizado com o dos processos erosivos sedimentares", escreve ESTÊVÃO (1983:1181).

A Lã e a Neve ilustra aqui um elo terra – ser humano em rutura, por alteração forçada dos modos de sobrevivência. Um impacto social de uma pressão ambiental onde as opções de ocupação do solo se entrelaçavam, porque induziam, questões agudas de

injustiça social. Estas abordagens "top-down", sem auscultação das populações, muito ao gosto do Estado Novo mas reproduzidas no país mais recentemente, enviavam para segundo plano aspetos conservacionistas, não considerando, por exemplo, alternativas com espécies silvícolas autóctones, como carvalhos, castanheiros e outras de grande valor ecológico. Já em 1943, Caldeira CABRAL (2003:185) alertava para que a florestação da Serra da Estrela, "(…) não a podemos encarar como uma concessão magnânima feita aos habitantes da serra, deixando-lhes uns cantinhos para esse efeito, mas, pelo contrário, temos de arborizar em função do melhoramento e da valorização das pastagens".

É ainda no mesmo diálogo que o autor transmite a solução popular para combater os danos causados pelas arborizações: o fogo posto. Tónio propõe a Horácio uma remuneração extra se o amigo deitar fogo às matas junto a Manteigas (p.77):

> Antigamente não era assim. O meu avô ainda se lembra de os pastores estarem mesmo ao pé da porta. Os pastores tinham queimado as árvores dos tempos antigos e havia ovelhas por toda a parte. Agora, é o que se vê. Todos se queixam, mas ninguém faz nada. A princípio ainda algum pastor ia deitando fogo aonde podia… Mas depois, há a torre de S. Lourenço, com um homem a vigiar, lá do alto, as florestas, e a telefonar cá para baixo mal vê um pouco de fumo (…).

A estratégia de resistência à determinação do governo mais não era do que a adaptação social a uma dificuldade que se traduzia numa escassez dos recursos vitais (p.78), tão grave que merece de Tónio nova tentativa de doutrinar o outro:

> Se eu puser fogo em dois ou três lugares na mesma tarde, eles não podem acudir a toda a parte. (…) Três ou quatro homens lançavam fogo, de ponta a ponta, a uma floresta, e, com vento de feição, aquilo ia no instante. (…). E no ano seguinte, já haveria pastos com fartura e tenrinhos perto da vila. Com duas ou três florestas queimadas, cada um podia criar mais ovelhas.

O tema é retomado no capítulo IV (p.105): É Verão e há poucos braços de trabalho na vila. Ocupados na sementeira perto da Nave de Santo António, os trabalhadores agrícolas avistam um fogo, noturno, junto às Caldas. Os sinos das duas igrejas de Manteigas tocam a rebate. "Deus queira que não fique uma só árvore", torcem os que não se debatem entre o instinto de entreajuda, que levava o povo a acudir-se mutuamente, e a resistência aos serviços florestais. Seguem-se diálogos sobre os incêndios das florestas

baixas, que transmitem bem a conceção dialética do mundo e da sociedade do autor: argumentos contra de alguém que ainda mantinha uma videira no vale, receando que a mata próxima a contaminasse, e a posição vociferada que representava a maioria: "Porque não temos terras de centeio e de pasto junto de casa?", "Que o diabo leve todas as florestas! Quando vocês forem velhos e começarem a berrar com dores de reumatismo, como eu, pelas noites que tive de passar fora (…)" (pp. 106 e 107).

É uma narrativa coerente, um jogo de *nuances* entre as partes em conflito, que fazem crer num contacto direto de Ferreira de Castro com esses meandros: "Todos sentiam que havia um outro lado, que nunca lhes tinha sido explicado suficientemente", "que era contra os seus interesses de pastores e de pequenos agricultores das encumeadas, mas que existia, fosse em benefício da agricultura do vale, como os doutores diziam, fossem quais fossem as razões". O romance nada diz, por exemplo, dos aspetos positivos das campanhas de plantação, como a abertura de caminhos e consequente diminuição do isolamento de algumas povoações.

Note-se que as opções por matas artificiais sem folhosas autóctones facilitavam a causa incendiária, dada a alta susceptibilidade das resinosas à propagação das chamas. Do outro lado da moeda, estavam os impactes negativos dos fogos florestais ao nível do ciclo hidrológico, diminuindo a interseção das águas das chuvas pelas copas e a evapotranspiração para a atmosfera, enfim dificultando o aporte de água aos cursos de água e aos aquíferos.

Também neste sentido *A Lã e a Neve* mereceu o epíteto de "romance-reportagem", acabando por ilustrar a grande consequência sociocultural da arborização maciça das serras: o incremento, aliás já iniciado no século XIX – e atrás referido – das migrações rurais para os centros urbanos e industriais (a par da emigração para Lisboa, Brasil e África), proporcionando mão-de-obra barata não especializada, que possibilitaria o arranque do setor industrial português (ESTÊVÃO, 1983) [162].

A questão portuguesa dos baldios, hoje diagnosticável como do domínio da Ecologia Humana, insere-se no leque de preocupações e reivindicações da chamada

[162] DEVY-VARETA (2003) fala da redução drástica de práticas tradicionais de uso do solo, como o pastoreio e Estevão de que o distrito da Guarda perdeu, entre 1940 e 1972, de 353 378 para 156 802 ovinos.

Justiça Ambiental [163], área que já este século veio complementar o conjunto de compromissos de ambientalistas e de vários ecocríticos, como Patricia NETZLY. Em *A Lã e a Neve*, o sentimento de injustiça associado permeia a comunidade, a ponto de o autor lhe atribuir uma importância dramática, de vida ou morte – através do pastor Chico, que imputa a morte da mulher ao facto de ela ter regressado demasiado cedo após o parto ao trabalho do campo, para que ele pudesse pastorear as suas ovelhas mais longe.

Em "Na floresta" (*O Aprendiz de Feiticeiro*,1971:182) Carlos de OLIVEIRA fala das "suas" florestas, começando pela Amazónia, e encontra variantes nos escritores e poetas portugueses: floresta "do perigo", floresta "do refúgio", floresta "amiga e companheira", floresta "imagem literária", floresta "labirinto", etc. Faltou-lhe esta floresta "desespero" de *A Lã e a Neve*, do amigo Ferreira de Castro.

A seleção natural é dada no romance por quem tem ou não tem posses e transmitida pelas iniquidades sociais. Os mais pobres apresentavam uma taxa de sobrevivência baixa, que tentavam minimizar com a migração. O conceito de capacidade de suporte do meio faz sentido neste contexto rural de limitação de recursos, a ponto de correr com indivíduos para fora de área que habitavam. Podemos identificar uma competição intra-específica, pois que ocorre entre humanos, ou interespecífica, se mantivermos a lógica de ver as diferentes classes sociais como "espécies" diferentes dentro da sociedade serrana.

Para além da dimensão sociológica do fenómeno, as correntes migratórias de camponeses representadas em Horácio afetavam negativamente a densidade populacional da área, mas configuravam um ajustamento às circunstâncias ambientais precárias. Manteigas e a vida pastoril na Nave garantiam apenas uma sobrevivência mínima das famílias de camponeses. Para os migrantes da serra, cuja sobrevivência dependia de um conjunto de fatores (como o ar/oxigénio respirado, a luz do sol, a temperatura ambiente, por exemplo), a insuficiência de terra de pasto, de onde retirar sustento, constituía um fator ambiental limitante que, devido à sua escassez, comprometia a sua existência ou, no mínimo, a sua prosperidade.

[163] De novo, outro subtema em expansão da atual Ecologia Humana: Nos últimos congressos da Society for Human Ecology (SHE), foram apresentadas várias comunicações incluídas em painéis obre este tema.

9.2.3.4. As casas e a fábrica

Sabemos, por declarações e textos memorialísticos de Ferreira de Castro, que a imersão adolescente no ambiente pluriétnico do seringal amazónico lhe trouxe a primeira compreensão da universalidade da dor humana, ao ver no infortúnio de cearenses e maranhenses contornos que nada tinham de específico, reproduzindo sim uma condição humana sem fronteiras geográficas ou temporais.

São estas grandezas de humanismo e esperança universal que surpreendemos em *A Lã e a Neve* – romance só por si bastante para dar razão a Agustina BESSA LUÍS, que disse da obra castriana ser "como a dum filósofo pastoral: vive da resistência que faz às desgraças do seu tempo" ("Testemunho, in NEVES, 1976:69.)

É na Covilhã que Horácio continua a perseguir o seu sonho, um sonho tardio, já que passou há muito a idade limite dos aprendizes fabris. Essa ambição impulsiona o fio principal da ação, como se disse, e é introduzida na narrativa através de um expediente de contraste. Quando Horácio transmite a Idalina o seu deslumbramento pelo Estoril – terra "como um jardim a perder de vista", onde "até os pinheiros parecem árvores mansas", estradas "mais limpinhas que o chão de uma igreja" (p.16) – traça um retrato quase infantil da civilização urbana moderna que não cabe nos vales fundos nem nos amplos cumes da Estrela. Rapidamente o autor nos transfere para o velho aglomerado rural onde decorre a conversa entre ambos – Manteigas e o seu "cimo de vila"(p.24):

> Era uma rua estreitíssima, que cheirava a burros, a porcos e a fumo de ramos verdes. Dela partiam outras tortuosas vielas, que terminavam em pátios ou dobravam em cotovelos, cruzando-se, avançando para sombrios recantos (…). As casas, negregosas, velhentas, colavam-se umas às outras, com a parte inferior de granito escurecido pelo tempo e a parte cimeira com folhas de zinco enferrujadas a revestirem as paredes de taipa, mais baratas do que as de pedra. Este e aquele casebre exibiam apodrecidas varandas de madeira e outros, mais raros, umas escadas exteriores, coroadas por um patamarzito quadrado, logradoiro do mulheredo nas horas do paleio (…).

Uma imagem realista semelhante à de Padornelos, não fosse uma fisionomia urbana já amortecida por materiais de construção como telha, zinco e taipa. Manteigas, sulcada por vias "onde, no Inverno, as enxurradas faziam correr todos os detritos" e que "no Verão, secavam, cheios de moscas, ao bom sol da serra" (p.25), é olhada por Horácio

como a antítese do "lugar airoso e limpo" que sonhava para a sua futura família. Um ponto de vista a partir do interior do tecido urbano e do interior de quem aspira a algo melhor, à qual o autor contrapõe, à medida que a narrativa avança, um retrato mais brando, distanciado, integrado na panorâmica geral do vale.

Aí, a quem observa Manteigas a partir da nascente do Zêzere, a vila afigura-se "uma construção infantil, um burgo de Lilliput, no fundo de concha verde", com as torres das duas igrejas velando o casario (p.53), "umas pinceladas de branco, vermelho e escuro, num fundo verde de campos agricultados e florestas" (p.81). Surge neste ponto a expressão "terra linda" (p.53) que aparenta qualificar o conjunto da vila e do seu encaixe no vale. É resultado de uma perceção afetiva do autor, já patente em *Emigrantes* – com a beleza do vale cultivado e a proximidade da "terra nativa" – mas que sofrera um interregno em *Terra Fria,* com a inospitalidade do solo e do clima.

A aglomeração urbana é no romance representada por três níveis: a vila do Zêzere, a Aldeia do Carvalho – distinta das outras por viver não da tradicional vida pastoril e agrícola, mas ser dormitório de famílias de operários têxteis – e a Covilhã. Quando Horácio se desloca pela primeira vez à aldeia, é o mesmo quadro que conhecemos de *Emigrantes* e sobretudo do romance do Barroso, de "ruelas sinuosas" e "becos soturnos", "casas a derruírem de velhice e de pobreza" (p.47), invariavelmente agravado pelo Inverno, que tudo cobre de lama e neve: "os casebres tornavam-se lúgubres e, mesmo nas horas diurnas, adquiriam feições de cavernas, com um lume a arder lá dentro", "uma tristeza infinita" (p.147), que apenas cede quando lavada pelo primeiro sol da Primavera.

A Covilhã, por seu turno, apesar de "cidadezita serrana de ruas tortuosas e íngremes" (p.41), é mais do que as imagens anteriores a uma escala maior: apresenta-se "a meio da serra, como se quisesse vigiar dali todo o imenso vale", cheia de "incontáveis janelas" que o sol das cinco da tarde fazia "rebrilhar" (p.142). Animam-na um mercado novo e uma Praça da República, presidida pela Câmara Municipal – símbolos das funções administrativa e comercial que mundialmente distinguem uma cidade de um aglomerado de menor importância. Mas tal como na vila, a Natureza, aqui a Natureza florística, integra-se no tecido urbano, e o protagonista agrada-se das tílias em flor libertando um "aroma que enchia o vasto terraço ajardinado que a cidade lançava, ali, sobre o vale" (p.300) e em cenas futuras ocuparão o papel de vigia das movimentações operárias.

"A cidade fascinava os olhos de Horácio, que passeavam, lentamente, do velho casaredo aos edifícios novos que se exibiam nas declividades"; era o lugar das casas grandes dos industriais, onde apenas as construções sobre as antigas muralhas revelavam "uma confusão de burgo pretérito" (p.327). O Zêzere, rio que coroa todo o romance, é na cidade beirã menos influente mas sempre presente, pois a Covilhã é sobranceira ao seu vale, quando ele desce no sentido nordeste – sudoeste, oposto ao que encontra quem circula ou vive no encaixe perto de Manteigas.

A casa, primordial ponto de fixação humano no território, abrigo do conclave familiar, assume neste romance uma importância determinante no curso do enredo. Perante a incompreensão de Isalina, Horácio aspira tão-só a "uma casa alegre e não com burros por baixo" (p.17), onde "as crianças terão um chão limpo" (p.22), rejeitando um futuro num "casebre assim atafegado e sombrio" (p.29). A rapariga parece contentar-se com uma morada semelhante à dos pais, sob "telha vã", dois pisos com "estreitura de corredor" (p.26), cozinha fazendo suspeitar do ambiente espessado pelos fumos sem exaustão, afligindo a saúde dos moradores, que Ferreira de Castro não denuncia. Sem animais por baixo, são as alfaias agrícolas que convivem com as tarimbas dos adultos, os enxergões no soalho para as crianças, áreas para espalhar as batatas e palha para dormida dos filhos mais velhos.

Horácio funciona como um agente denunciador dos estados habitacionais populares do Portugal norte e centro da época, através desta questão nuclear da casa. Apesar de a morada dos seus pais ostentar "cama de ferro" e arcas "rústicas", dormia-se em "quartelhos" (p.26), o fumo saía por "janelos", de um prego pendiam os ornamentos de pastor e tudo se iluminava por candeeiro a petróleo ou candeia de azeite. "Havia eletricidade na vila, mas nenhuma casa pobre a tinha" (pp.28 e 29). O rapaz experimenta a mesma sensação de estranheza das negritude e pobreza interiores que vimos em Ermelinda, de *Terra Fria*. Mas contrariamente ao romance do Barroso, surgem aqui pequenas notas cromáticas, através de vasos de sardinheiras nas janelas da casa do padre Barradas (p.35), a quem Horácio vai pedir empenhos para entrar numa fiação de Manteigas, e na da tia Madalena, "velha e negrusca com as demais", porém alegrada por "caixotes garridos de cravos e sardinheiras" (p.209) na varanda de madeira – uma graciosidade que *Terra Fria* só avistara em território galego.

Replicam-se esses ambientes domésticos de negrume e sujidade entre quatro paredes de granito, com fumos "de carqueja e de raízes de torga" escoando-se pelas frinchas dos soalhos (p.127), na Aldeia do Carvalho, onde, finalmente operário, o antigo pastor se alberga – um alojamento que mais reforça em si a aspiração de um lar alegre e higiénico. Uma análise à totalidade do texto mostra que o termo "limpo" e sua família gramatical – qualificando casas, chãos, estradas e caminhos, lugares, cozinhas, aparência das pessoas, corpo, o céu, os dias – aparece duas dezenas e meia de vezes.

É esta "aldeia de rústicos casebres, de gentes pobres e de ovelhas e cabras", que Horácio, inicialmwente falho de "consciência de classe" (p.242) e imbuído do "egoísmo de montanhês", (p.246), não entende poder inscrever-se nas preocupações ideológicas dos homens de cidades longínquas, de que lhe fala Marreta (p.157). Parte da dialética cidade – campo reconhece-se, aliás, no processo de adaptação de Horácio, não apenas à fábrica e a todo um meio economicamente terciarizado, mas à rebelião operária que se vai desenvolvendo em surdina.

No entanto, Ferreira de Castro leva mais longe este tópico fundamental da casa, atribuindo-lhe um valor já não utilitário mas simbólico: na mesma Aldeia do Carvalho fica a casa de Marreta, velho mestre tecelão respeitado por toda a hierarquia de empregados fabris; a sua miséria material, ao nível de todas as outras, é suplantada pela função de teatro de encontros clandestinos entre os operários, de debates, projetos, leituras e de fermentação de uma esperança num futuro comum.

Quando o casal Horácio e Idalina vêm viver para a cidade, cabe-lhes o padrão habitual da "rua proletária, sufocada em sua estreiteza (…) pingando tristeza e imundície" (p.255). Pretexto para o autor recuperar a figura de Manuel da Bouça, que o final de *Emigrantes* abandonara à sua sorte. Não se percebe se Ferreira de Castro quis ajustar contas com o seu primeiro romance, atribuindo finalmente à personagem sua conterrânea um papel útil, por oposição à transmissão da mensagem de luta e esperança. O velho curvado "de modos retraídos" (p.276) ajuda Horácio a exterminar uma praga de percevejos que ataca o interior da habitação e é apresentado ora como um vencido "que tivera uma casa e tivera terras e perdera tudo porque quisera viver melhor do que vivia" ora como um vencido que "não acreditava no futuro": "Só os que não tem nenhuma esperança são vencidos como ele", avalia Marreta (pp. 294 e 295).

A praga estival de percevejos recentra o romance na temática da casa, que revolta Horácio e antecede o anúncio da construção de "casas para os pobres" (p.261). "O sítio não podia ser mais airoso", via-se o vale, a Covilhã (p.262), alegra-se o antigo pastor, esperando casas "garridas, com seus beirais recurvos e largas janelas", cada uma com um "quintalejo" e uma árvore de fruto (p.320).

O sonho da casa é o fio condutor indispensável para empurrar a história para diante. Porém, embate no final contra a dura realidade dos números e da sociedade: apenas um total de setenta casas se destinavam aos seis mil operários, somados de funcionários públicos, empregados do comércio, motoristas, padeiros, etc.. Ferreira de Castro descreve um sorteio público sob o frio tremendo de Janeiro, a fé que vai secando na gente enregelada, o abatimento de Horácio por nunca ouvir o seu nome, o discurso do enviado do Governo alegando "um verdadeiro amplexo entre as várias classes da sociedade" (p.329).

A casa, que é na perspetiva ecológica o abrigo, tão essencial à sobrevivência como a nutrição, é em *A Lã e a Neve* um sonho inatingível, por ter contra si toda uma conjuntura exterior. É quase o anti-mito da empresa humana bem-sucedida, que fica a pairar no final com a mesma imaterialidade com que nasceu nas primeiras páginas.

O romance não termina sem uma outra casa e seu simbolismo: o "vetusto casarão" que era o Albergue dos Inválidos do Trabalho, uma "antecâmara da morte" gerida por freiras, simultaneamente temida e desejada pelos operários, como única alternativa à vida errante de pobre de pedir. É o ressurgir de outra velha temática castriana, a da passagem do tempo e da transitoriedade da vida. O narrador faz uma descrição do albergue e seus ocupantes na mais completa decrepitude, velhos e alguns loucos invariavelmente sujeitos, portas dentro, à inclemência dos invernos e outonos da serra. Porém, enquanto as habitações ao longo da narrativa estão sempre de costas voltadas ao sol e à vida dos campos, Ferreira de Castro abre o ambiente do albergue à alegria da Natureza e põe os seus ocupantes a lançarem um último elo à terra beirã: Marreta aguarda melhor saúde e menos frio para se entreter na hortinha cultivada nas traseiras, onde vivem também duas laranjeiras que eram "um oásis para os olhos" (p.363); do seu poiso estático, avista uma encosta coberta de pinheiros: "Acolá, uma vez, encontrei um lobo", recorda. Marreta vem a sucumbir no albergue, miseravelmente, como todos os demais, abraçando até ao fim a esperança no dia em

que "os homens hão-de vir a ser como irmãos" (p.385) e a abolição das fronteiras significará a abolição das guerras.

Historicamente, a localização da indústria transformadora têxtil obedeceu não ao fator mercado, mas à origem da matéria-prima. Foi a concentração de rebanhos laníferos na serra que atraiu a instalação de centros artesanais e, mais tarde, fabris (PIRES, 1994 e MATTOSO, DAVEAU E BELO, 2010). Os seus rendimentos aumentaram, a partir do século XVIII, com o aproveitamento da energia hidráulica das duas ribeiras – Carpinteira e Degoldra – que nascem na serra e afluem ao Zêzere. A fábrica que aceitou Horácio pertencia ao conjunto industrial alinhado na margem da primeira, parte das mais de duas centenas de fábricas da época (quatro das quais subsistem atualmente).

A Covilhã da década de 1940, tal como recriada nesta ficção, personificava um modelo de economia onde o uso de recursos naturais locais – nomeadamente água, solo e lã de ovelha – ultrapassara largamente o ritmo da sua reposição por parte da Natureza. Este modelo industrial insaciável exigia a importação de matéria-prima, quantidades crescentes de energia de laboração e impunha esquemas de trabalho que exauriam os operários das suas forças, fazendo deles "autómatos, simples peças das máquinas, movimentando-se sob aquela mesma vontade fria que movimentava a fábrica" (p.165). Eram verdadeiros microcosmos de exploração humana onde o autor centra a dialética entre explorador e explorado.

Ferreira de Castro não foi o único a escrever sobre a implantação de uma indústria próxima de meio rural, que enriquece socorrendo-se do léxico fabril. Fê-lo posteriormente, por exemplo, o neorrealista Soeiro Pereira Gomes, com *Engrenagem* (1951), relato de uma metalúrgica que se instala sobre terrenos agrícolas vendidos por camponeses, que esperam ingloriamente trocar a vida ao ar livre por uma alternativa fabril com melhores condições.

Paul DELÉAGE (1993) recorda todas as revoluções técnicas, como os utensílios de ferro ou o moinho de água, que contribuíram para modificar as paisagens, mas como só a revolução industrial "curto-circuitou" as ligações naturais entre os ciclos biológicos e os geológicos dos ecossistemas. E E. SCHUMACHER (1980:150 e 151) alertava, apenas três décadas depois do tempo do romance, para a urgência de uma tecnologia "de rosto

humano" que beneficiasse as pessoas, mais ajustável ao ambiente, "imensamente mais produtiva que a tecnologia indígena (…), mas também imensamente mais barata que a tecnologia de capital altamente intensivo da indústria moderna".

Referimos, a propósito da questão dos baldios, o seu cabimento à luz da Justiça Ambiental, alojável no campo da Ecologia Humana. Também as zonas industriais e forma de vida associada retratadas no romance seriam passíveis de ilustrar, hoje, o termo "brownfields" (GARRARD, 2006) – cunhado por ecocríticos de segunda vaga, focados no ambiente artificial, nos anos 90 do século passado e atualmente do léxico da justiça ambiental. Os "brownfieds" designam paisagens antropicamente degradadas, urbanas e industriais, "locais tóxicos", principalmente dentro das cidades, em oposição aos "green fields" dos arredores. É pois um contraste semelhante a este que proporciona *A Lã e a Neve*, expondo um lado soturno da cidade, na mais completa oposição ao labor das encostas, vale e cumes agropastoris.

No capítulo I vislumbrara-se pela primeira vez a alternativa à vida campestre com o emprego nas fábricas – solução que Horácio propõe quando confrontado com a pergunta sacramental dos pais e de Idalina: como previa financiar o seu sonho de uma casa superior às demais. É o tempo, na história, de um Horácio movido pela ilusão de que dois braços e autoconfiança seriam suficientes para tombar o fiel da balança para o seu lado e pesariam mais do que as circunstâncias sociais do tempo, do país e da serra.

A transição de Horácio entre o campo e a cidade assume um paralelo no plano das amizades, com a substituição progressiva do pastor Peixoto por Marreta. Como se disse em 9.1., este tecelão fabril, vegetariano e esperantista, que defendia "as vantagens de uma só língua para a humanidade inteira" (p.155), é uma espécie de emissário do autor no elenco de personagens, verbalizando aspetos ideológicos de universalismo e anarquismo.

Entre a Nave de Santo António e a Covilhã distam várias horas a pé que correspondem a um salto de vários séculos. Horácio lança-se numa lenta e penosa escalada na hierarquia operária da fábrica, almejando o posto de tecelão, o mais respeitado por mestres e industriais. Uma vez na tecelagem, conhece o outro lado da lã que pastoreava: "Durante muito tempo a lã fora, para ele, apenas uma coisa que se vendia, aos quilos, que dava dinheiro aos donos das ovelhas, e, depois, se comprava aos

metros. (…) Agora, porém, a lã aparecia-lhe com outro aspeto (…). Como se as ovelhas tivessem perdido ossos e carne, patas e cabeça, e ficassem só Iã, casulos em forma de ovelhas, que depois de transformados serviam para aquecer os homens".

A denúncia da opressão da máquina industrial sobre os homens e mulheres inicia-se numa primeira madrugada a caminho das fábricas "ribeirinhas" da Carpinteira (p.130):

> Há muito tempo que os cabeços e encostas dos subúrbios da Covilhã viam, de manhã, aquelas filas negras de cardadores, penteadores, fiandeiros, urdideiras e tecelões avançarem para o trabalho, houvesse sol ou chuva, poeira ou rama nos caminhos. Todos os mestres da indústria têxtil da Covilhã tinham ali, a servi-los, dinastias de operários, os pais metendo, em cada geração, os filhos nas fábricas.

A tónica do frio e da neve é longitudinal à narrativa, privilegiando um fator ambiental que não reconhecia distinções entre perfis urbanos e rurais. À opressão do clima juntava-se o medo do futuro. Os despedimentos arbitrários – por doença ou quando as energias dos mais velhos para o desempenho laboral davam mostras de se esgotar -, assim como a ausência de assistência social por parte do Estado, eram uma das poucas certezas nos horizontes futuros das famílias operárias. O autor recorre a uma metáfora com elementos da Natureza para expor a paisagem urbana conspurcada visual e moralmente, por "seres tão inúteis para a indústria como os resíduos vegetais e minerais que as máquinas separavam das lãs" (p.314).

A. QUEIRÓS (2000b:21) encontra uma "unidade dialética de contrários" nas figuras contrapostas do pastor e do operário, assim como da lã e da neve. Porém, o modelo extremamente pobre das famílias de operários da Covilhã, assente no labor têxtil mal remunerado, assimilava as práticas agrícolas ancestrais da serra e ia buscar ao cultivo de parcelas junto à Aldeia do Carvalho um parco suplemento para sobreviverem – era a proletarização dos trabalhadores rurais, que esbatia a dicotomia rural / urbano (p.147):

> Fosse na Primavera, fosse no Verão ou no Outono, os homens (…) que laboravam no turno da noite e possuíam um quinchoso ou leiras nas declividades da serra empregavam o dia a amanhar essas territas. Muitos deles, ao entrar nas fábricas, às cinco da tarde, já haviam trabucado seis e oito horas, mas tinham por boa sorte consumar num mesmo dia esse duplo trabalho, pois sem o acrescento das couves, das batatas e, às vezes, do centeio que as courelas davam, o salário não lhes bastaria para sustentar a família.

O Anexo V mostra o mapa da distribuição desse trabalho duplo no setor secundário e terciário (ano desconhecido no original). Esse "trabalho de enxada" (p.184) com que também Horácio tenta suplementar o salário de aprendiz é indicativo da dupla condição de operário – camponês, abordado, por exemplo, por J. GASPAR (1981). O geógrafo salienta como nem sempre a estrutura da população ativa nas estatísticas oficiais era, mesmo décadas depois, um indicador fiel dos estilos de vida em Portugal. Em *A Lã e a Neve* encontramos os tipos rurais listados por GASPAR – o pequeno proprietário ou rendeiro; o trabalhador rural "sem terra ou com terras insuficientes para prover à subsistência da unidade familiar", predominando em áreas de menor divisão da propriedade, "os pastores de gado ovino e caprino do sul e das montanhas do norte e centro" (p.21) – mas igualmente os muitos trabalhadores da indústria que continuaram a ser agrícolas, minimizando com os produtos da terra a miséria a que os votavam os rendimentos do trabalho fabril.

J. GASPAR regista uma relação, também salientada por ROSAS em "A Grei agrária" (1994), cuja perversidade terá eventualmente escapado a Ferreira de Castro: a de que o setor industrial se implantava nas áreas rurais também para dispor, entre outros benéficos, de força de trabalho barata, pagando salários abaixo do nível de subsistência, contando com a suplementaridade do trabalho agrícola dos operários. Numa sociedade e num tempo em que, diz A. S. PEREIRA (2012:9), os investimentos dos industriais "tinham o retorno idêntico ao das viagens à Índia, no século XVI."

As personagens assalariadas de *A Lã e a Neve* partilhavam, apesar disso, da mesma subalimentação, deficiente em calorias e proteínas – batatas cozidas, pão de centeio e leite de cabra, nos pastoreios do monte; e caldos matinais com as sardinhas, na exigente urbe fabril – espelho da miséria geral que já encontrámos em *Terra Fria*.

As páginas sobre as movimentações operárias no centro de agitação política que foi a Covilhã obedecem a rigor historiográfico. TORRES E MARINHO (2001d) referem o movimento reivindicativo local de Novembro de 1941, com dez mil operários grevistas, que Ferreira de Castro imagina urdido e comandado a partir dos serões no casebre de Marreta, em que Horácio participava. Para anunciar o dia de início da greve têxtil, o autor traça um tranquilo quadro aldeão, uma antítese do fervilhar reivindicativo da urbe fabril – "algumas galinhas debicavam a terra" – empregando dois fatores ambientais: era uma quinta-feira com "luz de domingo" e sobre um dos flancos da Aldeia do Carvalho planava

um milhafre (p.271). Uma quietude cortada pelo vociferar do personagem Tramagal contra os "amarelos".

Os parágrafos seguintes enchem-se do ambiente de greve já na cidade, com os portões fechados das tecelagens, ajuntamentos de operários nas ruas, detenções pela GNR, uma multidão insurreta de mulheres berrando pelos seus detidos junto à Câmara Municipal, o braço-de-ferro de vários dias entre industriais e grevistas. É evidente o uso da ficção para exprimir a apologia de modelos de sociedade "que aboliam a divisão entre servos e senhores, a bem da felicidade da humanidade inteira", uma "utopia, baseada na conceção otimista do homem" (ALVES, 2002b:111 e 112). A sucessão de incidentes culmina na prisão de Ricardo, deixando "um silêncio pesado, mais forte do que o próprio rumor" das máquinas, que vem somar-se à pobreza e à rudeza do clima para castigar familiares e amigos. Mas o autor amortece a pressão dramática através de dois aspetos de evasão: um deles introduz a figura eloquente e moderada de um tenente, que logra acalmar a multidão na praça e evitar a força; outro, mais útil à presente análise, é a mudança brusca do ponto de vista sobre as agitações de quem clamava por salários menos miseráveis: "Ao fim da tarde, as andorinhas pousavam nos fios telegráficos e quedavam-se a ver de alto a cidade (…)" (p.270).

Temos, portanto, dois espectadores improváveis conquistados à avifauna da Serra da Estrela, assistindo de um plano superior às cenas onde o povo se opunha a um estado de injustiça e desigualdade social.

Se mantivermos a lógica de transposição de conceitos da Ecologia Humana para esta narrativa, encontramos o conceito de dominância ecológica de uma espécie, na medida em que são os industriais que "controlam em maior ou menor grau a corrente de energia e afetam fortemente o ambiente de todas as outras espécies" da comunidade, para citar a definição genérica de ODUM (2007:226). Mas o contraponto, a ideia basilar no romance, é a verdadeira cooperação, com benefício para as partes envolvidas. No caso dos operários da Covilhã, aliás, esta relação é elevada ao patamar do mutualismo (conceito igualmente do léxico da Ecologia), que pressupõe um nível de interdependência que favorece a sobrevivência – representado no Sindicato onde se agremiavam e autoajudavam os trabalhadores têxteis e que apoiava velhos e doentes num modelo em que patronato e Estado não assumiam responsabilidades.

Podemos continuar nesta correspondência e interpretar os industriais como predadores, não só no sentido em que se aproveitam das vítimas, como no sentido em que a ação de predação é interespecífica (os dois homens são de "espécies" diferentes), significando uma transferência de energia da presa para o predador, portanto um benefício evidente para o primeiro; o que na Natureza seria um benefício em calorias ingeridas, no romance é dado pelos volumes de trabalho exigidos e correspondentes lucros.

O romance vive de um fio de sentido pouco risonho, de um espectro do mal sempre em fundo, seja na insensibilidade das classes mais favorecidas, sejam nos usurários que emprestavam aos pobres a juros altos, nos velhos avarentos que não disponibilizavam dinheiro aos filhos, etc.

Só com a aproximação ao final esse clima enfraquece. Ou talvez antes, já que as falas de Marreta configuram o oposto das narrativas apocalíticas, prenunciadoras do declínio gradual do mundo. O discurso do operário, em surdina entre as suas quatro paredes e mais tarde na desolação do albergue, eletrizava os colegas e convertia indecisos como Horácio através da fé num "mundo novo" (p.347) sem lugar para despedimentos, um mundo de fartura de pão, limpo de farrapos e esmolas. Um "futuro longínquo" (p.201) que só com o tempo veio preencher no antigo pastor o seu "oco imenso".

O permanente diálogo entre o mundo ficcional de *A Lã e a Neve* e a História prolonga-se até encontrar o princípio do fim da II Guerra (p.347): "E, assim, nas fábricas e nos humildes casebres da cidade quase ignorada do mundo, a meia encosta da brava serra de lobos, os homens das lãs iam vivendo também as angústias e as esperanças universais.

Quando a nova Primavera desponta, a quarta do romance, temos páginas descritivas da nova estação com uma riqueza ao nível dos primeiros capítulos.

Há notícias a confirmar o fim do conflito, uma espécie de Primavera mundial chega aos operários da Covilhã pelos jornais de Lisboa e Porto. Ferreira de Castro coloca o romance a festejar esse tempo novo de duas formas: mediante a reação da população têxtil e através da vivacidade da flora. Nas encostas vizinhas da cidade, "os castanheiros sobreviventes dos grandes soutos pretéritos" (p.368) mostravam "os primeiros laivos amarelos da próxima floração" (p.370). Também em Horácio fermentava "uma admissão, uma hipótese, uma semente que não germinara", mas "que não estava lá antes de ele vir

para as fábricas". É um novo Horácio que nasce com a Primavera, à medida que Marreta sucumbe, como se aquele viesse substituir este nas lutas ficcionadas, como prova de que a sua doutrinação dera frutos.

Cabe aqui uma breve referência ao papel das mulheres na economia social da aldeia e na gestão do lar, que ganha mais expressão na parte do romance dedicada ao meio operário. O lugar feminino nas opções de vida sustentável de comunidades rurais é atualmente objeto de estudo no âmbito da Ecologia Humana e das Éticas ambientais, nomeadamente no domínio do Ecofeminismo [Ver Capítulo 2]. Sabemos da Primeira Parte que elas "trafega[va]m na vida dura, fosse nas suas territas, fosse a auxiliar os demais" (p.29), como as mães de Horácio e Idalina, e que tinham a incumbência de subir aos altos a levar comida aos pastores e para trazer os queijos manufaturados.

Ferreira de Castro distingue que esses "sombrios dias invernais" eram mais curtos para a mulher, "o centro de cada lar, o eixo de cada família", que se obrigava a "forçar a imaginação para obter alimentos baratos" (p.148). A situação complicava-se em meio urbano: "Aqui, alguns ainda amanham as suas territas. Mas na Covilhã é tudo à força de dinheiro (…) as mulheres de lá não sabem o que hão-de fazer à vida" (p.264). Júlia, a mulher do operário Ricardo – esbicadeira que "arranca[va] dos tecidos as impurezas, os últimos resíduos vegetais que a lã conservava", usando "cada minuto da luz diurna", acumulava, como a maioria das mulheres locais, o labor industrial com a tráfega do lar" (p.150).

Na figura 28 representa-se esquematicamente a eco-análise, com os dos ambientes natural e humano que contribuem para dar corpo e sentido

Fig. 28 – Representação esquemática dos ambientes natural e eco-humano do cenário de *A Lã e a Neve*

ao romance. A orografia e geologia, o clima de inverno e a formação florística "Cervunal" fazem parte do primeiro conjunto. O clima assume um papel orgânico na vida das personagens serranas, desequilibrando mais ainda a balança da (des)igualdade social daquele quartel do século XX. A componente antrópica subjuga-se ou tira proveito destes três fatores, nomeadamente através das atividades da criação de gado miúdo e da indústria têxtil.

A visão antifragmentária do mundo, atributo da Ecologia humana, é muito evidente em *A Lã e a Neve*. Por este romance, talvez em maior grau que nos textos anteriormente analisados, perpassa um saber que é histórico, mas também geográfico, antropológico e social, uma erudição popular exibida nas múltiplas formas como o ser humano se relaciona com o território que povoa e explora. Existe nele um permanente diálogo entre o abrigo (a casa) e o(s) habitat(s) (os lugares aldeia, vila e cidade) – dois conceitos ecológicos fundamentais.

Trinta anos após a publicação *de A Lã e a Neve*, em 1976, a criação do Parque Natural da Serra da Estrela identificou e propôs-se conservar os patrimónios natural e eco-humano que surgem recriados literariamente por Ferreira de Castro, essenciais ao desenvolvimento do enredo. Neles se incluem as atividades que arquitetam a economia de montanha, onde a tradição une, num estreito vínculo, solo, planta, animal e ser humano. Nesse sentido e conhecendo a Ecobiografia do escritor, concorda-se com António QUEIRÓS (2000:38), que defende para determinado grupo de prosadores portugueses – onde inclui Torga, Brandão, Soeiro, Redol, Namora, e também Ferreira de Castro – "uma espécie de 'humanismo ecologista'" com o correspondente "caráter precursor da moderna consciência ambientalista, que ultrapassa o velho antagonismo entre os interesses humanos e os da Natureza".

ÁLVARO PINA (1998:245) insere o romance no conjunto da "escrita de oposição e resistência" à cultura dominante do Portugal dos anos 30 e 40 do século XX, elogiando-lhe o papel de ter tornado "conhecíveis" aos leitores, pela via da literatura e sua dignidade cultural, a classe operária que retrata. Talvez este romance castriano mostre em maior extensão que os anteriores a filosofia mista de Ferreira de Castro: a arte pela beleza da arte, mas também a arte ao serviço de valores mais elevados do indivíduo e da sociedade, como a dignidade individual e a solidariedade social.

Aos públicos português e brasileiro e aos das suas vinte e duas traduções, *A Lã e a Neve* mostra uma outra Natureza, uma outra terra – menos cantada, mais austera, pouco capaz de despertar o fascínio humano. Não o cenário de um sonho, de prosperidade e saúde, mas palco de extremos – trabalho, fadiga, sacrifício –, elemento incontornável a agravar o desencanto de um certo quotidiano.

No conjunto desses três romances e um conto, aqui estudado, Ferreira de Castro, ao voltar à Beira, concilia um cenário de vale (que acolhe a trama de *Emigrantes*) com o de montanha (em *Terra Fria*) num único texto: *A Lã e a Neve*. Este apresenta-se, também por isso, o livro mais completo.

Depois disto, Ferreira de Castro dedicou-se a algumas criações de cenário mais urbano, ou outras em redor de uma temática mais íntima, filosófica ou política, num trajeto que culminou – regressando – ao Brasil, com *O Instinto Supremo*. Fecha assim a obra quasi-circular – aquilo que, no Capítulo 5 desta tese, se batizou como "o círculo imperfeito".

SÍNTESE E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Síntese da Parte II

A expressão "contra ventos e marés" aplica-se a Ferreira de Castro, cuja insólita e sofrida trajetória de vida se somou a um talento natural para as letras, base da criação de uma obra aclamada e laureada internacionalmente. Tendo vivido a maior parte da vida numa cidade – Lisboa – e tendo morrido noutra – o Porto -, nasceu num vale e, a seu pedido, foi sepultado numa serra. O vale é o Vale do Rio Caima; a serra é a Serra de Sintra, "das veredas solitárias e árvores amigas" e do "intimismo lírico". Aos doze anos, é seduzido pela tendência nacional da emigração, num misto de inquietação interior, escape, exibição e coragem. É num seringal da selva amazónica, no Brasil, que vive a adolescência, uma experiência entre a agonia e o êxtase onde escreve o primeiro romancinho – mas da qual não sairia incólume, quer física quer mentalmente.

Entre paixões românticas mais ou menos felizes, amizades e tertúlias, o coração tripartido entre Portugal, o Brasil e França, Ferreira de Castro é um exemplo de como a sucessão de imponderáveis da vida pode orientar alguém no sentido da realização de um dom artístico.

Senhor de uma personalidade insatisfeita, desde cedo o moveu um "desejo de mundo" que o centrifugou para longe da "terra nativa", originando uma miríade de destinos geográficos sobre os quais escreveu. No entanto, há em Ferreira de Castro sempre um retorno, uma fidelidade ao que deixou – há sempre um ir e um voltar. Começa e termina a vida em Portugal; começa e termina a obra no Brasil. Essa fidelidade também se encontra nos lugares geográficos de eleição para recolhimento e para a escrita, na sua grande maioria localizados nas regiões de Portugal sob influência climática atlântica.

A sua literatura de viagens contem um forte valor documental e reflexivo sobre as dores e inquietudes que assolam os seres humanos de todas as latitudes e longitudes, e igualmente uma dimensão até agora pouco explorada: o vínculo do ser humano à Natureza, à terra e recursos naturais que caracterizam essas paragens.

De convicções universalistas e voz universal, inconformado, independente e íntegro, amante da liberdade e do pensamento livre, Ferreira de Castro vivia com os olhos,

o espírito e as palavras postos no sonho de um mundo sem injustiças e sem sofrimento. Manteve-se sempre desalinhado das retóricas oficiais da sua época e nunca se aninhou a um poder instituído, fosse de natureza política, religiosa ou outra.

Na sua obra identificámos cinco traves-mestras: a "osmose" com a experiência vivida do autor, repleta de picos dolorosos e incerteza, enfrentada com coragem e generosidade, e da qual se destaca a influência amazónica; o quase total autodidatismo; a influência da cultura literária francófona; um sentido de missão inscrito numa linha de pensamento reformista da sociedade; e, finalmente, o desejo subjacente de conceber "a Obra ideal".

Para o público e a crítica da sua época, Ferreira de Castro foi uma espécie de "Dinossauro Excelentíssimo", cujas personalidade, ideologia e biografia se verteram em livros onde há menos silêncio e mais ação, elaborando sobre a problemática do explorador e o explorado, sobre o forçado desequilíbrio entre destituídos e poderosos. O que resultou numa obra coerente e viva, ideologicamente comprometida com os valores de consciência do autor – obra prolongada para lá do seu ciclo de vida e da sua morte.

Um tema recorrente na sua biografia e na sua escrita é a curva da estrada ou do caminho – elemento tão físico quanto simbólico, uma ressonância de um percurso pessoal tortuoso, marcado por muitas curvas em momentos chave.

A exaltação das conquistas científicas é uma constante do pensamento castriano, em paralelo com a apologia da Arte livre, humanista, sensível à realidade social, em oposição à arte de intenção meramente estética. Ferreira de Castro pertenceu ao grupo heterogéneo de poetas e escritores que não se enquadraram na arte "saudável" do Secretariado de Propaganda Nacional e que recusaram o ideário do Estado Novo, onde se incluía a falsa visão idílica da Natureza e do habitante rural.

Poucos escritores tiveram, como ele, uma história de contacto direto – umas vezes desejado, outras imposto – com a Natureza mais selvagem. Na sua balança de valores e emoções, havia o prato da Natureza - Cosmos, imperfeita e cruel, e o da Natureza – Terra - Ecosfera, enquanto conjunto benigno dos seres vivos e não vivos, exterior às artificialidades humanas.

O estudo da biografia, das memórias, declarações e escritos não ficcionais do escritor permitiu confirmar também a Hipótese de Trabalho 1 – a qual pressupôs ter

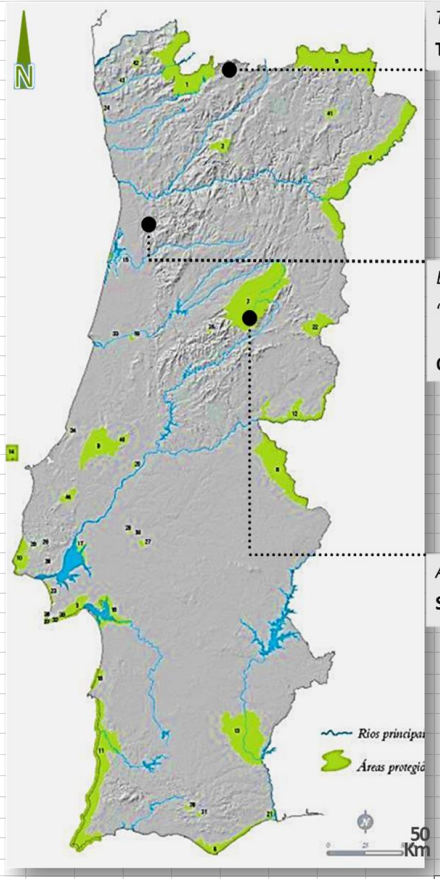
Ferreira de Castro uma aproximação à Natureza – Ecosfera de índole essencialmente afetiva, em detrimento de se apoiar nos factos científicos da época. E se nessa relação podemos identificar uma unidade ao longo da vida, traduz-se ela: em primeiro plano, no fascínio pelas correntes de água superficiais – os rios, com destaque para o Caima, em Portugal, e o Madeira, na Amazónia brasileira – e pela componente florística arbórea; em segundo plano, pelas nascentes de água e as variações de luminosidade natural.

Ferreira de Castro lidava, no entanto, mal com a ideia de "morte", essa outra "Natureza" que exacerbava a impotência humana face a esse "drama biológico". Uma angústia que encontrava o seu reverso na irredutível fé na competência da humanidade para sanar as suas imperfeições, gerar a própria redenção e construir um futuro mais igualitário e pacífico.

Síntese da Parte III

De forma aparentemente menos determinada e eventualmente menos consciente do que a que está subjacente à mensagem de justiça social e esperança para a Humanidade, para os aspetos da Natureza e eco-humanos não se encontrou na obra castriana uma "mensagem", no sentido intencional do termo. Detetou-se, sim, um discurso leal à cosmovisão do autor, onde questões como as conversões de pastos em matas monoespecíficas de produção, a exploração animal, a caça furtiva, etc. – hoje incluídas no rol da chamada problemática ambiental e ou ecológica e eco-humana, ocupam na ficção um lugar mais subjacente ou mais dominante, mas sempre em segundo plano relativamente às opções éticas e políticas que o orientavam enquanto homem, cidadão e escritor. Estamos longe, portanto, de um discurso literário de cunho ambientalista, por definição reativo a uma realidade indesejável que urge combater, o que reúne justificação também no facto de, nas décadas de 1920 a 1950, as temáticas ambientais serem ainda secundárias, comparativamente às grandes e prementes questões sociais da época.

Uma leitura transversal dos resultados qualitativos e quantitativos obtidos na eco-análise, em função das questões de partida e da hipótese de trabalho 2, consta da Figura 29. Esta articula o mapa da localização geográfica dos três territórios literários com um quadro-síntese daqueles resultados.



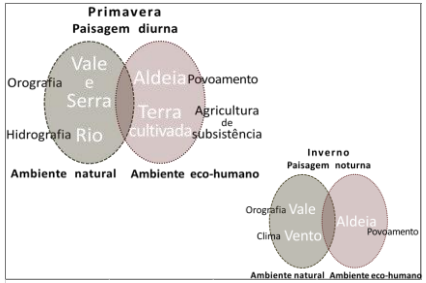
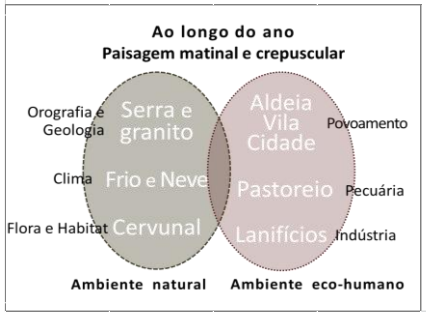
	CORPUS LITERÁRIO estudado	Principais ELEMENTOS NATURAIS E HUMANOS da PAISAGEM - CENÁRIO	ECOLOGIA: Principais ECOSSISTEMAS e HABITATS	ECOLOGIA: Diversidade espécies (sentido real)	ECOLOGIA: CONCEITOS	RELAÇÕES ECO-HUMANAS: EM EQUILÍBRIO SUSTENTÁVEL	RELAÇÕES ECO-HUMANAS: PROBLEMÁTICAS (Problemas ambientais contemporâneos)
	Terra Fria (1934) **Terras de Barroso**		ECOSSISTEMA DE MONTANHA Matos baixos atlânticos Cursos de água de montanha Vidoais Lameiros Musgos rupícolas 5	Flora silvestre 12 Fauna selvagem 21	Espécie / População / Biocenose Ecossistema / Habitat Seleção natural / Sobrevivência Produtividade	SISTEMA ECONÓMICO AGROPASTORIL Pecuária e Lameiros de regadio (uso eficiente de água) Agricultura de sequeiro Aproveitamento de matos Construção integrada e com material local (granito) 4	Caça furtiva Solo magro e erodido Falta / má distribuição da água de rega Construção desintegrada da paisagem 4
	Emigrantes (1928) "O Natal em Ossela" (1933) **Ossela**		Bosques naturais de folha caduca (Carvalhais) Lameiros Bosques naturais de folha acicular (Pinhais) Cursos de água permanentes Comunidades ripícolas Musgos rupícolas Pomares 7	Flora silvestre 23 Fauna selvagem 11	Recurso Cooperação / Mutualismo Predação / Parasitismo Competição Biodiversidade	SISTEMA ECONÓMICO essencialmente AGRÁRIO Agricultura de vale e horticultura (regadio) Lameiros de regadio (uso eficiente de água) Construção integrada e com material local (granito) 3	Pesca clandestina Falta / má distribuição da água de rega Exploração animal Construção desintegrada da paisagem 4
	A Lã e a Neve (1947) **Serra da Estrela**		ECOSSISTEMA DE MONTANHA Bosques naturais de folha caduca (Soutos) Cursos de água de montanha Turfeiras húmidas de montanha Cervunais - Pastagens de altitude Matos baixos de montanha (Zimbrais) Matos baixos atlânticos 7 Habitat urbano industrial	Flora silvestre 12 Fauna selvagem 11	Cadeia alimentar Conduta básica Capacidade de suporte Fatores limitantes Dominância ecológica	SISTEMA ECONÓMICO AGROSSILVOPASTORIL Pecuária c/ Pastoreio das alturas e em regimes de Transumâncias Agricultura de sequeiro Aproveitamento de matos Agricultura e horticultura de vale (regadio) 4	Florestação dos baldios Fogos florestais Abandono agrícola e do pastoreio Êxodo rural e Despovoamento Solo magro e erodido Exploração humana fabril 6
	Variedade de elementos no total do *corpus* ---------->		**15**	**83** **Fl: 38** **Fn: 45**	**20**	**6**	**11**

Figura 29 - Síntese: Localização geográfica dos territórios literários em Portugal continental, sua correspondência com o *corpus* estudado e principais resultados da eco-análise

Reproduzem-se, na primeira coluna, as figuras esquemáticas já incluídas nos respetivos capítulos, para fácil comparação. Seguem-se dois grupos de colunas, o primeiro respeitante aos aspetos da Ecologia em cada obra e o segundo às questões do domínio das Relações Eco-humanas.

Colocada a Hipótese de trabalho 2:

– A ficção castriana, movida embora por um claro propósito de intervenção social, está longe de ser neutra ou silenciosa no tocante a matérias ecológicas e ao vínculo entre o ser humano, o território e seus recursos naturais, reservando a estes temas um espaço narrativo importante –

verifica-se a sua validação pelos resultados da análise.

Considera-se satisfatoriamente conclusiva uma análise que identifica para o total das quatro ficções a presença nos seus cenários de um total de 16 habitats diferentes, 83 espécies selvagens de flora e fauna e pelo menos 20 conceitos da Ecologia clássica (fenómenos, princípios, etc.), que aparecem declaradamente ou no subtexto (segunda, terceira e quarta colunas).

A esta riqueza de conteúdo há a acrescentar 6 modalidades de ocupação humana no território, modeladoras da paisagem numa lógica de equilíbrio com os ecossistemas locais, e 11 relações eco-humanas problemáticas (quinta e sexta colunas). Algumas são referidas quase em murmúrio – como a pesca furtiva em *Emigrantes* ou a construção desintegrada da paisagem, em *Terra Fria* – outras funcionam como acusações literárias, caso da apropriação de baldios para matas de produção, em *A Lã e a Neve*. Na maioria dos casos, o tempo entretanto decorrido encarregou-se de ampliar a sua dimensão, tornando-as verdadeiros problemas ambientais contemporâneos a nível nacional e mesmo internacional, com fortíssimas repercussões a nível social. Assim sendo, fica confirmada, por uma via menos habitual, a matriz sociológica da escrita de Ferreira de Castro.

Embora não figure nesta síntese gráfica, verificou-se que no *corpus* estudado a temática fluvial – representada pelo Caima, em Portugal, e pelo Madeira, no Brasil – nunca é suplantada por outros rios. Ou seja, o Cávado, em *Terra Fria*, e o Zêzere, em *A Lã e a Neve*, assumem um peso consideravelmente menor, diluído no tratamento dispensado a outros fatores ambientais e traços paisagísticos.

Nesta combinação entre os prismas natural e eco-humano consegue o escritor oferecer numa visão estereoscópica dos seus territórios literários, que capta um "relevo", uma tridimensionalidade formada pelos lugares, pelas pessoas e pela interdependência das pessoas com os recursos desses lugares.

Esta discussão cruzada assume a discrepância natural entre o que se esperaria da objetividade da Ciência para os territórios analisados e a abordagem mista de objetividade e subjetividade permitida à crítica literária, tendo sempre presente que o objeto de estudo é uma obra de ficção de registo realista – o que oferece garantias mínimas de plausibilidade e verosimilhança.

Ficou assim clara, para o universo ficcional estudado, a capacidade castriana para reter memórias dos territórios e, através do discurso literário, transmiti-las a públicos ulteriores.

Considerações Finais

Os pensadores e investigadores em Ecologia Humana reúnem-se periodicamente no plano internacional, não deixando empalidecer a lógica da interdisciplinaridade e da abordagem criativa na reflexão sobre a sustentabilidade dos laços que unem a Humanidade à Terra.

Também as Letras e as Artes podem contribuir para essa tarefa, ajudando a compreender os sistemas culturais e as posições éticas das sociedades contemporâneas que estão na base dos atentados ao ambiente. A crítica literária clássica examinava as relações entre escritores, os seus textos e o mundo, entendido este como a esfera social. Mas a Ecocrítica veio expandir a ideia de "mundo", para incluir nele a Ecosfera, assumindo que a crise ecológica requer também uma abordagem cultural.

O propósito desta investigação foi contribuir para a visibilidade do papel da arte literária na consciencialização para as questões ambientais, mediante uma abordagem crítica articulada da pessoa e da obra literária do escritor Ferreira de Castro, no que concerne à sua relação com o Natureza. Navegou-se, assim, numa criação do passado cujos ecos ressoam no presente, na expectativa de suscitar no futuro um novo prisma de leitura, paralelo ao tradicional.

A obra castriana nada tem de "nature writing", um dos géneros literários tradicionalmente objeto de estudo da ecocrítica anglo-saxónica. Pouco existe nela da transfusão direta de Natureza real para o texto, através do espírito do autor, que caracteriza aquele tipo de escrita. Em Ferreira de Castro deparamos, sim, com uma complementaridade entre a representação das realidades ambientais e o propósito de denúncia de uma sociedade imperfeita.

Como ficou dito, toda a obra analisada nos proporciona uma visão por vezes contemplativa da Natureza, outras vezes funcional, mediante personagens que mantêm com a terra um contacto de dependência dolorosa, de submissão à rudeza dos elementos, por um lado, e à escassez de recursos, por outro.

A própria condição humana é-nos revelada, em boa parte, através dessa ligação. Para os aspectos da relação Ser humano – Natureza não é evidente uma "mensagem" intencional do autor, mas antes um discurso literário, mais ou menos consciente e propositado, mas também mais central do que periférico – em linha com a mundivisão do autor.

Assim, uma certa Natureza fala-nos através dos romances e do conto, veículos também de um saber que é histórico e geográfico, social e antropológico, botânico, em suma, ambiental. Ficou claro como a dimensão geográfica que se sobrepõe à temporal, com exceção talvez para *Emigrantes*. Lêem-se os romances com cenário português e obtém-se uma geografia parcial da miséria do país e da cultura portuguesa de aproveitamento dos recursos da terra na primeira metade do século XX.

Ao integrar os seus ideais em prol da dignidade do individuo e da justiça social com a perspetiva eco-humana, Ferreira de Castro oferece, no *corpus* estudado, uma visão estereoscópica, multidimensional de vários lugares geográficos do Portugal rural numa época, que nos permite ver, em relevo, a marca humana que os modelava e os mantinha. Portanto, a mais importante conclusão a tirar seria a de que a obra literária castriana não é neutra no tocante a matérias ecológicas nem silenciosa no que respeita ao vínculo que o ser humano estabelece com o território e seus recursos naturais.

Ela contribui assim para conservar parte das memórias dos lugares que elegeu como cenário, do ponto de vista do património existente à época. Essa memória que a literatura preserva é, ela própria, património cultural imaterial dos portugueses.

É importante clarificar que a dimensão eco-humana é, no conjunto de planos de sentido que enforma cada ficção, aquela que se procurou e se encontrou, sem com isso se querer concluir que foi a mais importante na pulsão de escrita de Ferreira de Castro.

A presente investigação constitui uma abordagem de banda larga que envolveu um considerável nível de risco. O maior desafio foi estruturar a tese escrita, separando artificialmente aspetos realmente inseparáveis. Outra dificuldade foi resolver, a cada passo, até que profundidade avançar nas várias matérias que aqui se entrecruzam, principalmente no domínio das Ciências do Ambiente.

A investigação e os resultados obtidos tiveram subjacentes as seguintes limitações:

- A Parte II baseou-se em biografias todas elas de homenagem, subjetivas, pouco distanciadas, que refletiam um certo unanimismo quanto ao homem e à obra, veiculando, necessariamente, uma imagem parcial e dourada;

- A análise de conteúdo textual executou-se manualmente, sem recurso informático próprio, o que introduz alguma margem de erro, por exemplo, na contagem dos vocábulos;

- Para a validação de alguns dados territoriais veiculados pelos textos castrianos, nem sempre existiu informação técnica disponível à escala retratada;

- Apesar de a apresentação dos resultados ser por vezes muito esquemática, não se pretendeu de modo algum reduzir a uma geometria simples a complexidade e a riqueza do universo pessoal e literário castriano.

Esta investigação constitui um ponto de vista, uma dimensão analítica particular, não mais do que um contributo para o reforço da interdisciplinaridade entre Ciência e Literatura. Espera-se, assim, estimular mais reflexão neste domínio e participar no muito que há ainda a fazer, a aprender, a desenvolver e a divulgar neste domínio no panorama científico nacional.

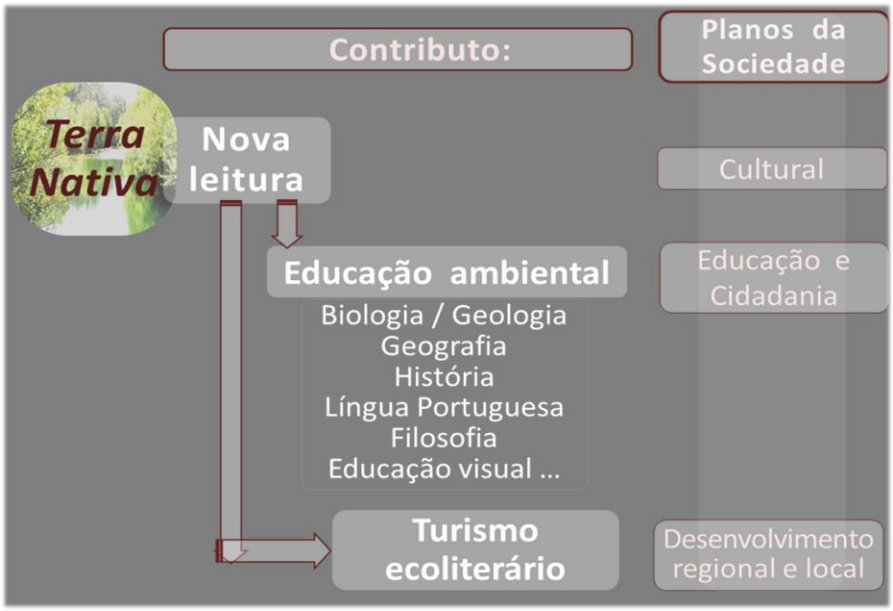
Uma Proposta de Aplicação

Todas as ficções castrianas estudadas são, para os dias de hoje, reflexos de um tempo histórico. Trazem, como todas, as marcas do seu tempo, o que não faz delas obras menos atuais.

A propósito da dimensão sociocultural da literatura, vimos que toda a obra literária pode exercer uma função junto do leitor, que transcende a mera dimensão lúdica para visar questões de ordem moral, ética, social, ideológica, etc. (REIS, 2008). O mesmo se aplica ao domínio da Ecologia e da Ecologia Humana.

Demonstrado que ficou o potencial de divulgação dos valores ecológicos e eco-humanos na ficção castriana estudada, como se poderá, então, projetar esses resultados no futuro? Propõem-se, muito esquematicamente e a título de desafio, dois eixos de divulgação, representados no Esquema 9:

1) Através de Educação Ambiental em todos os níveis de ensino formal e não formal;
2) Através do desenvolvimento do que podemos chamar "Turismo ecoliterário".



Esquema 9 – Proposta de aplicação do potencial de divulgação ecológico e eco-humano da obra de ficção castriana e Planos da Sociedade em que interviria

No primeiro eixo, praticamente todo o leque de disciplinas oficiais beneficiariam com os conteúdos literários castrianos, o que os torna um recurso de âmbito nacional e

não apenas circunscrito às regiões eleitas como cenários literários.

No segundo caso, tratar-se-ia de usar o material literário castriano dirigido a um público-alvo mais alargado, através de parcerias com agentes locais e iniciativas de turismo e recreio. À semelhança do que vem sendo feito nos Estados unidos e em países europeus, como a Inglaterra (HARDYMENT, 2000), e também em Portugal, por exemplo com as Rotas dos Escritores promovidas pela Direção Regional do Norte, o Roteiro Ferreira de Castro, iniciativa do Centro de Estudos Ferreira de Castro no seu concelho natal ou a Rota da Transumância, na Serra da Estrela. Seria ver a literatura numa nova função ao nível de desenvolvimento regional e local, traduzindo-se também num valor económico de mercado.

Numa lógica de informação e divulgação ambiental, criar uma sinergia entre as valências literária e eco-humana castrianas, produzindo conjuntos de materiais informativos, percursos simultaneamente literários e de interpretação da paisagem, etc.. Esta lógica coincide, aliás, nos princípios da inter- e da transdisciplinaridade, a propósito dos quais o ecólogo humano alemão Karl BRUCKMEIER [164] salienta a grande valia da convocação de atores sociais fora do meio académico, no sentido da conjugação do conhecimento científico com o local e o popular.

Ao longo da história da cultura moderna, muitos lugares e paisagens se tornaram-se míticos por via de textos emblemáticos que escritores de renome sobre eles produziram, ou que neles se inspiraram. Com *A Selva*, também a floresta amazónica brasileira e seus seringueiros ficaram definitivamente inscritos na consciência mundial.

Em resumo, o Ferreira de Castro lido e analisado pelo humanismo e o sentido de justiça dos seus livros, pela independência de pensamento, pelo pioneirismo de um realismo social em moldes novos, pela contribuição para a descoberta literária da Amazónia, pela abordagem romanceada da emigração portuguesa, pela forma como a experiência de vida nutriu diretamente toda uma ficção, pelo feito de levar a língua portuguesa a dezenas de países e idiomas – é o mesmo que agora se leu e releu com um novo olhar.

Que ele ajude a compreender a obra castriana como um conjunto polissémico em pleno movimento, cheia de pertinência nos dias de hoje, capaz de acomodar ou inspirar

[164] Fonte: Comunicação no Simpósio de Ecologia Humana, de Fevereiro de 2015, Lisboa, FCSH. Karl BRUCKMEIER é docente na National Research University – Higher School of Economics – Faculty of Social Sciences , Moscovo.

novos percursos de leitura, nomeadamente sob o prisma da Ecologia Humana. Para que nasçam novos ou renovados leitores, que assim a reinventem, deixando as causas ambientais e toda a sociedade beneficiarem com esta dinâmica das Letras.

GLOSSÁRIO GERAL

Adaptação de uma espécie – capacidade de resistir às pressões exteriores mantendo a capacidade reprodutiva

Biodiversidade ou Diversidade Biológica – Variedade de toda a vida em todas as suas formas, níveis e combinações. É considerada segundo três níveis: nível específico, que inclui a variedade de espécies, nível genético, incluindo a variedade genética dentro de cada espécie, e nível do ecossistema, que inclui toda a variedade der relações que se estabelecem entre os seres vivos e o meio (UNEP e UICN).

Biomas – as mais amplas comunidades vivas da Terra, definidas à grande escala regional e representadas por um tipo predominante e uniforme de vegetação clímax ou climácica – reflexo e naturalmente adaptada a esse clima, que se mantem relativamente estável nessas condições climáticas e do subsolo. Incluem ecossistemas com alguma homogeneidade entre si. Dos onze principais grandes biomas da terra, em Portugal manifestam-se a Floresta Temperada Caducifólia e o Chaparral

Clima – Descrição estatística em termos de média e variabilidade dos parâmetros meteorológicos que caracterizam os estados da atmosfera num determinado local ou região, num período mínimo de 30 anos e que pode ir até milhares e milhões de anos.

Comunidade biótica ou Biocenose – conjunto de populações de espécies vivas em estreita interdependência habitando um mesmo espaço.

Culturas forrageiras – Culturas destinadas ao corte para dar ao gado e que são colhidas antes de completarem o seu ciclo vegetativo (maturação), de modo a serem melhor digeridas pelos animais. Podem ser consumidas pelo gado em verde, depois de conservadas como feno ou silagem ou secas ao sol ou desidratadas artificialmente.

Desenvolvimento Sustentável – conceito pela primeira vez difundido através do *Relatório Bruntdland* ou *O Nosso Futuro Comum*: modelo de desenvolvimento que garante as necessidades humanas de Recursos Naturais no presente, sem comprometer as a disponibilidade desses recursos para as gerações futuras; entende-se como apoiado pela conjugação tridimensional das dimensões Económica, Ambiental e Social da sociedade, sobre o pilar das Instituições ou Governação.

Dominância ecológica – capacidade que uma espécie tem exercer grande influência sobre as espécies que com ela partilham o habitat, ou seja, sobre a própria comunidade biótica

Ecofeminismo – Conjunto de correntes de pensamento do âmbito da Ética Ambiental.

Ecosfera – Conjunto de todos os seres vivos e não vivos e relações que estabelecem entre si: inclui a Biosfera (conjunto dos seres vivos), a esfera do homem, atmosfera, hidrosfera, sistemas geológicos, etc.

Ecossistema – Numa determinada área, é o sistema ou unidade composta pela parte biótica (duas ou mais comunidades vivas, formadas por várias populações de espécies

diferentes) e pela parte física abiótica que lhes serve de suporte e ainda pelo conjunto de relações que estabelecem permanentemente entre si, sob a forma de trocas de massa e energia: Ou organizado em diferentes níveis que são o indivíduo e a espécie reunidos em populações e estas, por sua vez em comunidades bióticas ou biocenoses, o ecossistema integra as componentes físicas bióticas ou vivas – o solo, as espécies que compõem a fauna e a flora – e as abióticas ou não vivas – como o Clima e as formações geológicas – numa unidade funcional assente em relações causa-efeito permanentes e inevitáveis.

Edafoclimático – relativo ao conjunto de solo e clima

Espécie – conjunto de indivíduos com idêntico património genético e, portanto, capazes de se reproduzirem entre si, originando descendentes férteis.

Globalização – processo de expansão e intensificação das interações sociais, económicas, políticas, científicas, culturais, tecnológicas e religiosas à escala mundial.

Habitat de um organismo – local onde ele vive. [1] Lugar físico adequado para e ocupado por uma dada espécie ou população (conjunto de organismos da mesma espécie) ou ainda por uma comunidade biológica que dele depende para sobreviver; caracterizado por um todo de propriedades intrínsecas (de Natureza edáfica, geomorfológica e biológica)

Homeostasia – capacidade dos sistemas para resistir às alterações exteriores e permanecer em equilíbrio.

Lusotropicalismo – termo criado por Gilberto Freyre em *O Luso e o Trópico*, 1961 (EMERY, 1992:15). De salientar o aproveitamento que dele fez o Estado Novo, para defender a colonização portuguesa como processo de exemplar convivência entre colonos e colonizados

Maquis: Matagal contínuo, denso, formado grande diversidade de plantas como urzes, cistáceas, mirtos, arbustos e árvores de pequeno porte, como o medronheiro e o loureiro,

Marcescente ou semi-perenifólia – retenção de folhas mortas nos troncos de algumas folhosas, sem chegarem a cair

Naturalismo: correntes artísticas, de base realista, que procuram imitar fielmente a Natureza e "de orientação anti-romântica e anti-idealista" (REIS, 2008:446).

Neorrealismo: termo criado por Joaquim Namorado como "camuflagem" para o "realismo socialista" (designação que a censura não deixaria passar) (ALVES, 2007:111); é uma corrente literária que "assume uma dimensão de intervenção social

Noosfera – a "esfera" do pensamento humano

Planta epífita – planta aérea, sem raízes no solo, que usa como suporte outras plantas maiores ou rochas.

Plantas Vasculares – com vasos condutores de seiva

População – conjunto de indivíduos ou organismos da mesma espécie habitando um determinado espaço num determinado tempo. Tem características que partilha com os organismos seus constituintes, mas é descrita por parâmetros estatísticos que são seus atributos próprios: a dimensão populacional absoluta, ou relativa – densidade populacional e respectivas taxas de crescimento, as capacidades de regulação e estabilização

Pousio – Terras incluídas no afolhamento ou rotação, trabalhadas ou não, não fornecendo colheitas durante toda a campanha, tendo em vista o seu melhoramento. Podem apresentar-se sob as formas de: a) terras sem qualquer cultura; b) terras com uma vegetação espontânea, em certos casos utilizada pelos animais ou enterrada; c) terras semeadas tendo em vista a exclusiva produção de matéria verde para ser enterrada e aumentar A fertilidade do solo.

Produtividade primaria líquida – Velocidade de armazenamento de matéria orgânica nas plantas, ou produção de biomassa por unidade de tempo.

Recurso natural – disponível para uso humano para a satisfação das suas necessidadesOs recursos naturais renováveis podem regenerar-se numa escala temporal até uma centena de anos. A renovação destes recursos em condições favoráveis requer a sua gestão sustentável, não devendo, nesse contexto, a sua capacidade de renovação ser sujeita a processos de degradação por exploração excessiva, poluição ou intrusão visual. Os recursos não renováveis só podem ser regenerados numa escala de tempo geológico e os seus stocks são finitos; a sua disponibilidade depende da capacidade de reciclagem, dos custos de recuperação dos depósitos e da possibilidade de uso alternativo e aceitável por produtos de substituição" (Saraiva, 1999:20).

Resiliência – Capacidade de um organismo ou sistema de suportar perturbações e, após estas cessarem, regressar ao estado inicial (medida em tempo necessário para o regresso).

Rupícola – que nasce e cresce sobre rocha

Transcendentalismo – Movimento religioso nascido na Nova Inglaterra (EUA), "fundamentalmente romântico", defendia a existência de um princípio divino em cada ser humano e cria na "capacidade de intuição para apreender a verdade, da consciência como guia moral e da inspiração como fonte criadora de literatura"

Vegetação – Comunidades vegetais (por exemplo: amiais, salgueirais, juncais) que ocupam determinada área

Vulnerabilidade – conceito multifactorial, função da exposição, da sensibilidade e da capacidade de adaptação de um sistema, e que representa a que medida em que ele poderá ser afectado: suportando os efeitos adversos e ou maximizando os efeitos positivos

GLOSSÁRIO DE TERMOS CASTRIANOS

Igarapé – Termo de origem tupi que significa "caminho de canoa" e designa um estreito canal entre duas ilhas ou entre uma ilha e terra firme, de pouca profundidade, que dá passagem apenas a pequenas embarcações e geralmente existente no interior de matas, como as da Bacia Amazónica.

Trapiche – Pequenas pontes de madeira que entravam dezenas de meros na água para alcançarem os conveses dos navios que não podiam aproximar-se mais das margens por risco de encalharem.

***Emigrantes*:**

Arrecada – brinco, argola filigranada de ouro

Barreira – suporte de terras de um terreno elevado, quando não existem muros em pedra ou algo semelhante, a terra fica em rampa, acentuada ou não

Barroca ou barroco – barranco, escavação de terreno natural e ou feita por enxurradas Outeiro – monte pequeno

Canastro – espigueiro

Cevado – porco engordado

Combro / cômoro – pequena elevação de terreno isolada

Presa – poça onde se acumula água para regas

Courela – parcela de terra cultivada comprida e estreita

Leira – courela, faixa de terreno para cultivo

Recoveira– pau que os peixeiros levam ao ombro e em cujas extremidades suspendem os cabazes

Verdasco – vinho verde muito ácido

"O Natal de Ossela":

Arribana – Cabana com telhado de colmo para recolher gado

Chanca – socas grosseiras

Códão – o chão duro da geada, regelado

Colmado –casebre coberto com colmo

Loca – Toca, furna (cavidade natural de grandes dimensões)

Picoto – Cume elevado e aguçado de um monte; marco geodésico

Terra Fria

Abaganhar – Angariar

Almelho – Bezerra, novilha, toura que não tem cria

Alpendrada – Grande alpendre

Andaina – Conjunto de peças de vestuário

Anfractos – Curvas, sinuosidades
Anfractuosa – Que tem sinuosidades e curvaturas, tortuosa, desigual
Apresigo – Que se como com o pão, conduto, carne de porco
Armentio – Rebanho de gado bovino ou manada de gado cavalar
Arvéloa – Pássaro de cauda comprida da família dos Motacilídeos
Baio – Trigueiro, amarelado, cavalo de cor amarelado-acastanhado
Belga – Pequeno campo cultivado, jeira, courela
Bochorno – Vento quente, ar abafadiço
Bondar – Bastar, ser suficiente
Bucéfalo – Cavalo nobre, de raça
Caliginosa – Onde há caligem
Carapaça – Planta arbustiva espontânea em Portugal, da família Ericáceas
Carriça – Pássaro pequeno, família dos Trogloditídeos
Catameira – Constipação, catarro
Cernelha – Parte do corpo onde se junta as espáduas
Ceva – Engorda
Chã – Planície
Chamiço – Ramo seco usado para acender a fogueira, acendalha
Chascos – Pássaro da família dos Turdídeos (Tordo)
Chiascos – Vento frio e cortante
Codesso – Arbusto espontâneo em Portugal, de flor amarelo claro, família leguminosas
Colmaço – Casebre coberto de colmo
Colmado – Cobertura de colmo
Congosta – Caminho estreito e comprido, mais ou menos declivoso
Córrego – Caminho apertado, entre montes, rego para onde escorre muita água
Corte – Curral
Cortelha – Pocilga, curral
Côvados – 0,66 metros
Cripta – Galeria subterrânea, gruta
Croço / croça – Capa feita de colmo, até aos joelhos, para resguardar da chuva
Encilhar – Apertar com cilha, amear
Enzoneira – Intriguista, mexeriqueira
Esbarrondado – Desmoronado, esboroado
Escano – Banco comprido, cujo assento é a tampa de uma arca
Escarpins – Sapatos de sola fina
Escopeta – Antiga espingarda de canos curtos
Fachuco – Pequeno facho
Felpa – Pelugem macia que reveste alguns vegetais, penugem
Festos – Dobra

Formão – Utensílio de carpinteiro e ferradores de forma retangular, com lâmina larga e achatada e um cabo

Fula – Porção de alimento que se mastiga de uma só vez

Gadanho – Garfo grande e tosco

Ganhão – Moço de lavoura, trabalhador rural não especializado, homem que com junta de bois

Gardunho – Fuinha

Garrulice – Tagarelice

Gavela – Braçada, feixe de espigas

Grasno – Grasnido

Lambisco – Pequeno pedaço de comida

Lambugem – Restos de comida

Lapónio – (da lapónia), labrego

Lavadura – Água com farinha que se dá aos porcos

Linde – Raia, estrema, limite

Lura – Toca; vaso de barro para coelhos domésticos

Maninho – Incultas, sem dono conhecido, estéril

Maranha – Teia, novelo

Marel – Destinado à padreação

Meada – Enredo, mexerico

Merino – Lã da raça de carneiros "merino" de qualidade superior

Mondongueiras – Tripeiras (que vendem intestinos e miúdos das reses)

Nateiro – Terreno coberto com lodo, água e às vezes argila em pó e areia

Palhete – Vinho tinto de cor leve, macio e frutado

Pascigo – Pasto

Pegulha – Ovelha

Peliqueiro – Preparador e negociante em pelicas (pele fina de carneiro ou cabrito) e peles

Penates – Lar familiar

Penso – Cama de palha para gado

Peto – Ave trepadora da família dos Picídeos, como o cardeal, peto-malhado

Quinchoso – Quintal pequeno junto a habitação

Quinhoeiro – Que tem quinhão (uma parte no todo)

Ramerrão – Rotina, som monótono

Reco – Porco

Saltão – Gafanhotos

Sovela – Utensilio que se usa para abrir furos no cabedal

Taró – Vento agreste, frio

Tremedal – Terreno alagadiço

Ubertoso – Fértil, fecundado

Usança – Hábitos antigos, costume

A Lã e a Neve

Acinchos – molde de formato circular usado para espremer o queijo, dar-lhe forma e retirar-lhe o soro

Alfombra – porção de terreno arrelvado

Alqueive – terreno em pousio

Bardo – tapume formado por silvas ou ramos

Botaréu – muro de socalco

Caniço – aldeamento de barracas; bairro dos subúrbios da cidade

Cerração – nevoeiro denso

Esbicadeira – mulher que retira pontas soltas nas fazendas de lã

Estambre – lã ou seda torcida, estame

Ferrada – vasilha onde se recolhe o leite ordenhado

Molosso – grande cão de fila

Orvalhada – formação de orvalho; orvalho da manha

Safão – calça larga, feita de peles, usada sobretudo pelos pastores das regiões frias

Surrobeco – carneiro resultante de cruzamento de carneiro branco com ovelha preta ou sua lã

Talegre – construção provisória de pedras soltas para servir de indicação a um local ou caminho

Tassalhos – pedaço grande, naco

BIBLIOGRAFIA E OUTRAS FONTES

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

De Ferreira de Castro

FERREIRA DE CASTRO. 1916. *Criminoso por Ambição*. Belém do Pará, Empreza Editora, 173 p.

FERREIRA DE CASTRO. 1921. *Mas…*. Lisboa, Tipografia Boente e Silva, 100 p.

FERREIRA DE CASTRO. 1923. *O Êxito Fácil*. Lisboa, Novela Sucesso, 252 p.

FERREIRA DE CASTRO. 1924. *A Boca da Esfinge*. Lisboa, Livrarias Aillaud e Bertrand, 173 p.

FERREIRA DE CASTRO. 1925. *Sendas de Lirismo e de Amor*. Lisboa, Edições Spartacus, 166 p.

FERREIRA DE CASTRO. 1926. *A Epopeia do Trabalho.* Porto, Livraria Civilização, 140 p.

FERREIRA DE CASTRO. 1926. *A Peregrina do Mundo Novo*. Lisboa, Ed. *ABC*, 140 p.

FERREIRA DE CASTRO. 1927. *O Voo nas Trevas.* Porto, Livraria Civilização, 347 p.

FERREIRA DE CASTRO. 1928. *Emigrantes.* Lisboa, Livraria Editora Guimarães; edição utilizada: Lisboa, Guimarães Editores, s/d, 11ª ed., 302 p.

FERREIRA DE CASTRO. 1930. *A Selva.* Lisboa, Livraria Editora Guimarães; edição utilizada: Lisboa, Guimarães Editores, 2009, 41.ª ed., 249 p.

FERREIRA DE CASTRO. 1931. "Memórias", in *Ferreira de Castro e a sua Obra*, Jaime Brasil, 1931, Porto, Livraria Civilização, pp. 8-23.

FERREIRA DE CASTRO. 1933. *Eternidade,* Lisboa, Livraria Editora Guimarães; edição utilizada: Lisboa, Guimarães Editores, 1989, 14.ª ed., 231 p.

FERREIRA DE CASTRO. 1934. *Terra Fria,* Lisboa, Livraria Editora Guimarães; edição utilizada: Lisboa, Guimarães Editores, 1990, 13.ª ed., 198 p.

FERREIRA DE CASTRO. 1934. *Terra Fria*. Lisboa, Livraria Editora Guimarães, ed. especial comemorativa do Cinquentenário da vida literária, 1966, 258 p.

FERREIRA DE CASTRO. 1994 (1934). "Canções da Córsega". Sintra, Câmara Municipal de Sintra, 13 p.

FERREIRA DE CASTRO. 1937. *Pequenos Mundos e Velhas Civilizações.* Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade; edição utilizada: Lisboa, Círculo de leitores, 1986, Vols. I a II, 206 p. e 212 p.

FERREIRA DE CASTRO. 1942. *A Volta ao Mundo.* Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 678 p.; edição utilizada: Lisboa, Círculo de leitores, 1986, Vols. I a III, 235 p, 283 p. e 310 p.

FERREIRA DE CASTRO. 1993 (1945). "De Oliveira de Azeméis a Vale de Cambra", in *Guia de Portugal* III Volume – Beira, Beira Litoral, Lisboa, pp. 605-616

FERREIRA DE CASTRO. 1946. "Mensagem", Alves, R., 1996, "A Unidade Fragmentada", *Vária Escrita* n.º 3, pp.177-183

FERREIRA DE CASTRO. 1947. *A Lã e a Neve.* Lisboa, Livraria Editora Guimarães; edição utilizada: Lisboa, Guimarães - Babel, 2010, 16.ª ed., 395 p.

FERREIRA DE CASTRO. 1949. "Mensagem", Alves, R., 1996, "A Unidade Fragmentada", *Vária Escrita* n.º 3, pp.185-191

FERREIRA DE CASTRO. 1946. "João de Barros – Precursor de uma obra de compreensão humana", *Castriana* n.º 4, 2009, pp. 157-161

FERREIRA DE CASTRO. 1950. *A Curva da Estrada.* Lisboa, Livraria Editora Guimarães; edição utilizada: Lisboa, Guimarães Editores, 2002, 12ª ed., 267 p.

FERREIRA DE CASTRO. 1954. *A Missão. A Experiência. O Senhor dos Navegantes.* Lisboa, Livraria Editora Guimarães; edição utilizada: Lisboa, Círculo de Leitores, 1986, 282 p.

FERREIRA DE CASTRO. 1955. "Pequena História de *A Selva*", in *A Selva.* Lisboa, Guimarães editores, 41 ª edição (2009), pp. 13-21

FERREIRA DE CASTRO. 1956. "Mensagem aos Democratas de Aveiro". Aveiro, Ed. Comissão Promotora das Comemorações do 65.º aniv.º do 31 de Janeiro.

FERREIRA DE CASTRO. 1959?. "Profissões alfacinhas", Alves, R., 1996, "A Unidade Fragmentada", *Vária Escrita* n.º 3, pp.215-217

FERREIRA DE CASTRO. 1986 (1959-1963). *As Maravilhas Artísticas do Mundo*. Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, Vols. I e II, 1053 p.; edição utilizada: Lisboa, Círculo de Leitores, 1986, Vols. I a III, 261 p., 315 p. e 335 p.

FERREIRA DE CASTRO. 1964. "O Último Quarto de hora da minha vida", Alves, R., 1996, "A Unidade Fragmentada", *Vária Escrita* n.º 3, pp.225-232

FERREIRA DE CASTRO. 1966b. "Pequena História de *Emigrantes*", Posfácio a *Emigrantes*, Edição comemorativa do Cinquentenário da vida literária de Ferreira de Castro, ilustrada por Júlio Pomar, Lisboa, Portugália Editora

FERREIRA DE CASTRO. 1968. *O Instinto Supremo*. Lisboa, Livraria Editora Guimarães; edição utilizada: Lisboa3, Guimarães Editores, 1988, 6 ª edição, 237 p.

FERREIRA DE CASTRO. 1969. "Mensagem", Alves, R., 1996, "A Unidade Fragmentada", *Vária Escrita* n.º 3, pp.185-191.

FERREIRA DE CASTRO. 1970. "Às Entidades de Lisboa e Sintra", Neves, A. V. (org.), 1976, In Memoriam *de Ferreira de Castro*, pp. 213-214

FERREIRA DE CASTRO. 1959. "A Visita ao Rio", Alves, R., 1996, "A Unidade Fragmentada", *Vária Escrita* n.º 3, pp.251-254

FERREIRA DE CASTRO. 1970 (1966). "Regresso", Alves, R., 1996, "A Unidade Fragmentada", *Vária Escrita* n.º 3, pp.229-232

FERREIRA DE CASTRO. 1972. "Chamou-se João de Deus Ramos, exactamente o nome paterno". Lisboa, 12 p., Conferência realizada no Museu João de Deus.

FERREIRA DE CASTRO. 1974. *Os Fragmentos*. Lisboa, Guimarães & Cª editores, 330 p., ilustrações de Abel Manta.

FERREIRA DE CASTRO. 2004 (1924 – 1926). *Ecos da Semana. A Arte,a Vida e a Sociedade*. Lisboa, Centro de Estudos Libertários, 95 p..

Sobre Ferreira de Castro e a obra castriana

ALVES, Ricardo A.. 1994a. "Canções da *Vendetta*". Sintra, Câmara Municipal de Sintra, texto da badana de "Canções da Córsega":

ALVES, Ricardo A.. 1995. "A Unidade Fragmentada – Dispersos de Ferreira de Castro", *Vária Escrita* n.º 3, 1996, pp. 137-256

ALVES, Ricardo A.. 2002a. "'A cruel indiferença do Universo: Raul Brandão e Ferreira de Castro", *Castriana* n.º 1, pp. 111-132

ALVES, Ricardo A.. 2002b. *Anarquismo e Neo-realismo – Ferreira de Castro nas encruzilhadas do século*. Lisboa, Âncora Editora, 285 p.

ALVES, Ricardo A.. 2004a. *Viajar com… Ferreira de Castro*. Vila Nova de Gaia, Ed. Delegação Regional de Cultura do Norte e Ed. Caixotim, 50 p.

ALVES, Ricardo A.. 2004b. "Raul Proença, Ferreira de Castro e o *Guia de Portugal*", *Castriana* n.º 2, pp. 89-97

ALVES, Ricardo A.. 2007b. Recensão a "Ferreira de Castro - Ecos da Semana – A Arte, A Vida e a Sociedade", Lisboa, Centro de Estudos Libertários, in *Castriana* n.º 3, 2007, Oliveira de Azeméis, Ed. Centro de Estudos Ferreira de Castro, pp. 105-109.

ALVES, Ricardo A.. 2011. "*O Diabo* de Ferreira de Castro", *Castriana* n.º 5, 2012, pp. 41-60

ALVES, Ricardo A.. s/d. *Ferreira de Castro. Catálogo do Museu*. Sintra, ed. Câmara Municipal de Sintra, 95 p.

AMORIM, António. 1998. *Ferreira de Castro e a Amazónia ou A Atracção do Abismo*. Oliveira de Azeméis, Caima Press Edições, 93 p.

ARANJO, Daniel. 2013. "Une émigration portugaise au Brésil manquée: *Emigrantes* (1928) de Ferreira de Castro" (não publicado, distribuído no *I Encontros* Ferreira de Castro)

BASTOS, Maria Luísa. 1998. *A Amazónia na Obra de Ferreira de Castro.* Porto, Universidade Portucalense, Tese de Mestrado, 473 p.

BASTOS, Maria Luísa. 2002. "Terá esquecido Ferreira de Castro as suas origens ao longo de sua obra escrita?", *Castriana* n.º 1, pp. 133-156.

BRASIL, Jaime. 1931. *Ferreira de Castro e a sua Obra*. Porto, Livraria Civilização, 134 p.

BRASIL, Jaime. 1961. *Ferreira de Castro, A Obra e o Homem*. Lisboa, Arcádia, 274 p.

BRASIL, Jaime. 1976. "A Obra e o Homem", Neves, A. V. (org.), In Memoriam *de Ferreira de Castro*, Cascais, Ed. Arquivo Biobibliográfico dos Escritores e Homens de Letras de Portugal

CABRAL, Alexandre. 1940. *Ferreira de Castro, o seu Drama e a sua Obra*. Lisboa, Portugália Ed., 136 p.

CALHEIROS, Pedro. 1998a. *Centenário do Nascimento de Ferreira de Castro*. Aveiro, Câmara, Municipal, 48 p.

CALHEIROS, Pedro. 1998b. "Ferreira de Castro – Uma bela e sólida ponte entre Naturalismo e Neo-realismo", *Folhas,* Ano I, n.º 3, pp. 48-61

CHAVES, José. 2009. "O Discurso neo-realista na obra de Ferreira de Castro", *Castriana* n.º 4, pp. 27-44

COELHO, Nelly N.. 2007. *Escritores Portugueses do Século XX*. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 392 p.

COSTA, Orlando. 2004. "Memória", *Castriana* n.º 3, 2007, pp. 49-59

CRISTÓVÃO, Fernando. 1974. "Ferreira de Castro e a literatura brasileira", *Colóquio-Letras* n.º 26, 1975, pp. 20-22

DOMINGOS, Maria Fátima. 2005. *Ferreira de Castro – Ideário e Percurso Político (1920-1934)*. Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa, Tese de Mestrado, 180 p.

DIONÍSIO, Mário. 1947. "*A Lã e a Neve*, por Ferreira de Castro", recensão na *Vértice, Revista de Cultura e Arte* n.º 47, Vol. IV, Agosto de 1947, pp. 302-307

EMERY, Bernard. 1992. *L'Humanisme Luso-tropical selon José Maria Ferreira de Castro*. Grenoble, Ed. Ellug, Université Stendhall, 229 p.

EMERY, Bernard. 2007. "Do mito amazónico à reinvenção do luso-tropicalismo: o caso de José Maria Ferreira de Castro", *Castriana* n.º 3, pp. 61-104

FONTE, Barroso da. 1973. *Diálogo com Ferreira de Castro a propósito do romance* Terra Fria. Braga, Ed. Pax, 63 p.

FRANÇA, J. Augusto. 1992. *Os Anos 20 em Portugal*. Lisboa, Ed. Presença, 493 p.

GRANJO, Silas. 2007. Recensão a "Ricardo Alves - *Viajar com… Ferreira de Castro*", *Castriana* n.º 3, p. 110-111

JORGE, Carlos. 1998. "I – Lugares de Idílio e espaços de exílio nos primeiros romances de Ferreira de Castro", *Língua e Cultura* n.ºs 7 e 8, pp. 83-96

LAPA, M. Rodrigues. 1984 (1950). *Estilística da Língua Portuguesa*. Coimbra Editora, 11.ª ed., 304 p.

LETÍZIA, Eva. 2002. Recensão a "Abrahim Sena Baze – Ferreira de Castro, um emigrante português na Amazónia", *Castriana* n.º 1, pp. 173-178

LETÍZIA, Eva. 2004a. "José Maria Ferreira de Castro, uma vivência de emigrante nas terras do Brasil", *Castriana* n.º 2, pp. 5-54

LETÍZIA, Eva. 2004b. Recensão a *Le Petit Garçon d'Ossela*, *Castriana* n.º 2, 2004, Oliveira de Azeméis, Ed. Centro de Estudos Ferreira de Castro, pp. 138-150.

LETÍZIA, Eva. 2005. "O Romance *Terra Fria*, de José Maria Ferreira de Castro (1934-2004)", Separata de *Vária Escrita* n.º 12, 2005, pp. 305-355

LETÍZIA, Eva. 2009. "A utopia da felicidade operária configurada pelo protagonista do romance *A Lã e a Neve*, por José Maria Ferreira de Castro", Castriana n.º 4, pp. 55 - 156

LIMA, Araújo. s/d. *Com Ferreira de Castro no Minho*. Rio de Janeiro, Editora de Jornais e Revistas S.A., Separata do *Jornal de Letras*, 18 p.

LISBOA, Eugénio (coord.). 1994. *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses* – Vol. III. Lisboa, Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro e Publ. Europa – América, 569 p.

LISBOA, Eugénio. 2009. *Indícios de Oiro* – Vol. I. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 432 p.

LOPES, Óscar. 1987. *Entre Fialho e Nemésio – Estudos de Literatura Portuguesa Contemporânea* – Vol. I. Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 454 p.

LOPES, Óscar. 1998. "Centenário de Ferreira de Castro", *Folhas,* Ano I, n.º 3, pp. 39-45

LOPES, Óscar. 1996. "A Contemporaneidade Histórico-literária Portuguesa", *Vária Escrita* n.º 3, pp. 101-113

MARTINS, Agostinho C.. 2011. "Ferreira de Castro, escritor, neto d'el Rei D. Dinis, "O Trovador"", Separata de *Raízes e Memórias* n.º 28, pp. 63-70

MARTINS, Vítor. 1998. "Ferreira de Castro, o apátrida universalista", *Folhas,* Ano I, nº 3, pp. 39-45

MARTINS, Vítor. 1999. *Um Outro Ferreira de Castro*. Aveiro, Universidade de Aveiro, Tese de Mestrado em Estudos Portugueses, 215 p.

MARTINS, Vítor. 2002. "*A Selva* e a obsessão de Ferreira de Castro pela morte", *Castriana* n.º 1, pp. 77-104

MOREIRA, Alberto. 1959. *Ferreira de Castro – Antes da Glória*. Porto, ed. autor, 200 p.

MOURA, V. Graça. 2003. *Gloria in Excelsis. Histórias Portuguesas de Natal* (2003). Lisboa, Ed. Jornal *Público*, 318 p.

NAVARRO, Judith. 1958. *Ferreira de Castro e o Amazonas*. Lisboa, Porto, Livraria Civilização, 170 p.

NEVES, Adelino V. (Org.). 1976. In Memoriam *de Ferreira de Castro*. Cascais, Ed. Arquivo Biobibliográfico dos Escritores e Homens de Letras de Portugal, 287 p.

NOBRE, Roberto. 1966. "O Escritor e Manuel da Bouça", *O Comércio do Porto*, 26 de Julho

PALMA-FERREIRA, João. 1966-1976. "Ferreira de Castro", *Dicionário Biográfico Universal de Autores*, Lisboa, ed. Artis – Bompiani, Vol. II, Fascículo 18

PEREIRA, F. Jasmins. 1956. *Ferreira de Castro – Ficcionista, Introdução para o seu estudo*. Coimbra, Separata da revista *Estudos*, Fascículo X, 1955, 24 p.

PINHO, Célia M. 2000. *A Emigração vivida e representada na Ficção: Análise das inter-relações entre Literatura, Sociedade e Migração inscritas no Romance* Emigrantes *de Ferreira de Castro*. Porto, Universidade Aberta, Tese de Mestrado, 162 p.

PINA, Álvaro de. 1998. "Conhecer a comunidade, Contar a Nação, Autorizar a cultura: No cinquentenário da publicação de *A Lã e a Neve*, de Ferreira de Castro", *Vária Escrita* n.º 5, pp. 245- 268

PINHO, Célia M. 2004. "A dimensão socio-antropológica mo romance *Emigrantes* de Ferreira de Castro", *Castriana* n.º 2, pp. 51-76

REAL, Miguel. 2004. Recensão a *100 Livros Portugueses do Século XX* de F. Pinto do Amaral, *Castriana* n.º 2, 2004, Oliveira de Azeméis, Ed. Centro de Estudos Ferreira de Castro, pp. 151-157.

SALEMA, Álvaro (org. e intr.). 1974. *Ferreira de Castro – A sua vida, a sua Personalidade, a sua Obra,* Lisboa, Pub. Europa-América

SEARA, Isabel R.. 1998. "A Lã e a Neve – Virtualidade e originalidade dos enunciados metafóricos", *Língua e Cultura* n.ºs 7 e 8, II Série, pp. 121-130

SENA, Jorge de. 1988. *Estudos de Literatura Portuguesa III*. Lisboa, Edições 70, 286 p.

SENA, Jorge de. 2001. *Estudos de Literatura Portuguesa I*. Lisboa, Edições 70, 2.ª ed., 307 p.

SILVA, Luís G.. 2004. "Introdução e notas de *Ferreira de Castro. Ecos da Semana, A Arte, a Vida e a Sociedade*. Lisboa, Centro de Estudos Libertários, 95 p.

SIMÕES, J. Gaspar. 1966. "Ferreira de Castro, Precursor do neo-realismo", *O Primeiro de Janeiro*

SOROMENHO, Paulo. 1976. "Meditação sobre Ferreira de Castro", Neves, A. V., In Memoriam *de Ferreira de Castro*, pp.131-132

TAVARES RODRIGUES, U.. 1998. "O Homem irmão do Homem", *Língua e Cultura* n.ºs 7 e 8, pp. 81-82

TORRES, A. Pinheiro. 1974. "Ferreira de Castro…", *Colóquio-Letras* n.º 26, 1975, pp. 17-18

VÁRIOS. 1967. *Livro do Cinquentenário da Vida Literária de Ferreira de Castro 1916-1966*. Lisboa, Portugália editora, 313 p.

VÁRIOS. 1966-1976. *Dicionário Biográfico Universal de Autores*. Lisboa, ed. Artis – Bompiani, Vol. II, Fascículo 18.

VÁRIOS. 1974. *Colóquio-Letras*, n.º 21, Setembro de 1974, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 105 p.

VÁRIOS. 1975. *Colóquio-Letras*, n.º 26, Julho de 1975, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 104 p.

VÁRIOS. 1996. *Vária Escrita*, n.º 3, Sintra, Câmara Municipal de Sintra, 256 p.

VÁRIOS. 1998a. *Vária Escrita*, n.º 5, Sintra, Câmara Municipal de Sintra, 514 p.

VÁRIOS. 1998b. *Folhas.* Aveiro, Grupo Poético de Aveiro, Ano I, Nº 3, Junho de 1998.

VÁRIOS. 2002. *Castriana* n.º 1, Oliveira de Azeméis, Ed. Centro de Estudos Ferreira de Castro, 207 p.

VÁRIOS. 2004. *Castriana* n.º 2, Oliveira de Azeméis, Ed. Centro de Estudos Ferreira de Castro, 192 p.

VÁRIOS. 2007. *Castriana* n.º 3, Oliveira de Azeméis, Ed. Centro de Estudos Ferreira de Castro, 144 p.

VÁRIOS. 2009. *Castriana* n.º 4, Oliveira de Azeméis, Ed. Centro de Estudos Ferreira de Castro, 200 p.

VÁRIOS. 2012. *Castriana* n.º 5, Oliveira de Azeméis, Ed. Centro de Estudos Ferreira de Castro, 167 p.

Geral

ABBEY, Edward. 1987 (1968). *Desert Solitaire. A season in the wilderness*. New York, MacGraw-Hill, 269 p., Prefácio *on line* em http://ebook.stepor.com/book/desert-solitaire-11832-pdf.html (3 Outubro 2011)

ABRAM, David. 2007. *A Magia do Sensível. Percepção e Linguagem num Mundo mais do que humano*. Lisboa, F. C. Gulbenkian, 337 p.

AGOSTINHO DA SILVA, e SILVA, Paulo N. (org.). 2009. *Citações e Pensamentos*. Lisboa, Casa das Letras, 213 p.

AGUIAR, Carlos, RODRIGUES, Orlando, AZEVEDO, João e DOMINGOS, Tiago. "Montanha", Pereira, H., Domingos, T., Vicente, L. e Proença, V. (eds.), 2009, *Ecossistemas e Bem-estar humano. Avaliação para Portugal do Millenium Ecosystem Assessment,* Lisboa, Escolar editora, pp. 295-339

ALLÈGRE, Claude. 1996. *Ecologia das Cidades, Ecologia dos Campos*. Lisboa, Instituto Piaget, 226 p.

ALMEIDA, Maria Socorro. 2008. "Homem, animal e espaço numa visão ecocrítica em Graciliano Ramos e Miguel Torga", Almeida, M. S. e Azevedo, S. L., *Espaço Interdisciplinar Literatura, Meio Ambiente e Relações Sociais*, pp. 127-157

ALVES, Isabel. 2011. "Book Review: Ana Isabel Queiroz & Inês de Ornellas e Castro (eds.). Falas da Terra no Século XXI: What do we see green?", *Ecozon@ European journal of*

literature, culture and environment Vol. 2 Nº 2, pp. 281-283, *on line* em http://www.ecozona.eu/index.php/journal/article/view/233/434 (17 Abril 2015)

ALVES, Isabel. 2013. *Vozes transmontanas na Paisagem. Paisagens de pedra e água na poesia de A. M. Pires Cabral*. Lisboa, FCSH, 29 p., *on line* em http://paisagensliterarias.ielt.org/config/paisagensliterarias/conteudo/ebooks/isabelalves_2013_final.pdf (5 Novembro 2015)

ALVES, João, ESPÍRITO SANTO, Dalila *et al*. 1998. *Habitats Naturais Semi-naturais de Portugal Continental*. Lisboa, Instituto da Conservação da Natureza, 167 p.

AMADO, Jorge. 1995. *Navegação de Cabotagem*. Mem-Martins, Publ. Europa-América, 3.ª ed., 574 p.

ARMBRUSTER, Karla e WALLACE, Kathleen (eds.). 2001. *Beyond Nature Writing*. Charlottesville e London, The University Press of Virginia, 373 p.

AVELAR, Mário. 2012. "O rio e a anacronia numa estética da paisagem", *Colóquio-Letras* n.º 179, pp. 51-61

BAPTISTA, J. Dias. 2006. *Montalegre*. Montalegre, ed. Município de Montalegre, 156 p., *on line* em http://www.cm-montalegre.pt/downloads/LivroMontalegre.pdf (1 Junho 2015)

BAPTISTE, Jacinto e VALDEMAR, António. s/d. *Repórteres e Reportagens de Primeira Página II*. Lisboa, Assembleia da República

BARBOSA, João L.. 2003. *O Homem no Universo. Reflexão sobre possíveis implicações éticas da Coincidência Antrópica Cosmológica*. Lisboa, Instituto Piaget, 138 pp.

BARDIN, Laurence (1995). *Análise de Conteúdo*. Lisboa, Edições 70, 229 pp.

BARTHES, Roland. 2007 (1978). *Lição*. Lisboa, Edições 70, 53 p.

BASTOS, Eduardo L. (dir.) e BARROS, Henrique (col.). 1943. *Inquérito à Habitação Rural*. Volume I – Províncias do Norte de Portugal. Lisboa, Universidade Técnica de Lisboa, 445 p.

BECKERT, Cristina (coord.). 2001. *Natureza e Ambiente. Representações na cultura portuguesa*. Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa. 206 p.

BECKERT, Cristina (org. e coord.). 2003. *Ética ambiental, uma ética para o Futuro*. Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 230 p.

BECKERT, Cristina e VARANDAS, Mª. José (org.). 2004. *Éticas e Políticas Ambientais*. Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, 317 p.

BERNARDO, João. 1995. *Ecologia das Populações e das Comunidades*. Lisboa, Universidade Aberta, 81 p.

BINGRE, Pedro e DAMASCENO, Pedro. 2007. "Biologia e ecologia das florestas de carvalho-português", Silva, J. S. (coord.), 2007, *Floresta e Sociedade*, Lisboa, Fundação Luso-Americana, *Público* e Liga para a Proteção da Natureza, pp. 15-46.

BLANC, Nathalie, PUGHE, Thomas e CHARTIER, Dennis. 2008. *Littérature & écologie: vers une écopoétique*, *Ecologie et Politique* n.º 36, 184 p., *on line* em http://www.projetcoal.org/coal/2012/06/29/8266/ (10 Março 2011)

BORDEN, Richard J.. 2008. "A Brief History of SHE: Reflections on the founding and first twenty-five years of the Society of Human Ecology", *Human Ecology Review*, Vol. 15, n.º 1, pp. 95-108

BOWLES, Paul. 2013. *Viagens – Compilação de Escritos 1950 – 1993*. Lisboa, Quetzal Editores, 503 p.

BRANCH, Michael. 2001. "Before Nature Writing: Discourses of colonial American Natural History", Armbruster, K. e Wallace, K. (eds.), *Beyond Nature Writing*, pp. 91-107

BRUCKMEYER, Karl. 2010. "Human Ecology in the knowledge Society", Pires, I., Gilbert, M. e Hens, L. (eds.), *Studies in Human Ecology*, pp. 45-67

BUELL, Lawrence. 1995. "Representing the Environment", Coupe, L. (ed.), 2000, *The Green Studies Reader. From Romantism to Ecocriticism*, pp. 177-181

BUELL, Lawrence. 2005. *The Future of Environmental Criticism: Environmental Crisis and Literary Imagination*. Malden, USA, Oxford, UK, Victoria, Australia, Blackwell publishing, 188 pp.

BURGESS, Ernest. 1925. "La Croissance de La Ville – Introduction à un Project de Recherche", *The City*, pp. 131-147

CABRAL, F. Caldeira. 2003. *Fundamentos da Arquitectura Paisagista*. Lisboa, Instituto da Conservação da Natureza, 220 p.

CABRAL, Maria João *et al* (coord.). 2008. *Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal*. Peixes dulciaquícolas e migradores, Mamíferos, Aves, Anfíbios e Répteis. Lisboa, Assírio & Alvim, 660 p.

CAMINHA, Pêro Vaz de. 2000 (1500). *Carta de Pêro Vaz de Caminha a El-Rei D. Manuel sobre o achamento do Brasil*. Lisboa, Publ. Europa-América, 128 p.

CAPELO, Jorge e CATRY, Filipe. 2007. "A distribuição do carvalho-roble em Portugal", Silva, J. S. (coord.), 2007, *Floresta e Sociedade*, Lisboa, Fundação Luso-Americana, *Público* e Liga para a Proteção da Natureza, pp. 249-255

CARSON, Rachel. 2002 (1962). *Silent Spring*. Boston, New York, A Marine Book Hougton Mifflin Company, Fortieth anniversary edition, 197 p.

CARVALHO, A. Cristina (coord.), MACEDO, Luciana e MARCELINO, Manuela. 2001. *Os Incêndios e a Conservação da Natureza*. Sintra, Parque Natural de Sintra-Cascais, 7 p.

CARVALHO, A. Cristina e Equipa técnica do PNSC. 2005. *Parque Natural de Sintra-Cascais*. Lisboa, Instituto da Conservação da Natureza, 16 p.

CARVALHO, A. Cristina. 1994. *Parques Naturais de Portugal*. Lisboa, Ed. ICN e Jornal *Público*. Col. dez fascículos, 127 p.

CARVALHO, A. Cristina. 2009. *Climas de Mudança: Vulnerabilidade Humana às Alterações Climáticas no Concelho de Sintra*. Dissertação de Mestrado em Ecologia Humana, Lisboa, FCSH – UNL, 132 pp.

CARVALHO, A. Cristina. 2012. "Proposta e Breve Análise de Bibliografia Básica sobre Ecologia Humana – Livros", Revista *on line Ecologia Humana Working Papers* n.º 4

CARVALHO, A. Cristina. 2012. "Proposta e Breve Análise de Bibliografia Básica sobre Ecologia Humana – Artigos científicos", Revista *on line Ecologia Humana Working Papers* n.º 2

CARVALHO, João *et al*. 2007. "Biologia e Ecologia do carvalho-roble", Silva, J. S. (coord.), 2007, *Floresta e Sociedade*, Lisboa, Fundação Luso-Americana, *Público* e Liga para a Proteção da Natureza, pp. 185-201

CARVALHO, João. 2007. "Conservação, regeneração e exploração do carvalho-roble", Silva, J. S. (coord.), 2007, *Floresta e Sociedade*, Lisboa, Fundação Luso-Americana, *Público* e Liga para a Proteção da Natureza, pp. 229-248

CARVALHO, Rómulo. 2001 (1985). *História do Ensino em Portugal*. Lisboa, F. Calouste Gulbenkian, 962 p.

CHEVALIER, Jean e GHEERBRANDT, Alain. 2010. *Dicionário dos Símbolos*. Lisboa, Teorema, 2.ª ed., 727 p.

COELHO, Latino. 1923. *Arte e Natureza. Escritos Literários e Políticos*. Lisboa, Empresa Literária Fluminense, 202 pp.

COELHO, Leonor M.. 2011. "Gérard Aké Loba: a problemática da identidade pós-colonial", Mendes, A. P. *et al.,* 2006, *Cadernos de Literatura Comparada* n.º 14/15. Tomo 2 – Textos e mundos em deslocação, pp. 139-153

COMISSÃO DE COORDENAÇÃO REGIONAL DE LISBOA E VALE DO TEJO. 2005. *Norma de Procedimentos – Tramitação dos Estudos de Impacte ambiental.* Lisboa, CCDRLVT, 22 p. *on line* em http://www.ccdr-lvt.pt/files/479.pdf (24 Maio 2014)

CORDÓN, Juan N. e MARTÍNEZ, Tomas C.. 1998. *História da Filosofia*. Vols. 1, 2 e 3, Lisboa, Edições 70, 506 p.

COSTA, João G.. 1987. *Montalegre e Terras de Barroso*. Vol. I. Montalegre, Câmara Municipal de Montalegre, 2.ª ed., 241 p.

COUPE, Laurence (ed.). 2000. *The Green Studies Reader. From Romantism to Ecocriticism*. New York, Routledge, 315 p.

CRAVIDÃO, Fernanda e MARQUES, Marco. 2000. "Literatura e Geografia: outras viagens, outros territórios. *Emigrantes* de Ferreira de Castro", *Cadernos de Geografia* n.º 19, pp. 23-27

CRESWELL, John. 2003. *Research Design. Qualitativ, quantitativ and Mixed Methods Approaches*. Thousand Oaks, California, Sage Publications, 2.ª ed., 26 p., *on line* em

http://isites.harvard.edu/fs/docs/icb.topic1334586.files/2003_Creswell_A%20Framework%20for%20Design.pdf

CUISIN, Michel. 1981 (1971). *O que é a Ecologia?*. Lisboa, Livros Horizonte, 2.ª ed., 175 pp.

DARWIN, Charles. 2009 (1859). *A Origem das Espécies por Meio de Seleção Natural.* Lisboa, Círculo de Leitores, 381 pp.

DELÉAGE, Jean-Paul. 1993. *História da Ecologia, Uma Ciência do Homem e da Natureza*. Lisboa, Publ. Dom Quixote, 276 pp.

DEVALL, Bill e SESSIONS, George. 2004 (1985). *Ecologia Profunda*. Porto, Edições Sempre-em-pé, 290 pp.

DEVY-VARETA, Nicole. 2003. "O Regime Florestal em Portugal através do século XX (1903 – 2003)", *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, I Série Vol. XIX, pp. 447-455

DIONÍSIO, Sant'Ana e PROENÇA, Raul. 1993 (1945). *Guia de Portugal* - Vol. III, Tomo I: – *Beira: I. Beira Litoral*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 3.ª ed., 624 p.

DIONÍSIO, Sant'Ana e PROENÇA, Raul. 1995 (1969). *Guia de Portugal* - Vol. V, Tomo I: – *Trás-os-Montes e Alto Douro: I. Vila Real, Chaves e Barroso*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 3.ª ed., 514 p.

DUARTE, Cristina e MOREIRA, Ilídio. 2009. *Flora aquática e ribeirinha*. Faro, Administração da Região Hidrográfica do Algarve, IP, 98 p.

DUARTE SANTOS, Filipe. 2007. *Que Futuro? Ciência, Tecnologia, Desenvolvimento e Ambiente*. Lisboa, Gradiva e F. C. Gulbenkian, 586 p.

DUPÂQUIER, Jacques (2002). *A População Mundial no Século XX*. Lisboa, Instituto Piaget, 140 p.

ELDER, John. 2001. "Foreword", Armbruster, K. e Wallace, K. (eds.), *Beyond Nature Writing*, pp. vii-viii

ESTEVÃO, João Antunes. 1983. "A Florestação dos baldios", *Análise social* n.º 77-78-79, pp. 1157-1260

FALCÃO, Miguel. 2009. "Representações do "real" no teatro de Alves Redol", *Nova Síntese* 4, pp. 63-79

FERNANDES, António A. 1992. "A Natureza mãe e mestra em Aquilino Ribeiro", *Cadernos Aquilinianos* n.º 1, pp. 67-74

FERRÃO, João. 2000. "Relações entre mundo rural e mundo urbano. Evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro", *Revista EURE* Vol. XXVI, n.º 78, pp. 123-130

FERRÃO, João. 2002. "Portugal, Três geografias em recombinação", *Lusotopie* n.º 2, pp. 151-158

FERRÃO, José E., CAIXINHAS, M. Lisete e LIBERATO, M. Cândida. 2008. "A Ecologia, as Plantas e a Interculturalidade", Lages, M. F. e Matos, A. T. (coord.), *Portugal, Percursos de Interculturalidade*, Vol. I, pp. 132-223

FERRAZ, Maria Conceição e MELO, Lúcia. 2005. "A Poluição da Atmosfera – Relance histórico através da Literatura", Patim, I., Torres, R. e Hilário, F. (org.), *Literatura e Ambiente. II Encontro de Estudos sobre Ciências e Culturas*, pp. 113-121

FERRY, Luc. 1993. *A Nova Ordem Ecológica*. Porto: Ed. ASA, 207 pp.

FLYS-JUNQUERA, Carmen. 2011. "Literature and Ecocriticism as Environmental Activism", Queiroz, A. I. e Castro, I. O. (coord.), *Falas da Terra no Século XXI – What do we see green?*, pp. 57-80

FONTES, António L.. 1992. *Etnografia Transmontana*. Vol. I – *Crenças e tradições do Barroso.* Lisboa, Ed. Domingos Barreira, 3.ª ed., 232 p.

FOUCAULT, Michel. 1966 (1981). *As palavras e as coisas. Uma arqueologia das Ciências Humanas*. São Paulo, Livraria Martins fontes Editora, 407 p.:

FOYOS, Pedro. 2010. *Jardim República*. Linda-a-Velha, Ed. Hespéria, 91 pp.

FREIRE, João e LOUSADA, Maria E.. 1982. "O neomalthusianismo na propaganda libertária", *Análise Social*, vol. XVIII (72-73-74), 1982-3.°-4.°-5.°, pp. 1367-1397

GARCIA, João C., AURINDO, Maria José, PIMENTA, José e AZEVEDO, Ana. 2006. "Comemorar Silva Telles e os 100 Anos do Ensino Superior da Geografia em Portugal", *InforGeo* 28/19, pp. 9-17

GARRARD, Greg. 2006. *Ecocrítica*. Brasília, Fundação Universidade de Brasília, 291 p.

GASPAR, Jorge (dir.). 1981. *Portugal em mapas e em números*. Lisboa, Livros Horizonte, 2.ª ed.,187 p.

GASPAR, Jorge. 1993. *As Regiões Portuguesas*. Lisboa, Secretaria de Estado do Planeamento e Desenvolvimento Regional, 236 p.

GERSDORF, Catrin e MAYER, Sylvia (ed). 2006. *Nature in Literary and Cultural Studies: Transatlantic Conversations on Ecocriticism*. Amsterdam, New York, Rodopi Ed., 490 p.

GIONO, Jean. 2010 (1980). *O Homem que plantava árvores*. Lisboa, Far Far Away Books, 35 p.

GLOTFELTY, Cheryll e FROMM, Harold (edts.). 1996. *The Ecocriticism Reader - Landmarks' in Literary Ecology*, Athns, Georgia, The University of Georgia Press, 415 p.

GLOTFELTY, Cheryll. 1996. "Literary Studies in an Age of Environmental Crisis", *The Ecocriticism Reader. Landmarks' in Literary Ecology*, pp. xv-xxxvii

GONÇALVES, Paula A.. 2008. *O Sagrado no imaginário barrosão e em Padre António Lourenço Fontes*. Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, tese de Mestrado, 176 p., *on line* em https://repositorio.utad.pt/handle/10348/219 (2 Maio 2015)

GUERREIRO, Manuel V.. 1981. *Pitões das Júnias – Esboço de Monografia Etnográfica*. Lisboa, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico, 2.ª ed., 331 p.

GUIMARÃES, Ana P., BARBOSA, João e FONSECA, Luís (org.). 2004. *Falas da Terra. Natureza e Ambiente na Tradição Popular Portuguesa*. Lisboa, ed. Colibri, 512 p.

GUIMARÃES, Ana P.. 2011. "Ser – dantes e ainda hoje, discretamente – verde", Queiroz, A. I. e Castro, I. O. (coord.), *Falas da Terra no Século XXI – What do we see green?,* pp. 33-52

HARDYMENT, Christina. 2000. *Literary trails. British Writers in their Landscapes*. The National Trust, Harry N. Abrams, Inc. publishers, London, 251 p.

HAWLEY, Amos. 1986. *Human Ecology, a Theoretical Essay*. Chicago, The University of Chicago Press. 168 pp.

HEAD, Lesley. 2000. *Cultural Landscapes and Environmental Change*. New York, Routledge, 208 p.

HENRIQUES, Pedro C. e NEVES, Renato. 2000. *Percursos – Paisagens e Habitats de Portugal*. Lisboa, Instituto da Conservação da Natureza e Assírio & Alvim, 408 p.

HÉRRAN, José M.. 2011. "Los Lugares de la ficción y sus nombres en la novella realista española del siglo XIX", Lourenço, A. A. e Silvestre, O. M. (coord.), *Literatura, Espaço, Cartografias*, pp. 157-176

HOCHMAN, Joan. 1997. "Green Cultural Studies", Coupe, L. (ed.), 2000, *The Green Studies Reader. From Romantism to Ecocriticism*, pp.187-192

HOUAISS, Antônio, VILLAR, M. de Salles e FRANCO, F. de Mello. 2004. *Dicionário HOUAISS da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Editora Objetiva, 1ª reimpressão c/ alterações, 2922 p.

HOWARTH, William. 1996. "Some Principles of Ecocriticism", *The Ecocriticism Reader. Landmarks' in Literary Ecology*, pp. 69-91

HUNTINGTON, Ellsworth. 1948 (1915). *Civilization and Climate*. New Haven, Yale University Press, 453 p.

ISSELÉ, Louise. 2012. *L'écologie dans la littérature française del'extrême contemporain* Universidade de Gent, Bélgica, Tese de Mestrado, 78 p.

JORGE, Fernando C. e BRANCO, Isabel. 2005. "Algumas notas sobre a história da Consciência Ecológica, com Citações literárias relacionadas", Patim, I., Torres, R. e Hilário, F. (org.), 2005, *Literatura e Ambiente, II Encontro de Estudos sobre Ciências e Culturas*, pp. 181-220

KERRIDGE, Richard. 1998 e 1999. "Ecothrillers: Environmental Cliffhangers", Coupe, L. (ed.), 2000, *The Green Studies Reader. From Romantism to Ecocriticism*, pp. 242-249

LAMY, Michel. 1996. *As Camadas Ecológicas do Homem*. Lisboa, Instituto Piaget, Col. Perspetivas Ecológicas, 305 pp.

LEAL, João. 2000. *Etnografias Portuguesas (1870-1970). Cultura Popular e identidade nacional*. Lisboa, Publ. Dom Quixote, 272 p.

LEMA, Paula B. 1978. *Tourém, uma aldeia raiana do Barroso*. Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 195 p.

LEMA, Paula B. e REBELO, Fernando. 1996. *Geografia de Portugal. Meio Físico e Recursos Naturais*. Lisboa, Universidade Aberta, 447 p.

LENOBLE, Robert. 1990 (1969). *História da Ideia de Natureza*. Lisboa, Edições 70, 325 p.

LEOPOLD, Aldo. 2008 (1949). *A Sand County Almanac. Pensar como uma Montanha*. Porto, Edições Sempre-em-pé, 207 p.

LÉVI-STRAUSS, Claude. 1975 (1952). *Raça e História*. Lisboa, Editorial Presença, 2.ª ed., 151 p.

LOURENÇO, António A. e SILVESTRE, Osvaldo M. (coord.). 2011. *Literatura, Espaço, Cartografias*. Coimbra, Centro de Literatura Portuguesa, 533 p.

LOURENÇO, António A.. 2011. "O romance naturalista e o tempo real", Lourenço A. A. e Silvestre, O. M. (coord.), *Literatura, Espaço, Cartografias*, pp. 207-225

LOVE, Glen. 1996. "Revaluing Nature: Toward an Ecological Criticism", *The Ecocriticism Reader. Landmarks' in Literary Ecology*, pp. 225-240

LYON, Thomas. 1996. "A Taxonomy of Nature Writing", *The Ecocriticism Reader. Landmarks' in Literary Ecology*, pp. 276-281

MACKENZIE, Roderick. 1925. "L'ápproche Ecologique dans L'étude de la Communauté Humain", *The City*, pp. 149-166

MARCELINO, Manuela. 2002. *Serra de Sintra - Património Natural*. Sintra, Parque Natural de Sintra-Cascais, 2.ª ed., 7 p.

MARQUES, Ricardo. 2012. "Ecocrítica", Ceia, C. (coord.), *E-dicionário de Termos Literários*, *on line* em www.edtl.com.pt (18 Junho 2012)

MATHIAS, Maria Luz (coord.). 1999. *Guia dos Mamíferos Terrestres de Portugal Continental, Açores e Madeira*. Lisboa, Instituto da Conservação da Natureza e Centro de Biologia Ambiental da Universidade de Lisboa, 199 p.

MATTOSO, José. 1993. *História de Portugal*, VIII Volume, Lisboa, Círculo de Leitores.

MATTOSO, José, DAVEAU, Suzanne e MELO, Duarte. 2010. *Portugal, O sabor da terra*. Lisboa, Círculo de Leitores e temas e Debates, 2.ª ed., 688 p.

MEADOWS, Donella e Dennis *et al*. 1972. *Os Limites do Crescimento*. Lisboa, P. Dom Quixote, 245 pp.

MEDEIROS, Carlos A. (dir.) e FERREIRA, António B. (coord.). 2005. *Geografia de Portugal* – Vol. 1 – O Ambiente Físico. Lisboa, Círculo de Leitores, 495 p.

MENDES, Ana P. *et al.* 2006. *Cadernos de Literatura Comparada* n.º 14/15. Tomo 2 – Textos e mundos em deslocação. Porto, Instituto de Literatura Comparada Margarida Losa

MIES, Maria e SHIVA, Vandana. 1987. *Ecofeminismo*. Lisboa, Instituto Piaget, 433 p.

MILEY, James D.. 1980. "Critical Dimensions in Human Ecology", *Urban Life*, Vol. 9 n.º 2, pp. 163-185

MITCHELL, Alan. *Guía de campo de los Árboles de Europa*. Barcelona, Ediciones Omega, SA, 558 p.

MORAN, Emilio. 2009 (2006). *People and Nature. An Introduction to Human Ecological Relations*. USA, Oxford, Vitoria, Blackwell Publishing, 218 p.

MOREIRA, Vital. 1982. "Paisagem povoada: a Gândara na obra de Caros de Oliveira", *Vértice, Revista de Cultura e Arte* n.º 450/451, Vol. XLII, pp. 712-728

MOURÃO-FERREIRA, David. 1992. "Aquilino: Espaço – gente", *Cadernos Aquilinianos* n.º1, pp. 41-50

NAZARETH, J. Manuel. 2004 (2007). *Demografia, a Ciência da População*. Lisboa, Presença, 2ª edição. 271 pp.

NEVES, Susana. 2012. "Nascidos das árvores: breve ensaio sobre o 'duelo' entre os escritores portugueses e os 'desarvorados' da pátria", *Colóquio-Letras* n.º 179, pp. 62-70

NEWING, Helen. 2010. "Bridging the Gap: Interdisciplinary, Biocultural diversity and Conservation", *Nature and Culture. Rebuilding Lost Connections*, pp. 23-40

ODUM, Eugene P.. 2004 (1971). *Fundamentos da Ecologia*. Lisboa, F. Calouste Gulbenkian, 7.ª ed., 927 p.

OLIVEIRA, Carlos de. 1971. *O Aprendiz de Feiticeiro*. Lisboa, Publ. Dom Quixote, 290 p.

PATIM, Isabel, TORRES, Rui e HILÁRIO, Fernando (org.). 2005. *Literatura e Ambiente. II Encontro de Estudos sobre Ciências e Culturas*. Porto, Fundação Fernando Pessoa, 260 p.

PELIZZOLI, M. L..1999. *A Emergência do Paradigma Ecológico*. Petrópolis, Ed. Vozes, 160 pp.

PEREIRA, Henrique, DOMINGOS, Tiago, VICENTE, Luís e PROENÇA, Vânia (eds.). 2009. *Ecossistemas e Bem-estar humano. Avaliação para Portugal do Millenium Ecosystem Assessment.* Lisboa, Escolar Editora, 734 p.

PILGRIM, Sarah e PRETTY, Jules. 2010. "Nature and Culture: an Introduction", *Nature and Culture. Rebuilding Lost Connections*, pp. 1-20

PILGRIM, Sarah e PRETTY, Jules. 2010. *Nature and Culture. Rebuilding Lost Connections*. London e Washington DC, Earthscan, 275 p.

PINHO, João. 2007. "As árvores na toponímia portuguesa", Silva, J. S. (coord.), 2007, *Floresta e Sociedade*, Lisboa, Fundação Luso-Americana, *Público* e Liga para a Proteção da Natureza, pp. 149-244

PIRES, Iva, GIBERT, Morgane e HENS, Luc (eds.). 2010. *Studies in Human Ecology*. Ha Noi, Centre International d'Ecologie Humaine, 259 p.

PIRES, Iva M.. 1994. *A Teia e a Trama na Geografia das Indústria Têxtil e do Vestuário*. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Lisboa (polic).

PIRES, Iva M. e CRAVEIRO, João L.. 2011. *Ética e Prática da ecologia Humana: questões introdutórias sobre a Ecologia Humana e a emergência dos riscos ambientais*. Lisboa, Ed. Apenas, Coleção EcoHum – Cadernos de Ecologia Humana, 30 pp.

PIRES, Jaime, PINTO, Pedro e MOREIRA, Nuno. 1994. *Lameiros de Trás-os-Montes – Perspetivas de futuro para estas pastagens de montanha*. Bragança, Instituto Politécnico de Bragança, 96p., *on line* em https://bibliotecadigital.ipb.pt/handle/10198/7717 (17 Abril 2015)

PIZARRO, J. Augusto. 2008. *D. Dinis*. Lisboa, Temas e Debates, Col. "Reis de Portugal", 384 p.

POLUNIN, Oleg. 1976. *Arboles y arbustos de Europa*. Barcelona, Ediciones Omega, S.A., 224 p.

PRÁDANOS, Luíz. 2013. "Hacia una perspectiva socioecológica euro-mediterránea: el ejemplo de la ecocrítica española", *Ecozon@*, *European journal of literature, culture and environment*, Vol.4(2), pp.30-48 *on line* em http://sfx.b-on.pt/ (8 Abril 2011)

PROENÇA, Raul. 1979 (1924). *Guia de Portugal* - Vol. I. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 3.ª ed., 624 p.

PROGRAMA GULBENKIAN AMBIENTE. s/d. *Porquê ler os Clássicos?* Lisboa, F. C. Gulbenkian, 27 p.

QUEIRÓS, António. 2000. *A Contribuição dos Poetas e Prosadores Portugueses para a Génese da Moderna Consciência Ambientalista*, Tese de Mestrado em Filosofia da Natureza e do Ambiente, Lisboa, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 196 p.

QUEIROZ, Ana e CASTRO, Inês O. (coord.). 2011. *Falas da Terra no Século XXI – What do we see green?*. Lisboa, Esfera do Caos, 251 p.

QUEIROZ, Ana. 2007. *A Paisagem de Terras do Demo*. Porto, Faculdade de Ciência da Universidade do Porto, Tese de doutoramento, 480 p.

RAMALHO ORTIGÃO. 1947. *A Holanda*. Lisboa, Livraria Clássica Editora, Tomos I e II, 245 p. e 254 p., respetiv.

RAMOS, Manuel da S.. 2002. *Café Montalvo*. Coimbra, Ed. Alma Azul

RAMOS, Rui. 1988. "Culturas de Alfabetização e Culturas de Analfabetismo em Portugal", *Análise Social* 103-104, Vol. XXIV, pp. 1067-1145

RAUL BRANDÃO, e ROSA, Vasco (org.). 2013. *A Pedra ainda espera dar Flor – Dispersos 1891 – 1930*. Lisboa, Quetzal, 489 p.

RAUL BRANDÃO. 2004 (1917). *Húmus*. Vilarinho das Cambas, Edições Húmus, 237 p.

REBOREDO, Fernando e PAIS, João. 2012. "A construção naval e a destruição do coberto vegetal em Portugal - Do século XII ao século XX", *Ecologia* n.º 4, pp. 31-42

REDOL, Alves. 2004 (1938). *Glória, uma aldeia no Ribatejo*. Lisboa, Caminho, 3.ª ed., 190 p.

REIS, Carlos. 2008. *O Conhecimento da Literatura*. *Introdução aos Estudos Literários*. Lisboa, Almedina, 2.ª ed., 555 p.

RIBEIRO, Aquilino. 1983 (1951). *Geografia Sentimental (História, Paisagem, Folclore)*. Lisboa, Livraria Bertrand, 386 p.

RIBEIRO, Orlando. 1986 (1945). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 4.ª ed. rev. e ampl., 175 p.

RIBEIRO, Orlando. 1985. *Opúsculos geográficos*. I Volume – Síntese e Método. Lisboa, F. Calouste Gulbenkian, 421 p.

RIBEIRO, Orlando. 1991. *Opúsculos geográficos*. IV Volume – O Mundo Rural. Lisboa, F. Calouste Gulbenkian, 430 p.

RIBEIRO, Orlando. 1995. *Opúsculos geográficos*. VI Volume – Estudos Regionais. Lisboa, F. Calouste Gulbenkian, 495 p.

RIBEIRO, Orlando. 2011 (1968). *Mediterrâneo, Ambiente e Tradição*. Lisboa, Fundação C. Gulbenkian, 3.ª ed. rev. e ampl., 245 p.

RIBEIRO, Orlando, LAUTENSACH, Hermann e DAVEAU, Suzanne. 1989. *Geografia de Portugal – III. O Povo Português*. Lisboa, Edições Sá da Costa, 942 p.

ROCHA, Fátima. 1996. *Nomes vulgares de Plantas existentes em Portugal*. Lisboa, Direcção-Geral de Proteção das Culturas, 591 p.

ROLIN, Olivier. 2000. *Paisagens Originais*. Porto, Edições ASA, 124 p.

ROSÁRIO, Manuel C.. 2004. "O Sistema agrário de Trás-os-Montes e a Modernidade sustentável", *Gestão e Desenvolvimento* n.º 12, pp. 237-257

ROSAS, Fernando. 1994. "A 'grei agraria'", Mattoso, J. (dir.), *História de Portugal*, Sétimo Vol., pp. 31-59

RUECKERT, William. 1996. "Literature and Ecology: An Experiment in Ecocriticism", *The Ecocriticism Reader. Landmarks' in Literary Ecology*, pp. 105-123

PEREIRA, António S. 2012. "Ferreira de Castro – História e Imaginário: dos *Emigrantes*, através d' *A Selva*, até *A Lã e a Neve*", *ubimuseum*, n.º 1, pp. 1 - 13

SANTOS, Filipe Duarte. 2012. *Alterações Globais. Os Desafios e os Riscos presentes e futuros*. Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 214 pp.

SARAIVA, M. Graça.. 1999. *O Rio como Paisagem*. – *Gestão de Corredores fluviais no quadro do ordenamento do território*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 512 p.

SAUER, Frieder e FRADE, Fernando. 1982. *Aves Terrestres*. Lisboa, Círculo de Leitores, 288 p.

SCHUMACHER, Ernst. F.. 1980 (1973). *Small is Beautiful - Um estudo de Economia em que as pessoas também contam*. Lisboa, Publ. Dom Quixote, 293 pp. :

SERRÃO, Joel. 1974. *A Emigração Portuguesa – Sondagem Histórica*. Lisboa, Livros Horizonte, 2.ª ed., 245 p.

SIMÕES, Manuel. 2009. "A tensão entre espaço rural e espaço urbano na narrativa de Antunes da Silva", *Nova Síntese* 4, pp. 149-158

SILVA, J. Sande (coord.). 2007. *Floresta e Sociedade - Uma História em Comum*. Lisboa, Liga para a Protecção da Natureza, Fundação Luso-Americana e Público, 257 p.

SIMMONS, Ian J.. 2007 (1993). *História do Ambiente*. Lisboa, Ed. Teorema, 263 p.

SINGER, Peter. 2008 (1975). *Libertação animal*. Lisboa, Via ótima, 328 p.

SLOVIC, Scott. 1996. "Nature Writing and Environmental Psychology: The Interiority of Outdoor Experience", *The Ecocriticism Reader. Landmarks' in Literary Ecology*, pp. 351-370

SLOVIC, Scott. 1999. "Ecocriticism: Containing Multitudes, Practicing Doctrine", Coupe, L. (ed.), 2000, *The Green Studies Reader. From Romantism to Ecocriticism*, pp. 160-162

S/A. s/d. *Oliveira de Azeméis*, Aveiro, Região de Turismo Rota da Luz (Folheto)

TABORDA, Vergílio. 2011 (1932). *Alto Trás-os-Montes. Estudo Geográfico*. Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, ed. Fac-similada, 224 p.

TAVARES DIAS, Marina. 1987. *Lisboa Desaparecida,* Vol. I. Lisboa, Quimera editores, 2ªed., 185 p.

TAVARES DIAS, Marina. 1990. *Lisboa Desaparecida,* Vol. II. Lisboa, Quimera editores, 186 p.

TAVARES DIAS, Marina. 2006. *Lisboa, Antes e agora*. Lisboa, Quimera editores, 157 p.

THOREAU, Henri David. 2008. *Onde vivi e para que vivi*. Vila Nova Famalicão, Quasi, 93 p.

THOREAU, Henri David. 2009 (1854). *Walden ou A Vida nos Bosques*. Lisboa, Antígona, 366 p.

TORGA, Miguel. 2015 (1950). *Portugal*. Lisboa, Leya, 10.ª ed., 97 p.

TORRES, E. Sintra e MARINHO, Luís. 2001a – 2001f. *O Século do Povo Português*, Vols. I a VI, Alfragide, Ed. Ediclube

TORRINHA, Francisco. 1946. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa para os estudantes e para o Povo*. Porto, Editorial Domingos Barreira, 1586 p.

UNAMUNO, Miguel de. 2009 (1911). *Por Terras de Portugal e de Espanha*. Lisboa, Nova Veja, 159 pp.

WWAP (United Nations World Water Assessment Program). 2015. *The United Nations World Water Development Report 2015: Water for a sustainable world*. Paris, UNESCO, 122 p., *on line* em http://unesdoc.unesco.org/images/0023/002318/231823E.pdf (9 Maio 2012)

VARANDAS, Maria José. 2003. "Simbiose Benevolente e Comunidade: Fundamentos da Ética da Terra", Beckert, C., 2003, *Ética ambiental, uma ética para o Futuro*. Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, pp. 107-114

VÁRIOS. 1987. *Lexicoteca – Moderna Enciclopédia Universal*. Lisboa, Círculo de Leitores, Vol. XI, Vol. XVI, 296 p., e Vol. XVIII, 287 p.

VÁRIOS. 1992. *Cadernos Aquilinianos* n.º 1, Soutosa, Fundação Aquilino Ribeiro, 164 p.

VÁRIOS. 1993. *Cadernos Aquilinianos* n.º 2, Soutosa, Fundação Aquilino Ribeiro, 176 p.

VÁRIOS. 2011. *Congress Program and Book of Abstracts.* Lisboa, The 10th Congress of the International Society of Ethnology and Folklore (SIEF) e Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA), 307 p.

VÁRIOS. 2012. *Colóquio-Letras* n.º 179. Lisboa, F. Calouste Gulbenkian, Janeiro-Abril 2012

VÁRIOS. s/d. *Diagnóstico Social do Concelho de Montalegre*. Montalegre, ed. Câmara Municipal, 220 p., *on line* em http://www.cm-montalegre.pt/showPG.php?Id=85

VASCONCELOS, Leite de. 1941-1982. *Etnografia Portuguesa*. Vols. I, a VII. Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda.

VIÇOSO, Vítor. 2009. "O Rural e o Urbano no Neo-realismo", *Nova Síntese* 4, pp. 9-21

VIEIRA, J. Neiva. 2010. *O Culto da Árvore e a 1.ª República*. Lisboa, Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas, Autoridade Florestal Nacional, 23 pp., *on line* em http://www.icnf.pt/portal/florestas/memoflo/resource/doc/ca1r-jnv-17fev10.pdf (19 Outubro 2012)

VIEIRA, Wellington. 2011. "Representações ambientais e resistência política em *Beloved*, de Toni Morrison", Afonso, P., *Rios* n.º7, pp. 37-45

VILAGRASA IBARZ, Joan. 1988. "Novela, espácio y paisage: sugerencias para una geosofia estética", *Estudios Geográficos* 191 (XLIX), pp. 271-285

VIRGÍLIO. 2012 (29 a.C). *Bucólicas, Geórgicas e Eneida*. Lisboa, Temas e Debates e Círculo de Leitores, 504 p.

ZOLA, Émile. s/d. (1885). *Germinal*. Mem-Martins, Ed. Europa América, 345 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR (NÃO CITADA)

ALCOFORADO, Maria João *et al*. 2009. *Domínios Bioclimáticos em Portugal*. Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, Instituto de Geografia da Universidade de Lisboa, 59 p.

ALMEIDA, Maria Socorro e AZEVEDO, Sérgio L.. 2008. *Espaço Interdisciplinar Literatura, Meio Ambiente e Relações Sociais*. Editora Baraúna, 273 p.

ALMEIDA, Maria Socorro. 2011. "A Natureza na poesia de Saulo Mendonça: um olhar ecocrítico", Afonso, P., *Rios* n.º7, pp. 24-36

ALVES, Eurico A.. 1998. *Ferreira de Castro, Sonho de uma Humanidade*. Oliveira de Azeméis, Associação Internacional dos Amigos de Ferreira de Castro, 237 p.

ALVES, Ricardo A.. s/d.. "Museu Ferreira de Castro – Guia da Exposição". Sintra, Museu Ferreira de Castro, 46 p.

AMADO, Jorge. 1947. *O País do Carnaval. Cacau. Suor*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 4.ª ed., 4.ª ed. e 3.ª ed., respetiv., 290 p.

AMORIM, António. 2003. *Variações sobre Ferreira de Castro*. Oliveira de Azeméis, Casa-Museu Regional, 93 p.

ARANJO, Daniel. 2005. "Le Paysage dans *A Selva* (*Fôret Vièrge*), de Ferreira de Castro (Traduction de Blaise Cendrars)", *Actas do Congresso Internacional "A Selva"*, pp. 223-240

BAPTISTA, Luís V. 2006. "Urbanização, Ruralidade e Suburbanidade", Balsa, C. (org.), *Relações Sociais de Espaço*, pp. 55-64

BATE, Jonathan. 1996. "The Ode 'To Autumn' as Ecosystem", Coupe, L. (ed.), 2000, *The Green Studies Reader. From Romantism to Ecocriticism*, pp. 256-261

BATE, Jonathan. 2000. "From Red to Green", Coupe, L. (ed.), *The Green Studies Reader. From Romantism to Ecocriticism*, pp. 167-172

BELO, Duarte. 2012. *Portugal, Luz e Sombra. O país depois de Orlando Ribeiro*. Lisboa, Círculo de Leitores e temas e Debates, 318 p.

BRAGA, Mário. 1980. *Ferreira de Castro, Viajeiro do Mundo, Conhecedor dos homens*. Lisboa, Secretaria de Estado da Comunicação Social, 76 p.

BRASIL, Jaime. 1953. "A Literatura Social e o Renascimento do romance Português" – recensão crítica, *O Primeiro de Janeiro* - "Das Artes e das Letras", Alves, R. (org.), 2006, *Cartas a Ferreira de Castro - Jaime Brasil*, Sintra, Câmara Municipal de Sintra, pp. 230-233

BRASIL, Jaime. 1958. "Ferreira de Castro", texto introdutório a *Emigrantes*, Círculo Leitores, pp. vii – xlix, "Introdução Geral" da edição "Obra Completa de FC", 3 volumes, ed. J. Aguiar, Rio de Janeiro.

BRAVO, Alexia D.. 2011. "Don Quixote de La Mancha: El espácio como protagonista en el IV centenário. Presencia en los estudos geográficos e geoliterarios", Lourenço, A. A. e Silvestre, O. M. (coord.), *Literatura, Espaço, Cartografias*, pp. 487-500

BUELL, Lawrence. 1995. *The Environmental Imagination: Thoreau, Nature Writing and the Formation of American Culture*. Cambridge/Londres, Harvard University Press,

BUESCU, Helena C.. 2012. "Paisagem literária: imanência e transcendência", *Colóquio-Letras* n.º 179, pp. 9-18

CALHEIROS, Pedro. 2004. "*A Lã e a Neve*: testemunho corajoso sobre homens ousados", *Castriana* n.º 2, pp. 103-134

CANTRELL, Carol H.. 1998. "The Flesh of the World Virginia Woolf's *Between the Acts*", Coupe, L. (ed.), 2000, *The Green Studies Reader. From Romantism to Ecocriticism*, pp. 275-281

CIDADE, Hernâni. 1974. "Uma Lição de Fraternidade", *Colóquio-Letras* n.º 26, 1975, pp.19-20

CORTESÃO, Jaime. 1966. *Portugal, a Terra e o Homem*. Lisboa, Artis, 292 p.

CRAVEIRO, João L.. 2002. "A Ecologia Social e a Sociologia do Ambiente: Contributo para uma Ciência com Consciência", *Actas do IV Congresso Português de Sociologia*

CRAVIDÃO, Fernanda. 1992. "Ficção, espaço e sociedade: Notas para uma leitura geográfica e social de Alves Redol – Avieiros", *Cadernos de Geografia* n.º 11, pp. 38-47

DELILLE, Karl H.. 2000. "Richard A. Bermann, Tradutor de Ferreira de Castro", *Vária Escrita* nº.7, pp. 153-166

EMERSON, Ralph Waldo (anónimo). 1836. *Nature*. Boston, James Munroe and Company, 95 p.

EMERY, Bernard. 1996. "Ferreira de Castro, Além-fronteiras", *Vária Escrita* n.º 3, pp. 33-82

FERREIRA, Ivone. 2007. "Ferreira de Castro – Um vagamundo que Andorra enfeitiçou", *Castriana* n.º 5, 2012, pp. 109-122.

FIGUEIREDO, Fidelino de. 1923. *História da Literatura Portuguesa* – Manual escolar. Lisboa, Livraria Clássica editora, 2.ª ed. Melhorada, 236 p.

FRANCO, António C.. 1988. "O Significado da Selva na obra de Ferreira de Castro", *Colóquio-Letras*, n.º 104-195, pp. 62-69

GARRARD, Greg. 2004. *Ecocriticism. The New critical idiom*. London and New York: Routledge, Australia, Monash University, 197 p.

GUIMARÃES, Ana P.. 2001. "Desde o alto até ao fundo: Um observatório do Ambiente nos textos da tradição?", *Natureza e Ambiente. Representações na cultura portuguesa*, pp. 21-55

HARRISON, Robert P.. 1992. "The Forest of Literature", Coupe, L. (ed.), 2000, *The Green Studies Reader. From Romantism to Ecocriticism*, pp.212-218

HEAD, Dominic. 1998. "Ecocriticism and the Novel", Coupe, L. (ed.), 2000, *The Green Studies Reader. From Romantism to Ecocriticism*, pp. 235-241

HOWARTH, William. 2000. "Ecocriticism in Context", Coupe, L. (ed.), 2000, *The Green Studies Reader. From Romantism to Ecocriticism*, pp. 163-166

JESUS, Maria S.. 1998. "O Brasil na Vida e na Obra de Ferreira de Castro", *Folhas,* Ano I, n.º 3, pp. 29-37

LOBO, Domingos. 2009. "A ruralidade e a atração da urbe na escrita de Manuel da Fonseca e Joaquim Lagoeiro", *Nova Síntese* 4, pp. 93-102

MACDOWELL, Michael. 1996. "Bakhtinian road to ecological insight", *The Ecocriticism Reader. Landmarks' in Literary Ecology*, pp. 371- 391

MACHADO, Álvaro e PAGEAUX, Daniel-Henri (2001). *Da Literatura Comparada à Teoria da Literatura*. Lisboa, Ed. Presença, 2.ª ed. rev., 161 pp.

MACHADO, Carlos. 2009. "Visão do paraíso, realidade do Inferno: Variações da antinomia campo / cidade na obra de augusto Abelaira", *Nova Síntese* 4, pp. 183-194

MANILLA, Gabriel J.. 2006. *Literatura Oral e Ecologia do Imaginário*. Lisboa, Apenas Livros, 28 p.

MOURÃO, Luís. 2011. "Radiografia da paisagem e do desejo: Incursão em José Luís Peixoto e Gonçalo M. Tavares", Lourenço, A. A. e Silvestre, O. M. (coord.), *Literatura, Espaço, Cartografias*, pp. 467-483

OLIVEIRA, Élcio. 2005. *Amazônia – Tempo e Lugar: De onde falam Euclides da Cunha e Ferreira de Castro?*. São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de S. Paulo, Tese de Doutoramento

OLIVIER, George (1979). *A Ecologia Humana*. Lisboa, Interciência Ed., 104 pp.

OPITZ, Alfred. 2012. "'Zonas perplexas' e 'palmas demoradas': O projeto autobiográfico de Ferreira de Castro", *Castriana* n.º 5, pp. 63-89

PINHO, Célia M. 2007. "Génese de uma consciência intercultural em Ferreira de Castro", *Castriana* n.º 4, 2009, pp. 45-54

RIBEIRO, Manuela e MERGULHÃO, Luís. 2000. "Turismo e desenvolvimento das regiões do Interior – A perspetiva dos autarcas", IV Congresso de Sociologia, Coimbra

ROWLAND, Clara. 2011. "Mapa em movimento: A cartografia instável de Guimarães Rosa", Lourenço, A. A. e Silvestre, O. M. (coord.), *Literatura, Espaço, Cartografias*, pp. 451-465

SANTOS, Maria Fátima. 2004. "Ferreira de Castro, um viajante português na Europa (1929-1935): as narrativas de viagens", *Castriana* n.º 2, pp. 57-75

SARAIVA, António J. e LOPES, Óscar. 1996. *História da Literatura Portuguesa*. Porto, Porto Editora, 17ª ed., 1215 p.

SAUTTER, Giles.1979. "Some Thoughts about Human Ecology", *Social Science Information*, n.º 18, Vol. 6, pp. 991-998

SILVA, J. Duarte. 2001. "Aquilino Ribeiro, uma visão do relacionamento do homem português com a Natureza", *Natureza e Ambiente. Representações na cultura portuguesa*, pp. 95-111

SILVA, Luís G.. 2012. "Camus e *A Selva*", *Castriana* n.º 5, pp. 91-95

SOROMENHO-MARQUES, V.. 2011. "Paisagem e Condição Humana. Breve meditação em três andamentos", Queiroz, A. I. e Castro, I. O. (coord.), *Falas da Terra no Século XXI – What do we see green?*, pp. 53-57

VÁRIOS. 1982 – 1985. *Relembrar Ferreira de Castro* – Vols. I, II e III. S. João da Madeira, Ed. Associação dos Amigos de Ferreira de Castro.

VÁRIOS. 1998b. *Homenagem a Ferreira de Castro pelos Escritores da Tertúlia "Rio da Prata"*. Lisboa, Universitária Editora, 52 p.

VÁRIOS. 2005. *Actas do Congresso Internacional "A Selva"*. Oliveira de Azeméis, Centro de Estudos Ferreira de Castro, 504 p.

WALKER, Charlotte Z.. 2001. "'Laid upon the Landscape' Virginia Woolf and Nature", ARMBRUSTER, Karla e WALLACE, Kathleen (eds.), *Beyond Nature Writing*, pp. 143-161

OUTRAS FONTES CITADAS

Entrevistas e Diálogos

A Ferreira de Castro:

BRASIL, Jaime. 1943. "Ao Canto da Livraria…" - Diálogo com Ferreira de Castro. Porto, *O Primeiro de Janeiro*, "Das Artes e das Letras", de 28 de Julho de 1943, Alves, R. (org.), 2006, *Cartas a Ferreira de Castro - Jaime Brasil*, Sintra, Câmara Municipal de Sintra, pp. 211-215

BRASIL, Jaime. 1944. "Ferreira de Castro - o mais universal dos romancistas portugueses – Fala da Universalidade de Eça de Queirós " - Diálogo com Ferreira de Castro. Porto, *O Primeiro de Janeiro*, "Das Artes e das Letras", de 1 de Novembro de 1944, Alves, R. (org.), 2006, *Cartas a Ferreira de Castro - Jaime Brasil*, Sintra, Câmara Municipal de Sintra, pp. 215-219

FERREIRA, Procópio (?). 1935. Entrevista datilografada, Espólio do Museu Ferreira de Castro

FREITAS, José de. 1965. "Ferreira de Castro: Um escritor que pertence ao Povo", In Memoriam *a Ferreira de Castro*, pp. 91-98

OLIVEIRA, A. Lopes. s/d. Entrevista a Ferreira de Castro, *on line* em http://www.ceferreiradecastro.org/ (1 Fevereiro 2010)

PAUL-BOUSQUET, Marina. 1939. Ao jornal *Marianne*, Paris, nº 327 de 25 Janeiro

PEDRO, Rui. s/d. Entrevista "As restrições que a crítica pôs ao filme são justas", In Memoriam *a Ferreira de Castro*, pp. 123-125

SALEMA, Álvaro e SASSETTI. 1973. "Ferreira de Castro falando com… Álvaro Salema", Diálogo, CD Strauss, Lisboa, ed. 1998

S/ autor. s/d. Entrevista ao Club de la Femme, Paris, *on line* em http://www.ceferreiradecastro.org/?id=2.1.2 (7 Fevereiro 2010)

S/ autor. 1940. Entrevista *a O Diabo*, Lisboa, 10 de Fevereiro

S/ autor. 1944. Entrevista a *O Primeiro de Janeiro* de Novembro

S/ autor. 1945. "O Momento Político – A posição do escritor perante a censura", Entrevista a Ferreira de Castro, *Diário de Lisboa*, *on line* em http://www.ceferreiradecastro.org/ (13 Março 2010)

S/ autor. 1966. Entrevista ao *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 12 Março

S/ autor. 1971. Entrevista no *Jornal do Brasil*, 13 e 14 Junho

S/ autor. 2014. "Ferreira de Castro, o elegante prosador", Entrevista a Ricardo Alves, Director do Museu ferreira de Castro. Câmara Municipal de Sintra, Julho de 2014, *on line* em http://www.cm-sintra.pt/entrevista-a-ricardo-alves (Julho 2014)

S/ autor. S/d. Entrevista a Ferreira de Castro, Folheto "Casa-Museu Regional de Oliveira de Azeméis"

Outras entrevistas:

ALVES, Ricardo (01.07.2014). "Ferreira de Castro, o elegante prosador", à Agenda Cultural de Sintra, *on line* em http://www.cm-sintra.pt/entrevista-a-ricardo-alves

BECK, Ulrich (2007). "Incertezas Fabricadas", *on line* em www.unisinos.br/ihu (8 Maio 2013)

SOROMENHO, A.. 2013. Entrevista a Gonçalo Ribeiro Telles, *Revista Expresso*, 20 Abril 2013

VILLANUEVA-ROMERO, Diana. 2006. "Refletions on Literature and Enviroment: an interview with Scot Slovic", *Ecozon@*, *European journal of literature, culture and environment* Vol. 1.2 (2010), *on line* em: http://www.jourlib.org/paper/2047163#.VNfD5fmsVgU (16 Outubro 2013)

Epistolografia de Ferreira de Castro

ALVES, Ricardo A.. 1994b (Org. e notas). *Correspondência (1922-1969): Ferreira de Castro – Roberto Nobre*, Lisboa e Sintra, Editorial Notícias e Câmara Municipal de Sintra, 247 p.

ALVES, Ricardo A. (Org. e notas). 2006. *Cartas a Ferreira de Castro - Jaime Brasil*. Sintra, Câmara Municipal de Sintra, 286 p.

ALVES, Ricardo A. (Org. e notas). 2007a. *100 Cartas a Ferreira de Castro*. Sintra, Câmara Municipal de Sintra, 2.ª ed., 232 p.

Imprensa escrita:

Civilização n.º 3, 1930, Vol. IV e *Civilização* n.º 5, Nov., 1928, Vol. I

Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 12 Março de 1966

Correio do Povo, Rio de Janeiro, 1971

Expresso Revista, 20 Abril 2013

Jornal do Brasil, 13 e 14 Junho 1971

Marianne, Paris, n.º 327 de 25 Janeiro de 1939

Ler, *Jornal de Letras, Artes e Ciências*, Lisboa, n.º 1, Abril de 1952 e *Ler* nº 16, Julho de 1953

O Diabo, Lisboa, 10 Fevereiro de 1940

Renovação: n.º 1, 2 de Julho 1925; n.º 3, 1 de Agosto de 1925; n.º 21, 1 de Maio de 1926; e nº 23, 1 de Junho de 1926

Voz de Portugal, Rio de Janeiro, 17-18 Junho de 1971

Legislação:

Lei nº 11/87 de 7 de Abril de 1987 e Lei.º 19/2014, de 14 de Abril – Lei de Bases do Ambiente

Decreto-Lei n.º 19/93 de 23 de Janeiro - Rede Nacional de Áreas Protegidas

Decreto-lei n.º 21/93, de 21 de Junho - Convenção da Diversidade Biológica

Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de Abril – Directiva Habitats e da Directiva Aves

Portaria n.º 330/2001, de 2 de Abril - Normas técnicas para a estrutura do Estudo de Impacte Ambiental

Decreto n.º 4/2005 de 14 de Fevereiro – Convenção Europeia da Paisagem

Decreto-Lei n.º 211/2009, de 3 de Setembro - Direitos dos Animais

Instrumentos de ordenamento do território:

Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela (2008), *on line* em http://www.icnf.pt/portal/naturaclas/ordgest/poap/popnse/popnse-doc (4 Maio 2015)

Estatísticas:

IV *Recenseamento Geral da População de* Portugal – Dezembro de 1900

VI *Recenseamento Geral da População de Portugal* – Dezembro de 1920

VII *Recenseamento Geral da População de Portugal* – Dezembro de 1930

VIII *Recenseamento Geral da População de Portugal* – Dezembro de 1940

INE. 2014. *Estatísticas Agrícolas 2013*. Lisboa: Instituto Nacional de Estatística, 189 p., *on line* em www.rederural.pt/index.php/pt/.../78.../1042-estatisticas-agricolas-2013 (7 Setembro 2014)

INE. 2015. *NUTs 2013. As novas unidades territoriais para fins estatísticos*.

PIRES, Rui, PEREIRA, Cláudia, AZEVEDO, Joana e RIBEIRO, Ana. 2014. *Emigração Portuguesa, Relatório Estatístico 2014*. Observatório da Emigração e Rede Migra, Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL).

Documentos não publicados:

De Ferreira de Castro:

FERREIRA DE CASTRO e João António Fernandes. 1914 (10 de Abril). (Sem título). Apontamento a lápis (Espólio do Museu Ferreira de Castro)

FERREIRA DE CASTRO. 1914. "Uma Recordação", Paraíso, 3 Outubro de 1914 (Espólio do Museu Ferreira de Castro)

FERREIRA DE CASTRO. 1915. "Impressões de Viagem quando eu trabalhava num navio", bloquinho escrito a lápis (Espólio do Museu Ferreira de Castro)

FERREIRA DE CASTRO.1917. Agenda de bolso "Clark", com anotações pessoais a lápis

FERREIRA DE CASTRO. 1967. Texto de doação da Casa ao Município de Oliveira de Azeméis

FERREIRA DE CASTRO. 1973. Texto de doação do espólio literário ao Concelho de Sintra (3 de Abril de 1973) e recortes da imprensa nacional da época (Espólio do Museu Ferreira de Castro)

Outros:

ALVES, Ricardo A. (org.). 2012. *Ferreira de Castro e Jorge Amado – Breve Bibliografia Cruzada.* Sintra, Câmara Municipal (folheto de apoio à exposição do mesmo nome).

ALVES, Ricardo A.. 2013. "Antologia Poética sobre Ferreira de Castro", I Encontros Ferreira de Castro - Primavera de 2013.

CASTRO, Carlos A. e Centro de Estudos Ferreira de Castro. 2012. "Caminhos de Ferreira de Castro – Roteiro Literário". Ossela, Oliveira de Azeméis, Centro de Estudos Ferreira de Castro, 23 p.

Filmografia:

ALMEIDA, Faria de.1971. *Vida e Obra de Ferreira de Castro*. Documentário. Lisboa, 26'.

QUEIROGA, Perdigão (Produção cinematográfica). 1974. Funeral de Ferreira de Castro. Apontamento. Lisboa, Visor Noticiário Nacional de Cinema n.º 344. 1974. 9'.

TRABALHADORES DA ATIVIDADE CINEMATOGRÁFICA. 1975. *As Armas e o Povo*. Apontamento, com Comentários de Ferreira de Castro sobre o 25 de Abril e o 1.ª de Maio. Lisboa, 81'.

COSTA, Ricardo P.. 2013. "Caminhos de Ferreira de Castro". Filme promocional do Projeto Geomedia, Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis e Centro de Estudos Ferreira de Castro, o*n line* em https://www.youtube.com/watch?v=-RsnTi821I8&feature=youtu.be (8 Novembro 2011)

Webgrafia:

Academia Brasileira de Letras: http://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=496&sid=126 (3 Abril 2011)

Associação Portuguesa de Geógrafos: http://www.apgeo.pt/ (9 Março 2014)

Association for the Study of Literature and Environment (ASLE), EUA: http://www.asle.org (6 Janeiro 2011)

Association for the Study of Literature, Environment and Culture (ASLEC), Austrália e Nova Zelândia: http://www.asle-anz.asn.au/ (29 Janeiro 2011)

Atlas Digital do Ambiente - Sistema de Informação sobre Metadados Ambientais, SNIAmb: http://sniamb.apambiente.pt/webatlas/ (12 Outubro 2013)

Biblioteca do Conhecimento On Line: http://www.b-on.pt/ (1 Outubro 2015)

Biblioteca Municipal Ferreira de Castro: http://www.bm-ferreiradecastro.com/ (2 Maio 2010)

Blog Ferreira de Castro http://ferreiradecastro.blogspot.pt/ (12 Agosto 2010)

Blog sobre Aquilino Ribeiro: http://aquilinoribeiro12.blogspot.pt/ (31 Novembro 2012)

Caçadores de Bibliotecas, Brasil: http://cazadoresdebiblioteca.blogspot.pt/2011/10/biblioteca-municipal-de-humaita.html (7 Outubro 2011)

Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis: www.cm-oaz.pt (11 Março 2014)

Câmara Municipal de Montalegre: http://www.cm-montalegre.pt/ (27 Outubro 2014)

Câmara Municipal de Vale de Cambra: www.cm-valedecambra.pt (12 Março 2014)

Cantantes de La Tierra: http://cantantesdelatierra.blogspot.pt/ (3 Setembro 2011)

Casa-Museu Ferreira de Castro / Universidade Aveiro: http://esan.web.ua.pt/FerreiradeCastro/ (20 Julho 2010)

Centro de Estudos Ferreira de Castro: http://www.ceferreiradecastro.org/ (4 Fevereiro 2010)

Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da U. Lisboa: http://www.ceg.ul.pt/projectos.asp?id=75 (6 Maio 2013)

Centro de Estudos Sociais – Universidade de Coimbra: http://www.ces.uc.pt/ces/ (11 Dezembro 2012)

Comissão de Coordenação Regional de Lisboa e Vale do Tejo: http://www.ccdr-lvt.pt/pt/ (1 Outubro 2013)

Diário da República Eletrónico: www.dre.pt (4 Janeiro 2013)

Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural: http://www.dgadr.mamaot.pt/ (1 Outubro 2012)

European Association for the Study of Literature, Culture and Enviroment (EASLE): http://www.easlce.eu/ (16 Setembro 2011)

Ecozon@, European journal of literature, culture and environment: http://www.ecozona.eu/index.php/journal/index (26 Setembro 2011)

E-Dicionário de Termos Literários: www.edtl.com.pt (19 Outubro 2011)

Environmental Protection Agency (USA): http://www.epa.gov/ (6 Junho 2013)

Fabula – La Recherche en Litérature: http://www.fabula.org/ (25 Março 2012)

Fundação Aldo Leopold: www.aldoleopold.org (11 Janeiro 2013)

Google Maps: https://maps.google.pt (2 Dezembro 2013)

Herbário da Universidade de Coimbra: http://www.uc.pt/herbario_digital/Flora_PT/ (31 Maio 2013)

História do Brasil: http://www.historiadobrasil.net/ (9 Outubro 2010)

Humanismo Secular Portugal: http://www.humanismosecular.org/ (25 Abril 2011)

Instituto Camões: http://cvc.instituto-camoes.pt/literatura/neorealismo.htm (3 Fever. 2011)

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas: http://www.icnf.pt/portal/icnf/legisl/ap (7 Junho 2014)

Instituto de Estudos e Literatura Tradicional: www.ielt.org (13 Fevereiro 2010)

Instituto Franklin: http://www.gieco.es/ (24 Outubro 2011)

International Humanist and Ethical Union: http://iheu.org/ (20 Outubro 2011)

Ireland and Ecocriticism: https://irelandecocriticism.wordpress.com/abstracts/ (12 Abril 2011)

Interdisciplinary Studies in Literature and Environment (ISLE): http://isle.oxfordjournals.org/ (9 Janeiro 2012)

John Hopkins University Press:

https://jhupbooks.press.jhu.edu/content/nature-being-human (1 Setembro 2012)

Jornal do Fundão: http://www.jornaldofundao.pt/ (12 Outubro 2012)

Liga para a Proteção da Natureza: http://www.lpn.pt/ (21 Junho 2011)

Millenium Ecosystem Assessment – Avaliação Portuguesa: http://www.ecossistemas.org/ (12 Novembro 2015)

Millenium Ecosystems Assessment: http://www.millenniumassessment.org/ (4 Maio 2013)

Múltiplos Olhares da Literatura: http://luizraimundo.blogspot.pt/2012/03/i-congresso-brasileiro-de-literatura-e.html (10 Abril 2010)

Museu de Lanifícios: http://www.museu.ubi.pt/ (2 Junho 2015)

Nobel Prize Official Site: http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/ (12 Novembro 2011)

Observatório da Língua Portuguesa: http://observatorio-lp.sapo.pt/pt/dados-estatisticos/a-lingua-portuguesa-em-numeros (5 Março 2011)

Planeta Azul – Portal do Ambiente e Sustentabilidade: http://www.planetazul.pt/edicoes1/planetazul/index.aspx (23 Julho 2010)

PorData – Base de Dados Portugal Contemporâneo: http://www.pordata.pt/Portugal/Quadro+Resumo/Portugal-4466 (14 Maio 2015)

Portal da Literatura: http://www.portaldaliteratura.com (2 Fevereiro 2011)

Programa Gulbenkian Ambiente: http://www.gulbenkian.pt/Institucional/pt/Fundacao/ProgramasGulbenkian/ProgramaAmbiente?a=293 (11 Outubro 2013)

Projeto Releituras, Brasil: www.releituras.com (2 Abril 2010)

Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA): http://www.spea.pt/pt/observar-aves/as-nossas-aves/aves-em-portugal/ (2 Dezembro 2015)

Society for Human Ecology: http://societyforhumanecology.org/ (28 Maio 2011)

Taylor & Francis: http://www.tandfonline.com/loi/rgrl20?open=14&repitition=0#vol_14 (9 Janeiro 2013)

The Authorized Paul Bowles website: http://www.paulbowles.org/ (15 Abril 2013)

The European Landscape Convention: http://www.coe.int/pt/web/landscape/home (10 Junho 2013)

The Internacional Ecoturism Society: http://www.ecotourism.org/what-is-ecotourism (30 Abril 2013)

The Journal of Mixed Methods Research: http://mmr.sagepub.com/ (5 Junho 2013)

The Wisdom Page (Joseph Meeker): http://www.wisdompage.com/ (18 Setembro 2012)

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro – Centro de Estudos em Línguas:

http://www.utad.pt/vPT/Area2/investigar/CEL/Paginas/cel.aspx (23 Junho 2015)

Universidade TAD – Jardim Botânico – Flora Digital de Portugal: http://jb.utad.pt/flora (5 Fevereiro 2014)

University of Cambridge – Research: http://www.cam.ac.uk/research/news/landscape-literature-life (20 Abril 2011)

Vidas Lusófonas: http://www.vidaslusofonas.pt (2 Outubro 2010)

World Animal Protection: http://www.worldanimalprotection.org.br/noticias/2008/declaracao-dos-direitos-dos-animais-faz-30-anos.aspx (29 Julho 2011)

World Watch Institute: http://www.worldwatch.org/ (19 Janeiro 2013)

World Water Assessment Program: http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/water/wwap/ (11 Dezembro 2014)

APÊNDICES

APÊNDICE I

Guião de Entrevista sobre "Ferreira de Castro e a Natureza"

A realizar a José Barbosa (sobrinho) e a Eva Almeida (amiga)

Introdução: Estou a fazer um trabalho sobre Ferreira de Castro e a forma como, nos seus romances, surge representada a Natureza e o contacto das pessoas com o seu ambiente. O objetivo desta entrevista / conversa é saber, através de quem o conheceu bem, como é que o próprio FC via e sentia a Natureza e o que pensava sobre ela.

Gostos e Afetos Convicções

1. Ele diz numa das suas entrevistas que tem "a paixão das **árvores**", e noutra queixa-se de em pequeno adorar nadar no **rio**, coisa que não agradava à mãe. Lembra-se de algum **episódio concreto** que mostre a necessidade dele de estar em contacto com a **Natureza**?
2. Sabe se ele tinha algum **canto** preferido? Alguma **árvore**? Algum **animal selvagem**?
3. E alguma **paisagem** / **panorama**? Gostava mais de **sol** ou de **chuva**? E a **estação do ano** preferida?
4. A relação com o **rio** era só para brincar? Manteve-a quando adulto?
5. Alguma vez o ouviu falar de preferir **rios** ou **lagos** ou **fontes** ou o **mar**?
6. Ele falava na **floresta amazónica**, para onde emigrou quando era rapazinho?
7. Sabe se ele tinha alguma **pintura**, ou **escultura**, que representasse uma parte da **Natureza** (paisagem, flor, campo cultivado, etc.) de que ele gostasse particularmente?
8. Que atividades de **trabalho de campo** havia por aqui? Ele alguma vez participou? Como se costuma dizer, "metia as mãos na **terra**"?
9. Sabemos que ele gostava de trabalhar de manhã e ao final da tarde. Ele costumava dar passeios pelo campo? A que **hora do dia** (tarde)?
10. Sabe qual era a opinião dele sobre a **cidade**, principalmente Lisboa, onde viveu e trabalhou boa parte da vida de adulto?
11. FC disse numa outra entrevista que adorava a sua **época** e, nela, as conquistas da **ciência**. Alguma vez o ouviu queixar-se do **ar poluído**, da **poluição dos rios**, da acumulação de **lixos**? E sobre **fogos florestais**?
12. Conta-se um episódio em que FC foi a Sevilha e alguns intelectuais espanhóis o convidaram para ir a uma **tourada**. FC abandonou o recinto indignado com o sofrimento de cavalos e touros, e veio a escrever uma crónica contra as **touradas** no suplemento d' *A Batalha*. Alguma vez o ouviu protestar contra isso? Ou contra outras formas de **maus-tratos aos animais**?
13. Lembra-se de mais alguma coisa que possa ajudar a compreender a relação de FC com a Natureza?

Obrigada pela colaboração.

APÊNDICE II

Entrevista 2 sobre Ferreira de Castro:
D. Eva Almeida, Macieira de Cambra - Setembro de 2012

ACC: O meu trabalho é sobre a forma como o Ferreira de Castro via a Natureza e como a própria Natureza e o trabalho do Homem na terra aparecem nos seus romances. Já muitas pessoas estudaram os livros dele e a forma como ele defendia os pobres, como viajou, etc., mas ninguém estudou a forma como ele olhava para o ambiente. Nós sabemos, ele conta, por exemplo, numa entrevista, que tinha a paixão pelas árvores…

D. Eva: Ele até tinha no quintal dele um carvalho. E fez questão que quando morresse lhe cortassem um ramo do carvalho e pusessem no caixão dele.

ACC: Ah, não sabia, que engraçado. E fizeram isso, claro?

D. Eva: Fizeram, fizeram isso, fizeram.

ACC: Ferreira de Castro também contava que quando era pequenino ia para o rio tomar banho e a mãe depois "chegava-lhe", porque tinha medo que ele se afogasse. Ele tinha assim algum recanto preferido?

D. Eva: Ele, embora ficasse aqui nesta pensão [Suissa], era ali naquela que os meus pais começaram, aquilo era tudo envidraçado e tinha um cantinho, um ângulo, com umas cadeiras e uma mesinha. E ele de noite… apagava as luzes… e punha-se a contemplar o céu.

ACC: Ah, olhe, perguntei isso ao sobrinho, ao senhor Zeca: "Sabe se o seu tio tinha por hábito contemplar o céu?" e ele não me soube dizer.

D. Eva: Tinha sim senhor, tinha sim senhor.

ACC: Era a vista para o vale de Ossela…

D. Eva: Tinha um quarto que era ocupado, este, aqui nesta janela, pelo escritor Assis Esperança. E o dele era do outro lado e tinha umas cortinas. A primeira coisa que ele pedia era para lhe tirarem as cortinas do quarto.

ACC: Portanto, era um envidraçado grande.

D. Eva: Pois, tinha várias janelas e ele então mandava retirar as cortinas para poder contemplar a Natureza.

ACC: Ah que engraçado, que engraçado. A senhora costumava ouvi-lo falar da Natureza?

D. Eva: Eu era miúda, e com os anos fui ouvindo. E ele assim que me apanhava… Ele era uma pessoa extraordinária na maneira de atendimento, muito humano, mas não era pessoa que andasse aí a exibir-se.

ACC: Era delicado para as pessoas, mas não era de muitos convívios...

D. Eva: Não, não, não era muito, mas o outro ainda era mais introvertido.

ACC: O Assis Esperança.

D. Eva: O Assis Esperança. Ele não, este não era mais recatado, mas se apanhasse uma pessoa para poder contar as suas… Ele às vezes contava-me peripécias daquilo que passou na Volta ao Mundo, e coisas assim de casa que passava com a filha, brincadeiras, não é? Mas eu fugia sempre dele, quando era pequena…

D. Eva: E depois mais tarde… Eu trabalhava não é? Tinha muito trabalho naquela casa, deitava-me sempre tarde e depois tinha de me levantar ao outro dia. Mas eu perdia-me a ouvi-lo, não é? As histórias que ele contava… E eu ficava ali horas a fio, a ouvi-lo.

ACC: Dessas histórias, a senhora lembra-se de algum local de que ele falasse mais, onde ele estivesse lá fora, quando deu a volta ao mundo?

D. Eva: Olhe, ele a mim chamava-me a Deusa de S**XXXXX**. Eu era muito magrinha e usavam-se

aquelas saias largas e de…

ACC: De roda.

D. Eva: De roda. E depois às vezes eu ia a correr e o vento dava-me, e ele dizia "Olha, és tal e qual a Deusa". " O que ela não tinha era cabeça", dizia-me ele. E quanto à Natureza… Olhe, aqueles, os industriais de Vale de Cambra… Vieram-lhe pedir… para pedir aos lavradores para vender aqui os terrenos, para fazer… fábricas.

ACC: E eram de quê, as fábricas?

D. Eva: Isso agora não sei, se eram de laticínios... Eu não tenho a certeza, mas sei que se recusou terminantemente, que não queria que estragassem aqui a Natureza. **Não queria que invadissem a Natureza com fábricas**. Eles vieram aqui pedir, eu estava aqui na altura, para ele interceder. E ele disse que não, que isso não fazia. E depois dizia "não estraguem a Natureza". Realmente era um homem muito simples e amava, amava profundamente a Natureza. Passava horas, horas a contemplar a noite, as estrelas ali naquele canto com tudo apagado. Ele não queria luzes acesas, queria tudo apagado. As coisas que havia de escrever sobre isso… Ele gostava muito de fazer este trajecto da pensão ali a Roje.

ACC: Rojo?

D. Eva: Roje.

ACC: Roje?

D. Eva: Roje. E chamava-lhe o caminho do céu. E ele fazia só um trajeto. Ou o meu pai ou o táxi levavam-no a Roje e ele regressava, ou então fazia o inverso.

ACC: E o que é que se vê nesse caminho? O que é que há?

D. Eva: A Natureza.

ACC: Vai ao rio?

D. Eva: Não. O rio não se vê… Mas vê-se o vale…

ACC: Uma parte cultivada, uma parte também de floresta, mato…

D. Eva: Estava tudo cultivado. Naquele tempo estava tudo cultivado. Era tudo muito verdejante… Tudo.

ACC: Nós sabemos que ele, segundo dizia nas entrevistas, gostava de escrever de manhã e, mais tarde, antes de jantar. Esses passeios de que a senhora fala, pelo caminho do céu, seriam durante a tarde?

D. Eva: Sim, era durante a tarde.

ACC: E ele tinha uma estação do ano preferida?

D. Eva: Sim. Maio.

ACC: Maio? Portanto, Primavera?

D. Eva: Era em Maio. Que aliás era o mês em que nasceu. Ele gostava muito de estar aqui.

ACC: Passava cá muito tempo?

D. Eva: Sim… Dependia do trabalho que ele tivesse. E quando ele andou a montar a casa-museu, ali onde ele viveu, passava aqui mais tempo. Grandes temporadas.

ACC: Vinha acompanhado, não era?

D. Eva: Sempre, com o escritor Assis Esperança. O senhor Assis Esperança dizia-me "Ó Eva, nós completávamo-nos", "Eu sou os olhos do Castro", não: "Eu sou os ouvidos do Castro e o Castro é os meus olhos". Um era surdo e o outro era quase cego.

ACC: Ah. E a senhora tem ideia, quando ele contava aquelas viagens… Habitualmente falava da Amazónia? Para onde emigrou quando era rapazinho? Floresta Amazónica? Ouvia-o falar disso?

D. Eva: Eu era muito catraia, era muito nova… Nós temos muito respeito por ele, mas ele também não era pessoa que gostasse de ser muito badalado nem que se aproveitassem da fama dele para qualquer coisa. E aliás o meu pai era uma das pessoas que podia ter bastantes história

dele, inclusivé um dia veio aqui uma poetisa… Ela era uma militante do PSD salvo o erro, agora não me recordo o nome. Uma senhora forte.

ACC: Seria a Natália Correia?

D. Eva: É. A doutora Natália Correia.

ACC: Do PCP?

D. Eva: Não sei se ela é do PCP. Devia ser, devia ser. Ele era também, sempre lutou pela igualdade. E ela veio aqui visitá-lo. Gostou muito da nossa comida e escreveu uma carta a agradecer e a mandar um abraço à minha mãe, que nessa altura era a cozinheira. E depois ele, quando chegou a carta, chegou ao pé do meu pai: "Ó Almeida, tira uma fotocópia desta carta, isto um dia…"

ACC: A Natália Correia foi uma intelectual muito conhecida.

D. Eva: Pois foi, pois foi. Como escritora, não era? Era escritora. O meu pai nunca ligou, não ligava muito. Passaram aqui pessoas... É uma casa muito humilde, mas passaram aqui grandes nomes. E grandes gentes. Inclusive o doutor Jorge Amado.

ACC: Ah, sim. Veio cá também?

D. Eva: Veio cá também.

ACC: Ficou instalado aqui?

D. Eva: Sim, sim, sim.

ACC: Para fazer companhia ao Ferreira de Castro?

D. Eva: Exatamente. Quando eu lhe fui anunciar que ele vinha cá, ele disse-me: "Tu deves estar a brincar comigo, tu deves ter ouvido mal, Eva", e eu disse "Não, senhor Ferreira de Castro, o senhor doutor vem aqui em tal dia", e ele virou-se para mim: "Olha que isso é uma grande honra para a tua casa.".

ACC: Que idade tinha a senhora por essa altura?

D. Eva: Sei lá... Eu nessa altura parece-me que já estava casada. Já tinha dois filhos.

ACC: Portanto, ele começou a vir quando a senhora era pequena e veio durante muitos anos… Para além dessa árvore que ele plantou, o tal carvalho, sabe se havia alguma outra árvore de que ele gostasse muito? Ou algum animal selvagem? O Zeca conta que ele dizia sempre "Tu não ataques os passarinhos".

D. Eva: Isso. Deus me livre se ele visse alguém a destruir um ninho, Deus me livre, que ele ficava revoltado.

ACC: E maus tratos a animais, alguma vez ele se revelou contra isso? Na altura as pessoas não tratavam bem os cães ou os gatos ou animais domésticos…

D. Eva: Não, ele não era pessoa que se revoltasse, nem que falasse nessas coisas. Claro, também não é como agora. As pessoas eram muitos mais humildes, havia muito mais educação.

ACC: Mas notava-se que ele era muito a favor dos animais?

D. Eva: Era, era, isso era. E ele tratava tão bem um pobre… Dava tanta atenção a uma pessoa pobre como a um rico, como uma criança, para ele não havia classes sociais. Ele era uma pessoa muito delicada, muito humana, muito bom. Também se ele não fosse assim, se ele fosse uma pessoa altiva, nós…

ACC: Também não o recebiam tão bem, apesar de ele ser conhecido, é?

D. Eva: Claro. Ele, quando vinha, eu desmanchava-lhe a malita, embora a esposa também cá estivesse. Também veio aqui passar temporadas. Ela pintou vários quadros aqui, a doutora Helena Muriel. E também vinha a senhora doutora, que na altura ainda estava a estudar, ainda era menina e moça.

ACC: A filha?

D. Eva: A filha.

ACC: Lembra-se se ele falava do rio Caima?

D. Eva: Em Ossela é natural que ele lá fosse, não é? Que ele tivesse um certo trajeto que ia ao rio. Aqui não. Mas também não estava a contar todos os pormenores dos caminhos dele.

ACC: Pois claro. E chuva? Acha que ele gostava mais de chuva, sol? Lembra-se de algum episódio em que ele…?

D. Eva: Não, não, não. Era-lhe indiferente.

ACC: Mas gostava mais do mês de Maio e vinha mais na Primavera…

D. Eva: Era, era. Ele gostava. Era mais verdejante, havia mais flores…

ACC: Era melhor para passear, não é como hoje que nós nunca sabemos quando é Primavera nem quando não é… Estão as estações todas misturadas, nesse tempo estava tudo bem definido.

D. Eva: Eu lembro-me um ano que ele veio cá e tinha caído um nevão. E a serra, todos os anos, cobria duas, três vezes de branco, mesmo aqui. Eu às vezes abria a janela (nós vivíamos naquela casa) e deparava-me com uma paisagem única porque a vinha (aqui é vinho verde) depois tinha aqueles troncozinhos… E a neve fazia aqueles contornos todos da vinha. Era lindíssimo.

ACC: Ah, que bonito. Mas por sinal o Ferreira de Castro não via muitas vezes esse tipo de panorama, porque…

D. Eva: Viu, viu algumas vezes. Viu, viu,viu.

ACC: Hoje em dia já não se vê a serra com neve.

D. Eva: Nada. Aos anos… Vê-se um bocadito, mas cá em baixo, mesmo aqui na povoação, já há muitos anos…

ACC: E esses quadros, essas pinturas que a Elena Muriel fazia, era normalmente das paisagens aqui à volta?

D. Eva: Não, não. Eram meninos. E o senhor Ferreira de Castro andava por essas vilas, por essas ruazitas… Agora já são as estradas, não é?, mas antigamente eram aqueles becos, depois andavam aqueles meninos todos rotos e descalços e ele fotografava esses meninos.

ACC: Ah, ele fotografava e ela pintava. Quadros de Natureza, por aqui, não? Acho que ela pintava no rio, na ponte de Sabroza… da Barroza…

D. Eva: Eu não sei.

ACC: Acho que sim. Mas aqui não, pintava mais as pessoas.

D. Eva: E também pintava… A minha irmã diz que se lembra de um quadro que ela pintou das ramadas. Que era uma maravilha… Aliás eu tenho um, que a filha me ofereceu.

ACC: Ah, e o que é?

D. Eva: É um… Como é que se chama aquelas árvores que caem…

ACC: Um salgueiro-chorão?

D. Eva: É… É um chorão, é. Mas lindo, lindo, lindo. É um encanto. Porque eu disse-lhe… Porque fui eu que internei o senhor Ferreira de Castro. Quando ele teve o AVC. Fui eu que o levei para o Porto. E tinha a carteira, tinha tudo aqui dele. E não toquei numa mínima coisa. Eram intocáveis as coisas dele. E eu disse à filha (a filha também é nossa cliente), eu disse-lhe "Olhe, senhora doutora, eu do seu pai tive tudo nas mãos e nunca tive nada, fiquei sem nada, nem uma recordação dele. Tenho apenas o cartão que ele me ofereceu quando eu casei. Mas eu gostaria de ficar com uma recordação da sua mãe. Se me vendesse um quadro…". E ela disse-me: "Olhe, ó Eva, "os meninos" vão para o museu de XXXXXX", e eu disse: "Eu não faço questão, qualquer um, para mim, serve" e ela deu-me o quadro com um chorão, lindo, lindo.

ACC: E a que é que a senhora chama "as ramadas"?

D. Eva: É onde… O nosso vinho é verde e é preciso… Olhe, eu vou mostrar à senhora o que é uma ramada, que é mais fácil. Aqui não se vê… Olhe, uma ramada é por exemplo aquilo.

ACC: Ah, está bem. Nós chamamos latadas.

D. Eva: Pois. Mas nós chamamos ramadas. Mas as que estavam daquele lado eram deste género. O vinho verde não é como o vinho maduro. A vinha é baixinha, a nossa é alta. Está a ver uma ramada? É isto. Estes XXXX e depois a vinha trepava até cima e era cortada, era podada em cima da ramada. E os campos que se avistavam da pensão ficavam na encosta e aqueles contornos eram lindos. E eu até dizia "Ainda dizem que a Serra da Estrela é bonita. Isto aqui é que é muito bonito, porque tem muitos contornos". Não é? Era as árvores, a vinha… Era lindíssimo. Agora não…

ACC: Mudou muito, a encosta?

D. Eva: Muito. Muito porque agora as pessoas não tratam dos campos. Está tudo a monte…

ACC: Alguma vez ouviu dizer que o Ferreira de Castro, nem que fosse só por brincadeira, colaborasse no trabalho do campo? Quer em pequeno quer já em adulto.

D. Eva: Olhe… Eu não sei, porque ele emigrou muito novinho. Emigrou para o Brasil.

ACC: E ele… Que saiba, ele quando estudava não trabalhava no campo com a família, pois não?

D. Eva: Não sei. Eu sei que ele nessa altura já escrevia. Já escrevia os livros e até me dizia que aquilo era uma vergonha. Ele dizia "Aquilo é uma vergonha, ainda bem que só há dois exemplares e meio."

ACC: O Carlos Castro há pouco disse-me que há uma senhora, não me lembro do nome, que diz que, mesmo nos últimos dias de o Ferreira de Castro cá estar, tinha andado a apanhar morangos, ali na quintazinha dele. Mas a senhora não tem ideia de ele assim de vez em quando meter as mãos na terra...

D. Eva: Eu tinha umas ervilhas ali no campo, ervilhas de quebrar, que eram o que ele mais gostava.

ACC: De comer?

D. Eva: Dessas ervilhas. Daquelas ervilhas de quebrar, não é dessas outras de…

ACC: De vagem?

D. Eva: Não, de bolinhas. Eram as ervilhas de quebrar, como nós lhes chamamos. Ele um dia, eu andava a apanhá-las e ele veio ajudar a apanhar, porque ele adorava as ervilhas. Uma vez em Agosto consegui arranjar ervilhas e ele ficou numa alegria. E ofereceu-me os três volumes d'*A Volta ao Mundo*.

ACC: Foi uma boa troca.

D. Eva: Foi. Mas ele era uma pessoa que não gostava de linguado, não gostava destas comidas sofisticadas.

ACC: Gostava mais de comida do campo.

D. Eva: Gostava de bacalhau, de sardinhas, bifes, mas deviam ser… Ele queria que fossem as coisas no carvão. Mesmo que fosse assim às vezes com carvão agarrado, ele não se importava. Mas fazia uma alimentação assim um bocado esquisita, porque serviamos-lhe a sopa e ele queria sempre uma malguinha com sal grosso.

ACC: Comia muito sal?

D. Eva: Comia. E depois ele… fumava… Os cigarros, era uns a seguir aos outros.

ACC: Muito café?

D. Eva: "As tisanas", como ele lhes chamava.

ACC: Que não eram…

D. Eva: Era café e as tisanas.

ACC: Mas bebia realmente tisanas e chás, ou não?

D. Eva: Bebia, mas bebia também alguns cafezinhos. Mas fumar era: apagava um, com um acendia o outro.

ACC: A senhora lembra-se de ele, assim numa conversa, ter a tendência de comparar o campo

com a cidade? Alguma coisa que ele comentasse?: "Ah, lá em Lisboa há muita poluição, há muito lixo na rua e aqui é tão puro…". Tem ideia disso?

D. Eva: Não, não, não. Ele gostava mais da aldeia.

ACC: Por isso eu digo, será que ele dizia algo como "Isto aqui é tão bom, ao contrário de lá…". Não se lembra de ouvir essa conversa…

D. Eva: Não me lembro, mas pela maneira de agir dele, ele gostava muito da aldeia.

ACC: Aqui não havia fogos como hoje, pois não? Via-se o rio sujo, que ele se desgostasse com isso?

D. Eva: Não, não, não. Não havia poluição, a aldeia era muito pura. Depois do 25 de Abril, eu disse à filha: "Um homem que tanto lutou pela igualdade do homem, se ele estivesse cá agora, ele morria, porque nunca se viu tanta corrupção como há agora. E tanto ladrão como agora estes políticos." Porque foi convidado para ser Presidente da República e recusou, disse: "Eu não posso ser porque eu quero a verdade e tenho que lutar pela verdade, não posso exercer um cargo desses".

ACC: Estava melhor no papel em que estava.

D. Eva: Sempre.

ACC: A senhora lembra-se daquela história que se conta de o Ferreira de Castro ter ido a Sevilha (1927-28) encontrar-se com uns intelectuais espanhóis que depois o levaram a uma tourada? Não sabe dessa história?

D. Eva: Não.

ACC: Ficou escandalizado com o sofrimento dos touros e dos cavalos e saiu de lá a dizer que "mais cavalos eram as pessoas que obrigavam os animais a estar ali" e depois até escreveu um texto antitouradas no suplemento d'*A Batalha*. Estava a pensar se alguma vez teria havido algum episódio em que ele visse um mau-trato a um animal e se tivesse também insurgido.

D. Eva: Não. Claro que as pessoas, sabendo quem ele era, não iam tratar mal um animal diante dele, não é? Não iam tratar. Ele era uma pessoa muito humana, anticorrupção, antivaidade.

ACC: A senhora tem mesmo as melhores recordações dele.

D. Eva: Eu tenho, eu tenho. E a família, tenho o máximo respeito pela família. Como tinha pela dona Elena. Há um episódio, no dia do funeral. Quando o fui internar, não estava a esposa nem estava a filha, vieram muito mais tarde e ele já tinha entrado em estado de coma; eu internei-o na Lapa, no Porto; de madrugada ele já estava no hospital de Santo António, nos cuidados intensivos.

ACC: Que idade tinha a senhora nessa altura?

D. Eva: Eu tinha os meus trinta e poucos anos. E todos os dias ia lá ter com ela, para ela não se sentir só. No dia do funeral, claro, juntaram-se aqueles intelectuais, aquela gente ligada àquele meio artístico. E ela estava rodeada das esposas dos escritores - a Elena Muriel. E eu estava na entrada (ele saiu ali do Porto, da partida dos escritores) e eu estava à entrada, ela saiu… daquelas pessoas de alta sociedade, daquele grupo que a rodeava e veio ter comigo, abraçou-me e disse: "Eva, perdeste um grande amigo". Isto…

ACC: Não se estava a espera que o Ferreira de Castro morresse assim?

D. Eva: A maneira como ele… Eu às vezes dizia-lhe: "Ó senhor Ferreira de Castro, não ponha sal na comida", e ele começava a mastigar, virava-se para mim: "Que gostinho a mar…".

ACC: Ah, "Que gostinho a mar"…. Ele falava do mar noutras situações?

D. Eva: Ele às vezes dizia-me que gostava daquele sal, não é como agora que o sal é muito mau, não me lembro se era com azeitonas ou não, mas o salinho é que lá tinha de estar, a tacinha do sal. Depois, a sopa já estava temperada e ele pegava numa mão-cheia de sal e pumba, em cima da sopa; depois começava a mastigar e dizia "Ai…". E depois eu dizia-lhe: "Ó senhor Ferreira de Castro, isso faz-lhe tão mal", e ele: "Hás de provar, hás de provar. Que gosto a mar".

ACC: O sobrinho Zeca conta que o FC, pouco tempo antes de morrer, disse: "Olha, agora já posso morrer descansado que já tenho a biblioteca pronta", e que ele respondeu: "Não, o tio ainda está bom, ainda há de durar muitos anos", e o FC: "Não, o meu coração diz-me que vou durar muito pouco". A senhora sabia desta história?

D. Eva: Não, não sabia. Ele dizia que não se importava de morrer, mas importava. Eu estava ao pé dele e ele dizia: "Ó Eva, tu cheiras-me a cebola, ai que cheiro a cebola", e eu respondia "Não, senhor Ferreira de Castro, eu não posso cheirar a cebola, eu venho de dormir". Era de manhã, ainda não tinha entrado na cozinha, era daquele ataque que lhe tinha dado. Ele dizia assim: "Chama-me um médico". Estavam três médicos à cabeceira.

ACC: Foi assim que começou, foi assim que se apercebeu?

D. Eva: Não, quem me foi chamar foi o outro escritor.

ACC: O Assis Esperança.

D. Eva: Sim, e disse: "Ele perdeu logo a visão, porque ele não bateu no meu quarto, bateu no quarto ao lado".

ACC: Então o Ferreira de Castro sentiu-se mal e foi chamar o amigo.

D. Eva: E depois o amigo é que me chamou. Depois, claro, chamamos logo um médico, outro médico chamou outro médico, outro médico chamou outro médico… Ele estava rodeado e dizia assim: "Ó Eva, chama-me um médico", e eu: "Ó senhor Ferreira de Castro, o senhor tem aqui três médicos à sua volta". Está a ver …

ACC: Depois os médicos é que lhe disseram que era melhor ele ir para o hospital?

D. Eva: Primeiro queriam entrar em contacto com a família, mas como não conseguiram, de madrugada, então optaram por levá-lo e interná-lo no Porto. Foi na ambulância.

ACC: A senhora é que foi com ele…

D. Eva: Mas ele não deu pelo trajeto. Porque dizia-me: "Ó Eva, vai buscar isto", pedia-me tudo o que tinha em cima da cómoda do quarto. "Olha, vai-me buscar uma tisana, vai-me buscar…" na altura do trajeto. Depois, quando chegamos ao Porto, eles tiveram que o amarrar. Não estava em coma nessa altura. Dizia: "Ó Eva, tira-me daqui, tira-me daqui" e eu dizia-lhe: "Sou muito sua amiga, mas eu não posso fazer isso". Depois os médicos, como ele estava assim nervoso, agitado, amarraram-no e ele fazia todos os possiveis para sair da cama e eu dizia-lhe "Ó senhor Ferreira de Castro, o senhor tem que ter muita paciência, mas daqui não pode sair". Eu estive lá até virem a esposa e a filha e quando elas chegaram vim-me embora. Mas ele não deu pela mudança. Ele não estava em coma porque na altura em que lhe deu o tiro, passado uns tempos sentou-se na beira da cama e pôs a cabeça assim entre as mãos, e foi uma frase que eu gravei e nunca mais esqueci: "Sabes como é triste a pobre condição humana, mas eu creio na ciência e na sabedoria do Homem". Portanto, está a ver como ele não queria morrer.

ACC: O estado dele foi-se agravando durante uns dias, semanas, não foi?

D. Eva: Eu não sei bem, eu por acaso tenho um livro… Eu no outro dia fui lá visitá-lo mais o outro escritor e ele ofereceu-me um livro, *Fronteiras*, com uma dedicatória muito bonita. Não foi ele, foi o outro escritor, o Assis Esperança. O senhor Ferreira de Castro já estava nos cuidados intensivos do hospital de Santo António. E, claro, só a esposa é que o ia lá ver, eu ficava cá fora, estava um bocadinho com ela. Ela regressava ao hotel e eu vinha-me embora… Mas é uma família que deixa muitas saudades, muitas saudades.

ACC: Lembra-se de mais algum episódio que tenha a ver com a ligação dele ao ambiente ou à Natureza?

D. Eva: Era uma pessoa que, por qualquer coisa que se fizesse, ficava tão agradecido! Na altura, os meus pais não tinham carro, ele ia a Oliveira de Azeméis… Porque aqui era a zona do vinho verde, não se podia vender vinho maduro, só engarrafado, para engarrafado tinha que ir a Oliveira de Azemeis. Depois vinham aqueles escritores, aquelas pessoas de certo nível, do nível dele, não é? Eu é que os ia servir à mesa e ficava até envergonhada e acanhada, porque ele não

tinha adjetivos para me classificar. Olhe, era ao contrário do que é agora. Como as pessoas mudam, como os tempos mudam… E também o outro, o outro era uma joia de pessoa. O Assis Esperança. Eles completavam-se, andavam sempre juntos, mas realmente eram os dois da mesma categoria. Não eram pessoas como as que a gente vê agora, que vêm do nada. Ele nunca escondeu as raízes.

ACC: Tinha orgulho das raízes.

D. Eva: Tinha, sim senhor. Nunca, nunca escondeu as suas origens pobres, nunca.

ACC: E rurais. Porque isto era uma zona pobre e rural.

D. Eva: Pois. E ele, quando conseguia… Não sei, quando foi a casa foi fechada, mas foi perdendo alguns objetos, não é? Se ele arranjasse uma cadeira que pertencia à mãe, uma mesa… Ele chegava aqui todo contente, dizia "Ó Eva, hoje consegui recuperar a minha cadeira…", "Hoje consegui recuperar a mesa…". Era uma pessoa muito dedicada às suas origens. Foi ele que plantou o carvalho…

ACC: Aquele carvalho, sim. Há uma fotografia…

D. Eva: Lá no quintal. E ele dizia-me sempre que quando morresse queria ser enterrado em Sintra, na subida dos Mouros. E eu disse-lhe: "Senhor Ferreira de Castro, parece impossivel, o senhor está com essas ideias, mas não vai conseguir"; "Tu vais ver, Eva, tu vais ver como eu vou conseguir". "E sabes qual é a minha campa? Eu quero uma coisa rasa e quero ao lado um banco de jardim." E eu disse: "Olha que coisa tão esquisita. Para quê, senhor Ferreira de Castro?", "Olha, os casais de namorados sobem a serra e fazem-me companhia. Ele conseguiu, ele conseguiu. Ele dizia-me isso há anos.

ACC: E lá ia o raminho do carvalho. Quem terá feito esse trabalho de ir lá cortar o ramo?

D. Eva: Eu por acaso ia para lho cortar, mas não sei se foi a senhora… Agora já não me recordo, uma pessoa está tão emocionada, porque eu não fui a Lisboa, não é? Ele veio do Porto, passou ali pela casa onde nasceu, cortou-se-lhe o carvalho e seguiu para Lisboa, e depois eu vim-me embora.

ACC: Ainda lá está, muito grande, esse carvalho.

D. Eva: Está, está, mas ele foi uma das coisas que pediu foi que queria que lho pusessem em cima do caixão…

ACC: Foi em cima então, não foi dentro.

D. Eva: Não. A urna já veio fechada.

( )

D. Eva: Mas eu não lhe dizia como a empregada em Lisboa…

ACC: O que é que ela lhe dizia?

D. Eva: Ele estava sentado, deitado num cadeirão… E a empregada andava a fazer a limpeza e a cantarolar e ele disse-lhe: "Ó Maria, não cantes que eu estou a trabalhar" e ela deu uma gargalhada. Ele dizia-me "Ela via-me deitado e ficou escandalizada por eu dizer que estava a trabalhar." Mal ela sabia que ele estava a trabalhar intelectualmente, não é? Ele achava muita piada à empregada por ela ter ficado escandalizada…

ACC: …

D. Eva: Havia um escritor francês que estava a estudar num hotel em Lisboa, mas sentia-se muito só e o gerente foi então ter com o FC e pediu-lhe, que lhe fazia um preço especial, para ele se mudar para o hotel… Para o hotel onde o outro tal escritor francês estava. E ele virou-se e disse: "Olhe, amigo, eu não gosto de ir para sítios onde os móveis são mais importantes que as pessoas". E não foi.

ACC: Pois claro, bem dito.

D. Eva: Ele era uma pessoa muito simples. O meu pai nunca se serviu dele para publicidade, nunca chamou clientela à custa dele, ele sentia-se aqui bem, e também não gostava de

exibicionismo.

ACC: Era da familia.

D. Eva: Era, era. Eu tinha o meu filhito pequenino, e ele quando o via ao meu colo, começava logo… Chamava-lhe "o meu passarinho". Quando o via era sempre aos beijinhos. O meu filho gostava muito dele.

( )

Sobre "**O caminho do céu**":

ACC: … Centeio, batata, milho e vinha.

D. Eva: Era a vinha, era a vinha.

ACC: E agora o que é que há nesse lugar?

D. Eva: Agora a maior parte só estão a monte.

ACC: Nada, mato.

D. Eva: Não… Há quem faça o cultivo de vinha, mas outra espécie de vinha. Outra vinha qualquer assim baixinha, não é preciso ramadas.

ACC: Eucalipto, pinhal…

D. Eva: Era pinhal, tinha muito pinhal.

ACC: Já nessa altura do Ferreira de Castro havia muito pinhal?

D. Eva: Havia, havia. Com o passar dos anos as pessoas foram abatendo as árvores, foram construindo.

ACC: Carvalhais não?

D. Eva: Havia, havia muitos. Mas agora… Até lhe chamavam, ali, o carvalho inteiro. Tinha uma série de carvalhos, muitos carvalhos.

ACC: Ele ia para aí?

D. Eva: Ia, ia. Esta zona… Esta estrada que liga, que vai daqui até à igreja de Roje, era o tal caminho do céu.

ACC: Que tinha os tais campos cultivados, esses carvalhaizinhos, giesta.

D. Eva: Giestas e…

ACC: XXXX se calhar também, não?

D. Eva: XXXX nem por isso, mas muitas giestas. Depois em Maio estavam aquelas flores todas amarelinhas…

ACC: Ele também gostava muito de rosas, sabia? Acho que era a flor que ele mais gostava, rosas, li isso…

D. Eva: Ele, quando a doutora Natália Correia veio aqui, foi comprar um grande ramo de rosas e depois disse-me: "Eva, tu vais entregar isto em nome da pensão", e eu disse "Não, senhor Ferreira de Castro, desculpe estar a contradizê-lo, mas eu vou oferecer em nome do senhor, foi o senhor que as comprou".

D. Eva: Quando havia bailes aqui, ele ia fazer um XXXXX às leiteiras, a senhora sabe o que eram? Eram aquelas mulheres que acartavam o leite, antigamente não haviam carrinhas, nem caminhões, nem nada, o leite ia para um posto e depois essas mulheres carregavam nuns latões e levavam às fábricas a Vale de Cambra.

ACC: Levavam à mão, claro.

D. Eva: Na cabeça, à cabeça, eram latas enormes. No regresso… Ele ia esperá-las ali… E um dia o meu pai chegou lá à sala e elas lá andavam a dançar.

ACC: Com ele?

D. Eva: Não, andavam a dançar ao som da música. E depois o meu pai: "Que é isto?", ficou escandalizado e eu disse "Foi o senhor Ferreira de Castro que as convidou". Ele ia buscar as trabalhadoras e punha-as ali a dançar, aqui na pensão. Faziam os hóspedes passarem o tempo.

ACC: Mas ele ficava de lado.

D. Eva: Ele ficava. E depois punha-as a cantar. Gostava de as ouvir cantar porque elas, antigamente a vida era muito dura, mas havia sempre boa disposição. Na apanha do centeio, elas cantavam, a gente deliciava-se a ouvi-las cantar. Não havia máquinas, era tudo manual e elas então com aquelas cantarolas, como nós lhes chamávamos, não é? Elas passavam ali sempre a cantar, eram umas sete ou oito. Para passar melhor o tempo, cantavam. Faziam aquele trajeto todos os dias, de Inverno e de Verão. Então elas cantavam, cantavam na ceifa, cantavam a apanhar o milho, cantava… Agora não perdeu-se, essa alegria toda do povo.

ACC: O Ferreira de Castro gostava de ver os cantares do povo…

D. Eva: Ai, imenso. Ele adorava, adorava. Depois dava-lhes dinheiro. Ele adorava esses, essa… Como é que eu hei-de dizer, essa gente simples. Ele sempre gostou da simplicidade.

ACC: Ele metia-se com as ceifeiras lá em baixo?

D. Eva: Não, não metia.

ACC: Pronto, acho que é tudo. Muito obrigada. Foi muito útil.

FIM

APÊNDICE III

Entrevista a Zeca Barbosa

ACC: Estamos na tasca do senhor Ferreira Barbosa filho de Rita Ferreira de Castro. Hoje é dia 14 de Outubro e estamos em Santo António de Ossela, 2012. Zeca, então como eu lhe estava a dizer, eu estou a fazer um trabalho soubre o Ferreira de Castro, sobre a relação que ele tinha com a Naturaza, com os animais e com as plantas, sobre aquilo que ele pensava da Natureza. Se ele gostava de estar no meio natural ou não. O senhor sabe dizer-me alguma coisa sobre isso?
Zeca Ferreira de Castro(ZFC): Sei dizer pouco porque ele, em geral, andava sempre fora. Quando cá vinha estava muito pouco tempo, não é? Estava aí uma semana, ou dois ou três dias e ia-se embora. De maneira que não tinha assim muito tempo XXXXXX. Uma coisa que me recorda bem é que ele me dizia assim, quando falava comigo, sobre os passarinhos " XXXXXX Jacinto, gostas dos passarinhos?" e eu "gosto".
ACC: Perguntava-lhe ele?
ZFC: "Gostas de atirar aos ninhos" e eu disse "ah se eu poder" e ele disse "não, não faças isso"
ACC: Ah ele dizia-lhe para não ir aos ninhos. O senhor era pequenino nessa altura?
ZFC: "nao se faz mal aos passarinhos, assustar. Eu gosto muito de passarinhos, deste ambiente e tal"
ACC: Que idade tinha o senhor nessa altura?
ZFC: Devia ter para ai uns oito ou nove anos.
ACC: E o Ferreira de Castro que idade teria?
ZFC: Ele nessa altura devia ter vinte e tal, perto de trinta. Não posso saber ao certo mas era… Pelos meus cálculos.
ACC: Mais ou menos. O senhor sabe… Ele dizia que tinha a paixão das árvores, diz ele numa entrevista.
ZFC: Gostava muito, passava por um caminho, que tem lá adiante, da nossa casa para aqui.
Carlos Castro (CC): O caminho de baixo, não é?
ZFC: Tinha ali uns carvalhos, um arvoredo muito grande.
CC: XXXXXX da manca, não era?
ZFC: Às vezes vinha aqui ao cemitério de santo António. E gostava que eu viesse mais vezes. As vezes vinha, então ele gostava muito daquilo. Parava, olhava para aqui. Gostava.
ACC: Senhor Zeca, nós sabemos pelas entrevistas dele que ele gostava mais de escrever de manhã e depois, do fim da tarde até à hora do jantar. Para passear, sabe qual era, mais ou menos, a hora que ele gostava mais de passear?
ZFC: Era mais de tarde, era, era. Ele passeava, ia dar uma volta até à antiga ponte, que agora já está transformada. No caminho os velhote que lá havia, XXXXXX um cigarro daqueles dele porque eles não fumavam o tabaco que ele fumava. Então eles ficavam tos satisfeitos e ele conversava com eles, gostava muito de conversar. Era assim o programa dele.
CC: No Verão, o problema é o XXXX, já não é XXXXX cair em cima da cabeça ou em cima do carro mas é os fogos florestais.
ACC: Oh senhor Zeca sabe se havia alguma árvore, em especial, que ele gostasse muito ou algum

recanto onde ele gostasse muito de ir? Tem ideia disso?
ZFC: Não, assim que me recorde não… Mas ele gostava muito de ir ali para o lado da igreja velha que foi onde ele XXXXX. Mas ele gostava de fazer aquele carreiro e depois sai no XXXXX.
CC: A pé ou de carro?
ZFC: A pé, a pé. Ele andava sempre a pé.
…(não se compreende os dois a falar so mesmo tempo)
CC: Mas ele ia a pé aqui pelo XXXXX e depois vinha pela Barrosa.
ZFC: Gostava muito de vir pela Barrosa, tinha de atravessar o rio numa ponte de madeira.
CC: Atravessava o rio numa ponte de madeira
ZFC: E depois ia ali XXXXX sai quase a porta da mãe, da minha avó.
CC: Vinha pela igreja velha e vinha sair à ponte da Barrosa, onde tem situado próximo a casa de Manuel da Bouça. E depois vinha pela Frágua que tambem está em *Emigrantes* e faz mais ou menos o trajecto que fazia Manuel da XXXXX para os Salgueiros para apanhar o autocarro para emigrar. XXXXX à casa da mãe que fica de frente à casa do (TIO GANBULEIRO???)
ACC: Havia alguma paisagem de que ele gostasse mais? Se era do rio ou do vale?
ZFC: XXXXXX (não se percebe nada)
ACC: Ele contava história de quando era pequenino? Nós sabemos que ele gostava muito de ir para o rio nadar.
ZFC: Nadar não, tomar banho.
ACC: Ia tomar banho, mas a sua avó não gostava. Ele queixava-se que a mãe lhe batia qando ele vinha do rio, passava lá muitas horas.
ZFC: Ele gostava muito da Primavera.
CC: Era o tempo que ele escolhia para ca vir. Quando ele ca vinha era Primavera.
ZFC: Se ele tinha algum animal selvagem perferido? Não, não sei.
ZFC: O céu e as constelações, disso eu não me lembro.
AC: Alguma vez lhe falou da Amazónia? Da selva, da floresta…
ZFC: Sim falava-me muitas vezes disso. Falava do que por lá passou que passou muito mal.
ACC: O senhor so tinha contacto com ele quando ele ca vinha ou chegou a estar com ele em Lisboa ou fora?
ZFC: Eu estive muitas vezes com ele em Lisboa… Estive lá quase três anos e frequentava a casa. Estive no Hospital um mês, e não era doença so me queria vir dali embora.
ACC: O Hóspital militar…
CC: Era no Hospital da Estrela?
ZFC: Sim era o da Estrela.
(Parcela de conversa impercetivel sobre a estadia do Senhor Zeca no Hospital Militar)
ACC: O senhor quando se encontrava com o seu tio em Lisboa ia a casa dele?
ZFC: Ia a casa dele.
ACC: Lembra-se se ele teria lá por casa alguma pintura ou alguma escultura que tivesse uma paisagem ou animais ou que fizesse lembrar retratos da Natureza?
ZFC: Não tenho conhecimento.
CC: Eventualmente alguns da sua tia, que gostava muito de paisagens.
CC: A tia sabia desses gostos dele e chegava a fazer pinturas… Há uma pintura que está na biblioteca…

ZFC: Ele pediu-me uma vez para fazer uma pintura, não fui eu que a fiz, pedi ao meu filho para fazer que ele estudava nas belas artes. … Aquilo ali era um pinhal miudo.
CC: Mas a Helena Muriel mais tarde veio a fazer isso.
ZFC: Ela fez, mas a gente não sabia bem o que é que ele queria.
ACC: O que é que ele lhe pediu, senhor Zeca que eu não percebi?
CC: É um monte em frente à casa dele, onde está bilioteca, havia um monte. E ele queria uma imagem, mais tarde a Helena Muriel vinha fazer esta pintura. Era uma surpresa para lhe fazer e entretanto ele morre.
ACC: Mas ele pediu ao senhor Zeca para fazer?
ZFC: Sim.
CC: O seu filho estudou nas belas artes no Porto?
(Os dois a falar ao mesmo tempo, não se percebe)
ACC: Há pouco o Carlos Castro esta a dize-me que …
ZFC: Um concurso a nível nacional … . Ganhou uma viagem ao Japão.
CC: Mas de pintura?
ZCF: Desenho.
ZFC: Era para estudantes. Eu ainda cheguei a fazer o exame de admição ao liceu para isso mas…
ACC: Senhor Zeca, o Carlos Castro estava a dizer-me há pouco que nos últimos dias que o seu tio esteve por aqui andava a apanhar morangos. Eu sei que não se lembra, não há problema, é só uma introdução. Andou a apanhar morangos lá na quinta …
CC: Antes de morrer, portanto nos últimos dias que esteve aqui.
ZFC: Nos dias antes de morrer ele previu a morte. … que está lá conforme está lá fui eu que o recontrui, tudo pronto a inaugurar.
(Não se percebe, fala sobre algo que era dele e que ele construiu (uma casa?))
ZFC: Ele disse-me assim "Oh meu filho agora já posso morrer quando quiser que o meu desejo já foi cumprido", a casa já estava pronta, estava tudo.
CC: Estava virado para a biblioteca?
ZFC: Estava virado para a biblioteca de frente para a porta e eu estava assim ao lado dele, disse que… Tinha setenta e tal. E eu disse para ele "Não tio ainda vais levar muitos anos" e ele "Não não meu filho, o meu coração está-me a dizer que eu vou durar pouco tempo."
ACC: Mas ele não estava doente, pois não? Ele sentiu isso mas não era que ele estivesse doente.
ACC: O senhor lembra-se se ele punha as mãos na terra, se participava nos trabalhos da terra quando era miudo?
ZFC: Não, nunca XXXXXX nem cultivou terra.
CC: Ai não?
ACC: Mas era homem de meter as mãos na terra e participar nesses trabalhitos de quintal ou não?
CC: Provavelmente sim, não é?
ZFC: Era muito miudo não sei porque eu só fui para lá para casa quando tinha oito, nove anos.
CC: Mas viveu na casa onde é a casa museu? O senhor viveu lá.
ZFC: Eu nasci na outra e depois estive lá um tempo na nossa casa com a minha mãe, estive lá perto a cinquenta metros. Depois ela morreu estive lá mais um tempinho com o meu pai e depois fui para casa dos meus avós.

ZFC: … O fabrico do chocolate
ACC: O senhor fazia chocolate?
ACC: De onde é que vinha o cacau?
CC: Quantos quilos é que fabricava por dia?
ZFC: Duzentos.
ACC: E quem é que comprava?
ZFC: Tinhamos um viajante que era o empregado que estava aqui na loja, mas ele depois não se portava bem … Havia aí uma rapariga e eu disse-lhe "vais tomar conta da loja", tinha treze anos estÁ a ver. (Marca de vinhos)
CC: Como se chamava a marca de vinhos?
ZFC: O Cruzeiro, era vinho tinto.
CC: Alguns produtos vinham da Alemanha.
ZFC: Os produtos quem fornecia era o Jerónimo Martins. Já existia, é uma firma antiga, o Jerónimo Martins. Nos vendíamos quase cem quilos de chocolate a ele.
ACC: Mas de onde vinha o cacau, senhor Zeca?
ZFC: Só tinha uma máquina para ralar o cacau. O cacau vem em grão como o café mas transforma-se em liquido. Como é que aquilo era feito, havia um pedra tipo raladouro, desta espessura assim que tinha uma cavidade por baixo e às seis da manha vinha o fogareiro com o carvão para aquecer aquela pedra. Era uma especie de marmore, era lisa e tinha um picãozinho para picar como nos moinhos antigos. Aquele grão transformava-se no primeiro liquido para fazer o chocolate.
CC: O chocolate vocês vendiam-no em tabletes ou como era?
ZFC: Era bem apresentado mas não era exatamente como agora.
ACC: Quem é que desenhou os rotulos?
ZFC: Quem tinha a marca… Era a minha prima, a minha prima…
ACC: Quando o senhor estava lá com o seu tio em Lisboa, lembra-se de ele se queixar da cidade? De dizer que preferia o campo? Que a cidade era muito confusa?
ZFC: Andava farto de cidades. Gostava muito de ir para o campo.
(Não se percebe)
ACC: Nessa altura em que o senhor ia ter com ele a Lisboa estamos a falar de que ano? Mil novecentos e quê? Na altura da Guerra?
ZFC: Quarenta e cinco, quarenta e seis
ACC: O senhor tem ideia de nessa altura Lisboa já ser assim um bocadinho poluido? Já era dificil de respirar ou não?
CC: A comparar com o campo…
ZFC: Já mas não é como agora. Já se notava a diferença. Havia mais lixo.
ACC: Lembra-se de o Ferreira de Castro se queixar disso, não tem ideia…
CC: Nunca teve nenhuma conversa com ele sobre isso, não?
ZFC: Não não.
ACC: Só mais duas coisinhas. Havia muitos fogos na altura? Fogos aqui pela floresta?
ACC: Senhor Zeca… Há bocadinho falou-me, de quando era mais pequenino, do seu tio lhe dizer para não ir aos ninhos e para não fazer mal aos passarinhos. Não sei se se lembra daquele episódio quando ele foi em 1920 e tal, ter com uns intelectuais espanhóis…

ZFC: Não.
ACC: De ouvir contar… E depois levaram-no a uma tourada e o seu tio diante daquilo, levantou-se muito indignado e veio-se embora. Chegou a escrever um texto do suplemento da Batalha. Não se lembra dele lhe contar?
ZFC: Não sei, mas é possível que sim.
ACC: O senhor lembra-se para além desta história das touradas e dos passarinhos de ele alguma vez se mostrar contra algum mau trato a um animal, aos cães…?
ZFC: Isso ele não gostava, não gostava que se fizesse mal a animal nenhum.
ACC: Há mais alguma coisa que o senhor se lembre e gostasse de contar? Soube os passeios do seu tio?
CC: Quando ele ca vinha gostava de fazer o trajecto, como já vimos há bocado, que fazia antes para a escola que é o caminho de baixo. Algumas vezes lhe pedia para você o acompanhar?
ZFC: Não, uma vez fiz com ele, mas não.
CC: Na altura da construção da biblioteca ele pediu-lhe para tomar conta da obra não foi?
ZFC: Foi.
(Conversa sobre construção de casas, dialogo impercetível)
(Conversa sobre a idade da morte dos familiares do senhor Zeca)
ZFC: Disseram-lhe que não podia comer nada porque era uma doença nos intestinos.
CC: Não morre da doença, morre de fome…
ZFC: Estava na altura das vindimas, ele estava lá em cima, na camita, que tinha uma porta para o quintal. Ele foi lá ao quintal e tirou um cachinho de uvas, comeu muitas uvas pois tinha muita fome. Passado um tempo começou a melhorar.
AAC: E ficou bom?
ZFC: Ficou bom!
ACC: A sua mãe já sabia ler e escrever, não era muito comum no tempo dela.
ZFC: Não era não, o meu tio lia com ela.
ZFC: Foi o último regedor.
CC: Ainda de recorda das datas?
ZFC: … Até ao 25 de Abril, depois acabou.
CC: Foi o último regedor da freguesia.
ACC: Ah muito bem. E acumulou aqui com o trabalho na tasca.
CC: Só para ficar registado: O senhor faz muitas coisas, foi mestre de obras na biblioteca mas o pedreiro foi aquele a quem nós chamamos Manuel Jameiro.
ZFC: Foi, mas aquelas almofadas que foi o mais difícil foram feitas por mim aqui em casa.
CC: Os moldes?
ZFC: Os moldes mandei fazer no carpinteiro.
CC: Qual carpinteiro?

FIM

APÊNDICE IV

A Paixão dos Ossos

Urbano Tavares Rodrigues e Ferreira de Castro, memórias, a Natureza, a escrita e a vida

Texto -- livre na forma, rigoroso no conteúdo -- a partir de uma conversa com Urbano Tavares Rodrigues sobre Ferreira de Castro e a relação entre ambos, em Lisboa, a 6 de Maio de 2013

O Ferreira de Castro era um homem com um grande amor à paisagem. Com esse amor ensinou-me a ver Sintra, a conhecer a região. Encontrávamo-nos muitas vezes num cafezinho ali no largo do palácio da vila, não me lembro agora do nome. Mais no Verão e na Primavera, que ele tinha medo do Inverno, agasalhava-se, protegia-se muito.

Também nos juntávamos em Lisboa, mas em Sintra percorríamos os caminhos e fazíamos o roteiro das fontes. As fontes, do que me recordo, eram das coisas que mais o apaixonavam na serra. E visitávamo-las todas. Também as árvores? Pode ser, mas das árvores não sei.

Ele teve outra enorme paixão, a Diana de Lis. Foi correspondida? Não me lembro.

O Ferreira de Castro… era bom como o pão. Eu gostava muito dele, admirava-o imenso, quando morreu fartei-me de chorar. Formámos-lhe uma guarda-de-honra de escritores no funeral: eu, o Mário Ventura Henriques, a Natália Correia, o João de Melo e outros. Dos que privaram com ele estão vivos ainda a Agustina e o João de Melo, que foi meu assistente em Letras, como eu fui de Vitorino Nemésio.

O Ferreira de Castro e os amigos reuniam-se num café ali no Chiado, creio que se chamava mesmo "Café Chiado". Os amigos adoravam-no. Eram mais velhos que nós. Às vezes juntava-me eu, o Armindo Rodrigues, poeta, e o pessoal das Belas Artes, como o Manuel da Fonseca. Uma tarde, o Ferreira de Castro estava sentado cá fora, eu ia a passar, era jovem, muito magro, as raparigas gostavam de mim e umas vieram deitar-me os braços ao pescoço. Ele já homem maduro, sério, muito discreto, e diz para os amigos: "Não percebo a sorte deste tipo com as mulheres! Eu compreendo a paixão da carne, não compreendo é a paixão dos ossos". Tinha este humor, reservado apenas a um círculo muito próximo.

Naquela época eu parava mais noutra tertúlia, a do Abelaira. Uma vez estávamos ali sentados uns sete ou oito, o José Gomes Ferreira entre eles, tínhamos acabado de escrever um papel contra o governo e recolhíamos assinaturas. Vemos o Herberto Helder descer o Chiado, pedimos-lhe a dele; mas, sendo funcionário da Emissora, se assinasse perdia logo o lugar, era uma situação dramática. E nós compreendemos isso.

Houve um tempo em que acumulei o trabalho de redação do *Diário de Lisboa* e d'*O Século,* onde o Ferreira de Castro também foi redator. Às vezes, à noite, n'*O Século* havia pouco que fazer. Nessas horas vazias de piquete, eu escrevia contos e romances. Parece-me que ele chegou a fazer o mesmo.

O Cunhal, que também tinha grande respeito e estima pelo Ferreira de Castro, achou belíssima uma intervenção que eu fiz um dia no círculo dos intelectuais do Partido Comunista. Reclamou com a célula, que eu estava ali mal, que não sabiam aproveitar as pessoas, e convidou-me para ser um dos dirigentes do setor intelectual. E pronto, fiquei a ser. As reuniões do partido,

nessa época, decorriam à noite e eram chatas; só animavam com o Manuel da Fonseca, contava anedotas, toda a gente se ria. Agora querem que eu continue, eu continuo.

Era a personificação da delicadeza, o Ferreira de Castro, fosse entre amigos ou com qualquer admirador na rua. Uma vez fui pedir-lhe financiamento para um 1º de Maio, já não sei de que ano, e ele a desculpar-se: "Eh pá, sabes que eu sou completamente antifascista. Mas não sou comunista…". Era um grande coração. E eu vim de lá com o dinheiro.

Alguns neorrealistas acusaram-no de escrever mal. Muito injustamente. *A Lã e a Neve*, por exemplo, é um livro belíssimo, aquele que mais se aproxima no neorrealismo. Pessoalmente, o meu preferido é *A Curva da Estrada*, decorrido em Espanha, com um protagonista político assaltado de dúvidas.

Com o neorrealismo, o socialismo quis evacuar o escritor da obra . Mas o escritor está lá e faz falta.

A literatura do Ferreira de Castro foi considerada "impura" num período, até hoje, em que se combate toda a obra de empenhamento social e que deixou cair um pouco no esquecimento os neorrealistas. Continua esta moda de outros valores, da literatura de consumo fácil, que não presta, que é lixo. Ainda há bons escritores, isso sim, mas empenhados politicamente, poucos.

Eu combato o que se está a passar atualmente. Tanto quanto eu posso. Aqui em casa, sem poder sair à rua, escrevo e o que digo é absolutamente contra este governo, este período de ditadura do capitalismo ultraliberal, neofascista e sem vergonha, e os negócios sujos por trás dele. Já combatia quando tomei partido pelo Delgado, e em consequência me despediram e me silenciaram. *Uma Pedrada no Charco* escapou à apreensão graças ao Prémio José Malheiros, da Academia das Ciências, 1958, prémio que o Ferreira de Castro recebera duas décadas antes.

A ele pouparam-no, pelo prestígio internacional. Enquanto escritor, eu não sentia a autocensura que tanto o atormentava. Nós escrevíamos tudo codificado, usávamos de muita imaginação para contornar a censura.

E eu tinha uma enorme coragem física. Da última vez em que estive preso foi terrível. Cinco dias e cinco noites sem dormir, e quando finalmente pude descansar só conseguia dormir uma hora por dia. O médico de Caxias garantiu-me que não era fascista, que admirava a minha obra, tratou-me por doutor e deu-me um valium inútil. Eram dores constantes no corpo todo, enxaquecas, dores nos dedos. Geralmente os carcereiros são maus, mas o meu não era. Disse-me que só tinha visto sofrer assim tanto o Pulido Valente e perguntou-me se podia fazer alguma coisa por mim. "Pode. Está lá fora um saco com o meu nome. Lá dentro estão uns supositórios analgésicos. Se me trouxer um…". Não eram autorizados a isso, claro, mas ele foi buscá-lo. Então dormi. Soltaram-me com receio do movimento pela minha libertação, criado em 1969, aqui e lá fora. Em França movimentou o Sartre e outros, em Portugal muitos, entre eles o Ferreira de Castro, que sempre assumiu posição a meu favor.

Dos poetas, ele conviveu com Ruy Belo e Herberto Helder, que me lembre. O Ruy Belo escreveu um poema, "Muriel", belíssimo. O nome da mulher do Ferreira de Castro, Elena Muriel, mas não inspirado nela. Muito bonita. Como era também muito bonita a Maria Judite de Carvalho, minha mulher, mãe da minha filha Isabel. É ela nesta fotografia. Tinha uns olhos verdes e cabelo louro escuro, que aqui parece ainda mais escuro, porque ela o pintava. Morreu estupidamente, com um cancro. E custou-me tanto, tanto, eu tinha um carinho tão grande, um amor tão grande por ela.

Não me lembro de pormenores sobre a relação do Ferreira de Castro com a Natureza, com os rios, o campo ou os animais. Foi há muitos anos e esse tópico não era importante. O importante eram as questões políticas e sociais. Mas lembro-me das nossas conversas, das memórias vivas que guardava de Belém-do-Pará e da vida de sofrimento que lá passou. Falava também muito do parente que não lhe deu apoio, desse abandono. Lembro-me de ele evocar, com muita ternura, o Amazonas e o seringal para onde emigrou rapazinho. Também isso me suscitou curiosidade dos locais cenário d'*A Selva*, que é um livro impressionante. E fui lá, percorri-os um a um, fiquei impressionado.

O Ferreira de Castro tinha uma comunhão quase mística com a Natureza, como eu também tenho. Não é exatamente uma comunhão mística: é quase mística.

FIM

APÊNDICE V

Conversa sobre Ferreira de Castro com João de Melo

Lisboa, 28 de Maio de 2013

(Passada de memória no próprio dia, já que a gravação não se percebe ☹)

Tenho quase todos os livros do FC (da edição da Guimarães de capa parda), que ele me enviou por correio para os Açores, no **Verão de 1966**, quando eu estava lá de férias, e alguns deles com dedicatórias, **desejando-me sucesso na vida literária**. Eu fiquei admiradíssimo quando vi esta encomenda, eu que era um jovem de 17 anos. Foi uma grande gentileza da parte dele. Só me falta *A Curva da Estrada* e *O Instinto Supremo*.

A minha história com o FC começa com as bibliotecas itinerantes da Gulbenkian que andavam pelo interior do país. Eu tinha 16 anos, talvez menos, e tinha vindo de S. Miguel para o seminário em Vila Nova de Ourém, para seguir para padre ou para aglutinar estudos, para fugir àquela vida de agricultura da ilha. No seminário era encarregado de ir buscar e levar os livros à carrinha da Gulbenkian; e foi aí (primeiros anos da década de **1960**) que conheci os livros do FC e delirei com eles: *A Selva*, sobretudo, com aquela divulgação do Brasil.

Eu idolatrava-o e um dia resolvi escrever-lhe uma carta, em que me apresentava e dizia que gostava muito dos livros dele. Nessa altura eu já pensava que talvez quisesse ser escritor. Enviei-a para a editora, claro. Para minha surpresa, um tempo depois ele respondeu, de uma forma tão amável que me encorajou a manter correspondência com ele. Essa correspondência foi toda perdida, com pena, nas andanças.

Eu via-o como uma **figura paternal**, tinha uma admiração enorme por ele. Com o tempo fiz dele meu confidente. E uma das primeiras confidências foi quando aos 17 anos (**1966-67**), estava já no seminário de Braga, na congregação do Dominicanos, lhe escrevi a pedir um conselho. Eu não tinha vocação nenhuma para aquilo, cada vez me sentia mais agnóstico, e escrevi-lhe a falar das minhas dúvidas e a perguntar se ele achava que eu devia sair dali. Como as cartas que entravam e saíam eram todas abertas (não sei se ele sabia isso, se não), eu vim cá fora pô-la no correio diretamente. Ele demorou um mês e meio a responder. Disse-me mais tarde que tinha ficado com a minha carta na mesa-de-cabeceira todo aquele tempo, a pensar o que dizer, pois era uma grande responsabilidade. E lá me respondeu que não podia decidir por mim mas, se eu sentia aquelas dúvidas, então devia sair e seguir outro caminho.

Eu detestava aquilo e já tinha organizado umas ações de subversão lá dentro, com outros alunos. O diretor do seminário veio ter comigo com a carta do FC já aberta. Disse-me que, depois daquilo, se eu quisesse continuar ali me propunha um desafio: tentar converter o FC. O FC, por quem eu tinha um enorme respeito e que sempre se dissera ateu. Claro que nem tentei. E então veio o superior do diretor e em menos de cinco minutos expulsaram-me: disseram-me para fazer as minhas malas, que me lançavam "no mundo: metiam-me no comboio e depois em Lisboa alguém dos Dominicanos aqui de Queluz me iria buscar à estação e "Vais ser recambiado para a vida do campo dos Açores". Em menos de nada eu estava fora dali, o que para um rapaz açoriano da minha idade era assustador. Cheguei a Lisboa perto da meia-noite desse dia, não estava ninguém à minha espera, parece que se tinham esquecido, e eu nem sabia onde era Queluz.

A minha intenção era nunca voltar aos Açores, arranjar-me em Lisboa e procurar o FC. Fiquei assustado, mas depois lá me lembrei de ir ter a casa de um amigo da minha família, que se assustou de me ver ali àquela hora, e amavelmente me acolheu por uns dias até sabermos onde era o seminário de Queluz. Ali receberam-me sabendo a história, como se eu fosse um excomungado, e então, a troco da minha estadia, obrigavam-me a trabalhar nos campos da congregação e ainda a tratar do escritório e da biblioteca do diretor; trabalhava para pagar o sustento. Ao fim de pouco tempo arranjei um quarto em Lisboa e saí de lá para sempre.

O FC e o Assis Esperança e outros tinham uma tertúlia na pastelaria **Veneza**, na avenida da Liberdade, que ainda hoje existe como outra coisa qualquer, quem desce, à direita, a seguir à rua que vai dar à Praça da Alegria. Foi aí que **fui encontrar pela primeira** vez, pessoalmente, o FC. Ainda me lembro da grande emoção e do abraço que demos. Isto foi mais ou menos na segunda metade da década de **1960**. Ele recebeu-me muito bem e eu passei a frequentar a tertúlia, não todos os dias, mas pelo menos uma vez por semana, onde fui sempre o mais novo, muito mais novo que eles todos. E o FC já era um senhor mais velho, já estava numa fase da vida totalmente dedicado à literatura, embora tenha começado no jornalismo, como muitos escritores consagrados.

Era um sítio perigoso, onde discutíamos principalmente literatura e tínhamos consciência de podermos estar a ser vigiados. Se algum cliente olhava para nós duas vezes, já ficava tudo alerta. Nunca falávamos à vontade e tinha que se falar baixo. O que podia ser um problema, porque o FC era naqueles **finais dos anos 60**, já muito surdo. E o Assis Esperança (tenho aqui vários livros dele, um deles oferecido pelo FC) era meio cego, por isso diziam que FC era os olhos do Assis e este os ouvidos do FC. Mas às vezes o Assis mostrava-se um pouco desgostoso de estar à sombra do FC,e chegava a falar disso – embora fossem muito, muitíssimo amigos.

Depois de o Salazar ter caído da cadeira, em 1968, já talvez em **1969,** fomos uma vez ao hotel do Parque Eduardo VII, à suite do FC, e aí conspiramos contra a situação, que era mais seguro do que falar na Veneza.

O FC era o centro da tertúlia, umas vezes falava muito, outros dias estava mais acabrunhado. A certa altura, ele alugou uma suite no Hotel xxxx, ao cimo do Parque Eduardo VII à direita (ainda hoje lá está) e vivia aí sozinho, enquanto a Elena Muriel e a filha viviam em cada deles. Eu estranhava aquilo, mas não me atrevia a perguntar nada, o FC era "O Sr. Ferreira de Castro", para mim estava muito acima, e era uma espécie de *Pater familias* do grupo. Reuniam-se ao fim da tarde. Todos gostavam imenso dele. Também o Urbano Tavares Rodrigues, uma pessoa ótima com uma enorme coragem física, que perdia a paciência com muita facilidade, e ia à cara de qualquer um.

Acho que às vezes também se encontravam no Café Gelo, mas as várias tertúlias de Lisboa não se misturavam. Os modernistas detestavam os surrealistas, e estes não podiam ver os existencialistas, como o Vergílio Ferreira (??).

Eu nunca estive preso, mas uma vez falei num comício na Feira Popular, onde estava também, na mesa, o UTR. Para entrar tivemos que passar um a um, no meio de duas fileiras de GNR armados. Depois aquilo deu uma confusão tão grande que eu fugi por uma porta e o UTR por outra; ele, ao chegar ao carro, levou uma tareia da polícia que o deixou todo partido. No dia seguinte veio nos jornais, eu fui visitá-lo à casa da Tomás Ribeiro, a Maria Judite [de Carvalho] chorava, mas ele não quis ir para o hospital. O Marcelo Caetano, que nessa altura estava a tentar

aligeirar a repressão no país, quis que ele apresentasse queixa, mas ele não quis.

O FC descia pela avenida a pé, e depois subia de táxi. Andava sempre de sobretudo e chapéu, e tinha um medo terrível da morte, uma lei que nunca aceitou. Aliás acho que era mesmo hipocondríaco, tinha um medo doentio das doenças. Na Veneza, pedia café e leite, era ele que fazia um galãozinho, e, se não o bebia logo, enquanto falava tapava-o com um guardanapo, por causa dos micróbios. Quando ia à casa de banho, mexia no manípulo da porta com um lenço, para evitar tocar-lhe.

Não era qualquer escritor que se podia dar ao luxo de se retirar para um hotel da Madeira ou de Paris, para terminar de escrever um livro, como ele fazia. Era o nosso escritor universal, pelos temas dos livros e porque traduzido, e bem traduzido, em muitos países. O FC foi indiscutivelmente o nosso autor mais difundido internacionalmente. E em vida foi o primeiro, pois o Eça só conseguiria isso postumamente. Com igual "amplitude", só o Pessoa, também muito depois da sua morte, o Saramago, muitos anos depois, e agora o Lobo Antunes.

Nunca vi o FC preocupado por não ganhar o Nobel, quando foi candidato, mas o Jorge Amado sim, ficou contrariado.

O meu livro preferido dele é ***Eternidade***, em que, para além daquelas questões sociais, que apareciam em todos os romances, transparece o seu desgosto pessoal pela morte da Diana de Lis.

Não sei se ele tinha, por sua vez, algum escritor como ídolo. O Aquilino? Mas o Aquilino foi um inventor da língua e FC não.

Eu dos aspetos ligados à Natureza no FC nunca reparei. Interessavam-me mais, claro, os aspetos literários e políticos.

O maravilhoso dos livros dele eram as questões sociais, como na ***Eternidade***, ***A Lâ e a Neve*** e ***Terra Fria*** e a forma como retratava a Natureza, que ele adorava. Uma vez, contou-me o Aquilino Ribeiro Machado, filho do A. Ribeiro, até com alguma troça, iam os dois pela avenida da Liberdade abaixo, no passeio do lado esquerdo, e havia uns pequenos espaços arborizados no meio dos prédios. Parece que o FC gostava particularmente de uma árvore que estava num deles. E ao aproximarem-se a árvore não estava lá. FC começou muito aflito "A minha arvorezinha! A minha arvorezinha já cá não está", mas afinal estava mais adiante e ele é que se tinha enganado no sítio.

Ele adorava Sintra e os locais onde se recolhia para escrever eram sempre arborizados. Arborizados e também de grande silêncio e quietude, não parece que ele escrevesse em público. Adorava tudo o que fosse Natureza, a parte vegetal e os animais.

Mas, curiosamente, apesar de todas as viagens que fez, que foram todas de barco, quando é que ele fala do Mar? Fala dos campos, muito dos rios, mas nada ou pouco do mar, ao contrário do Raul Brandão, por exemplo.

Havia quem dissesse que a humildade e a amabilidade dele eram um estilo, uma imagem, mas eu não creio, acredito que era uma humildade genuína.

Na cidade, incomodavam-no principalmente o ruído do movimento, do trânsito.

Para o FC a guerra era o supremo erro; ele abominava a morte, e a guerra era o homem a provocar a sua própria morte. Eu, quando fui destacado para ir para a guerra de Angola, falei com o UTR. Ele ajudava muita gente, ajudou muita gente a fugir, era de uma generosidade atuante,

nada teórica. Disse-me que, se eu quisesse, conhecia gente em Paris e que me encaminhava. Mas depois pensámos outra coisa: "Não" fazer a guerra, "por dentro", que ainda era melhor do que fugir dela, e assim fui.

Estive quatro anos no mato, mas muitas vezes fingíamos que fazíamos a guerra: saíamos uma patrulha para intercetar um grupo de indígenas na confluência do rio tal, e nós, pelos rádios, uns quilómetros antes de lá chegarmos comunicávamos ao centro que já lá estávamos; assim poupávamo-nos e poupávamos os resistentes, e ninguém podia confirmar se lá tínhamos chegado ou não. Muita gente fazia isto, mas não era assumido, era tácito. Quando eu lá cheguei já acontecia; só os comandos mais altos não o faziam. Mas tive muito medo. A vez que tive mais medo foi uma em que fomos ajudar uns companheiros apanhados numa emboscada, onde morreram 9 e 15 ficaram feridos. Eu ia a caminho com a certeza de que ia morrer, só pedindo para que não fosse atingido nos olhos, porque queria ver a morte de frente.

Voltei em Fevereiro antes do 25 de Abril. E depois em Junho soube-se da morte do FC.

Ao funeral até apareceu o Spínola, que era o Presidente da República, o que me impressionou. Ouvi as pessoas dizerem que "era um cidadão". Eu não participei da guarda-de-honra dos escritores, porque nessa altura eu ainda nem era escritor.

FIM

APÊNDICE VI

A VIA DO PURGATÓRIO

Muita coisa é impressa, mas pouco é o
que deixa impressão.
H. D. Thoreau,
Walden ou A Vida nos Bosques, 1854

Posteridade: Consagração e esquecimento?

"O tempo não deu ainda a perspetiva que permite abranger a amplitude de toda a sua expressão literária e social", ouviu, em 1953, um Ferreira de Castro convalescente aos intelectuais que lhe entregaram em mão a "Mensagem" assinada por centenas de individualidades nacionais e estrangeiras. Neste primeiro quartel do século XXI, sessenta anos passados sobre esse gesto coletivo de homenagem e quarenta sobre a morte do escritor, terão o público leitor e as instituições de cultura portuguesas alcançado e honrado a dimensão referida?

É inegável o sucesso nacional e internacional, em vida, da obra de Ferreira de Castro. "Era o nosso escritor universal, pelos temas dos livros e porque foi traduzido, e bem traduzido, em muitos países", afirma João de Melo, recordando que ele foi o autor português mais difundido internacionalmente, "e, em vida, o primeiro" [165]. Obra multifacetada que é digna de todo o reconhecimento e glória da sua época e "doutras maiores homenagens que o tempo lhe prepara", defendeu Agustina BESSA-LUÍS no *Livro do Cinquentenário da Vida Literária de Ferreira de Castro* (1966:31),

Em 1978, poucos anos após o seu desaparecimento, *A Selva* contava já a décima oitava edição e uma tiragem acumulada de 113 000 exemplares; *Emigrantes* e *A Lã e a Neve* iam na décima sétima, com 64 000 cada. Já neste século, foram várias as reedições de romances castrianos em Portugal, e Ferreira de Castro era, até 2012, o autor mais vendido pela sua casa Guimarães [166]. Mas a sua divulgação dentro do mercado livreiro ganha novo fôlego em 2014: a sua nova editora, a Cavalo de Ferro, dá um passo valioso no sentido da visibilidade do legado castriano na sociedade portuguesa de hoje, ao publicar a quadragésima primeira edição do romance da floresta amazónica e a vigésima nona de *Emigrantes*, seguindo-se *A Missão* (incluindo "O Senhor dos Navegantes") e *A Experiência*, pela primeira vez editada individualmente.

Sobre a intemporalidade da obra castriana, escrevia G. C. ROSSI (em Vários, 1996:114): "Ao relê-los hoje [*Emigrantes* e *A Selva*], aqueles romances dão a clara sensação que, se

[165] Entrevista de Maio de 2013
[166] Fonte: conversa com Ricardo Alves

autobiográficos não fossem, conservariam igualmente a mesma vitalidade, no sentido que a distância no tempo anulou as circunstâncias pessoais do autor, transfigurando-as e isolando-as de qualquer caracterização do tempo e do espaço". Palavras que reconhecem o caráter universal da obra literária, ao qual, segundo TAVARES (1998:20), a intemporalidade é diretamente proporcional.

Esta teoria não está, porém, cabalmente provada no caso do autor de *A Selva*. Numa entrevista ao *Diário de Notícias* de 1985, citada por Pedro CALHEIROS no volume *Centenário do Nascimento de Ferreira de Castro* (1998:5), Elena Muriel lamentava o esquecimento a que Ferreira de Castro estava votado, e justificava-o parcialmente com a independência partidária do escritor. Independência política a que CALHEIROS, no volume *Centenário do Nascimento de Ferreira de Castro* (1998a:5) acrescenta a não filiação religiosa. No mesmo ano, também David MOURÃO-FERREIRA (cit. p. LISBOA, 2009:129) criticava "o injusto silêncio que se abateu sobre a obra de Ferreira de Castro".

"Marés literárias" apesar de tudo habituais no meio cultural, lembrava Fernando Namora no In Memoriam *de Ferreira de Castro* (1976:53,54), garantindo que não se vive para cima de meio século de ofício das letras "sem passar por purgatórios" e culpando certo "aristocracismo letrado" pela "alternância de esquecimentos e devoções" da obra castriana. Eugénio LISBOA (2009:129,133) recorreu a metáfora semelhante, ao atribuir a "passagem pelo purgatório" da obra castriana ao clima literário pós Abril, que marginalizava os neorrealistas e valorizou uma escrita "bizantina" querida da crítica.

Já Carlos JORGE defende, no seu artigo no número 7/8 da *Língua e Cultura* (1998:85) que o facto de os romances de Ferreira de Castro não se alistarem inequivocamente nas escolas literárias suas contemporâneas – o modernismo e o neo-realismo – terá afastado a obra das antologias académicas do ensino secundário e superior, excluindo-a assim "dos cânones da poeticidade". A divulgação nestes meios será fundamental, embora alguns títulos da bibliografia castriana, como *A Selva*, *A Lã e a Neve* ou *A Volta ao Mundo*, estejam delineados para corresponder ao que nos dpilaru AGOSTINHO DA SILVA, "Considerações" (in DA SILVA e SILVA, 2009:111), a respeito dos clássicos:

> (…) não podemos encerrar o clássico na estreiteza das escolas e nos limites do tempo; antes o haveremos de tomar como uma raça de espírito, capaz de fazer surgir os seus representantes nos lugares mais diversos e nas mais distantes épocas (…).

R. ALVES apresentou nos III Encontros sobre Ferreira de Castro, em Maio de 2015 [167] um levantamento dos verbetes sobre o escritor nos dez dicionários de literatura mais significativos da língua portuguesa. O primeiro artigo surge no *Dicionário Universal de Literatura* (1940), de

[167] Fonte: http://ferreiradecastro.blogspot.pt/

Henrique Perdigão, e último no suplemento ao *Dicionário de História de Portugal* (1963 - 1971), actualização de 1999, sob coordenação de António Barreto e Filomena Mónica. Ainda segundo ALVES, Ferreira de Castro está entre os três autores – juntamente com José Rodrigues Miguéis e Aquilino Ribeiro – que figuram no total das dez obras de síntese.

A confluência de uma multiplicidade de variáveis terá, portanto, pesado no diferencial de atenção que Ferreira de Castro e a obra mereceram entre a época de "boa fortuna" em que se guindaram ao auge da consagração literária e a atualidade. Diferencial que não é específico do universo literário castriano. Sobre a "seleção natural" que converte autores, populares e valorizados em vida, em nomes "esquecidos" no futuro, explica-a REIS (2008:479) pela proximidade que em termos ideológicos e estéticos guardavam ao público seu contemporâneo, "reforçada por fatores paraliterários ou mesmo extraliterários, que vão das campanhas de promoção editorial às relações de amizade, passando pela atividade das tertúlias e pelo labor da crítica". Fenómeno selectivo que se mostra igualmente responsável por recuperar autores pouco consagrados em vida: Fernando Pessoa ilustra este último caso e Ferreira de Castro, tal como Joaquim Paço d'Arcos, são apontados como exemplos do primeiro.

Neste ponto, surge a tentação de adaptar para a obra castriana, em Portugal e no estrangeiro, a opinião de Álvaro MACHADO (2001), no âmbito da teoria da Literatura Comparatista, segundo o qual a leitura crítica na imprensa e em qualquer testemunho da obra, e a sua intertextualidade com outros campos artísticos, como aconteceu com os romances de Ferreira de Castro e as artes plásticas de reconhecidos artistas da época, também contribuem para o sucesso.

Apenas um estudo no âmbito da Sociologia da Literatura, extensível à atual receção no estrangeiro, poderia confirmar ou refutar uma certa perceção de notória desvalorização da obra castriana no público leitor de língua portuguesa, nos conteúdos programáticos escolares e na atenção da crítica e investigadores académicos neste início do século XXI. Mas encontra-se sentido na lógica de contextualização temporal proposta por Reis. O facto é que desapareceram quase todos os amigos, admiradores, biógrafos e críticos que, em vida e nos anos que se seguiram à morte de Ferreira de Castro, genuinamente e elogiosamente assumiram uma função promotora e guardiã da sua celebridade. Também o público seu contemporâneo foi substituído por outro com acesso a uma oferta literária altamente diversificada, nesta época em que os valores do humanismo, que notoriamente enformam a totalidade da obra castriana, são socialmente (e talvez intelectualmente) pouco cotados.

No suplemento do *Diário de Lisboa* de 28 de Junho de 1962 (in *Vária Escrita* n.º 3, 1996:224), dizia Ferreira de Castro sobre Blaise Cendrars: "(…) Sei que ele se encontra nessa galeria dos que, mesmo quando sofrem períodos de silêncio, são de tempos a tempos redescobertos e de novo admirados com veemência". Talvez o próprio atravesse, nas últimas

décadas, algo do género, sendo mais adequado falar num "apagamento" ou abandono mediático, que, no entanto, e sobretudo a propósito do assinalamento dos quarenta anos da sua morte, em 2014 e 2015, deu sinais de estar a mudar.

Homenagens póstumas, Monumentos e Toponímia

Fig. x – Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, Oliveira de Azeméis, inaugurada em 2007. Maio de 2014

Deve-se em grande parte, embora não exclusivamente, ao trabalho desenvolvido pelo Centro de Estudos Ferreira de Castro, em Ossela, e pelo Museu Ferreira de Castro, em Sintra, o que nas últimas décadas se tem feito pelo nome do escritor no nosso país.

No rescaldo da sua morte a Guimarães concretizou a publicação, planeada pelo autor, de *Os Fragmentos*, textos assinados entre 1969 e 1972, quase em simultâneo com a nova edição de *A Lã e a Neve* na Hungria. A *Colóquio-Letras* (Setembro de 1974) dedicou-lhe um capítulo, com depoimentos de intelectuais portugueses e estrangeiros. No ano seguinte, a editora Lello lança os quatro volumes em papel bíblia das *Obras de Ferreira de Castro*. É publicada no mesmo ano a peça inédita *Sim, Uma Dúvida Basta*, concluída em 1936. Este ano de 1974 revelava-se um ano importante para o escritor, apesar de já não se encontrar entre os vivos, com a família, amigos e entidades oficiais a darem cumprimento ao seu desejo ficar sepultado na encosta do Castelo dos Mouros, na serra de Sintra [Ver Cap. 3 – Ecobiografia].

Em 1976, o amigo A. Vieira NEVES organizou o volume de homenagem coletivo, In Memoriam. Para assinalar os vinte anos da morte, a Câmara Municipal de Sintra promove em 1994 o *Colóquio Internacional sobre Ferreira de Castro*, cujas atas publica no n.º 3 da *Vária Escrita*, com contributos de Jorge Amado e Bernard Emery, Óscar Lopes, Agustina Bessa-Luís e Urbano T. Rodrigues. No âmbito do *Colóquio Internacional sobre Ferreira de Castro*, decorreu um ciclo de cinema, com exibição de documentários biográficos e películas baseadas em romances castrianos, entre eles a primeira fita cinematográfica de *A Selva*, de Mário de Souza e Luís Corrêa (1971) (fonte?). A Associação dos Amigos de Ferreira de Castro, por iniciativa do Rotary Clube de S. João da Madeira, foi criada em Janeiro de 1978 e emitiu durante anos o boletim trimestral *Relembrar Ferreira de Castro* I.

Uma Associação Internacional dos Amigos de Ferreira de Castro foi fundada entre Portugal e o Brasil em 1978. É lançada no Casino Estoril e conta na sua direçãocom o jornalista Eurico Alves e o pintor amazonense Moacyr Andrade. Corresponsável por várias celebrações, entre elas as do centenário do seu nascimento, contava em 1998 com meia centena de associados no triângulo de países de ligação privilegiada ao escritor – Portugal, Brasil e França – mas também Espanha, EUA, Japão, Polónia, China e Panamá (ALVES, 1998:31).

Desde o centenário, o *corpus* castriano foi objeto de diferentes e renovadas leituras e abordagens: novo congresso internacional nesse ano, um ciclo de conferências integrado na Feira do Livro da cidade pelo Grupo Poético de Aveiro (CALHEIROS, 1998b), vários colóquios, conferências, teses universitárias nacionais e estrangeiras, estudos monográficos, uma revista especializada – a *Castriana*, números temáticos de várias publicações, um Centro de Estudos na freguesia natal. No Brasil, a Sociedade de Língua Portuguesa promoveu o *Colóquio Ferreira de Castro e o Maravilhoso Literário* e saíram edições da Universidade do Amazonas e da Universidade da Amazónia.

O Centro de Estudos organizou em 2004, em Oliveira de Azeméis, as *Jornadas Literárias Ferreira de Castro*, e a revista *Esquina do Mundo*, título alusivo ao café que frequentava no Funchal, foi apresentada em Janeiro desse ano. Em 2005, decorreu em Oliveira de Azeméis o *Congresso Internacional dos 75 anos de* A Selva, promovido pela Câmara Municipal e pelo Centro de Estudos. Atualmente, decorrem vários projetos sobre a obra castriana, articulados entre as escolas e agrupamentos escolares dos concelhos de Oliveira de Azeméis, Vale de Cambra e São João da Madeira. Os "Encontros de Primavera Ferreira de Castro" preparam já a terceira edição, e decorreram em 2014 na Biblioteca Municipal Ferreira de Castro (Fig. 24), assim apelidada em reunião de Câmara de 18 de Janeiro de 2005 e inaugurada em 14 de Dezembro de 2007 [168].

Uma outra biblioteca Ferreira de Castro é a que faz parte da Casa-Museu Regional de Oliveira de Azeméis. Num mesmo espaço museológico fundado por oliveirenses no início da década de 60, declarado de utilidade pública pelo Governo Civil de Aveiro em Junho de 1975 figuram o património cultural local como alfaias, trajes e mobiliário antigo e, na colecção de milhares de livros, o manuscrito de *Emigrantes* (1928) (fonte: folheto da casa-museu).

Em 2014, a iniciativa camarária "Ler Ferreira de Castro, 40 anos depois" levou ao Museu um elenco de 15 escritores, cada um palestrando sobre um livro do escritor.

Os vários pontos geográficos, em Portugal e no Brasil, alusivos ao escritor, na sua maioria topónimos e pequenos monumentos, constam do Quadro dos locais evocativos de Ferreira de Castro e sua obra em Portugal e no Brasil). Segundo Eva LETÍZIA (2004b), da Universidade de Grenoble, a vila Ferreira de Castro era, à data do seu artigo, povoada por uma dezena de famílias caboclas vivendo da agricultura e da pesca, animada por uma escola primária rural e um minicentro cultural com biblioteca, subsidiados pela prefeitura de Humaitá.

[168] Fonte: http://www.bm-ferreiradecastro.com/

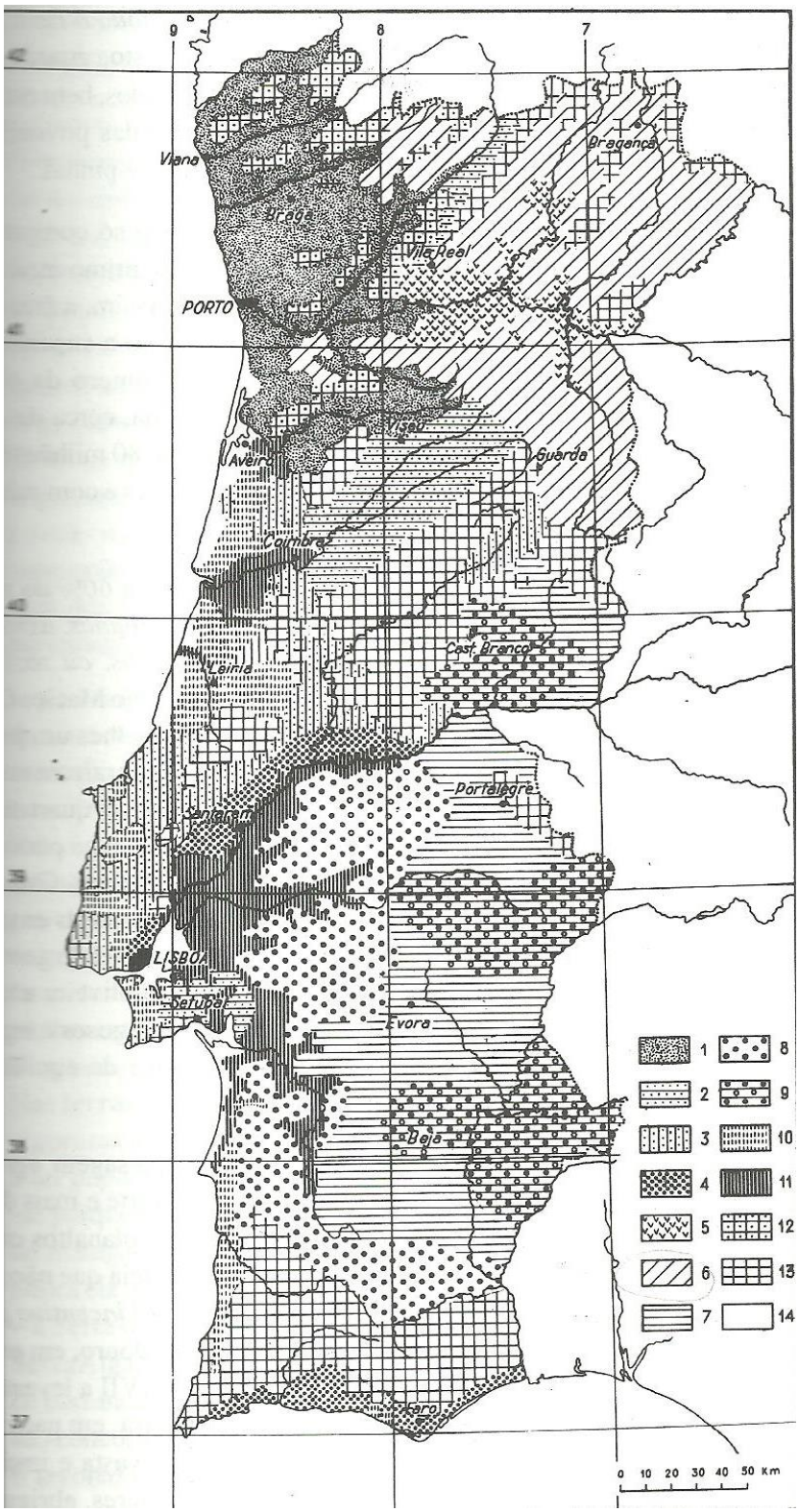
APÊNDICE VII
Monumentos e Toponímia

		Ano	Local
Portugal	**Escolas:**		
	Escola Básica e Secundária e Agrupamento "Ferreira de Castro" (Ex-Liceu Ferreira de Castro)	1976	Oliveira de Azeméis
	Escola Básica 2,3 e Agrupamento de Escolas "Ferreira de Castro"	1992	Mem-Martins, Sintra
	Agrupamento de Escolas "A Lã e a Neve"	1998	Covilhã
	Instituições:		
	Museu Ferreira de Castro	1982	Vila de Sintra
	Casa-Museu Ferreira de Castro	1967	Salgueiros, Ossela
	Centro de Estudos Ferreira de Castro	2001	Salgueiros, Ossela
	Biblioteca Municipal Ferreira de Castro	2007	Oliveira de Azeméis
	Gabinete de Leitura Ferreira de Castro – – Casa-Museu Regional de Oliveira de Azeméis	1999	Oliveira de Azeméis
	Toponímia:		
	Largo Ferreira de Castro	1975	Vila de Sintra
	Rua Ferreira de Castro	–	Mem-Martins, Sintra
	Rua Ferreira de Castro	–	Rio de Mouro, Sintra
	Rua Ferreira de Castro	–	Azenhas do Mar, Sintra
	Rua Ferreira de Castro	–	Lisboa (Marvila)
	Rua e Praceta Ferreira de Castro	–	Vila Nova de Gaia
	Rua Ferreira de Castro	–	Azurém, Guimarães
	Rua Ferreira de Castro	–	Conceição, Castelo Branco
	Rua Ferreira de Castro	–	S. Paulo Frades, Coimbra
	Rua Ferreira de Castro	–	Vila Nova de Famalicão
	Rua Ferreira de Castro	–	Paio Pires, Seixal
	Rua Ferreira de Castro	–	Moita
	Rua Ferreira de Castro	–	Alcabideche, Cascais
	Rua Ferreira de Castro	–	Póvoa Sto. Adrião, Odivelas
	Parque Municipal Ferreira de Castro	2005	S. João da Madeira
	Estatuária:		
	Estátua ao "Emigrante" (autoria de Eduardo Tavares), homenagem a Ferreira de Castro, Manuel da Bouça e todos os emigrantes	1966	Largo de Oliveira de Azeméis
	Busto de Ferreira de Castro (autoria de António Duarte)	1971	Caldas das Taipas, Guimarães
	Monumento com Busto de Ferreira de Castro	1980	S. João da Madeira
	Estátua a FC - Foz do Douro	1988	Porto
	Busto de Ferreira de Castro	1985	Atelier-museu António Duarte – Caldas da Rainha
	Outros:		
	Painel da Estação de Metropolitano do Aeroporto - Lisboa	2012	Lisboa
	Restaurante "Terra Fria"	–	Montalegre
	Sala Ferreira de Castro – Hotel Tivoli	1980	Sintra
	Placa em mármore na "Casa do Capitão"	1979	Padornelos
	Placa em bronze na Pensão Suissa	1985	Macieira de Cambra
Brasil	Biblioteca Municipal "Ferreira de Castro"	1996	Humaitá
	Biblioteca Municipal "Escritor Ferreira de Castro"	–	Manaus
	Busto de Ferreira de Castro - Pr.ª Heliodoro Balbi	1986	Manaus
	Vila Ferreira de Castro	–	Perto do Seringal Paraíso
	Monumento na Av. Portugal	1984	Belém-do-Pará
	Busto de Ferreira de Castro (autoria de António Duarte) com dístico "Aos 75 anos d'*A Selva*"	1985	Praça da Prefeitura de Humaitá
	Busto de Ferreira de Castro em Teresópolis	–	Teresópolis, Rio Janeiro
	Busto de Ferreira de Castro – Universidade do Estado do Amazonas	1992	Manaus

ANEXOS

ANEXO I

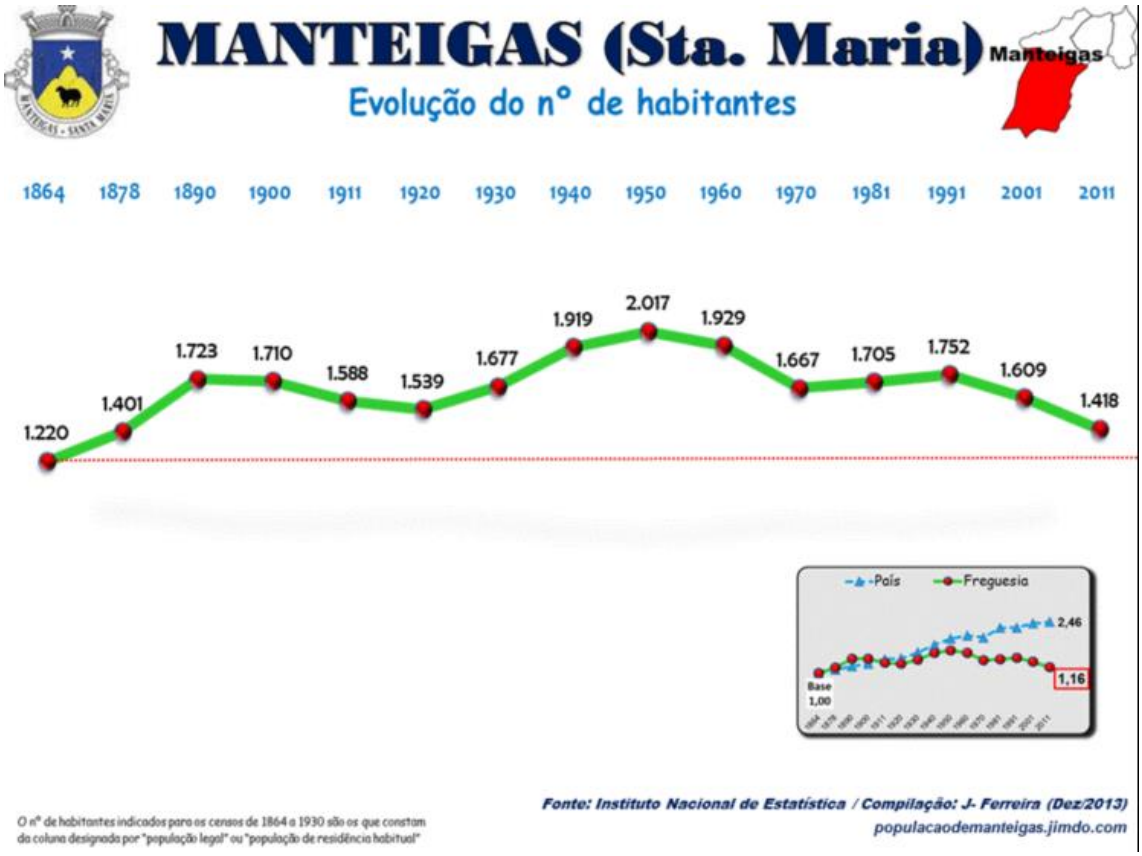
Mapa da ocupação do solo em Portugal de meados do séc. XX

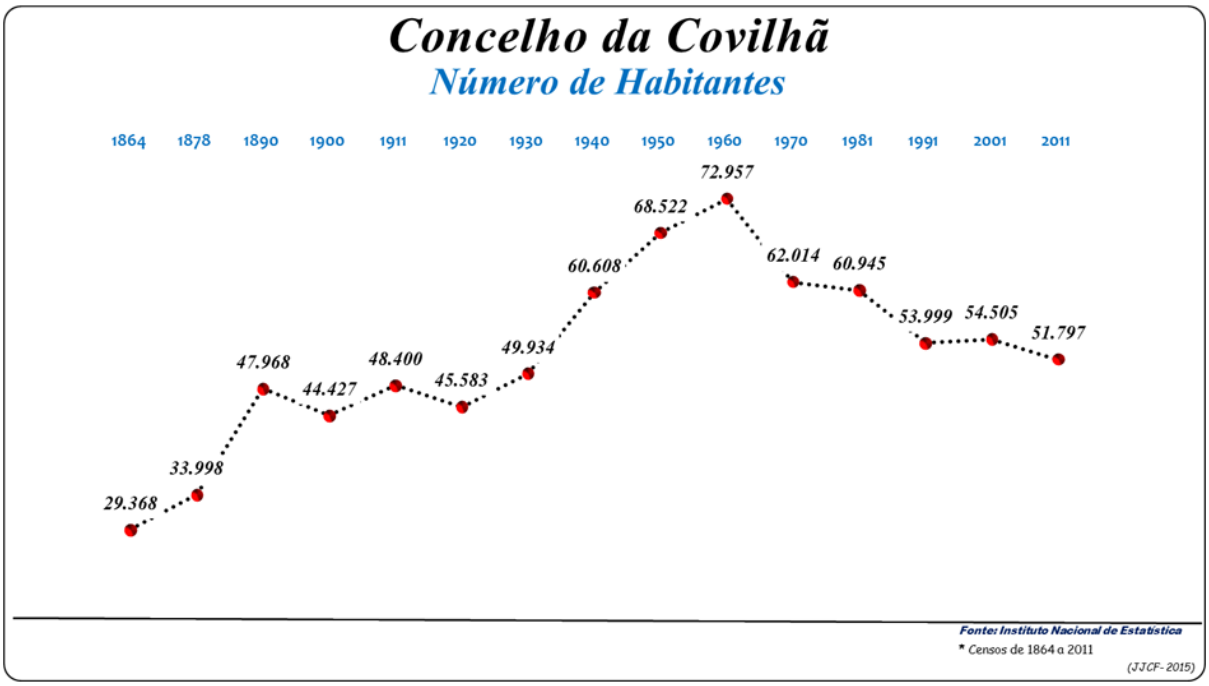


Fonte: Rosas (1984:32)

ANEXO II

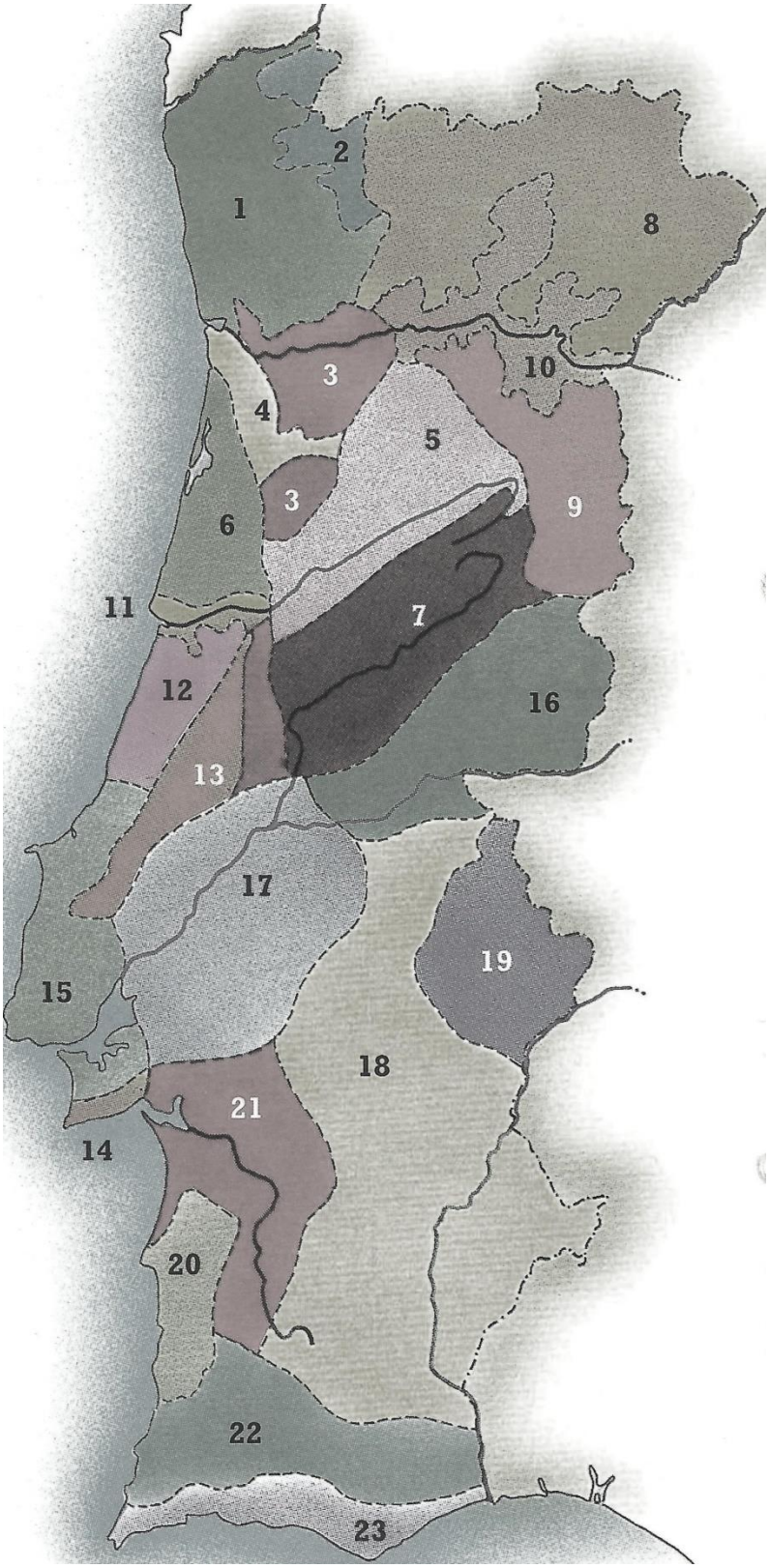
Evolução da população de Montalegre, Padornelos, Manteigas e Covilhã


MANTEIGAS (Sta. Maria)
Evolução do nº de habitantes
Manteigas
1864 1878 1890 1900 1911 1920 1930 1940 1950 1960 1970 1981 1991 2001 2011
1.220 1.401 1.723 1.710 1.588 1.539 1.677 1.919 2.017 1.929 1.667 1.705 1.752 1.609 1.418
País
Freguesia
2,46
1,16
Base 1,00
O nº de habitantes indicados para os censos de 1864 a 1930 são os que constam da coluna designada por "população legal" ou "população de residência habitual"
Fonte: Instituto Nacional de Estatística / Compilação: J- Ferreira (Dez/2013)
populacaodemanteigas.jimdo.com


Concelho da Covilhã
Número de Habitantes
1864 1878 1890 1900 1911 1920 1930 1940 1950 1960 1970 1981 1991 2001 2011
29.368 33.998 47.968 44.427 48.400 45.583 49.934 60.608 68.522 72.957 62.014 60.945 53.999 54.505 51.797
Fonte: Instituto Nacional de Estatística
* Censos de 1864 a 2011
(JJCF- 2015)

ANEXO III

Unidade de paisagem 8 – "Planatos e montanhas de Trás-os-montes"



AS DIVISÕES GEOGRÁFICAS

Unidades de paisagem

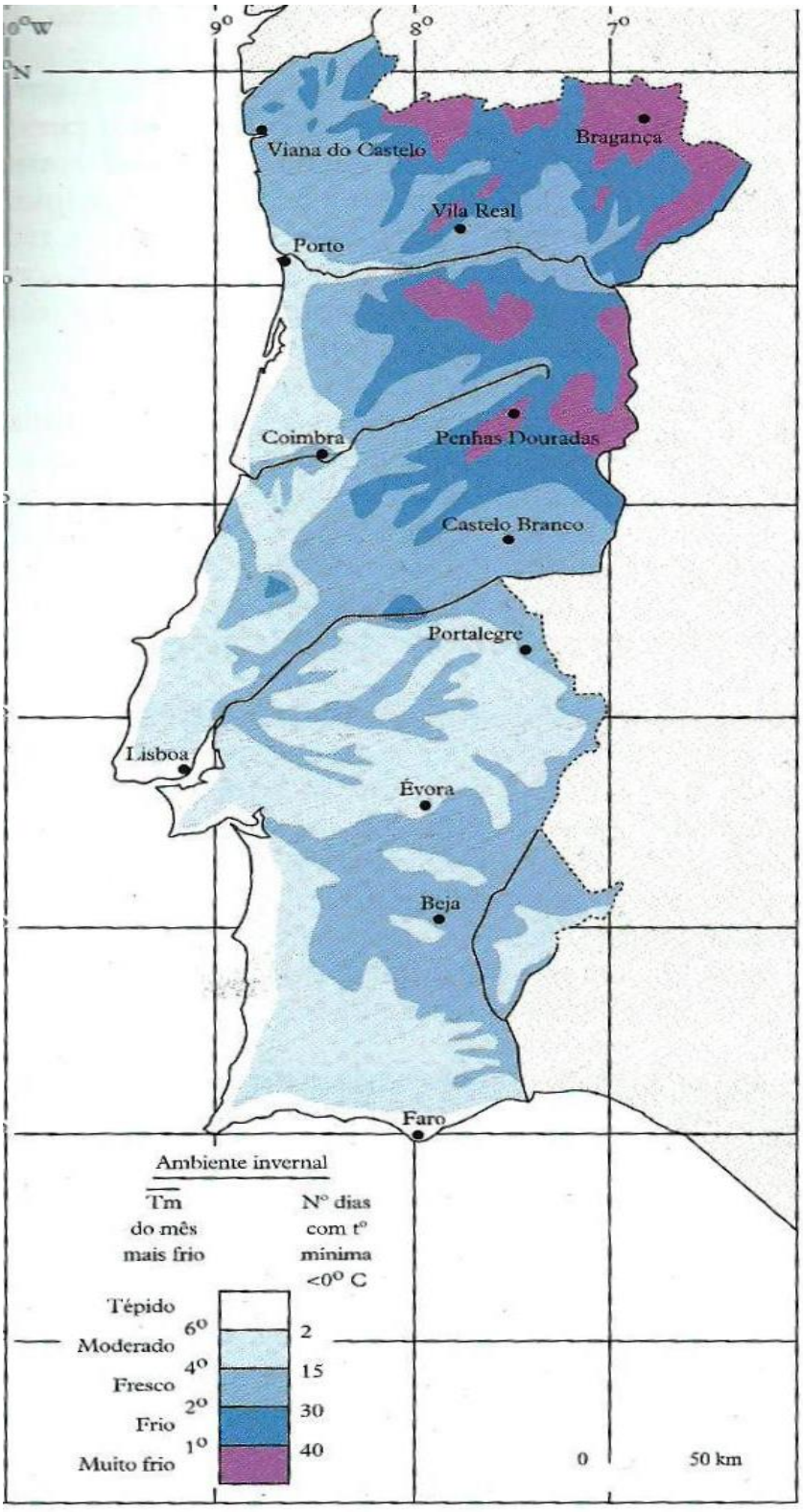
1. *Entre Douro e Minho.*
2. *Montanha do Minho.*
3. *Montanhas do Norte da Beira e do Douro.*
4. *Terras de média altitude da Beira litoral.*
5. *Planaltos da Beira Alta.*
6. *Beira litoral.*
7. *Cordilheira Central.*
8. *Planaltos e montanhas de Trás-os-Montes.*
9. *Planaltos e montanhas da Beira trasmontana.*
10. *Alto Douro e depressões anexas.*
11. *Baixo Mondego.*
12. *Estremadura setentrional, geralmente baixa.*
13. *Maciços calcários da Estremadura e Arrábida.*
14. *Depressões e colinas entre a Cordilheira Central e os maciços calcários da Estremadura.*
15. *Estremadura meridional, geralmente acidentada.*
16. *Beira Baixa.*
17. *Ribatejo.*
18. *Alentejo de planície com raras elevações isoladas.*
19. *Alto Alentejo.*
20. *Alentejo litoral com elevações.*
21. *Depressão do Sado.*
22. *Serra Algarvia.*
23. *Algarve litoral ou Baixo Algarve.*

Fonte: Orlando Ribeiro, Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico, págs. 188 e 189 (adaptação).

Fonte: Ribeiro (1986:189)

ANEXO IV

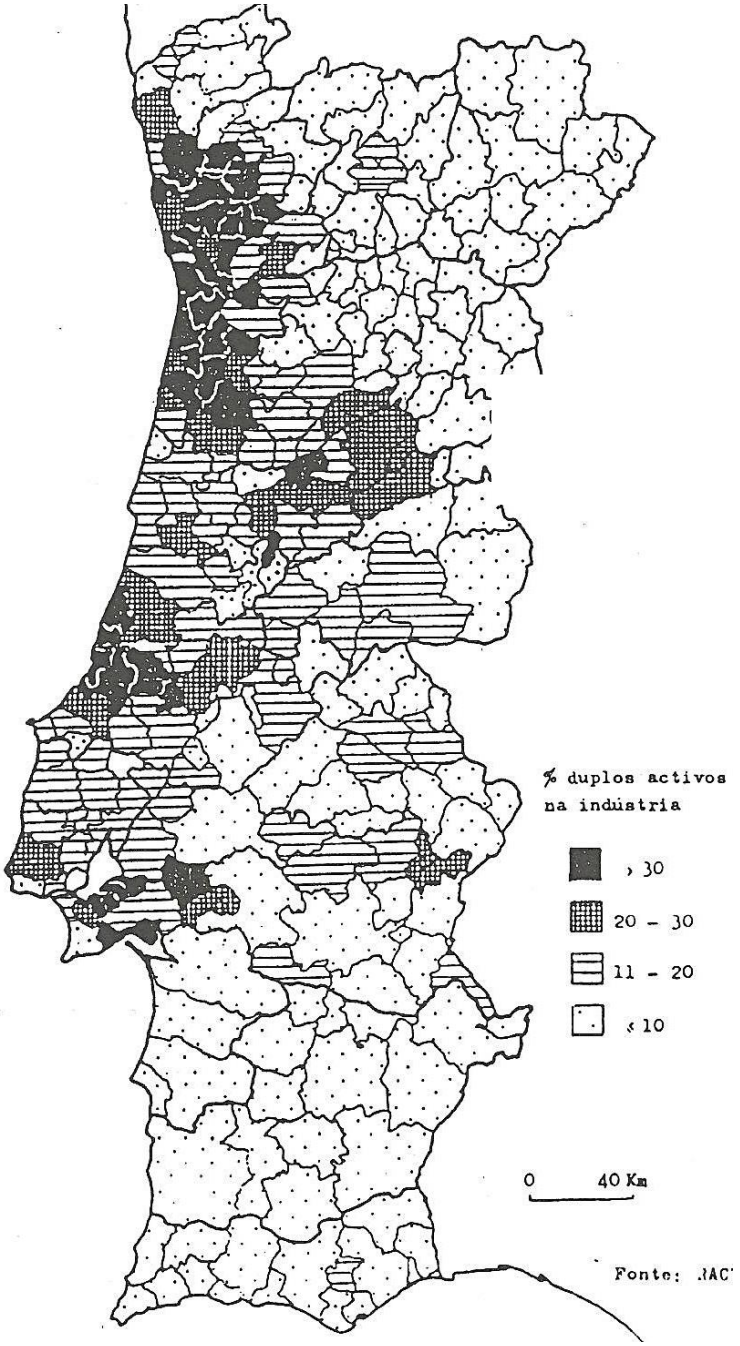
Mapa dos contrastes do ambiente invernal



Fonte: DAVEAU, 1985 (simp.), cit. p. MEDEIROS (2005:335).

ANEXO V

Mapa da dupla actividade da população agrícola na indústria



Fonte: LEMA e REBELO (1997:187).